Anais da IX Semana Acadêmica da

# Faculdade Vidal

# IX SEMANA ACADÊMICA

## JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE:

FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

FACULDADE VIDAL

# *ANAIS DA IX SEMANA ACADÊMICA DA FACULDADE VIDAL*

## JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE:

## FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

**Limoeiro do Norte - CE.**

**2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

AN532 Anais da Semana Acadêmica da Faculdade Vidal. Anais...Limoeiro do Norte(CE) Faculdade Vidal, 2024

Disponível em www.even3.com.br/anais/ix-semana-academica-da-faculdade-vidal

ISSN: 2763-6011

1. Ciências sociais 2. Direito 3. Medicina e saúde

Faculdade Vidal CDD - 370

Ficha catalográfica elaborada por **Even3** – Sistema de Gestão de Eventos

## Anais da IX Semana Acadêmica da Faculdade Vidal

**Comissão Científica**

Prof. Me. Marcos Wender Santiago Marinho
Profa. Ma. Priscila Gomes de Araújo Vidal Freitas
Prof. Esp. Deyvison Ribeiro da Silva
Me. Carlos Luan Lima Maciel
Me. Iara Fernandes Teixeira
Ma. Sanderis Aline Saldanha Lima
Dr. Ângelo Felipe Castro Varela
Ma. Aline Franco da Silva
Ma. Olga Damasceno Nogueira de Sousa
Me. Patrick Lima Oliveira
Ma. Larissa de Deus Rodrigues
Me. Idaclece Rodrigues de Matos
Dr. Tallyson Nogueira Barbosa
Ma. Vanessa Pinheiro Barreto
Me. Cláudio Henrique Leitão Saraiva
Esp. Francisco Wellington Gonçalves Maia
Me. Átila de Freitas
Ma. Samana Miriam Nobre de Castro
Ma. Priscila Gomes de Araújo Vidal Freitas
Esp. Geisa Karla Alves da Silva Diógenes
Me. Sildácio Lima da Costa
Me. Bruno Roberto de Lima
Me. Marcio dos Santos Alencar Freitas
Me. Cleber Mahlmann Viana Bezerra

**Comissão Organizadora**

Prof. Esp. Deyvison Ribeiro da Silva
Prof. Me. Marcos Wender Santiago Marinho
Profa. Dra. Révia Ribeiro Castro

**Periodicidade da publicação**

Anual

**Idiomas**

Português

**Editor**

Even3 - R. do Brum, 248 - Segundo andar - Recife, PE, 50030-260

## APRESENTAÇÃO

Em 2024, mantendo a sua natureza interdisciplinar e plural, a Semana Acadêmica reuniu os Cursos de Graduação em Administração, Direito, Enfermagem, Fisioterapia e Psicologia, tendo como eixo central as discussões e estudos sobre o tema: "**Justiça, Gestão e Saúde: fatores de transformação para o desenvolvimento da região jaguaribana**".

Em um cenário de constantes desafios e mudanças, é fundamental compreender como a **Justiça** pode garantir direitos, fortalecer a cidadania e promover a equidade social; como a **Gestão**, tanto no setor público quanto no privado, pode impulsionar políticas e estratégias inovadoras para o crescimento econômico e social; e como a **Saúde** representa um dos principais indicadores de qualidade de vida e bem-estar, exigindo investimentos, planejamento e acesso universal aos serviços.

Ao longo da semana, tivemos uma programação diversificada, composta por **palestras, mesas-redondas, minicursos, oficinas e apresentação de trabalhos**, conduzidos por especialistas renomados e profissionais que atuam diretamente nessas áreas, além de estudantes de graduação e pesquisadores em áreas afins. Foi uma oportunidade única para aprofundar conhecimentos, trocar experiências e estabelecer conexões que possam resultar em soluções práticas para os desafios da região.

A Faculdade Vidal, entendendo o seu compromisso de contribuir com o desenvolvimento da região, promoveu de maneira profícua o debate sobre fatores e experiências exitosas no Vale do Jaguaribe, focando nas áreas da saúde, jurídica e gestão.

**SUMÁRIO**


**1 (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA ADI 5941/DF E O DIREITO DE IR E VIR**
Solange Maria Lourenço Vidal; José Hugo Nogueira Maia; Vinicius Oliveira Reis de Freitas; Marcio dos Santos Alencar Freitas; Samia Sara de Aquino Cabó

**2 A DEGUALDADE DE GÊNERO NA ATUAÇÃO PERANTE À ADVOCACIA CRIMINAL**
Emanuela Gonçalves; Jessi Laiani Lima Vasconcelos; Liza Alves; Patrícia de Sousa Fernandes

**3 A DEMISSÃO DE TRABALHADORES ACOMETIDOS POR VÍCIOS À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A DISPENSA DISCRIMINATÓRIA**
Jonatan Luiz de Azevedo; Camile Freire da Silveira; Caroline Freire da Silveira; Carlos Luan Lima Maciel; Nicoly Silva Gomes

**4 A DESAPROPRIAÇÃO DA VELHA JAGUARIBARA É UM EXEMPLO DA HIERARQUIA DO ESTADO?**
Ana Flavia Nunes Cassunde; Michael Platinir Macário Eliano; Janine Chaves Coelho Guerrero

**5 A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO ÂMBITO ORGANIZACIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ESTÁGIO ORGANIZACIONAL**
Edilene da Silva Silvério; Melina Sousa Gomes; Ana Aristenia Lima Mendes

**6 A INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL ANÁLISE DO PROGRAMA NAPE DE ALTO SANTO-CE.**
Maria Samira Holanda Silva; Camile Freire da Silveira; Driely Lima; Marcio dos Santos Alencar Freitas

**7 A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR EM AMBIENTES DIGITAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**
Danilo Rodrigues Cavalcante; Nadiny Alves de Lima; Maria Nívia Nogueira Fernandes; Jamile Soares da Silva; Carlos Luan Lima Maciel

**8 A RELAÇÃO ENTRE O USO EM EXCESSO DE TELAS E A SAÚDE MENTAL NAS FASES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**
Thamires Maria

**9 A RESPONSABILIDADE DO ESTADO DIANTE DAS RECLAMAÇÕES DOS CONSUMIDORES DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA**
Michele Soares de Oliveira

**10 A RESTRITA FLEXIBILIZAÇÃO DO ROL DO ART. 482 DA CLT NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19: A APLICAÇÃO DA JUSTA CAUSA POR INDISCIPLINA**
Nicoly Silva Gomes; Ana Laisa Lima Silva; Caroline Freire da Silveira; Carlos Luan Lima Maciel; Camile Freire da Silveira

11 **ABORDAGEM DOS DOMÍNIOS DA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE (CIF) PARA O TRATAMENTO DA FIBROMIALGIA.**
Flávio José Neto Campos; Dárlyson Marlon Santiago Silva; Geísa Maria de Araújo Freitas; Hallyd Karynne Silva Eduardo; Diego Remigio Peixoto

12 **ACESSO AO SUS DE AUTISTAS E O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL**
João Pedro Costa Ribeiro; Maria Luciana Sousa Nascimento; Marcio dos Santos Alencar Freitas

13 **ADIÇÃO DE FGF-2 AO MEIO CONDICIONADO PELO NERVO CIÁTICO PARA PROMOVER A PLASTICIDADE EM CÉLULAS CULTIVADAS NA MEDULA ESPINHAL**
Francisco Thiago de Oliveira Silva; Dárlyson Marlon Santiago Silva; Cleber Mahlmann Viana Bezerra; Delianne Ketilynny Viana Granja; Diego Remigio Peixoto

14 **ADICIONAL DE PERICULOSIDADE PARA TRABALHADORES QUE USAM MOTOCICLETAS: UMA ANÁLISE SOBRE POSSIBILIDADES E IMPEDIMENTOS**
Cauã de Sousa Costa; Emanuely Cristina Vieira Moura; Giovane Grangeiro e Silva; Jose Cristiano Ribeiro de Oliveira; Maria Lorena Silva de Oliveira

15 **ADPF N.º 973: JUDICIÁRIO NO COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL**
Jonatan Luiz de Azevedo; Bruno Roberto de Lima; Caroline Freire da Silveira; Camile Freire da Silveira; Nicoly Silva Gomes

16 **ANÁLISE COMPORTAMENTAL DO VÍCIO EM PORNOGRAFIA: CONTRIBUIÇÃO PARA A CULTURA DO ESTUPRO E A OBJETIFICAÇÃO DO CORPO FEMININO**
Dayane Dalles de Oliveira; Larissa Ferreira Nunes; Marlo Renan Rocha Lopes

17 **ANÁLISE DO ART. 142 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DO PODER MODERADOR**
Ana Laisa Lima Silva; Livia Carliane de Oliveira Barboza; Marcio dos Santos Alencar Freitas

18 **ANÁLISE SOBRE A INOBSERVÂNCIA DOS PRECEDENTES NO ÂMBITO DA ARBITRAGEM**
Nicoly Silva Gomes; Ana Laisa Lima Silva; Caroline Freire da Silveira; Milena Sâmia da Silva Santiago; Bruno Roberto de Lima

19 **ANÁLISE TEMPORAL DOS CASOS NOTIFICADOS DE SÍFILIS CONGÊNITA NO ESTADO DO CEARÁ ENTRE OS ANOS DE 2014 A 2023**
José Edilânio da Costa Silva; Natália Mara de Oliveira Lima; Mayara Silva de Oliveira; Fernanda Christian Castro Mendes; Marcos Wender Santiago Marinho

20 **AS TRANSFORMAÇÕES NO COMPOSTO MERCADOLÓGICO: DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL À ERA DIGITAL**
Dário Sousa; Maria Rozanilda de Araujo Lima; Atila de Freitas

**21 ASSOCIAÇÃO DAS MANOBRAS DE RECRUTAMENTO ALVEOLAR E POSIÇÃO PRONA NA SÍNDROME DO DESCONFORTO RESPIRATÓRIO AGUDO: UMA REVISÃO DE LITERATURA**
Tanya Thays Maia de Sousa; Maria Mônica da Silva Menezes; Kevin Menezes Lima; Amanda Nunes

**22 ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA ATROFIA MUSCULAR ESPINHAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**
Sara Veruska da Silva Ferreira; Amanda Nunes; Fátima Kelly Silva Lima; Luiz Luan da Silva Brito; Larissa de Deus Rodrigues

**23 ATUAÇÃO FISOTERAPÊUTICA EM CRIANÇAS COM BRONQUIOLITE**
Ravele Lima Moreira; Jamilys Martins de Freitas; Andressa Kele Oliveira dos Rêzes; Yasmim Alves do Amaral; Larissa de Deus Rodrigues

**24 AUTPREV: INCLUSÃO E PROTEÇÃO - GARANTINDO OS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS DOS AUTISTAS**
Emile Caren Oliveira Sousa; Larisse Gonçalves de Oliveira; Sandra Mara Nobre Rabelo; Taylline Maia; Wenes dos Santos Silva

**25 AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE COADJUVAÇÃO DO ÓLEO ESSENCIAL DE HORTELÃ, CINNAMOMUM CAMPHORA E ALOE NO DESENVOLVIMENTO DE UMA NOVA POMADA ANTI-INFLAMATÓRIA**
Aryane Ellen Oliveira Rabelo; Ana Letícia Chaves Silva; Camille Nobre Maia; Laryssa Nobrerabelo Leitão; Tallyson Nogueira Barbosa

**26 AVALIÇÃO DA COBERTURA VACINAL DA BCG E TRÍPLICE VIRAL NO CEARÁ: UMA ANÁLISE DE 2018 A 2022**
Claudia Regina Rabelo Girão; Gildervanio Bento Nogueira da Silva; Débora Rakel da Silva Maia; Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo

**27 BENEFÍCIOS E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA ISO 90012015**
Darliane da Silva Costa; José Ilan Brito Ribeiro; Maria Alicia Gomes Cavalcante; Pedro Luis Sousa Chaves; Samara Castro

**28 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E CLÍNICA DA HANSENÍASE NO BRASIL**
Iara Ketily Azevedo de Lima; Gildervanio Bento Nogueira da Silva; Révia Ribeiro Castro

**29 COBERTURA VACINAL INFANTIL NAS CINCO REGIÕES DE SAÚDE DO CEARÁ ENTRE OS ANOS DE 2018 A 2022**
Gildervanio Bento Nogueira da Silva; Claudia Regina Rabelo Girão; Débora Rakel da Silva Maia; Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo

**30 COMBATE AO TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO**
Lorrana Raquel de Almeida Garcia; Leandro Augusto de Oliveira; José Raulino das Chagas Neto; Carlos Luan Lima Maciel

**31 COMO EMPRESAS DO VAREJO DE ROUPAS UTILIZAM A GESTÃO ESTRATÉGICA PARA AUMENTAR O DESEMPENHO**
Camille Vitória Moura Soares; Darliane da Silva Costa; Geisa Karla Alves da Silva Diógenes; Maria Clara Amaral Castro de Andrade; Pedro Luis Sousa Chaves

**32 CONSCIÊNCIA DE CLASSE E ALIENAÇÃO DO TRABALHO PRECARIZADO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CASO GUARARAPES.**
Maria Beatriz Freitas da Silva; Carlos Luan Lima Maciel; Ana Karina Cavalcante de Lima Rocha; Elsa Maria Nobre

**33 CONSULTA DE ENFERMAGEM NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE EM TODOS OS NÍVEIS DE ATENÇÃO**
Aryane Ellen Oliveira Rabelo; Juliana Lima de Santiago; Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo; Naiane Diogenes

**34 CORINGA: UMA REFLEXÃO SOBRE O ESTIGMA DA LOUCURA NA SOCIEDADE**
Iqueuleno de Freitas Marinho; Raissa Layza Vituriano de Oliveira; Olga Damasceno Nogueira de Sousa

**35 CORRELAÇÃO DOS MEMBROS INFERIORES E FUNCIONALIDADE DO IDOSO: TESTES USADOS.**
Marília Silveira Maia; Flávio José Neto Campos; Dárlyson Marlon Santiago Silva; Tayla Márcia Nogueira Lucena Lima; Jean Michel Régis Mendes

**36 CRIANÇAS E ADOLESCENTES PORTADORAS DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: IMPORTÂNCIA DA TERAPIA NUTRICIONAL NA SELETIVIDADE ALIMENTAR.**
Maria Cíntia de Macedo Soares

**37 CUIDANDO DE QUEM CUIDA: A IMPORTÂNCIA DO OLHAR DIRECIONADO AO ACOMPANHANTE DURANTE O PROCESSO DE HOSPITALIZAÇÃO**
Aline Franco da Silva

**38 DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO: LICENÇA-PATERNIDADE PARA PAIS ADOTIVOS**
Maria Samira Holanda Silva; Enderson Bezerra do Nascimento; Solange Maria Lourenço Vidal; Carlos Luan Lima Maciel; Samia Sara de Aquino Cabó

**39 DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL: PROBLEMÁTICAS E CONTROVÉRSIAS QUANTO A GARANTIA DE PRINCIPIOS PROCESSUAIS E O DESCOGESTIONAMENTO JUDICIAL.**
Marcos Neyrton do Reis Costa; Francisco Francimar Rodrigues Lima Filho; Diogo Lázaro Bezerra Oliveira; Janine Chaves Coelho Guerrero

**40 DIREITO À ÁGUA NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE: ASPECTOS LEGAIS E SOCIAIS**
Francisco Mardonio Cavalcante Andrade; Deyvison Ribeiro da Silva; Francisco Wellington Gonçalves Maia; Patrícia de Sousa Fernandes

**41 DIREITO À SAÚDE: UMA ANÁLISE DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE LIMOEIRO DO NORTE/CE CRIADO EM 2010**
Bruno Roberto de Lima; Enderson Bezerra do Nascimento; Maria Luciana Sousa Nascimento

**42 DIREITO PROCESSUAL CIVIL: O EMBATE TEÓRICO RATIO DECIDENDI VS OBITER DICTUM**
Bruno Roberto de Lima; Enderson Bezerra do Nascimento; Jonatan Luiz de Azevedo; Livia Carliane de Oliveira Barboza; Maria Luciana Sousa Nascimento

**43 DIREITOS DO CONSUMIDOR EM CONTRATOS DE PLANOS DE SAÚDE: CLÁUSULAS ABUSIVAS E REAJUSTES INDEVIDOS.**
Livia Maria de Freitas Paulo; Amanda Maria Gomes da Silva; Fernanda Almeida Maia; Carlos Luan Lima Maciel

**44 DIREITOS TRABALHISTAS E PLATAFORMAS DIGITAIS: DEMANDA POR INOVAÇÕES NA PROTEÇÃO DE UMA NOVA CATEGORIA DE TRABALHADORES**
Milena Sâmia da Silva Santiago; Carlos Luan Lima Maciel; Ana Laisa Lima Silva; Livia Carliane de Oliveira Barboza; Maria Luciana Sousa Nascimento

**45 É POSSÍVEL UM ESCALONAMENTO DE PRECEDENTES E SUA OBSERVÂNCIA NAS DECISÕES JUDICIAIS?**
Nicoly Silva Gomes; Ana Laisa Lima Silva; Caroline Freire da Silveira; Camile Freire da Silveira; Bruno Roberto de Lima

**46 EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL NA INFÂNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**
Dayane Dalles de Oliveira; Virna Mendes de Oliveira; Sanderis Aline Saldanha Lima

**47 ELABORAÇÃO DE POMADA CICATRIZANTE E DESINFETANTE: SINERGIA ENTRE ÓLEO ESSENCIAL DE LARANJA E ALOE VERA COMO COMPONENTES NATURAIS**
Aryane Ellen Oliveira Rabelo; Ana Letícia Chaves Silva; Naiane Diogenes; Ruth Goncalves Maia; Tallyson Nogueira Barbosa

**48 EPIDEMIOLOGIOA DA HANSENÍASE NO ESTADO DO TOCANTINS: UMA ANÁLISE DE INCIDÊNCIA**
Luzia Dulay; Livanilde Andrade de Lima; Fernanda Kalitia Santiago Pereira; Revia Castro; Marcos Wender Santiago Marinho

**49 ESTIMULAÇÃO PRECOCE EM CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN E A ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA DENTRO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.**
Flávio José Neto Campos; Dárlyson Marlon Santiago Silva; Geísa Maria de Araújo Freitas; Hallyd Karynne Silva Eduardo; Larissa de Deus Rodrigues

**50 ESTUDO DE CASO: COMO UMA EMPRESA UTILIZA OS BENEFÍCIOS PARA MOTIVAR SEUS COLABORADORES**
Geisa Karla Alves da Silva Diógenes; Laênia Moreira Cunha; Lays Lopes; Maria Gabriela de Sousa; Samara Honorato de Sousa

**51 EVOLUÇÃO TEMPORAL DA PREVALÊNCIA DA HANSENÍASE NO BRASIL**
Veronica Kesia de Matos da Silva; Marcos Wender Santiago Marinho; Fernanda Kalitia Santiago Pereira; Revia Castro

**52 EXPLORAR A FISIOTERAPIA NO TRATAMENTO DE ENXAQUECA EM MULHERES: UMA REVISÃO DE LITERATURA**
Ana Vitória Bizerra de Oliveira; Francinilda da Silva Freire; Maria Elineuza Almeida; Nathalya Thimberg Freire de Freitas; Larissa de Deus Rodrigues

**53 FATORES ASSOCIADOS AO EQUILÍBRIO CORPORAL DO IDOSO**
Tayla Márcia Nogueira Lucena Lima; Silmara Oliveira; Marília Silveira Maia; Flávio José Neto Campos; Jean Michel Régis Mendes

**54 FATORES BENÉFICOS DA PRESCRIÇÃO DE EXERCÍCIOS DE FORTALECIMENTO NA TERCEIRA IDADE: PREVENÇÃO E TRATAMENTO.**
Dárlyson Marlon Santiago Silva; Flávio José Neto Campos; Silmara Oliveira; Marília Silveira Maia; Jean Michel Régis Mendes

**55 FOMENTO À CULTURA EM LIMOEIRO DO NORTE E PROGRAMA CONEXÕES CULTURAIS: UNINDO ARTE E COMUNIDADE**
Livia Carliane de Oliveira Barboza; Milena Sâmia da Silva Santiago; Enderson Bezerra do Nascimento; Maria Luciana Sousa Nascimento; Jonatan Luiz de Azevedo

**56 GESTÃO DE PESSOAS: A INFLUÊNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA FORMAÇÃO DO LÍDER DE SUCESSO.**
Bianca Gomes Mendes; Darliane da Silva Costa; Deyvisson Neves Chaves; Nara Camila de Sousa Freitas; Samara Castro

**57 IMPACTO DA ERGONOMIA NO AMBIENTE DE TRABALHO EM SAÚDE NA PREVENÇÃO DE LESÕES NA COLUNA VERTEBRAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA**
Neurisbergue de Almeida Azevedo; Raniele Bezerra Miguel; Maria Larisse Oliveira Façanha; Larissa de Deus Rodrigues; Jean Michel Régis Mendes

**58 INSTRUMENTOS AVALIATIVOS DE CAPACIDADE FUNCIONAL EM IDOSOS INSTITUCIONALISADOS.**
Flávio José Neto Campos; Dárlyson Marlon Santiago Silva; Silmara Oliveira; Tayla Márcia Nogueira Lucena Lima; Jean Michel Régis Mendes

**59 INTEGRAÇÃO DE TECNOLOGIAS NO TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO PARA MELHOR QUALIDADE DE VIDA DA PESSOA IDOSA: UM PROJETO DE PESQUISA**
Maria Mônica da Silva Menezes; Tanya Thays Maia de Sousa; Kevin Menezes Lima; Jean Michel Régis Mendes; Larissa de Deus Rodrigues

**60 MECANISMOS NEUROFISIOLÓGICOS DA ESQUIZOFRENIA**
Ana Clara Maia de Castro; Laisa Ingrid Josino Maia Batista; Francisca Lavínia Sousa Cunha; Antônia Torres Ávila Pimenta; Fladimir de Lima Gondim

**61 MONITORIA ACADÊMICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.**
Juliana Lima de Santiago; Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo

**62 MUDANÇAS LEGISLATIVAS ACERCA DO NEPOTISMO NO ÂMBITO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**
Caroline Freire da Silveira; Camile Freire da Silveira; Ana Laisa Lima Silva; Nicoly Silva Gomes; Solange Maria Lourenço Vidal

**63 NOÇÕES DE RESPONSABILIDADE CIVIL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: É POSSÍVEL O CHATGPT SER RESPONSABILIZADO NA ESFERA CONSUMERISTA?**
Francisco Francimar Rodrigues Lima Filho; Amare Elen Chaves Lima; Carlos Luan Lima Maciel; Lírio Emanuel Alves Nogueira; Maria Jayane Matias Andrade

**64 NOTIFICAÇÕES COMPULSÓRIAS DE DENGUE EM GESTANTES NO ESTADO DO CEARÁ NO PERÍODO DE 2014 A 2024: UMA ANÁLISE TEMPORAL**
Lívia Maria Souza Nascimento; Juliana Lima de Santiago; Antonia Sandy Bezerra Alves; Fernanda Gardênia Oliveira da Silva; Marcos Wender Santiago Marinho

**65 O ENSINO DE HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS NA INFÂNCIA E O CONTEXTO ESCOLAR**
Edna de Lima; Deusirene Lima de Aquino; Sanderis Aline Saldanha Lima

**66 O FIM DA GUERRA FISCAL ENTRE OS ESTADOS DEVIDO A REFORMA TRIBUTÁRIA, MAS E AS EMPRESAS?**
Thamiris Gabriele; Cila Gomes Mendes; Carlos Luan Lima Maciel; Letícia Mendes de Sousa; Matheus Lima Maia

**67 O IMPACTO DA SÍNDROME DO TÚNEL DO CARPO NA SAÚDE DE TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO: REVISÃO DE LITERATURA.**
Diego Remigio Peixoto; Carlos Eduardo Gomes Silva; Flávio José Neto Campos; Mariana Machado Costa; Talita Rodrigues Gadelha

**68 O IMPACTO DO ENSINO SOCIOEMOCIONAL NA SAÚDE MENTAL DOS ALUNOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA.**
Érica Larissa Moura Carneiro de Lima; Edilene da Silva Silvério; Sanderis Aline Saldanha Lima

**69 O PAPEL DO ENFERMEIRO NO MANEJO DA ALERGIA A PROTEINA DO LEITE DE VACA EM LACTENTES DURANTE O ALEITAMENTO MATERNO**
Camille Nobre Maia; Ainoã de Lima Nascimento; Aline Mendes; Ismael El-Elion Maia da Silva; Jean Michel Régis Mendes

**70 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E O PAPEL DO TOMBAMENTO DOS BENS PÚBLICOS**
Marcos Neyrton do Reis Costa; Diogo Lázaro Bezerra Oliveira; Francisco Francimar Rodrigues Lima Filho; Jeremias do Nascimento Nogueira; Janine Chaves Coelho Guerrero

**71 O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
Duílio Fernandes Araújo; Heloísa de França Costa; Emilly Cardoso de Brito; Janine Chaves Coelho Guerrero; Melina Sousa Gomes

**72 O QUE VOCÊ NÃO LEU: CONTRATO DE ADESÃO À LUZ DO DIREITO DO CONSUMIDOR**
Ana Paula de Almeida Ribeiro

**73 O TDAH NA ERA DIGITAL: UM ESTUDO DE REVISÃO DE LITERATURA**
Mickely Maia de Queiroz; Felipe Cauã Cavalcante Oliveira; Pablo Crisanto Nobre Alves

**74 O TDAH NA ERA DIGITAL: UM ESTUDO DE REVISÃO DE LITERATURA**
Iara Fernandes Teixeira; Felipe Cauã Cavalcante Oliveira; Mickely Maia de Queiroz; Pablo Crisanto Nobre Alves

**75 O TRABALHO INFANTIL: E A EXPLORAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MEIO ARTÍSTICO E SUAS SEQUELAS PSICOLOGICAS.**
Vanessa Alves; Jessica Vitoria Chaves Oliveira; Letícia de Castro Duarte; Driely Lima

**76 O USO DA GAMETERAPIA NA INCONTINÊNCIA URINÁRIA EM MULHERES NO PÓS-PARTO.**
Larissa de Deus Rodrigues; Carlos Eduardo Gomes Silva; Maria Mônica da Silva Menezes; Mariana Machado Costa; Talita Rodrigues Gadelha

**77 ÓBITOS POR CAUSAS MÚLTIPLAS ENTRE PESSOAS COM HIV/AIDS NO BRASIL: UM ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO**
Neurisbergue de Almeida Azevedo; Vanessa Pinheiro Barreto

**78 OS BENEFÍCIOS DA GAMETERAPIA NOS ASPECTOS MULTIDIMENSIONAIS DA PESSOA IDOSAS**
Tayla Márcia Nogueira Lucena Lima; Silmara Oliveira; Marília Silveira Maia; Dárlyson Marlon Santiago Silva; Jean Michel Régis Mendes

**79 OS OBSTÁCULOS NA OBTENÇÃO DE MEDICAMENTOS POR MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE (MPP) FRENTE ÀS DEMANDAS JUDICIAIS**
Bruno Roberto de Lima; Enderson Bezerra do Nascimento; Maria Luciana Sousa Nascimento

**80 PANORAMA DA COBERTURA VACINAL NAS REGIÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2018 A 2022 EM CRIANÇAS MENORES DE CINCO ANOS DE IDADE**
Débora Rakel da Silva Maia; Gildervanio Bento Nogueira da Silva; Claudia Regina Rabelo Girão; Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo

**81 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E O PAPEL DO TOMBAMENTO DE BENS PÚBLICOS**
Bárbara Silva dos Santos; Madalena Gomes Maia; Janine Chaves Coelho Guerrero

**82 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E O PAPEL DO TOMBAMENTO DOS BENS PÚBLICOS**
Francisco Mauricio da Silva Martins

**83 PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS HEPATITES B E C NA 5ª MACRORREGIÃO LITORAL LESTE/ JAGUARIBE, ESTADO DO CEARÁ**
Maria Gabriela Rêgo da Silva; Maria Odaliciana da Silva; Antônia Layenne Moreira de França; Nicole Naiane Silva; Vanessa Pinheiro Barreto

**84 PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS DE DENGUE NA CIDADE DE MORADA NOVA-CE, NOS ANOS DE 2014 A 2023**
Valdiza Pinheiro Chaves; Ana Talita Vieira de Sousa; Maria Tatiana Gomes Maia; Pedro Henrique Oliveira Silva; Vanessa Pinheiro Barreto

**85 PREVENÇÃO DE QUEDAS EM IDOSOS NO AMBIENTE DOMICILIAR: REVISÃO DE LITERATURA**
Carlos Eduardo Gomes Silva; Mariana Machado Costa; Silmara Oliveira; Tayla Márcia Nogueira Lucena Lima; Diego Remigio Peixoto

**86 PROCESSO DE ENFERMAGEM A UMA IDOSA DIABÉTICA E HIPERTENSA: ESTUDO DE CASO**
Maria Raiane Moura Moraes; Fátima Beatriz de Lima Rabelo; Milena de Souza Santiago; Gildervanio Bento Nogueira da Silva; Révia Ribeiro Castro

**87 PROMOVENDO VALORES HUMANOS NA INFÂNCIA: UMA PROPOSTA DE INTERVÊNÇÃO EDUCATIVA**
Celine Silva Castro; Germano Silva Martins; Virna Mendes de Oliveira; Heloísa Bárbara Cunha Moizéis

**88 PSICOLOGIA COMUNITÁRIA: REFLEXÕES E PROMOÇÃO DA DIGNIDADE ENTRE MORADORES DE RUA**
Francisca Ingrid Araujo Guimarães; Alana Saraiva Bezerra; Leyne Xavier; Lorrana Crislei Santos Pereira; Larissa Ferreira Nunes

**89 PSICOLOGIA ESCOLAR E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA**
Alana Saraiva Bezerra; Leyne Xavier; Lorrana Crislei Santos Pereira; Francisca Ingrid Araujo Guimarães; Participante 66182

**90 QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO CLIENTE.**
Cailanne Silva Chaves

**91 QUANDO NÃO É MAIS POSSÍVEL CURAR, AINDA SIM É POSSÍVEL CUIDAR: A IMPORT NCIA DOS CUIDADOS PALIATIVOS E A INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR NESSE CONTEXTO**
Micaele Maia de Queiroz; Lara Cunha Maia; Marisa de Oliveira Silva; Matheus Marinho; Aline Franco da Silva

**92 REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NOS ESTADOS DO NORDESTE: DESAFIOS ATUAIS**
Iqueuleno de Freitas Marinho; Raissa Layza Vituriano de Oliveira; Olga Damasceno Nogueira de Sousa

**93 REFUGIADOS E A CONCESSÃO DE BPC: QUANDO A DIGNIDADE SUPERA A LEI**
Maria Marcelina Gonçalves de Oliveira; Marcus Vinícius Carvalho Lima; Marcio dos Santos Alencar Freitas

**94 RELAÇÃO ENTRE TROMBOSE VENOSA PROFUNDA E USO DE ANTICONCEPCIONAL ORAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**
Joana Darc Almeida; Mayara Silva de Oliveira; José Edilânio da Costa Silva; Fernanda Christian Castro Mendes; Vanessa Pinheiro Barreto

**95 RELATO DE ESTÁGIO ORGANIZACIONAL EM UM HOTEL**
Anthony Edward Virgilio Costa; Melina Sousa Gomes; Ana Aristenia Lima Mendes; Maria de Fátima Freire Silva

**96 RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ESTÁGIO NA ÁREA DE SAÚDE DO TRABALHADOR**
Érica Larissa Moura Carneiro de Lima; Melina Sousa Gomes; Ana Aristenia Lima Mendes

**97 RELATÓRIO DE EXPERIENCIA EM ESTÁGIO NA ÁREA DE SAÚDE DO TRABALHADOR**
Marisa de Oliveira Silva; Melina Sousa Gomes; Ana Aristenia Lima Mendes

**98 RESSOCIALIZAÇÃO DO EGRÉGIO PRESO ERRONEAMENTE**
Matheus Santiago; Victoria Ellen Vidal Maia Nogueira; Marcio dos Santos Alencar Freitas; Patrícia de Sousa Fernandes

**99 SAAE/LIMOEIRO DO NORTE E SUA ADEQUAÇÃO AO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO**
Antonio Gean Bento Chaves; Brena Tabosa Corpe; Carlos Andre Diogenes de Pontes; Daniel Libório Nogueira

**100 SAIDA TEMPORARIA NA EXECUÇÃO PENAL BRASILEIRA: UMA FORMA DE AUXÍLIO A RESSOCIALIZAÇÃO DO CONDENADO OU DE AUMENTO DA CRIMINALIDADE?**
Susan Lopes Assis de Freitas; Elisiario Lima de Vasconcelos; Jonas Lima dos Santos; Maykon Miliano Alves Bezerra do Rosário; Marden Mendes

**101 SAÚDE DO TRABALHADOR: UMA REFLEXÃO SOBRE A SUA HISTÓRIA, A ATENÇÃO BÁSICA E OS ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO**
Maria Vandeuza Cavalcante Brito; Carlos Luan Lima Maciel

**102 SEXUALIDADE FEMININA PARA SIGMUND FREUD EM ARTICULAÇÃO COM A OBRA CINEMATOGRÁFICA POBRES CRIATURAS**
Micaele Maia de Queiroz; Lara Cunha Maia; Olga Damasceno Nogueira de Sousa

**103 TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL DOS TRANSTORNOS ALIMENTARES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DAS TÉCNICAS E INTERVENÇÕES**
Ticiane Fernanda Diogenes Pinheiro; Heloísa Bárbara Cunha Moizéis

**104 TRABALHO REMOTO: REGULAMENTAÇÃO E TENDÊNCIAS PÓS-PANDEMIA**
Carlos Luan Lima Maciel; Evelyn Heler de Sousa Oliveira; Flavia Brandao da Costa; Laysa Moreira Lima; Kelvia Samara de Lima Baltazar

**105 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: O DESEMPENHO DO ENFERMEIRO E SUA IMPORTÂNCIA FRENTE A INTERVENÇÃO PRECOCE**
Luana Mariano; Talita Bessa Reis; Vanessa Pinheiro Barreto

**106 TRATAMENTO DE PARKINSON ATRAVÉS DE TECNOLOGIAS, UMA REVISÃO DE LITERATURA**
Ana Clara Chaves Maia; Francisca Inaiara de Oliveira; Francisco Thiago de Oliveira Silva; Otaciana de Oliveira Régis; Larissa de Deus Rodrigues

**107 URBANISMO SUSTENTÁVEL: O DESAFIO PARA O SERTÃO NORDESTINO**
João Pedro Costa Ribeiro; Elton da Silva Lopes; Janine Chaves Coelho Guerreiro

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA ADI 5941/DF E O DIREITO DE IR E VIR

Marcio dos Santos Alencar Freitas[1]
José Hugo Nogueira Maia[2]
Sâmia Sara de Aquino Cabó[3]
Solange Maria Lourenço Vidal[4]
Vinicius Oliveira Reis de Freitas[5]

**RESUMO**

O presente trabalho procura expor a aplicação das medidas atípicas de execução, trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015, como a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação e a apreensão do passaporte do devedor/executado em ações com prestação pecuniária. É feita uma base de conceitos que cercam o tema, bem como de princípios inerentes à execução, a fim de situar o interlocutor. O método de pesquisa utilizado é o hipotético-dedutivo, com base nas hipóteses de que: as medidas violam o ordenamento jurídico, motivo pelo qual não devem ser aplicadas; ou é possível a aplicação das medidas em determinados. O objetivo geral é analisar o conflito de direitos que engloba o tema, identificando a aplicabilidade das medidas atípicas. Como objetivos específicos, foram selecionados os seguintes: conceituar as medidas utilizadas com base em doutrina; analisar aspectos legais e socioeconômicos afetados por elas; e verificar decisões judiciais referentes ao tema, identificando a possibilidade de requerimento e deferimento de aplicação das medidas atípicas nos casos mencionados. A pesquisa demonstrou que os meios coercitivos podem ser utilizados como uma forma de maior obtenção de satisfação das decisões judiciais nos processos executivos, entretanto devem ser observados os direitos inerentes à pessoa humana consagrados na Constituição Federal.

**PALAVRAS-CHAVE:** ADI 5941. Liberdade de Locomoção. Medidas Atípicas de Execução.

## INTRODUÇÃO

O CPC/2015 trouxe no seu art. 139, IV a possibilidade de medidas atípicas de execução no intuito de promover uma coerção do executado a cumprir a obrigação a ele imposta pelo título executivo. Em face dessa possibilidade, muitos julgados aplicaram como medidas atípicas a suspensão da CNH e a apreensão de passaporte.

[1]FACULDADE VIDAL: Mestre em Direito Constitucional e Ciências Políticas pela Universidade de Fortaleza; E-mail: marcio.freitas@favili.com.br
[2]FACULDADE VIDAL: graduanda em direito na Faculdade Vidal; E-mail: josehugomaia021@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: graduanda em direito na Faculdade Vidal; E-mail: sarasamia542@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: graduanda em direito na Faculdade Vidal; E-mail: langevidal@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: graduanda em direito na Faculdade Vidal; E-mail: viniciusxat1@hotmail.com

Em face dessas circunstâncias o Partido dos Trabalhadores-PT em 11 de maio de 2018 ajuizou a ADI 5941/DF visando a anulação desse dispositivo legal baseando-se na argumentação de restrição à liberdade de locomoção e à dignidade da pessoa humana.

Em 22 de fevereiro de 2019, o Supremo Tribunal Federal-STF julgou a referida ADI decidindo pelo não provimento, sob os argumentos de que as medidas atípicas previstas no artigo 139, inciso IV do CPC são válidas, desde que: não avance sobre direitos fundamentais e observe os princípios da proporcionalidade e razoabilidade; sua aplicação observe os princípios processuais e constitucionais dos artigos 1, 8 e 805 do CPC/15; e caso se verifique a existência de indícios de que o devedor possua patrimônio expropriável, tais medidas sejam adotadas de modo subsidiário, por meio de decisão contendo fundamentação adequada às especificidades da hipótese concreta, com observância do contraditório substancial e do postulado da proporcionalidade. Em face disso, o referido dispositivo legal, na visão do Supremo, coaduna com o ordenamento jurídico brasileiro e, em particular, com os ditames da CF/1988.

Apesar da decisão supramencionada tramita o PL 668/2023 cujo teor visa proibir as medidas atípicas supramencionadas. Fato este enseja o questionamento de, até que ponto, a decisão da ADI violaria a liberdade de locomoção dos indivíduos?

Desse modo, esse artigo possui como objetivo geral de analisar se as medidas coercitivas atípicas de suspensão de CNH e recolhimento de passaportes representariam violação à liberdade de locomoção do devedor. Os objetivos específicos, por sua vez, é descrever o direito de locomoção no ordenamento brasileiro apontando seu caráter não absoluto, discorrer sobre aplicação de medidas, coercitivas no Processo Civil (típicas e atípicas), avaliar a colisão entre o direito de locomoção, e a busca de efetivação das decisões judiciais.

## METODOLOGIA

O trabalho se vale do método hipotético-dedutivo e o procedimento estruturalista. Através da revisão da literatura, rememora-se a evolução jurídico-social no tocante a adoção de medidas excepcionais para satisfação do crédito no processo executivo no Brasil e, valendo-se da análise documental (decisões judiciais), apresenta as conclusões tomadas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), especificamente sobre a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e do passaporte do devedor. Para tanto, se utilizará a pesquisa exploratória, com formação de uma base bibliográfica e jurisprudencial relacionada ao tema.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Código de Processo Civil, instituído pela Lei n.º 13.105/2015, inovou ao prever em seu art. 139, inciso IV, a utilização de medidas atípicas pelo magistrado no processo de execução, tratando-se de uma iniciativa que busca imprimir maior efetividade ao processo ante a ineficácia dos meios já previstos na legislação. Essas medidas possuem natureza meramente coercitiva, não podendo funcionar como uma punição, assim como devem recair sobre o patrimônio do executado e não sobre o seu corpo.

As medidas coercitivas atípicas são técnicas processuais que objetivam auxiliar a parte exequente e os órgãos julgadores na concretização dos direitos reconhecidos em determinado título executivo, seja ele judicial ou extrajudicial. Eduardo Talamini, no livro Grandes Temas do NCPC, volume 11 – Poder Geral De Adoção De Medidas Executivas, coordenado por Fredie Didier Junior esclarece que:

> É da essência do instrumento coercitivo certa desproporção entre o bem atingido pela sanção e o bem tutelado. Para ser eficaz, a medida de coerção terá de impor ao réu um sacrifício, sob certo aspecto, maior do que o que ele sofreria com o cumprimento do dever que lhe cabe. Daí a extrema dificuldade de estabelecer limites de sua legitimidade, sem destruir-lhe a essência: a medida coercitiva deve configurar efetiva ameaça ao réu, apta a demovê-lo da intenção de transgredir, e, simultaneamente, não afrontar os princípios acima mencionados. De resto, a medida coercitiva não pode ser incompatível com o fim visado, de modo a acabar impossibilitando o réu de cumprir a ordem (por exemplo, não se pode impor como medida coercitiva a proibição de que o réu desenvolva atividade produtiva se a solvabilidade dele é pressuposto prática relevante para o cumprimento da ordem). (TALAMINI et al, 2018, p. 31-32).

Assim, é permitido ao juiz, pelo advento do princípio da atipicidade dos meios executivos, determinar aqueles que mais se adequem às peculiaridades do caso concreto. É essa a disposição do artigo 139, IV, do CPC, um dos dispositivos analisados na decisão mencionada.

> Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:
> [...]
> IV – determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.

O dispositivo legal supracitado consagra, portanto, o poder geral de coerção, permitindo que o magistrado determine as "medidas coercitivas não previstas de forma geral, desde que sejam necessárias e pertinentes à obtenção da satisfação no caso concreto" (STEINBERG, 2021).

Em maio de 2019 o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar a ADI nº 5941/DF, entendeu que é constitucional aplicar a devedores inadimplentes medidas não expressas na lei,

como a apreensão de Carteira Nacional de Habilitação e passaporte, proibição de se inscrever em concursos públicos e licitações com o Poder Público.

No entanto, o Projeto de Lei 668/23, em tramitação na Câmara dos Deputados, proíbe que devedores inadimplentes sejam impedidos de inscreverem-se em concursos públicos ou tenham a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e passaporte apreendidos por determinação da Justiça. O relator do projeto criticou a recente decisão do STF de aplicar tais medidas coercitivas a devedores inadimplentes. Portanto, é importante lembrar que as medidas coercitivas aplicáveis a devedores inadimplentes devem ser avaliadas caso a caso, levando em consideração os direitos fundamentais dos indivíduos envolvidos.

Essas sanções já estão previstas no Código de Processo Civil, como uma forma de obrigar a quitação das dívidas. Os ministros fizeram a ressalva que as medidas só podem ser aplicadas se não afetarem direitos fundamentais, como o direito à saúde e à segurança. Além disso, devem atender os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, ou seja, não podem ser desequilibradas em relação à irregularidade cometida. Quem usa a CNH para trabalhar, por exemplo, não teria o documento apreendido. O único ministro que votou contra foi Edson Fachin. Ele entende que as medidas coercitivas só deveriam ser aplicadas no caso do devedor de alimentos.

A referida ADI se fundamenta com base em algumas decisões que foram proferidas pelos tribunais nos quais decidiu-se pela suspensão da Carteira Nacional de Habilitação e pela apreensão de passaporte. Sendo assim, o entendimento do Partido dos Trabalhadores é de que o artigo 139, IV, do CPC/15, viola a liberdade de locomoção, ou seja, o direito de ir e vir, além do princípio da dignidade da pessoa humana. Portanto, indo contra o que está disposto na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 2023).

A ideia de liberdade de locomoção como um direito constitucional é antiga, eis que fruto do pensamento liberal burguês do século XVIII sendo prevista, até mesmo, na Carta Magna inglesa de 1215, com a previsão do habeas corpus enquanto instrumento que servia à tutela à liberdade de locomoção (GONÇALVES, 2020).

Trata-se de um direito fundamental de primeira geração, de cunho individualista, caracterizado como um direito de defesa que exige a não intervenção do Estado na esfera de autonomia do indivíduo. Portanto, trata-se de um direito que demanda um comportamento negativo, um “não fazer” do Estado, também por isso tais direitos são denominados “direitos de resistência ou de oposição perante o Estado” (SARLET, 2021).

A liberdade de locomoção representa um dos pilares fundamentais da liberdade geral prevista na constituição, de modo que o exercício dos demais direitos individuais dela depende

e, caso não houvesse previsão constitucional expressa-lhe assegurando, ainda sim estaria abarcada pela previsão geral de liberdade, eis que representa um pressuposto lógico ao exercício de vários outros direitos (SARLET, 2021).

Como se depreende da leitura do caput do art. 5º da Constituição Federal, a liberdade, juntamente com a vida, propriedade, igualdade e segurança, é um direito fundamental que possui uma relevância própria, tanto é que consta na cabeça do dispositivo supracitado. Seguindo a tradição já consagrada no constitucionalismo brasileiro, a Constituição Federal de 1988 elenca não apenas alguns direitos de liberdade específicos, senão que prevê uma espécie de cláusula geral de liberdade, na qual a liberdade de expressão, de manifestação e de reunião estão previstas. (GONÇALVES, 2020).

## CONCLUSÃO

Buscou-se analisar o problema da inconstitucionalidade da apreensão de passaporte e da suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), através da utilização do art. 139, IV, CPC, no bojo da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5.941/DF, de relatoria do Ministro Luiz Fux.

Cumpre destacar, que a finalidade do processo de execução é a satisfação plena, mas deve ocorrer de forma menos gravoso, atingindo o patrimônio e não diretamente as pessoas.

O Judiciário vem adotando essa postura no ordenamento jurídico, entretanto, o entendimento não é consolidado, pois parte entende que a aplicação das medidas se justifica na medida em que o processo de execução na maioria das vezes é frustrado pelo Executado. Já a outra parte afirma que a base estrutural das normas é a Constituição Federal e dessa forma não pode se permitir a sua violação.

Desse modo, percebe-se que há violação do direito constitucional da liberdade de locomoção e da dignidade da pessoa humana enquanto fundamento da República, ao passo que a suspensão do passaporte e a apreensão da CNH, enquanto medidas atípicas de execução aplicadas através do art. 139, IV, CRFB/88, são inconstitucionais, confirmando a hipótese inicialmente colocada.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015. **Institui o código de processo civil.** Disponível em: L13105 (planalto.gov.br). acesso em: 22/10/2023.

BRASIL. **Código de Processo Civil.** Lei 13.105 de 16 de março de 2015. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em 22/10/2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Plenário. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5.941/DF**. Relator: Ministro Luiz Fux. Data de julgamento: 09/02/2023. Data da publicação: 22/10/2023. Disponível em: Supremo Tribunal Federal (stf.jus.br).

GONÇALVES, Bernardo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Juspvim, 2020.

PRUDENTE, **Rafael. Projeto de Lei 668/23, Câmara dos Deputados, Brasilía, DF, 27/02/2023.** Fonte: Agência Câmara de Notícias, dispinivel em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2349321. Acesso em 12/05/2024.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado editora, 2021.

STEINBERG, José Fernando. **Regime jurídico de aplicação das medidas coercitivas atípicas do art. 139, IV, do CPC**. Londrina: Editora Thoth, 2021, Edição do Kindle.

Supremo Tribunal Federal. ADI 5941/DF, Rel. Ministro Luiz Fux, DJe 17/02/2023. Disponível em https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5458217. Acesso em 22/10/2024.

TALAMINI, Eduardo. **Poder geral de adoção de medidas executivas e sua incidência nas diferentes modalidades de execução**. Medidas Executivas Atípicas. Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# A DESIGUALDADE DE GÊNERO NA ATUAÇÃO PERANTE À ADVOCACIA CRIMINAL

Emanuela da Silva Gonçalves
Jessi Laiani Lima Vasconcelos
Liza Alves da Silva Vasco
Patrícia de Sousa Fernandes (coautor e orientador)

**RESUMO**

Este artigo aborda a persistente desigualdade de gênero na advocacia criminal no Brasil, investigando as razões subjacentes para essa disparidade. Diante da realidade de que as mulheres continuam sub-representadas e enfrentam obstáculos em sua progressão profissional nesta área, questiona-se: Por que ainda existe desigualdade de gênero na advocacia criminal no Brasil? Dessa forma, este estudo pretende analisar os fatores que contribuem para a desigualdade de gênero na advocacia criminal, identificando as principais barreiras enfrentadas por mulheres advogadas em suas carreiras, bem como avaliando as diferenças entre homens e mulheres na advocacia criminal e como isso desrespeita princípios constitucionais. Além disso, a relevância dessa pesquisa evidencia-se quando a igualdade de gênero na advocacia criminal não apenas reflete princípios de justiça e equidade, mas também contribui para a eficácia e legitimidade do sistema jurídico como um todo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desigualdade; Advocacia Criminal; Igualdade de gênero; Constituição Federal; Mulheres Advogadas.

## INTRODUÇÃO

A igualdade de gênero é um princípio fundamental que permeia todas as esferas da sociedade, inclusive o sistema jurídico. No entanto, apesar dos avanços significativos nas últimas décadas, a desigualdade de gênero ainda persiste em várias profissões, incluindo a advocacia. Na esfera da advocacia criminal, essa desigualdade se manifesta de maneiras complexas e impactantes, influenciando não apenas a representação dos interesses dos clientes, mas também as oportunidades profissionais e a percepção pública dos advogados e advogadas.

A advocacia criminal, por sua própria natureza, envolve questões de poder, autoridade e justiça, elementos intrinsecamente ligados às dinâmicas de gênero em nossa sociedade. Neste contexto, a análise da desigualdade de gênero na atuação perante à advocacia criminal revela não apenas disparidades tangíveis, como salários e oportunidades de promoção, mas também normas culturais e expectativas sociais que moldam as interações dentro do sistema legal.

Este artigo propõe uma reflexão aprofundada sobre a desigualdade de gênero na advocacia criminal, examinando como as construções sociais de masculinidade e feminilidade influenciam a prática jurídica, a representação dos clientes e as dinâmicas de poder no tribunal. Além disso, serão exploradas estratégias para mitigar essas disparidades e promover uma atuação mais inclusiva e equitativa dentro da advocacia criminal.

Para fundamentar essa discussão, serão consideradas perspectivas teóricas e empíricas, incluindo análises de casos, estudos sociológicos e contribuições de teóricos de gênero, como Judith Butler. Ao compreender as complexidades da desigualdade de gênero na advocacia criminal, esperamos contribuir para um diálogo mais amplo sobre justiça de gênero e promover mudanças significativas em direção a uma prática jurídica mais igualitária e progressista.

## METODOLOGIA

Revisão da Literatura: Será realizada uma revisão abrangente da literatura acadêmica e jurídica relacionada à desigualdade de gênero na advocacia criminal, incluindo estudos empíricos, teorias de gênero, análises de casos e contribuições de especialistas no campo. Serão consideradas também as legislações pertinentes, como a Constituição Federal de 1988, o código Penal Brasileiro e outras normativas relacionadas à atuação no âmbito criminal.

Integração de Perspectivas Teóricas: Os resultados da revisão da literatura serão integrados com perspectivas teóricas sobre gênero, poder e performatividade, incluindo as contribuições de Judith Butler. Além disso, serão considerados os princípios e diretrizes estabelecidos na Constituição Federal, que garantem a igualdade de direitos entre homens e mulheres, bem como a proibição de discriminação baseada em gênero.

Discussão e Conclusões: Os resultados da pesquisa serão discutidos à luz das teorias, perspectivas teóricas e legislações apresentadas. Serão exploradas as implicações dos achados para a prática jurídica, políticas públicas e futuras pesquisas, levando em consideração os princípios constitucionais e legais que regem a igualdade de gênero e a não discriminação.

Conclusões serão tiradas sobre as formas de abordar e mitigar a desigualdade de gênero na advocacia criminal, promovendo uma atuação mais justa e inclusiva para todos os profissionais, em conformidade com as normativas legais e constitucionais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa revelaram uma discrepância significativa na representação de gênero dentro da advocacia criminal, contrariando os princípios constitucionais de igualdade e não discriminação estabelecidos na Constituição Federal (CF). O Artigo 5º da CF, por exemplo, assegura a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, o que inclui gênero. No entanto, apesar dessas garantias legais, as mulheres continuam sub-representadas em cargos de liderança e em casos de destaque na área criminal.

Quando adentramos os meandros das profissões judiciárias, como a advocacia, vemos que as mulheres sempre tiveram seu exercício e atuação questionados, como se não fossem capazes de ocupar tais espaços e cargos. Caetano e Santos (2021) nos contam que:

> Durante muitos anos, a participação da mulher no mundo jurídico foi irrelevante. Embora aumentasse o quantitativo de mulheres nas faculdades de direito, o número de advogadas em carreiras públicas ou privadas e em cargos de direção e chefia não se mostrava proporcional. (CAETANO; SANTOS, 2021, p. 14321)

Dessa forma, evidencia-se que as mulheres, embora constituam uma parcela significativa dos profissionais do direito, enfrentam obstáculos adicionais em sua progressão profissional na advocacia criminal. Essa disparidade não apenas viola os princípios constitucionais de igualdade de direitos, mas também reflete uma persistente discriminação de gênero dentro do sistema jurídico.

Além disso, a revisão da literatura destacou que a desigualdade de gênero na advocacia criminal se estende além da representação profissional, manifestando-se também em disparidades salariais e de oportunidades de promoção. O Artigo 7º, inciso XXX, da CF proíbe a diferença de salários por motivo de sexo, no entanto, estudos indicam que as mulheres advogadas ainda recebem remunerações inferiores em comparação aos seus colegas do sexo masculino, mesmo quando possuem a mesma qualificação e experiência.

Essas disparidades salariais e de oportunidades de promoção são reflexo de normas culturais arraigadas e estruturas institucionais que perpetuam a desigualdade de gênero na advocacia criminal. Apesar das disposições legais que garantem a igualdade de direitos entre homens e mulheres, como o Artigo 226, § 5º, da CF, que estabelece a igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges, a cultura organizacional e as práticas discriminatórias dentro dos escritórios de advocacia continuam a marginalizar as mulheres e limitar seu avanço profissional.

Ao integrar esses resultados com as perspectivas teóricas de Judith Butler sobre gênero e performatividade, emerge uma compreensão mais profunda das complexidades da desigualdade de gênero na advocacia criminal. Butler argumenta que o gênero não é uma característica inata, mas sim uma performance repetida e reiterada dentro de normas sociais específicas. Na advocacia criminal, essas performances de gênero podem influenciar a forma como os advogados são percebidos e avaliados em seu trabalho, perpetuando assim as disparidades de gênero observadas.

A necessidade de transformação, então se faz tangente, para que a vida das mulheres, suas escolhas, e liberdade sejam receptivas em um grau maior de igualdade. A busca por equanimidade, torna a sociedade mais consciente de seus direitos e possibilidades de futuro. É necessário não disseminar e extinguir posicionamentos que naturalize espaços absolutamente masculinos, tornando a comunidade mais diversa e empática com a realidade alheia. Como nos adverte Caetano e Santos (2021):

> A sustentação de ambientes de trabalho predominantemente masculinos na advocacia é absolutamente cultural. Contudo, os hábitos e funções sociais destinados às mulheres tem mudado de maneira tal que hoje em dia podemos discutir sobre a desigualdade no tratamento entre homem e mulher buscando coibi-la, criando planos de ação de valorização da mulher na advocacia que efetivamente gerem efeitos positivos para a humanidade. (CAETANO; SANTOS, 2021, p. 14321)

No contexto atual, a necessidade de transformação para promover uma maior igualdade na vida das mulheres, suas escolhas e liberdades, é cada vez mais evidente. Essa busca pela equidade não apenas eleva a conscientização dos direitos individuais e futuros, mas também

estimula a criação de ambientes sociais e profissionais mais inclusivos e empáticos. De acordo com Caetano e Santos (2021), a persistência de ambientes de trabalho majoritariamente masculinos na advocacia reflete uma cultura estabelecida, contudo, mudanças significativas estão em curso. Diversos planos de ação estão sendo implementados, como programas de mentoria, capacitação profissional específica para mulheres, políticas de inclusão e diversidade, campanhas de advocacia e incentivo à ascensão feminina em cargos de liderança. Essas iniciativas não somente visam coibir a desigualdade de tratamento entre os gêneros, mas também fomentar uma advocacia mais diversificada e inclusiva, que possa gerar impactos positivos para toda a sociedade.

## CONCLUSÃO

A análise realizada neste estudo destaca a persistência da desigualdade de gênero na advocacia criminal, fenômeno que demanda atenção e ação por parte dos órgãos jurídicos e da sociedade como um todo. À luz dos princípios estabelecidos na Constituição Federal (CF), notamos que a igualdade de gênero é um direito fundamental, garantindo a todos os indivíduos, independentemente de seu sexo, o acesso igualitário às oportunidades e à justiça.

No entanto, os resultados deste estudo evidenciam que, na prática, a igualdade de gênero na advocacia criminal ainda não é uma realidade plenamente alcançada. A sub-representação de mulheres em cargos de liderança e as disparidades salariais entre advogados e advogadas revelam violações dos princípios constitucionais de igualdade e não discriminação.

É importante ressaltar que a discriminação de gênero não é apenas uma questão moral, mas também uma violação dos direitos fundamentais garantidos pela legislação brasileira. A CF, em seu Artigo 5º, assegura a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, o que inclui gênero. Além disso, o Artigo 7º, inciso XXX, proíbe a diferença de salários por motivo de sexo, garantindo a igualdade de remuneração entre homens e mulheres que desempenham a mesma função.

Portanto, a persistência da desigualdade de gênero na advocacia criminal não apenas viola os princípios constitucionais, mas também compromete a eficácia e a legitimidade do sistema jurídico como um todo. Para enfrentar esse desafio, é necessário um compromisso renovado com a implementação efetiva das leis e regulamentos que garantem a igualdade de gênero, bem como a adoção de políticas e práticas que promovam a inclusão e a equidade dentro da profissão jurídica.

Em última análise, somente através do cumprimento rigoroso dos princípios jurídicos e do compromisso com a justiça social podemos criar um ambiente jurídico onde todas as pessoas, independentemente de seu gênero, tenham a oportunidade de prosperar e contribuir plenamente para a administração da justiça.

## REFERÊNCIAS


BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CAETANO, Lohana da Silva; SANTOS, Kátia Paulino dos. A inserção da mulher advogada no cenário jurídico macapaense sob a ótica do princípio da isonomia. **Brazilian Journal of Development, Curitiba,** v.7, n.2, p. 14319-12014, 2021

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# A DEMISSÃO DE TRABALHADORES ACOMETIDOS POR VÍCIOS À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A DISPENSA DISCRIMINATÓRIA

Camile Freire da Silveira[1]
Caroline Freire da Silvera[2]
Carlos Luan Lima Maciel[3]
Jonatan Luiz de Azevedo[4]
Nicoly Silva Gomes[5]

**RESUMO**
O presente trabalho aborda os desafios enfrentados na esfera trabalhista em relação aos funcionários acometidos por vícios, destacando as mudanças jurisprudenciais a respeito da dependência química, relacionando, inclusive, com o princípio da dignidade humana. Assim sendo, o estudo tem o objetivo de promover uma compensação equitativa de direitos e deveres, fomentando a harmonia nas relações entre empregados e empregadores, no qual é evidente a necessidade de combater os impactos dessa condição, com o Estado e as empresas colaborando para proteger a saúde e os direitos desses indivíduos, evitando os preconceitos que frequentemente resultam em demissões injustas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho; Dependente químico; Direito; Dignidade.

## INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde passou a reconhecer a dependência química como uma doença, o que desencadeou diversos debates no âmbito jurídico e gerou impactos significativos nas relações de trabalho. Essa condição tornou-se um desafio social, afetando profundamente o ambiente laboral. Contudo, percebeu-se uma lacuna na legislação que tratasse adequadamente desse tema.

Como resultado, para assegurar a proteção dos trabalhadores afetados por essa enfermidade, ganha destaque a aplicação por analogia da Súmula n. 443 do Tribunal Superior do Trabalho. Esta súmula estabelece que a demissão de empregados portadores de doenças

1 FACULDADE VIDAL; camile2017silveira@gmail.com.
2 FACULDADE VIDAL; caroline2004freire@gmail.com.
3 FACULDADE VIDAL; carlosluanmaciel@gmail.com.
4 FACULDADE VIDAL; azevedojonatan590@gmail.com.
5 FACUDADE VIDAL; nicsilvag14@gmail.com.

graves é considerada discriminatória, e essa interpretação tem sido estendida também aos que sofrem de dependência química, podendo resultar em reintegração no emprego e indenização por danos morais.

O reconhecimento da dependência química como uma questão de saúde pública ressaltou a urgência de garantir direitos e proteções aos trabalhadores afetados por essa condição. A Lei nº 10.216/01, estabelece a obrigação do Estado em fornecer tratamento compulsório quando necessário, além de outras medidas para salvaguardar a saúde e o bem-estar desses indivíduos. Paralelamente, a jurisprudência desempenha um papel crucial na defesa dos direitos dos trabalhadores com dependência química.

Assim, é fundamental definir claramente o conceito de dependência química para evitar ambiguidades sobre o que é considerado patológico ou não no contexto das demissões. Conforme a Organização Mundial da Saúde, a dependência passou a ser caracterizada como um transtorno psiquiátrico e incluída na Classificação Internacional de Doenças (OMS, 1956), manifestada através da alteração dos estados mentais, progressivamente apresentando sintomas como apatia, auto isolamento, obsessão, medo, ansiedade, entre outros sintomas (OMS, 2024).

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo: 1) definir quem é o empregado dependente, e como ele se encaixa no rol do artigo 482 da CLT. 2) diferenciar a dispensa por justa causa da dispensa discriminatória, relacionamento com o princípio da dignidade da pessoa humana.

## METODOLOGIA

O referido estudo desfruta do método de pesquisas bibliográficas, bem como da análise de artigos de maneira qualitativa, visando embasar a temática discutida com a finalidade de ampliar o presente debate acerca do dependente químico frente as suas dificuldades diante da perspectiva dos direitos fundamentais. Além disso, baseia-se na análise de jurisprudências a partir de livros e artigos pertinentes ao tema, considerando aspectos legais da dependência química como também do princípio da dignidade da pessoa humana previsto no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal (CF) de 1988.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

As hipóteses de justa causa para a rescisão do contrato por parte do empregador, estão presentes no artigo 482 da CLT, sendo uma das causas, a embriaguez habitual ou em serviço. Entretanto, em 1943, ano em que foi decretada a Consolidação das Leis do Trabalho, o alcoolismo era considerado um vício, e não uma enfermidade (CLT, 1943). Hodiernamente, a dependência, seja em drogas lícitas ou ilícitas, é considerado, pela Organização Mundial de Saúde, uma patologia, sendo essa, a justificativa para que haja a mudança legislativa a respeito da demissão por justa causa do empregado acometido por essa doença.

Diante das diversas mudanças sociais a respeito da dependência química, os entendimentos dos tribunais estão cada vez mais a favor do tratamento do funcionário acometido por vícios, considerando, inclusive, a estabilidade provisória destes, deixando a rescisão contratual como último recurso (Leite, 2020). Ou seja, o entendimento é de que se deve esgotar todas as formas para revigorar a saúde do trabalhador, do contrário, a dispensa do empregado acometido por vícios seria considerada discriminatória. Nessa perspectiva, José Antônio Ribeiro Silva pontua:

> Sendo o trabalho visto não apenas como um instrumento de realização pessoal, mas em se tratando do dependente químico, apresenta além do caráter de dignificação humana o cunho da reabilitação almejada nessas situações, sendo indispensável que em casos "de perda do estado de saúde, o Estado abstenha-se de práticas que lesem a saúde do trabalhador e forneça determinadas prestações que promovam e protejam esta saúde, assim como as prestações essenciais à sua recuperação e reabilitação (SILVA, 2008, p. 186).

No Direito brasileiro, a justa causa é o motivo relevante, previsto em lei, que permite a resolução do contrato de trabalho por culpa de quem cometeu a infração. As hipóteses de dispensa justificada estão estabelecidas no art. 482 da CLT. Destaca-se a alínea "f", do referido artigo, que trata da embriaguez habitual ou em serviço. Essa disposição legal permite ao empregador dispensar o empregado que ingeriu bebidas alcoólicas ou consumiu drogas, comparecendo ao trabalho sob seus efeitos, sendo tal situação considerada justa causa.

Dessa forma, embora o texto normativo seja muito claro a respeito das dispensas por justa causa, a justiça entende não ser possível a rescisão contratual por falta grave, quando se tratar, exclusivamente, de dependência química. Episódios isolados de embriaguez ainda são considerados falta grave.

Este assunto é, inclusive, tema do projeto de lei N° 12 de 2011, cuja a intenção é manter no rol do artigo 482 da CLT, apenas a embriaguez em serviço, acrescentando que, nos casos de dependência química, a demissão só se dará caso o empregado recuse o tratamento (Congresso Nacional, 2011).

Apesar dos esforços legislativos em vigor, um dos maiores obstáculos durante o processo de recuperação ainda é a persistente presença do preconceito, estigma e exclusão social. Por outro lado, apuramos algumas críticas a determinadas práticas de diagnósticos, sinalizando que, ao criar o rótulo “dependente químico”, corre-se o risco de que o sujeito não se implique ou assuma suas responsabilidades em face da sua doença (Cunha et al., 2012). O que torna a jornada de recuperação ainda mais desafiadora.

Entretanto, é inegável, que a dignidade da pessoa humana se relaciona com os direitos fundamentais expressos na Constituição Federal de 1988. Nas palavras de Ana Paula Barcellos “terá respeitada sua dignidade o indivíduo cujos direitos fundamentais forem observados e realizados, ainda que a dignidade não se esgote neles”.

Portanto, é fato que a dignidade da pessoa humana não se resume a ter acesso à educação, saúde e moradia, por exemplo. Ela também inclui as mais diversas faces da liberdade, do trabalho, da política, da integridade, entre outros, além de como esses valores se relacionam.

A garantia da dignidade da pessoa humana está assegurada no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, onde foi incluída como um dos princípios essenciais. Além disso, o Supremo Tribunal Federal reconhece-a como uma fonte de direitos fundamentais, estabelecendo uma conexão com a área trabalhista e se tornando um instrumento de defesa do trabalhador. Conforme o autor Maurício Godinho Delgado:

> O princípio da dignidade da pessoa humana traduz a ideia de que o valor central das sociedades, do Direito e do Estado contemporâneos é a pessoa humana, em sua singeleza, independentemente de seu status econômico, social ou intelectual. O princípio defende a centralidade da ordem juspolítica e social em torno do ser humano, subordinante dos demais princípios, regras, medidas e condutas práticas (DELGADO, 2010, p. 37).

O princípio em questão é imprescindível para as relações laborativas, assumindo um papel basilar no ordenamento jurídico servindo de orientador para os demais princípios, tornando-se essencial para o convívio em sociedade, visando proteger o centro das relações jurídicas, visto que a pessoa é a base que sustenta esse princípio.

Destarte, é importante pontuar a estabilidade empregatícia no tocante a temática em questão, sendo fundamental para estabelecer uma relação segura, visando olhar para o menos favorecido no vínculo. No entanto, é assegurado pela própria Constituição Federal, em seu art. 201, inciso I, e pelos artigos 59 a 63 da Lei 8.213/91 - Planos de Benefícios da Previdência Social (PBPS), o auxílio doença tem natureza de benefício previdenciário, servindo como instrumento de proteção e subsídio ao trabalhador que se encontrar em razão de enfermidade temporariamente inapto para o labor.

É notório que o entendimento acerca da estabilidade provisória é proveniente do gozo do benefício do auxílio doença acidentário, o qual se encontra expressamente previsto apenas nos casos das patologias oriundas de acidente de trabalho, bem como aquelas derivadas do ambiente de trabalho ou em razão da função exercida pelo obreiro, quais sejam as conhecidas doenças ocupacionais, vislumbradas nos artigos art. 118 e 20, da Lei n. 8.213, de 1991.

## CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que a cooperação entre governo, empresas e sociedade civil desempenha um papel essencial na garantia dos direitos dos dependentes químicos. Isso pode ser alcançado por meio de iniciativas conjuntas que visam investir em prevenção e tratamento, além de promover a inclusão e combater o estigma no local de trabalho.

No sistema jurídico brasileiro, existe legislação dedicada à proteção dos direitos dos trabalhadores que sofrem de dependência química. A Lei nº 13.840/2019 determina que um

trabalhador em tratamento para dependência química não pode ser demitido, desde que a comprovação desse tratamento seja feita por meio de atestado médico, garantindo assim, a estabilidade do trabalhador.

Além disso, a legislação também estabelece que as empresas devem implementar programas de prevenção ao uso de drogas e álcool no ambiente de trabalho, tendo como objetivo educar e conscientizar os colaboradores sobre os riscos associados ao consumo dessas substâncias, além de oferecer suporte para aqueles que necessitam de ajuda para superar a dependência.

Dessa forma, a dispensa do empregado acometido por vícios presume-se discriminatória, devendo o empregador garantir a reintegração deste, restituindo a relação jurídica, bem como lhe garantindo seus direitos trabalhistas e pagamentos de verbas.

**REFERÊNCIAS**

ANSELMO, Tamires. **A estabilidade do dependente químico no direito do trabalho frente a demissão por justa causa, à luz dos princípios fundamentais**. 2014. 60 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma-Sc, 2014.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº 378. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2005.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Brasília, 1943.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo, 2017.

DELGADO, Maurício Godinho. **Princípios de direito individual e coletivo do trabalho**. São Paulo: LTr, 2010.

DENARC - Divisão Estadual de Narcóticos. **Dependência química**. Disponível em: www.denarc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=39. Acesso em: 20 maio 2018.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

SILVA, José Antônio Ribeiro. **A saúde do trabalhador como um direito humano**: conteúdo essencial da dignidade humana. São Paulo, Ltr, 2008.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# A DESAPROPRIAÇÃO DA VELHA JAGUARIBARA É UM EXEMPLO DA HIERARQUIA DO ESTADO?

Janine Chaves Coelho Guerreiro[1]
Ana Flávia Nunes Cassundé[2]
Michael Platinir Macário Eliano[3]

**RESUMO**

O presente resumo se desenvolveu por base de uma pergunta norteadora, “A desapropriação da velha Jaguaribara é um exemplo da hierarquia do Estado?”. Possuindo introdução sobre o tema e fragmentos sobre a soberania do Estado, metodologia que se aprofundou nos meios de dados de pesquisa, para gerar tal discurso de ideias veio procurar por meio de livros, legislações, sites, e todos os meios em resenhas críticas com mesma direção, os resultados e discussão que inseriu bases textuais e de autores correntes ao tema. Com conclusão com ótica de resolver a questão apresentada e subsequente referências. Todos os campos de ampliação foram de suma importância para resolver a seguinte problemática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Construção; Estado; Desapropriação; Planejamento.

## INTRODUÇÃO

Para início, deve-se conceituar o açude Castanhão, uma represa brasileira construída no leito do rio Jaguaribe e seu envolvimento com a cidade de Jaguaribara. A cidade denominada Nova Jaguaribara é a primeira cidade totalmente planejada do Estado Cearense que foi construída para abrigar a população do antigo município "Velha Jaguaribara", hoje submersa pelas águas do Rio Jaguaribe devido a construção da barragem Castanhão.

O surgimento do reservatório de água Castanhão tinha como finalidade o bem coletivo em relação ao combate da seca do setor jaguaribano e região adjacentes, assim a modalidade de desapropriação é o procedimento de direito público pelo qual o Poder Público transfere para si a propriedade de terceiro, por razões de utilidade pública ou de interesse social, normalmente mediante o pagamento de indenização. O objetivo da desapropriação é a transferência do bem desapropriado para o acervo do expropriante, sendo que esse fim só pode ser alcançado se

[1]FACULDADE VIDAL: janine@favili.com.br
[2]FACULDADE VIDAL: anafflavia20@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: platinirmakario@gmail.com

houver os motivos mencionados no conceito, isto é, a utilidade ou o interesse social. E a indenização pela transferência constitui a regra geral para as desapropriações, só por exceção se admitindo, como adiante se verá a ausência desse pagamento indenizatório (CARVALHO, 2007).

O autor Di Pietro cita o poder que o Estado exerce sobre toda a extensão presente em seu território, dizendo que "O próprio fundamento político em que se baseia o instituto da desapropriação, a saber, a idéia de domínio eminente do Estado, entendido como o poder que o Estado exerce sobre todas as coisas que estão em seu território; trata-se de poder inerente à própria idéia de soberania e não poderia ser obstado por um poder de igual natureza exercido pelos Estados e Municípios dentro de suas respectivas áreas geográficas, mesmo porque tais entidades não detêm soberania, mas apenas autonomia nos termos defendidos pela Constituição. Os interesses definidos pela União são de abrangência muito maior, dizendo respeito a toda nação, tendo que prevalecer sobre os interesses regionais" (DI PIETRO, 2007).

Nessa extensão, será abordado o desenvolvimento em texto para resolutiva a desapropriação da velha Jaguaribara é um exemplo da hierarquia do estado?

## METODOLOGIA

Para que se fosse possível a construção do resumo expandido, foi preciso uma pesquisa pura e qualitativa, sendo conduzida pelo objetivo principal de contribuir para o conhecimento a respeito do tema que pode ou não existir, por meio de livros, legislações, sites, e todos os meios em resenhas críticas que fossem possíveis o achado de dados em relação a temática na língua portuguesa, essa pesquisa foca em entender aspectos, assim concluir resultado sobre a questão: A desapropriação da velha Jaguaribara é um exemplo da hierarquia do Estado?

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A desapropriação existe por necessidade ou utilidade pública e interesse social como assim estabelece a Constituição brasileira:

> Art. 5º, XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.

Assim, dispõe o Código Civil:

> Art. 1228 § 3o O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente.

A constituição como garantidora de Direitos fundamentais garante o Direito de propriedade, existiu então a construção da nova Jaguaribara, primeira cidade planejada como forma Estatal de assegurar a garantia de moradia daqueles cidadãos, junto com indenizações, para a população, a qual teve que sair da sua antiga cidade, onde agora, o que restou da Velha Jaguaribara estrutura física, ruínas e escombros, desaparecereu debaixo das águas do Castanhão.

Dispõe a Constituição Federal:

> Art. 113 A Constituição assegura a brasileiros e estrangeiros o direito à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos seguintes termos:
> XVII – É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da Lei, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, como Guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exigia, ressalvado o direito a indenização ulterior.

Utilizando a administração pública fundamenta-se em atender ao interesse da coletividade, o autor Pereira aborda falando que não existe um conceito inflexível do direito de propriedade. Muito erra o profissional que põe os olhos no direito positivo e supõe que os lineamentos legais do instituto constituem a cristalização dos princípios em termos permanentes, ou que o estágio atual da propriedade é a derradeira, definitiva fase de seu desenvolvimento. Ao revés, evolve sempre, modifica-se ao sabor das injunções econômicas, políticas, sociais e religiosas. (PEREIRA, 2005, p.81).

Pode-se justificar a entrega do bem social e a reparação de possíveis danos causados aqueles moradores de Jaguaribara, visto que, tiveram amparo residencial por parte do Estado, pode ser destacado ainda a participação de grupos com moradores “representantes” na condução das necessidades da populacionais, como critérios para formalização dos pagamentos indenizatórios na forma de reassentamento da população de zona urbana de Jaguaribara, bem como, a inauguração do açude só poderia ocorrer quando a nova cidade já estivesse pronta, dentre outros, acerca desses aspectos Lima resulta falando que confere a lima o ato de soberania pelo qual o Estado, através das autoridades competentes, retira coativamente, de alguma pessoa física ou jurídica, por motivos de necessidade ou utilidade pública ou interesse social, mediante o pagamento de uma indenização, o direito de propriedade sobre o determinado bem, de qualquer natureza, em proveito do próprio Estado ou de terceiros, aos quais, inclusive, podem ser transferidos os bens expropriados (LIMA, 2007).

Para que o bem comum fosse alcançado os seguintes objetivos foram estabelecidos para justificativa do Castanhão, tal informação foi extraída do próprio relatório de impacto ambiental apresentado pelo DNOCS à Secretaria de Meio Ambiente:

> Irrigação de 43.000 hectares de terras férteis do Chapadão do Castanhão e Chapada do Apodi;
> Garantia d'água para abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza;
> Controle de Cheias do Baixo Jaguaribe, permitindo o aproveitamento de uma área de 25.000 hectares de várzeas potencialmente irrigáveis;
> Produção de 3.800 toneladas/ano de pescado, potencial decorrentes da exploração do espelho d'água, bem como consequência do fomento à pesca através da construção de uma Estação de Piscicultura;
> Instalação de uma usina hidrelétrica, pelo sistema de tubos-bombas, com capacidade de gerar 22,5 megawatts;
> Criação de um pólo turístico, de caráter regional;
> Reservatório, pulmão, integrante do sistema de transposição de vazões do Rio São Francisco. (DNOCS, 1999).

## CONCLUSÃO

Dado o exposto, é necessário concluir que a desapropriação da velha Jaguaribara foi instituída pelo Poder Público para utilidade pública, na qual o Estado, detentor de soberania, cumpriu com a satisfação na entrega do bem, gerando intensa participação dos moradores locais de forma democrática e também planejada, visto que o poder não se edifica numa relação isolada.

Observa-se que o Castanhão atualmente é a principal fonte hídrica para a garantia da irrigação no Vale do Jaguaribe junto com abastecimento de água, também um potencial fator no combate à seca do semiárido jaguaribano.

Diante do poder Estatal, se manifesta cabível a resolutiva da questão mencionada para desenvolvimento da temática, conclui-se que a desapropriação das terras de Jaguaribara para a construção do reservatório é uma visão de poder, da qual teve sua justificativa legalmente na busca do bem comum, essa relação de poder é um fator inerente à vida em sociedade capaz de promover a harmonia nas relações humanas.

## REFERÊNCIAS


BRASIL. [Constituição, 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, Distrito Federal: Presidente da República.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** 18. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

DNOCS. **Relatório de impacto ambiental apresentado pelo DNOCS à Secretaria de Meio Ambiente – SEMACE**. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas autarquia federal. Ceará, 1999.

LIMA, Paulo Jorge. **Desapropriação por Utilidade Pública.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. **Direito Administrativo.** 20. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil – Volume IV.** 19. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO ÂMBITO ORGANIZACIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ESTÁGIO ORGANIZACIONAL

Edilene da Silva Silverio[1]
Melina Sousa Gomes[2]
Ana Aristenia Lima Mendes[3]

**RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo explanar uma experiência em uma disciplina de Estágio, a partir da observação e acompanhamento, para identificar e desenvolver as principais habilidades que o psicólogo precisa ter para realizar intervenções no âmbito organizacional. Esta experiência foi um processo que requereu responsabilidades e reflexões na construção do saber e das práxis, conseguida a partir do Estágio Básico II em Psicologia Social do Trabalho e Organizacional, realizado no período do quinto semestre do curso de Psicologia da Faculdade Vidal de Limoeiro do Norte, exigindo uma postura que se caracteriza pela passagem da realidade estudantil para a realidade profissional**.** O referido Estágio, foi realizado em uma Empresa Alimentícia, tendo como objetivos a observação e descrição dos espaços estruturais e organizacionais da empresa, bem como intervenção produzida a partir de uma Pesquisa de Clima realizada com os colaboradores, que resultou em uma Análise SWOT. As atividades realizadas nesta vivência aqui descrita nos leva a concluir que a atuação do Psicólogo Organizacional visa promover a melhoria da qualidade de vida dos membros organizacionais, à medida que o psicólogo intervém sobre o fenômeno e processos relativos ao mundo do trabalho, contribuindo assim para melhorias do bem-estar profissional e desenvolvimento dentro desse processo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia Organizacional; Trabalho; Bem-Estar Profissional.

## INTRODUÇÃO

A disciplina de Estágio Básico II em Psicologia Social do Trabalho e Organizacional (PSTO) é o primeiro contato, durante o curso de Psicologia, com a prática profissional dentro do contexto organizacional, podendo ser visto como possibilidade de um contato real com o seu objeto de trabalho e com o contexto institucional. É um momento de observação e acompanhamento para identificar e desenvolver as principais habilidades que o psicólogo precisa ter para realizar atendimentos e intervenções no âmbito do trabalho.

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: edilenesilverio87@gmail.com.
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: melinasousagomes@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail:aristenia1@hotmail.com

É relevante destacar que o estágio básico em Psicologia é um fator essencial no processo de desenvolvimento acadêmico, pois através dele somos apresentadas às principais competências práticas da profissão, proporcionando assim a interação dos conhecimentos teórico-práticos através da inserção no cotidiano da prática profissional psicológica. O que nos leva a um grande processo de aprendizagem e crescimento através de diversas situações e desafios que passamos a enfrentar, relacionando a produção teórica estudada nas disciplinas e a vivência prática no campo.

O referido estágio foi realizado em uma Empresa alimentícia, que fica localizada em Limoeiro do Norte - CE. Funciona desde 1993, com a excelente qualidade dos produtos, os mesmos foram ganhando mercado e foi necessário o aumento do espaço fabril, com mais de duas décadas de funcionamento, conta em seu leque de produtos com uma grande variedade de doces no mercado Brasileiro, aumentando o patrimônio e expandindo a tão sonhada frota de caminhões.

Embora se trate de uma empresa de médio porte não realiza uma seleção formal, e não conta com o Psicólogo no seu quadro de trabalho, mas possui uma Identidade Organizacional, que segundo Chiavenato (2022, p.81):

> O desenho organizacional é um meio pelo qual uma organização se estrutura para desenvolver seu negócio e suas atividades e alcançar seus objetivos. Para compreender o desenho organizacional, torna-se necessário conhecer, primeiramente, o papel que a organização assume no mercado: sua missão, visão de futuro, valores, objetivos organizacionais e fatores críticos de sucesso. No fundo, o desenho organizacional é um instrumento para cumprir a missão e a visão, e alcançar os objetivos estratégicos da organização. São três aspectos que definem como a organização deve ser desenhada.

Através das atividades propostas pelo estágio foi possível realizar estudos e reflexões, que possibilitaram observações no campo e entrevistas com os gestores e colaboradores da organização. As entrevistas realizadas e as informações coletadas foram utilizadas para construção de um plano de intervenção a partir da demanda do serviço e dos usuários, elaboração do referencial teórico sobre a atuação do Psicólogo no contexto organizacional, elaboração dos objetivos e método do trabalho acadêmico.

Portanto, um dos objetivos do estágio foi justamente demonstrar para gestão a importância desse profissional dentro da organização. Visto que, o psicólogo organizacional desenvolve atividades no campo da psicologia aplicada ao trabalho, como recrutamento e seleção, orientação, aconselhamento e treinamento profissional, entre outras atividades.

Como objetivo geral esta experiência buscou possibilitar a imersão na área de atuação da Psicologia Organizacional, através de atividades como observar, analisar, registrar e realizar

intervenções em um ambiente organizacional por meio de atividades programadas e supervisionadas, visando o debate teórico e a compreensão de questões psicológicas. Como objetivo específico, procurou conhecer a atuação do psicólogo dentro do contexto organizacional e observar os seus desafios contemporâneos; observar e analisar a Cultura e o Clima Organizacional da referida instituição, através da relação dos colaboradores e gestores; desenvolver uma atividade de cunho interventivo consoante com o embasamento teórico construído até o momento.

## METODOLOGIA

O presente trabalho é resultado de uma experiência de estágio, no qual foi realizada uma revisão bibliográfica, Visitas Técnicas no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e Ambiente, e na Universidade Federal do Ceará – Campus de Russas, para conhecer o contexto organizacional dentro de uma instituição de ensino, e principalmente conhecer o papel do psicólogo nesse campo de atuação. Foi realizada visitas a Organização objeto desta experiência, a fim de conhecer o orientador e alguns colaboradores do setor administrativo e também toda a estrutura física da empresa, e sua história. Em seguida decidiu-se pela Pesquisa de Clima, havendo a elaboração do questionário e sua aplicação. Resultando na elaboração de uma Análise SWOT, e sua apresentação para o meu supervisor de campo e os gestores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um dos maiores desafios foi encontrar o Campo de Estágio, já que em Limoeiro do Norte, mesmo sendo uma cidade do interior com uma grande população, classificada como Polo Regional, ainda assim existe uma cultura muito forte por parte de várias Organizações em relação a atuação do Psicólogo dentro das Instituições. Tendo uma óptica desse profissional como apenas o responsável pelo processo de Recrutamento e Seleção, e como são empresas de pequeno e médio porte, julgam não haver a necessidade deste profissional dentro do quadro de funcionários.

Destarte, as atividades propostas no estágio ocorreram de uma forma fluída, visto que, em um primeiro momento ocorreu uma preparação teórica, embasada nas orientações da professora responsável pela disciplina do Estágio. Outro fator que ajudou bastante foi o aprendizado que obtive nas disciplinas de Psicologia do Trabalho, Psicologia Organizacional e Psicopatologia do Trabalho, sem tirar também o mérito das demais disciplinas que de uma forma ou de outra acabam se relacionando com o contexto Organizacional. Estabelecendo assim

um conhecimento teórico mais significativo, proporcionando uma óptica diferente sobre o contexto organizacional e o papel do psicólogo, permitindo diversas reflexões.

Como explica Ghiraldelli (2000), com o advento da globalização e em razão do vínculo estreito com as atividades administrativas, a Psicologia Organizacional e do Trabalho passou por várias transformações em busca do desenvolvimento da produtividade do trabalhador e do seu bem-estar. Atualmente, os profissionais da referida área caminham para uma atuação psicossociológica, orientados por uma visão ampla e dinâmica da organização dentro da sociedade.

Segundo Bastos (1997), a pesquisa neste campo se desenvolveu e a prática dos profissionais de Psicologia do Trabalho e das Organizações também se diversificou, visto que, atua não apenas em atividades de áreas tradicionais, como o recrutamento, seleção, aplicação de testes, avaliação de desempenho, etc., mas também em áreas estratégicas que incluem a avaliação de clima e cultura, administração de processos de mudança e desenvolvimento organizacional, participação no planeamento estratégico e elaboração de políticas, consultorias internas e resolução de conflitos organizacionais em todos os níveis.

Levando em consideração todos esses aspectos estudados e as observações realizadas no campo de estágio e nas Visitas Técnicas, a intervenção desenvolvida busca justamente realizar uma investigação através da realização de uma Pesquisa de Clima. Objetivando conhecer e analisar mais detalhadamente o Clima Organizacional da empresa, analisando a cultura através de todos os seus níveis, para que assim, seja possível planejar e traçar estratégias que busquem uma Qualidade de Vida no Trabalho e principalmente um Clima Organizacional Saudável em todos os aspectos, beneficiado gestores e colaboradores.

De acordo com Coda (1993), o clima organizacional é o indicador do grau de satisfação dos funcionários de determinada empresa, em relação a particulares contidos na mesma, como a cultura organizacional, as políticas adotadas, o modelo de gestão aferido, a forma como flui o processo de comunicação, a valorização e reconhecimento do profissional através de recompensas e, por fim, nem por isso o menos importante, a própria identificação que o indivíduo tem para com a organização.

A intervenção contou ainda com uma Análise de SWOT, que foi realizada a partir da pesquisa de clima. A sigla SWOT vem dos termos em inglês: strengths, weaknesses, opportunities e threats, que traduzidos para o português significam: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. No Brasil, a análise SWOT ficou conhecida por FOFA, para que ficasse de melhor entendimento. Então, SWOT e FOFA referem-se à mesma coisa. O intuito desta análise é verificar os ambientes internos e externos da organização (NOGUEIRA, 2015).

É explícito que a presença do psicólogo na equipe de profissionais de uma organização faz toda a diferença. À medida que, as organizações estão sempre buscando melhorias no seu fazer profissional, sendo então necessário contar com colaboradores bem capacitados e adequados para exercer seus cargos e funções de maneira eficiente, buscando sempre a eficácia. Logo, a psicologia organizacional cada vez mais exerce um papel importante e decisivo na formação de pessoas e principalmente em um ambiente organizacional promissor.

Foi possível observar no processo do estágio, a grande demanda psicológica que tem no ambiente organizacional, e que a falta de conhecimento dos gestores sobre a atuação do psicólogo e sua relevância, traz um grande prejuízo, não só no processo de produtividade da instituição, mais principalmente na inexistência de Qualidade de Vida no Trabalho e no bem-estar biopsicossocial dos colaboradores.

O grande desafio da Psicologia Organizacional é psicoeducar e modificar uma estrutura que já está enrijecida há muito tempo, de que psicólogo dentro da empresa só realiza recrutamento e seleção, e que de nada vai contribuir para a produtividade e que só beneficia os colaboradores. Outro desafio é poder desenvolver o seu trabalho de uma forma eficaz, visto que, a realidade atual não enfatiza o trabalho da equipe multiprofissional dentro do contexto organizacional, que tem o conhecimento e a experiência necessária para intervir de maneira adequada às demandas existentes. Sendo ainda um desafio imenso buscar um equilíbrio entre as necessidades dos gestores e colaboradores.

É importante salientar que o psicólogo organizacional não se restringe somente à gestão de pessoas, mas, também dá atenção à saúde do trabalhador e da organização. “As organizações são sistemas que incluem variados níveis, procedimentos e tecnologias, mas são sistemas sociais, acima de tudo. Compreendê-las requer analisar as complexas interações que ocorrem nos múltiplos níveis interligados aos seus subsistemas e os sistemas de seu entorno” (Zanelli, p.18, 2008).

Destarte a função do psicólogo dentro da empresa é de grande importância e seu olhar diferenciado torna-se muito valioso nos processos pelo qual ele é encarregado de realizar. Desde a descrição do cargo até o desligamento do trabalhador, ele desempenha papel crucial nesse contexto.

## CONCLUSÃO

A experiência do estágio confirmou a relevância da atuação do Psicólogo Organizacional, visto que, promove a melhoria da qualidade de vida dos membros organizacionais, à medida que o psicólogo intervém sobre o fenômeno e processos relativos ao

mundo do trabalho, contribuindo assim para melhorias do bem-estar profissional e desenvolvimento dentro desse processo. Sendo importante destacar que o Psicólogo organizacional enfrenta diversos desafios para buscar um equilíbrio entre atender as necessidades vigentes dos gestores e colaboradores, prezando sempre pelo bem-estar da organização como um todo.

Dessa forma, o estágio realizado cumpriu o objetivo ao qual foi destinado, contribuindo na minha formação acadêmica, além de possibilitar levar a organização informações importantes sobre temas que foram observados durante o período de estágio e na aplicação da pesquisa de clima e da análise SWOT.

Durante a intervenção realizada com os colaboradores do equipamento foi possível falar sobre saúde mental, relações interpessoais e relações de trabalho, sendo esses temas muito importantes para se trabalhar no ambiente laboral.

## REFERÊNCIAS


Bastos, A. B. (1997). **Mudanças tecnológicas, cultura e indivíduo nas organizações: O desafio de construir sistemas de trabalho de alto desempenho**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 13(3), 317-327.

CODA, R. **Estudo sobre clima organizacional traz contribuição para aperfeiçoamento de pesquisa na área de RH**. In: Boletim Administração em Pauta, suplemento da Revista de Administração, São Paulo. IA-USP, n. 75, dez., 1993.

CHIAVENATO, Idalberto, **Comportamento organizacional**: **a dinâmica do sucesso das organizações** - 4. ed. [2ª Reimp.] - São Paulo: Atlas, 2022.

Ghiraldelli Jr., P. (2000). **As teorias educacionais na modernidade e no mundo contemporâneo: humanismo e sociedade do trabalho**. In P. Ghiraldelli Jr. *Didáticas e teorias educacionais*. (pp. 15-38, O que você precisa saber sobre didática e teorias educacionais). São Paulo: DP&A.

NOGUEIRA, C. S. **Planejamento estratégico**. São Paulo: Pearson, 2015.

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal. **Interação humana e gestão: a construção psicossocial das organizações de trabalho**. – São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# A INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DO PROGRAMA NAPE DE ALTO SANTO-CE.

Camile Freire da Silveira[1]
Driely Lima de Sousa[2]
Maria Samira Holanda Silva[3]
Marcio dos Santos Alencar Freitas[4]

**RESUMO**

O estudo analisou a implementação do programa NAPE-Núcleo de Atendimento Pedagógico Especializado em escolas de rede pública no município de Alto Santo-CE, no intuito de compreender sua relevância, pontos positivos e principais fragilidades enfrentadas para a inclusão de crianças com TEA na pré-escola daquela municipalidade. Para este fim realizou-se uma pesquisa qualitativa, descritiva, bibliográfica, documental e de campo. A coleta de dados das duas primeiras se dá por intermédio de sites, revistas cientificas, livros, normas e jurisprudência especializadas atinentes ao tema. Ao passo que a pesquisa de campo envolveu a entrevista com a Coordenadora do NAPE da Secretaria de Educação de Alto Santo/CE, onde perguntas foram realizadas com a finalidade de compreender o programa nas instituições escolares, tal como os desafios enfrentados durante a inclusão de crianças autistas. conclui-se que o Programa NAPE desempenha significativo passo para a inclusão de alunos autistas em Alto Santo/CE, destacando a importância da identificação e acompanhamento individualizado desses estudantes. Todavia, enfatiza-se a como principal problema para a implementação do programa a falta de capacitação de professores, havendo a necessidade de preparação desses profissionais para compreender as necessidades de cada aluno de modo a promover material e aulas adaptadas a necessidade dessas crianças, sugerindo a inclusão dessa temática na formação desses profissionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Inclusão; Autismo; NAPE

## INTRODUÇÃO

A inclusão educacional é um direito necessário e crucial para o desenvolvimento social, como também econômico, o qual evidencia que todos os indivíduos devem obter a igualdade de oportunidades no acesso à educação de qualidade, independentemente de sua origem,

[1]FACULDADE VIDAL: graduando em direito na Faculdade Vidal; E-mail: camile2018silveira@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: graduanda em direito na Faculdade Vidal; E-mail: sousa.drielyl@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: graduando em direito na Faculdade Vidal; E-mail: samirahollanda162@gmail.com
[4] FACULDADE VIDAL: Mestre em Direito, Professor de Direito Constitucional e de Direito Empresarial da Faculdade Vidal; E-mail: marcio.freitas@favili.com.br

gênero, raça, condição social ou deficiência (Sassaki, 2008). Diante disso, as legislações escolares no Brasil, asseguradas pela Constituição de 1988, instituem que a educação é um direito fundamental de todas as crianças, independentemente de suas capacidades.

Desse modo, é importante assegurar que crianças autistas tenham acesso a uma educação de qualidade capaz de atender às suas necessidades individuais, por meio da implementação de estratégias de ensino especiais, salas de aulas inclusivas e o apoio de profissionais capacitados. Nesse sentido, a escola é um ambiente favorável para o desenvolvimento infantil, tanto pelo convívio com outras crianças quanto pelo papel do pedagogo, das quais focam em desenvolver diferentes habilidades nos alunos. Assim, remetem ao conceito de mediação, na qual um papel fundamental é desempenhado, em que as relações que crianças demonstram com outras e com os adultos exercem encargos importantes para o desenvolvimento e conhecimento (Yygotsky, 2007).

Neste contexto, segundo a coluna "Cotidiano" do UOL News (2021), a inclusão de alunos autistas avançou no censo escolar, 294.394 alunos com esse transtorno estão inseridos no ensino infantil, fundamental ou médio nas redes públicas e privadas. Dessa maneira, evidenciou-se uma alta é de 280% se comparando com o ano de 2017, no qual havia 77.102 alunos pertencentes ao espectro autista.

Além disso, segundo os educadores e terapeutas, estes números estão relacionados apenas a uma parcela do universo, o qual deveria frequentar a sala de aula no Brasil. Essas estimativas reforçam a ideia de que é essencial a inserção de crianças com Transtorno do Espectro Autista-TEA desde a pré-escola, embora segundo Vanderson de Souza Silva e Rosilene Almeida (2021), o método inclui diversas demandas, de maneira que cada aluno deve ser recepcionado de acordo com suas particularidades e necessidades.

Sob essa égide, o presente estudo tem por objetivo analisar a implementação do programa NAPE-Núcleo de Atendimento Pedagógico Especializado em escolas de rede pública no município de Alto Santo-CE, no intuito de compreender sua relevância, pontos positivos e principais fragilidades enfrentadas para a inclusão de crianças com TEA na pré-escola daquela municipalidade.

Para essa finalidade, tem-se como objetivos específicos, buscar-se-á: 1) discutir o princípio da isonomia estabelecido no artigo 5º da CF, o qual garante que todos sejam tratados de maneira igual perante a lei, sem discriminação;2) Compreender o Direito à Educação na CF, em que se constitui o direito a uma educação inclusiva e de qualidade as crianças com autismo; 3) Correlacionar o funcionamento do programa NAPE com os direitos aos quais são estabelecidos a crianças com TEA no âmbito escolar.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, bibliográfica, documental e de campo. A coleta de dados das duas primeiras se dá por intermédio de sites, revistas cientificas, livros, normas e jurisprudência especializadas atinentes ao tema. Ao passo que a pesquisa de campo envolveu a entrevista no dia 12 de outubro de 2023 com a Coordenadora do NAPE da Secretaria de Educação de Alto Santo/CE, Maria Delma Bezerra de Souza Campelo, com o objetivo de conhecer e entender a finalidade do referido programa aplicado em aproximadamente 32 alunos daquela municipalidade.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os diversos direitos protegidos pela CF/1988 destacam-se o de inclusão de pessoas deficientes a educação. Nesse sentido, o artigo 205 aponta ser a educação um direito de todos e um dever do Estado. Ademais, o art. 206 a CF/88 descreve a busca da universalização do direito a educação. Indo de encontro a essa necessidade de oferecimento está o art. 59 da Lei nº 9.394/96, que confere direito aos deficientes físicos o acesso à escola de acordo com as suas necessidades.

Desse modo, o princípio da isonomia, presente no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Isso implica que todas as pessoas, incluindo aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), têm direito à mesma dignidade, respeito e oportunidades, inclusive no acesso à educação. No contexto específico da educação de autistas, a Constituição Federal, aliada a leis específicas e necessidades básicas como o Plano Individualizado de Atendimento (PDI), o qual visa garantir a inclusão dessas crianças nas escolas, promovendo sua participação e aprendizado.

O programa NAPE da Secretaria de Educação de Alto Santo, desempenha um papel crucial nesse processo de inclusão. Ele visa compreender as necessidades das crianças com TEA na pré-escola e oferecer apoio pedagógico especializado para sua integração efetiva. Entre os pontos positivos do programa estão a atuação de profissionais especializados, como psicólogos e assistentes sociais, para auxiliar os educadores na elaboração de planos de ensino personalizados, adaptação do ambiente escolar e comunicação efetiva com os pais. No entanto, as fragilidades enfrentadas incluem a carência de educadores capacitados para lidar com as demandas específicas dessas crianças. A falta de preparo pode dificultar a implementação adequada de estratégias de inclusão, respeitando as características individuais de cada aluno com TEA.

Portanto, a educação procede do princípio da dignidade da pessoa humana, o qual é necessário para que o estudante possa desenvolver habilidade, autoconfiança, sociabilidade, para que se possa obter uma vida decente, bem como o bem-estar e a independência. Por sua vez, no art. 4º do Decreto n. 8.368/14, o qual regulamentou a Lei n. 12.764/12, determina o compromisso partilhar entre o Poder Público e o privado no dever em garantir o direito a educação da pessoa com TEA (BRASIL,2014).

Desta forma, é estabelecido na norma o direito a um acompanhante especializado no âmbito escolar para crianças com autismo, refere-se de profissionais capacitados para ofertar o apoio a pessoas com TEA durante as aulas, com o intuito de contribuir para a compreensão do conteúdo educacional, por meio de técnicas especificas, pretendendo fazer com que o aluno com transtorno acompanhe o conteúdo e progride com a maioria da turma.

De acordo com Bianca Bittar (2009) para compreender a ideia de um direito a diferença, fortalece a ambição de diferenciação, dentro de uma sociedade, a qual busca construir homogeneização e padronização. À vista disso, o direito da pessoa com deficiência se baseia em princípios fundamentais, como a isonomia e o direito a inclusão, d modo, que a isonomia diz respeito à igualdade de direitos e oportunidades, independentemente de suas capacidades, enquanto o direito a inclusão envolve garantias capazes de permitir que o grupo alvo possa participar plenamente da sociedade, sem barreias físicas, atitudinais ou comunicacionais.

Um grande desafio nessa seara é a carência de conhecimento dos professores para a implementação pratica as quais colaboram com a adaptação escolar de crianças com autismo. Marsh (2017) afirma que embora os educadores obtenham clareza e percebam que crianças com TEA encaram diversas dificuldades nesse processo ou necessitem de mais suporte, as práticas implementadas não são suficientes. Todavia, se torna imprescindível a máxima contribuição dos educadores bem como do ambiente escolar para auxiliar na acomodação dos citados.

Voltando para o objeto da pesquisa, a Coordenadora Maria Delma relatou que o programa NAPE foi implementado com base na Lei nº 13.935 de 2019, a qual dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, já vem sendo utilizado desde 2021, no qual é realizado um cronograma mensal de atividades, dividido por escolas e alunos, em que cada da semana a psicopedagoga juntamente com o psicólogo se deslocam até a escola para realizar o devido acompanhamento.

Destacou, ainda, que mesmo o aluno que não possui um laudo diagnóstico, mas que necessita utilizar deste programa, pode ter o apoio do NAPE. Para tanto, é imperativo que seus responsáveis informem a instituição escolar sobre o comportamento da criança em casa.

Caso não ocorra, outra opção se dá a partir da percepção do professor titular, o qual relata para a diretoria da escola comportamentos atípicos de alunos durante as realizações das atividades em sala. Uma vez acionada, a diretoria escolar convoca os responsáveis para uma conversa pacifica a respeito do (a) aluno (a), se caso os pais notarem que o comportamento condiz com o mesmo que o professor observou em sala de aula, o aluno poderá passar por um acompanhamento com o psicólogo do programa NAPE, mesmo sem o laudo, caso os responsáveis permitam.

Além disso, na primeira consulta com o profissional de psicologia é facultado a mãe aderir a anamnese. Caso o psicólogo note ser necessária uma avaliação mais completa para se confirmar o diagnóstico de autismo, ele encaminhará o menor para uma avaliação com o neurologista.

No entanto, ainda há muito a ser feito, como a disponibilização de acompanhantes terapêuticos e a oferta de estrutura complementar. Ademais, destaca-se que análise das interações sociais nas escolas, a participação dos alunos autistas e a mediação dos educadores são fundamentais para promover a inclusão e reduzir o preconceito. Deste modo é importante um ambiente escolar seguro e estruturado, que incentive o desenvolvimento de habilidades sociais e de comunicação.

Por conseguinte, embora o município esteja com um projeto para a capacitação de professores no ano de 2024, a Coordenadora complementa que a maior dificuldade enfrentada são educadores capacitados. Assim como afirma Tarcitano Santo (2008), as maiores complicações para a socialização e para o aprendizado é o despreparo técnico-pedagógico dos professores, bem como em detectar as características de uma com criança com TEA, essencialmente os de alto desempenho, com grau baixo de compromisso.

## CONCLUSÃO

Por tudo o que fora exposto, conclui-se que o Programa NAPE desempenha significativo passo para a inclusão de alunos autistas em Alto Santo/CE, destacando a importância da identificação e acompanhamento individualizado desses estudantes. Todavia, enfatiza-se a como principal problema para a implementação do programa a falta de capacitação de professores, havendo a necessidade de preparação desses profissionais para compreender as necessidades de cada aluno de modo a promover material e aulas adaptadas a necessidade dessas crianças, sugerindo a inclusão dessa temática na formação desses profissionais.

**REFERÊNCIAS**


JUSBRASIL. **Artigo 205 da Constituição Federal de 1988**. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/busca?q=Art.+205+da+CF+de+1988&utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=lr_dsa_legislacao&utm_term=&utm_content=legislacao&campaign=true&gad_source=1&gclid=CjwKCAjwl4yyBhAgEiwADSEjeErmks4x0A_JYhjHKn-ZLfcvuQJP9JV3JMPoFKcnHH7uFdlmgbhkwBoCQAgQAvD_BwE. Acesso em: 10 maio 2024.

JUSBRASIL. **Artigo 206 da Constituição Federal de 1988**. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650554/artigo-206-da-constituicao-federal-de-1988. Acesso em: 10 maio 2024.

JUSBRASIL. **Artigo 5 da Constituição Federal de 1988**. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10641516/artigo-5-da-constituicao-federal-de-1988. Acesso em: 13 maio 2024.

JUSBRASIL. **Artigo 59 da Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=art.+59+da+lei+de+diretrizes+e+bases+-+lei+9394%2F96. Acesso em: 10 maio 2024.

LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro; AGRIPINORAMOS, Cibele Shírley. Inclusão de Crianças Autistas: um Estudo sobre Interações Sociais no Contexto Escolar. **Rev. Bras. Educação Especializada**, Marilia, v. 20, n. 1, p. 117-130, jan. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000100009. Acesso em: 30 out. 2023.

MARTINS, Juliana dos Santos; CAMARGO, Síglia Pimentel Hoher. A adaptação de crianças com autismo na pré-escola: estratégias fundamentais na Análise do Comportamento Aplicada. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 104, n. 1, p. 1-20, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.104.5014. Acesso em: 30 out. 2023.

MEIRELES, Iago Rangel. Direito à educação de crianças e adolescentes autistas: um estudo sobre a eficácia das normas vigentes. **Direito À Educação de Crianças e Adolescentes Autistas**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 1-24, 06 set. 2022.

NOTICIAS Uol. Inclusão de aluno autista avança, mas ainda é um desafio. **UO**L, s.l, 02 abr 2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agenciaestado/2022/04/02/inclusao-de-aluno-autista-avanca-mas-ainda-e-desafio.amp.htm . Acesso em: 23, out, 2023.

REMEDIO, José Antonio; ALVES, Alexandre Luiz Rodrigues. Direito à educação da pessoa com transtorno do espectro autista: obstáculos à sua efetivação. **Direito À Educação da Pessoa Com Transtorno do Espectro Autista**: Obstáculos À Sua Efetivação, Joaçaba, v. 22, n. 1, p. 377-404, jul. 2023.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR EM AMBIENTES DIGITAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Carlos Luan Lima Maciel[1]
Danilo Rodrigues Cavalcante[2]
Jamile Soares da Silva[3]
Maria Nívia Nogueira Fernandes[4]
Nadiny Alves de Lima[5]

**RESUMO**

Esta pesquisa destaca a importância da proteção ao consumidor em compras realizadas por meio de ambientes digitais as quais tem se tornado muito comum na atualidade devido a diversos fatores como comodidade, acessibilidade e falta de tempo. Contudo, é preciso destacar a necessidade de assegurar os direitos do consumidor para que o mesmo tenha amparo legal caso realize um compra que o desagrade ao receber o produto e o mesmo possa recorrer a meios legais para ser ressarcido. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica em sites confiáveis o que resultou em descobertas da proteção ao credito por meio do CDC (Código de Defesa do Consumidor) e informações sobre os direitos do consumidor.

**PALAVRAS-CHAVE:** ambientes digitais; proteção; consumidor; tecnologia.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa terá como temática a proteção do consumidor em ambiente digitais onde a compras realizadas em sites tem feito parte do nosso cotidiano em todas as situações que vivenciamos atualmente. É notório que a internet não é somente mais um meio de comunicação fincado na sociedade. As compras feitas pela internet aumentaram no período pandêmico e vem crescendo cada vez mais por isso, já possui normas de defesa do consumidor direcionado a este tipo de compras. (Lisboa, 2017)

Algo preocupante em relação ao uso das mídias digitais pelo consumidor é que o mesmo pode fazer compras em sites da internet sem se preocupar em falar com atendentes o que pode ocasionar situações de vulnerabilidade. Para tanto, o Código de Defesa do Consumidor está para protegê-los de possíveis desfalques financeiros que possam vir a sofrer.

[1]Professor da FAVILI. e-mail: carlosluanmaciel@gmail.com
[2]Aluno FAVILI. e-mail: daimeuu47@gmail.com
[3]Aluna FAVILI. e-mail:jamile20172017@outlook.com
[4]Aluna FAVILI. e-mail: niviafernandesli@gmail.com
[5]Aluna FAVILI. e-mail: nadinyalvesdelima@gmail.com

Objetiva-se com esta pesquisa ressaltar a importância de proteção ao consumidor no que se refere a compras feitas por meio da internet em sites diversos destacando também o cuidado e o conhecimento em fornecer documentos antes de conhecer realmente a legalidade de tais sites e da venda adequada dos produtos buscando a transparência e segurança por meio de informações claras e precisas.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização desse trabalho foi a pesquisa bibliográfica de fontes primárias e secundárias. Inicialmente foi realizada uma busca utilizando as palavras-chave: tecnologia digital, consumidor, proteção, ambientes digitais, compras digitais, nos sites: Scielo, Repositório digital UFC, Google acadêmico. Após a pesquisa foram selecionados entre os artigos visitados alguns para embasar a pesquisa. Entre estes estão: Nunes (2017), Almeida (2017), Souza (2022), Liquidato (2022), Miragem (2019), entre outros.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O comércio online tem tido ampla expansão nos últimos anos e na época da pandemia Covid-19 ganhou mais ênfase. Segundo a pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com a *Offer Wise* Pesquisas, 91%dos internautas brasileiros fizeram compras pela internet no ano pandêmico haja vista que as lojas físicas fecharam e as pessoas tinham que ficar em casa por causa do vírus em 2020.

O crescimento das compras em ambientes digitais no período da pandemia é algo notório e segundo (Lisboa, 2017), o celular foi o veículo tecnológico mais usado para compras online. Em segundo lugar, o notebook sendo seguido pelos computadores de mesa. Durante a pandemia Covid-19 ocorreu uma verdadeira revolução no setor comercial online. Esse aumento, ocasionou nas empresas não apenas disputas por sites mais rápido como também investir na proteção ao credito do consumidor. (Lisboa, 2017)

Liquidato (2022) afirma que a Sociedade da Informação surgiu na era da informação incitada pela Revolução da Informática e da Globalização marcada pela transformação significativa nas relações de consumo. Nesse contexto, o cenário mostra que a informação de acordo com Liquidato (2022) não é apenas uma matéria-prima e sim, um motor essencial para o desenvolvimento tecnológico e social enfatizando que a sociedade da informação surge de uma interação complexa entre fatores sociais, criatividade, espírito empreendedor e pesquisa científica, influenciando tanto o avanço tecnológico quanto suas aplicações na sociedade.

Compreende-se que a revolução da informática trouxe a informação cada vez mais rápida até a população ocasionando uma interação maior entre as pessoas pois a internet encurta espaços e impulsiona a pesquisa gerando um empreendedorismo por meio do avanço tecnológico.

> No contexto do consumo, a era digital trouxe benefícios evidentes, como a personalização de serviços e produtos através de algoritmos. Contudo, essa mesma era digital também introduziu desafios significativos, principalmente em relação à coleta e ao uso de dados pessoais pelos grandes conglomerados tecnológicos. Esta questão de privacidade e uso de dados tem sido um ponto crucial no debate jurídico, evidenciando um desequilíbrio no acesso à informação entre empresas e consumidores (Souza, 2022, p. 12).

Sobre os desafios acima citados, a resposta segundo (Barbosa e Nolasco, 2022) veio através da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) do Brasil, Lei Federal nº 13.709/2018, promulgada em 14 de Agosto de 2018.

Mediante o excesso de compras online na sociedade tecnológica contemporânea, o aumento de websites e lojas virtuais, torna necessário, complexo e premente o desafio de fiscalizar e proteger os consumidores. Contudo, o Direito do Consumidor precisa evoluir sempre para acercar-se as nuances e as especificidades das transações digitais, afiançando que os direitos dos consumidores sejam adequadamente protegidos nessa nova era de consumo digital. (Barbosa e Nolasco, 2022)

Brasil (2017) cita a Lei Geral de Proteção de Dados ( LGPD), a qual diz que, "ao concordar com os termos e condições estabelecidos pelo fornecedor digital, o consumidor está expressando seu consentimento para a utilização de seus dados e informações. Este consentimento é considerado uma manifestação livre, informada e inequívoca". Contudo, a LGPD, em seus artigos 7º, I, e 8º, motiva que o tratamento de dados pessoais só pode acontecer com o anuência do titular, que deve ser fornecido de forma explícita (Brasil, 2017)

O comércio eletrônico, é o ambiente virtual, seja nacional ou internacional, onde as prestações de serviço e a realização de compra e venda bem como a celebração de contrato ocorrem através de programas de informática, a saber: plataformas e aplicativos digitais.

> No ambiente eletrônico é realizado todo o curso da relação de consumo, se iniciando pela propaganda, ou também conhecido como *marketing*, em que ocorre a apresentação do produto ou serviço, partindo para a negociação entre as partes, com a celebração do contrato, e por fim, em alguns casos, a efetiva realização do serviço ou entrega do produto. (Marques, 2011, p.21)

O comercio eletrônico está apto a diferentes formas de fraude seja por serviços oferecidos, produtos defeituosos ou meios que possibilitem aos fornecedores obter vantagens

de forma ilegal sobre os consumidores. Sendo assim, devido a casos numerosos de transações ilegais no comércio eletrônico, o Brasil adotou medidas legislativas específicas para abordar essas questões e dar aos consumidores a condição de lutar por seus direitos. (Sousa, 2022)

> O Decreto nº 7.962, promulgado em 15 de março de 2013, foi criado com o objetivo de complementar o Código de Defesa do Consumidor ( CDC) no que tange às transações de comércio eletrônico. Este decreto estabelece regras específicas para a contratação de produtos e serviços através do comércio eletrônico no território nacional, reconhecendo assim as peculiaridades deste tipo de transação (Souza, 2022, p. 19).

Em suma, o comercio eletrônico é tido como uma relação de consumo e está sob a égide do CDC, assim como as demais formas de relações de consumo. Sobre isso, o Código de defesa do consumidor em seu artigo 35 destaca sobre compras onlines que caso o vendedor se recuse a cumprir a oferta, cabe ao consumidor exigir o cumprimento forçado, aceitar outro produto ou serviço equivalente, ou desistir da compra, com a devolução total do valor pago, acrescidos de eventuais perdas ou prejuízos.

O CDC ressalta que, referente ao correio eletronico é crucial para garantir que os consumidores estejam protegidos nas suas transações online, tanto quanto nas transações presenciais. Segundo o Decreto nº 7.962 visa afiançar os fornecedores digitais de que sejam responsáveis de maneira adaptada às especificidades do comércio eletrônico, fornecendo um marco legal que reconhece e aborda os desafios únicos dessa modalidade de comércio.

Sobre o perfil dos consumidores de compras online, é certo afirmar segundo ao gráfico abaixo que os maiores compradores se encontram na faixa etária de 25 a 29 anos em sua maioria homens solteiros que relatam que a motivação principal para as compras é a falta de tempo para fazer compras e preferem compras online pela comodidade e facilidade de comprar sem ter que ir ao comércio.

## CONCLUSÃO

Compreende-se que a facilidade e comodidade faz o consumidor cada vez mais realizar compras online e devido à falta de tempo como afirmam não procurar analisar sites, produtos e melhores preços. Apenas compram na confiança de que terão o produto escolhido sem perca de tempo.

O advento da internet bem como sua expansão no século XIX tornou o mundo mais globalizado e trouxe dimensões atuais as relações de consumo. Com a chegada do comércio eletrônico, a revolução no universo fez com que as pessoas começassem a usufruir dos serviços devido a comodidade, acessibilidade e a conveniência.

Com esse consumo de compras realizadas em ambientes digitais torna-se necessário uma regulamentação forte e adaptada ao desenvolvimento de normas jurídicas especificas como consta no Decreto nº 7.962/2013, o qual trata das peculiaridades do comércio eletrônico, bem como a Lei Geral de Proteção de Dados ( LGPD), que visa proteger os dados pessoais dos consumidores em ambientes digitais.

Nesse contexto, o CDC Código de Defesa do Consumidor) está para apoiar e resguardar os direitos do consumidor, contudo é necessário que este busque se apoiar e conhecer no código de defesa do consumidor e analisar melhor suas compras através de ambientes digitais para somente assim resguardar seus direitos.

## REFERÊNCIAS


BARBOSA, Isabelli Cristine; NOLASCO, Loreci Gottschalk. Proteção jurídica do consumidor no e-commerce com enfoque no tratamento de seus dados individuais. **Revista jurídica direito, sociedade e justiça**, v. 9, n. 13, p. 185-191, 2022.

LIQUIDATO, Vera Lúcia Viegas. O consumidor na era digital: desafios para o direito internacional privado. In: **Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra**. 2022.

MARQUES, Claudia Lima. **Confiança no Comércio Eletrônico e a Proteção d o Consumidor: um estudo dos negócios jurídicos de consumo no comércio eletrônico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor:** o novo regime das relações contratuais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

MIRAGEM, Bruno. Novo paradigma tecnológico, mercado de consumo digital e o direito do consumidor. **Revista de direito do consumidor**, v. 125, p. 17-62, 2019.

NUNES, Rizzatto. Comentários ao código de defesa do consumidor. **Saraiva Educação SA**, 2017.

SANTOS, Vinicius Pereira. Código de Defesa do Consumidor: proteção do consumidor digital internacional. Revista JurisFIB, v. 10, n. 2, 2020.

SOUZA, Pedro Bambini Cardoso. **Os desafios inerentes a proteção do consumidor digital na sociedade contemporânea**. 2022. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# A RELAÇÃO ENTRE O USO EM EXCESSO DE TELAS E A SAÚDE MENTAL NAS FASES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Maria Tamires Vasconcelos[1]

**RESUMO**

O presente estudo tem por objetivo investigar o tempo de uso de eletrônicos e seus desdobramentos no âmbito da saúde mental, considerando a observância e a prevalência de possíveis danos, bem como a interferência que possa imergir a possíveis desencadeamentos de transtornos mentais. A pesquisa se constitui em uma revisão de literatura, estruturada a partir da Biblioteca Virtual de Saúde, onde foram aplicados descritores e critérios de inclusão e exclusão, resultando em 4 artigos selecionados. Constata-se público-alvo diverso como população pesquisado e possíveis diversas consequências à saúde mental de crianças e adolescentes. Os achados coadunam com a necessidade de expandir essa discussão e formulação de políticas públicas nesse sentido.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde mental; Transtornos mentais; Tecnologia; Políticas públicas; Psicologia.

## INTRODUÇÃO

O impacto do uso crescente da tecnologia, especialmente das redes sociais e dispositivos eletrônicos, na saúde mental das pessoas é uma questão fundamental para compreender os desafios e oportunidades que surgem nesse contexto digital, especialmente considerando o aumento do uso de telas em diversas faixas etárias (SANTOS, 2023).

A investigação sobre a influência do tempo de tela na saúde mental tem produzido resultados variados, e essas variações podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo a idade dos indivíduos.

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: thamirespsico1@gmail.com

O uso frequente da tecnologia digital pode ter impactos positivos em algumas funções cerebrais, especialmente em idosos, ao mesmo tempo em que está associado a desfechos desfavoráveis em outras áreas, como aumento dos sintomas do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), comportamentos aditivos, funcionamento social prejudicado e problemas de sono. (SANTOS, 2023).

Já a estimulação sensorial crônica resultante do tempo excessivo em atividades com dispositivos baseados em tela pode ter impactos negativos no desenvolvimento cerebral, aumentando os riscos de uma variedade de problemas cognitivos, emocionais e comportamentais, especialmente em crianças (SANTOS, 2023).

Investigar as associações entre o tempo de tela e a saúde mental em diferentes estágios do ciclo de vida pode fornecer insights valiosos para pais, educadores, profissionais de saúde e formuladores de políticas, logo deve-se considerar não apenas a quantidade de tempo gasto em dispositivos eletrônicos, mas também o conteúdo acessado, o contexto de uso e outros fatores, como o suporte social e o estilo de vida. Além disso, é importante considerar os mecanismos pelos quais o uso de telas pode influenciar a saúde mental, como a exposição a conteúdos prejudiciais e falta de interação face a face (SANTOS; 2023).

Esta pesquisa busca discorrer acerca de fatores que implicam no uso excessivo da tecnologia no sentido de verificar como isso pode impactar na saúde mental e qualidade de vida das pessoas e verificar o efeito do tempo de tela na saúde mental dos indivíduos, durante o ciclo vital.

## METODOLOGIA

A pesquisa se constitui sob forma e revisão de literatura, onde, para qual, foi utilizada a base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde, cujo norte se deu a partir da questão-problema: “quais os impactos decorrentes da exposição de tempo de tela nas fase do ciclo vital?”, onde foram utilizados os descritores: tecnologia e saúde mental, cuja associação poderia estar contida no título, resumo e texto.

A elegibilidade do material consistia no atendimento a critérios de inclusão – (i) artigos publicados nos últimos 5 anos e (ii) artigos que descreveram em seu texto características que envolveu o tema abordado, e exclusão: (i) artigo científico apenas em português publicado em português ou em inglês; (ii) artigos serem de acesso livre.

Após a ocorrência dos artigos dos artigos, procedeu-se com a triagem, que se remetia à leitura do resumo e objetivo, onde a resposta da questão-problema deveria ser

apresentada e, na sequência, elaborou-se um quadro sinóptico, constando: autoria do trabalho, revista em que o artigo fora publicado, objetivo do trabalho e os resultados obtidos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a inserção dos descritores, foram identificados, 5894 textos científicos das mais diversas naturezas, artigos, monografias, dissertações e teses. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, esse número caiu para 180, onde, após a leitura dos resumos, chegou-se ao total de 4 trabalhos, cujas informações mais relevantes estão no quadro sinóptico abaixo (Quadro 1).

**Quadro 1 –** síntese dos achados publicados nos artigos publicados no período entre 2021 e 2023

| Autor (data) | Revista | Objetivo | Público-alvo | Resultados |
|---|---|---|---|---|
| Guedes et al. (2023) | Revista Paulista de Pediatria | Descrever a prevalência do uso de mídias interativas (*tablets* e *smartphones*) pelas crianças de dois a quatro anos de idade, assim como caracterizar esse uso, investigar hábitos, práticas, participação e opinião dos pais acerca da sua utilização. | crianças de dois a quatro anos de idade | A prevalência do uso de mídias interativas foi de 67,2%, com tempo médio de utilização de 69,2 minutos por dia (intervalo de confiança de 95% - IC95% 57,1-81,2). As atividades mais realizadas foram: ver vídeos (55%), escutar músicas (33%) e jogar *games* (28%). A maioria dos pais relatou permitir a utilização da mídia para estimular o desenvolvimento do seu filho (58,4%), acompanhá-lo durante o uso (75,2%) e limitar o tempo com a mídia (86,4%). |
| Puccinelli, Marques,& Lopes, (2023) | Psicologia: Ciência e Profissão | Compreender como o uso de telas na infância vem sendo abordado por especialistas em grupos de mães e pais no Facebook | Pais e mães que fazem parte de grupos abertos no facebook | Especialistas destacam os possíveis prejuízos do uso de telas na infância |
| Sales, Costa & Gai (2021) | Research, Society and Development | identificar os impactos da exposição à internet e mídias sociais na saúde mental dos adolescentes | Artigo de revisão | O uso desmedido dos recursos tecnológicos pode afetar os hábitos alimentares, sedentarismo, agressividade, uso ou abuso de substâncias, depressão, distorções da imagem corporal, ciclo sono/vigília, |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | hiperatividade, automutilação e ideações suicidas |
| Pereira et al. (2022) | Ciência, Cuidado e Saúde | Compreender o significado do uso de telas atribuído pelos adolescentes | Adolescentes com idades entre 14 e 17 anos de uma escola pública mineira | Os significados atribuídos ao uso de telas estiveram relacionados à possibilidade de interação e praticidade por possibilitar a realização de várias atividades. Houve o reconhecimento que, diante do uso excessivo, é preciso ter momento distante da tela. Após a análise foram desveladas três categorias: 1. Tela é diversidade 2. Tela é interação, 3. É bom parar um pouco. |

Fonte: Autoria própria, 2024.

Constata-se que o público-alvo é bem difuso, todavia observa-se precaução ao tempo de exposição de tela em crianças e adolescentes, tendo em vista consequências diversas que esse pode ter.

Nesse sentido, com o avanço da tecnologia e a popularização dos dispositivos eletrônicos, como smartphones, tablets e computadores, a exposição das crianças às telas tem sido motivo de crescente preocupação e interesse por parte dos pesquisadores e cuidadores. É importante salientar que o uso de telas na infância aumentou ainda mais durante o período da pandemia de COVID-19. Vários estudos recentes, incluindo os mencionados por Aguilar-Farias et al. (2021), Pedrotti et al. (2021) e Riter (2021), têm observado esse aumento significativo no tempo de tela entre crianças, inclusive aquelas em idade pré-escolar, devido à necessidade de realizar atividades escolares remotamente (PUCCINELLI; MARQUES; LOPES, 2023).

Já ao abordar o uso de telas pelos adolescentes, é essencial adotar uma perspectiva holística que leve em consideração não apenas o tempo de exposição, mas também o conteúdo, as motivações e o contexto em que ocorrem as interações digitais. Isso implica promover uma cultura digital consciente e capacitar os adolescentes a fazerem escolhas informadas e saudáveis inclusive sobre o tempo uso das tecnologias em suas vidas (PEREIRA; CLEMENTINO; SILVEIRA et.al ,2023).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados ressaltam a importância de uma abordagem equilibrada e consciente no uso da tecnologia, promovendo hábitos saudáveis e limitando exposições que possam prejudicar a saúde mental. A pesquisa fornece insights para orientar políticas públicas e práticas de intervenção que visam proteger o bem-estar emocional das pessoas em um mundo cada vez mais digitalizado, havendo indícios de que diferentes grupos etários respondem de maneira distinta aos efeitos do tempo de tela em sua saúde mental, o que enfatiza a necessidade de abordagens diferenciadas em termos de prevenção e intervenção.

Conhecer os efeitos das exposições ambientais em cada fase da vida permite o desenvolvimento de estratégias mais eficazes para o manejo em cada população. Isso implica em reconhecer a inevitabilidade do uso de telas na sociedade contemporânea e buscar maneiras de conviver de forma saudável com essa realidade. Portanto, a direção futura das pesquisas deve estar alinhada com a compreensão de que o desafio atual não é eliminar o uso de telas, mas sim promover um equilíbrio saudável entre o mundo digital e o mundo real. Isso pode incluir o desenvolvimento de programas educacionais, políticas públicas e intervenções psicossociais voltadas para o uso consciente e responsável da tecnologia em todas as fases da vida.

## REFERÊNCIAS


GUEDES, S. da C. et al.. A utilização de mídias interativas por crianças na primeira infância - um estudo epidemiológico **. Revista Paulista de Pediatria,** v. 38, p. e2018165, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rpp/a/kXbZdJr9Frx6JfdxwbPgYNt/?lang=pt#. Acesso em: 12 maio 2024.

PEREIRA, D. R. et al.. O significado do uso de telas entre adolescentes: causas e consequências. **Ciênc. cuid. saúde**, , v. 21, e58427, 2022 . Disponível em <http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-38612022000100215&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2024.

PUCCINELLI, M. F.; MARQUES, F. M.; LOPES, R. DE C. S.. **Telas na Infância:** Postagens de Especialistas em Grupos de Cuidadores no Facebook. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 43, p. e253741, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/SMRTnNDrkMHmdW8G3QBFtHt/#. Acesso em 13 maio 2024.

SALES, S. S.; COSTA, T. M. da .; GAI, M. J. P. . Adolescents in the Digital Age: Impacts on Mental Health. **Research, Society and Development**, *[S. l.]*, v. 10, n. 9, p.

e15110917800, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i9.17800. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17800. Acesso em: 13 maio 2024.

SANTOS, R. M. S. **As associações entre tempo de tela e saúde mental no ciclo vital**. 2023. Tese (Doutorado em Medicina Molecular) - Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# A RESPONSABILIDADE DO ESTADO DIANTE DAS RECLAMAÇÕES DOS CONSUMIDORES DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

Michele Soares de Oliveira Targino[1]

**RESUMO**

O presente trabalho analisa a responsabilidade da Administração Pública diante das inúmeras reclamações sobre a qualidade do serviço de energia elétrica. O tema que utilizou o método de revisão bibliográfica é abordado sob a ótica das garantias constitucionais, incluindo a estas o acesso à energia elétrica. Conclui-se que apesar do serviço ser indispensável a qualidade de vida humana, sua execução tem sido falha, apresentando diversos problemas. Constata-se que as medidas adotadas pelo Estado até o momento não têm sido suficientes para solucionar os problemas, desse modo apresenta-se algumas possíveis soluções para a questão abordada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Administração Pública; Energia Elétrica; Responsabilidade; Consumidores.

## INTRODUÇÃO

Pertence a Administração Pública o dever de gerir os interesses da sociedade. O Estado satisfaz as necessidades sociais por meio da prestação de serviços públicos. A prestação desses serviços pode ser realizada diretamente pela própria administração, por meio de seus órgãos e agentes ou indiretamente, quando são prestados por entidades da administração indireta, existindo ainda a possibilidade de serem realizados por particulares através de delegação.

No Brasil grande parte dos serviços de fornecimento de energia elétrica são realizados por meio de concessão, onde a concessionária é uma pessoa jurídica de direito privado que por meio de processo licitatório firmou com o Estado um contrato administrativo, recebendo a incumbência de executar o trabalho. O tipo de concessão empregada para este serviço é a

[1]FACULDADE VIDAL: michelesoares250@gmail.com

ordinária, neste modelo a concessionária assume o risco do negócio e é remunerada pelos usuários dele.

Segundo dados publicados em novembro de 2023, pela página oficial do jornal nacional, no portal G1 de notícias, somente no ano de 2023 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) recebeu mais de 150 mil queixas sobre distribuidoras de luz, de acordo com a reportagem *"a insatisfação com os serviços prestados faz com que o setor esteja, desde 2016, entre os que mais geram reclamações na Plataforma do Consumidor do governo federal"*

Diante do exposto, entende-se que o serviço de fornecimento de energia elétrica figura no rol de serviços que devem ser prestados pelo Estado, propõe-se aqui uma breve análise sobre a responsabilidade do ente estatal diante das inúmeras reclamações dos consumidores do serviço.

## METODOLOGIA

Estudo de revisão bibliográfica, do tipo exploratória e questionadora. Inicialmente foi realizada a busca e seleção dos documentos que referenciam o presente resumo, seguida por análise do material por meio da leitura flutuante de todo acervo, prosseguida por uma revisão narrativa dos diferentes tipos de documentos (Leis, artigos e reportagens). A revisão foi feita no mês de maio de 2024. O tipo de método empregado permite uma ampla descrição sobre o assunto, mas não esgota todas as fontes de informação, visto que seu objetivo é fomentar a reflexão acerca da temática apresentada.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A energia elétrica é fundamental para o exercício dos direitos sociais previstos na Constituição, sendo um serviço indispensável à dignidade e à qualidade de vida das pessoas. Segundo a autora Ana Paula Barcelos, *"o chamado mínimo existencial, formado pelas condições materiais básicas para a existência, corresponde a uma fração nuclear da dignidade"* (BARCELLOS, 2008, p. 278). O Estado atualmente executa essa atividade por meio de concessionárias. Essas empresas são responsáveis pela transmissão e distribuição da eletricidade para os consumidores, estes, por sua vez, realizam o pagamento pelo serviço utilizado. Atualmente, existem no Brasil, aproximadamente 156 concessionárias, todas fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Quando as concessionárias violam as regras que regulam o serviço prestado, elas devem receber sanções, que podem ser desde multas até a revogação da concessão.

A Aneel, é uma autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que foi criada para regular e fiscalizar o serviço de distribuição e fornecimento de energia elétrica no Brasil. O órgão é regulado por meio da Lei nº 9.427/1996 e do Decreto nº 2.335/1997, esta primeira aborda o fornecimento de energia elétrica quando trata sobre a interrupção e o restabelecimento de serviços públicos. Já o decreto, estabelece as condições gerais sobre o fornecimento de energia elétrica, nele estão estabelecidos inclusive os direitos e deveres que os consumidores devem conhecer para utilizar os serviços.

Por ser ao mesmo tempo um serviço público essencial e uma relação entre consumidor e fornecedor as questões desse assunto devem respeitar várias normas. A primeira legislação a ser observada é a própria constituição, pois provem dela as diretrizes sobre os direitos e garantias que o Estado deve prover. Outra importante Lei para o tema é a de proteção ao usuário de serviço público, de nº 13.460/2017, nela estão dispostas as normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos, incluindo nestes o fornecimento de energia elétrica. Porém, mesmo sendo uma garantia do cidadão, a energia é fornecida por meio de contraprestação pecuniária, ou seja, um serviço pago. O consumidor realiza com a concessionária um contrato e paga pelo fornecimento de energia, então por isso aplica-se também a esta relação, o código de defesa do consumidor que preconiza que a energia elétrica é um bem essencial à vida humana, devendo, portanto, ter fornecimento adequado e contínuo (arts. 6º, inciso X, e 22).

Os órgãos de defesa do consumidor recebem uma enorme quantidade de reclamações e denúncias envolvendo a prestação desse serviço pelas concessionárias. Segundo dados do órgão de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), a Enel, que é uma das concessionárias que fornecem energia no Brasil, é a segunda empresa com mais reclamações. Somente em 2021, foram 10.402 queixas. Já dados publicados em 28 de dezembro de 2020, pelo portal de notícias G1, indicam que o Procon-SP recebeu mais de 85 mil reclamações sobre fornecimento de energia elétrica em 2020 e que o problema com a falta de abastecimento ficou na liderança das reclamações.

Ainda sobre os dados do Procon de São Paulo, somente entre janeiro e novembro de 2023 os consumidores da capital paulista registraram mais de 13 mil reclamações contra a concessionária de energia, dentre as principais reclamações, figuram a cobrança de valores indevidos, dificuldade de renegociação de dívidas, falta de resposta do SAC, cobrança de tarifas não previstas, dentre outras. Diante destes dados observa-se que a relação entre os consumidores e as concessionárias merece uma maior atenção por parte do Estado.

Atualmente os consumidores insatisfeitos devem entrar em contato com a fornecedora de energia por meio do SAC ou através dos canais de ouvidoria, onde a distribuidora deverá fornecer um número de protocolo para o acompanhamento do chamado. O estado também fornece alguns meios para receber as reclamações, elas podem ser feitas diretamente a Aneel por meio de seus canais de atendimento, ou por meio dos órgãos de defesa do consumidor, existindo ainda a possibilidade de se acionar o poder judiciário, através de ações contra as empresas. O Governo Federal disponibiliza uma plataforma que promove a mediação de conflitos entre empresas e consumidores o site Consumidor.gov.br, no caso dos dissídios que envolvem o setor elétrico, os conflitos são monitorados pela Aneel.

Apesar das medidas já existentes, o problema com o serviço de energia segue crescente. Dados da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do estado de São Paulo (Arsesp) informam que entre 2019 e 2020, a concessionária Enel foi multada em mais de R$ 30 milhões por falhas na prestação de serviço. O portal G1 de notícias, publicou matéria em 09 de abril de 2024, informando que em cinco anos as multas aplicadas pelo Procon contra Enel superaram o valor de R$ 51 milhões. A notificação mais antiga é de junho de 2019 e já entrou em dívida ativa, as demais ainda aguardam recurso. A reportagem também apresenta a fala do atual ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que segundo o texto, no dia primeiro de abril do corrente ano, "*anunciou que determinou à Aneel a abertura de um processo disciplinar para investigar o que ele chama de "transgressões reiteradas" da concessionária em São Paulo."*

Um exemplo sobre os tipos de problemas nos serviços prestados é o que ocorreu em março do presente ano, na capital paulista, quando na região do Centro da cidade moradores e comerciantes ficaram mais de uma semana no escuro por problemas na rede subterrânea da empresa, atingindo inclusive a Santa Casa de Misericórdia, o que fere claramente, o princípio da continuidade dos serviços públicos.

De acordo com os dados expostos, percebe-se que as medidas adotadas até o momento não têm sido suficientes para solucionar os problemas com o serviço. As multas e as reclamações têm se amontado em números alarmantes. Diante disto, o Estado enquanto responsável em garantir este direito deve buscar soluções que resolvam a situação e resguardem a população. Faz-se necessário garantir que os valores das multas sejam adequados para que as empresas repensem as condutas. Outra medida é que o Estado efetive as cobranças dos valores devido de maneira mais célere e aplique com menos burocracia as rescisões de contrato contra as concessionárias problemáticas. Faz-se necessário também, a adoção de medidas que viabilizem o surgimento de novas empresas, fomentando uma concorrência justa, para que essas novas empresas possam atuar. O estado deve adotar uma postura mais severa em relação as

empresas que agem com má conduta, encarando a situação como o maior responsável pelo serviço.

## CONCLUSÃO

Levando-se em consideração os aspectos analisados, percebe-se que o serviço de energia elétrica é um bem essencial para a efetivação da dignidade da pessoa humana. É um direito básico, que deve ser garantido a todos por meio do Estado. A análise dos dados sobre as reclamações dos usuários deste serviço, expôs a fragilidade dele.

A relação entre as partes envolvidas no serviço deve ser analisada tanto no aspecto de uma garantia fundamental, onde nesse contexto as partes são definidas como usuários e representante estatal, tendo seu embasamento legal resguardado pela Constituição e pela Lei de proteção ao usuário do serviço público. Como também no aspecto consumerista, onde as partes são chamadas de fornecedor e consumidor, e tem suas relações reguladas pelo código de defesa do consumidor – CDC.

Diante do exposto, conclui-se que existem vícios nos serviços prestados pelas concessionárias, em nome do Estado, relacionados ao fornecimento de energia elétrica. A administração Pública, ao delegar essa atividade de responsabilidade estatal, acaba por não conseguir controlar a qualidade deste serviço com efetividade.

As medidas empregadas pelo Estado, não têm sido suficientes e as insatisfações dos usuários continuam crescentes. Desta forma, faz-se necessário que o ente intervenha com mais força diante dessa problemática e que sejam criadas estratégias para solucionar as falhas no serviço supracitado. O presente resumo apresentou como sugestão as possibilidades de os valores das multas serem alterados, para que possam gerar mais impacto aos cofres das empresas, assim como que a cobrança destas sejam realizadas de maneira mais célere e efetiva. Ainda se sugeriu que a Administração Pública viabilize a criação de novas empresas do segmento, fomentando a ampla concorrência e que adote uma postura mais severa diante das concessionárias que mantem más condutas.

## REFERÊNCIAS

**ANEEL recebeu mais de 150 mil queixas sobre distribuidoras de luz em 2023**. Jornal Nacional, 11 nov. 2023. Disponível em: Aneel recebeu mais de 150 mil queixas sobre distribuidoras de luz em 2023 | Jornal Nacional | G1 (globo.com), Acesso em: 10 maio 2024.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: O princípio da dignidade da pessoa humana**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. – Acesso em 10 maio 2024.

BRASIL. Decreto Nº 2.335, de 06 de outubro de 1997. **Constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL, autarquia sob regime especial, aprova sua Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança e dá outras providências.** Brasília, 06 de outubro de 1997; 176º da Independência e 109º da República. Disponível em:D2335 (planalto.gov.br) - Acesso em 10 maio 2024.

BRASIL. Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm - Acesso em 10 maio 2024.

BRASIL. Lei Nº 13.460, de 26 de junho de 2017. **Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.** Brasília, 26 de junho de 2017; 196º da Independência e 129º da República. Disponível em: L13460 (planalto.gov.br)- Acesso em 10 maio 2024.

**FUNDAÇÃO PROCON SÃO PAULO,** dados de transparência, Disponível em: Espaço Consumidor – PROCON.SP r. Acesso em: 10 maio 2024.

**MINISTRO de Minas e Energia diz que determinou abertura de processo disciplinar contra a Enel na Aneel, por causa de falhas em SP**. G1, 01 abril. 2024. Disponível em: Ministro de Minas e Energia diz que determinou abertura de processo disciplinar contra a Enel na Aneel, por causa de falhas em SP | São Paulo | G1 (globo.com), Acesso em: 10 maio 2024.

VIEIRA, Bruna. **Procon registra mais de 85 mil reclamações sobre fornecimento de energia elétrica em São Paulo. G1**, 28 dez. 2020. Disponível em: Procon registra mais de 85 mil reclamações sobre fornecimento de energia elétrica em São Paulo | São Paulo | G1 (globo.com). Acesso em: 10 maio 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# A RESTRITA FLEXIBILIZAÇÃO DO ROL DO ART. 482 DA CLT NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19: A APLICAÇÃO DA JUSTA CAUSA POR INDISCIPLINA

Ana Laisa Lima Silva[1]

Camile Freire da Silveira[2]

Carlos Luan Lima Maciel[3]

Caroline Freire da Silveira[4]

Nicoly Silva Gomes[5]

**RESUMO**

O artigo 482 da CLT estabelece um rol taxativo de condutas que justificam a rescisão do contrato de trabalho por justa causa pelo empregador. Entretanto, diante do contexto global da pandemia de Covid-19, surge a discussão sobre a flexibilização desse rol. A recusa dos empregados em se vacinarem compulsoriamente tornou-se um tema relevante, levando os empregadores a dispensá-los para garantir a segurança coletiva. A pesquisa analisou os princípios constitucionais, destacando a obrigatoriedade da vacinação para proteção da coletividade. A recusa injustificada à vacinação pode configurar justa causa por negligência, violando as normas de saúde e segurança no trabalho. Assim, embora o artigo 482 seja taxativo, suas disposições abrem espaço para novas interpretações diante de situações emergenciais como a pandemia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Justa causa; Covid-19; Rol taxativo.

## INTRODUÇÃO

O artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho surge para limitar as possibilidades de situações fáticas, nas quais o empregador utilizando-se da sua posição, poderia pôr fim à relação de trabalho sem recair sobre si a onerosidade das verbas rescisórias. (Leite, 2020, p.287) O referido dispositivo legal possui rol taxativo, ou seja, somente aplica-se justa causa nos casos em que a lei o determinar. Contudo, há de se falar na flexibilização deste rol taxativo em virtude do contexto mundial da pandemia de covid-19.

[1] FACULDADE VIDAL; limaanalaisa@gmail.com.
[2] FACULDADE VIDAL; camile2018silveira@gmail.com.
[3] FACULDADE VIDAL; carlosluanmaciel@gmail.com.
[4] FACULDADE VIDAL; caroline2004freire@gmail.com.
[5] FACULDADE VIDAL; nicsilvag14@gmail.com.

A pandemia de SARS-CoV-2 assolou a todos os indivíduos em uma perspectiva globalizada, de modo que o mundo estava submetido a uma situação de calamidade, a qual causou mudanças na vida social e jurídica dos indivíduos. Na seara trabalhista não ocorreria de modo diferente. Ao passo que se criaram leis, decretos, entendimentos jurisprudenciais para enfrentamento da covid o âmbito da prestação de serviços teve de se adequar às novas determinações.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que a negligência quanto à vacinação compulsória por parte dos empregados tornou-se um fator relevante para que se efetivasse o princípio da continuidade da relação de trabalho. Em decorrência da negativa de vacinação pela classe obreira, os empregadores, visando a segurança social e o cumprimento das normas jurídicas, dispensaram àqueles que não estavam aptos a contribuir para o bem-estar coletivo. Assim, causando um aumento na demanda judiciária trabalhista e tornando o debate sobre a justa causa relevante, para observar essa relação, usou-se como estudo de caso o processo 0000556-86.2022.5.07.0009.

Logo, surge a problemática do presente trabalho, qual seja: é possível falar em flexibilização do rol taxativo do artigo 482 da CLT (Sousa, 2022), em virtude de um contexto pandêmico mundial e de mudanças legislativas infraconstitucionais? A pesquisa busca analisar a aplicação da vacinação compulsória como fator determinante para o enfrentamento da pandemia de covid-19, bem como compreender os reflexos jurídicos dos meios de enfrentamento. Pontuando, ainda, sobre os princípios fundamentais constitucionalmente garantidos para o alcance do bem estar coletivo.

Quanto aos objetivos do presente resumo, busca-se compreender: a) o alcance do bem estar coletivo como fim principal dos princípios fundamentais positivados na Constituição Federal de 1988; b) os requisitos necessários para que a ação gravosa do empregado possa rescindir o contrato de trabalho por causa justa; e por fim, c) os motivos pelos quais seria justificada a justa causa em casos de negligência de vacinação.

## METODOLOGIA

O referido trabalho foi conduzido por meio de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa de fontes primárias e secundárias com legislações, jurisprudências, livros e artigos. Desta maneira, foi indagado o entendimento do doutrinador Maurício Delgado, assim como, abordagens e raciocínios propícios à possível flexibilização do rol taxativo do artigo 482 da CLT devido à pandemia.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

1. Dos princípios constitucionais.

A Constituição Federal de 1988, conhecida por ser uma ordem jurídica garantista, dispõe de uma base principiológica que visa garantir o bem estar social e coletivo, dentre eles é possível citar o princípio da dignidade humana (Leite, 2020). O ordenamento jurídico brasileiro dispõe sobre a tutela de uma vasta variedade de direitos, abrangendo direitos individuais e coletivos, com o fito de assegurar os direitos fundamentais da pessoa humana. Para tanto, não basta somente garantir que sejam efetivadas somente as garantias individuais, o bem estar coletivo é imprescindível para a ordem e progresso da sociedade.

Nessa perspectiva, no âmbito do presente trabalho, a discussão acerca da vacinação compulsória durante a pandemia de covid-19 buscou questionar a prevalência dos princípios fundamentais e dos direitos sociais garantidos constitucionalmente através do artigo 5º:

> II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
> VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;
> X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Preliminarmente, cabe ressaltar que a vacinação para o enfrentamento da COVID-19 é compulsória, conforme dispõe o artigo 3°, inciso III, alínea d, da Lei 13.979/2020, cujo bem jurídico protegido é o bem estar da coletividade. Diante desse artefato jurídico, o Estado buscou impor a vacinação mediante medidas coercitivas não violentas, tais como, imposição de multas e restrições de acessos a determinados estabelecimentos.

Este caráter obrigatório, já fora julgado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF, 2020), durante o julgamento em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 6586 e 6587, que tratam unicamente da vacinação contra a COVID-19, bem como do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1267879, que dispõe sobre a recusa à imunização por convicções filosóficas ou religiosas.

Dessa forma, a obrigatoriedade da vacinação se sobrepõe aos interesse particulares, em virtude de o bem jurídico tutelado ser de interesse coletivo. Assim, a recusa à vacinação sem qualquer justificativa médica que impeça ou não recomende a vacinação, poderá ser considerada recusa injustificada, positivada no art. 158, CLT, para fins trabalhistas.

2. Requisitos da justa causa

Salienta-se que, para se caracterizar justa causa, além da disposição normativa da tipificação da conduta, faz-se necessária a presença de determinados requisitos. Conforme Delgado (2019, p. 1423), esses requisitos são descritos como elementos objetivos, subjetivos e circunstanciais.

De início, os requisitos objetivos dizem respeito à conduta do empregado que se pretende censurar, devendo esta conduta ser capaz de produzir prejuízos ao empregador, enquanto os requisitos subjetivos, tratam do envolvimento (ou não) do empregado na falta grave, advinda de dolo ou culpa, ou seja, deve o agente agir intencionalmente a fim de causar falta grave, ou agir com negligência, imperícia ou imprudência. Já os elementos circunstanciais, tratam-se das medidas disciplinares impostas pelo empregador ao empregado (Sousa, 2022).

As medidas disciplinares correspondem à advertência, suspensão e, por fim, a justa causa, somente seguirão essa ordem se houver norma coletiva que disponha sobre a matéria, caso não haja, será facultado ao empregador aplicá-las antes da dispensa motivada. Ainda, torna-se imprescindível que a dispensa do empregado seja resultado de uma conduta imediata, devendo o empregador tomar providências assim que tomar conhecimento da ação ou omissão do empregado, do contrário, se pressupõe a incidência do perdão tácito. (Leite, 2020)

O princípio do *non bis in idem*, é configurado como mais um requisito caracterizador, não será admitida dupla punição para uma mesma conduta, ou seja, não poderá haver punição mais branda e posterior justa causa pelo mesmo fato (Delgado, 2019). Assim, esta punição também deverá observar o princípio da proporcionalidade, assegurando que a correção será proporcional à falta cometida pelo empregado. Dessa forma, a dispensa motivada do funcionário, sem que incida as hipóteses previstas no artigo 482 CLT e a ausência dos requisitos formais desta, implica em uma dispensa injusta.

3. Da justa causa por negligência de vacinação.

A dispensa por justa causa por parte do empregador, disposta no artigo 482 da CLT, possui um rol taxativo de condutas consideradas falta grave, que motivam a extinção do contrato sem que haja o pagamento das verbas rescisórias. Ou seja, se não houver a incidência de uma das hipóteses do artigo 482 na extinção contratual, não há de se falar em dispensa do empregado por justa causa.

Dessa forma, destaca-se a alínea “h” do artigo supramencionado, que prevê “ato de indisciplina ou insubordinação”. Entende-se por indisciplina, o descumprimento de regulamentos da empresa por parte do empregado (Leite, 2020). Enquanto a insubordinação configura-se quando o empregado desobedece a uma ordem específica, dada diretamente pelo empregador (Delgado, 2019).

O estudo do caso em questão, o processo 0000556-86.2022.5.07.0009, trata-se de uma ação trabalhista com pedido principal de reversão de justa causa fundamentado na ausência de disposição da dispensa por justa causa motivada pela recusa de vacinação. Assim, dos fatos em questão, ocorreu que a autora da ação negou-se em aderir à vacinação compulsória determinada pela empresa, recebendo duas advertências e uma suspensão, e posteriormente, a justa causa.

Nessa perspectiva, o magistrado competente compreendeu que o comportamento da reclamante em não se vacinar culminou em negligência das ordens do empregador, incidindo em ato de indisciplina ou insubordinação. Por fim, manteve-se a dispensa por justa causa, tendo em vista que apesar da ausência de disposição taxativa sobre a dispensa por negligência à vacinação, esta atitude enquadra-se em demais hipóteses normativas trabalhistas.

Tendo em vista a importância da vacinação contra a COVID-19 para o bem estar coletivo, conclui-se que, esta ordem deve ser dada de forma geral para todos os funcionários, a fim de garantir um ambiente de trabalho sadio. Devendo o empregador, exigir esta conduta como uma política interna da empresa. Isto posto, a recusa injustificada da vacinação por parte do empregado constitui conduta em desconformidade com as diretrizes gerais de serviço, ofendendo as normas de saúde e segurança no trabalho.

O descumprimento injustificado das medidas de segurança em relação à exigência da vacinação contra a SARS-CoV-2, por parte do empregado, se enquadra como ato de indisciplina, tipificado no artigo 482, alínea “h”, da CLT, sendo motivo de justa causa por parte do empregador. As recentes decisões do Poder Judiciário, cada vez mais consideram a recusa à vacinação como causa lícita para rescisão do contrato de trabalho, como é o caso do processo 0000556-86.2022.5.07.0009, anteriormente citado.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, torna-se perceptível que não há necessariamente uma mudança quanto ao rol do artigo 482, que passaria de taxativo para exemplificativo, e sim que ocorrem hipóteses como o caso do processo 0000556-86.2022.5.07.0009 em que o judiciário entende que a justa causa se deu de forma ilícita, uma vez que o empregador seguiu as regulamentações vigentes visando o bem coletivo.

Dito isto, conclui-se que apesar de o artigo 482 da CLT possuir um rol taxativo, as hipóteses previstas neste artigo acabam por, de certa forma, abrir margem para novas possibilidades que se enquadram na dispensa por justa causa por parte do empregador. Logo, não há transferência do tipo do rol, e sim uma adaptação dos entendimentos dos magistrados e tribunais quanto aos casos elencados no rol taxativo do referido dispositivo.

## REFERÊNCIAS


BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5452**, de 01 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF, 01 maio de 1943.

BRASIL. **Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975**. Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências.. . Brasília, 30 out. 1975.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília: Congresso Nacional, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm#view. Acesso em: 16 mar. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Plenário decide que vacinação compulsória contra Covid-19 é constitucional**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2020. Disponível em: /Plenário decide que vacinação compulsória contra Covid-19 é constitucional. Acesso em: 13 mai. 2024

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 18ª ed. São Paulo: LTr, 2019.
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

SOUSA, Isabelle Cristina Mesquita Bitar de. Recusa injustificada à vacinação contra a COVID-19 e a extinção do contrato de trabalho**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano. 07, Ed. 04, Vol. 03, pp. 136-156. Abril de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/recusa-injustificada, DOI : 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/saude/recusa-injustificada.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# ABORDAGEM DOS DOMÍNIOS DA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE (CIF) PARA O TRATAMENTO DA FIBROMIALGIA

Dárlyson Marlon Santiago Silva[1]
Flávio José Neto Campos[2]
Geísa Maria de Araújo Freitas[3]
Hallyd Karynne Silva Eduardo[4]
Diego Remigio Peixoto[5]

**RESUMO**

O impacto causado pela fibromialgia, caracterizada por dor persistente e generalizada que está associada à fadiga intrusiva, distúrbios do sono, comprometimento da função cognitiva, física e sofrimento psicológico, acarreta diversos prejuízos; como desgaste social, na qualidade de vida geral do acometido e econômicos. O objetivo desta revisão foi analisar a partir de diretrizes de prática clínica se os tratamentos não farmacológicos utilizados para o tratamento de fibromialgia contemplam o proposto pelo modelo biopsicossocial e seus domínios, da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde no tratamento da Fibromialgia. Revisão integrativa realizada, com buscas nas bases de dados Pubmed, PEDro e Scielo, incluindo publicações de 2001 a 2023. Os onze estudos apreciados em nossa revisão demonstraram a aplicabilidade dos domínios na prática clínica; função: 56,24 %, fatores pessoais: 23,37 %, estrutura: 11,88 %, atividade participação: 8,51 %, observando-se a não aplicação de fatores ambientais nos *guidelines* analisados. O modelo biopsicossocial não está sendo totalmente contemplado no tratamento não farmacológico da fibromialgia, não abrangendo o que é exigido pela CIF e defendida pela OMS, fazendo-se necessário que futuras diretrizes verifiquem as recomendações de avaliação e intervenção, tornando a abordagem na prática clínica mais abrangente quanto a aplicabilidade de seus domínios, facilitando assim um melhor manejo de pacientes com FM.

**PALAVRAS-CHAVE:** Síndrome da fadiga crônica; diretrizes para a prática clínica; modelo biopsicossocial.

## INTRODUÇÃO

O impacto causado pela fibromialgia, caracterizada por dor persistente e generalizada que está associada à fadiga intrusiva, distúrbios do sono, comprometimento da função cognitiva, física e sofrimento psicológico (MICHAEL *et al,* 2019), acarreta diversos prejuízos; como desgaste social, na qualidade de vida geral do acometido e econômicos. Em todo o

[1] Faculdade Vidal: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. flaviocampos964@gmail.com
[2] Faculdade Vidal: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. darlysonmarlon@gmail.com
[3] Faculdade Vidal: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. geisa.freitas92@gmail.com
[4] Faculdade Vidal: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. hallydkse@gmail.com
[5] Faculdade Vidal: Fisioterapeuta. Docente do Curso de Fisioterapia. diegopeixotofocus@gmail.com

mundo, 2% a 5% da população é afetada pela SFM, e no Brasil, sua prevalência foi estimada em 2% (SOUZA & PERISSINOTTI, 2018), os custos diretos anuais totais por paciente variaram de $ 1.750 a $35.920 nos EUA e de $1.250 a $8.504 na Europa (D'ONGHIA *et al.,* 2022), sendo atualmente um problema de saúde pública, frente a sua epidemiologia.

O conhecimento do perfil funcional dos indivíduos com SFM é necessário para um manejo clínico eficaz, pois, é uma condição multifatorial e multissistêmica (LUPI *et al*, 2017). O aumento da atenção ao impacto funcional da dor crônica é um importante passo em frente na sua gestão, sendo a funcionalidade um indicador relevante da saúde da população ( STHUCK &BICKENBACH, 2017) , através de uma abordagem biopsicossocial, contemplando aspectos diversos como estruturas e funções do corpo, atividades e participação, além de fatores contextuais ( GROU *et al.*, 2021), seu tratamento, precisa ser holístico e abrangente construído a partir da experiência clínica, vida real e as expectativas e objetivos do paciente.

O estudo de Kundakci e colaboradores (2022) mostra que as diretrizes para o tratamento da SFM ainda não contemplam interações entre fatores biológicos, psicossociais e comportamentais, de acordo com o que é exigido pelo modelo biopsicossocial da CIF, tornando-se abordagens incompletas, com apenas alguns domínios inclusos nas condutas, algo que dificulta o momento de escolha de tratamento e aplicação clínica para pacientes acometidos pela condição de saúde.

O objetivo desta revisão foi analisar a partir de diretrizes de prática clínica se os tratamentos não farmacológicos utilizados no tratamento da fibromialgia contemplam o proposto pelo modelo biopsicossocial e seus domínios, da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde para o tratamento da Fibromialgia.

## METODOLOGIA

Revisão integrativa, que buscou responder as seguintes perguntas: "As intervenções de Fisioterapia recomendadas para o tratamento de fibromialgia contemplam o modelo biopsicossocial?", incluindo publicações de 2001 a 2023, os descritores utilizados foram combinados por meio dos operadores booleanos da seguinte forma:

| **PubMed** | **PEDro** | **Scielo** |
|---|---|---|
| *Generalized chronic pain syndrome OR Clinical pratic guidelines AND nociplastic pain syndrome* | *Fibromyalgia* AND guidelines* AND musculoskeletal pain** | *Clinical pratic guidelines OR treatment fibromyalgia* |

## RESULTADOS

**Quadro 1:** Análise dos artigos selecionados em relação aos domínios da Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde

| **Autor, ano e revista de publicação** | **Recomendações** | **Domínios** |
|---|---|---|
| Carville *et al* 2007 **Anais das Doenças Reumáticas** | Terapia aquática, exercícios aeróbicos, força, cognitivo-comportamental, relaxamento, apoio psicológico. | F- 66,66% F.P- 33,33% |
| Brosseau *et al 2008* **Associação americana de fisioterapia** | Exercícios de aptidão aeróbica | F-43,6%, E-15,5%, F.P-14,54%, A.P-26,36% |
| Brosseau *et al* 2008 **Associação americana de fisioterapia** | Exercícios de fortalecimento | F- 77,27% E- 9,09% F.P-4,54 A.P-9,09% |
| Heymann *et al* 2010 **Rev. Brasileira de Reumatologia.** | Exercícios musculoesqueléticos, alongamento, fortalecimento, fisioterapia, cognitivo-comportamental, suporte psicoterápico. | F-25% E- 50% F.P-25% |
| Fitzcharles *et al* 2013 **Pesquisa e gerenciamento da dor** | Identificação de metas específicas do tratamento, reavaliação durante o tratamento, autoeficácia, apoio social, avaliação psicológica, terapia cognitivo-comportamental, graduação do exercício, autogerenciamento, metas do paciente e seus níveis de realização devem ser registrados como uma estratégia útil para acompanhar resultados. | F-7,14% E-7,14% F.P- 64,28% A.P-21,42% |
| Bennet (2014) ***Elsevier*** | Educação, ritmo, distração, termoterapia, alongamento, atenção plena, higiene do sono, atividade aeróbica, avaliar: condições associadas, dor comorbidades, humor e estabelecimento de metas. | F- 7 (53,84%) E-3 (23,07%) F. P-3 (23,07%) |
| Macfarlane *et al* 2016 **Anais das Doenças Reumáticas** | Aeróbicos, fortalecimento, cognitivo-comportamental, multicomponentes, acupuntura ou hidroterapia, qigong, yoga, tai chi e atenção plena | F- 80% E-20% |
| Evcik *et al* 2019 **Jornal Turco de Medicina Física e Reabilitação** | Exercício aeróbico, fortalecimento, alongamento, aquático, eletroterapia, hidroterapia, balneoterapia, massagem, cognitivo-comportamental, acupuntura, mente-corpo, nutrição, abordagem multidisciplinar. | F- 12 (92,30%) F.P- 1 (7,70%) |

| | | |
|---|---|---|
| Ariani *et al* 2021<br>**Reumatismo** | Objetivos do paciente, aeróbico, fortalecimento, aquática, terapia: térmica, psicológicas, cognitivo-comportamental, hipnose, escrita terapêutica, qigong, yoga, tai chi, mindfulness, relaxamento, acupuntura e hidroterapia, incentivo ao trabalho, produtividade, regresso ao trabalho, alongamento e autogerenciamento. | F- 6 (35,29%)<br>E- 1 (5,88%)<br>F.P-8 (47,05%)<br>A.P- (11,76%) |
| Kundakci *et al* 2022<br>***Elsevier*** | Exercício aeróbico, educação, higiene do sono, terapia, música, cognitivo-comportamental, autogerenciamento, mente-corpo, fortalecimento, relaxamento/diversão, definição de metas, banho quente e calor local, atenção plena, ritmo, exercício de flexibilidade. | F- 75%<br>A.P- 25% |
| El Miedany *et al* 2022<br>***Springer Open*** | Exercícios aeróbicos, fortalecimento, terapias: cognitivo-comportamentais, educacional ou psicológica, acupuntura ou hidroterapia, ioga, tai chi, redução do estresse, recomendações nutricionais, autoeficácia e ao apoio social. | F-62,5%<br>F. P-37,5% |

**Legenda**: F: Função, E: Estrutura, F.P: Fatores pessoais, A.P: Atividade participação.

As recomendações analisadas em nossa revisão contemplam 80% dos domínios da CIF, nenhuma diretriz contemplou todos os domínios exigidos pelo modelo, observando-se a não aplicabilidade de fatores ambientais nos *guidelines* utilizados. Os onze estudos apreciados nesta revisão demonstraram a aplicabilidade dos domínios na prática clínica: função: 56,24 %, fatores pessoais: 23,37 %, estrutura: 11,88 atividade participação: 8,51 %, não havendo aplicação de fatores ambientais nos *guidelines* analisados.

## DISCUSSÃO

Não há a aplicabilidade do que é proposto pelo modelo biopsicossocial, em sua totalidade no modo de abordar gestão terapêutica não farmacológica da fibromialgia, visto que não contempla-se o que é exigido pela classificação internacional de incapacidade, funcionalidade e saúde defendida pela OMS, sendo necessário que futuras *guidelines* verifiquem seus métodos de avaliação e intervenção para que a abordagem na prática clínica seja abrangente quanto a aplicabilidade de seus domínios, facilitando assim um melhor direcionamento no tratamento de pacientes com FM.

Positivamente as diretrizes incluídas em nosso estudo, como observado em FITZCHARLES *et al.*, 2013 contemplam o fator atividade participação incentivando principalmente o paciente em retornar ao seu trabalho, resultando em melhorias na sua funcionalidade, visto que os resultados do tratamento são geralmente mais favoráveis para

aqueles que conseguem manter seu desempenho laboral, quando assim possível, outro importante destaque é a mensuração dos fatores pessoais em uma perspectiva biopsicossocial, ressaltando a importância da autoeficácia voltada aos sintomas particulares auxiliando no enfrentamento da sintomatologia.

Algo a ser contemplado em próximas *guidelines,* é a inclusão de fatores ambientais em suas recomendações, pois, sua abordagem impacta diretamente nos componentes de funcionalidade de um indivíduo correspondendo ao ambiente que o cerca, outro ponto que traz diferencial em um tratamento abrangente atendendo os domínios da CIF, incluindo o paciente no processo de construção de diretrizes, tornando a evolução do tratamento satisfatório e eficaz, portanto, as *guidelines* contemporâneas devem basear-se no modelo biopsicossocial, garantindo que o cuidado envolva uniformemente todos os fatores relacionados ao funcionamento humano (DE QUEIROZ *et al.*, 2023).

## CONCLUSÃO

Concluímos que o modelo biopsicossocial não é totalmente contemplado no tratamento não farmacológico da fibromialgia, não abrangendo o que é exigido pela CIF e defendida pela OMS, fazendo-se necessário que futuras diretrizes verifiquem as recomendações de avaliação e intervenção, tornando a abordagem na prática clínica mais abrangente quanto a aplicabilidade de seus domínios, facilitando assim um melhor manejo de pacientes com FM.

## REFERÊNCIAS


ARIANI, A *et al*. **Diretrizes de prática clínica da Sociedade Italiana de Reumatologia para o diagnóstico e tratamento da fibromialgia Melhores práticas baseadas em evidências científicas atuais**. Reumatismo. 2021 Ago 3;73(2):89-105.

BENNETT, Robert M. **Diretrizes para o manejo bem-sucedido de pacientes com fibromialgia**. Jornal indiano de reumatologia, v. 9, p. S13-S21, 2014.

BROSSEAU, Lucie *et al*. **Diretrizes de prática clínica baseadas em evidências do Painel de Ottawa para exercícios aeróbicos no tratamento da fibromialgia: parte 1**. Revista de fisioterapia e reabilitação. 2008 Jul;88(7):857-71. *Epub* 2008 May 22. PMID: 18497301.

CARVILLE S. F *et al*. **Recomendações EULAR baseadas em evidências para o tratamento da síndrome da fibromialgia**. Anais das doenças reumáticas. 2008 Apr;67(4):536-41. https://doi: 10.1136/ard.2007.071522. *Epub* 2007 Jul 20. Errata em: Anais das doenças reumáticas. 2015 Fev;74(2):476. Arendt-Nielsen, S [corrigido por: Arendt-Nielsen, L]. PMID: 17644548.

DE SOUZA, J.B.; PERISSINOTTI, D.M.N. **A prevalência da fibromialgia no Brasil – um estudo de base populacional com dados secundários do estudo sobre prevalência de dor crônica no Brasil.** BrJP [Internet]. 2018Oct;1(BrJP, 2018 1(4)):345–8

DE QUEIROZ, Jeffeson Hildo Medeiros *et al*. **Domínios do modelo biopsicossocial nas diretrizes da prática clínica para retorno ao esporte após lesão do LCA: revisão sistemática utilizando o *checklist* AGREE II**. Saúde Esportiva, v. 15, n. 2, p. 165-175, 2023.

D'ONGHIA, Martina *et al*. **O fardo econômico da fibromialgia: uma revisão sistemática da literatura**. Artrite Seminários de artrite. *Epub* 2022 3 de julho. PMID: 35849890). **Reumatologia**. outubro de 2022; 56:152060.

EL MIEDANY *et al*. **Recomendações de prática clínica baseadas em evidências de consenso para o tratamento da fibromialgia**. Reumatologia e reabilitação egípcia 49:30.

EVCIK, D *et al*. **Recomendações das diretrizes da Sociedade Turca de Medicina Física e Reabilitação (TSPMR) para o tratamento da síndrome da fibromialgia**. Jornal Turco de Medicina Física e Reabilitação 2019;65(2):111-123.

FITZCHARLES, Mary-Ann *et al*. **Recomendações da Sociedade Canadense de Dor e da Associação Canadense de Reumatologia para o cuidado racional de pessoas com fibromialgia: um relatório resumido**. Revista de reumatologia. 2013 Ago;40(8):1388-93.

GROU, Thais Cristina *et al*. **Validação da versão brasileira do World Health Organization Disability Assessment Schedule 2.0 em idosos institucionalizados**. Fisioterapia e Pesquisa, v. 28, p. 77-87, 202

HEYMANN, Roberto Ezequiel *et al*. **"Consenso brasileiro sobre o tratamento da fibromialgia."** Revista brasileira de reumatologia vol. 50,1 (2010): 56-66.

KUNDAKCI, Burak *et al*. **Recomendações internacionais e multidisciplinares do consenso Delphi sobre intervenções não farmacológicas para fibromialgia**. Seminários em artrite e reumatismo. 2022 *Dec;* 57:152101.

LUPI, Jaqueline Basilio et *al*. **Versão em português do Brasil do *Revised Fibromyalgia Impact Questionnaire* (FIQR-Br): validação transcultural, confiabilidade e validação de construto e estrutural.** Desabilitar **Reabilitação. 2017;39(16):1650–63.**

MACFARLANE, G. J *et al*. 2016. **EULAR recomendações revisadas para o tratamento da fibromialgia**. **Anais das Doenças Reumáticas**. 2017 Feb;76(2):318-328.

NICHOLAS, Michael *et al*. **A classificação IASP de dor crônica para CID-11: dor crônica primária**. Dor 2019; 160:28–37

STHUCK, G.; BICKENBACH, J. **Funcionamento: o terceiro indicador de saúde no sistema de saúde e o indicador-chave para a reabilitação**. Revista Europeia de Medicina Física e de Reabilitação 2017; 53:134-8.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# ACESSO AO SUS DE AUTISTAS E O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL

João Pedro Costa Ribeiro[1]
Maria Luciana Sousa Nascimento[2]
Márcio dos Santos Alencar Freitas[3]

**RESUMO**

Analisou-se neste artigo se a prestação precária de assistência à saúde pelo SUS a indivíduos com TEA representa a existência de um estado de coisas inconstitucional. Para este fim, pesquisa pura, de caráter exploratório, qualitativo, bibliográfico e documental, com a aplicação do método dedutivo. A coleta de dados foi realizada a partir de livros, revistas técnicas, teses, dissertações, reportagens, documentos oficiais, normas e julgados. A parte de dados coletada por intermédio da internet se deu pelos seguintes sites: Google acadêmico, Ebsco e Scielo. Observou-se que autistas possuem direito a um tratamento/acompanhamento multidisciplinar, sendo dever do Estado, por intermédio do SUS, concretizar este direito. Somente em 2023 o TEA foi incluído no Plano Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD). Para que haja estado de coisas inconstitucional (ECI) deve existir violação de direitos fundamentais ao longo do tempo causadas pela desídia do Estado. Na medida em que o Ministério da Saúde reconheceu a necessidade de inclusão do tratamento do autista no PNAISPD, conclui-se que o requisito da desídia para a caracterização do ECI.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autismo; SUS; Estado de coisa inconstitucional; PNAISPD.

## 1 INTRODUÇÃO

O autismo por muito tempo esteve oculto na sociedade, parte devido ao não diagnóstico e outra devido a sua segregação, por serem consideradas “esquisitas”. Todavia, os avanços da medicina proporcionaram um diagnóstico mais preciso deste transtorno, fazendo passar para a sociedade a impressão de que houve uma “epidemia” de autismo.

Com estes avanços, também ficou demonstrado que cada caso é único, podendo o autismo ser classificado em diferentes níveis, os quais não se referem a sua gravidade, e sim o quanto de auxílio para a realização de suas tarefas o autista necessita, afinal, trata-se de um transtorno relacionado ao desenvolvimento, resultando na denominação Transtorno do Espectro Autista (TEA).

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: 2378jp@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: lucianasousa.ls331@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: marcio.freitas@favili.com.br

Uma vez diagnosticado o TEA, o autista passa a necessitar de acompanhamento médico especializado, além do uso de medicação para minimizar alguns dos sintomas. Porém, em muitos casos, em razão das condições socioeconômicas, essa população deixa de ter esse cuidado médico, inclusive pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Tal fato gera o seguinte questionamento: o acesso deficiente dos autistas ao SUS representaria um estado de coisas inconstitucional?

Para responder essa pergunta, tem-se como objetivo geral: analisar se a prestação precária de assistência à saúde pelo SUS a indivíduos com TEA representa a existência de um estado de coisas inconstitucional. Deste modo, foram traçados como objetivos específicos: Discorrer sobre o transtorno do espectro autista; abordar o Direito à saúde e o papel do SUS na sua concretização; relatar o que se entende como estado de coisas inconstitucional; e analisar se ocorre um estado de coisas inconstitucional na prestação de serviços do SUS para autistas.

Justifica-se o estudo em face do acompanhamento médico, terapias e dos medicamentos de uso contínuo utilizados por autistas serem de alto custo, fato este que faz a maioria dos pais buscarem o apoio do SUS ou aventurarem-se em demandas judiciais para que o plano de saúde cubra parte dessas demandas. Desse modo, a concretização do direito à saúde dessa população representa mais do que uma simples questão de isonomia, atinge uma verdadeira justiça social na medida que "desafoga" o orçamento familiar, gravemente comprometido com o tratamento do autista.

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa pura, de caráter exploratório, qualitativo, bibliográfico e documental, com a aplicação do método dedutivo. A coleta de dados foi realizada a partir de livros, revistas técnicas, teses, dissertações, reportagens, documentos oficiais, normas e julgados. A parte de dados coletada por intermédio da internet se deu pelos seguintes sites: Google acadêmico, Ebsco e Scielo.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1 O transtorno do espectro autista (TEA)

Segundo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais-DSM 5 da Associação de Psiquiatria Norte-Americana (2014), o autismo consiste em um déficit persistente na comunicação e interação social, como não pode ser considerado uma doença,

mas sim um transtorno[4] que afeta o comportamento do indivíduo. Os indícios e traços do autismo podem ser observados já nos primeiros anos de vida, influenciando negativamente a capacidade de comunicação e interação social do indivíduo (Alves, 2023). Em virtude disso, é fundamental o diagnóstico precoce, permitindo que o uso de medicamentos e terapias auxiliem no seu desenvolvimento e possam atenuar os sintomas do autismo, assim como assegurar que os direitos legais da pessoa com autismo sejam respeitados e promovidos (Silva, 2022).

Ademais, o Ministério da Saúde (Brasil, 2015) preconiza a necessidade da criação de uma rede de profissionais de saúde para dar suporte médico/terapêutico ao autista e a sua família. Para o sucesso desta rede, faz-se necessária que a coordenação de ações, indicações de profissionais seja atribuída a um profissional de confiança da família.

### 3.2 Direito à saúde e o papel do SUS

Voltando-se para o objeto desta pesquisa, o dever de fornecer essa rede de assistência multidisciplinar é da competência do Estado. Isso se deve ao fato de a saúde na Constituição de 1988 ter sido levada a um lugar de destaque. Em primeiro lugar, a concretização do princípio da dignidade da pessoa humana – fundamento da nação brasileira previsto no seu art. 1º, III -, passa em parte por propiciar a todos os indivíduos a possibilidade de garantir condições mínimas de saúde.

Ainda em um plano mais programático tem-se como um dos objetivos fundamentais da CF/1988 a promoção do "bem de todos". Apesar desta expressão ser um conceito indeterminado, cabendo uma gama significativa de interpretações, entende-se que dentre os diversos direitos que devam ser promovidos para atender a esse comando constitucional está o da saúde.

Ademais, a CF/1988, assim como a sua antecessora, colocou a saúde como um direito individual e ao mesmo tempo social. Isso se deve ao fato de, sob seu aspecto individual, o direito fundamental à vida (art. 5º, caput) vai além da simples sobrevivência, mas a promoção de uma vida digna, garantindo, dentre outros direitos, a saúde. Por outro lado, enquanto direito social, o constituinte reconheceu o caráter coletivo do direito à saúde (art. 6º), devendo o Estado propiciar todos os meios que garantam aos membros da sociedade exercer seu direito individual

[4] Para a referida Associação (2014) "transtorno mental é uma síndrome caracterizada por perturbação clinicamente significativa na cognição, na regulação emocional ou no comportamento de um indivíduo que reflete uma disfunção nos processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento subjacentes ao funcionamento mental. Transtornos mentais estão frequentemente associados a sofrimento ou incapacidade significativos que afetam atividades sociais, profissionais ou outras atividades importantes. Uma resposta esperada ou aprovada culturalmente a um estressor ou perda comum, como a morte de um ente querido, não constitui transtorno mental. Desvios sociais de comportamento (p. ex., de natureza política, religiosa ou sexual) e conflitos que são basicamente referentes ao indivíduo e à sociedade não são transtornos mentais a menos que o desvio ou conflito seja o resultado de uma disfunção no indivíduo, conforme descrito".

à saúde, inclusive permitindo que legitimados promovam ações coletivas na defesa desse direito.

Vale destacar que, segundo o art. 194, caput e inciso I, a saúde faz parte da seguridade social, tendo como princípio básico a universalidade de cobertura e de atendimento. Por sua vez, art. 196 corrobora com a ideia de que a saúde é um direito de todos, atribuindo ao Estado o dever da sua promoção. No intuito de concretizar o direito à saúde, a CF/1988 (art. 200) trouxe uma inovação, a criação de um sistema de saúde público (Sistema Único de Saúde – SUS), cuja prestação de serviços independe de contrapartida, repartindo a competência de suas ações entre os três entes federativos.

O SUS foi regulamentado pela Lei nº 8080/1990, cabendo ao seu art. 7º elencar uma série de princípios, destacando-se para este estudo: universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência (inciso I) e integralidade de assistência (inciso II). Tais princípios ao mesmo tempo que possibilitam que todas as pessoas tenham acesso aos serviços públicos de saúde, o recebam dentro de uma forma que seja possível o atendimento de diversos ramos/especialidades, sem deixar em consideração as limitações orçamentárias de cada ente federativo (inciso XI).

### 3.3 Estado de coisas inconstitucional (ECI)

O conceito de estado de coisas inconstitucional surgiu na Colômbia em 1997, quando a Corte Constitucional, ao reconheceu o direito de professores a receberem benefícios previdenciários, que lhe haviam sido descontados em folha e não repassados para a previdência (Santos *et al*., 2015). Na ocasião, o tribunal reconheceu que essa situação fática contrariava os comandos constitucionais daquele país e, enquanto guardião da constituição, era imperativo que aquela Corte passasse a adotar providências no intuito da efetiva concretização dos comandos constitucionais.

No Brasil, esse conceito foi adotado no julgamento da ADPF nº 347. Na ocasião discutia-se a situação dos presídios brasileiros (superlotação, condições insalubres, falta de segurança etc.) e a contumaz omissão das autoridades públicas em trazer soluções definitivas para esse quadro violador de diversos direitos fundamentais. Na ocasião, ao se reconhecer essa situação fática, que se perpetuava no tempo, incompatível com os ditames constitucionais a corte reconheceu uma situação similar a encontrada pelo tribunal colombiano, declarando existir um "estado de coisas inconstitucional" passando a adotar medidas capazes de eliminar essa situação – elaboração de plano de ação conjunto, estabelecimento de metas, audiências públicas, dentre outras.

Desta forma, remete-se à situação de Coisa Inconstitucional, que, de acordo com Campos (2015):

> "O Estado de Coisas Inconstitucional ocorre quando verifica-se a existência de um quadro de violação generalizada e sistêmica de direitos fundamentais, causado pela inércia ou incapacidade reiterada e persistente das autoridades públicas em modificar a conjuntura, de modo que apenas transformações estruturais da atuação do Poder Público e a atuação de uma pluralidade de autoridades podem alterar a situação inconstitucional."

### 3.4 Acesso do autista ao SUS e estado de coisas inconstitucional

Apesar da existência do SUS e da criação de uma lei específica para indivíduos com TEA (lei nº 12.764/2012). Somente em 2023 o governo brasileiro incluiu o autismo no Plano Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência – PNAISPD (Portaria GM/MS nº 1526/2023). A partir de então passou a ser possível não apenas o atendimento para diagnóstico e acompanhamento feito por profissional de saúde como este encaminhar para tratamento multidisciplinar oferecido pelo SUS.

Deste modo, ainda não se observa a inércia violadora de direitos fundamentais das pessoas autistas. Todavia, infere-se que para atender essa crescente demanda o SUS deverá ampliar seus esforços para promover uma maior capilarização de seus serviços para atender essas pessoas, ou utilizando-se de concursos públicos, ou mediante convênios e/ou contratos de gestão/termos de parceria (principalmente no que diz respeito aos serviços terapêuticos recomendados pelo profissional que acompanhar o tratamento do autista).

## 4 CONCLUSÃO

Por tudo o que fora exposto, conclui-se que, apesar de ainda não existir um estado de coisas inconstitucional, haja vista recente portaria para a inclusão do tratamento de autistas no Plano Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência, fazendo com que o SUS passe a destinar recursos para atender as demandas médicas e terapêuticas dessa população.

Infelizmente em face da extensão territorial brasileira, acredita-se que a concretização desse direito se dará de forma lenta (haja vista a falta de profissionais habilitados, de estruturas adequadas para a realização das terapias em proporção ao número de pessoas com TEA e a sua localização disseminada por todo o território nacional).

## REFERÊNCIAS


ALVES, Pâmela Paola Oliveira. **Acesso e tratamento de crianças com transtorno do espectro autista na saúde pública: implicações e barreiras: uma revisão narrativa.** 2023.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. DSM-5: **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Artmed Editora, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.764, Regulamento Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União.** Brasília, 27 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 1 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. p. 1-157.

CARLOS ALEXANDRE DE AZEVEDO CAMPOS. **Conjur.** *[S.l.]*. Consultor Jurídico, 2015. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2015-set-01/carlos-campos-estado-coisas-inconstitucional-litigio-estrutural/. Acesso em: 9 mai. 2024.

DOS SANTOS, Helena Maria Pereira et al. Estado de coisas inconstitucional: um estudo sobre os casos colombiano e brasileiro. **Revista Quaestio Iuris**, v. 8, n. 4, p. 2596-2612, 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria GM/MS Nº 1.526, de 11 de outubro de 2023**. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1526_16_10_2023.html>. Acesso em: 13 maio. 2024.

SILVA, Júlia Sousa. O direito à saúde das pessoas com autismo: reflexões sobre o acesso aos tratamentos pertinentes diante da conformação atual do cid 11. **Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais,[SL]**, v. 8, n. 1, p. 1-18, 2022.

SILVA, Lucas Silveira da; FURTADO, Luis Achilles Rodrigues. O sujeito autista na Rede SUS:(im) possibilidade de cuidado. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, p. 119-129, 2019.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# ADIÇÃO DE FGF-2 AO MEIO CONDICIONADO PELO NERVO CIÁTICO PARA PROMOVER A PLASTICIDADE EM CÉLULAS CULTIVADAS NA MEDULA ESPINHAL

Cleber Mahlmann Viana Bezerra[1]
Dárlyson Marlon Santiago Silva[2]
Delianne Ketilynny Viana Granja[3]
Francisco Thiago de Oliveira Silva[4]
Diego Remígio Peixoto[5]

## RESUMO

A pesquisa aborda a complexidade do sistema nervoso, com foco nas lesões neurais, anatomia do nervo isquiático, mecanismos de lesão e regeneração, além de experimentos com plasticidade celular na medula espinal utilizando meio condicionado e FGF-2. As metodologias empregadas incluem cultivo de células e nervos, análises imunocitoquímicas e dosagem de íons. A pesquisa destaca a importância de compreender os processos de regeneração neural e os efeitos do fator de crescimento FGF-2 no contexto das lesões neurais. A análise da anatomia do nervo isquiático fornece insights cruciais sobre a estrutura e função dos nervos periféricos, enquanto os experimentos com plasticidade celular na medula espinal revelam novas possibilidades para a regeneração neural. A utilização do meio condicionado e do FGF-2 como estratégias para promover a regeneração neuronal representa um avanço significativo no campo da neurociência regenerativa. A aplicação dessas abordagens experimentalmente demonstra resultados promissores, indicando um potencial terapêutico para lesões neurais. As análises imunocitoquímicas e a dosagem de íons fornecem informações precisas sobre os efeitos dessas intervenções nos processos celulares e bioquímicos subjacentes à regeneração neural. Em suma, a pesquisa oferece uma visão abrangente e detalhada sobre a regeneração neural, explorando tanto os mecanismos fisiológicos envolvidos quanto as aplicações práticas dessas descobertas no campo da medicina regenerativa. A combinação de metodologias inovadoras e descobertas científicas fundamentais destaca o potencial transformador da pesquisa em lesões neurais e regeneração neural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Meio condicionado; Fator de crescimento de fibroblastos-2; Neuroplasticidade; Nervo Ciático.

Graduado em Fisioterapia: clebermahlmann@live.com
Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. darlysonmarlon@gmail.com
Graduada em Fisioterapia. ketilynny@yahoo.com.br
Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. thi-thth@hotmail.com
Graduado em Fisioterapia. diegopeixotofocus@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Lesões da medula espinhal (LM) geralmente resultam em condições incapacitantes devido à capacidade de reparo muito limitada do sistema nervoso central (SNC) dos mamíferos. Um ambiente favorável para a plasticidade celular após uma manipulação da medula espinhal pode ser criado através de uma combinação de enxerto de nervo periférico transplante e fatores neurotróficos. Nosso grupo de pesquisa relatou que este tratamento combinatório resulta em melhora significativa no comportamento motor e no tropismo celular em ratos adultos após LME completa (Guzen et al., 2009, 2012, 2016).

Sabe-se que os fatores de crescimento de fibroblastos (FGFs) estimulam a mitogênese em uma variedade de células de origem mesodérmica ou neuroectodérmica. Os FGFs e seus receptores FGF de tirosina quinase de alta afinidade são expressos no sistema nervoso periférico (SNP) e são conhecidos por regular o desenvolvimento e modulação do SNC (Blottner et al., 1989; Grothe et al., 2001; Liu et al., 2001; Liu et al., 2015).

As atividades relatadas de FGFs incluem estimulação da mitogênese em astrócitos (Pettmann et al., 1985), oligodendrócitos (Eccleston e Silberberg, 1985) e células de Schwann (Davis e Stroobant, 1990), indução de crescimento de fibras tanto em PC-12 (Wagner e D'amore, 1986) quanto em células cromafins adrenais (Stemple et al., 1988), bem como aumento no crescimento de fibras na medula espinhal (Guzen et al., 1988), hipocampo (Walicke et al.,1986), retina (Lipton et al., 1988) e FGF-2 aplicado exogenamente reduziram a lesão neuronal produzida por hipóxia prolongada (Sakaki et al., 1995).

Evidências de vários estudos in vitro e in vivo demonstraram que o FGF-2 não está presente apenas no sistema nervoso. Ele medeia sinais que promovem a sobrevivência e estimula o metabolismo do transmissor de vários neurônios durante a fase de desenvolvimento e após a lesão (Grothe e Wewetzer, 2003; Szebenyi e Fallon, 1998; Unsicker et al., 1993)

Tratados com FGF-1 e FGF-2 culturas mostraram um aumento significativo no crescimento de neuritos de neurônios da medula espinhal ventral e células-tronco, sugerindo que ambos os FGFs podem influenciar o desenvolvimento neuronal (Iwasaki et al., 1995; Lucena et al., 2014). Relatórios mostraram que o FGF-2 estimula o crescimento dos vasos sanguíneos (Presta et al., 2005), o que é crucial para a formação do tecido do sistema nervoso (Greenberg e Jin, 2005) e melhora a neurogênese (Nakato-mi et al., 2002; Ohori et al., 2006 ; Além disso o FGF-2 facilita a sobrevivência neuronal e a neuritegênese (Abe e Saito, 2001). Esses múltiplos efeitos atribuídos ao FGF-2 no SNC podem ser úteis para preservação de tecidos e recuperação funcional após LME contusiva moderada ou grave (Bansal et al., 2002; Rabchevsky et al., 1999, 2000).

Assim, o objetivo deste trabalho é determinar os papéis funcionais do FGF-2 na plasticidade celular da medula espinhal na presença de meio condicionado pelo nervo ciático (SNCM) em ratos.

## METODOLOGIA

Para a realização do experimento foram utilizados 12 animais (ratos da linhagem Wistar - *Rattus novergicus*), 06 destes animais, machos com idade entre 40 a 50 dias e peso aproximado de 250 gramas e outros 06 com idade de 02 dias oriundos do Biotério da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). O projeto atendeu as normas para a realização de pesquisa em animais com todos os procedimentos, passando pela Comissão de Ética no Uso de Animais da (UERN) sendo aprovado e autorizado através do parecer consubstanciado CEEA/UERN $n^0$ 007/13. A extração e cultivo das células da medula espinal (ME) foram coletadas de seis ratos Wistar com 2 dias de vida. A extração e cultivo dos explantes de nervo isquiático ocorreu sob o fluxo laminar, placas para cultura, P60 foram preparadas com 5ml do meio L-15. Nos animais que foram submetidos à extração do nervo isquiático, foi realizada a eutanásia e posteriormente acessos cirúrgicos na região posterior da coxa nos dois antímeros, resultando na exposição do nervo isquiático e promovendo a retirada do mesmo. Os nervos isquiáticos foram retirados e colocados nas P60 com meio L-15, sob técnica cirúrgica asséptica com o auxílio de microinstrumentos (tesoura, pinça, afastadores).

As técnicas e procedimentos utilizados na pesquisa sobre regeneração neural com FGF-2 se deram através do cultivo de células e nervos onde desempenham um papel fundamental na análise da plasticidade celular em resposta ao meio condicionado e ao fator de crescimento FGF-2. Inicialmente, as células foram cultivadas em condições controladas para garantir sua viabilidade e pureza durante os experimentos. Os explantes foram cuidadosamente manuseados e mantidos em condições ideais de crescimento para permitir a observação dos efeitos do FGF-2 na regeneração nervosa. As análises imunocitoquímicas foram realizadas com rigor metodológico para garantir a precisão e confiabilidade dos resultados obtidos. A marcação imunocitoquímica foi empregada para identificar e visualizar a expressão de proteínas específicas nas células e tecidos nervosos.

As análises imunocitoquímicas foram realizadas com rigor metodológico para garantir a precisão e confiabilidade dos resultados obtidos. Além disso, outros métodos de análise relevantes foram empregados, como a dosagem de íons no meio de cultura. Essa abordagem possibilitou a avaliação dos impactos dos estímulos aplicados na composição iônica do ambiente celular, fornecendo insights sobre os mecanismos bioquímicos envolvidos na

regeneração neural. A combinação dessas técnicas e procedimentos permitiu uma investigação abrangente e detalhada dos efeitos do meio condicionado e do FGF-2 na plasticidade celular e na regeneração neural. Os resultados obtidos por meio dessas técnicas e procedimentos têm o potencial de contribuir de forma significativa para o desenvolvimento de novas abordagens terapêuticas no campo da neurociência regenerativa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao comparar as áreas médias das células neuronais em 24 horas, não foi observada diferença significativa entre o grupo exposto ao FGF-2 e o grupo não-exposto. Porém, às 48 e 72 horas, o primeiro apresentou maior área média de células neuronais do que o grupo sem FGF-2. Ao comparar as áreas médias de células gliais em 24 e 48 horas, o grupo exposto ao FGF apresentou maior desenvolvimento trófico do que aquele sem exposição ao FGF-2 enquanto não houve di-exposição. diferença foi observada às 72 horas. No caso do perímetro das células gliais, não foi observada diferença em 24 horas. Porém, às 48 e 72 horas, o grupo exposto ao FGF-2 apresentou desenvolvimento trófico superior quando comparado ao grupo sem exposição ao FGF-2.

A análise morfológica mostra um evidente desenvolvimento trófico no grupo que recebeu SNCM na presença de FGF-2, quando comparado ao grupo sem FGF-2 nos grupos SNCM e SNCM mais FGF-2. Resultando em corpos celulares mais desenvolvidos e mais arborização quando comparado ao grupo que recebeu apenas SNCM. Além disso, a presença de FGF-2 eliminou o aumento da imunorreatividade, sendo o corpo celular e a arborização, mais plásticos para NF-200 do que o grupo sem FGF-2.

Os resultados obtidos a partir da pesquisa sobre a influência do meio condicionado e do FGF-2 na morfologia e expansão das células gliais e neuronais revelam descobertas significativas. A análise da plasticidade celular em resposta a esses estímulos demonstrou uma capacidade notável de adaptação e mudança das células, especialmente na presença do fator de crescimento FGF-2. Observou-se uma maior proliferação celular e uma melhora na morfologia das células gliais e neuronais quando expostas ao meio condicionado e ao FGF-2, indicando um potencial regenerativo desses fatores.

Esses achados têm importantes implicações para a regeneração neural, sugerindo que a utilização do meio condicionado e do FGF-2 como estratégias terapêuticas pode promover a recuperação de lesões neurais. A capacidade desses fatores de estimular a regeneração celular e melhorar a morfologia das células abre caminho para possíveis aplicações clínicas no

tratamento de lesões do sistema nervoso. A promoção da plasticidade celular por meio dessas intervenções representa uma abordagem promissora para restaurar a função neural comprometida e melhorar a qualidade de vida dos pacientes afetados.

Esses resultados também têm relevância para o campo das neurociências, destacando a importância de compreender os mecanismos de regeneração neural e explorar novas estratégias terapêuticas. A combinação do meio condicionado e do FGF-2 como indutores de regeneração celular apresenta um potencial transformador para o tratamento de lesões neurais, abrindo novas perspectivas para a medicina regenerativa. A compreensão aprofundada dos efeitos desses fatores no ambiente celular e nos processos de regeneração neural é fundamental para avançar no desenvolvimento de terapias eficazes e inovadoras.

## CONCLUSÃO

Em conclusão, os resultados obtidos nesta pesquisa ressaltam a importância do meio condicionado e do FGF-2 como promissores agentes de regeneração neural. O potencial terapêutico dessas abordagens para a recuperação de lesões neurais destaca a relevância desses estudos para o avanço da medicina regenerativa. As descobertas aqui apresentadas contribuem significativamente para o campo das neurociências, oferecendo novas perspectivas e oportunidades para o desenvolvimento de tratamentos mais eficazes e direcionados para pacientes com lesões neurais, deixando explícito a importância de sempre a literatura estar se renovando a respeito do tema abordado.

## REFERÊNCIAS


Blottner, D., Westermann, R., Grothe, C., Böhlen, P., Unsicker, K., 1989. **Basic fibroblast growth factor in the adrenal gland.** Eur. J. Neurosci. 1, 471–478.

Davis, J.B., Stroobant, P., 1990. **Platelet-derived growth factors and fibroblast growth factors are mitogens for rat Schwann cells.** J. Cell Biol. 110, 1353–1360.

Eccleston, P.A., Silberberg, D.H., 1985. **Fibroblast growth factor is a mitogen for oligodendrocytes in vitro.** Dev. Brain Res. 21, 315–318.

Grothe, C., Meisinger, C., Claus, P., 2001. **In vivo expression and localization of the fibroblast growth factor system in the intact and lesioned rat peripheral nerve and spinal ganglia.** J. Comp. Neurol. 434, 342–357.

Grothe, C., Wewetzer, K., 2003. **Fibroblast growth factor and its implications for developing and regenerating neurons.** Int. J. Dev. Biol. 40, 403–410.

Guzen, F.P., de Almeida Leme, R.J., de Andrade, M.S.R., Chadi, G., others, 2009.**Glial cell line-derived neurotrophic factor added to a sciatic nerve fragment grafted in a spinal cord gap ameliorates motor impairments in rats and increases local axonal growth.** Restor. Neurol. Neurosci. 27, 1–16.

Guzen, F.P., de Araújo, D.P., de Souza Lucena, E.E., de Morais, H.H.A., de Paiva Cavalcanti, J.R.L., do Nascimento, E.S., de Oliveira Costa, M.S.M., Cavalcante, J.S., 2016. **Effect of FGF 2 and sciatic nerve grafting on ChAT expression in dorsal root ganglia neurons of spinal cord transected rats.** Neurosci. Lett. 616, 43–48.

Guzen, F.P., Soares, J.G., de Freitas, L.M., Cavalcanti, J.R.L. de P., Oliveira, F.G., Araújo, J.F., Cavalcante, J. de S., Cavalcante, J.C., Nascimento Jr, E.S. do, de Oliveira Costa, M.S.M., 2012. **Sciatic nerve grafting and inoculation of FGF-2 promotes improvement of motor behavior and fiber regrowth in rats with spinal cord transection.** Restor. Neurol. Neurosci. 30, 265–275.

Lipton, S.A., Wagner, J.A., Madison, R.D., D'Amore, P.A., 1988. **Acidic fibroblast growth factor enhances regeneration of processes by postnatal mammalian retinal ganglion cells in culture.** Proc. Natl. Acad. Sci. 85, 2388–2392.

Liu, H., Wu, Q.-F., Li, J.-Y., Liu, X.-J., Li, K.-C., Zhong, Y.-Q., Wu, D., Wang, Q., Lu, Y.-J., Bao, L., others, 2015. **Fibroblast growth factor 7 is a nociceptive modulator secreted via large dense-core vesicles.** J. Mol. Cell Biol. 7, 466–475.

Pettmann, B., Weibel, M., Sensenbrenner, M., Labourdette, G., 1985. **Purification of two astroglial growth factors from bovine brain.** FEBS Lett. 189, 102–108.

Sakaki, T., Yamada, K., Otsuki, H., Yuguchi, T., Kohmura, E., Hayakawa, T. 1995. **Brief exposure to hypoxia induces bFGF mRNA and protein and protects rat cortical neurons from prolonged hypoxic stress.** Neurosci Res. 23(3):289-96.

Stemple, D.L., Mahanthappa, N.K., Anderson, D.J., 1988. **Basic FGF induces neuronal differentiation, cell division, and NGF dependence in chromaffin cells: a sequence of events in sympathetic development.** Neuron 1, 517–525.

Szebenyi, G., Fallon, J.F., 1998. **Fibroblast growth factors as multifunctional signaling factors.** Int. Rev. Cytol. 185, 45–106.

Unsicker, K., Grothe, C., Lüdecke, G., Otto, D., Westermann, R., 1993. **Fibroblast growth factors: their roles in the central and peripheral nervous system.** Neurotrophic Factors 313–338.

Wagner, J.A., D'amore, P.A., 1986. **Neurite outgrowth induced by an endothelial cell mitogen isolated from retina.** J. Cell Biol. 103, 1363–1367.

Walicke, P. et al. **Fibroblast growth factor promotes survival of dissociated hippocampal neurons and enhances neurite extension.** Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 83, n. 9, p. 3012-3016, 1986.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# ADICIONAL DE PERICULOSIDADE PARA TRABALHADORES QUE USAM MOTOCICLETAS: UMA ANÁLISE SOBRE POSSIBILIDADES E IMPEDIMENTOS

Cauã de Sousa Costa[1]
Emanuely Cristina Vieira Moura [2]
Giovane Grangeiro e Silva [3]
José Cristiano Ribeiro de Oliveira [4]
Maria Lorena Silva de Oliveira [5]

**RESUMO**

O parecer jurídico em questão aborda profundamente a questão do adicional de periculosidade para trabalhadores que operam motocicletas em suas atividades laborais, com base na legislação brasileira, em especial a Lei n. 12.997/2014, que alterou a CLT para incluir essas atividades como perigosas. No entanto, a efetiva aplicação do adicional é condicionada à regulamentação específica por parte do Ministério do Trabalho, detalhamento que foi tentado através da Portaria 1.565 de 2014, posteriormente anulada por vícios processuais, conforme decisão judicial com efeitos retroativos e universais. Este cenário jurídico coloca em evidência a importância de um processo de regulamentação que seja participativo e siga os princípios legais estabelecidos, incluindo a necessidade de audiências públicas e a observância dos requisitos de validade do negócio jurídico, conforme o art. 104 do Código Civil. O texto destaca que, sem uma regulamentação válida e específica, não se pode afirmar a existência de direito ao adicional de periculosidade para essa categoria de trabalhadores. Conclui-se, assim, que a concessão de tal adicional depende de ação normativa do Governo Federal, que deve respeitar os princípios constitucionais e legais na elaboração de tais normas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Adicional de Periculosidade; Motociclistas; Regulamentação Trabalhista; Nulidade Jurídica.

## INTRODUÇÃO

No contexto das relações laborais brasileiras, A legislação trabalhista, buscando assegurar a proteção desses trabalhadores, prevê mecanismos compensatórios, como é o caso do adicional de periculosidade. Este estudo visa analisar, sob uma perspectiva jurídica, a aplicabilidade do adicional de periculosidade especificamente para trabalhadores que utilizam motocicletas no exercício de suas funções, à luz da Lei nº 12.997, de 18 de junho de 2014,

[1]FACULDADE VIDAL: graduando em direito na Faculdade Vidal; E-mail: cauacosta280@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: graduando em direito na Faculdade Vidal; E-mail: emanuelycris12@icloud.com
[3]FACULDADE VIDAL: graduanda em direito na Faculdade Vidal; E-mail: giovanegrangeiro@icloud.com
[4]FACULDADE VIDAL: graduanda em direito na Faculdade Vidal; E-mail: dbcristiano@hotmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: graduanda em direito na Faculdade Vidal; E-mail: lorymary2408@gmail.com

que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), incluindo expressamente as atividades de trabalhador em motocicleta entre aquelas consideradas perigosas.

A relevância do tema reside não apenas na crescente utilização de motocicletas como instrumento de trabalho - impulsionada pela expansão do setor de entregas - mas também nas implicações legais e econômicas decorrentes do reconhecimento da periculosidade dessas atividades. Nesse sentido, o presente resumo expandido discutirá as nuances da legislação pertinente, os critérios estabelecidos para a concessão do adicional de periculosidade e as consequências jurídicas de uma portaria anulada pela Justiça Federal, que havia especificado as condições sob as quais o uso da motocicleta ou motoneta no trabalho seria considerado perigoso.

Ademais, o estudo se propõe a examinar a jurisprudência e a doutrina relacionadas ao tema, destacando os posicionamentos, como Carlos Henrique Bezerra Leite (2023) e Sergio Pinto Martins (2023), que contribuem para a compreensão e interpretação das normas vigentes. A análise enfatizará a importância do devido processo legal na regulamentação das atividades perigosas e na concessão dos adicionais de periculosidade, ressaltando a necessidade de participação ativa de todos os *stakeholders* - governo, empregados e empregadores - na elaboração dessas normas.

O presente resumo explora as dificuldades na implementação do adicional de periculosidade para profissionais que usam motocicletas no trabalho, destacando a falha na regulamentação após a anulação da Portaria n. 1.565/2014 pela Justiça Federal, devido à inadequação de processos legais. Especialistas enfatizam a necessidade de uma regulamentação clara e específica. A falta de uma norma adequada e legalmente estabelecida ressalta a urgência de uma regulação que envolva participativamente os interessados, respeitando princípios democráticos para assegurar a proteção dos trabalhadores motociclistas. A questão do adicional de periculosidade permanece sem resolução, necessitando de uma abordagem regulatória eficaz e legal.

## METODOLOGIA

A metodologia proposta inicia com uma análise da Lei n. 12.997/2014, que classifica o trabalho com motocicleta como perigoso, modificando a CLT,e o exame da Portaria 1.565/2014 sob a ótica de sua possível nulidade. Segue com a revisão de normativas complementares, como a Portaria n° 3.214/78 e a NR 16, além de estudar decisões judiciais cruciais, especialmente aquelas que discutem a validade da Portaria 1.565/2014. A

metodologia também inclui o debate com fontes secundárias, como artigos e livros para ampliar a análise com variadas visões sobre a periculosidade no trabalho de motociclistas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo em questão a aplicação do adicional de periculosidade para trabalhadores que operam motocicletas, fundamentando-se na legislação atual e em decisões judiciais pertinentes. A Portaria n. 1.565/2014 e a Lei n. 12.997/2014 estão intrinsecamente ligadas ao foco na segurança e saúde dos trabalhadores, especialmente aqueles envolvidos em atividades de risco. A lei alterou a CLT para reconhecer o trabalho em motocicleta como perigoso, concedendo um adicional de 30% no salário destes profissionais. Complementarmente, a portaria estabelece diretrizes para a efetiva proteção desses trabalhadores, evidenciando um esforço conjunto para garantir um ambiente de trabalho mais seguro e justo para os motoboys, mototaxistas e similares.

A inclusão das atividades realizadas em motocicleta sob o benefício do adicional de periculosidade pela Lei n. 12.997/2014 marcou um avanço significativo na proteção dos trabalhadores expostos a riscos. Contudo, a invalidação da Portaria n. 1.565/2014 pela Justiça Federal, motivada pela não observância dos procedimentos legais, como a realização de audiências públicas, destaca um desafio central na efetiva implementação de medidas protetivas.

Leite (2023) destaca a importância crítica das listagens e regulamentações estipuladas pelo Ministério do Trabalho, essenciais para classificar de forma precisa quais atividades são consideradas perigosas. Essa formalização não apenas provê um marco regulatório para a segurança laboral, mas também é um pilar para a proteção dos trabalhadores, assegurando que eles estejam cientes dos riscos inerentes às suas funções. De maneira complementar, Martins (2023) aponta para a necessidade imperativa de realizar as atividades especificamente nas áreas demarcadas como de alto risco. Essa precisão na localização das tarefas é fundamental para a aplicação correta das políticas de segurança, assegurando que os adicionais de periculosidade sejam justamente concedidos aos trabalhadores que efetivamente enfrentam condições de risco em seu ambiente de trabalho. Esse enfoque conjunto ressalta a complexidade de formular e implementar estratégias eficazes de segurança no trabalho, sublinhando a importância de definições claras e cumprimento rigoroso das normas para a proteção adequada dos trabalhadores.

O processo envolve a Adisk Sul e a União Federal sobre a validade da Portaria nº 1.565/2014, que concedeu adicional de periculosidade aos motociclistas, alegando que foi

elaborada sem seguir os procedimentos legais. O juiz decidiu a favor da Adisk Sul, anulando a Portaria e ordenando à União reiniciar o procedimento de regulamentação, respeitando as disposições legais. A União foi condenada a pagar custas processuais e honorários advocatícios. A sentença está sujeita a reexame necessário e ambas as partes podem recorrer.

Este resumo expandido ressalta a necessidade de se aderir a processos legais adequados na regulamentação de atividades consideradas perigosas e na concessão do adicional de periculosidade. A invalidação da Portaria n. 1.565/2014 serve como um alerta crucial para a necessidade de um processo regulatório participativo e democrático, que respeite os direitos e interesses tanto dos empregados quanto dos empregadores. A elaboração conjunta de normativas não só assegura sua legalidade e legitimidade, mas também promove a eficácia e a aceitação ampla das regulamentações por todas as partes envolvidas.

## CONCLUSÃO

Este estudo jurídico realça a complexidade da concessão do adicional de periculosidade a trabalhadores em motocicletas, destacando a interação entre direito do trabalho, segurança ocupacional e regulamentação. Revela que, apesar do progresso legislativo com a Lei n. 12.997/2014, desafios práticos e legais persistem, enfatizando a importância de um processo regulatório transparente e participativo. Enfatiza a necessidade de regulamentações colaborativas que protejam a segurança dos trabalhadores, mantendo um equilíbrio com as demandas laborais modernas. Conclui-se que a questão do adicional de periculosidade é vital para o direito do trabalho e segurança ocupacional, exigindo um diálogo contínuo entre todas as partes envolvidas para promover um ambiente de trabalho seguro e reafirmar o compromisso com direitos humanos e justiça social.

## REFERÊNCIAS

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho.** Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786553626966. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626966/. Acesso em: 27 dez. 2023**.**

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho.** Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786553627475. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627475/. Acesso em: 27 dez. 2023**.**

PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO. **Seção Judiciária do Distrito Federal. Processo n° 0018311-63.2017.4.01.3400 - 20ª Vara - Brasília. Número de registro e-CVD 00570.2018.00203400.2.00619/00128. Sentença Tipo**

**“B” – Resolução n° 535/2206, do CJF – RCB. Processo n° 18311-63.2017.4.01.3400.** Classe: Ação Ordinária / Outras - 1900. Partes: Autor: Associação dos Distribuidores Brasil Kirin da Região Sul – Adisk. Réu: União Federal. Juiz: RENATO COELHO BORELLI. Juízo: 20ª Vara Federal/DF. Documento assinado digitalmente pelo(a) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO RENATO COELHO BORELLI em 23/08/2018, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006. Disponível em: http://www.trf1.jus.br/autenticidade. Acesso em: 13 MAIO 2024

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Lei de Introdução e Parte Geral.** v.1. [Local da Editora]: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559646951. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646951/. Acesso em: 27 dez. 2023**.**

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# **ADPF N.º 973:** JUDICIÁRIO NO COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL

Bruno Roberto de Lima[1]
Caroline Freire da Silveira[2]
Camile Freire da Silveira[3]
Jonatan Luiz De Azevedo [4]
Nicoly Silva Gomes[5]

## RESUMO

O racismo é um fenômeno social e político que tem sido objeto de estudo e debate em diversas áreas do conhecimento, incluindo o campo do direito. O trabalho em tela busca investigar o contexto histórico do racismo e suas influências nos diversos contextos sociais: ideológico, político, econômico e jurídico. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 973, tem como objetivo reconhecer o Estado de Coisas Inconstitucional em razão da existência de racismo estrutural na sociedade brasileira. Esta ação tem potencial para ser um instrumento de conformação de direitos públicos fundamentais no combate ao segregacionismo existente no Brasil. A luta contra o racismo é uma luta por justiça e dignidade, e exige ações concretas para romper com a história de opressão e discriminação.

**Palavras-Chave:** Racismo Estrutural; Direito e Racismo; ADPF n.º 973; Litígio Estrutural.

## INTRODUÇÃO

O racismo é um problema complexo que atinge diversos países no mundo. Seja por razões históricas, ideológicas, políticas, econômicas ou sociais, a segregação racial possui raízes sólidas na sociedade brasileira.

A exclusão social de pessoas por suas diferenças físicas geraria um sentimento de superioridade de uns e inferioridade de outros demonstrando-se ultrapassada. No entanto, a existência ainda hoje de grupos neonazistas no mundo evidencia a importância de estudos das diversas searas que tenham o escopo de combater o racismo.

Desta forma, afirma-se que o combate ao racismo é um litígio estrutural. Contudo faz-se necessária a sua melhor compreensão enquanto lide social. Destarte, a presente investigação

[1]FAVILI; Docente do Curso de Direito da Faculdade Vidal de Limoeiro; E-mail: brlbrunoroberto@gmail.com.
[2]FAVILI; Discente do 5º Semestre do Curso de Direito da Faculdade Vidal de Limoeiro; E-mail: caroline2004freire@gmail.com.
[3]FAVILI; Discente do 5º Semestre do Curso de Direito da Faculdade Vidal de Limoeiro; E-mail: Camile2018silveira@gmail.com
[4]FAVILI; Discente do 5º Semestre do Curso de Direito da Faculdade Vidal de Limoeiro; E-mail: azevedojonatan590@gmail.com
[5]FAVILI; Discente do 5º Semestre do Curso de Direito da Faculdade Vidal de Limoeiro; E-mail: nicsilvag14@gmail.com

visa perquirir de maneira breve em que medida acontece e se justifica o racismo como um problema sociologicamente distinto e de difícil solução. Quanto a sua abordagem, a análise do presente trabalho será de natureza dialética, estrutural, hermenêutica e sistêmica.

Em seguida será analisada a persistência do racismo na sociedade devido à naturalização do discurso discriminatório, razão pela qual se compreende como "racismo estrutural". Será discutido também a ideia de "meritocracia" neoliberal, que naturaliza o "privilégio branco" e perpetua a ideia de que a população negra não tem mérito para prosperar economicamente.

Por fim, será feita uma análise dos objetivos da Arguição de Descumprimento de Preceito fundamental n.º 973, popularmente conhecida como "ADPF das vidas negras" e como esta ação pode ser vista como um instrumento para início, ainda que simbólico para a execução de uma transformação estrutural na sociedade brasileira visando o combate às práticas discriminatórias e segregaciais.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada será histórica, comparativa, qualitativa por pesquisa essencialmente bibliográfica da doutrina relacionada aos temas e da legislação pertinente.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Historicamente é possível identificar que o conceito de raça teve origem no movimento iluminista, o qual buscou trazer maior racionalidade e impulsionou a comparação e classificação das diferentes comunidades humanas. O êxito das revoluções liberais do século XVIII e a derrocada do Estado Absolutista culminaram na narrativa vitoriosa da prosperidade cartesiana e sua dissipação perante os povos primitivos durante o período colonial. Nesse sentido, destaca Ellen Meiksins Wood:

> O racismo moderno é diferente, uma concepção mais viciosamente sistemática de inferioridade intrínseca e natural, que surgiu no final do século XVII ou início do século XVIII, e culminou no século XIX, quando adquiriu o reforço pseudocientífico de teorias biológicas de raça, e continuou a servir como apoio ideológico para opressão colonial mesmo depois da abolição da escravidão ( WOOD, 2011, p. 230).

Observa-se que existiu uma mudança de oprimidos para opressores de outras comunidades, especialmente daquelas dos povos africanos, tratados como "bestiais", solidificando as bases do racismo. Silvio de Almeida (2019) identifica que no século XIX, em razão do determinismo biológico e geográfico em voga nos estudos científicos, as

características físicas das pessoas e os locais onde estas residiam ou nasciam seriam suficientes para explicar diferenças culturais, psíquicas e racionais dos diferentes povos, o que se denominou de racismo científico.

No século XX, os regimes totalitários do nazismo e fascismo perseguiram negros evidenciando que a noção de raça é um fator fundamentalmente de natureza política para legitimar o genocídio de grupos vulneráveis. Desse modo, conclui o referido autor que racismo é:

> uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2029, p. 22).

A perduração de atitudes de discriminação racial ao longo do tempo pode gerar uma estratificação social longínqua e deletérias a esses grupos de vulneráveis. Não somente o Brasil como diversos países no mundo, passam por um estado de "racismo estrutural". Nesse sentido destaca-se as palavras de Silvio de Almeida a respeito:

> Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre "pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição". Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2019, p. 33).

Apesar das prescrições jurídicas de responsabilização de atos racistas, a exemplo da Lei n.º 7.716/89, além de outros dispositivos do ordenamento jurídico que permitem a reparação de natureza civil, observa-se que, em razão do contexto histórico e intergeracional de práticas racistas na sociedade brasileira, culminou em um processo social de naturalização de práticas racistas de caráter sistêmico. Destarte, observa-se que o Direito não se tem demonstrado suficiente para resolver conflitos raciais, necessitando assim de outros instrumentos, como pensar em remédios de natureza social, política e econômica, ou seja, múltiplas ações de natureza estrutural.

Observa-se, deste modo, que o processo de racismo histórico foi se solidificando e entrando em paradoxo com as ideias neoliberais de "meritocracia", fazendo com que a população naturalizasse o "privilégio branco" (REICH,1981,p.105). A população negra,

anteriormente, utilizada como mão escrava com a abolição da escravatura possuía dificuldades de ascender socialmente. Nesse sentido, em razão das desigualdades sociais criou-se uma ideologia social de que o negro não tinha mérito para prosperar economicamente, mas tão somente o branco.

As teorias econômicas liberais e seu ideal de "neutralidade" e impessoalidade formal com base no imperativo da lei, serviram de fundamentos para que o Estado, ainda que com o fim da escravidão, não implementasse, de imediato, políticas públicas para reparar o estado de racismo estrutural (WALLERSTEIN,2010,p.32). Esta apatia política presente no Estado, responsável pelo exercício do poder, resultou na ascensão de regimes nitidamente anti semitas na Alemanha Nazista, na Itália Fascista e o *apartheid* na África do Sul.

Quando se fala que o problema do racismo é sistêmico, estar-se-á a afirmar que a sociedade, em suas práticas cotidianas, individuais, coletivas ou até institucionais, normalizaram comportamentos segregacionistas como uma regra fruto da tradição de uma determinada sociedade. Assim, para a superação desse estado de preconceito são necessárias mudanças não somente de ordem cultural e pedagógica, como também requer mudanças de caráter institucional, política e econômica (ALMEIDA,2019,p.24).

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 973, uma ação em que sete partidos políticos, provocados pela Coalizão Negra por Direitos, pedem o reconhecimento do estado de violação sistemática dos direitos fundamentais da população negra do país.

Nesta ação, sete partidos (PT, PSOL, PSB, PCdoB, Rede Sustentabilidade, PDT e PV) apontam ações e omissões do Estado que culminam na violação dos direitos constitucionais à vida, à saúde, à segurança e à alimentação digna da população negra. Destacam, especialmente, a alta e crescente letalidade de pessoas negras em decorrência da violência policial, e o hiper encarceramento de jovens negros pela política de drogas.

Nesta ação, sete partidos (PT, PSOL, PSB, PCdoB, Rede Sustentabilidade, PDT e PV) apontam ações e omissões do Estado que culminam na violação dos direitos constitucionais à vida, à saúde, à segurança e à alimentação digna da população negra. Destacam, especialmente, a alta e crescente letalidade de pessoas negras em decorrência da violência policial, e o hiper encarceramento de jovens negros pela política de drogas.

Os autores da ação afirmam ainda que a população negra brasileira vivencia sistematicamente a negação desses direitos, sendo submetida a um processo de genocídio permanente decorrente das desigualdades sociais e raciais resultantes da ação e omissão do

Estado brasileiro. Situação que, avaliam, exige o reconhecimento de um Estado de Coisas Inconstitucional (ECI) e a adoção de políticas e medidas de reparação.

Entre as medidas pleiteadas, destaca-se a elaboração e implementação pela União, com a participação da sociedade civil, de um Plano Nacional de Enfrentamento ao Racismo Institucional e à Política de Morte à População Negra. A ação tem como base os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Milênio, abordando questões como erradicação da pobreza, trabalho decente, redução das desigualdades, paz, justiça e instituições eficazes.

O pedido central é que a União elabore e implemente, em um prazo de um ano, um Plano Nacional de Enfrentamento ao Racismo Institucional e à Política de Morte à População Negra. Além disso, exige que Estados e Municípios adotem medidas para enfrentar esse problema sistêmico.

Dessa forma, proposta do plano abrange desde treinamento para agentes de segurança sobre relações raciais até a implementação de políticas públicas para garantir o exercício dos direitos políticos da população negra. O Supremo Tribunal Federal deve impor aos poderes públicos a formulação e a promoção de medidas efetivas para que as violações de direitos sejam mitigadas.

## CONCLUSÃO

Dado o exposto, o racismo tem raízes profundas na história e está intrinsecamente ligado ao sistema jurídico e político, resultando em uma necropolítica (MBEMBE,2018,p.32) que perpetua a violência e a morte da população negra. É fundamental reconhecer e enfrentar o racismo estrutural em todas as suas formas, promovendo políticas e ações que garantam a igualdade de direitos e a proteção da vida de todas as pessoas, independentemente de sua cor ou origem.

É primordial que a sociedade brasileira reconheça o racismo como um problema estrutural que requer mudanças profundas em todas as esferas da sociedade, promovendo políticas públicas que garantam a igualdade de direitos e a proteção da vida da população negra. A necropolítica e o racismo estão entrelaçados de maneira profunda e complexa, resultando em uma realidade em que a vida e a morte são determinadas de forma desigual e injusta com base na cor da pele.

Ainda, a história do racismo e sua relação com o direito é marcada por uma longa trajetória de exclusão e violência contra a população negra. No entanto, a luta dos movimentos sociais negros tem sido fundamental para a conquista de direitos e para a denúncia das injustiças cometidas em nome da lei. A mobilização desses movimentos tem sido crucial para a promoção

de mudanças significativas na legislação e na jurisprudência, bem como para o avanço de políticas públicas que garantam a igualdade de direitos e a proteção da vida da população negra.

A ADPF n.º 973 é um importante marco na luta contra o racismo estrutural no Brasil. A ação proposta pelos partidos políticos aponta para a necessidade de um plano estrutural para enfrentar as desigualdades raciais no país, reconhecendo que o racismo é um problema estrutural que requer mudanças profundas em todas as esferas da sociedade. A implementação desse plano deve ser guiada por políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades, o acesso aos direitos fundamentais e a proteção da vida da população negra.

## REFERÊNCIAS


ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação**: encarceramento em massa na era da neutralidade racial. Tradução: Pedro Luiz Zini Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. 2019.

BERCOVICI, Gilberto. **Soberania e Constituição**. Para uma crítica do Constitucionalismo. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

CHAVES, L. G Mendes. Minorias e seu estudo no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v. II, n. 1, p. 149-168, 1971.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

FARIAS, Márcio. Fluxo migratório africano contemporâneo e suas bases estruturais. In: Dennis de Oliveira (Org.). **A luta contra o racismo no Brasil**. São Paulo: Fórum, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: N-1, 2018.

MOREIRA, Adilson José. **O que é discriminação?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética**. Rio Grande do Sul: DP&A, 2002. Para uma análise política e jurídica do tema da fraternidade-terror em Sartre, ver: ALMEIDA, Silvio Luiz de. Sartre: **Direito e política**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# ANÁLISE COMPORTAMENTAL DO VÍCIO EM PORNOGRAFIA: CONTRIBUIÇÃO PARA A CULTURA DO ESTUPRO E A OBJETIFICAÇÃO DO CORPO FEMININO

Dayane Dalles de Oliveira[1]
Larissa Ferreira Nunes[2]
Marlo Renan Rocha Lopes[3]

## RESUMO

O interesse teórico da autora surgiu devido ao tabu e à necessidade de abordar a relação entre análise comportamental, pornografia, cultura do estupro e objetificação da mulher. Assim, os objetivos do trabalho consistem em identificar os processos comportamentais envolvidos no vício em pornografia e analisar como esse comportamento pode contribuir para a violência e a objetificação da mulher, utilizando-se de uma revisão bibliográfica narrativa. Dentre os resultados obtidos, nota-se que a produção pornográfica contribui para a polaridade binária de gênero, o olhar reificado sobre o corpo feminino e a cultura do estupro. A partir disso, comportamentos referentes ao vício em pornografia devem ser situados dentro de um contexto sociocultural e histórico. Portanto, o presente trabalho estabelece uma interação entre as variáveis do tema e contribui para uma análise crítica e reflexiva acerca da problemática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pornografia; Estupro; Comportamento; Objetificação.

## INTRODUÇÃO

A princípio, a pornografia pode ser compreendida como uma fonte de conhecimento sobre práticas sexuais, utilizada para a estimulação pré-masturbatória. Conforme as pesquisas apontadas pela revista *Veja*, no ano de 2019, o avanço das tecnologias da comunicação proporcionaram um aumento do consumo de conteúdos pornográficos e das disfunções sexuais ocasionadas por esse vício. Nesse sentido, além da impotência, o homem viciado em pornografia pode apresentar ejaculação retardada ou precoce (CALÓ, 2019). No caso das mulheres, devido à pornografia produzir um nível elevado de excitação, é comum sentirem dificuldade em atingirem o orgasmo diante de experiências sexuais reais. Além disso, mulheres

[1]FACULDADE VIDAL: dayanedalles@gmail.com:
[2]FACULDADE VIDAL: larissafnpsico@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: marlo_renan@hotmail.com

expostas precocemente a produções pornográficas tendem a ter fantasias sexuais que envolvem agressões físicas e verbais contra mulheres (JONES, 2019).

Nessa perspectiva, a pornografia proporciona uma delimitação nos repertórios comportamentais (ALMEIDA, 2022) que reforçam estereótipos machistas, agressivos e misóginos que contribuem para a cultura do estupro, entendida esta como um conjunto de crenças, valores e atitudes que normalizam agressões sexuais masculinas e sustentam a violência contra a mulher. Além disso, é válido mencionar que a pornografia funciona como um modelo que norteia as experiências sexuais reais, de modo que comportamentos violentos e abusivos estão associados ao cenário pornográfico hierarquizado, no qual o homem ocupa uma posição autoritária, enquanto a mulher é colocada em uma condição de submissão. Nota-se, portanto, que o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa no mundo, mas tampouco basta para defini-la (BEAUVOIR, 1970, p.57).

Sob tal ótica, a análise comportamental, ciência desenvolvida pelo psicólogo B.F. Skinner e outros, compreende a pornografia, dentre outras interpretações analíticas-comportamentais, como um estímulo discriminativo para a aprendizagem de comportamentos sexuais (MATOS; HUBNER, 2006), ressaltando que as causas do vício em pornografia devem ser buscadas no contexto no qual o indivíduo está inserido. Assim, o comportamento de consumir pornografia deve ser entendido como funcional, visto que todo comportamento possui uma função subjetiva atrelada à interação organismo-ambiente.

Dessa forma, o interesse pela temática surgiu a partir do tabu em torno da pornografia e da necessidade de abordar questões socioculturais que promovem a manutenção da cultura do estupro e o olhar reificado sobre a figura feminina. Os objetivos do trabalho consistem em identificar os processos comportamentais envolvidos no vício em pornografia e analisar como esse comportamento pode contribuir para a violência e a objetificação da mulher.

## METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica narrativa, ou seja, um processo de levantamento, análise e descrição de publicações científicas de uma determinada área do conhecimento (BALDISSERA, 2022), no intuito de analisar e interpretar referenciais teóricos que fundamentam a temática. Para tanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa em livros, como “O segundo sexo” da autora Simone de Beauvoir, assim como a obra “Ciências humanas, sociais e suas tecnologias: percepções teóricas e aplicações”, dos organizadores Welington Junior e Izaque Pereira. Outro recurso informativo utilizado partiu de artigos científicos encontrados no Google acadêmico, por meio dos descritores: vício em

pornografia; análise comportamental; cultura do estupro; objetificação da mulher. Assim, foram coletados para a estruturação do trabalho três artigos, com exceção daqueles encontrados em sites e do uso de uma reportagem publicada pela BBC News Brasil.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Vício em pornografia na ótica da análise comportamental:

Conforme a análise comportamental, o comportamento operante pode ser compreendido a partir de uma contingência que envolve o estímulo ambiental antecedente, a resposta e a consequência da ação. Desse modo, o sujeito é entendido a partir de uma contínua interação com o ambiente, sendo o comportamento produto dessa relação. Por isso, Skinner (1978, p. 15) ressalta que os homens agem sobre o mundo, modificando-o e, por sua vez, são modificados pelas consequências de sua ação.

Nesse viés, os comportamentos sexuais podem ser compreendidos a partir de três níveis de seleção: o filogenético (associado às questões biológicas e genéticas), o ontogenético (relacionado à aprendizagem individual de comportamentos) e o cultural (associado à aprendizagem por meio da transmissão de práticas culturais, sobretudo, através da linguagem) (SKINNER, 1981). Sob tal ótica, as preferências ou aversões em relação ao sexo são e foram aprendidas individual e coletivamente, estando relacionadas às fontes de estimulação sexual recebidas ao longo da vida, como o acesso à pornografia (ALMEIDA, 2022).

Pontua-se que o ambiente no qual o indivíduo está imerso possui influência na delimitação de seus repertórios comportamentais sexuais, uma vez que eles dependem de contingências de reforço (MALLOT, 1996), que podem aumentar a probabilidade do sujeito emitir novamente o comportamento. Um exemplo de consequência reforçadora positiva no ato de consumir pornografia refere-se ao prazer obtido com o material erótico. Percebe-se que a pornografia funciona como um roteiro estereotipado de ensino para a prática sexual (PRADO; OLIVEIRA; ALEIXO, 2021). Sendo, o processo de aprendizagem, na ótica da análise comportamental, entendido como o arranjo de contingências de reforçamento (SKINNER, 1968, p.5).

Ressalta-se que a aprendizagem sexual por meio da pornografia pode também acontecer via modelação, ou seja, processo no qual o sujeito aprende por meio da observação de um comportamento-modelo e as consequências que o outro produziu no seu fazer (BORGES, 2012). Nesse sentido, é evidente que o consumo de pornografia exige uma resposta menos custosa e que gera uma consequência imediata, ao contrário de lidar com as particularidades de alguém real que impõe determinados limites para o comportamento sexual. Portanto, o vício

em consumir pornografia é um comportamento aprendido e está associado à cultura patriarcal, sexista e misógina que atravessa o processo de subjetivação.

**Papéis sociais e a objetificação do corpo feminino:**

A cultura patriarcal pode ser entendida como uma forma de organização e dominação social fundamentado na exploração de homens sobre as mulheres (SAFFIOTI, 2004). Esse sistema delimita comportamentos e categorias sociais que diferem os homens das mulheres. Nessa perspectiva, percebe-se que desde o nascimento meninas e meninos recebem influências, educação, modelações comportamentais e categorizações de si diferentes (OLIVEIRA; SILVA, 2022).

É evidente que, ainda que haja exceções, meninos são reforçados a se relacionarem com brinquedos, filmes e livros que permitem a aprendizagem de comportamentos, como agredir o oponente, ao contrário da menina, exposta a contingências comportamentais que reforçam comportamentos como cuidar de bebês, comportar-se gentilmente e cuidar da aparência para agradar o outro (FREITAS; MORAIS, 2019). Conforme ressalta Beauvoir (1970, p. 39) são as delícias da passividade que pais e educadores, livros e mitos, mulheres e homens fazem brilhar aos olhos da menina; ensinam-lhe já na primeira infância a apreciá-las. Ser feminina é mostrar-se impotente, fútil, passiva, dócil (BEAUVOIR, 1970, p. 73).

Nesse viés, observa-se que as produções pornográficas ressaltam esse recorte de gênero no qual o homem é tido como um ser ativo e superior, enquanto a mulher é restada à passividade e à servidão do gozo masculino. Dito isso, a pornografia propaga a ideia de uma cultura erótica onde a mulher ocupa um lugar intransponível de subordinação (OLIVEIRA; SILVA, 2022), uma vez que indústria pornográfica vende a ejaculação e o orgasmo masculino simultaneamente como o clímax (DUARTE; ROHDEN, 2016).

Infere-se que o mercado pornô visa agradar, principalmente, o público masculino, perpetuando papéis sociais que legitimam a domesticação de corpos (LEITE. J., 2006). Assim, o corpo da mulher ocupa a posição de um objeto sexual que deve apenas satisfazer o homem. A objetificação apresentada na pornografia é produto da subalternidade dada ao gênero feminino, este entendido além do aspecto biológico, mas, sobretudo, sociocultural e histórico que submete a mulher a uma categoria social negativa, ao não-homem, a condição de “Outro”. Segundo Beauvoir (1970, p. 79) para o homem a mulher é uma parceira sexual, uma reprodutora, um objeto erótico, um outro do Outro parafraseando a perspectiva da autora.

**Cultura do estupro e pornografia:**

A cultura do estupro pode ser caracterizada como um conjunto de contingências que são encorajadoras e/ou permissivas com práticas sexuais violentas e por um conjunto de classes de comportamentos sexualmente abusivos, dos mais sutis ao estupro, que ocorrem no contexto patriarcal (FREITAS; MORAIS, 2019, p. 101). Nesse sentido, pode ser entendida como um resíduo do patriarcado. Refere-se, portanto, a atos sexuais forçados, por exemplo, o estupro, tal como comportamentos sutis ou explícitos, como assédio ou piadas sexistas que silenciam ou relativizam a violência sexual contra a mulher. Entende-se que o estupro é resultado de uma construção histórica, cultural e social que pressupõe que a dominação do corpo feminino seja um direito naturalmente masculino (DWORKIN, 2016).

Assim, crenças ideológicas como essa são incorporadas na pornografia, enfatizando e contribuindo para a perpetuação da cultura do estupro fora do contexto audiovisual. Dito isso, Fonseca (2016) pontua que a pornografia contribui para a manutenção de uma cultura histórica onde a objetificação do corpo feminino, a violência e o estupro são banalizadas. A violência exposta no contexto pornográfico, por meio de cenas que envolvem asfixia, tapas no rosto, soco nas costelas, linguagem coerciva, penetração forçada, insultos, imobilização, entre outros, é normalizada de forma tão eficiente que muitas vezes não são vistas como violência, mas como uma forma de se expressar sexualmente. Dessa forma, nota-se que quando mulheres são brutalizadas em nome do sexo, a violência é invisível (DINES, 2017, p. 1).

## CONCLUSÃO

À guisa de uma conclusão, é evidente que a pornografia contribui para a objetificação do corpo feminino e a perpetuação da cultura do estupro. A partir disso, percebe-se que o vício em pornografia pode ser compreendido sob a ótica da análise comportamental, visto que as causas do comportamento de consumir pornografia devem ser buscadas no contexto ambiental no qual o indivíduo está imerso. Assim, o trabalho mostra-se relevante, pois traz discussões sobre uma temática vista socialmente como um tabu, além de proporcionar uma crítica e reflexão acerca do assunto.

Dentre as dificuldades durante a pesquisa, pontua-se a carência de artigos acadêmicos que trazem a relação das variáveis definidas no tema. Ademais, o trabalho apresenta limitações sobre possíveis ações que amenizem o consumo de pornografia e auxiliem na luta contra a cultura do estupro. Assim, recomenda-se que futuras pesquisas tragam esses aspectos e evidencie a importância da educação sexual como um instrumento capaz de proporcionar uma vivência plena da sexualidade, distante da visão pornográfica.

## REFERÊNCIAS


ALMEIDA, Ana Clara. **Sexualidade e pornografia: um olhar analítico-comportamental.** IBAC, 2022. Disponível em: https://ibac.com.br/sexualidade-e-pornografia-um-olhar-analiticocomportamental/#:~:text=O%20f%C3%A1cil%20acesso%20ao%20conte%C3%BAdo,sexual. Acesso em: 25 abr. 2023.

BALDISSERA, Olívia. **Como fazer a revisão bibliográfica do TCC**. Blog do EAD CESMAC, 2022. Disponível em: https://www.blogdoead.com.br/tag/vida-na-universidade/revisao-bibliografica#:~:text=A%20revis%C3%A3o%20bibliogr%C3%A1fica%20%C3%A9%20um,referencial%20te%C3%B3rico%20ou%20fundamenta%C3%A7%C3%A3o%20te%C3%B3rica.Acesso em: 06 maio 2024.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: Fatos e mitos**. 4. Ed. São Paulo: Difusão européia do livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: A experiência vivida**. 2. Ed. São Paulo: Difusão européia do livro, 1970.

CALÓ, Fábio Augusto. **Vício em pornografia: causa, sintomas e tratamento**. Inpa, 2019. Disponível em: https://inpaonline.com.br/blog/vicio-em-pornografia-causa-sintomas-etratamento/. Acesso em: 05 maio 2023.

**Disfunção erétil e consumo de pornografia: a relação é comprovada**. Revista Veja, 2019. Disponível em: https://veja.abril.com.br/saude/disfuncao-eretil-em-jovens-esta-associada-aoalto-consumo-de-pornografia/. Acesso em: 26 abr. 2023.

FREITAS, Júlia Castro; MORAIS, Amanda Oliveira. **Cultura do estupro: considerações sobre violência sexual, feminismo e Análise do Comportamento**, 2019. Acesso em: 25 abr. 2023.

JONES, Alexandra. **A vida das mulheres viciadas em pornografia**. BBC News Brasil, 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-47629952. Acesso em: 05 maio 2023.

JORGE, Welington Junior; SOUZA, Izaque Pereira. **Ciências humanas, sociais e suas tecnologias: percepções teóricas e aplicações**. Maringá-Paraná: Uniedusul, 2021.

OLIVEIRA, Márcio Rubens; SILVA, Haylla Dos Santos. **Pornografia e cultura do estupro: estudo sobre a naturalização de práticas de violência contra a mulher e suas implicações em sua saúde mental**. Revista debates insubmissos, 2022. Acesso em: 26 abr. 2023.

PRADO, Vitor Augusto; OLIVEIRA, Vitor Ferreira; ALEIXO, Carlos Alberto. **Pornografia como instrumento de aprendizagem para o comportamento sexual e suas consequências**. Revista científica da UMC, 2021. Acesso em: 25 abr. 2023.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# ANÁLISE DO ART. 142 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DO PODER MODERADOR

Ana Laisa Lima Silva[1]
Livia Carliane de Oliveira Barboza[2]
Márcio dos Santos Alencar Freitas[3]

**RESUMO**

O trabalho analisou com auxílio da ADI nº 6457/DF a Teoria do Poder Moderador defendida pelo jurista Ives Gandra à luz da Constituição Federal de 1988. A referida teoria tem como tese a intervenção das Forças Armadas nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em caso de imbróglio entre eles. Para este fim, realizou-se pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, com a coleta de dados em livros, revistas científicas, teses, dissertações, normas e jurisprudência. Observou-se que no Brasil a única real experiência de Poder Moderador se deu durante o império e que todas as constituições do período republicano adotaram a teoria da tripartição dos Poderes. Ademais, a ADI nº 6457/DF nega a existência de um Poder Moderador na CF/1988, tampouco sua atribuição aos militares. Diante do exposto, concluiu-se pela inconstitucionalidade da tese defendida por Ivens Granda, cabendo às Forças Armadas, sob o comando do Chefe do Poder Executivo federal, auxiliarem o Estado a debelar situações de crise (ex. intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio).

**PALAVRAS-CHAVE:** Poder Moderador; Constituição; Forças Armadas.

## INTRODUÇÃO

O movimento constitucionalista representou a concretização de um processo de luta frente ao Poder Estatal do soberano absolutista (Lenza, 2022). Para este fim, defendia-se que o poder era originário do povo, ao mesmo tempo que este deveria ser limitado por uma constituição (de preferência escrita). Desse modo, as constituições deveriam em seu texto: garantir direitos fundamentais e descrever como o poder se estrutura (competências, limitações etc.).

No que tange a contenção do poder por sua repartição, para o constitucionalismo brasileiro, dois doutrinadores se destacam. O primeiro, Montesquieu (2000), defendia a repartição do poder em três (Executivo, Legislativo e Judiciário), tendo como características principais a independência e a convivência harmônica entre eles. Sendo assim, cada um deveria agir dentro dos limites traçados pela constituição, sem poder sobrepor-se aos demais.

[1] FACULDADE VIDAL; limaanalaisa@gmail.com.
[2] FACULDADE VIDAL; likalia1015@gmail.com.
[3] FACULDADE VIDAL; marcio.freitas@favili.com.br.

Por sua vez, Benjamin Constant (2014) considerou que a repartição do poder em três não seria eficaz, pois pairava o risco de haver conflito entre a atuação desses poderes. Desta feita, propôs que deveria existir um quarto poder, o Poder Moderador, destinado a gerenciar os demais e garantir a estabilidade estatal.

Levando-se para a realidade brasileira, tem-se que com o advento da independência surge a necessidade de instituir uma nova ordem jurídica desvinculada da sua antiga metrópole, Portugal. Neste cenário, em 1824, é outorgada a primeira constituição do Brasil, a qual dividiu o poder do Estado em quatro, Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador, sob os auspícios do monarca regente, sendo este uma espécie de poder acima dos demais, podendo fiscalizá-los e restringir suas atuações. Todavia, esse quarto poder somente fora descrito (de forma indiscutível) na Constituição da Monarquia de 1824, não sendo mais repetido nas demais constituições da república, adotando-se, a partir de então, a tripartição dos poderes traçada por Montesquieu.

Porém, em 10/06/2020 o Partido Democrático Trabalhista entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) nº 6457 buscando que o STF: a) declarasse a inconstitucionalidade dos artigos 1º e 15, caput e parágrafos 2º e 3º, da Lei Complementar 97/1999, os quais se baseiam em uma interpretação de que as Forças Armadas, em face do art. 142 da Constituição Federal de 1988, teriam um poder moderador; e b) solicitando ainda, limitação da atuação dos militares aos procedimentos positivados nos artigos 34, 136 e 137 da CF/1988.

A partir do cenário apresentado questiona-se: O modelo de organização do Estado e repartição de poderes descritos na CF/1988 comportaria a existência de um poder moderador exercido pelas forças armadas, baseadas no art. 142? Para responder a este questionamento, tem-se como objetivo geral analisar se a forma de organização estatal e de partição dos poderes na CF/1988 comporta a existência de um poder moderador conferido às forças armadas pelo art. 142. Para esse desiderato, tem-se como objetivos específicos: a) abordar o funcionamento da tripartição dos poderes e o sistema de freios e contrapesos na CF/1988; b) descrever a tese do poder moderador de Ives Gandra que confere esse condão às forças armadas e; c) discutir sobre os argumentos da decisão da ADI nº 6457 sobre a existência de um Poder Moderador das Forças Armadas na CF/1988.

## METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, com a coleta de dados realizados a partir de livros, revistas científicas, teses, dissertações, normas e

jurisprudência atinentes ao tema, a partir da utilização dos seguintes sites eletrônicos: Google Acadêmico; Scielo, Ebsco, dentre outros.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### Tripartição dos poderes e o sistema de freios e contrapesos na CF/1988

Inicialmente vale ressaltar que a "tripartição" dos poderes realizada no Brasil não é feita de forma absoluta, como idealizada por Montesquieu, uma vez que os Poderes exercem funções típicas e atípicas sem ferir o princípio da separação de poderes (LENZA, 2022, p. 950). Vale ressaltar nesse ponto que, de acordo com o referido autor, não há de fato uma separação de poder (visto ser esse uno, indivisível e indelegável, não havendo, portanto, uma tripartição de poderes), mas apenas uma separação das funções atribuídas ao Estado senda atribuídas a cada um desses "poderes" uma competência específica.

A organização funcional no Brasil traçado pelo constituinte de 1988 (art. 2º) baseia-se em um sistema de tripartição das funções dos poderes, dotado de um sistema de freios e contrapesos para maior limitação desses poderes. Essa sistemática surge com o objetivo de garantir a autonomia funcional conferida ao Legislativo, Executivo e Judiciário, buscando frear possíveis abusos de poder e interferências nas suas funções típicas. O sistema limita-se à harmonia e independência dos poderes, inexistindo um poder superior para regulá-los.

### Ives Gandra Martins e o Poder Moderador das Forças Armadas na CF/1988

A ideia da ADI 6457 proposta pelo PDT é de combater a interpretação dada por alguns juristas que identificam no art. 142 da CF/1988 a existência de um poder moderador cuja competência seria atribuída às forças armadas, argumentando-se que o sistema de tripartição dos poderes seria insuficiente quando houvesse intervenção entre os poderes instituídos. Para essa corrente doutrinária seria, então, necessário a aplicação de um meio de intervenção para restabelecer a ordem, que neste caso, partiria dos militares. Uma vez ocorrendo conflitos internos, com a invasão/confusão de competências entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o próprio Poder não estaria apto para resolvê-lo.

Tem-se como principal mentor dessa corrente Ives Gandra Martins (2020) teoriza sobre a atribuição do poder moderador às forças armadas, com a ideologia de que a sua atuação configura na reposição da lei e da ordem jurídica. A tese aponta como a principal função das

forças armadas a defesa do Estado e das Instituições Democráticas para que seja possível compreender como se daria a aplicabilidade do poder moderador como ferramenta das forças armadas.

Conforme a interpretação do referido jurista, a hipótese de interferência das forças armadas exige a existência de intromissões funcionais entre os poderes, ou seja, somente haveria necessidade de atuação quando identificado manifesto desequilíbrio institucional com a sobreposição de determinado Poder sobre outro. A ideia busca esclarecer que a função do Poder Moderador, sob ótica divergente da proposta do PDT, seria repor a ordem jurídica rompida, jamais poderia atuar em prol de um contexto de conflito político para conferir privilégios a determinado grupo.

Torna-se evidente que a tese de Ives Gandra, apesar de coadunar com a teoria que confere às Forças Armadas o poder de moderar a atuação da tripartição dos poderes, mostra-se divergente quanto às interpretações propostas pelo PDT no pedido de inconstitucionalidade perante o STF. Uma vez que o partido entende como necessária esta atribuição para o exercício de controle por parte das Forças Armadas, não se aplica a Teoria do Poder Moderador, defendida pelo jurista Ives Gandra, visto que o poder de controle das Forças Armadas está sob obediência do dispositivo Constitucional, que não expressa a existência de um Poder Moderador no Brasil, não prevendo interpretações que defendem a tese, visto a harmonização entre os poderes e o sistema de freios e contrapesos presentes no contexto constitucional brasileiro atual.

## ADI nº 6457 e a ratificação da tripartição dos Poderes na CF/1988

Segundo Luís Roberto Barroso (2024, p.283): "Na realidade brasileira atual, é relevante pontuar que a Constituição de 1988 não prevê um Poder Moderador, tampouco o coloca nas mãos das Forças Armadas. Em 2020, um cidadão impetrou mandado de injunção, n° 7311 no Supremo Tribunal Federal, tendo por objeto o art. 142 da Constituição de 1988, no qual requereu que fossem explicitadas as normas para a 'convocação das Forças Armadas, por qualquer um dos poderes', em caso de risco à democracia."

A ação emergia em um contexto de especulação, por autoridades e personalidades públicas, sobre um pretenso Poder Moderador atribuído pelo dispositivo às Forças Armadas, para atuar em caso de conflito entre os Poderes. No entanto, a menos que se pretenda postular uma interpretação retrospectiva da Constituição de 1988 à luz da Constituição do Império, retroceder mais de 200 anos na história nacional e rejeitar a transição democrática, não há que

se falar em poder moderador das Forças Armadas. Para constatá-lo, basta requerer a qualquer dos elementos de interpretação.

No tocante à decisão de mérito da ADI ficou evidenciado que o art. 142 deva ser interpretado de modo que este representa um mecanismo do Estado para situações de crise, mas sempre sob as ordens do Presidente da República. Desse modo, os militares representariam um instrumento a serviço do Poder Executivo para debelar situações emergenciais tais como intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio, não tendo as Forças Armadas competência por si só de intervir nos demais poderes sem os auspícios do Presidente da República e sem ser nas situações emergenciais previstas pela CF/1988.

Dessa forma, não há previsão constitucional que ampare a Teoria de Ives Gandra, compactuando com a ideia de que um dos poderes possa solicitar a interferência das Forças Armadas nos demais poderes, corroborando assim com o sistema de freios e contrapesos previstos no ordenamento jurídico, que fornecem instrumentos necessários para a resolução de conflitos. Logo, a interpretação extensiva do art.142 implicaria em um sistema distinto do disposto constitucionalmente, haja vista que o sistema de interferências de freios e contrapesos possui previsão expressa, não competindo aos Estados estabelecer novos sistemas extra constitucionais, devendo preservar a similaridade. (PADILHA, p.430)

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que a atribuição do poder moderador às forças armadas se dá através de meras interpretações, doutrinárias e políticas, sem nenhum respaldo constitucional acerca dessa incumbência. Dessa forma, o STF, ao interpretar o art. 142 conforme à constituição, deixou bem claro a adoção do modelo de tripartição dos poderes (art. 2º), permanecendo os militares como um órgão subordinado ao Chefe do Poder Executivo Federal, o qual somente os pode acionar em momentos de crise previstos pela Constituição, sempre dentro dos limites estabelecidos pela própria CF/1988.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. Os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. p.283.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 29 mar. 2024.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824**. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 22 abr. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Mandado de Injunção nº 7.311/DF**. Impetrante: Jean Carlos Nunes Oliveira. Relator: Ministro Luís Roberto Barroso. Disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/artigo-142-forcas-armadas-barroso.pdf. Acesso em 5 mar. 2024.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade**. Brasília: STF, 2020.

CAMPOS, Gabriel Afonso. **Poder moderador na obra de Constant e na Constituição de 1824: pena de morte e sua comutação e perdão entre os escravos brasileiros no século XIX**. Vol. 21. Minas Gerais, 2019.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado.** 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. p. 950.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Cabe às Forças Armadas moderar os conflitos entre os Poderes**. Revista Consultor Jurídico, p. 1-4, mai. 2020.

PADILHA, Rodrigo. **Direito Constitucional**. Grupo GEN, 2019. *E-book.* ISBN 9788530988319. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988319/. Acesso em: 10 mai. 2024.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de, 1689-1755. **O Espirito das leis/**Montesquieu; apresentação Renato Janine Ribeiro; MURACHCO, Cristina (trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1996.

REBECQUE, Henri Benjamin Constant de. **Princípios políticos constitucionais:** princípios políticos aplicáveis a todos os governos representativos e particularmente à Constituição atual da França (1814). BASTOS, Aurélio Wander (org).). Imprenta: Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014. Descrição Física: vi, 128 p.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# ANÁLISE SOBRE A INOBSERVÂNCIA DOS PRECEDENTES NO ÂMBITO DA ARBITRAGEM

Ana Laisa Lima Silva[1]
Bruno Roberto de Lima[2]
Caroline Freire da Silveira [3]
Milena Sâmia da Silva Santiago[4]
Nicoly Silva Gomes[5]

**RESUMO**

O presente trabalho propõe um debate acerca da observância dos precedentes na sentença arbitral, discutindo sobre da possibilidade de haver uma ação anulatória da sentença nos casos em que o juiz proferir um voto sem a obediência a determinado precedente vinculante. Apresentando também, os entendimentos contrários à esta ação, e fazendo uma comparação da sentença arbitral com a sentença judicial. Além disso, também buscou-se apresentar as consequências da não observância dos precedentes no âmbito da arbitragem. No âmbito da pesquisa bibliográfica, foram analisados artigos científicos, doutrinas e dispositivos legais, a fim de fundamentar o debate quanto à observância dos precedentes na sentença arbitral. Assim, foi possível concluir que a inobservância dos precedentes ensejaria na violação da ordem pública sendo necessário que, diante de um precedente que vincula, o magistrado fundamente a sua sentença com base na decisão proferida anteriormente sobre a mesma matéria de direito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Precedentes; Arbitragem; Judiciário.

## 1. INTRODUÇÃO

O sistema de precedentes surge em meio ao contexto legal de garantir a uniformização dos ideais jurídicos, em razão do aumento de demandas ao Poder Judiciário, bem como a manifestação de diferentes decisões dos magistrados para casos semelhantes. Esta sistemática se relaciona com o *stare decisis,* um instituto jurídico de origem de países de *common law* que vincula os tribunais e magistrados a observarem as determinações unificadas antes de proferir a decisão, quanto a casos semelhantes. (DONIZETTI,2020, p.110)

Essa uniformização busca garantir além da isonomia das decisões judiciais, procura ainda alcançar a efetivação dos princípios constitucionalmente garantidos, como a devida

1 FACULDADE VIDAL; limaanalaisa@gmail.com.
2 FACULDADE VIDAL; brlbruno_roberto@hotmail.com.
3 FACULDADE VIDAL; caroline2004freire@gmail.com
4 FACULDADE VIDAL; milenasantiago8888@gmail.com.
5 FACULDADE VIDAL; nicsilvag14@gmail.com.

fundamentação e a celeridade judicial, evitando arbítrios por parte do magistrado, como também trazendo economia processual para o Judiciário. Logo, é importante a observância dos magistrados quanto aos precedentes judiciais para a manutenção da segurança jurídica e isonomia dos julgados, sob pena de ser impetrada ação de anulação contra a decisão proferida.(OLIVEIRA; RIBEIRO, 2020, p.11)

Nessa perspectiva, surge a problemática do presente resumo, qual seja: é possível haver uma ação anulatória quando não houver observância dos precedentes por parte do juízo arbitral, uma vez que a Constituição Federal e as leis infraconstitucionais não dispõem sobre a vinculação destes? (GONÇALVES; MENDES, 2024, p. 3)

Com relação às hipóteses da pesquisa, é possível mencionar duas vertentes diferentes, uma considera primordialmente os institutos processuais, estendendo o entendimento da penalidade de inobservância dos precedentes na decisão judicial à decisão arbitral. Já o segundo entendimento se detém ao que foi disposto pela legislação vigente, ora, se nada for mencionado quanto a inobservância arbitral, não poderia haver entendimento determinando o contrário.

Quanto aos objetivos, busca-se incialmente analisar o tipo de vinculação dos precedentes às decisões judiciais, diferenciando este do juízo arbitral, de modo que a Arbitragem não integra órgão pertencente ao Poder Judiciário. Cabe ressaltar ainda, os argumentos distintos quanto ao cabimento de uma possível ação anulatória em caso de inobservância dos precedentes na sentença arbitral.

## METODOLOGIA

Para perseguir os objetivos do presente trabalho, utilizou-se de um método de pesquisa hipotético, condicionando às hipóteses aos possíveis resultados jurídicos em caso de cabimento ou não da ação anulatória. Como método de procedimento, foram utilizados artigos científicos, doutrinas e os dispositivos legais que discorrem sobre a aplicação dos precedentes judiciais.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A sentença arbitral possui os mesmos efeitos da sentença judicial, ou seja, trata-se de um título executivo, conforme expresso no artigo 515, inciso VII do Código de Processo Civil. Dessa forma, diante do sistema de precedentes vinculantes previstos no CPC/2015, surge a reflexão de haver uma vinculação do árbitro aos precedentes judiciais, visto que inexiste julgamentos a respeito do tema.

Os precedentes que possuem caráter vinculativo estão previstos no artigo 927 do CPC, e vinculam todos os órgãos judiciais inferiores ao órgão que as proferiu, a fim de gerar uma

maior segurança jurídica. Contudo, no caso da sentença arbitral, a observância dos precedentes não decorreria da hierarquia existente entre os órgãos, em virtude de o Tribunal Arbitral não fazer parte do Poder Judiciário.

No que tange a sentença arbitral, essa vinculação refere-se apenas à arbitragem de direito, ou seja, aquelas em que o árbitro segue as regras dispostas no ordenamento jurídico para solucionar o litígio. Dessa forma, o árbitro vincula-se aos precedentes, na medida que estes compõem o ordenamento jurídico. Todavia, a aplicação do direito brasileiro não se esgota no texto legal, devendo o árbitro, sob pena de se opor ao princípio da segurança jurídica, observar os precedentes existentes sobre a matéria postulada (GONÇALVES; MENDES, 2024, p. 6)

A arbitragem, por constituir um método de solução de conflitos autocompositivo, possui uma análise jurídica mais individualizada, uma vez que o objetivo das partes de mitigar a lide, e por este motivo a controvérsia do tema em questão. O precedente judicial não pode ser limitado à sua generalização, que entraria em conflito com a individualidade da sentença arbitral, o principal objetivo da aplicação dos precedentes é alcançar a isonomia e propiciar a segurança jurídica.

Nessa perspectiva, caso não haja a observância do precedente vinculante, é possível uma ação anulatória contra a sentença arbitral? Sobre esta questão, há dois entendimentos, o primeiro considera que poderá haver nulidade da sentença por inobservância do precedente, enquanto que, o segundo entendimento defende não ser possível a ação anulatória para sentença arbitral.

O entendimento que defende a impossibilidade da nulidade da sentença arbitral, critica que esta ação abre margem para ataques a sentença arbitral, permitindo que esta seja levada ao Poder Judiciário, sem que estivesse previsto qualquer causa de nulidade, conforme disposto no artigo 32 da Lei N° 9.307/96. Dessa forma, restariam escassas as vantagens atribuídas à arbitragem, visto que, a intenção das partes ao celebrarem a negociação arbitral é, justamente, evitar a apreciação do conflito pelo meio judiciário. (GONÇALVES; MENDES, 2024, p. 9-11)

Cabe ressaltar ainda que, uma das previsões de nulidade dispostas no artigo supramencionado, é que somente a completa ausência de fundamentação poderá ensejar vícios na sentença arbitral. Como também, diferentemente da sentença judicial, não há previsões de ação anulatória por violação manifesta à norma jurídica, conforme dispõe o artigo 32 desta lei. Dessa forma, a ação anulatória por inobservância do precedente, poderia ensejar uma posição hierárquica privilegiada dos precedentes, tendo estes, mais importância que a própria lei.

Por outra perspectiva, o entendimento que defende a possibilidade de ação anulatória de sentença arbitral diante da inobservância dos precedentes vinculantes, argumenta que na

arbitragem de direito, o aplicador deverá utilizar-se de todas as fontes normativas, inclusive os precedentes judiciais vinculantes, que integram o sistema normativo brasileiro. Do contrário, haveria uma afronta aos princípios fundamentais da isonomia e da segurança jurídica, que podem ser assegurados por meio da ação anulatória da sentença arbitral.(GONÇALVES; MENDES, 2024, p. 12)

Paulo Henrique dos Santos Lucon, Rodrigo Barioni e Elias Marques de Medeiros Neto, afirmam que o artigo 32 é insuficiente, pois ressaltam que, o artigo 2°, §1°, da Lei N° 9.307/96 prevêem que, as regras escolhidas para a arbitragem não poderão violar a ordem pública, considerando que podem haver outras hipóteses de anulação de sentença arbitral por afronta à ordem pública, mesmo que não estejam elencadas no artigo 32. (GONÇALVES; MENDES, 2024, p. 12)

## CONCLUSÃO

Dessa forma, considerando que, os precedentes possuem como principal defesa a garantia dos princípios da isonomia e segurança jurídica, bem como a observância do devido processo legal, sua não observância ensejaria a violação da ordem pública. Assim, a não integração da Arbitragem na estrutura do Poder Judiciário somente importa independência funcional, a sua vinculação aos precedentes é de ordem legal e constitucional.

A vinculação atribuída aos Tribunais se estende a juízo arbitral por se tratar de matéria de fundamentação, e não se tratar de ordem administrativa, logo, não é possível considerar lesão ao princípio da autonomia arbitral. Dessa forma, de mesmo modo que a ação rescisória busca consertar a inobservância do precedente na decisão judicial, a ação anulatória visa o mesmo objetivo para a sentença arbitral.

Por fim, garante-se às partes litigantes que, apesar do meio de resolução de conflitos escolhido, serão observados e respeitados os entendimentos uniformizados das decisões judiciárias, de modo a garantir os direitos processuais e o devido processo legal como único fim dos meios compositivos.

Diante do exposto, aderindo a ½ da corrente exposta no referido estudo, entende-se que, a inobservância dos precedentes no âmbito da arbitragem, fere os princípios da isonomia e da segurança jurídica, sendo a ação anulatória um meio de resguardar o direito a um devido processo legal das partes envolvidas no processo.

## REFERÊNCIAS


NUNES, Danilo Henrique. O Conflito Aparente de Normas Constitucionais e o Fortalecimento da Segurança Jurídica: A Institucionalização dos Precedentes no CPC 2015. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas,** Pouso Alegre, v. 34, n. 2, p. 139-162, dez. 2018.

DIDIER, Fredie. O Sistema Brasileiro de Precedentes Judiciais Obrigatórios e os Deveres Institucionais dos Tribunais: Uniformidade, Estabilidade, Integridade e Coerência da Jurisprudência. **Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 64, p. 135-147, jun. 2017.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso de Direito Processual Civil.** 23. ed. São Paulo: Atlas, 2020. 1478 p.

MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; MENDES, Carolina Paes de Castro Mendes. A vinculação do árbitro aos precedentes judiciais e o cabimento da ação anulatória de sentença arbitral. **Revista Eletrônica de Direito Processual,** Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, abr. 2024.

OLIVEIRA, Alexandre Máximo; RIBEIRO, Rômulo Miranda. A eficácia dos princípios da isonomia e da segurança jurídica na aplicação do sistema de precedentes judiciais. **Revista Jurisvox,** Patos de Minas, n. 21, dez.2020.

TALAMINI, Eduardo. Arbitragem e precedentes: cinco premissas, cinco conclusões, um epílogo (e um vídeo). **Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini,** Curitiba, n. 138, ago. 2018.

TALAMINI, Eduardo. **O que são os "precedentes vinculantes" no CPC/15**. 2016. Disponível em: <Artigos O QUE SÃO OS "PRECEDENTES VINCULANTES" NO CPC/15>. Acesso em: 15 mar. 2024.

IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# ANÁLISE TEMPORAL DOS CASOS NOTIFICADOS DE SÍFILIS CONGÊNITA NO ESTADO DO CEARÁ ENTRE OS ANOS DE 2014 A 2023

José Edilanio da Costa Silva[1]
Natália Mara de Oliveira[2]
Mayara Silva de Oliveira[3]
Fernanda Christian Castro Mendes[4]
Marcos Wender Santiago Marinho[5]

**RESUMO**

A sífilis congênita trata-se de uma doença infectocontagiosa, de notificação compulsória. Deve haver o diagnóstico precoce, bem como seu tratamento a fim de evitar a sífilis congênita. Somente em 2018, estudos evidenciaram que a cada mil nascidos vivos nove tinham sífilis congênita. O presente trabalho objetiva conhecer os casos notificados de sífilis congênita no Estado do Ceará entre os anos de 2014 a 2023, bem como traçar o perfil epidemiológico dos acometidos pelo agravo. Pesquisa analítica, descritiva, retrospectiva, de natureza quantitativa. Realizada a partir do banco de dados de notificações de doenças e agravos, oriundo do tabNet/DATASUS. A amostra foi composta por 11.822 casos notificados de sífilis congênita. A faixa etária de maior prevalência foi de até 6 dias de nascido. Cerca de 32,84% dos casos notificados foram mulheres com escolaridade da 5ª e 8ª incompleta. Logo observou-se que o tratamento insuficiente dos parceiros das gestantes diagnosticadas com sífilis tem impacto negativo, somando-se ainda a baixa escolaridade como um fator influente para a infecção pelo vírus. Para tanto, fica explicito o papel crucial das ESF's no combate a infecção, tendo em vista que é a porta de entrada dessas mulheres durante todo o pré-natal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sífilis congênita; Pré-natal; Perfil epidemiológico

## INTRODUÇÃO

A sífilis é uma doença infectocontagiosa, de notificação compulsória, cujo agente etiológico é o Treponema pallidum. É uma doença que tem prevenção, com testagem rápida, e seu tratamento é disponibilizado na atenção primaria, incluindo do parceiro. Para tanto, a sífilis é classificada conforme sua fase, sendo elas: a) Primária- Tem-se a porta de entrada da bactéria,

[1]FACULDADE VIDAL: enfjoseedilanio@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: natalyamara@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: mayarasilvaoli3@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: Castrofernanda281@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: mwend7@gmail.com

podendo ser através de uma ferida, ocorrendo entre 10 e 90 dias após a infecção; b) Secundária- Os sintomas passam a aparecer logo após o processo de cicatrização da ferida inicial e; c) Terciária- As sintomatologias podem surgir após 40 anos da infecção, atingindo o sistema cardiovascular e neurológico, bem como lesões ósseas (Silva *et al* 2022).

O autor supracitado ainda aborda que essa IST em gestantes, deve haver o diagnóstico e tratamento precoce afim de evitar a sífilis congênita (SC). Tendo em vista que a SC ocorre da mãe para o filho durante o parto quando não se faz o tratamento adequado durante o período gestacional. Dessa forma, é imprescindível o acompanhamento da gestante durante o pré-natal.

Os casos de sífilis gestacional vêm aumentando nos últimos anos, e com isso a importância de estar realizando as consultas de pré-natal, tanto o teste rápido (treponêmico), como solicitar o VDRL (Veneral Disease Research Laboraty Test), para controle e prevenção. Ademais, o tratamento é com penicilina G benzatina, as doses são de acordo com as titulações do exame (Figueiredo *et al* 2020).

Ademais, dados pesquisados entre os anos de 2010 a 2019, mostrou que a maior taxa de incidência da SC foi no ano de 2018, culminando em nove casos a cada mil nascidos vivos (Silva *et al* 2022).

Por isso a importância do pré-natal, pois os problemas que podem causar no bebê são: prematuridade, baixo peso ao nascer, lesões neurológicas, óbito fetal ou perinatal, entre outras sequelas. É necessário está atento para a co-infecção entre sífilis e o vírus da imunodeficiência adquirida humana (HIV), que é outro problema onde precisa também de cuidados (Figueiredo *et al* 2020).

Dessa forma, o presente trabalho objetiva conhecer os casos notificados de sífilis congênita no Estado do Ceará entre os anos de 2014 a 2023, bem como traçar o perfil epidemiológico dos acometidos pelo agravo.

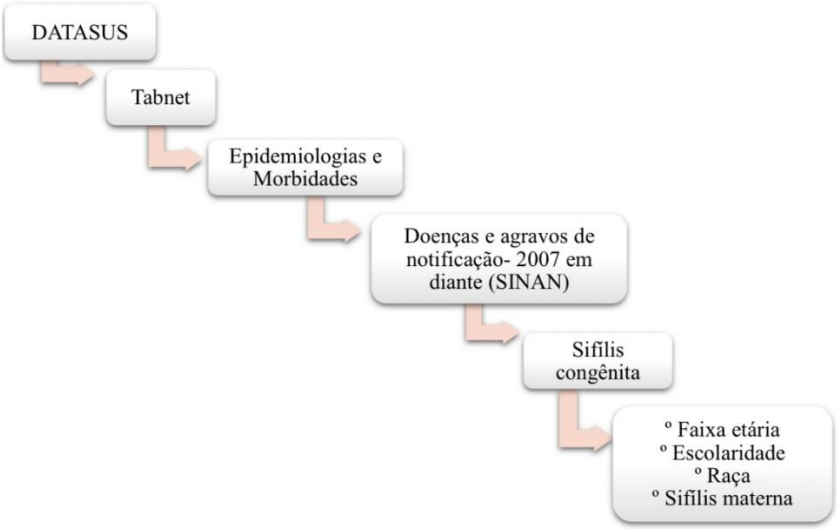
## MÉTODO

Pesquisa analítica, descritiva, retrospectiva, de natureza quantitativa. Realizada a partir do banco de dados de notificações de doenças e agravos, oriundo do tabNet do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), na versão on-line, SINAN-Net através do site do DATASUS, ao qual é considerada uma base de dados do Ministério da Saúde onde disponibiliza o acesso livre dos dados de doenças e agravos de notificação (Brasil, 2024). O corte temporal das notificações foi de 2014 a 2023.

A população da pesquisa constou das fichas cadastrais da população residente no Ceará e com os casos notificados nos 184 municípios do Estado. A seguir é possível compreender

melhor sobre os filtros que foram inseridos no percurso para a busca dos dados (Imagem 01).

**Imagem 01**: Filtros inseridos na plataforma TabNet oriundos do DATASUS dos casos notificados de sífilis congênita no Estado do Ceará entre os anos de 2014 a 2023.




Fonte: Autoria própria, 2024.

## RESULTADOS

A amostra foi composta por 11.822 casos notificados de sífilis congênita, realizada pelos 184 municípios do Ceará, no período de 2014 a 2023, disponíveis no TabNet/DATASUS. A faixa etária de maior prevalência foi de até 6 dias de nascido, na qual apresentou no período abordado 11.569 casos notificados, representando aproximadamente 97,85% da amostra. Salienta-se ainda uma maior prevalência para o ano de 2017 (n= 1.285) (Tabela 01).

**Tabela 01:** Casos notificados de sífilis congênita por faixa etária entre os anos de 2014 a 2023 no Estado do Ceará

| | **Faixa Etária** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Até 6 dias | | 7 – 27 dias | | Outros. | |
| **Ano** | n/N | % | n/N | % | n/N | % |
| **2014** | 1058/1.094 | 96,7 | 20/1.094 | 1,8 | 16/1.094 | 1,46 |
| **2015** | 1140/1.160 | 98,27 | 10/1.160 | 0,86 | 10/1.160 | 0,86 |
| **2016** | 1136/1.158 | 98,1 | 10/1.158 | 0,86 | 12/1.158 | 1,03 |
| **2017** | 1285/1.309 | 96,1 | 14/1.309 | 1,06 | 10/1.309 | 0,76 |
| **2018** | 1244/1.265 | 98,33 | 12/1.265 | 0,94 | 9/1.265 | 0,71 |
| **2019** | 1066/1.088 | 97,97 | 17/1.088 | 1,56 | 5/1.088 | 0,45 |
| **32020** | 1049/1.075 | 97,58 | 16/1.075 | 1,48 | 10/1.075 | 0,93 |
| **2021** | 1542/1.575 | 97,9 | 22/1.575 | 1,39 | 11/1.575 | 0,69 |
| **2022** | 1452/1.488 | 97,58 | 16/1.488 | 1,07 | 20/1.488 | 1,34 |
| **2023** | 591/ 604 | 97,84 | 9/604 | 1,49 | 4/604 | 0,66 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total** | 11569/ 11.822 | 97,85 | 146/11.822 | 1,23 | 107/11.822 | 0,9 |

Fonte: TabNet/DataSus, 2024.

Na tocante escolaridade materna, destacou-se mulheres com 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental, culminando em 3.883 casos notificados (32,84%). Logo mais, indivíduos ignorado ou deixado em branco correspondeu a 2.225 notificações (18,82%) (tabela 02).

**Tabela 02:** Casos notificados de sífilis materna por escolaridade entre os anos de 2014 a 2023 no Estado do Ceará

| | **Escolaridade materna** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 5ª a 8ª série incompleta do EF | | Ign/Branco | | Outros. | |
| **Ano** | n/N | % | n/N | % | n/N | % |
| **2014** | 429/1.094 | 39,35 | 148/1.094 | 13,52 | 517/1.094 | 47,25 |
| **2015** | 432/1.160 | 37,24 | 168/1.160 | 14,28 | 560/1.160 | 48,27 |
| **2016** | 431/1.158 | 37,21 | 166/1.158 | 14,33 | 561/1.158 | 48,44 |
| **2017** | 418/1.309 | 31,93 | 224/1.309 | 17,11 | 667/1.309 | 50,95 |
| **2018** | 467/1.265 | 36,91 | 216/1.265 | 17,07 | 582/1.265 | 46,00 |
| **2019** | 267/1.088 | 24,54 | 248/1.088 | 22,79 | 573/1.088 | 52,66 |
| **2020** | 349/1.075 | 32,46 | 280/1.075 | 29,04 | 446/1.075 | 41,48 |
| **2021** | 480/1.575 | 30,47 | 348/1.575 | 22,09 | 747/1.575 | 47,42 |
| **2022** | 399/1.488 | 26,81 | 332/1.488 | 22,31 | 757/1.488 | 50,87 |
| **2023** | 211/ 604 | 34,93 | 92/604 | 15,23 | 301/604 | 49,83 |
| **Total** | 3.883/ 11.822 | 32,84 | 2.225/11.822 | 18,82 | 5.714/11.822 | 48,33 |

Fonte: TabNet/DataSus, 2024.

No que concerne a sífilis materna, a infecção que foi detectada durante o pré-natal, representou cerca de 60,48% das notificações. Logo mais, as de identificação no momento do parto culminou n=3.703 casos (31,32%) (Tabela 04).

**Tabela 04:** Casos notificados de sífilis materna entre os anos de 2014 a 2023 no Estado do Ceará

| | **Sífilis Materna** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Durante o pré-natal | | No momento do parto | | Outros. | |
| **Ano** | n/N | % | n/N | % | n/N | % |
| **2014** | 533/1.094 | 48,72 | 381/1.094 | 34,82 | 180/1.094 | 16,45 |
| **2015** | 568/1.160 | 48,96 | 451/1.160 | 38,87 | 141/1.160 | 12,15 |
| **2016** | 685/1.158 | 59,15 | 378/1.158 | 32,64 | 95/1.158 | 8,20 |
| **2017** | 724/1.309 | 55,30 | 444/1.309 | 33,91 | 141/1.309 | 10,77 |
| **2018** | 713/1.265 | 56,36 | 485/1.265 | 38,33 | 67/1.265 | 5,29 |
| **2019** | 720/1.088 | 66,17 | 296/1.088 | 27,20 | 72/1.088 | 6,61 |
| **2020** | 698/1.075 | 64,93 | 317/1.075 | 29,48 | 60/1.075 | 5,58 |
| **2021** | 1026/1.575 | 65,14 | 453/1.575 | 28,76 | 96/1.575 | 6,09 |
| **2022** | 1049/1.488 | 70,49 | 370/1.488 | 24,86 | 69/1.488 | 4,63 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **2023** | 432/ 604 | 71,52 | 126/604 | 20,86 | 46/604 | 7,61 |
| **Total** | 7.151/ 11.822 | 60,48 | 3.703/11.822 | 31,32 | 968/11.822 | 8,18 |

Fonte: TabNet/DataSus, 2024.

## DISCUSSÃO

Este estudo abordou de forma suscinta a evolução temporal dos casos de sífilis congênita no Estado do Ceará, sendo evidenciado que há fatores de risco a grupos específicos, devendo haver, portanto, o combate da infecção de forma precoce pelos agentes competentes.

De acordo com os dados apresentados, cerca de 97,85% dos casos de sífilis congênita foi detectada em até 6 dias após o nascimento do bebê, em decorrência dos sinais e sintomas. Logo, nota-se que houve falha durante pré-natal dessas gestantes. Conforme aponta o estudo de Figueiredo *et al* (2020), tal explicação pode ser evidenciada pelo tratamento insuficiente dos parceiros das gestantes diagnosticadas com sífilis. Dessa forma, o tratamento não é realizado de forma correta e essas mulheres ficam sujeitas a reinfecção pelo vírus que, consequentemente, deixa o bebê exposto ao mesmo.

Em nosso estudo, ficou constatado que a escolaridade materna ficou da 5ª e 8ª incompleta. Logo, corroborando com os achados de Garbin A. J. Í (2019) no qual a baixa escolaridade é um fator influente para a infecção pelo vírus, pois indivíduos com limitado nível escolar, geralmente são pertencentes a camadas sociais menos favorecidas e, consequentemente, limitadas de acesso ao sistema de saúde e programas preventivos, somando-se ao pré-natal inexistente.

Quando comparado nosso estudo com os demais, observa-se uma divergência, pois, enquanto esse evidenciou que a sífilis materna teve o maior diagnóstico durante o pré-natal culminando em mais de 60% da amostra, a de Barbosa *et al* (2017), mostrou que a prevalência de diagnóstico foi dada no momento do parto ou curetagem com tendencia a diagnóstico tardio da doença. Dessa forma, é necessário orientar essas mulheres e, quando possível, seus parceiros para amenizar e/ou erradicar a sífilis congênita. Os enfermeiros da ESF têm papel fundamental nessa ação, visto que é o local onde se tem todo o acompanhamento do pré-natal.

## CONCLUSÃO

Dado o exposto, ficou evidente com os dados apresentados o quão ainda carecemos de informações da doença estuda. Logo, vimos que há um perfil epidemiológico que recai, sobretudo, naqueles indivíduos menos favorecidos da sociedade. Os dados de sífilis congênita em nosso Estado são alarmantes, necessitando de políticas públicas para amenizar o quadro.

Para tanto, fica explicito o papel crucial das ESF's no combate a infecção, tendo em

vista que é a porta de entrada dessas mulheres durante todo o pré-natal. Dessa forma, é preciso atentar-se aos exames solicitados a cada trimestre de gestação, tentando também envolver os parceiros, visto que eles são um fator agravante como mencionado na pesquisa. Além do mais, lançar momentos de interação e conhecimento nas consultas de pré-natal enfatizando a importância de se prevenir do vírus.

## REFERÊNCIAS


BARBOSA, D. R. M., *et al.* **Perfil epidemiológico dos casos de sífilis gestacional.** Revista de Enfermagem UFPE [online], 2017. Disponível em: DOI: 10.5205/reuol.11077-98857-1-SM.1105201716. Acesso em: 5 maio 2024.

SILVA, C. P. V., *et al*. Assistência pré-natal na prevenção da sífilis congênita: uma revisão integrativa. **Glob Acad Nurs,** 2022;3(Sup.1):e237. Disponível em: https://dx.doi.org/10.5935/2675-5602.20200237. Acesso em: 5 maio 2024.

FIGUEIREDO, D. C. M. M., *et al.* Relação entre oferta de diagnóstico e tratamento da sífilis na atenção básica sobre a incidência de sífilis gestacional e congênita. **Revista SciELO Brasil,** 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/8syf4sN3Q5vZSw8mwk6zkDy/#. Acesso em: 5 maio 2024.

GARBIN, A. J. Í., *et al.* Doenças reemergentes no Brasil: características sociodemográficas e epidemiológicas da sífilis e sua subnotificação. **Revista SciELO Brasil,** 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsbmt/a/LzmFtpVpnH5NsfKNmbstt4s/#. Acesso em: 5 maio 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# AS TRANSFORMAÇÕES NO COMPOSTO MERCADOLÓGICO: DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL À ERA DIGITAL

Dário de Sousa Freire [1]
Maria Rozanilda de Araújo Lima [2]
Átila de Freitas [3]

**RESUMO**

A humanidade sempre esteve em constantes processos de mudanças, principalmente nos aspectos comportamentais, sociais e de consumo. Essas mudanças moldaram as atividades de marketing. Do foco no produto, passando pelo foco no consumidor, depois o foco no valor, evoluindo para o foco no digital e social até chegarmos ao foco mais atual na tecnologia e no bem-estar do ser humano. Este estudo trata de uma pesquisa bibliográfica, do tipo descritiva com uma abordagem qualitativa. O objetivo deste estudo é apresentar uma descrição e análise de todo o processo de transformação que o composto mercadológico sofreu nas últimas décadas. Esta pesquisa considera as transformações do composto registradas na literatura pelas obras e perspectiva do cientista, professor e autor Philip Kotler e seus coautores (2010, 2012, 2017, 2021). De um foco puramente comercial e industrial, onde os consumidores representavam um papel passivo no processo de comunicação da indústria com o mercado, o marketing de 1950 se transformou profundamente e hoje mantém o consumidor em primeiro plano das estratégias. É a partir dele e de volta para ele que acontece todo o fluxo de comunicação, criação e inovação da indústria atual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Composto mercadológico; Eras do Marketing; Novos 4P's do Marketing.

## INTRODUÇÃO

A humanidade sempre esteve em constantes processos de mudanças, principalmente nos aspectos comportamentais, sociais e de consumo. A partir de 1760 com a Revolução Industrial

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: daariiio.souza@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: nildaaraujo2013@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: atilah20@hotmail.com

surgiu o Marketing como uma série de atividades desenvolvidas pelas industrias em busca de liquidar sua produção e abastecer o então conhecido mercado consumidor com seus produtos.

Ao verificarmos a literatura e tudo que foi registrado sobre a evolução dessa ciência, podemos compreender que o Marketing passou por eras em sua evolução. Do foco no produto, passando pelo foco no consumidor, depois o foco no valor, evoluindo para o foco no digital e social até chegarmos ao foco mais atual na tecnologia e no bem-estar do ser humano, conseguimos verificar que as atividades desenvolvidas pelo marketing também se modificaram.

Esse conjunto de atividades ganhou nome a partir de 1949, quando Neil Borden usou o termo Marketing Mix ou Composto de Marketing. Em 1960, em sua obra Basic Marketing: a managerial approach, o professor Jerome McCarthy aprimorou a teoria de Borden e definiu os 4 grandes grupos de atividades que representariam os ingredientes do Composto e os separou em: 1-Produto, 2-Preço, 3-Promoção e 4-Praça. Atualmente o Marketing Mix, ou 4Ps do Marketing como também é chamado, ainda é considerado uma base fundamental para qualquer estratégia empresarial.

Este estudo tem como objetivo compreender e analisar a evolução do Composto Mercadológico considerando as eras históricas da ciência Marketing e a perspectiva das obras de Philip Kotler. Analisar e compreender como o Composto de Marketing se altera e acompanha os movimentos da humanidade nos ajuda a compreender a evolução da própria ciência Administração, assim essa pesquisa constitui conhecimento sobre o Marketing e a Administração para estudantes e todos que tem interesse nesse campo científico.

## METODOLOGIA

Este estudo trata de uma pesquisa bibliográfica, do tipo descritiva com uma abordagem qualitativa. Conforme Köche (2006, p. 122 *apud* Cruz, 2009, p. 69) a pesquisa bibliográfica objetiva conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema.

O objetivo deste estudo é apresentar uma descrição e análise de todo o processo de transformação que o composto mercadológico sofreu nas últimas décadas. Esta pesquisa considera as transformações do composto registradas na literatura pelas obras e perspectiva do cientista, professor e autor Philip Kotler e seus coautores (2010, 2012, 2017, 2021).

A pesquisa foi construída entre os meses de agosto e dezembro do ano 2023. Para a construção dos dados foram feitos um levantamento bibliográfico, que trata-se da fase da pesquisa na qual se identifica os autores que estudaram ou estão estudando o tema em questão (CRUZ, 2009, p. 17) e, depois, uma revisão bibliográfica.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### DO FOCO NO PRODUTO AO FOCO NO CONSUMIDOR

À época da Revolução Industrial, o Marketing 1.0 estava focado na venda de produtos de massa, com o objetivo de padronizar e reduzir custos de produção. Entre as décadas de 1950 e 1960, existia uma abordagem profissional que considerava primeiro o produto produzido pela indústria como uma solução necessária para todo o público, independentemente de suas necessidades específicas.

Entre os anos 1970 e 1980, há um movimento de transição de uma abordagem de interação com os consumidores para um tratamento do tipo um-para-um. Com isso, o Marketing 2.0 surgiu na era da tecnologia da informação, onde os consumidores já eram mais bem informados e podiam comparar várias ofertas antes de tomar uma decisão de compra. Nesse momento percebemos que o valor do produto passa a ser definido pelo cliente, e suas preferências se diversificam.

### A ERA DA PARTICIPAÇÃO E DO MARKETING COLABORATIVO

A partir dos anos 2000 surge uma nova onda de tecnologia da informação caracterizada pela conectividade e interatividade entre indivíduos e grupos. A ascensão das mídias sociais foi um dos fatores que contribuíram para a popularização dessa nova onda, sendo classificadas em duas categorias principais: mídias sociais expressivas (*blogs, Twitter, YouTube, Facebook*, etc.) e mídias sociais colaborativas (*Wikipedia, Rotten Tomatoes, Craigslist*, etc.) (KOTLER, KELLER, 2012).

Como o conhecimento e popularização dos softwares de fonte aberta, as pessoas passaram a ter mais atividade em relação ao mercado, apresentando suas ideias e percepções sobre tudo. As publicações de opiniões públicas ficaram mais fáceis e potentes nessa era, e através delas as empresas podem encontrar novas ideias e soluções. Assim, a colaboração também se tornou uma nova fonte de inovação. “As empresas agora precisam colaborar com seus consumidores. A colaboração começa quando os gerentes de marketing ouvem a voz do consumidor para entender sua mente e captam insights do mercado” (KOTLER, KARTAJAYA e SETIAWAN, 2010. p.11). O Marketing 3.0 representa a colaboração entre entidades de negócios que compartilham valores e desejos semelhantes.

## TENDÊNCIAS PARA UMA TRANSFORMAÇÃO

Nos conceitos e eras anteriores o produto, e até mesmo o comportamento humano, eram os focos que os profissionais da área costumavam buscar entender e estudar, mas na era do Marketing 3.0 o foco e a abordagem que as empresas precisam fazer são nas emoções dos consumidores. Kotler, Kartajaya e Setiawan (2010) apontam que o componente emocional estava sendo deixado de lado, e com isso percebeu-se que não era suficiente apenas chegar até sua mente, mas precisavam ir mais fundo e capturar os corações dos consumidores.

A partir desse conhecimento sobre capturar os corações dos consumidores Kotler, Kartajaya e Setiawan (2010) acreditam que o Marketing precisa evoluir para um terceiro estágio, estágio esse que se preocupa não só com a mente do consumidor mas com seu espírito. Essa nova perspectiva é o primeiro passo para o início de uma transformação ainda maior que chega as atividades de marketing potencializada pelas tecnologias digitais do século XXI.

## UM NOVO COMPOSTO MERCADOLÓGICO

De acordo com Kotler e Keller (2012), o Mix de Marketing, também conhecido como os 4P's, foi desenvolvido por McCarthy e é considerado a base do marketing tradicional. Os quatro elementos que compõem o mix de marketing são Produto, Preço, Praça (Distribuição) e Promoção. Esses elementos representam atividades fundamentais para a gestão de marketing e auxiliam as empresas na hora de oferecer produtos ou serviços que atendam às necessidades dos consumidores de forma eficaz.

> [...] em virtude da abrangência, complexidade e riqueza do marketing como exemplifica o marketing holístico claramente esses quatro P's não representam mais todo o cenário. Se os atualizarmos para que reflitam o conceito de marketing holístico, obteremos um conjunto mais representativo que envolverá as realidades do marketing moderno: pessoas, processos, programas e performance (KOTLER e KELLER, 2012, p. 23)

Kotler e Keller (2012) nos apresentam as quatro novas variáveis do marketing holístico, sendo elas: Pessoas, Processos, Programas e Performance.

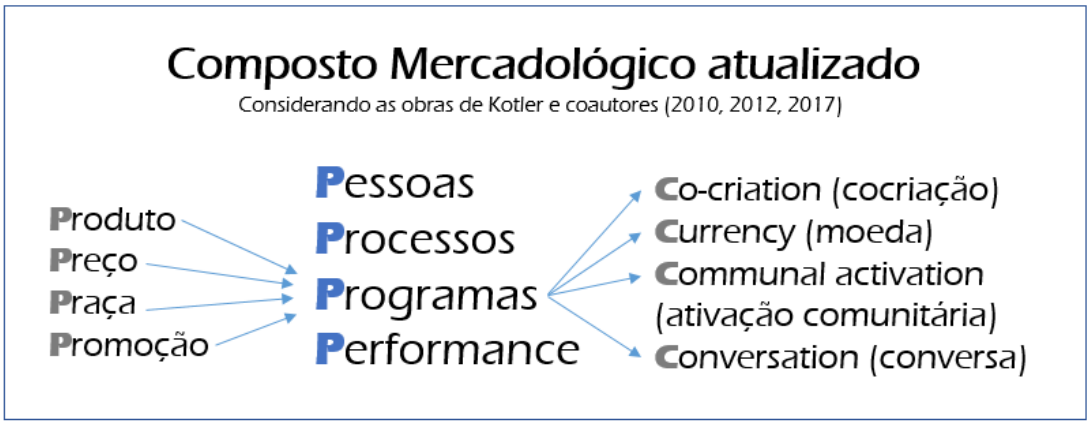
## OS 4CS E UM COMPOSTO DE MARKETING ATUALIZADO

A chegada da chamada era digital trouxe um impacto muito forte das tecnologias da comunicação no comportamento humano. As relações de consumo se ampliaram numa forma hiperconectada que fez o consumidor se aproximar mais rápida e profundamente de outros consumidores, de marcas e seus propósitos de existência e suas propostas de valor, além de interesses em conveniência, rapidez e sustentabilidade.

Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017) propuseram uma atualização dos 4 Ps (Produto, Preço, Praça e Promoção) para os 4 Cs: cocriação (*co-criation*), moeda (*currency*), ativação comunitária (*communal activation*) e conversa (*conversation*). Para os autores, essa mudança reflete a evolução do ambiente de marketing, especialmente com o advento da era digital e as mudanças no comportamento do consumidor.

Podemos compreender as relações entre todas essas fases que o composto mercadológico passou através da imagem a seguir.

Figura 1 – Composto Mercadológico atualizado




Fonte: construção dos autores, 2023.

Essa configuração apresentada na Figura 1 é uma construção que considera os movimentos de alterações e atualizações do composto mercadológico que as obras de Kotler e coautores citados nesse estudo nos apresentaram. Os novos 4C's que ampliam a abrangência das atividades dos primeiros 4P's de McCarthy representam uma mudança de perspectiva no marketing, colocando as pessoas no foco de todas as atividades. Essa abordagem reflete a importância crescente da experiência do cliente e da interação constante em um ambiente de marketing cada vez mais digital e orientado pelo consumidor.

Esse ambiente digital não para de evoluir e produzir novas possibilidades de interação humana o que impacta fortemente a atividade atual e cria novas tendências para o marketing. Para Kotler, Kartajaya e Setiawan (2021), as organizações precisam liberar e ampliar a utilização plena das tecnologias avançadas em suas estratégias, táticas e operações. Tecnologias

cada vez mais sofisticadas que possibilitam a produção de uma experiência de consumo transformadora está levando o marketing a uma nova era: o Marketing 5.0 que mantém o elementos de centralidade humana do Marketing 3.0 quanto o empoderamento tecnológico do Marketing 4.0 (KOTLER, KARTAJAYA E SETIAWAN, 2021, p. 15).

## CONCLUSÃO

O comportamento humano evolui e transforma todas as atividades que estão diretamente ligadas a ele. As tecnologias de comunicação e interação ampliam mais ainda essas transformações e o impacto que elas causam nas atividades de marketing.

De um foco puramente comercial e industrial, onde os consumidores representavam um papel passivo no processo de comunicação da indústria com o mercado, o marketing de 1950 se transformou profundamente e hoje mantém o consumidor em primeiro plano das estratégias. É a partir dele e de volta para ele que acontece todo o fluxo de comunicação, criação e inovação da indústria atual.

Conforme o estudo apresentou, é evidente que as atividades de marketing se transformaram muito nas últimas décadas e que o composto mercadológico foi se atualizando para dar conta das novas dimensões humanas que surgiram com o processo de transformação do mundo.

## REFERÊNCIAS


CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes da. **Metodologia da pesquisa científica**: administração VI – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 3.0:** as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 – 9ª reimpressão.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0:** do tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 5.0:** tecnologia para a humanidade. 1. ed. - Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. **Administração de Marketing.** 14. ed., São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# ASSOCIAÇÃO DAS MANOBRAS DE RECRUTAMENTO ALVEOLAR E POSIÇÃO PRONA NA SÍNDROME DO DESCONFORTO RESPIRATÓRIO AGUDO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Tanya Thays Maia de Sousa [1]
Maria Mônica da Silva Menezes [2]
Kevin Menezes Lima[3]
Amanda Aleyne de Oliveira Nunes[4]

## RESUMO

O presente estudo versa sobre a Síndrome do desconforto respiratório agudo (SDRA), que é um processo de edema pulmonar, agudo, não hidrostático ou não cardiogênico, acompanhado de uma hipoxemia persistente, associado a uma ampla lista de situações que predispõem ao seu desenvolvimento, e que pode atingir um índice de mortalidade, dependendo do fator etiológico envolvido. **Objetivo**: Descrever os riscos e benefícios do uso da Manobra de Recrutamento Alveolar e da posição prona em pacientes acometidos pela SDRA. **Metodologia**: Realizou-se uma revisão de literatura de carácter narrativo, onde foram selecionados 8 artigos, que foram submetidos a um processo de leitura integral e realização de um mapeamento de metodologias e conclusões dos mesmos, para posteriores discussões e relatório conclusivo, buscando evidenciar as vantagens e desvantagens do uso da posição prona e do recrutamento alveolar, tanto de forma isolada quanto combinados, no tratamento da SDRA. **Resultados**: Observou-se que o uso de MR "lenta" proporciona uma insuflação mais homogênea dos pulmões e reduz o comprometimento funcional pulmonar em um grau mais significativo do que a MR "rápida". **Conclusão:** O recrutamento alveolar e a posição prona podem contribuir significativamente no tratamento de pacientes com SDRA, na qual melhora a oxigenação, minimiza as complicações decorrentes da hipoxemia refratária e aumenta a complacência pulmonar.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Síndrome do desconforto respiratório agudo; Manobras de recrutamento alveolar; Posição prona.*

[1]Discente de Fisioterapia da FACULDADE VIDAL: tanyathaysms@gmail.com
[2]Discente de Fisioterapia da FACULDADE VIDAL: monicadsm2002@gmail.com
[3]Discente de Fisioterapia da FACULDADE VIDAL: kevinmeneses1112@icloud.com
[4]Mestre em Saúde Pública, Professora do departamento de Fisioterapia da FACULDADE VIDAL: amandaaleyne@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

A função da respiração é essencial à manutenção da vida e de modo simplificado, é como uma troca de gases entre as células do organismo e a atmosfera. Patologias podem afetar o sistema respiratório, podendo ser uma patologia primária ou ocasionada por outra patologia. A Síndrome do desconforto respiratório agudo (SDRA) é um processo de edema pulmonar, agudo, não hidrostático ou não cardiogênico, acompanhado de uma hipoxemia persistente, associado a uma ampla lista de situações que predispõem ao seu desenvolvimento, e que pode atingir um índice de mortalidade, dependendo do fator etiológico envolvido. (ANTONIAZZI et al., 1998). Devido ao aumento da permeabilidade da membrana alvéolo-capilar pulmonar, o desenvolvimento da SDRA pode ser ocasionado como consequência de uma infecção grave ou pneumonia; lesão de tórax, afogamento, embolia pulmonar, COVID-19, entre outros. Mediante o exposto, faz-se necessário avaliar os efeitos benéficos, efeitos adversos e auxílio das manobras de recrutamento alveolar (MRA/MR) e da posição prona em prol do tratamento clínico de tais disfunções, para melhor intervenção terapêutica com o objetivo de aprimorar recursos interdisciplinares e ratificar a utilidade no âmbito hospitalar e no meio acadêmico. (PATEL, 2022; COSTA, ROCHA,RIBEIRO, 2009). O presente estudo objetivou descrever os riscos e benefícios do uso da Manobra de Recrutamento Alveolar e da posição prona em pacientes acometidos pela Lesão pulmonar aguda ou Síndrome do desconforto respiratório agudo (LPA/SDRA).

## METODOLOGIA

No presente estudo foi sancionada uma revisão de literatura de carácter narrativo. Foram utilizados como descritores “Síndrome do desconforto respiratório agudo”; “Manobras de recrutamento alveolar”; “Posição prona”, na qual foram realizadas buscas nas bases de dados *National Library of Medicine (PUBMED), e Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*. Foram selecionados 8 artigos, que foram submetidos a um processo de leitura integral e realização de um mapeamento de metodologias e conclusões dos mesmos. O supracitado mapeamento dos projetos selecionados, em que foram aplicadas para discussão da metodologia, buscando evidenciar as vantagens, desvantagens e uso da posição prona e do recrutamento alveolar, tanto de forma isolada quanto combinados, em benefício da síndrome do desconforto respiratório agudo (SARA).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

É evidente o avanço tecnológico para com o tratamento de lesões pulmonares agudas, uma vez que há intervenção profissional qualificada e um leque de tratamentos ofertados. A posição prona tem se tornado um método estabelecido de recrutamento pulmonar e aumento da PaO2 em muitos pacientes com SDRA (COSTA, 2007). Segundo Kacmarek (2001), os dados sugerem que a manobra de recrutamento na posição prona é mais efetiva no aumento da PaO2 e que o nível de PEEP necessário para promover aumento sustentado da PaO2 é menor na posição prona do que na posição supina.

Em um estudo realizado por Suzumura (2015), utilizaram-se cerca de 10 ensaios clínicos randomizados, onde obtiveram um total de 1594 pacientes e 612 eventos, o risco relativo (RR) de óbito nos pacientes tratados com manobras de recrutamento em comparação ao controle, foi de 0,84 intervalo de 95% de confiança [IC95%] 0,74-0,95; I2=0%), embora a qualidade da evidência tenha sido considerada baixa devido ao risco de viés nos estudos incluídos, e a evidência seja indireta (ou seja, a evidência disponível não responde diretamente nosso objetivo primário, pois os pacientes no grupo experimental receberam outras intervenções ventilatórias que podem ter impactado no desfecho, além das manobras de recrutamento). Em outro estudo feito por Rocco et al. (2016), observou-se que o uso de MR "lenta" proporciona uma insuflação mais homogênea dos pulmões e reduz o comprometimento funcional pulmonar em um grau mais significativo do que a MR "rápida" (pressão positiva contínua nas vias aéreas de 30cmH2 O por 30 segundos), independentemente da etiologia e da gravidade da SARA (SILVA et al., 2013; SANTOS et al. 2016).

## CONCLUSÃO

Como conclusão desta revisão de literatura estudada, apesar de avanços no entendimento da patogênese da SDRA, essa ainda resulta em significativa mortalidade. Observaram que o recrutamento alveolar e a posição prona podem contribuir significativamente no tratamento de pacientes com SDRA, na qual melhora a oxigenação, minimiza as complicações decorrentes da hipoxemia refratária e aumenta a complacência pulmonar. Entretanto, na literatura, há poucos estudos que analisam essas manobras no tratamento da síndrome do desconforto respiratório agudo. Sendo estes em sua maioria experimentais, faz-se necessária maior investigação sobre o tema e evidências de sua aplicação clínica.

## REFERÊNCIAS


ANTONIAZZI, P. et al. **SÍNDROME DA ANGÚSTIA RESPIRATÓRIA AGUDA (SDRA). Medicina (Ribeirão Preto. Online)**, v. 31, n. 4, p. 493, 30 dez. 1998.

ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE O COVID-19 Título original: **Acute respiratory distress syndrome: Clinical features, diagnosis, and complications in adults** Autor: Editor de seção: Editor adjunto. [s.l: s.n.].

BAEZ GARCIA, C.; PELOSI, P.; ROCCO, P. **Síndrome do Desconforto Respiratório Agudo Pulmonar e Extrapulmonar: Existem Diferenças? Pulmonary and Extrapulmonary Acute Respiratory Distress Syndrome: Are they different? Revista Brasileira de Terapia Intensiva,** v. 20, n. 2, 2008.

COSTA, D. C.; ROCHA, E.; RIBEIRO, T. F. **Associação das manobras de recrutamento alveolar e posição prona na síndrome do desconforto respiratório agudo. Revista Brasileira de Terapia Intensiva,** v. 21, n. 2, p. 197–203, jun. 2009. Fisiologia Respiratória 4. [s.l: s.n.]. Disponível em: . Moodle USP: e-Disciplinas.

COSTA D, ROCHA E, RIBEIRO T, . **Associação das manobras de recrutamento alveolar e posição prona na síndrome do desconforto respiratório agudo,** 2007.

KACMAREK RM. **Strategies to optimize alveolar recruitment. Curr Opin Crit Care.** 2001;7(1):15-20.

PATEL, B. K. **Síndrome da angústia respiratória aguda (SDRA).** Disponível em: . Acesso em: 27 abr. 2024.

SUZUMURA, ARANHA E. **Efeito da manobra de recrutamento alveolar em pacientes com síndrome da angústia respiratória aguda: revisão sistemática e metanálise,** 2015.

SILVA PL, MORAES L, SANTOS RS, SAMARY CL, RAMOS MB, SANTOS CL, et al. Recruitment maneuvers modulate epithelial and endothelial cell response according to acute lung injury etiology. **Crit Care Med.** 2013;41(10):e256-65.

SANTOS RS, MORAES L, SAMARY CS, SANTOS CL, RAMOS MB, VASCONCELLOS AP, et al. Fast versus slow recruitment maneuver at different degrees of acute lung inflammation induced by experimental sepsis. **Anesth Analg.** 2016;122(4):1089-100

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS TOLEDO CURSO DE MEDICINA PROGRAMA DE VOLUNTARIADO ACADÊMICO TRADUÇÃO LIVRE DE ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE O COVID-19**.** [s.l: s.n.].

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA ATROFIA MUSCULAR ESPINHAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Amanda Aleyne de Oliveira Nunes [1]
Fátima Kelly Silva Lima [2]
Luiz Luan da Silva Brito [3]
Sara Veruska da Silva Ferreira [4]
Larissa de Deus Rodrigues [5]

## RESUMO

O estudo aborda a Atrofia Muscular Espinhal (AME), também conhecida como Amiotrofia Espinhal, é uma condição progressiva decorrente de mutações genéticas no gene SMN1, localizado no cromossomo 5, cujos portadores enfrentam debilidade muscular e outros sintomas decorrentes da atividade neural comprometida. **Objetivo**: Discorrer sobre a importância da atuação fisioterapêutica no tratamentos de pacientes acometidos pela AME. **Metodologia**: Trata-se de estudo de revisão de literatura, descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa. Foi realizada uma seletiva busca de artigos em português e inglês, em bases de dados científicas, com os seguintes descritores: doença neurodegenerativa; atrofia muscular espinhal; fisioterapia. Foram observados 30 artigos, sendo que apenas 6 tiveram uso para produção desta pesquisa e os demais foram excluídos por não apresentarem conteúdo fidedigno à atuação fisioterapêutica na amiotrofia espinhal. Os artigos foram apreciados e realizado o confronto de ideias entre os autores, para posteriores conclusões. **Resultados e discussões**: A atuação do fisioterapeuta depende muito do estágio da AME e de suas alterações. A atenção precoce por parte da fisioterapia também possui prioridade primordial para que haja progresso no tratamento.**Conclusão:** Observou-se que, visando melhorar a sobrevida desses pacientes, a fisioterapia é um tratamento fundamental e obrigatório, com o objetivo de retardar ou até mesmo impedir que estas complicações apareçam precocemente, através do manejo profilático e terapêutico das infecções respiratórias, prevenindo contraturas e deformidades, tornando esta criança o mais funcional possível, além de promover a assistência ventilatória adequada de acordo com as necessidades, podendo aumentar a sobrevida e a qualidade de vida das mesmas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Doença Neurodegenerativa; Atrofia Medular Espinhal; Fisioterapia; AME.

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: amandaaleyne@hotmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: siilvakelly303@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: luansilvaosmira@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: saraveruska14@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: e-mail: larissadeus@alu.uern.br

## INTRODUÇÃO

A Atrofia Muscular Espinhal (AME), também conhecida como Amiotrofia Espinhal, é uma doença degenerativa, de tendência progressiva, pertencente ao grupamento de síndromes hereditárias com transmissão autossômica recessiva, que inflige lesão no segundo neurônio motor, especificamente na estrutura do corno anterior da medula (ORSINI, et al. 2008).

A AME foi descrita pela primeira vez há quase 130 anos. Diversos estudos foram desenvolvidos no decorrer dos anos, até a data atual. Sabe-se que a AME é causada por alterações no gene SMN1, localizado no cromossomo 5q, daí a denominação AME 5q. Este gene é responsável pela produção da proteína de sobrevivência do neurônio motor, conhecida como SMN (ABRAME, 2013).

A causa da patologia é determinada por uma condição genética, onde há a deleção de um segmento do cromossomo que altera a duração do gene do motoneurônio e inibe a sua permanência por um longo período de tempo. Essa alteração resulta na diminuição de alguns níveis de composição biológica, como por exemplo, a proteína de conservação do neurônio motor, fazendo com que o portador de AME apresente deterioração em sua estrutura e consequentemente evidencie uma atividade neural contingente, com fraqueza e outras características (BAIONI;AMBIEL, 2010).

A fraqueza muscular causada pela AME tende a causar limitação na amplitude de movimento dos braços e pernas (por encurtamentos musculares e articulares), luxação do quadril, deformidades na coluna vertebral como escoliose e hipercifose, e fraturas, que podem levar à dor e a dificuldades para sentar-se, andar e realizar atividades funcionais. A escoliose também pode prejudicar a função pulmonar, restringindo o movimento do tórax e do diafragma durante a respiração. É consenso científico de que uma abordagem proativa, através da realização de fisioterapia motora, combinada com o uso regular de órteses e outros equipamentos reduz ou minimiza esses problemas e pode influenciar na trajetória da progressão da doença (SOLERVICENS; MONTYENEGRO, 2019). Diante do exposto, o estudo objetiva descrever a importância da atuação fisioterapêutica no tratamentos de pacientes acometidos pela AME.

## METODOLOGIA

O presente estudo trata de uma revisão de literatura, descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa. Foi realizada uma seletiva busca de artigos em português e inglês com os seguintes descritores: doença neurodegenerativa; atrofia muscular espinhal; fisioterapia. Foram observados 30 artigos, sendo que apenas 5 tiveram uso para produção desta pesquisa e os demais foram excluídos por não apresentarem conteúdo fidedigno à atuação fisioterapêutica na amiotrofia espinhal. Os artigos selecionados tiveram publicação entre os anos de 2002 e 2014 em periódicos e foram ordenados nas subsequentes bases de dados: , Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

No decorrer da pesquisa foi observado que, ainda que a atrofia muscular espinhal seja descrita na literatura de modo pertinente, alguns casos na prática podem exibir um tipo de progresso não condizente aos dados encontrados.No que se refere ao gênero, a AME tipo I corresponde a um percentual de 25% de crianças com a patologia de Werdnig-Hoffman, sendo também considerada como a forma mais grave em que a doença pode se manifestar, tendo como persistente característica a severa fraqueza muscular nos membros do corpo. (KLIEGMAN, 2014) Já o segundo nível, isto é, a AME tipo II, é vista como o modo mais demorado da doença. Os sinais presentes evidenciam dificuldade para realizar a movimentação dos membros, flacidez difusa e déficits nos padrões motores de sustento cefálico, sedestação e potência insatisfatória para reações que visam a noção de equilíbrio e proteção. Segundo Orsini et al. (2008), No tipo III, a AME pode ser chamada de doença de Kulgelberg-Welander e costuma ser considerada como a forma crônica ou juvenil da patologia. Nesse estágio a fraqueza muscular global é persistente e torna o indivíduo incapacitado para realizar uma boa deambulação A atuação do fisioterapeuta depende muito do estágio da AME e de suas alterações. Na parte motora, a cinesioterapia global com exercícios e treinos de controle motor, juntamente com o alongamento muscular, mobilização articular e ajustes posturais são ações aceitas pelos profissionais. No plano respiratório, com meios eficazes para liberar obstruções das vias aéreas e pulmões. E ainda que haja um elevado comprometimento dos músculos da respiração, o proceder para realização do treinamento da musculatura respiratória não deve jamais funcionar de maneira exaustiva, pelo contrário, a ação do profissional deve priorizar, sobretudo, a otimização da QV dos pacientes, sem maiores desgastes. A atenção precoce por

parte da fisioterapia também possui prioridade primordial para que haja progresso no tratamento, logo, destaca-se para isto a aplicação da reabilitação motora com aquisição das habilidades motoras fundamentais e, sobretudo, assistência ventilatória adequada. Ambas devem colaborar para que o paciente em atendimento desfrute de conforto e supere também os riscos de morte (ORSINI, et al. 2008).

## CONCLUSÃO

A amiotrofia espinhal progressiva tipo I constitui a forma mais grave da doença, com o início dos sintomas surgindo por volta dos seis meses de idade. O sinal motor principal é representado pela alteração nas fases do desenvolvimento motor, além do grave comprometimento respiratório, que as tornam, na maioria das vezes, dependentes de ventilação mecânica. Geralmente, vão a óbito por volta dos três anos de idade por conta da insuficiência respiratória que surge devido ao grave comprometimento de toda a musculatura respiratória. Visando melhorar a sobrevida desses pacientes, a fisioterapia é um tratamento fundamental e obrigatório para essas crianças, com o objetivo de retardar ou até mesmo impedir que estas complicações apareçam precocemente, através do manejo profilático e terapêutico das infecções respiratórias, prevenindo contraturas e deformidades, tornando esta criança o mais funcional possível, além de promover a assistência ventilatória adequada de acordo com as necessidades, podendo aumentar a sobrevida e a qualidade de vida dessas crianças

## REFERÊNCIAS

ABRAME Associação Brasileira de Amiotrofia Espinhal. **Diferenças entre Atrofias e Distrofias**. 2013.

BAIONI, M. T.; AMBIEL, C. R. **Spinal muscular atrophy: diagnosis, treatment and future prospects. J. pediatr.**, Rio de Janeiro, v. 86, n. 4, p. 261-270, 2010.

DO MONTE MÉLO[1], Thaynara. DUARTE[1], Paulo Henrique Meira; COUTINHO, Bertran Gonçalves. **Atuação fisioterapêutica na atrofia muscular espinhal: uma revisão de literatura.**

ORSINI, M.; et al. Uma revisão das principais abordagens fisioterapêuticas nas atrofias musculares espinhais. **Rev. Neurocienc.,** v. 16, n. 1, p. 46-52, 2008.

SOLERVICENS, A .P.; MONTYENEGRO, C. (2019). Perfil demográfico y clínico-funcional de pacientes con atrofia muscular espinal atendidos en el Instituto Teletón Santiago. **Rehabil. integral.** v.14, n.1, p.30-39.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA EM CRIANÇAS COM BRONQUIOLITE

Ravele Lima Moreira[1]
Jamilys Martins de Freitas[2]
Andressa Kele Oliveira dos Rêzes[3]
Yasmim Alves do Amaral[4]
Larissa de Deus Rodrigues[5]

## RESUMO

A bronquiolite é definida como um episódio agudo de sibilâncias que ocorre no contexto de um quadro respiratório, de origem normalmente viral, com elevada incidência nas crianças com menos de 2 anos. Nos quadros respiratórios agudos que acometem lactentes, a bronquiolite viral aguda (BVA) é a doença de maior relevância clínica, em virtude da morbidade elevada, particularmente nos meses de outono e inverno, época de circulação do vírus sincicial respiratório, seu principal agente etiológico, sendo ele o motivo mais comum de internação hospitalar em bebês. E a fisioterapia é um tratamento adjunto de bebês hospitalizados. O presente trabalho se justifica na necessidade de ter um levantamento acerca da atuação do fisioterapeuta em crianças hospitalizadas com bronquiolite aguda. Trata-se de um resumo expandido que a priori foram encontrados 24 artigos nas bases de dados utilizadas, após a leitura dos artigos na íntegra foram excluídos 15 artigos, resultando em uma amostra de 9 artigos que demonstraram que a fisioterapia respiratória teve impacto positivo na melhoria dos sintomas e na redução do desconforto respiratório em lactentes hospitalizados com bronquiolite aguda.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bronquiolite; Fisioterapia; Crianças.

## INTRODUÇÃO

As doenças respiratórias ainda são importantes causas de morbidade e mortalidade nos países em desenvolvimento, principalmente em crianças (Pupin *et al.,* 2009, p. 861). A bronquiolite é definida como um episódio agudo de sibilâncias que ocorre no contexto de um quadro respiratório, de origem normalmente viral, com elevada incidência nas crianças com menos de 2 anos (Abreu *et al.,* 2021, p.464). Nos quadros respiratórios agudos que acometem

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail:ravele1lima1@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: jamilysmartins@outlook.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: andressa.rezes16@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: ayasmim694@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: e-mail: larisssadeus@alu.uern.br

lactentes, a bronquiolite viral aguda (BVA) é a doença de maior relevância clínica, em virtude da morbidade elevada, particularmente nos meses de outono e inverno, época de circulação do vírus sincicial respiratório, seu principal agente etiológico (Pupin *et al.,* 2009, p. 861). A BVA continua a ser uma causa substancial de morbidade e custos de cuidados de saúde em crianças pequenas e é o motivo mais comum de internação hospitalar em bebês. As crianças geralmente apresentam um pródomo de sintomas de coriza, incluindo rinorreia e febre e desenvolvem maior trabalho respiratório com chiado e tosse (Wainwright, 2010, p. 39).

A fisioterapia respiratória é um tratamento adjunto nessas doenças, agindo no aumento da depuração mucociliar, na desobstrução das vias aéreas e na facilitação da ventilação e da troca gasosa (Pupin *et al*., 2009, p. 861). A fisioterapia respiratória tem sido utilizada em pacientes com bronquiolite aguda com os objetivos de desobstrução brônquica, desinsuflação pulmonar e recrutamento alveolar, por meio de diversas técnicas, como posicionamento, aumento do fluxo expiratório (AFE), vibração manual, tapotagem e aspiração das vias aéreas. Em três estudos foram relatados efeitos benéficos dessas técnicas em pacientes com bronquiolite aguda (Castro *et al.,* 2011. P.600).

Dessa forma, é importante ressaltar a atuação do fisioterapeuta no tratamento de recuperação com a utilização de técnicas que objetiva a eficácia da fisioterapia respiratória em lactantes com bronquiolite viral aguda.

## METODOLOGIA

No presente resumo ressalta a atuação fisioterapêutica em crianças com bronquiolite. Foram incluídos os trabalhos que cumpriram os seguintes critérios: crianças de até dois anos de idade que tiveram bronquiolite, artigos científicos ou estudos clínicos randomizados com publicação a partir do ano de 2009 em língua inglesa e portuguesa. Foram realizadas buscas nas bases de dados Pudmed e Scielo. A análise dos dados foi realizada pela plataforma Rayyan, inicialmente foram inseridos 24 artigos e após a análise foram excluídos aqueles que fugiam dos critérios de elegibilidade, sendo incluído um total de 9 trabalhos. Os descritores oficiais utilizados foram: "physiotherapy", "children" e "bronchiolitis

## RESULTADOS

Foram aqui analisados aqueles que relatam a eficácia e/ou comparação de técnicas fisioterapêuticas em crianças de 0 a 24 meses.

| Título, Autor, ano. | Intervenção | Principais resultados |
|---|---|---|

| | | |
|---|---|---|
| **Análise comparativa dos efeitos de duas intervenções de fisioterapia respiratória em pacientes com bronquiolite durante o período de internação** *Remondini, R., Santos, AZ dos, Castro, G. de, Prado, C. do, & Silva Filho, LVRF da. (2014).* | Avaliação e comparação de duas intervenções fisioterapêuticas quanto à melhora clínica de lactentes com bronquiolite aguda por meio da saturação periférica de oxigênio e do escore. | Não houve diferenças significativas entre os grupos nos itens avaliados, incluindo tempo até a alta, oximetria de pulso e pontuação de gravidade da doença. A fisioterapia torácica resultou em uma melhora significativa do desconforto respiratório em pacientes com bronquiolite, especialmente após 10 minutos, com adequada oxigenação mantida em ambos os grupos. Além disso, respostas positivas sobre os efeitos da fisioterapia foram observadas pelos pais ou responsáveis, especialmente nas técnicas de expiração de aceleração de fluxo e rosqueamento. |
| **A fisioterapia respiratória é eficaz na redução do escore clínico na bronquiolite: ensaio clínico randomizado** *Gomes, Évelim L. F. D., Postiaux, Guy, Medeiros, Denise R. L., Monteiro, Kadma K. D. S., Sampaio, Luciana M. M., Costa, Dirceu., 2012.* | Ensaio controlado randomizado envolvendo 30 lactentes com VSR, divididos em três grupos: G1 utilizou técnicas atuais de fisioterapia, G2 técnicas convencionais e G3 aspiração de vias aéreas, todos avaliados pelo escore clínico de Wang. | A fisioterapia respiratória foi efetiva na redução do escore clínico em lactentes com BVA quando comparada com a aspiração isolada das vias aéreas na admissão. No momento 48 horas, ambas as técnicas foram efetivas, sendo que as técnicas atuais foram efetivas também nas 72 horas após a internação, comparada às técnicas convencionais. |
| **Análise dos sintomas, sinais clínicos e suporte de oxigênio em pacientes com bronquiolite antes e após fisioterapia respiratória durante a internação hospitalar** *Castro, Giselle de, Remondini, Renata, Santos, Adriana Zamprônio dos, Prado, Cristiane do.,2011, Revista Paulista de Pediatria* | O estudo incluiu 29 pacientes menores de um ano, com diagnóstico médico de bronquiolite aguda.Foi avaliada, por meio de questionário, a opinião dos pais ou responsáveis acerca das condições clínicas do paciente antes e após a primeira sessão de fisioterapia. Foram realizadas manobras de desobstrução brônquica, como drenagem postural, tapotagem, vibração, aceleração de fluxo expiratório e aspiração nasotraqueal. | A avaliação foi realizada diariamente por meio de exame físico antes do atendimento fisioterapêutico e 15 a 45 minutos após, seguindo uma ficha específica. Dos 29 pacientes avaliados, houve melhora significativa nos seguintes sinais e sintomas: ausculta pulmonar com ruídos adventícios, estertores subcrepitantes e sibilos, tiragens de modo geral, tiragem intercostal e classificação da gravidade pelo escore de Downes. Também foi observada melhora significativa em todos os aspectos avaliados no questionário. Concluindo que a fisioterapia respiratória promoveu uma melhora significante em curto prazo das condições clínicas dos pacientes com bronquiolite aguda. |
| **Comparação dos efeitos de duas técnicas fisioterapêuticas respiratórias em parâmetros cardiorrespiratórios de lactentes com bronquiolite viral aguda.** *Pupin, Melissa Karina, Riccetto, Adriana Gut Lopes, Ribeiro, José Dirceu, Baracat, Emílio Carlos Elias.,2009, Jornal Brasileiro de Pneumologia* | Foram analisados lactentes com diagnóstico clínico e radiológico de BVA para comparação dos efeitos das técnicas de aumento do fluxo expiratório (AFE) e vibração associada à drenagem postural (DP) nos parâmetros cardiorrespiratórios de frequência cardíaca (FC), frequência respiratória (FR) e SpO2 de lactentes com bronquiolite viral aguda (BVA) | A aplicação de AFE e de vibração associada à DP não apresentou um benefício global na melhora dos parâmetros cardiorrespiratórios em lactentes com BVA. Quando analisados isoladamente no decorrer do tempo, a fisioterapia respiratória parece contribuir na diminuição da FR nesses pacientes |
| **Fisioterapia torácica e bronquiolite no lactente hospitalizado. Ensaio clínico duplo-cego**.*Sánchez Bayle M, Martín Martín R, Cano Fernández J, Martínez Sánchez G, Gómez Martín J, Yep Chullen G, García* | Ensaio clínico duplo-cego realizado em 236 pacientes com idade inferior a 7 meses e hospitalizados com diagnóstico de bronquiolite aguda. Os pacientes foram randomizados em dois grupos: aqueles que receberam manobras de | Nos pacientes com impressão analítica para VRS e que receberam fisioterapia respiratória foram necessárias menos horas de oxigenoterapia.Os resultados mostram que a fisioterapia respiratória não foi eficaz na redução da internação hospitalar ou do tempo de oxigenoterapia em pacientes com |

| | | |
|---|---|---|
| *García MC.,2012, Anales de pediatria* | fisioterapia respiratória e aqueles que receberam manobras placebo. Para Estudar a utilidade da fisioterapia respiratória pela técnica expiratória aumentada com tosse assistida na bronquiolite aguda dos recém-nascidos hospitalizados. | bronquiolite aguda, mas no estudo positivo de crianças com vírus sincicial respiratório em aspirado nasofaríngeo mostrou redução da necessidade de horas de oxigênio. |
| **Fisioterapia torácica ambulatorial na bronquiolite aguda leve a moderada em crianças menores de dois anos de idade - Um ensaio clínico randomizado.** *Pinto FR, Alexandrino AS, Correia-Costa L, Azevedo I.,2021, Jornal de fisioterapia de Hong Kong: publicação oficial da Hong Kong Physiotherapy Association Limited* | O objetivo deste estudo foi comparar o papel da intervenção de fisioterapia respiratória com nenhuma intervenção no estado respiratório (grupo controle) de crianças menores de dois anos de idade, com bronquiolite leve a moderada. O protocolo de intervenção, aplicado em ambiente ambulatorial, consistiu em técnicas combinadas de expiração lenta passiva prolongada, depuração rinofaríngea e tosse provocada. O grupo controle foi avaliado sem intervenção de fisioterapia respiratória. A eficácia da fisioterapia respiratória foi avaliada através do Escore Respiratório de Kristjansson. | A fisioterapia respiratória teve impacto positivo no estado respiratório de crianças com bronquiolite leve a moderada. |
| **A técnica de expiração lenta prolongada melhora a recuperação da bronquiolite aguda em bebês: ensaio clínico randomizado FIBARRIX.** *Conesa-Segura E, Reyes-Dominguez SB, Ríos-Díaz J, Ruiz-Pacheco MÁ, Palazón-Carpe C, Sánchez-Solís M.,2019. Clinical rehabilitation* | Ensaio clínico randomizado com o objetivo de examinar o efeito do tratamento de fisioterapia respiratória com expiração lenta prolongada na escala de gravidade da bronquiolite aguda e na saturação de O(2) em curto espaço de tempo e na alta médica na internação hospitalar em bebês com bronquiolite aguda | A fisioterapia com expiração lenta prolongada reduz os escores da Escala de Gravidade de Bronquiolite Aguda e não altera a saturação de O(2). Os bebês do grupo do tratamento respiratório permaneceram menos dias no hospital do que os bebês do grupo controle e nenhum evento adverso foi detectado |
| **Eficácia das técnicas de desobstrução de vias aéreas em crianças hospitalizadas com bronquiolite aguda.** *Van Ginderdeuren F, Vandenplas Y, Deneyer M, Vanlaethem S, Buyl R, Kerckhofs E.,2017. Pediatric pulmonology* | Cento e três crianças foram alocadas aleatoriamente para receber uma sessão diária de 20 minutos, seja drenagem autogênica assistida (AAD), ventilação percussiva intrapulmonar (VPI) ou salto (B) (grupo controle), noventa e três terminaram o estudo. | O tempo médio de recuperação em dias foi nossa principal medida de resultado. O impacto do tratamento e a melhora diária também foram avaliados por um escore validado de gravidade clínica e respiratória (pontuação WANG), frequência cardíaca (FC) e saturação de oxigênio (SaO(2)). Os escores de Wang melhoraram significativamente para ambas as técnicas de fisioterapia em comparação ao grupo controle. |

## DISCUSSÃO

A fisioterapia respiratória visa eliminar a obstrução das vias aéreas, diminuindo assim a resistência das vias aéreas, melhorando a troca gasosa e redução da carga respiratória. É amplamente utilizada no tratamento de crianças com doenças respiratórias, mas tem sido debatida há muito tempo como tratamento na bronquiolite. (Ginderdeuren *et al.,*2017, p .225)

Os estudos abrangidos em nosso resumo expandido avaliam a utilidade da intervenção fisioterapêutica e a eficácia de técnicas de desobstrução das vias áereas. Os autores *Gomes et al.,Castro et al., Pupin et al., Pinto et al., Conesas-Segura et al.,* se assemelham em seus estudos quando evidenciam em seus resultados que a fisioterapia em crianças com bronquiolite tem impacto na melhoria do escore clínico dos lactentes hospitalizados.

Similarmente foram obtidas avaliações satisfatórias dos pais/ responsáveis sobre a melhora das condições clínicas dos bebês com bronquiolite viral aguda (BVA) após a fisioterapia respiratória como cita o estudo de *Remondini et al.*

Muitas questões permanecem em relação às abordagens de manejo ideal para bebês que necessitam de hospitalização com bronquiolite, incluindo o uso de alimentação nasogástrica, o papel ideal do oxigênio suplementar, o uso ideal de solução salina hipertônica e o papel das combinações de terapias, o uso de heliox ou abordagens modernas de fisioterapia. (Wainwright, 2010, p. 39).

A fisioterapia respiratória tem sido proposta como uma maneira de ajudar a criança a expelir o catarro e respirar melhor. Se faz necessário que estudos futuros busquem mais evidências em seus resultados sobre a utilidade da fisioterapia respiratória em lactentes menores de 24 meses com bronquiolite.

## CONCLUSÃO

Os resultados dos estudos revisados demonstraram que a fisioterapia respiratória teve impacto positivo na melhoria dos sintomas e na redução do desconforto respiratório em lactentes hospitalizados com bronquiolite aguda. Além disso, houve relatos de melhora significativa nos parâmetros cardiorrespiratórios e na qualidade de vida das crianças tratadas com fisioterapia respiratória.

No entanto, o texto também ressalta a necessidade de mais estudos para investigar a eficácia da fisioterapia respiratória em crianças com bronquiolite, especialmente em lactentes com menos de 24 meses. Questões sobre abordagens ideais de manejo, como o uso de

alimentação nasogástrica, oxigênio suplementar e terapias combinadas, ainda precisam ser esclarecidas.

## REFERÊNCIAS


ABREU, V. et al. **Impacto da fisioterapia nos diferentes tipos de bronquiolite, pacientes e locais de atendimento: revisão sistemática.** Fisioterapia e Pesquisa, v. 28, p. 464–482, 11 mar. 2022.

CASTRO, G. DE et al**. Análise dos sintomas, sinais clínicos e suporte de oxigênio em pacientes com bronquiolite antes e após fisioterapia respiratória durante a internação hospitalar.** Revista Paulista de Pediatria, v. 29, n. 4, p. 599–605, dez. 2011.

CONESA-SEGURA, E. et al. **Prolonged slow expiration technique improves recovery from acute bronchiolitis in infants: FIBARRIX randomized controlled trial.** Clinical Rehabilitation, v. 33, n. 3, p. 504–515, 16 nov. 2018.

GOMES, É. L. F. D. et al. **Chest physical therapy is effective in reducing the clinical score in bronchiolitis: randomized controlled trial.** Brazilian Journal of Physical Therapy, v. 16, n. 3, p. 241–247, jun. 2012.

PINTO, F. R. et al. **Ambulatory chest physiotherapy in mild-to-moderate acute bronchiolitis in children under two years of age — A randomized control trial.** Hong Kong Physiotherapy Journal, v. 41, n. 02, p. 99–108, 31 mar. 2021.

PUPIN, M. K. et al. **Comparação dos efeitos de duas técnicas fisioterapêuticas respiratórias em parâmetros cardiorrespiratórios de lactentes com bronquiolite viral aguda.** Jornal Brasileiro de Pneumologia, v. 35, n. 9, p. 860–867, set. 2009.

REMONDINI, R. et al. **Comparative analysis of the effects of two chest physical therapy interventions in patients with bronchiolitis during hospitalization period.** Einstein (São Paulo), v. 12, n. 4, p. 452–458, dez. 2014.

SÁNCHEZ BAYLE, M. et al. **Estudio de la eficacia y utilidad de la fisioterapia respiratoria en la bronquiolitis aguda del lactante hospitalizado. Ensayo clínico aleatorizado y doble ciego.** Anales de Pediatría, v. 77, n. 1, p. 5–11, jul. 2012.

WAINWRIGHT, C. **Acute viral bronchiolitis in children- a very common condition with few therapeutic options.** Paediatric Respiratory Reviews, v. 11, n. 1, p. 39–45, 1 mar. 2010.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# **AUTPREV:** INCLUSÃO E PROTEÇÃO - GARANTINDO OS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS DOS AUTISTAS

Emile Caren Oliveira Sousa[1]
Larisse Gonçalves de Oliveira[2]
Sandra Mara Nobre Rabelo[3]
Taylline da Silva Maia [4]
Wenes dos Santos Silva[5]

**RESUMO**

Este trabalho trata dos direitos dos autistas a partir de um estudo bibliográfico destacando a sua conceituação, a trajetória histórica, e os direitos previdenciários. Para a compreensão do que é ser autista adota-se as ideias de PEREIRA (1996). No que diz respeito aos conceitos de Seguridade Social utiliza-se BOSCHETTI (2000) e para a análise jurídica propõe-se um estudo sobre as Leis 8.213/91, 8.742/1993, Lei Complementar 142/2013 e a própria Constituição Federal de 1988. Na busca pela materialidade do aporte teórico foi realizado um estudo de caso, investigando-se a "Associação de Pais, Amigos e Colaboradores do Autista e Outros Transtornos", fundada por Alcineida Claudino Silva no município de Morada Nova - CE. O objetivo dessa pesquisa é analisar se os direitos dos autistas estão sendo concretizados e se tem contribuído para a sua qualidade de vida e de seus familiares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autismo; Seguridade Social; Direitos.

## INTRODUÇÃO

No período de 1943, o psiquiatra Leo Kanner separou pela primeira vez um conjunto de comportamentos que algumas crianças possuíam, como déficit em interação social, falha na comunicação, padrões repetitivos, dentre outros, que passaram a ser conhecidos como a Síndrome do Autismo (PEREIRA, 1996).

No Brasil, o diagnóstico era dado pela Classificação Internacional de Doenças com a CID-10 F 84.0 e atualmente com a CID-11 6A02, podendo ser classificada em três níveis: nível de suporte I, sintomas mais leves; nível de suporte II, com graus intermediários de dependência e no nível de suporte III, são bastantes dependentes de terceiros.

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: oliveremile23@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: larissegoliveira@hotmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: sandramaranobrerabelo@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: tayllinemaia.adv@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: e-mail: wenesadm1@gmail.com

Considerando a Lei Berenice Piana como a responsável pela equiparação entre autismo e pessoa com deficiência, aponta-se no ordenamento jurídico alguns direitos previdenciários dos autistas, como a Lei 8.213/91 que no artigo 93 estabelece que empresas com cem ou mais empregados devem preencher uma parte de seus cargos com pessoas com deficiência, no artigo 16 da referida lei tem-se o direito à pensão por morte para além dos 21 anos para pessoas que tenham deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave e a Lei Complementar Nº 142, de 8 de maio de 2013 que regulamenta o § 1° do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, concedendo-lhes o direito de se aposentar mais cedo.

É válido destacar ainda o Benefício de Prestação Continuada (BPC), mantido pela Assistência Social, regido pela Lei n 8.742 de 7 de dezembro de 1993, garante um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, desde que comprovem sua incapacidade para o trabalho e renda per capita familiar inferior a 1/4 do salário-mínimo.

Ante o exposto, este trabalho objetiva perceber as conquistas e as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com autismo e para isso foi realizada uma pesquisa na Associação de Pais, Amigos e Colaboradores do Autista e Outros Transtornos, da cidade de Morada Nova - CE, com o objetivo de analisar se estes direitos estão sendo concretizados e quais as contribuições para a qualidade de vida das pessoas com TEA e de seus familiares.

## METODOLOGIA

Este estudo visa analisar de maneira abrangente e significativa a promoção da cidadania através de campanhas destinadas a aumentar a conscientização sobre os direitos das pessoas autistas. Utilizou-se um questionário administrado na Associação de Pais, Amigos e Colaboradores do Autista e Outros Transtornos, além de pesquisas e revisões bibliográficas para entender as causas subjacentes às problemáticas abordadas. Adicionalmente, recursos como cartilhas, folders, revistas e outros materiais informativos obtidos de bases de dados governamentais foram empregados para a assimilação e discussão do tema.

Ademais, a partir do tema abordado neste trabalho, foi utilizada na sua elaboração a pesquisa do tipo qualitativa, a qual se baseia na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (SILVEIRA E CÓRDOVA, 2009).

Em relação ao método de pesquisa adotado, optou-se pela realização de uma revisão bibliográfica abrangente, englobando a análise do arcabouço jurídico pertinente, assim como a consulta a publicações científicas que abordam especificamente o tópico em análise.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o crescimento de diagnósticos do Transtorno do Espectro Autista, há um crescente número de esforços de associações, de centros terapêuticos e de pesquisas que buscam uma melhor compreensão e entendimento do comportamento infantil. Além do nascimento de um ordenamento jurídico, com a necessidade de implementar leis e garantias que assegurem a vida dessas pessoas (PEREIRA, 1996, p.5).

Foi dessa necessidade que surgiu a Associação de Pais, Amigos e Colaboradores do Autista e Outros Transtornos, na cidade de Morada Nova - CE, fundada em 10 de fevereiro de 2020 pela professora e psicopedagoga Alcineida Claudino Silva, que atualmente atende crianças e jovens autistas, bem como idosos com Alzheimer, atingindo a marca de 300 famílias cadastradas.

A Associação, visando atender crianças em vulnerabilidade, oferece serviços a preços acessíveis. Para melhorar sua oferta, a fundadora estabelece parcerias com advogados e um psicólogo. Não recebe apoio financeiro do governo, exceto participação no Programa Federal Ceará Sem Fome, que fornece 100 refeições distribuídas às famílias associadas.

A partir da entrevista, percebe-se que as principais dificuldades enfrentadas dizem respeito à falta de conhecimento sobre o autismo, inclusive da própria família que não é orientada para lidar com as nuances do autismo e que muitas vezes por não saber o que fazer "só fazem chorar", o bullying, a dificuldade de obtenção do benefício, a falta de incentivo financeiro e a escassez no atendimento especializado no SUS.

Ao ser indagada sobre o que é ser autista, a presidente da Associação nos diz que:

> O autista não é só autista, ele sempre tem outras comorbidades. O autista em nível 1 sofre muito porque todos dizem que é frescura, é mimado, falta de peia. Essas crianças não podem ser chamadas a atenção, porque inibe, ficam com vergonha e desestimula para irem à escola. Ela precisa conversar com o professor para dizer como devem chamar a atenção. Agora apareceu um livro de assinaturas para os alunos que atrapalham as aulas. Cuidar do autismo não é fazer campanha no Dia da Conscientização (Alcineida Claudino Brandão).

Percebe-se assim que a temática abordada ainda demanda bastante informação e atenção tanto dos familiares quanto dos profissionais da Educação e Saúde para que juntos possam

traçar um plano estratégico de garantia da dignidade humana. Dignidade esta que se materializa no âmbito jurídico.

No ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Federal estabelece diversos direitos sociais à pessoa com deficiência que são ofertados pelo Estado e sociedade, assim, garantindo os direitos individuais e coletivos, como o direito à educação, à saúde, à moradia, entre outros, desta forma, preservando a dignidade humana e a igualdade de todos perante a lei, como dispõe no artigo 5°, XIII, da Constituição Federal, *in verbis*:

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (Brasil, 1988).

A Política Nacional de Proteção dos Direitos dos Autistas reconhece que pessoas com o espectro autista são consideradas deficientes, como dispõe na Lei n° 12.764/2012, conhecida como *Lei Berenice Piana*, em seu artigo 1°, § 2º:

> Art. 1°. Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução
> ...
> § 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais (Brasil, 2012).

Os direitos previdenciários dos autistas estão intrinsecamente ligados à Seguridade Social. BOSCHETTI (2000) revela que há uma significativa taxa de desempregados que, por não estarem inseridos em uma relação de trabalho estável, não têm direito ao benefício contributivo, tornando-se potenciais demandantes da lógica social, do benefício não contributivo, é o chamado fenômeno da Assistência Social, sendo uma política pública disciplinada pela Lei n° 8.742/93 (LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social) que provê o atendimento das necessidades básicas, independente de contribuição.

A Lei n° 4.682/1923 conhecida como Lei Eloy Chaves instituiu um sistema de proteção social para os trabalhadores do ramo ferroviário. Todavia, é somente com a Constituição Federal de 1988 que o tripé, previdência, saúde e assistência social, passa a compor o sistema de Seguridade Social do Brasil.

Como aborda MARTINS (2023), a Seguridade Social é um conjunto de regras, princípios e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social aos indivíduos contra contingências que os impeçam de prover às suas necessidades pessoais básicas e de suas

famílias por ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, assim, sendo uma característica social para todos e não individualmente.

No tocante aos direitos previdenciários dos autistas percebe-se que a sua equiparação às pessoas com deficiência contribui para a garantia da Lei de Cotas, Lei 8.213/91 responsável pela reserva de vagas de cargos para pessoas com deficiências, ou mesmo o direito à pensão por morte para além dos 21 anos para pessoas que tenham deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, em seu artigo 16.

Além disso, a Lei Complementar Nº 142/2013 vem regulamentar o direito da pessoa com deficiência de se aposentar mais cedo previsto na Constituição Federal, visto que:

> § 1º É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios, ressalvada, nos termos de lei complementar, a possibilidade de previsão de idade e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria exclusivamente em favor dos segurados: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)
> I - com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar;
> (Brasil, 1988)

## CONCLUSÃO

Falar dos direitos dos autistas dentro da seara previdenciária requer a compreensão de Seguridade Social, onde no art. 203 da CF/1988 observa-se que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

> V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (Brasil, 1988).

Porém, ao analisar a Associação Pais, Amigos e Colaboradores do Autista e Outros Transtornos, percebe-se que há ainda um distanciamento entre o que está na teoria e o que deveria acontecer na prática. A iniciativa de Alcineida Claudino tem inspirado outras pessoas a se dedicarem ao trabalho voluntário enquanto a luta pela efetivação dos direitos fundamentais para os autistas ainda está acontecendo.

De acordo com o caso em específico estudado, o desafio é a materialização desses direitos, pois os pais entendem os direitos, mas não conseguem chegar até a concretização destes, encontrando dificuldades desde a obtenção do diagnóstico até a concessão do benefício. Assim, ter a garantia ao direito não assegura a sua efetivação.

## REFERÊNCIAS


BRASIL. **LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 7 de dezembro de 1993, 172º da Independência e 105º da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 14 maio 2024

BRASIL**. LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, em 24 de julho de 1991; 170º da Independência e 103º da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 14 maio 2024

BRASIL. [**CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**]. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 14 maio 2024

BRASIL. **LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 27 de dezembro de 2012; 191º da Independência e 124º da República. Disponivel em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 14 maio 2024

BRASIL**. LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 8 DE MAIO DE 2013.** Regulamenta o § 1o do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Brasília, 8 de maio de 2013; 192° da Independência e 125° da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp142.htm. Acesso em: 14 maio 2024

MARTINS, Sergio P. **Direito da segurança social: direito previdenciário**: SRV Editora LTDA, 2023. E-book. ISBN 9786553626157. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626157/. Acesso em: 07 mai. 2024.

PEREIRA, Edgar de Gonçalves. **Autismo: do conceito à pessoa**. Secretariado Nacional de Reabilitação,1996. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/34501/1/Autismo%20%20do%20conceito%20%C3%A0%20pessoa_livro009.pdf. Acesso em: 13 mai. 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE COADJUVAÇÃO DO ÓLEO ESSENCIAL DE HORTELÃ, *Cinnamomum camphora* E *Aloe vera* NO DESENVOLVIMENTO DE UMA NOVA POMADA ANTI-INFLAMATÓRIA

Aryane Ellen Oliveira Rabelo[1]
Ana Letícia Chaves Silva[2]
Camille Nobre Maia[3]
Laryssa Nobre Rabelo[4]
Tallyson Nogueira Barbosa[5]

**RESUMO**

A busca por terapias seguras e eficazes para condições inflamatórias cutâneas tem gerado interesse crescente na área da saúde, com os produtos naturais emergindo como uma alternativa promissora. O desenvolvimento de uma nova pomada anti-inflamatória, contendo óleo essencial de hortelã, extrato de cânfora e gel de *Aloe vera*, é objeto de investigação neste estudo. A metodologia incluiu a solubilização do gel de *Aloe vera* em água destilada, seguida pela adição gradual de extrato de cânfora e óleo de hortelã. Após isto, seguiram análises como textura, aroma, consistência, aplicabilidade e absorção dérmica. Os resultados demonstraram uma consistência adequada, facilidade de aplicação e excelente tolerância cutânea, reforçando a segurança do uso de ingredientes naturais. A sinergia entre os componentes potencializou os efeitos anti-inflamatórios e calmantes, tornando a pomada uma promissora opção terapêutica para condições inflamatórias da pele, enquanto ressalta a importância dos produtos naturais na dermatologia e promove práticas sustentáveis na indústria farmacêutica e cosmética.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bioativos naturais; Saúde dérmica; Bioprospecção; formulações farmacêuticas

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: aryanerabelo6@hotmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: anachaves529@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: Camillenobremaia@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: nobrelaryssa6@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: e-mail: tallyson1792@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A busca por terapias eficazes e seguras no tratamento de condições inflamatórias cutâneas tem sido uma preocupação constante na área da saúde (SOUSA et al., 2021). Em meio a essa demanda, os produtos naturais têm emergido como fonte promissora de tratamentos alternativos, oferecendo uma abordagem mais suave e holística para o cuidado da pele (ANJOS et al., 2022). Nesse contexto, o desenvolvimento de uma nova pomada anti-inflamatória, utilizando ingredientes naturais como o óleo essencial de hortelã, o extrato de cânfora e o gel de *Aloe vera*, torna-se uma área de interesse crescente.

A hortelã (Mentha spp.) é reconhecida há séculos por suas propriedades medicinais, especialmente por suas ações analgésicas e anti-inflamatórias (LIMA et al., 2022). Seu óleo essencial, rico em mentol, tem demonstrado eficácia no alívio de dores e na redução da inflamação, tornando-se um componente valioso em formulações tópicas (CARNEIRO et al., 2022). Da mesma forma, a cânfora, *Cinnamomum camphora*, é conhecida por suas propriedades anti-inflamatórias e analgésicas, sendo amplamente utilizada em produtos para o alívio de dores musculares e articulares (MARTINS; SIQUEIRA JUNIOR, 2021).

Juntamente com esses ingredientes, o gel de *Aloe vera*, derivado das folhas da planta de mesmo nome, tem sido tradicionalmente utilizado por suas propriedades cicatrizantes e calmantes. Sua composição rica em polissacarídeos e outros compostos bioativos confere-lhe propriedades anti-inflamatórias e hidratantes, tornando-o um complemento ideal em formulações para o cuidado da pele (VILAÇA et al., 2023).

Diante do crescente interesse na utilização de produtos naturais na medicina, o desenvolvimento de uma pomada anti-inflamatória que coadjuva esses ingredientes mostra-se uma abordagem promissora para o tratamento de condições inflamatórias da pele (BRUNEL et al., 2022). Esta pesquisa visa avaliar a eficácia e a segurança dessa nova formulação, destacando a importância dos produtos naturais como alternativas viáveis para novos tratamentos dermatológicos (BARBOSA et al., 2021).

Além disso, a crescente preocupação com a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente tem impulsionado a busca por alternativas naturais na indústria cosmética e farmacêutica (SOUSA et al., 2021). A produção e o uso de produtos derivados de plantas podem representar uma abordagem mais eco-friendly em comparação com os produtos sintéticos, contribuindo para práticas mais sustentáveis e responsáveis (OLIVEIRA et al., 2023).

Portanto, diante do conhecimento acumulado sobre as propriedades benéficas do óleo essencial de hortelã, do extrato de cânfora e do gel de *Aloe vera*, o objetivo deste estudo é desenvolver uma nova pomada anti-inflamatória que integre esses três ingredientes naturais, através da combinação sinérgica de suas ações terapêuticas com uma formulação eficaz, segura e sustentável para o tratamento de condições inflamatórias da pele.

## METODOLOGIA

Em um béquer, foi realizada a solubilização do gel de *Aloe vera* em 50 mL água destilada sob aquecimento. Em seguida, foi adicionada lentamente o extrato de cânfora, com agitação moderada até dispersão completa do extrato. A mistura permaneceu sob agitação moderada até formação uniforme do gel. Por fim, foram adicionados 5 ml de óleo essencial de hortelã, e manteve-se a agitação moderada até a inteira incorporação do óleo ao gel formado. Ao final do processo, procedeu-se o resfriamento do gel, e em seguida, o mesmo foi transferido para um frasco apropriado, no qual foram inseridas as informações de produção e data de fabricação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A utilização dos insumos naturais em combinação coadjuvante do óleo essencial de hortelã, extrato de cânfora e gel de *Aloe vera*, resultou na obtenção de uma pomada consistentes de tom azulado e aroma mentolado (Figura 1).



Figura 1 – Obtenção da pomada anti-inflamatória a base de produtos naturais

Após o processo de resfriamento, a pomada passou por uma série de análises abrangendo textura, aroma, consistência, aplicabilidade e absorção dérmica. Os resultados revelaram que, após essa etapa, a pomada alcançou a consistência ideal, sendo facilmente aplicável e prontamente absorvida pela pele. Além disso, a avaliação da tolerabilidade cutânea

indicou uma excelente aceitação pela pele, sem causar irritação ou efeitos adversos notáveis. Esses achados reforçam a segurança do uso de ingredientes naturais em formulações tópicas e destacam a importância da seleção cuidadosa de componentes para minimizar possíveis reações indesejadas na pele.

A sinergia entre os ingredientes ativos na pomada demonstrou amplificar os efeitos anti-inflamatórios e calmantes de cada um individualmente. O óleo essencial de hortelã, reconhecido por suas propriedades analgésicas e refrescantes, proporcionou alívio imediato da dor e desconforto associados à inflamação cutânea. Enquanto isso, o extrato de cânfora exibiu propriedades anti-inflamatórias, contribuindo para a redução da vermelhidão e inchaço na área afetada. O gel de *Aloe vera*, conhecido por suas propriedades cicatrizantes e hidratantes, ajudou a acalmar a pele irritada e promover a regeneração celular.

Esses resultados apontam para o grande potencial terapêutico e segurança da pomada desenvolvida no tratamento de condições inflamatórias da pele. A abordagem holística proporcionada pela combinação de ingredientes naturais destaca a relevância dos produtos naturais como opções viáveis para novos tratamentos dermatológicos.

## CONCLUSÃO

Em síntese, a investigação detalhada sobre a eficácia e segurança da pomada desenvolvida, enriquecida com ingredientes naturais como óleo essencial de hortelã, extrato de cânfora e gel de Aloe vera, revela promessas significativas para o tratamento de condições inflamatórias da pele. Os resultados obtidos após análises minuciosas ressaltam não apenas a adequação da consistência e a aceitação cutânea da formulação, mas também a capacidade sinérgica desses ingredientes em potencializar os efeitos terapêuticos anti-inflamatórios e calmantes.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, C. J. F. DOS et al. Efeito cicatrizante do creme à base de Moringa oleífera (Lam.) e Maythenus ilicifolia (Mart.) ex Reiss. sobre lesões dérmicas em Camundongos Swiss: uma análise comparativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, p. e445111335522, 2022.

BARBOSA, G. S. L. et al. Tratamentos medicamentosos para acne vulgar em adolescentes e jovens adultos. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, p. e39010515094, 2021.

BRUNEL, H. DOS S. S. et al. Avaliação in vitro da segurança e eficácia de nutracêutico à

base de alecrim para a pele de cães. **Pubvet**, v. 16, n. 07, p. 1–9, 2022.

CARNEIRO, C. J. N. DA S. et al. comercializadas em Feira de Santana-Bahia Quality assessment of samples from Peppermint ( mentha piperita ) commercialized in Feira de. **Research, Society and Development**, v. 2022, p. 1–8, 2022.

LIMA, P. P. DOS S.; LIMA, P. E. M.; MARQUEZ, C. O. Ação farmacológica da erva-cidreira, hortelã, maracujá e valeriana na intervenção da ansiedade em consultórios farmacêuticos. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 12, p. e217111234316, 2022.

MARTINS, J. A. B.; SIQUEIRA JUNIOR, C. L. AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIFÚNGICA DE FOLHAS DE CINAMOMO (Melia azedarach) sobre fungos fitopatogênicos visando uma alternativa aos agrotóxicos. **Revista de Estudos Ambientais**, v. 22, n. 2, p. 43, 2021.

OLIVEIRA, K. S. P. et al. Vetiver ( Vetiveria Zizanioides L .): Uma Planta De Interesse Para A Produção De Cosméticos Verdes . **Ciência Atual**, v. 19, p. 16–35, 2023.

SOUSA, J. DI P. DOS S. et al. Óleos vegetais como promotores de permeação cutânea em formulações tópicas e transdérmicas de anti-inflamatórios : uma revisão integrativa Vegetable oils as skin penetration enhancer in topical and transdermal anti-inflammatory formulations : an integrati. **Research, Society and Development**, v. 2021, p. 1–15, 2021.

VILAÇA, J. L. L. et al. Predição da bioatividade e toxicidade do composto Aloína presente na Aloe vera (babosa). **Brazilian Journal of Health Review**, v. 6, n. 1, p. 1495–1501, 2023.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# AVALIÇÃO DA COBERTURA VACINAL DA BCG E TRÍPLICE VIRAL NO CEARÁ: UMA ANÁLISE DE 2018 A 2022

Claudia Regina Rabelo De Assis[1]
Gildervanio Bento Nogueira da Silva[2]
Debora Rakel da Silva Maia[3]
Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo[4]

## RESUMO

A vacinação é grande responsável contra doenças imunopreveníveis, e a prevenção para crianças menores de um ano é essencial para iniciar a vida do ser humano de forma saudável. Dessa forma, o objetivo desse estudo é descrever a taxa de cobertura vacinal nas cinco regiões de saúde do Ceará entre os anos de 2018 a 2022, focando nas vacinas BCG e tríplice viral, por serem, respectivamente, a primeira e a última vacinas a serem aplicadas em uma criança no seu primeiro ano de vida. Os dados foram coletados na base do DataSUS, utilizando informações das macrorregiões de saúde, ano e imunobiológicos. Como resultado, descobriu-se que, entre o período escolhido, a BCG teve sua maior taxa anual em 2022 (116,7%) e sua menor em 2020 (70,22), enquanto a Tríplice Viral D1 teve sua maior taxa em 2018 (111,5%) e sua menor em 2021 (74,49%). O fato dos menores números estarem presentes em 2020 e 2021 não é coincidência, relacionando-se diretamente com o confinamento iniciado em 2020 pela pandemia da Covid-19. Conclui-se que a maior taxa entre as macrorregiões foi a da região Sobral para a BCG e Cariri para a Tríplice Viral, com um decréscimo geral em 2020, que se seguiu por 2021, estabilizando-se em 2022, quando a pandemia já havia acabado. Assim, recomenda-se a realização de novos estudos, bem como a elaboração de novas estratégias, políticas públicas e ações preventivas específicas pelo PNI, visando melhorar a cobertura vacinal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cobertura Vacinal; Programa Nacional de Imunização; Doses Aplicadas.

## INTRODUÇÃO

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: Claudiareginarg2@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: gildervanio7u7@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: debora.rakel13@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: medeiroschiara6@gmail.com

A imunização é a intervenção mais adequada e eficaz em termos de custos no controle de doenças infecciosas, visando salvar inúmeras vidas, reduzir mortes e propagação de doenças evitáveis. De acordo com o Calendário Nacional de Vacinação, *Bacilo de Calmette e Guérin* (BCG), previne as formas mais graves de tuberculose, deve ser administrada nas primeiras horas após o nascimento da criança em dose única, quando o recém-nascido (RN) não possui nenhuma contra indicação. No caso da Tríplice Viral, ela previne contra as incidências do sarampo, caxumba e rubéola e deve ser administrada aos 12 meses de vida da criança (ARROYO *et al.,* 2020).

A meta de cobertura vacinal (CV) preconizada pelo PNI segue os parâmetros de 90% para a vacina BCG e 95% para a tríplice viral. Segundo as informações do Ministério da Saúde (MS), quase todos os indicadores de CV têm estado abaixo das metas desde 2016, com quedas maiores registadas durante a pandemia de Covid-19 (OLIVEIRA *et al.,* 2022). Logo, considerando as baixas coberturas vacinais no público infantil e suas consequências já visíveis, justificam-se estudos voltados para temática, visando conhecer o perfil epidemiológico para embasar os planejamentos estratégicos. Assim, o objetivo deste estudo é descrever a taxa de cobertura vacinal nas cinco regiões de saúde do Ceará entre os anos de 2013 a 2022, dando enfoque especificamente às vacinas BCG e tríplice viral.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo epidemiológico, descritivo e retrospectivo, com utilização de dados epidemiológicos da cobertura vacinal no Ceará, disponíveis publicamente no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), na seção do Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI). Os dados foram coletados em abril de 2024, sendo utilizadas informações referentes as cinco macrorregiões do Ceará, ano e imunobiológicos, correspondentes aos anos de 2013 a 2022. Foi realizada uma análise de dados descritiva, sendo convertidos em tabelas no programa *Microsoft office Excel* 2011. Foram incluídos os dados referentes a cobertura vacinal da *Bacilo de Calmette e Guérin* (BCG) e Tríplice Viral (Sarampo; Caxumba e Rubéola- SRC) e o total de doses aplicadas. Por se tratar de uma pesquisa que envolve dados de domínio público, dispensa submissão ao comitê de ética e pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Ceará, entre 2018 e 2022, a cobertura vacinal apresentou sua maior taxa anual no ano de 2022, com 116,7%, para BCG e em 2018 para tríplice viral (111,5%), sua menor taxa no ano de 2020, com 70,22% para BCG e em 2021 para SCR (74,49%) (TABELA 1).

No que concerne a BCG e as macrorregiões no período analisado, ela se manteve acima da meta preconizada (90%) pelo PNI, porém, em 2019, houve um decréscimo de 29% na Macrorregião de Fortaleza. Além disso, em 2020, houveram quedas drásticas em todas as Macrorregiões, e a cobertura voltou a se estabilizar em 2022. Para a Tríplice Viral, sua cobertura se manteve estável até 2020, quando voltou a cair, exceto na Macro-Cariri, onde houve um acréscimo de 1%. Por fim, sua situação se estabilizou apenas em 2022 (TABELA 1).

Dados semelhantes foram encontrados no estudo de Maciel *et al*., (2019), que sinalizou uma CV satisfatória para BCG (93,3%) e Tríplice Viral (95,5%). No entanto, a pesquisa de Arroyo *et al*., (2020) sinalizou uma tendência para a redução da Cobertura Vacinal anual da BCG (0,9% por ano) e da Tríplice Viral (2,7% por ano).

Destaca-se que em ambos os imunobiológicos apresentaram uma queda significativa nas taxas de CV nos anos de 2020 e 2021, período esse no qual nos foi instaurada a pandemia da COVID-19. O estudo de Procianoy *et al*., (2021) também trouxe dados parecidos, com a média de imunização infantil em 2020 estando em baixa (75,07%) para os 10 imunobiológicos preconizados para crianças menores de um ano no Brasil. A BCG e a primeira dose da Tríplice Viral diminuiram mais de 14% entre 2019 e 2020, sendo 2020 o ano na qual nenhuma vacina atingiu as metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Para Neves et al., (2023), a relação entre a pandemia da Covid-19 e a redução das taxas de cobertura vacinal são mais evidentes, com a BCG apresentando queda em 19 estados brasileiros durante o ano de 2020, e a Tríplice Viral D1 mostrando decréscimo em 14 estados no mesmo ano. Esses dados se relacionam diretamente com o distanciamento social que ocorreu em 2020, levando as pessoas a pararem de buscar os serviços de saúde e se confinarem em suas residências.

**Tabela 1:** Cobertura vacinal por imunobiológicos e ano nas cinco macrorregiões de saúde, de 2018 a 2022, Ceará, Brasil.

| | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | | 2022 | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Macrorregiões** | **%** | **N** | **%** | **N** | **%** | **N** | **%** | **N** | **%** | **N** | **%** | **N** |
| **BCG** | | | | | | | | | | | | |
| **LITORAL LESTE/JAGUARIBE** | 110,4 | 7.589 | 105,4 | 7.123 | 67,3 | 4.106 | 99,5 | 6.271 | 128,5 | 8.538 | 102,2 | 33.627 |
| **SERTAO CENTRAL** | 105,4 | 8.914 | 83,4 | 7.094 | 62,0 | 5.604 | 62,6 | 5.497 | 129,4 | 11.669 | 88,6 | 38.778 |
| **CARIRI** | 104,4 | 21.172 | 101,2 | 21.235 | 92,3 | 19.565 | 87,4 | 18.818 | 130,9 | 30.730 | 103,2 | 111.520 |
| **SOBRAL** | 113,6 | 26.419 | 107,3 | 25.602 | 85,8 | 20.556 | 92,0 | 23.595 | 139,7 | 36.857 | 107,7 | 133.029 |
| **FORTALEZA** | 101,6 | 70.073 | 72,6 | 49.037 | 59,5 | 33.737 | 59,9 | 33.644 | 100,5 | 46.115 | 78,8 | 232.606 |
| **Total** | 104,9 | 134.167 | 86,1 | 110.091 | 70,2 | 83.568 | 72,9 | 87.825 | 116,7 | 133.909 | 90,1 | 549.560 |
| **Tríplice viral (D1)** | | | | | | | | | | | | |
| **LITORAL LESTE/JAGUARIBE** | 110,3 | 20.989 | 101,8 | 28.592 | 93,1 | 23.233 | 79,7 | 12.642 | 96,2 | 22.297 | 96,2 | 107.753 |
| **SERTAO CENTRAL** | 103,6 | 29.414 | 106,7 | 33.725 | 82,6 | 34.657 | 69,4 | 13.871 | 95,1 | 28.810 | 91,5 | 140.477 |
| **CARIRI** | 119,4 | 81.717 | 104,2 | 85.272 | 105,3 | 85.294 | 76,7 | 36.828 | 93,3 | 57.642 | 99,7 | 346.753 |
| **SOBRAL** | 112,8 | 79.835 | 106,2 | 101.331 | 91,0 | 98.093 | 82,4 | 50.184 | 97,5 | 72.307 | 98,0 | 401.750 |
| **FORTALEZA** | 109,8 | 348.538 | 101,2 | 282.322 | 88,9 | 282.827 | 71,0 | 139.120 | 82,9 | 269.353 | 90,8 | 1.322.160 |
| **Total** | 111,5 | 560.493 | 103,0 | 531.242 | 91,8 | 524.104 | 74,5 | 252.645 | 89,0 | 450.409 | 93,9 | 2.318.893 |

**Fonte:** SI-PNI (Gerado em 26/04/2024 às 22:47)

## CONCLUSÃO

Os valores encontrados neste estudo revelam que houve uma queda da cobertura vacinal a partir de 2020 em solo cearense e que a maior taxa entre as macrorregiões foi a da região Sobral para a BCG e Cariri para a Tríplice Viral. Além disso, a relação com a pandemia da Covid-19 pôde ser vista ao analisar o período de 2020 a 2022, onde se iniciou um decréscimo em 2020, que continuou em 2021, havendo estabilidade apenas em 2022. Recomenda-se a realização de novos estudos, bem como a elaboração de novas estratégias, políticas públicas e ações preventivas específicas pelo PNI, visando melhorar a cobertura vacinal.

## REFERÊNCIAS


ARROYO, Luiz *et al*. **Áreas com queda da cobertura vacinal para BCG, poliomielite e tríplice viral no Brasil (2006-2016): mapas de heterogeneidade regional**. Cadernos de Saúde Pública, 2019.

MACIEL, Joan *et al.* **Análise do estado de cobertura vacinal de crianças menores de três anos no município de Fortaleza em 2017.** Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, 2018.

NEVES, Beatriz *et al*. **Temporal trends in vaccination coverage in the first year of life in Brazil**. Revista Paulista de Pediatria, 2023.

OLIVEIRA, Gabriela *et al*. **Cobertura vacinal infantil de hepatite A, tríplice viral e varicela: análise de tendência temporal em Minas Gerais, Brasil**. Revista Brasileira de Epidemiologia, 2022.

PROCIANOY, Guilherme *et al*. **Impacto da pandemia do COVID-19 na vacinação de crianças de até um ano de idade: um estudo ecológico**. Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, 2021.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# BENEFÍCIOS E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA ISO 9001:2015

Darliane da Silva Costa[1]
José Ilan Brito Ribeiro[2]
Maria Alicia Gomes Cavalcante[3]
Pedro Luis Sousa Chaves[4]
Samara Mirian Nobre de Castro[5]

## RESUMO

O padrão de qualidade é fundamental para o desenvolvimento da empresa, facilitando os processos que são efetuados durante as atividades desempenha por ela. A certificação da ISO 9001 é uma ferramenta de qualidade que o intuito é melhorar a eficiência dos processos nas empresas. Existe uma série de desafios e benefícios que aplicação ISO 9001 possui, a empresa precisa seguir etapas obrigatórias para obter a certificação. Este artigo, elaborado segundo a técnica de leitura e estudo bibliográfico, tem por objetivo mostrar todas os pontos vantajosos para as empresas que desejam se manter no mercado competitivo atual. Com base na leitura do material encontrado em artigos e livros, verificou-se que com a implantação da ferramenta ISO 9001, as empresas se destacam por esse diferencial diante dos concorrentes, em diferentes aspectos como a relação entre clientes e empresa, foi identificado também que com esse avanço possui barreiras por parte da organização, seja o alto investimento necessário ou a resistência às mudanças.

**PALAVRAS-CHAVE:** Melhorias, Qualidade, Eficiência, Gestão, Organização.

## INTRODUÇÃO

[1] FACULDADE VIDAL, darlianesilv16@gmail.com
[2] FACULDADE VIDAL, ilanribeiro53@gmail.com
[3] FACULDADE VIDAL, aliciacavalcante145@gmail.com
[4] FACULDADE VIDAL, pedroluissouza24@gmail.com
[5] FACULDADE VIDAL, samaramnc@gmail.com

Ao longo dos séculos, em meio a competitividade existente no mercado de trabalho, inúmeras empresas tiveram que implementar mudanças em sua organização, visando o alcance de um índice de qualidade que pudesse a destacar das demais. Diante disso, a certificação ISO 9001 se tornou uma alternativa para aqueles que buscam aderir a um sistema de gestão de qualidade eficiente, visto que esse método possui reconhecimento mundial por seus resultados positivos e é aplicado em mais de 170 países, responsável por trazer para a empresa uma imagem de preocupação e responsabilidade por parte da gestão em proporcionar uma experiência agradável para seu público interno e externo.

O estudo acerca da certificação se torna algo imprescindível para que as organizações venham a buscar ofertar o que há de melhor para o seu público, tendo a qualidade como uma prioridade, dessa forma, as empresas passaram a se preocupar com as condições dos produtos e serviços disponibilizados e sua decisão pela implementação da ISO servirá de incentivo para aqueles que também buscam desenvolver suas operações e coletar resultados positivos, fortalecendo a competitividade e busca por melhorias constantes no mercado de trabalho.

Tendo em vista tudo o que já foi mencionado, o presente trabalho busca demonstrar as vantagens da implementação da ISO 9001 na organização ao mesmo tempo esclarece os desafios para realizar essa mudança na organização, dessa maneira ajudando a gestores que buscam a melhora nos seus processos a analisar de maneira mais assertiva se no momento o processo de obter a certificação será realmente vantajoso para a empresa ou, se seria mais indicado deixá-lo para uma oportunidade futura, quando tiverem mais recursos disponíveis, tento em vista que o mesmo terá custos para ser aplicado além de uma mudança operacional completa na estrutura da organização, implementação de auditorias e podendo não ser atrativo a depender do momento que a mesma estiver passando. Mas vale lembrar que após algum tempo de estar sendo aplicado, os resultados vão ser vantajosos, causando o almejado fator de diferenciação que é muito importante perante ao mercado.

## METODOLOGIA

O presente trabalho busca estudar a implementação da certificação ISO 9001 através da pesquisa e estudo bibliográfico que de acordo com Gil (2002), “por pesquisa bibliográfica entende-se a leitura, a análise e a interpretação de material impresso. Entre eles podemos citar livros, documentos mimeografados ou fotocopiados, periódicos, imagens, manuscritos, mapas, entre outros.” Realizados através da leitura de livros sobre o tema e um levantamento de referências teóricas no portal de periódicos do CAPES no total de cinco artigos, sendo definido critérios para delimitar o processo de busca, definiu-se os seguintes parâmetros: artigo contém

no título a expressão "ISO 9001", que são revisados em pares, publicados na língua portuguesa, a partir do ano de 2015 e com acesso aberto e revisados.

A pesquisa que segundo Marconi e Lakatos (1992), "[..] é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita." Tem como propósito analisar o modo de implementação da ISSO 9001, bem como apontar as vantagens da implementação do modelo em empresas que buscam maior qualidade em seus procedimentos, produtos e serviços. Por se tratar de uma certificação de qualidade empresarial e necessitar do cumprimento de diversas exigências para adquiri-lo serão abordados os desafios para a sua implementação. Abaixo são apresentadas as obras, seus respectivos autores e ano de publicação.

| **OBRA** | **AUTORES** |
|---|---|
| Avaliação do processo de transição da ISO 9001:2008 para a ISO 9001:2015: Um estudo voltado para empresas químicas do Estado do Rio Grande do Sul. | Ost, J., & Silveira, C.(2018). |
| Análise da relação entre normas de sistema de gestão (ISO 9001, ISO 14001, NBR 16001 e OHSAS 18001) e a sustentabilidade empresarial. | Ferreira, C., & Gerolamo, M. (2016). |
| Diagnóstico da integração dos sistemas de gestão ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001. | Bonato, S., & Caten, C. (2015) |
| Um estudo sobre a certificação ISO 9001 no Brasil: Mapeamento de motivações, benefícios e dificuldades. | Maekawa, R., Carvalho, M., &Oliveira, O. (2013). |
| Análise da integração dos sistemas de gestão normalizados ISO 9001 e OHSAS 18001: Estudo de casos múltiplos. | Vitoreli, G., & Carpinetti, L. (2013). |

FONTE: Elaborada pelos autores.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os artigos que compuseram a análise bibliográfica do presente trabalho, são estudos de casos com diferentes escopos em relação a abordagem sobre a norma ISO 9001. Entre os cinco trabalhos analisados, dois foram estudos na qual aplicaram-se questionários as empresas que adotaram o modelo de gestão ISO 9001, avaliando o processo de implementação da norma e o

mapeamento dos benefícios e desafio, outros dois artigos analisavam a integração da norma ISO 9001 com outras normas de gestão, e por último é avaliado um trabalho que relaciona as diferentes normas de gestão incluindo a norma ISO 9001 a sustentabilidade empresarial através da elaboração de uma matriz de relação.

A ISO 9001:2015 referência em sistema de gestão da qualidade, a qual estabelece normas internacionais de gestão, oportuniza que uma organização seja percebida como diferente em relação aos seus concorrentes mediante a sua certificação neste modelo de gestão de grande reputação. Nesse viés, conforme Arroteia (2015), a implementação da ISO 9001 é uma alternativa factível para que as empresas brasileiras não fiquem ultrapassadas, e na qual possam alcançar o aumento de produtividade, a melhoria no relacionamento com os Stakeholders e o destaque no mercado global.

Dentre outros benefícios na implementação da ISO 9001, cabe destacar as vantagens apresentadas pelos autores e descritas na tabela abaixo:

| **BENEFÍCIOS** | **DESCRIÇÃO** |
|---|---|
| Satisfação do cliente | Relacionada ao atendimento ao cliente e sua experiência de compra, o sistema ISO 9001 incorpora práticas para retenção e fidelização de cliente, melhorias nos prazos de entrega e a satisfação das necessidades e expectativas dos clientes. |
| Engajamento dos colaboradores | Mediante a necessidade de comprometimento de todos para a certificação ISO 9001, o engajamento das pessoas no contexto organizacional deve ser contínuo, suscitando nos colaboradores a motivação e o compromisso com a organização e seus processos. |
| Tomada de decisão baseada em evidências | Compreendendo a complexidade das organizações, é imprescindível que tomada de decisão aconteça de forma assertiva, ou seja, baseada em dados e informações, orientando-se nos objetivos organizacionais e no alcance de resultados. |
| Melhoria contínua | Por meio da incorporação da cultura de melhoria contínua na organização, é possível eliminar gargalos nos processos e desenvolver nos colaboradores uma visão empreendedora, aumentando assim o desempenho organizacional. |

| | |
|---|---|
| Credibilidade da empresa | Por ser uma norma internacionalmente reconhecida, a empresa que possui a certificação ISO 9001 consegue romper barreiras comerciais, podendo dessa forma viabilizar a prospecção de clientes e negociações internacionais. |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Apesar de existirem bastante benefícios na adoção do sistema de qualidade ISO 9001:2015, no processo de implementação apresenta-se alguns desafios. Entre os principais desafios destaca-se, a resistência a mudança por parte dos funcionários e o alto investimento necessário durante todo o processo da normatização. Conforme Maekawa (2015, p.5), "Alguns obstáculos à implantação de sistemas, programas ou mesmo ferramentas da qualidade podem existir e necessitam de especial atenção dos gestores".

Tratando-se de um processo complexo e que demanda tempo, é comum existirem resistências as mudanças por parte dos funcionários independente de seus níveis hierárquicos. Compreendendo tal cenário, é necessária uma abordagem sistêmica dos gestores e a colaboração entre todos da organização, cabendo a alta direção manter uma comunicação eficiente com os colaboradores. Para Maekawa (2015), é crucial que as organizações criem mecanismos para institucionalização da norma, incorporando-a de forma efetiva a cultura organizacional.

O fator investimento também se configura como uma dificuldade para as empresas que estão implementando a norma ISO 9001. As atividades de auditorias internas, adequação de estruturas físicas e a necessidade constante de treinamentos e melhorias demandam recursos financeiros. Segundo Arroteia (2015), é fundamental o planejamento estrutural e financeiro para obter a certificação ISO 9001 sem entraves no processo de implementação.

## CONCLUSÃO

Mediante o presente trabalho, foi possível concluir sobre os benefícios da adoção do sistema ISO 9001 no ambiente corporativo, o qual proporciona-lhe um diferencial competitivo frente aos concorrentes, através principalmente da padronização de processos, aumento da produtividade e melhoria no relacionamento com os stakeholders. No entanto, em contrapartida observou-se os desafios para implementar o sistema de qualidade ISO 9001, no qual destacou-se a resistência as mudanças e o alto investimento na adequação de estruturas e auditorias internas. Desse modo, evidenciou-se que embora existam desafios para implementação do sistema ISO 9001, os benefícios são muito maiores e perceptíveis ao final do processo de certificação.

## REFERÊNCIAS


OST, Jéssica Haas; SILVEIRA, Cícero Giordani da. Avaliação do processo de transição da ISO 9001: 2008 para a ISO 9001. **Gestão & Produção,** [S.L.], v. 25, n. 4, p. 726-736, 24 maio 2018. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0104-530x4089-17 .

FERREIRA, Camila dos Santos; GEROLAMO, Mateus Cecílio. Análise da relação entre normas de sistema de gestão (ISO 9001, ISO 14001, NBR 16001 e OHSAS 18001) e a sustentabilidade empresarial. **Gestão & Produção,** [S.L.], v. 23, n. 4, p. 689-703, 25 ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0104-530x2525-15 .

BONATO, Samuel Vinícius; CATEN, Carla Schwengber Ten. Diagnóstico da integração dos sistemas de gestão ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001. **Production,** [S.L.], v. 25, n. 3, p. 626-640, 18 ago. 2015. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0103- 6513.004811.

MAEKAWA, Rafael; CARVALHO, Marly Monteiro de; OLIVEIRA, Otávio José de**.** Um estudo sobre a certificação ISO 9001 no Brasil: mapeamento de motivações, benefícios e dificuldades. **Gestão & Produção,** [S.L.], v. 20, n. 4, p. 763-779, 5 nov. 2013. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-530x2013005000003.

VITORELI, Gislaine Aparecida; CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro. Análise da integração dos sistemas de gestão normalizados ISO 9001 e OHSAS 18001: estudo de casos múltiplos. **Gestão & Produção,** [S.L.], v. 20, n. 1, p. 204-217, mar. 2013. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-530x2013000100015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS**. NBR ISO 9001:2015: Sistemas de gestão da qualidade – Requisitos.** Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

CARPINETTI, Luiz César R.; GEROLAMO, Mateus C**. Gestão da Qualidade ISO 9001:2015.** São Paulo: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597007046. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597007046/. Acesso em: 16 set. 2023.

CARPINETTI, Luiz Cesar R. Gestão da Qualidade **- Conceitos e Técnicas, 3ª edição**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597006438. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006438/. Acesso em: 13 set. 2023.

MARSHALL, Isnard Junior; CIERCO, Agliberto Alves; ROCHA, Alexandre Varanda. **Gestão da Qualidade. 10. ed.** Rio de Janeiro: FGV, 2010.

MELLO, Carlos Henrique P. ISO 9001:2008: **Sistema de gestão da qualidade para operações de produção e serviços**. São Paulo: Grupo GEN, 2012. E-book. ISBN 9788522479252. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522479252/. Acesso em: 16 set. 2023.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E CLÍNICA DA HANSENÍASE NO BRASIL

Iara Ketily Azevedo de Lima[1]
Gildervanio Bento Nogueira da Silva[2]
Révia Ribeiro Castro[3]

## RESUMO

Os cuidados para com a erradicação da hanseníase pelo Ministério da Saúde estiveram presentes desde cedo, em 1991, com a criação de metas para sua eliminação global. O Brasil não conseguiu alcançar essa meta, e nenhuma das outras que vieram após, e a taxa de prevalência da doença no país só aumenta. Assim, o objetivo deste estudo é caracterizar o perfil sociodemográfico e clínico da hanseníase no Brasil entre os anos de 2007 a 2019. Os dados foram coletados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação desde 1º de Janeiro de 2007 até 31 de Dezembro de 2019, com a disposição dos dados em tabela por frequência absoluta e relativa dos casos segundo variáveis sociodemográficas. Como resultado, no período estabelecido foram registrados 518.128 casos de hanseníase no Brasil. A maioria dos casos foi do sexo masculino, com predominância na raça parda e com grau de escolaridade fundamental incompleta. Além disso, a média de idade dos pacientes aumentou durante o tempo em estudo, passando de 41,13 em 2007 para 45,98 no ano de 2019. Em conclusão, identificar as características clínicas e sociodemográficas da hanseníase é importante para identificar quais habitantes são mais vulneráveis. A compreensão desses aspectos possibilita a reconstrução de ações para enfrentar os aspectos que agem a favor de uma maior vulnerabilidade da doença.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hanseníase; Epidemiologia; Vulnerabilidade.

## INTRODUÇÃO

A hanseníase é uma doença infectocontagiosa crônica, que age, em primeira instância, de forma neural. O desenvolvimento de uma deficiência física por causa da doença é considerado o elemento principal para o entendimento do seu impacto físico, social e mental (SOARES *et al.,* 2021). Seus sinais e sintomas dermatoneurológicos são sua principal caracterização, sendo conhecida por milhares de anos por esses fatores. A hanseníase é causada

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: iaraketily266@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: gildervanio7u7@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: reviarcastro@gmail.com

pelo Mycobacterium *leprae*, um bacilo intracelular obrigatório que busca as células epiteliais e neurais periféricas. (OLIVEIRA *et al.,* 2016).

Em 1991, a Organização Mundial da Saúde (OMS), deixou como meta a eliminação total da hanseníase até o ano 2000. Apesar de ter sido alcançada em outros países, o Brasil não conseguiu chegar nessa meta, assim, foi preconizada uma segunda meta, com o objetivo de eliminar a prevalência da doença globalmente para 1:10.000 (um caso a cada 10 mil habitantes), porém, esta meta também não foi cumprida (OLIVEIRA *et al.,* 2016).

Em 2007, o Brasil apresentou a maior prevalência de hanseníase em comparação com o resto do mundo (OLIVEIRA *et al.,* 2016). E, segundo Soares *et al.,* (2021), entre 2014 e 2019 ocorreu um aumento de 6,9%. Esses dados são alarmantes, considerando que o MS está tentando erradicar a doença desde 1991 e, 28 anos depois, a hanseníase ainda possui uma taxa de 81,4% no Brasil. Assim, o objetivo deste estudo é caracterizar o perfil sociodemográfico e clínico da hanseníase no Brasil entre os anos de 2007 a 2019.

## METODOLOGIA

Estudo epidemiológico transversal que analisou todos os casos novos de hanseníase registrados na população geral e notificados ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) no período de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro 2019 no Brasil.

Para a seleção dos participantes, foram considerados todos os anos (2007-2019) disponíveis no banco de dados na data da obtenção, quantificando 518.536 casos novos de hanseníase na população geral. Foram excluídos do estudo os casos com erro de diagnóstico (n=140), transferência para outro estado ou país (n=156) e duplicidade (n=112), resultando em um total de 518.128 casos elegíveis para análise (BRASIL, 2023).

Realizou-se uma análise descritiva dos dados, dispondo-os em frequência absoluta e relativa dos casos segundo variáveis sociodemográficas (sexo, raça, idade e escolaridade) e clínicas (classificação operacional, forma clínica da doença e grau de incapacidade física ao diagnóstico). Para a organização e processamento dos dados foi utilizado o *microsoft excel* versão 10.0.

Por se tratar de um estudo realizado com dados secundários de domínio público, não se faz necessária a apreciação por parte de um Comitê de Ética e Pesquisa. Contudo, ele foi desenvolvido seguindo as normas éticas para pesquisa com seres, em observância as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período de 2007 a 2019, foram registrados 518.128 casos de hanseníase no Brasil. A maioria dos casos foi do sexo masculino (n=292.751; 56,50%), com predominância na raça parda (n=282.676; 56,90%) e com grau de escolaridade fundamental incompleta (n=243.074; 58,00%). A média de idade dos pacientes aumentou durante o tempo em estudo, passando de 41,13 em 2007 para 45,98 no ano de 2019 (Tabela 1).

**Tabela 1:** Caracterização sociodemográfica e clínica dos casos de hanseníase. Brasil, 2007-2019.

| **Variáveis** | **n** | **%** |
|---|---|---|
| Sexo | | |
| Masculino | 292.751 | 56,50 |
| Feminino | 225.345 | 43,50 |
| Raça | | |
| Branca | 138.608 | 27,90 |
| Preta | 67.694 | 13,63 |
| Parda | 282.676 | 56,90 |
| Indígena | 2.282 | 0,45 |
| Amarela | 5.564 | 1,12 |
| Escolaridade | | |
| Analfabetismo | 48.646 | 11,46 |
| Ensino Fundamental Incompleto | 243.074 | 58,00 |
| Ensino Fundamental Completo | 31.986 | 7,64 |
| Ensino Médio Incompleto | 30.763 | 7,23 |
| Ensino Médio Completo | 53.425 | 12,56 |
| Educação Superior Incompleta | 6.133 | 0,16 |
| Educação Superior Completa | 11.853 | 2,89 |
| Grau de Incapacidade Física no Momento do Diagnóstico | | |
| Zero (0) | 296.212 | 64,48 |
| Um (1) | 122.178 | 26,60 |
| Dois (2) | 41.011 | 8,92 |
| Classificação Operacional | | |
| Paucibacilar | 163.165 | 31,53 |
| Multibacilar | 354.308 | 68,47 |
| Forma Clínica na Notificação | | |
| Indeterminada | 78.915 | 16,85 |
| Tuberculóide | 84.291 | 18,00 |
| Dimorfa | 213.865 | 45,66 |
| Virchowiana | 91.258 | 19,49 |

**Fonte:** Sinan, 2023.

A maior parte dos estudos com caracterização da hanseníase tem identificado prevalência no sexo feminino (SOUZA *et al.,* 2018; BOIGNY *et al.,* 2021). Corroborando com essa perspectiva, um estudo que foi desenvolvido em Fortaleza, Ceará, apontou que a maioria dos casos foram registrados no sexo feminino, com pequeno decréscimo dos casos ao longo dos anos (BRITO *et al.,* 2016).

Os achados desta pesquisa apontaram que pouco mais da metade dos casos de hanseníase estão presentes no sexo masculino, condição, também, apresentada por Boingy *et al.,* (2021) e Souza *et al.,* (2018) que realizaram estudos, respectivamente, nos estados do Ceará e Bahia. Acredita-se que uma ocorrência superior no sexo masculino esteja relacionada à maior exposição relacionada as atividades laborais, à baixa procura pelos serviços de saúde, ao baixo nível de autocuidado e ao menor acesso a informações (SOUZA *et al.,* 2018).

Destacou-se a raça parda como a mais prevalente, seguida da raça branca. De modo semelhante, foram os resultados de um estudo desenvolvido no estado da Bahia, com 69% das pessoas com hanseníase que se autodeclararam pardas (DORNELS; SOUZA; MATOS, 2017). Em contrapartida, um estudo no estado de Minas Gerais apesentou a raça caucasiana como a mais prevalente entre os casos (OLIVEIRA *et al.,* 2015). A relação das raças com a hanseníase não foi elucidada, mas, se observa que essa relação tem estreita ligação com a região onde é desenvolvido o estudo, ou seja, a etnia com maior prevalência tem sido a mais predominante na região.

Os baixos níveis de escolaridade tem sido os mais encontrados nas pessoas com a doença. Sabe-se que a variável escolaridade é um reflexo das condições de vida das pessoas, uma vez que, a população de menor condição socioeconômica apresenta níveis mais baixos de escolaridade (DORNELS; SOUZA; MATOS, 2017). Quanto menor o nível de escolaridade, maior a vulnerabilidade e a negligência. Desta forma, a baixa escolaridade se justifica, não apenas, pelas condições precárias, mas, também, pelo menor autocuidado, refletido pela menor procura aos serviços de saúde para o diagnóstico, maior chance de abandono do tratamento e maior possibilidade de desenvolver incapacidades físicas (SOARES *et al.,* 2021).

O grau de incapacidade física é um aspecto clínico importante, pois casos de grau II de incapacidade física (GIF II) expressam um diagnóstico clínico tardio ou seguimento clínico inadequado (BRITO *et al.,* 2016). Apesar desta pesquisa ter identificado que no Brasil a maioria dos casos não apresentaram incapacidade física no momento do diagnóstico, o número de 41.011 casos com GIF II é significativo, pois resultam em sequelas que podem comprometer os meios de subsistência da pessoa e de sua família, bem como, fomentar o preconceito (DORNELS; SOUZA; MATOS, 2017).

Elevados casos multibacilares (MB) indicam a manutenção da dinâmica de transmissão da doença e possuem maior probabilidade de desenvolver incapacidades físicas (BRITO et al., 2016). No Brasil, 68,47% dos casos foram MB, fato, também, identificado em um estudo retrospectivo desenvolvido no noroeste de Bangladesh (BULSTRA *et al.,* 2021).

A forma clínica mais encontrada na notificação foi a dimorfa, também conhecida como forma indeterminada. Esse tipo de forma tem sido apresentado em muitos estudos como a mais presente e suas características clínicas e laboratoriais podem se assemelhar a forma tuberculoide ou virchowiana. Deve-se ter uma atenção a essa forma clínica devido a capacidade de acometimento mais extenso dos nervos, podendo ocorrer neurites agudas (DORNELS; SOUZA; MATOS, 2017).

## CONCLUSÃO

O estudo mostrou que a população diagnosticada pela hanseníase no Brasil é composta pela maioria de pessoas na faixa etária produtiva, homens, da raça parda e com baixa escolaridade. Em relação aos aspectos clínicos, foi predominante os casos MB, classificados com grau zero de incapacidade física e forma clínica dimorfa.

A identificação de características sociodemográficas e clínicas da hanseníase na população geral é importante para a identificação da população com maior vulnerabilidade a doença. Compreender esses aspectos possibilitam a reconstrução das ações de enfrentamento em consideração os aspectos que corroboram para maior vulnerabilidade à doença.

## REFERÊNCIAS


BOIGNY, Reagan *et al.,* Magnitude and temporal trends of leprosy relapse in the state of ceará, brazil in the period 2001–2018. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical,** v. 54, n. Ci, p. 1–5, 2021.

**BRASIL. Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde-DATASUS.** Disponível em: http://www.datasus.gov.br. Acesso em: 20 set. 2023.

BRITO, Aline *et al*., **Tendência temporal da hanseníase em uma capital do Nordeste do Brasil: epidemiologia e análise por pontos de inflexão, 2001 a 2012**. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 19, n. 1, p. 194–204, 2016.

BULSTRA, Caroline *et al*., **Geospatial epidemiology of leprosy in northwest Bangladesh: a 20-year retrospective observational study**. Infectious Diseases of Poverty, v. 10, n. 1, p. 1–12, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s40249-021-00817-4. Acesso em: 10 jan. 2022.

SOUZA, Carlos; MATHOS, Thaís. Análise de tendência dos indicadores de monitoramento e

avaliação da qualidade dos serviços de hanseníase em município prioritário do Nordeste brasileiro. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde,** v. 19, n. 4, p. 75–83, 2017.

OLIVEIRA, Marlice *et al.,* Estudo epidemiológico da hanseníase em Patrocínio/MG, no período 2001 a 2014. **Hansenologia Internationals,** 2015; v. 40, n. 2, p.24-35.

SOARES, Gerlania *et al.,* Socio-demographic and clinical factors of leprosy cases associated with the performance of the evaluation of their contacts in Ceará, Brazil, 2008-2019*. **Epidemiologia e Servicos de Saude,** v. 30, n. 3, p. 2008–2019, 2021.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# COBERTURA VACINAL INFANTIL NAS CINCO REGIÕES DE SAÚDE DO CEARÁ ENTRE OS ANOS DE 2018 A 2022

Gildervanio Bento Nogueira da Silva[1]
Claudia Regina Rabelo De Assis[2]
Debora Rakel da Silva Maia[3]
Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo[4]

## RESUMO

Com a vacinação sendo um grande fator na prevenção de doenças, a criação do Programa Nacional de Imunizações, em 1973, se tornou um grande marco no Brasil, porém, as coberturas vacinais nem sempre atingem as metas preconizadas. Assim, o objetivo do estudo foi analisar a cobertura vacinal infantil no período de 2018 a 2022 nas cinco macrorregiões de saúde do Ceará. Os dados foram coletados na base do DataSUS, utilizando informações das macrorregiões de saúde, ano e imunobiológicos, os últimos sendo selecionados pela presença de dados de cobertura vacinal e doses aplicadas no período especificado. Como resultado, o Sertão Central não atingiu a meta preconizada para a BCG, tríplice viral e pneumo, em Fortaleza destaca-se a BCG e tríplice viral. Nenhuma região alcançou a meta para as vacinas contra Hepatite B, pentavalente, VOP e Hepatite A. As regiões de Sobral e Litoral Leste/Jaguaribe se destacam pelo maior alcance de crianças vacinadas para esses imunobiológicos, respectivamente, em contrapartida cita-se a região de Fortaleza que apresentou as coberturas mais baixas do estado, seguida do Cariri e Sertão Central. Concluiu-se que a cobertura esteve abaixo da esperada entre 2019 e 2021 para todas as macrorregiões, especialmente em Fortaleza, assim, esses dados se tornam de extrema importância para guiar as ações futuras da saúde na área da vacinação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cobertura Vacinal; Programa Nacional de Imunização; Doses Aplicadas.

## INTRODUÇÃO

As vacinas são consideradas um dos mais importantes avanços na saúde pública, com impacto positivo na redução da morbimortalidade, através do controle e erradicação de doenças. Desde 1973, a imunização foi implementada e organizada pelo Programa Nacional de Imunização (PNI), cujos principais objetivos são fornecer os imunobiológicos, de boa qualidade, elencados no calendário nacional de imunização para toda a população (CASTRO *et al.,* 2022).

As coberturas vacinais (CV), vêm sofrendo uma queda significativa nos últimos anos, impactando no cumprimento das metas esperadas. Entre os fatores, destaca-se a necessidade de conscientização da

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail:gildervanio7u7@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail:Claudiareginarg2@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail:debora.rakel13@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail:medeiroschiara6@gmail.com

população, falta de tempo dos pais para levar os filhos a unidade de saúde, dificuldade no acesso a vacina, seguimento do esquema vacinal, notícias falsas atreladas a desinformação (SOUZA *et al.,* 2022). Diante do exposto, nota-se a importância de conhecer a CV da nossa população, em especial do público infantil, assim como os motivos da baixa adesão ao imunobiológico pela população. Assim, o objetivo do presente trabalho é analisar a cobertura vacinal no público infantil entre os anos de 2018 a 2022 nas cinco macrorregiões de saúde do estado do Ceará.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo analítico-ecológico de série temporal. Os dados foram coletados em abril de 2024, na base de dados do DataSUS, sendo utilizadas informações das macrorregiões do Ceará, ano e imunobiológicos, correspondentes aos anos de 2018 a 2022. Foi realizada uma análise descritiva, sendo convertidos em tabelas no programa *Microsoft office Excel* 2011.

Como parâmetro para a taxa da CV, seguiu-se o recomendado pelo PNI, 80% para meningo e HPV; 90% para rotavírus, influenza e BCG, e 95% para as demais vacinas (MS, 2021). Assim, foram incluídos os dados referentes às vacinas: Bacilo de *Calmette e Guérin* (BCG), Hepatite B, Rotavírus Humano (VORH), Meningocócica C, Pneumocócica 10 Valente, Poliomielite (VOP), Tríplice Viral (D1), Pentavalente e Hepatite A. Optou-se por esses imunobiológicos, devido ser os que estavam disponíveis na base de dados. Por se tratar de dados de domínio público, dispensa submissão ao comitê de ética.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisou-se nove imunobiológicos que apresentaram informações completas tanto sobre a Cobertura Vacinal quanto Doses Aplicadas no período selecionado. Ao se analisar os dados, observa-se que no Ceará, no período analisado, as vacinas Hepatite B (86,9%), Pentavalente (84,7%), VOP (90,8%), Tríplice viral (93,9%) e Hepatite A (83,8%) não atingiram a cobertura vacinal recomendada pelo PNI. Ao se ponderar por ano, destaca-se que em 2021 nenhum dos imunobiológicos estudados atingiu suas metas, seguido do ano de 2020, nele, apenas a pneumo 10 valente (95,3%), meningo C (92%) e rota vírus (90,5%) cumpriram as metas estabelecidas pelo Mistério da Saúde (MS) (TABELA 1).

No que concerne as regiões de saúde, na série estudada, o Sertão Central não cumpriu a meta para a BCG (88,6%), tríplice viral (91,5%) e pneumo (93,8%); Fortaleza, BCG (78,8%) e tríplice viral (90,8%). Nenhuma região atingiu a meta preconizada pelo MS para as vacinas contra Hepatite B, pentavalente, VOP e Hepatite A. As regiões de Sobral e Litoral Leste/Jaguaribe se destacam pelo maior alcance de crianças vacinadas para esses imunobiológicos, respectivamente, em contrapartida cita-se a região de Fortaleza que apresentou as coberturas mais baixas do estado, seguida do Cariri e Sertão Central (TABELA 1).

Ao se analisar os imunobiológicos, as regiões que apresentaram as piores taxas de CV foram a de Fortaleza para a BCG em 2020 (59,5%); e no Sertão Central no ano de 2021 para as vacinas contra Rota vírus (71,3%), Meningo C (71,3%), Hepatite B (71,8%); Pentavalente (71,8%); Pneumo 10 valente (73,4%), VOP (70,6%), Hepatite A (63,7%) e Tríplice viral (69,4%) (TABELA 1).

Dado semelhante foi encontrado em um estudo realizado com os dados do país. Trouxe como média vacinal infantil no ano de 2020 a cobertura de 75,07%. Nesse ano, nove das 10 vacinas preconizadas para crianças menores de um ano registraram os menores valores de CV já vistos. Apenas com esses dados, não é possível identificar que a pandemia e o distanciamento social foram as causas dessa queda, porém, há como fazer uma associação ao analisar, também, os dados de 2021, que registraram grandes decréscimos em seu primeiro bimestre, com leves aumentos na segunda metade do ano, quando a vacinação contra a Covid-19 já estava em alta (PROCIANOY *et al.,* 2021).

Segundo Neves *et al.,* (2023), uma análise do padrão vacinal da PNI nos períodos de 2011 a 2020 mostrou que, apesar da valorização do Programa Nacional de Imunizações e seu reconhecimento mundial, algumas vacinas possuem cenários críticos nos estados brasileiras, como a pentavalente e VOP, que mostraram decréscimo em 21 estados. Além disso, a vacina com menor diminuição na CV estatal foi a hepatite B. Esses valores mostram o quanto o Sistema Único de Saúde (SUS) precisa melhorar nas questões vacinais, já que, mesmo antes da pandemia da COVID, os valores de CV raramente atingiam suas metas.

**Tabela 1:** Cobertura vacinal por imunobiológicos e ano nas cinco macrorregiões de saúde, de 2018 a 2022, Ceará, Brasil.

| | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | | 2022 | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Macrorregiões** | **%** | **N** | **%** | **N** | **%** | **N** | **%** | **N** | **%** | **N** | **%** | **N** |
| | | | | | **BCG** | | | | | | | |
| **LITORAL LESTE/JAGUARIBE** | 110,4 | 7.589 | 105,4 | 7.123 | 67,3 | 4.106 | 99,5 | 6.271 | 128,5 | 8.538 | 102,2 | 33.627 |
| **SERTAO CENTRAL** | 105,4 | 8.914 | 83,4 | 7.094 | 62,0 | 5.604 | 62,6 | 5.497 | 129,4 | 11.669 | 88,6 | 38.778 |
| **CARIRI** | 104,4 | 21.172 | 101,2 | 21.235 | 92,3 | 19.565 | 87,4 | 18.818 | 130,9 | 30.730 | 103,2 | 111.520 |
| **SOBRAL** | 113,6 | 26.419 | 107,3 | 25.602 | 85,8 | 20.556 | 92,0 | 23.595 | 139,7 | 36.857 | 107,7 | 133.029 |
| **FORTALEZA** | 101,6 | 70.073 | 72,6 | 49.037 | 59,5 | 33.737 | 59,9 | 33.644 | 100,5 | 46.115 | 78,8 | 232.606 |
| **Total** | 104,9 | 134.167 | 86,1 | 110.091 | 70,2 | 83.568 | 72,9 | 87.825 | 116,7 | 133.909 | 90,1 | 549.560 |
| | | | | | **Rota vírus** | | | | | | | |
| **LITORAL LESTE/JAGUARIBE** | 102,6 | 13.942 | 99,8 | 13.521 | 86,6 | 11.607 | 79,4 | 10.485 | 90,5 | 11.511 | 91,8 | 61.066 |
| **SERTAO CENTRAL** | 108,8 | 18.094 | 96,5 | 16.507 | 79,8 | 13.496 | 71,3 | 12.337 | 94,6 | 15.205 | 90,2 | 75.639 |
| **CARIRI** | 107,8 | 44.320 | 97,7 | 40.647 | 100,1 | 41.025 | 75,0 | 32.699 | 87,1 | 35.237 | 93,5 | 193.928 |
| **SOBRAL** | 112,7 | 52.244 | 96,9 | 46.378 | 87,9 | 41.200 | 80,0 | 39.946 | 91,8 | 44.144 | 93,8 | 223.912 |
| **FORTALEZA** | 122,7 | 168.587 | 92,8 | 127.059 | 90,2 | 125.632 | 73,0 | 99.864 | 76,7 | 97.220 | 91,1 | 618.362 |
| **Total** | 116,5 | 297.187 | 95,0 | 244.112 | 90,5 | 232.960 | 74,9 | 195.331 | 83,3 | 203.317 | 92,0 | 1.172.907 |
| | | | | | **Meningo C** | | | | | | | |
| **LITORAL LESTE/JAGUARIBE** | 102,8 | 27.621 | 101,3 | 25.962 | 90,5 | 21.270 | 79,4 | 16.005 | 94,7 | 18.661 | 93,7 | 109.519 |
| **SERTAO CENTRAL** | 108,5 | 31.473 | 98,7 | 29.151 | 82,7 | 23.960 | 71,4 | 18.830 | 98,0 | 24.422 | 91,9 | 127.836 |
| **CARIRI** | 107,2 | 83.224 | 99,0 | 73.264 | 103,7 | 74.440 | 75,2 | 49.948 | 90,6 | 57.968 | 95,2 | 338.844 |
| **SOBRAL** | 111,6 | 99.961 | 97,9 | 86.191 | 90,8 | 74.247 | 81,3 | 63.077 | 94,9 | 71.704 | 95,3 | 395.180 |
| **FORTALEZA** | 120,6 | 306.473 | 96,2 | 248.627 | 90,2 | 213.390 | 72,9 | 151.913 | 78,7 | 160.034 | 91,7 | 1.080.437 |
| **Total** | 115,1 | 548.752 | 97,4 | 463.195 | 92,0 | 407.307 | 75,1 | 299.773 | 86,0 | 332.789 | 93,1 | 2.051.816 |
| | | | | | **Hepatite B** | | | | | | | |
| **LITORAL LESTE/JAGUARIBE** | 98,4 | 25.376 | 79,1 | 23.226 | 82,6 | 11.157 | 82,0 | 10.342 | 98,9 | 13.097 | 88,2 | 83.198 |
| **SERTAO CENTRAL** | 104,0 | 24.637 | 84,8 | 19.532 | 82,5 | 14.555 | 71,8 | 9.533 | 97,5 | 15.072 | 88,1 | 83.329 |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **CARIRI** | 103,8 | 77.969 | 84,1 | 51.827 | 103,5 | 48.384 | 75,0 | 31.778 | 90,9 | 35.299 | 91,5 | 245.257 |
| **SOBRAL** | 104,9 | 75.632 | 79,2 | 55.695 | 79,0 | 43.834 | 83,6 | 37.746 | 96,7 | 45.080 | 88,7 | 257.987 |
| **FORTALEZA** | 111,2 | 221.045 | 78,7 | 177.588 | 81,2 | 149.809 | 72,1 | 116.930 | 78,8 | 133.077 | 84,4 | 798.449 |
| **Total** | 107,8 | 424.659 | 80,1 | 327.868 | 84,6 | 267.739 | 75,3 | 206.329 | 86,7 | 241.625 | 86,9 | 1.468.220 |
| **Pentavalente** | | | | | | | | | | | | |
| **LITORAL LESTE/JAGUARIBE** | 97,3 | 22.356 | 79,1 | 18.064 | 82,6 | 19.929 | 82,0 | 17.530 | 98,9 | 20.244 | 88,0 | 98.123 |
| **SERTAO CENTRAL** | 108,4 | 27.687 | 84,8 | 22.996 | 82,5 | 23.742 | 71,8 | 19.675 | 97,5 | 26.903 | 89,0 | 121.003 |
| **CARIRI** | 101,5 | 67.514 | 84,1 | 57.719 | 103,5 | 73.690 | 75,0 | 52.285 | 90,9 | 65.459 | 91,0 | 316.667 |
| **SOBRAL** | 105,8 | 78.097 | 79,1 | 62.152 | 79,0 | 70.387 | 83,6 | 67.179 | 96,7 | 77.723 | 88,9 | 355.538 |
| **FORTALEZA** | 91,1 | 267.540 | 78,7 | 175.384 | 81,2 | 214.287 | 72,1 | 163.755 | 78,8 | 168.894 | 80,4 | 989.860 |
| **Total** | 96,9 | 463.194 | 80,1 | 336.315 | 84,6 | 402.035 | 75,3 | 320.424 | 86,7 | 359.223 | 84,7 | 1.881.191 |
| **Pneumo 10 valente** | | | | | | | | | | | | |
| **LITORAL LESTE/JAGUARIBE** | | 21.106 | 102,8 | 20.656 | 91,2 | 18.276 | 81,4 | 15.763 | 94,8 | 18.326 | 95,1 | 94.127 |
| **SERTAO CENTRAL** | 114,3 | 27.687 | 98,9 | 22.996 | 83,6 | 23.742 | 73,4 | 19.675 | 98,8 | 26.903 | 93,8 | 121.003 |
| **CARIRI** | 110,8 | 66.241 | 102,0 | 62.331 | 106,8 | 66.601 | 77,8 | 49.629 | 92,7 | 57.518 | 98,0 | 302.320 |
| **SOBRAL** | 114,5 | 76.691 | 100,3 | 70.666 | 92,1 | 64.584 | 82,3 | 61.371 | 95,6 | 70.416 | 97,0 | 343.728 |
| **FORTALEZA** | 127,7 | 244.535 | 97,0 | 193.577 | 94,7 | 175.514 | 75,8 | 152.742 | 81,5 | 157.426 | 95,3 | 923.794 |
| **Total** | 120,6 | 436.260 | 98,9 | 370.226 | 95,3 | 348.717 | 77,5 | 299.180 | 88,0 | 330.589 | 96,0 | 1.784.972 |
| **VOP** | | | | | | | | | | | | |
| **LITORAL LESTE/JAGUARIBE** | 100,7 | 13.257 | 98,8 | 11.647 | 89,4 | 11.582 | 80,0 | 8.896 | 98,3 | 11.207 | 93,4 | 56.589 |
| **SERTAO CENTRAL** | 103,2 | 13.384 | 94,4 | 12.747 | 80,7 | 13.652 | 70,6 | 9.983 | 97,6 | 14.432 | 89,3 | 64.198 |
| **CARIRI** | 104,3 | 37.862 | 95,5 | 31.382 | 101,8 | 40.649 | 74,4 | 25.535 | 90,9 | 34.433 | 93,4 | 169.861 |
| **SOBRAL** | 107,7 | 40.109 | 95,4 | 37.356 | 88,3 | 40.481 | 82,3 | 34.396 | 96,0 | 44.572 | 93,9 | 196.914 |
| **FORTALEZA** | 116,2 | 117.443 | 91,7 | 104.404 | 85,3 | 114.835 | 71,1 | 84.162 | 78,8 | 97.805 | 88,6 | 518.649 |
| **Total** | 111,1 | 222.055 | 93,5 | 197.536 | 88,4 | 221.199 | 74,3 | 162.972 | 86,5 | 202.449 | 90,8 | 1.006.211 |
| **Hepatite A** | | | | | | | | | | | | |
| **LITORAL LESTE/JAGUARIBE** | 95,4 | 6.622 | 94,7 | 6.544 | 89,9 | 6.306 | 75,6 | 5.259 | 86,7 | 6.114 | 88,5 | 30.845 |
| **SERTAO CENTRAL** | 90,3 | 7.777 | 87,4 | 7.550 | 80,4 | 7.152 | 63,7 | 5.788 | 86,3 | 7.903 | 81,6 | 36.170 |
| **CARIRI** | 101,5 | 21.538 | 90,4 | 19.608 | 94,6 | 20.789 | 65,8 | 15.000 | 82,4 | 19.564 | 86,9 | 96.499 |
| **SOBRAL** | 98,0 | 23.448 | 91,6 | 22.411 | 86,3 | 21.185 | 76,2 | 20.078 | 91,3 | 24.679 | 88,7 | 111.801 |
| **FORTALEZA** | 90,2 | 67.486 | 91,6 | 66.769 | 83,3 | 60.944 | 66,9 | 49.421 | 72,5 | 52.893 | 80,9 | 297.513 |
| **Total** | 93,7 | 126.871 | 91,3 | 122.882 | 85,8 | 116.376 | 68,8 | 95.546 | 79,5 | 111.153 | 83,8 | 572.828 |
| **Tríplice viral (D1)** | | | | | | | | | | | | |
| **LITORAL LESTE/JAGUARIBE** | 110,3 | 20.989 | 101,8 | 28.592 | 93,1 | 23.233 | 79,7 | 12.642 | 96,2 | 22.297 | 96,2 | 107.753 |
| **SERTAO CENTRAL** | 103,6 | 29.414 | 106,7 | 33.725 | 82,6 | 34.657 | 69,4 | 13.871 | 95,1 | 28.810 | 91,5 | 140.477 |
| **CARIRI** | 119,4 | 81.717 | 104,2 | 85.272 | 105,3 | 85.294 | 76,7 | 36.828 | 93,3 | 57.642 | 99,7 | 346.753 |
| **SOBRAL** | 112,8 | 79.835 | 106,2 | 101.331 | 91,0 | 98.093 | 82,4 | 50.184 | 97,5 | 72.307 | 98,0 | 401.750 |
| **FORTALEZA** | 109,8 | 348.538 | 101,2 | 282.322 | 88,9 | 282.827 | 71,0 | 139.120 | 82,9 | 269.353 | 90,8 | 1.322.160 |
| **Total** | 111,5 | 560.493 | 103,0 | 531.242 | 91,8 | 524.104 | 74,5 | 252.645 | 89,0 | 450.409 | 93,9 | 2.318.893 |

**Fonte:** SI-PNI (Gerado em 26/04/2024 às 22:47)

## CONCLUSÃO

Nesse contexto destaca- se As macrorregiões de Sobral e Litoral Leste/Jaguaribe pelo maior alcance de crianças vacinadas para esses imunobiológicos, respectivamente, em contrapartida cita-se a região de Fortaleza que apresentou as coberturas mais baixas do estado, seguida do Cariri e Sertão Central.

É importante uma análise mais específica dos anos de 2020 até 2022, que mostraram as maiores quedas dentre todo o período estudado, levando a uma comparação com a pandemia da Covid-19, que pode ter afetado diretamente esses resultados. Estudos como este se mostram de grande valia para elucidar o quadro vacinal do estado e guiar as próximas ações em saúde.

## REFERÊNCIAS


ARROYO, Luiz *et al*. **Áreas com queda da cobertura vacinal para BCG, poliomielite e tríplice viral no Brasil (2006-2016): mapas de heterogeneidade regional**. Cadernos de Saúde Pública, 2019

CASTRO, Maria Helena de *et al*. **Fatores relacionados à redução das metas vacinais infantis.** Nursing (Ed. bras., Impr.), p. 8828-8841, 2022.

MACIEL, Joan *et al.* **Análise do estado de cobertura vacinal de crianças menores de três anos no município de Fortaleza em 2017**. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, 2018.

NEVES, Beatriz *et al*. **Temporal trends in vaccination coverage in the first year of life in Brazil**. Revista Paulista de Pediatria, 2023.

PROCIANOY, Guilherme *et al*. **Impacto da pandemia do COVID-19 na vacinação de crianças de até um ano de idade: um estudo ecológico**. Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, 2021.

SOUZA, Janaina *et a*l. **Cobertura vacinal em crianças menores de um ano no estado de Minas Gerais, Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, p. 3659-3667, 2022.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# COMBATE AO TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO

Carlos Luan Lima Maciel1
José Raulino das Chagas Neto 2
Leandro Augusto de Oliveira 3
Lorrana Raquel de Almeida Garcia4

## RESUMO

A finalidade do presente resumo é analisar e expor um breve histórico, características e principalmente análises jurisprudenciais sobre o trabalho em condições análogas à de escravos, como o Direito se posiciona perante situações compatíveis. O artigo ainda inclui um emblemático caso de Sônia Maria de Jesus, senhora resgatada após denúncias de possíveis condições de trabalho escravistas, no qual repercutiu bastante em nosso país em 2023 onde o acusado pelo crime é um desembargador de Santa Catarina, diante tantas mudanças e tantos avanços ainda é possível encontrar problemas nessa conjuntura. Dessa forma o Estado Brasileiro utiliza de suas leis para represar e erradicar essa prática em todo o país. A pesquisa se deu por meio de método dedutivo e foi pautada em pesquisas bibliográficas e jurisprudenciais, assim como análise e exposição de dados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho em condições análogas à de escravos; Escravidão contemporânea; Leis trabalhistas.

## INTRODUÇÃO

O trabalho escravo foi uma grave violação de direitos humanos que restringiu por muitos anos a liberdade de indivíduos e que além das más condições de trabalho atenta contra a sua dignidade. Não existem registros precisos para estabelecer datas que marquem a chegada dos primeiros negros escravizados mas historiadores adotam que pode ter acontecido por volta de 1538, e então até a assinatura da Lei Áurea, em 1888, o Brasil viveu 350 anos sob um regime escravocrata no qual essa comercialização de negros era comum entre os senhores de engenho. Após a compra de mão de obra barata os senhores destinavam os escravos à principalmente três

[1]Aluno da FAVILI. e-mail: drogmaia@gmail.com
[2]Aluno da FAVILI. e-mail: augustoleandro15@hotmail.com
[3]Aluno da FAVILI. e-mail: lorranaraquel15@gmail.com
[4]Aluno da FAVILI. e-mail: carlosluanmaciel@gmail.com

destinos, sendo eles trabalho doméstico, trabalho no campo ou serviam para prestar serviço de transporte.

A Lei Áurea em nosso país concedeu liberdade a esses trabalhadores o que não foi suficiente para reconstruir suas vidas e ter uma fonte de trabalho digno (Nascimento,1982). O primeiro marco de direitos aos trabalhadores se deu por conta da revolução industrial na Inglaterra, nela se encontrava a figura do proletariado assalariado que era o trabalhador com vínculo empregatício de subordinação. Em uma perspectiva geral podemos classificar as leis trabalhistas como uma evolução gradativa em pequenos passos de melhoria onde é citado por Arnaldo Sussekind.

Atualmente o Direito do Trabalho enfrenta inúmeros problemas devido a ampla diversidade de relações trabalhistas existentes. Esses problemas ainda se tornam maior pela desconstrução dos direitos que está sendo enraizada em nossa nova sociedade trabalhista, desconstrução essa que desvaloriza toda a luta durante anos no qual o trabalhador lutou por melhorias em seus direitos e hoje se põe em situações desagradáveis pelo fato de ser escasso oportunidades de trabalho no qual cumpra todas as regras citadas e adotadas pela CLT - Consolidação das Leis do Trabalho (Krein, 2019).

Mediante as informações apresentadas em texto baseadas em historiografia do Brasil e do mundo fica clara a importância de chamar atenção dos Agentes Públicos e Políticos responsáveis por possíveis mudanças na qual não deixem que essa classe perca seus direitos adquiridos com tanto esforço. Nosso foco principal é chamar atenção pública para tal assunto e incentivar mudanças para melhoria do trabalho dessa classe.

## METODOLOGIA

A idealização dos raciocínios expostos foi com base na verificação de informações por meio de leituras exploratórias de artigos, dispositivos legais, entendimentos jurisprudenciais e baseado em fatos históricos de nosso país. Todas as fontes primárias tiveram uma análise qualificativa dos conhecimentos narrados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a erradicação da escravidão de forma global foi dado o primeiro passo no ano de 1885, com a consolidação do Ato Geral da Conferência de Berlim (Hernandez, 2005), por sua vez no Brasil a escravidão formalmente foi abolida em 1888 trazendo a liberdade para os escravos logo em seguida. Mas o simples fato de libertá-los estava longe de ser a principal fonte

de resolução dessa problemática. Durante anos o Brasil esteve longe de políticas públicas para a garantia de direitos desses indivíduos.

Os libertos passaram por vários problemas decorrentes a essa libertação, dentre eles a falta de acesso à educação, saúde, moradia e economicamente seria inviável sobreviver. Dessa forma eram sujeitos a péssimas condições de trabalho pelo o básico de sobrevivência que seria o abrigo e baixos salários no qual era apenas alusivo.

Hodiernamente se encontra casos de trabalhadores em condições análogas à de escravo, normalmente as pessoas submetidas a essas condições são vulneráveis economicamente, possui baixa escolaridade e muitas vezes sem qualificação profissional o que agrega a escassez de oportunidades de trabalho e aumentando a necessidade de qualquer oportunidade oferecida por empregadores.

Porém, apesar da escravidão, ligada principalmente à questão da raça e restrição da liberdade, ter sido abolida há mais de 100 (cem) anos, com a Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888, a submissão de pessoas às condições análogas à de escravo, ainda é ilegalmente praticada em todo o país, e até mesmo no mundo, tendo modificado apenas parte de suas características. Podemos basear tais fatos em um caso que veio a público em 2023 em nosso país, conhecida por Sônia Maria de Jesus, com 50 anos foi resgatada da casa de um desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina na qual passava por precárias condições de trabalho.

Após alguns meses do resgate o ministro do STF Mauro Campbell Marques decide liberar que os investigados pudessem se reencontrar com Sônia, em seu posicionamento Campbell discorda da conclusão do Ministério Público onde alega que Sônia trabalhou de forma análoga as condições de escravidão. No documento de decisão Mauro descreve "(...) Nítido que, pelos últimos 40 anos, a suposta vítima do delito viveu como se fosse membro da família, não havendo razões, portanto, para se obstar o pleito formulado pela defesa".

Ainda em documento, o relator Mauro Campbell Marques enumera razões na qual ele discorde com tal conclusão baseado em relatos de testemunhas e acusados:

> "SONIA MARIA DE JESUS (1) morava na residência, permanecendo a maior parte do tempo na edícula dos fundos, malgrado dormisse em muitas ocasiões na casa principal; (2) não possuía jornada fixa, (3) não possuía rotina fixa, (4) acordava quando queria, e (5) apenas fazia pequenas tarefas porque assim desejava, (5) partilhando do convívio familiar de ANA MARIA GAYOTTO DE BORBA e JORGE LUIZ DE BORBA (...)" .

Dessa forma a Defensoria Pública da União se posicionou contra e recorreu ao STF para que os acusados não tivessem nenhum tipo de contato com a vítima, argumentando que o encontro viola a norma de proteção a mulheres vítimas de violência doméstica e permitiria o

constrangimento dela pelos supostos agressores. O caso ainda encontra-se aberto, aguardando decisões.

## CONCLUSÃO

É evidente que na história do nosso país a mão de obra escrava ela sempre foi uma fonte de desenvolvimento econômico e que essas condutas levaram a ocasionar diversos transtornos e problemas futuros, embora com o passar dos anos a sociedade se dispôs a pagar essa dívida histórica ainda existe condutas com características diferentes no qual se faz analogias a escravidão.

Na esfera laboral, a Justiça Trabalhista para casos semelhantes ao que foi citado em nosso artigo vem sendo aplicado multas aos exploradores de mão de obra nessas condições, o que nos dias atuais não é suficiente para impedir tanta superexploração o que acaba beneficiando o empregador no qual garante sua impunidade diante o Poder Judiciário.

Uma das maiores dificuldades encontradas é a dimensão territorial para a quantidade de servidores públicos, o que prejudica na fiscalização e na atuação de Auditores do Trabalho e Ministério Público do Trabalho. Dessa forma cabe aos agentes políticos de nosso país aumentar o efetivo público, aperfeiçoar e criar novas leis mais exigentes no qual venha a punir com penas restritivas de direito e privativas de liberdade para empregadores que forem pegos nessas situações.

## REFERÊNCIAS


BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao. htm. Acesso em: 5 maio 2024.

BRASIL. **DECISÃO STJ (2023/0139906-3)**, Mauro Campbell Marques. [*S. l.*], 29 ago. 2023. PET NO PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO CRIMINAL. Assinado eletronicamente.

HERNANDEZ, Leila Leite; HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves. **A África na sala de aula:** visita à história contemporânea. Selo Negro, 2005.

KREIN, José Dari; COLOMBI, Ana Paula Fregnani. A reforma trabalhista em foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário. **Educação & Sociedade,** v. 40, p. e0223441, 2019.

MARCIEL, Carlos Luan Lima; VIEIRA, Gabryelle Lima. Constitucionalismo da inimizade em tempos democráticos: uma análise a partir da medida cautelar do hc 232.303/df do supremo tribunal federal. **Res Severa Verum Gaudium,** [*S. l.*], ano 2023, v. v.8, n. n.2, p. 111-130, 15 abr. 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. **O negro revoltado.** 2. ed. Rio de Janeiro: [s. n.], 1982.

PEREIRA, Beatriz de Lima *et al*. O sistema jurídico brasileiro no combate ao trabalho em condições análogas à de escravo. **Revista do Tribunal do Trabalho,** [*S. l.*], v. v.15, n. n.30, p. 1-354, 10 jul. 2023.

SUSSEKIND, Arnaldo. Da relação de trabalho. **Revista do TST,** Brasília, v. 75, n. 4, ed. 4, p. 17 - 24, 14 dez. 2009.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# COMO EMPRESAS DO VAREJO DE ROUPAS UTILIZAM A GESTÃO ESTRATÉGICA PARA AUMENTAR O DESEMPENHO

**Camille Vitória Moura Soares**[1]
**Darliane da Silva Costa** [2]
**Geisa Karla Alves da Silva Diógenes**[3]
**Maria Clara Amaral Castro de Andrade** [4]
**Pedro Luis Sousa Chaves**[5]

## RESUMO

Uma boa gestão e planejamento estratégico são indispensáveis para o bom funcionamento de uma organização, sendo responsáveis por melhorar as atividades realizadas e pelo tão desejado diferencial perante ao mercado que é muito competitivo. Nessa pesquisa, elaborada através de técnicas de coletas e análises de dados quantitativos, tem como seu objetivo mostrar o quanto da importância das técnicas de gestão são de conhecimento das empresas estudadas e se as mesmas fazem o uso dessas ferramentas para melhorar suas atividades. Com base nas análises realizadas verificou-se que os participantes têm o conhecimento acerca das técnicas de gestão e sua importância, porém nem todos as aplicam em suas organizações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão, Empresa, Planejamento, Estratégia.

## INTRODUÇÃO

Dados de empresas norte-americanas que levantam e analisam estatísticas de atividades de negócios naquela economia concluem que a má administração é responsável por 90% dos fracassos nos negócios (BRUGNOLO FILHO, 2018, p.4). Nesse contexto, cabe destacar a

1FACULDADE VIDAL, camillev217@gmail.com
2FACULDADE VIDAL, darlianesilv16@gmail.com
3FACULDADE VIDAL, geisa.karla7@gmail.com
4FACULDADE VIDAL, mariaclaracastro1357@gmail.com
5FACULDADE VIDAL, pedroluissouza24@gmail.com

relevância da aplicação da gestão estratégica, visando sua necessidade não apenas para as empresas situadas em grandes polos econômicos, mas sim para as organizações de modo geral, que necessitam de planejamento e gestão de estratégias, de modo que mantenham sua vantagem competitiva no mercado de trabalho e desempenhem seu papel na economia de forma satisfatória, economia essa que, como visto no exemplo citado anteriormente, sofre interferência direta das técnicas utilizadas para a execução de suas atividades, que podem gerar resultados positivos, promovendo lucro e produtividade ou comprometer o capital da empresa, levando em casos mais graves a falência.

O autor Arantes (2007) define a gestão estratégica como um processo de transformação organizacional voltado para o futuro, liderado, conduzido e executado pela mais alta administração da entidade, com a colaboração da média gerência, dos supervisores, dos funcionários e demais colaboradores. Visto isso, é notória a necessidade da contribuição de todos os integrantes da organização para que os objetivos sejam alcançados, de forma que ocorra alinhamento e estruturação dos métodos que serão utilizados para se alcançar as metas definidas. Arantes (2007) enfatiza a importância do planejamento, acompanhamento e análise do retorno obtido a partir das estratégias implementadas, pois só utilizando esses meios é possível analisar a dimensão positiva ou não que elas irão tomar e optar pelo melhor caminho para se obter o resultado almejado. Ademais, a formação da identidade da empresa, é outro fator essencial para auxiliar na tomada de decisões baseadas em informações que possibilitaram que a empresa defina seu público-alvo e a melhor forma de atendê-los, formando assim a missão, visão e valores da empresa, bem como deve estudar a influência de fatores internos e externos para poder se preparar para as oportunidades e desafios que o mercado de trabalho possui. Todavia, muitas organizações têm dificuldade de realizar essas ações, sobretudo, por conta da ausência de conhecimento das técnicas e planejamento executado de forma incorreta, sem avaliar esses fatores que influenciam diretamente no desempenho da organização.

Diante do exposto, o presente trabalho visa obter informações sobre como os gestores do comércio de vestuário aplicam a gestão estratégica na sua organização, visando um cenário onde as lojas estão instaladas em Limoeiro do Norte, cidade que está localizada no interior do Ceará e se posiciona em um ponto central do Vale do Jaguaribe, possibilitando acesso de forma

prática das cidades vizinhas, que por conta da grande variedade de opções acabam preferindo se deslocar para ter acesso ao que as lojas ofertam. Em Limoeiro do Norte, há uma grande concentração de lojas que trabalham com venda de roupas e as empresas precisam estar constantemente inovando seus produtos e serviços para suprir a necessidade de clientes que se tornam cada vez mais exigentes. Sendo assim, o trabalho visa obter informações sobre como eles lidam com essa demanda e como os processos são executados para serem obtidos os melhores resultados.

## METODOLOGIA

Este trabalho tem o intuito de apresentar uma pesquisa quantitativa, utilizando como instrumento de pesquisa o questionário com questões objetivas e claras para melhor entendimento da amostra escolhida.

Nosso objeto de pesquisa foram empresas do varejo de roupas localizadas no centro de Limoeiro do Norte - CE, onde dessa população escolhemos uma amostra que representasse o todo, visto a impossibilidade de aplicar a instrumento com todas essas empresas. Escolhemos esse objeto de pesquisa porque existe muitas delas no comércio da cidade de Limoeiro do Norte, dessa forma surgiu o questionamento se as mesmas possuem algum tipo de gestão estratégica para trazer vantagem competitiva sobre as demais.

A amostra foi escolhida pelo método não probabilístico, que segundo Lozada e Nunes (2018) é um método que busca fazer uma seleção informal visando atender as necessidades do pesquisador. Assim foram escolhidas 12 empresas que foram divididas em categorias: 3 empresas de roupas masculinas, 3 de roupas femininas, 3 de roupas masculinas e femininas e por fim, 3 de roupas infantis.

Utilizamos o Google Forms para criação e aplicação do questionário, o mesmo possui 11 questões objetivas com uma escala de concordância (concordo totalmente, concordo, não estou decidido, discordo e discordo totalmente), a qual entendemos o elemento neutro como um fator negativo.

Para análise dos dados foi utilizado os gráficos fornecidos pelo Google Forms, onde apresentamos os gráficos das questões mais relevantes para a pesquisa. Não foi possível obter todas as respostas da categoria infantil, logo a pesquisa foi concluída com um número inferior ao planejado.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

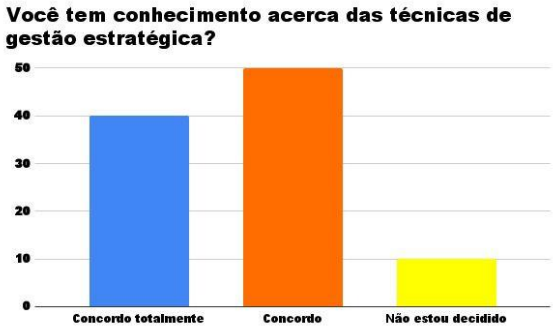



Gráfico 1

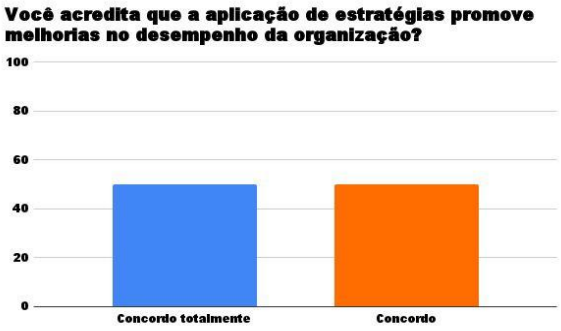



Gráfico 2

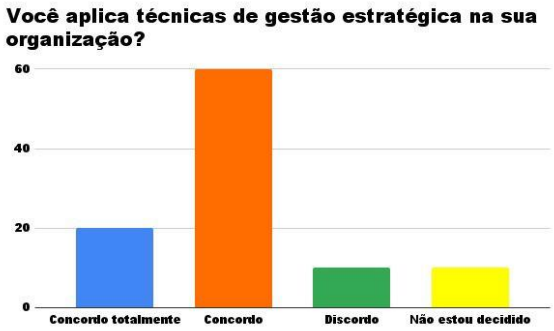



Gráfico 3

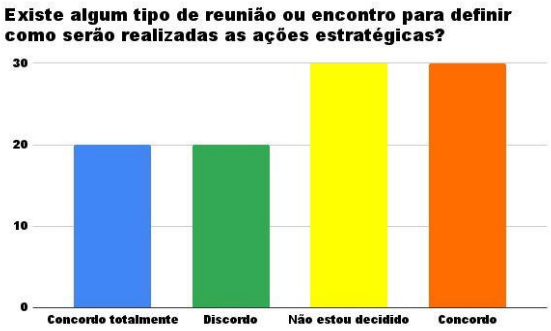



Gráfico 4

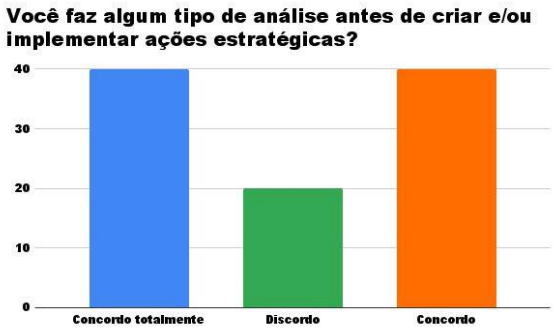



Gráfico 5

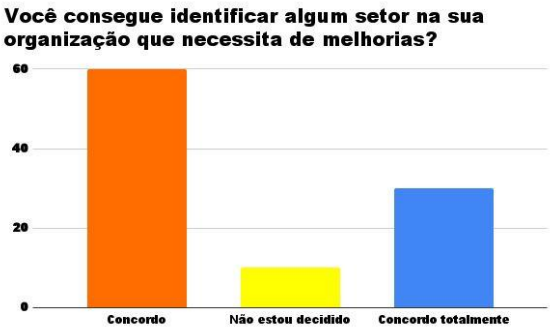



Gráfico 6

| | |
|---|---|
| Gráfico 01 | Podemos concluir que, a maioria de nossos entrevistados tem conhecimento bem definido acerca das técnicas de gestão de estratégia, enquanto 10% concluem que não estão decididos. |
| Gráfico 02 | É evidente que todos tem consciência da importância inquestionável da gestão de estratégias no desempenho da organização. |
| Gráfico 03 | Embora tenham consciência da importância, contudo, observamos que 10% da amostra não aplica as técnicas, enquanto outros 10% não estão decididos. |
| Gráfico 04 | Acresce que, em relação aos encontros com a organização para definir como serão as estratégias, foram obtidos resultados diversos; 20% concordam totalmente com os encontros, 30% concordam, posto que, 20% discordam e os outros 30% não estão decididos. |
| Gráfico 05 | No que se diz respeito às análises anteriores à aplicação, obtivemos resultados precisos. Enquanto 40% concordam totalmente, 40% concordam, 20 % se opõem e discordam. |
| Gráfico 06 | Tendo em vista que a gestão de estratégias tem como objetivo transformar o organizacional da empresa de forma positiva, onde é necessário intervenções para que os resultados sejam alcançados, 30% da amostra concorda totalmente que algum setor de sua empresa precisa de melhorias, assim como 60% concordam, e apenas 10% não estão decididos. |

Fonte: autores

Apesar de a maioria conhecer as técnicas, foi possível perceber que a gestão estratégica não está completa e que possivelmente é feita pelo senso comum, visto que uma das fases está negligenciada, porém vale ressaltar que é satisfatório observar que existe a preocupação com essa área e que ela está sendo colocada em prática, precisando apenas de alguns ajustes para ser ainda mais relevante para as organizações.

## CONCLUSÃO

Ao concluir a pesquisa e a análise dos resultados obtidos, é notório que a maioria das empresas tem conhecimentos sobre gestão estratégica e tem principalmente a noção da importância da mesma. A grande parte das empresas faz uso das técnicas de gestão estratégica, e acreditam que as técnicas são uma ferramenta que agrega positivamente nas atividades desempenhadas no que se diz respeito ao âmbito organizacional da empresa, auxiliando a mesma a conseguir alcançar os objetivos e trazer um diferencial perante o mercado. Porém

algumas dessas empresas mesmo conhecendo não tem aptidões técnicas o suficiente sobre gestão para analisar o meio no qual está inserida e quais as melhores técnicas para cada situação ou para melhorar algum setor específico.

## REFERÊNCIAS


BRUGNOLO FILHO, Marino. **Gestão estratégica de negócios.** São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

COSTA, Eliezer Arantes da**. Gestão estratégica: da empresa que temos para a empresa que queremos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina da Silva. **Metodologia científica**. Porto Alegre: Sagah, 2018.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# CONSCIÊNCIA DE CLASSE E ALIENAÇÃO DO TRABALHO PRECARIZADO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CASO GUARARAPES

Carlos Luan Lima Maciel[1]
Ana Karina Cavalcante de Lima Rocha[2]
Elsa Maria Nobre[3]
Maria Beatriz Freitas da Silva[4]

**RESUMO**

Este trabalho analisa o estudo de caso das facções têxteis da empresa Guararapes na Região do Seridó, no sertão do Rio Grande do Norte, investigadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT-RN) em 2017 devido a irregularidades apontadas em suas operações, como problemas no modelo de contratação e operação das facções, levando à abertura de uma Ação Civil Pública contra o grupo Guararapes, que mantinha contrato com essas facções. O MPT-RN alegou que a empresa tratava as facções como intermediárias de mão de obra, sujeitas a um sistema de pressão por produtividade, baixas remunerações e violações dos direitos trabalhistas. Após o encerramento de algumas facções devido às irregularidades constatadas, os próprios trabalhadores defenderam o modelo de precarização estabelecido nessas empresas e exigiram a reabertura das atividades, apesar de conhecerem os motivos do fechamento. Diante de tudo isso, surge o seguinte questionamento, por que os trabalhadores defendem modelos precarizados de trabalho? A metodologia utilizada baseou-se em meios bibliográficos e documentais para aprofundar o conhecimento sobre o tema. A pesquisa envolveu análise de dados bibliográficos para identificar as causas que levam os trabalhadores a defenderem modelos precarizados de trabalho, assim como as correntes de pensamento que destacam a importância da consciência de classe para os trabalhadores, bem como o papel do Estado nas relações de trabalho. A discussão desse tema é crucial para abordar questões relacionadas à desigualdade, injustiça e exploração no mundo do trabalho, visando desenvolver estratégias para promover condições de trabalho mais dignas e sustentáveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Consciência de Classe; Empregos; Precarização; Trabalhadores.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado a partir do estudo de caso sobre facções têxteis da empresa Guararapes na Região do Seridó, localizadas no sertão do Rio Grande do Norte, onde foram realizadas Inspeções pelo Ministério Público do Trabalho (MPT-RN, 2017) em unidades

[1]CARLOS LUAN: e-mail:carlosluanmaciel@gmail.com
[2]ANA KARINA: e-mail: anakarinaclr@gmail.com
[3]ELSA NOBRE: e-mail:elsanobre40@hotmail.com
[4]MARIA BEATRIZ: e-mail: beatriz.freittas17@gmail.com

que prestavam serviços à Guararapes que apontaram, no entanto, irregularidades no modelo de contratação e operação desses negócios e puseram em xeque os resultados pretendidos. Tais irregularidades levaram à abertura de uma Ação Civil Pública (ACP) contra o grupo.

Nessa ação, tecnicamente chamada de ACP 0000694-45.2017.5.21.0007, mas que neste artigo será identificada como ACP, o MPT-RN alega que a empresa Guararapes mantinha contrato com as facções como meras intermediadoras de mão de obra sob seu estrito controle e em meio a um sistema de forte pressão por produtividade, baixas remunerações, redução de garantias sociais, violação de direitos trabalhistas e grande dependência econômica, com consequência quando os pedidos são suspensos.

Ao final da ação constatadas as irregularidades, algumas facções foram fechadas, contudo, os próprios trabalhadores realizaram manifestos e reinvindicações defendendo o modelo de precarização estabelecidos nessas facções e reivindicaram pela reabertura e retorno das atividades, mesmo tendo conhecimento dos motivos que levaram ao encerramento das laborações. Diante de tudo que foi exposto, cabe o seguinte questionamento, por que os trabalhadores defendem modelos precarizados de trabalho?

O presente trabalho tem como objetivo geral expor os fatores que contribuem para que trabalhadores optem pela permanência em empregos e defendam regimes precários de trabalho, mesmo que estes confrontem e estejam em desacordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas (BRASIL, 2023). Os objetivos específicos analisam os fatores expostos no objetivo geral e apresenta principais correntes filosóficas e sociológicas que debatem sobre consciência de classe e a relevância desta para a classe trabalhadora.

A relevância de discutir esse tema é crucial para compreender e abordar as complexas questões relacionadas à desigualdade, injustiça e exploração no mundo do trabalho. Além disso, ao identificar os fatores que contribuem para a defesa de modelos precarizados de trabalho, é possível desenvolver estratégias mais eficazes para mitigar esses problemas e promover condições de trabalho mais dignas e sustentáveis.

## METODOLOGIA

No que se refere aos aspectos metodológicos, o trabalho foi realizado utilizando meios bibliográficos e documentais para aprofundar o conhecimento. A metodologia a ser utilizada na elaboração da pesquisa envolverá dados bibliográficos para identificarem causas, que consistem em um processo de análise das informações coletadas, para compreender os fatores relevantes que influenciam os trabalhadores a defenderem modelos precarizados de trabalho. Apresenta ainda, principais correntes de pensamento que fundamentam a importância da

consciência de classe para a classe trabalhadora a fim de alcançar as melhores soluções que promovam mudanças na efetivação dos direitos dos trabalhadores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Marx e Engels (1982) descrevem o proletariado, como uma classe social composta por indivíduos que, desprovidos de meios de produção, vendem sua força de trabalho em troca de salário. Surgida no contexto da Revolução Industrial, no seio da sociedade capitalista, essa classe engloba desde operários de fábricas até funcionários de serviços e trabalhadores manuais. A principal característica do proletariado reside na alienação dos meios de produção, o que os torna dependentes da venda de sua força de trabalho para subsistir.

Ao analisar a história, Blanc (1840, p. 78) afirma que “o proletariado é o motor da história”. O trabalhador constitui o elemento fundamental que impulsiona o dinamismo do mercado de trabalho. Sua força de trabalho, expertise e dedicação são os pilares sobre os quais se ergue a edificação da economia. Sem a inestimável contribuição do trabalhador, o mercado seria um mero esqueleto desprovido de vitalidade. (Blanc, 1840).

O proletariado, segundo Karl Marx, assume um papel central na produção e impulsiona o curso da história. O autor explora a relação dialética entre capital e trabalho, evidenciando a exploração da classe trabalhadora pelo sistema capitalista (Marx, 2008). Marx afirma "Os proletários não têm nada a perder além de suas correntes. Eles têm um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos!" (Marx, 2008, p. 10).

No entanto, essa importância crucial nem sempre se traduz em reconhecimento e valorização adequados. Lamentavelmente, um número expressivo de trabalhadores se encontra submetido a condições precárias e desumanas de trabalho, mesmo que isso implique na flagrante violação de leis trabalhistas, e estes tenham conhecimento de tal. Esse cenário é corroborado pelos dados do Ministério do Trabalho e Previdência (Brasil, 2023), que apontam o ano de 2023 como o de maior número de resgates de trabalhadores em situação análoga à escravidão desde 2009, com 3.151 pessoas libertadas (Brasil, 2023). Essa realidade complexa e multifacetada é permeada por diversas causas interligadas, as quais merecem análise aprofundada.

Furtado (1958), destaca os profundos impactos do subdesenvolvimento na vida dos trabalhadores em regiões com economias frágeis, fortemente dependentes de setores primários e com baixa diversificação industrial. Nessas áreas, a escassez de empregos formais e decentes gera um cenário de extrema vulnerabilidade, onde a busca por alternativas de trabalho se torna limitada e arriscada. O medo da perda da renda, muitas vezes a única fonte de sustento para o

trabalhador e sua família, silencia denúncias e perpetua a submissão. A perspectiva de ficar sem renda, em um contexto de poucas oportunidades, torna extremamente difícil a tomada de decisões que impliquem na rescisão do contrato de trabalho ou mesmo na busca por seus direitos através de ações trabalhistas. As violações dos direitos trabalhistas, nesse contexto, configuram-se como uma dura realidade. A falta de alternativas e o medo do desemprego impedem que os trabalhadores se rebelem contra as condições precárias de trabalho, perpetuando um ciclo de exploração e submissão.

Segundo Bobbio (2007, p. 112) "o Estado não deve ser nem neutro nem indiferente diante das relações de trabalho". O autor critica a neutralidade do Estado em relação às relações de trabalho, pois tal postura ignora as profundas desigualdades de poder existentes entre patrões e empregados. Ao invés da neutralidade, propõe um Estado interventor, que atue na proteção dos direitos trabalhistas e na promoção da justiça social. Essa intervenção se justifica pela necessidade de equilibrar as relações de poder entre capital e trabalho, garantindo condições dignas de trabalho e o respeito aos direitos humanos dos trabalhadores. Em um cenário de livre mercado, sem a devida regulamentação estatal, os trabalhadores se encontram em posição de vulnerabilidade, sujeitos à exploração e à violação de seus direitos. O Estado deve assumir o papel de mediador entre os interesses divergentes de patrões e empregados, buscando soluções conciliatórias que beneficiem ambas as partes. Além disso, cabe ao Estado a função de regular as relações de trabalho, estabelecendo leis e normas que protejam os trabalhadores e garantam o cumprimento de seus direitos (Bobbio, 2007).

A consciência de classe para a classe trabalhadora assume uma importância fundamental na luta por seus direitos e por uma sociedade mais justa e igualitária. Entender o seu papel nas relações de trabalho é de extrema importância. Como afirma Engels (2007, p. 123), "os interesses da classe dominante são apresentados como os interesses gerais da sociedade, enquanto os interesses das classes dominadas são relegados para o segundo plano ou ignorados."

Para Marx (2008), a consciência de classe é um conceito fundamental que descreve a compreensão que os membros de uma classe social têm de sua posição na sociedade e dos interesses que compartilham como resultado dessa posição. A consciência de classe envolve uma percepção coletiva das relações sociais de produção e das contradições inerentes a elas.

Ele argumentava que, à medida que os trabalhadores desenvolvessem uma consciência clara de sua situação e dos meios para mudá-la, eles se tornariam agentes ativos na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Para Marx e Engels (2022), a consciência de classe não era inata ou automática, mas se desenvolvia e se fortalecia através da organização política, da

educação e da experiência prática da luta de classes. A consciência de classe geralmente emerge quando os membros de uma classe social reconhecem seus interesses comuns e se unem em busca de objetivos compartilhados.

## CONCLUSÃO

A Região de Seridó representa uma realidade de um contexto socioeconômico marcado pela escassez de oportunidades formais e pela instabilidade do mercado de trabalho, onde muitos trabalhadores se veem obrigados a abraçar modelos precarizados como forma de garantir a renda mínima necessária para o sustento próprio e de suas famílias. Diante da necessidade básica de prover o sustento próprio e familiar, os trabalhadores se submetem às condições precárias, mesmo que isso signifique renunciar seus direitos e benefícios.

A falta de acesso à informação e a baixa escolaridade de grande parte dos trabalhadores os tornam mais vulneráveis à exploração e à aceitação de condições de trabalho inadequadas. A desinformação sobre seus direitos e a dificuldade de compreensão da legislação trabalhista os colocam em desvantagem nas relações com os empregadores. A falta de alternativas viáveis de emprego em setores mais estáveis e bem remunerados faz com que muitos trabalhadores, especialmente aqueles com baixa qualificação ou em regiões com poucas oportunidades econômicas, enxerguem os modelos precarizados como sua única opção disponível.

A resolução da precarização do trabalho é um processo complexo e multifacetado que exige medidas abrangentes e duradouras. O Estado tem um papel crucial nas relações de trabalho, uma vez que sua ineficiência na criação de políticas públicas efetivas e na fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas perpetua a vulnerabilidade dos trabalhadores. É dever do Estado aprimorar e atualizar as leis trabalhistas, combatendo práticas abusivas e garantindo o cumprimento das normas por parte das empresas, bem como investir na fiscalização das relações de trabalho, combatendo a sonegação de direitos e garantindo o cumprimento da legislação; fomentar o diálogo entre trabalhadores, empregadores e governo para a construção de soluções conjuntas; implementar políticas públicas que garantam proteção social aos trabalhadores; investir em campanhas de educação e conscientização sobre os direitos dos trabalhadores e os perigos da precarização do trabalho através de campanhas informativas nos meios de comunicação, programas educativos nas escolas e universidades e treinamentos para trabalhadores e empregadores.

A consciência de classe desempenha um papel fundamental na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. À medida que os trabalhadores desenvolvem uma compreensão clara de sua situação e dos meios para mudá-la, eles se tornam agentes ativos na busca por melhores

condições de trabalho e consequentemente melhoria na qualidade de vida. Com a consciência de classe, os trabalhadores se unem em sindicatos, cooperativas e outras formas de organização coletiva para lutar por seus direitos. Através da negociação coletiva, trabalhadores reivindicam melhores salários, jornadas de trabalho mais justas, condições de trabalho seguras e saudáveis, e o fim da precarização.

Em suma, os trabalhadores podem defender modelos precarizados de trabalho devido à escassez de opções, à necessidade imediata de sustento e a ausência de proteção e garantias por parte do Estado e das instituições. No entanto, é crucial que se reconheça que esses modelos não são sustentáveis a longo prazo e perpetuam ciclos de desigualdade e injustiça social. Assim, é fundamental que se adotem medidas que promovam a formalização do trabalho, a proteção dos direitos dos trabalhadores e a criação de oportunidades econômicas mais equitativas e estáveis.

## REFERÊNCIAS


BLANC, Louis. **História da Revolução Francesa.** Paris: Imprimerie de Louis Blanc, 1840. 12 volumes.

BOBBIO, Norberto. **Direito e Sociedade: Problemas da Democracia.** Tradução de Marcos Nobre. 5. ed. Brasília: Editora da UnB, 2007. p. 112.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho.** 48. ed. Brasília: Ministério do Trabalho e Previdência, 2023. 768 p

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Número de resgates de trabalhadores em situação análoga à escravidão em 2023.** Disponível em: https://bahiadiario.com.br/Publicacao.aspx?id=465294. Acesso em: 11 mai. 2024.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring: Qual o Socialismo?** Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global Editora, 2007. p. 123.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 352 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista: Clássico Para Todos.** 1ª ed. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2022. 1 v.

MARX, Karl. **O capital: edição condensada.** Edição condensada por Gabriel Deville. São Paulo: Edipro, 2008. 1 v.

MPT-RN. Ação Civil Pública 0000694-45.2017.5.21.0007, movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT-RN)). **Ação Civil Pública.** Recebida por e-mail da assessora de imprensa do órgão, a jornalista Tatiana de Souza Lima, em 06 dez. 2017.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# CONSULTA DE ENFERMAGEM NO MUNICIPIO DE LIMOEIRO DO NORTE EM TODOS OS NÍVEIS DE ATENÇÃO

Aryane Ellen Oliveira Rabelo [1]
Juliana Lima de Santiago [2]
Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo [3]
Naianne Diógenes [4]

**RESUMO**

A consulta de Enfermagem trata-se de uma estratégia tecnológica de cuidado importante e resolutiva, respaldada por lei, sendo privativa do profissional de nível superior, enfermeiro. Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo analisar dados baseados no número de consultas de enfermagem, em todos os níveis de atenção, realizadas no ano de 2023 no município de Limoeiro do Norte, Ceará. Foram realizadas 168.144 consultas de enfermagem no município de Limoeiro do Norte em 2023. Destas quase 96% foram efetivadas no Hospital São Raimundo, em junho (12,6%), seguido de abril (10,4%). Do total de consultas realizadas por essa categoria profissional, 90% foram na Média Complexidade, pelo enfermeiro generalista (93,4%; CBO=223505). A consulta de enfermagem, apesar de ser um momento único entre o profissional e paciente, não está sendo realizada por todos os enfermeiros, em especial, os da atenção básica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Consulta; Enfermeiro; Qualidade da assistência.

## INTRODUÇÃO

A categoria da Enfermagem visa prestar uma assistência qualificada e humanizada a população, para isso ela busca conhecimentos próprios com o intuito de sistematizar e organizar sua prática e seu processo de cuidar, tendo em vista um cuidado baseado não somente na dimensão biológica do paciente, mas principalmente na compreensão do ser humano como sujeito social e o seu processo saúde-doença, seja no âmbito hospitalar ou da atenção primária (OLIVEIRA *et al.,* 2012).

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: aryanerabelo6@hotmail.com
[2] FACULDADE VIDAL:e-mail: julianalimasantiago37@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: medeiroschiara6@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: naiannediogenes@gmail.com

Nesse contexto, Kalh *et al.,* (2018) destacam a importância da consulta de Enfermagem (CE) como estratégia tecnológica de cuidado importante e resolutiva, respaldada por lei, sendo privativa do profissional de nível superior, enfermeiro. O que facilita a promoção da saúde, o diagnóstico e o tratamento precoces, além da prevenção de situações evitáveis.

Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo analisar dados baseados no número de consultas de enfermagem, em todos os níveis de atenção, realizadas no ano de 2023 no município de Limoeiro do Norte, Ceará.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo epidemiológico observacional descritivo populacional, visando analisar os dados obtidos a partir do site DATASUS, do número de consultas de enfermagem realizadas no munícipio de Limoeiro do Norte, considerando qualquer caráter de atendimento, em 2023.

A preparação e investigação dos dados para a pesquisa foram feitas através dos softwares TabWin (DATASUS) e Excel (Microsoft). Para a seleção dos dados, optou-se por selecionar os filtros de consulta/atendimento, todos os CBO que contemplassem a profissão do enfermeiro, ano/mês de atendimento e município de Limoeiro do Norte. Como se trata de dados secundários de domínio público, não se fez necessária a avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, seguindo o regulamento do Conselho Nacional de Saúde.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

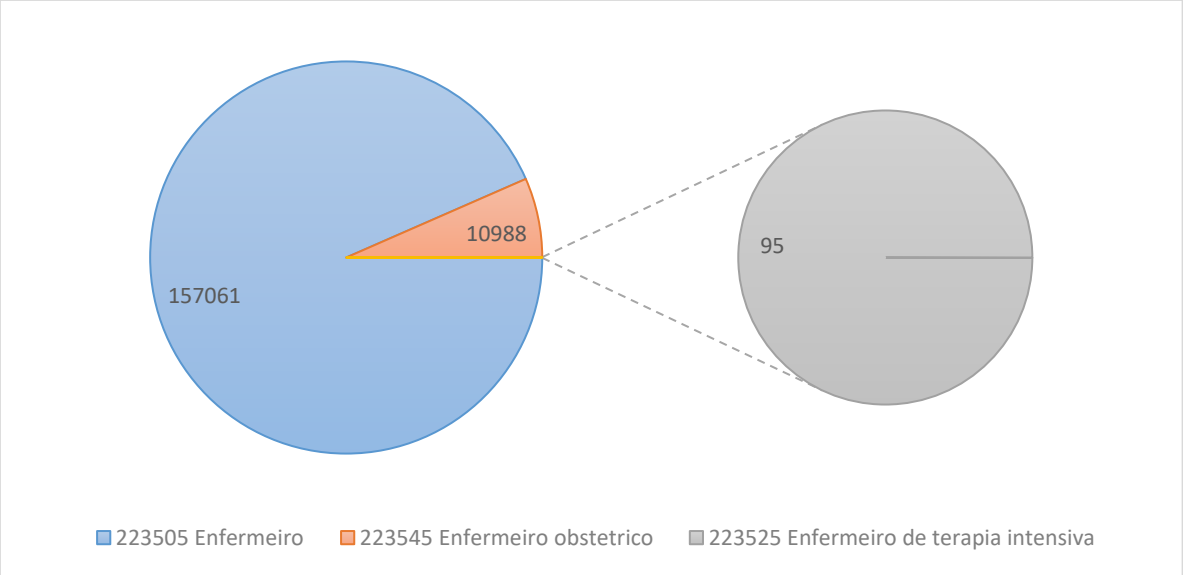
No período analisado foram realizadas 168.144 consultas de enfermagem no município de Limoeiro do Norte. Destas quase 96% (n=160.882) foram efetivadas no Hospital São Raimundo, hospital Polo, porte III, que serve de referência para onze municípios. O mês mais frequente foi junho (12,6%), seguido de abril (10,4%). Do total de consultas realizadas por essa categoria profissional, 90% (n=151.814) foram na Média Complexidade (TABELA 1), pelo enfermeiro generalista (93,4%; CBO=223505), seguido do enfermeiro obstetra (6,5%; CBO=223545) (GRÁFICO 1).

Tabela 1 – Consultas de enfermagem realizadas em 2023 no município de Limoeiro do Norte/CE por estabelecimento e nível de complexidade.

| ANO | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Estabelecimentos CNES-CE** | | | | | | | | | | | | | |
| **HOSPITAL SAO RAIMUNDO** | 10100 | 10562 | 15046 | 17091 | 9554 | 20728 | 10952 | 15106 | 12165 | 9358 | 16416 | 13804 | 160882 |
| **HOSP MUNIC DR DEOCLECIO LIMA VERDE** | 199 | 139 | 205 | 161 | 188 | 246 | 217 | 288 | 223 | 321 | 430 | 185 | 2802 |
| **CAPS** | 319 | 194 | 63 | 105 | 139 | 128 | 132 | 69 | 37 | 22 | 74 | 141 | 1423 |
| **CAPS AD** | 77 | 51 | 393 | 123 | 92 | 65 | 98 | 73 | 120 | 19 | 27 | 29 | 1167 |
| **POLICLINICA JUDITE CHAVES SARAIVA** | 2 | 1 | 5 | 7 | 0 | 0 | 12 | 2 | 3 | 0 | 0 | 0 | 32 |
| **CERESTA ZE MARIA DO TOME** | 7 | 23 | 38 | 17 | 27 | 21 | 26 | 20 | 18 | 14 | 26 | 17 | 254 |
| **SAMU 192 CEARA** | 57 | 56 | 55 | 60 | 59 | 52 | 60 | 57 | 51 | 62 | 60 | 60 | 689 |
| **HOSPITAL REGIONAL VALE DO JAGUARIBE** | 24 | 28 | 21 | 18 | 0 | 27 | 8 | 0 | 0 | 246 | 213 | 310 | 895 |
| **Complexidade Procedimento** | | | | | | | | | | | | | |
| **1-Atenção Básica** | 4136 | 348 | 335 | 382 | 395 | 1553 | 497 | 485 | 413 | 481 | 3554 | 3751 | 16330 |
| **2-Média Complexidade** | 6649 | 10706 | 15491 | 17200 | 9664 | 19714 | 11008 | 15130 | 12204 | 9561 | 13692 | 10795 | 151814 |
| **Total** | 10785 | 11054 | 15826 | 17582 | 10059 | 21267 | 11505 | 15615 | 12617 | 10042 | 17246 | 14546 | 168144 |

Fonte: Tabwin (DATASUS), 2024.

Gráfico 1 – Número de consultas de enfermagem realizadas por CBO no município de Limoeiro do Norte no ano de 2023.




Fonte: Tabwin (DATASUS), 2024.

Como observado a CE, apesar da sua importância, não são todos os estabelecimentos e nem todas as especialidades dentro da categoria que realizam a consulta. Apesar de ter percorrido um caminho repleto de mudanças, inovações tecnológicas e aquisição de competência profissional, além de acompanhar os marcos históricos da enfermagem em nosso país, é importante destacar que para a CE trata-se de uma atividade complexa, e que até os dias atuais enfrenta vários desafios (KALH *et al.,* 2018).

Estudos recentes apontam que a consulta de Enfermagem traz benefícios à comunidade e proporciona orientação de medidas favoráveis que visam à abordagem apropriada às necessidades peculiares dos pacientes (DANTAS; SANTOS; TOURINHO, 2017). Outro ponto que merece destaque são a qualidade dos registros desses dados, por vezes o profissional até faz a consulta, porém não registra no prontuário do paciente e consequentemente no sistema (SILVA *et al.,* 2020). Logo, nota-se sua importância e o quanto esta deve ser trabalhada desde a graduação para que os futuros enfermeiros já saiam com a compreensão que precisam realizar a CE para melhorar, inclusive, o seu processo de trabalho.

## CONCLUSÃO

A consulta de enfermagem, apesar de ser um momento único entre o profissional enfermeiro e paciente, visando, a qualidade no atendimento prestado e uma aproximação com

a pessoa assistida, não está sendo realizada por todos os enfermeiros, em especial, os da atenção básica. Assim, parece importante sugerir mais estudos voltados para esta temática, mostrando a importância da CE como instrumento de integralidade, subsidiando estratégias de fortalecimento do ensino da CE e sua conexão com os princípios do SUS.

## REFERÊNCIAS


DANTAS CN, SANTOS VEPS, TOURINHO FSV. A consulta de enfermagem como tecnologia do cuidado à luz dos pensamentos de Bacon e Galimberti. **Texto e Contexto Enferm,** n. 25, v. 1, p:e2800014. 2016.

KAHL C, MEIRELLES BHS, LANZONI GMM, KOERICH C, CUNHA KS. Actions and interactions in clinical nursing practice in Primary Health Care. **Rev Esc Enferm USP.** [Internet], n. 52, p:e03327. 2018.

OLIVEIRA, Sherida Karanini Paz de et al. Temas abordados na consulta de enfermagem: revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 65, p. 155-161, 2012.

SILVA CRIVELARO, Patrícia Maria et al. Consulta de enfermagem: uma ferramenta de cuidado integral na atenção primária à saúde. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 49310-49321, 2020.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# **CORINGA:** UMA REFLEXÃO SOBRE O ESTIGMA DA LOUCURA NA SOCIEDADE

Iqueuleno de Freitas Marinho[1]
Raissa Layza Vituriano de Oliveira[2]
Olga Damasceno Nogueira de Sousa[3]

**RESUMO**

Os transtornos mentais, amplamente estudados nas últimas décadas, são frequentemente estigmatizados, levando à exclusão social de indivíduos devido a suas condições psiquiátricas ou comportamentos considerados inadequados. Desde a Idade Média, como apontam os estudos de Foucault (1978), os doentes mentais são segregados e marginalizados, refletindo um modelo político que despersonaliza sua individualidade. O presente estudo analisa a partir do filme “Coringa” (2019) a construção social da noção de doença mental e o estigma associado à loucura. Trata-se de um estudo qualitativo cuja metodologia utilizada foi a análise fílmica. O filme "Coringa" (2019) relaciona-se às ideias de Goffman sobre estigma. O protagonista, Arthur Fleck, enfrenta estigmas relacionados tanto ao seu corpo, devido a sua condição de saúde mental e risada descontrolada, quanto ao seu caráter individual, especialmente após ser rotulado como criminoso e violento. Arthur, como o Coringa, se torna um símbolo de resistência contra essas expectativas normativas, desafiando o conceito de "normalidade" e expondo as falhas do sistema que marginaliza os "diferentes". Conclui-se que os estudos de Foucault, Goffman e o filme "Coringa" destacam como a sociedade segrega os considerados loucos, enfatizando a necessidade de oferecer um novo lugar social para a loucura de maior compreensão e empatia. Eles mostram como os estigmas sociais podem contribuir para a exclusão daqueles que não se encaixam nas expectativas normativas, refletindo sobre a marginalização e busca por identidade na sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde mental; Foucault; Estigma; Exclusão social.

[1]FACULDADE VIDAL: iqueuleno@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: raissalayza11@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: olganogueiradesousa@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Segundo Goffman (2004/1891), os gregos antigos assinalaram o termo "estigma" para descrever sinais visuais que indicavam um status moral negativo, como ser escravo, criminoso ou traidor. Esses sinais eram marcados no corpo e serviam para identificar e excluir socialmente a pessoa estigmatizada. Com o tempo, o termo adquiriu metáforas cristãs, relacionadas a sinais divinos de graça ou distúrbios físicos. Hoje em dia, o estigma refere-se principalmente à desgraça associada a uma pessoa, mais do que aos sinais físicos em si. No entanto, as preocupações com estigma mudaram ao longo do tempo, embora os estudiosos ainda não tenham definido completamente suas precondições estruturais ou fornecido uma definição precisa do conceito.

De acordo com Flores (2020) os transtornos mentais, amplamente estudados nas últimas décadas, são frequentemente estigmatizados, levando à exclusão social de indivíduos devido a suas condições psiquiátricas ou comportamentos considerados inadequados. Desde a Idade Média, os doentes mentais são segregados e marginalizados, refletindo um modelo político que despersonaliza sua individualidade. Segundo Canguilhem (2009, *apud* Flores, 2020) há a existências de normas subliminares, influenciadas pela sociedade e suas instituições, que perpetuam esses estigmas, criando uma ideia do que é correto e normal, e consequentemente, do que está fora desses padrões. Essas normas são reproduzidas por meio de ideais normativos e leis institucionais, mantendo o ciclo do estigma social.

Partindo deste ponto, a obra cinematográfica “Coringa" (2019), dirigido por Todd Phillips e estrelado por Joaquin Phoenix, mergulha nas profundezas da psique de Arthur Fleck, um homem marginalizado e negligenciado pela sociedade. Vivendo em Gotham City, uma metrópole imersa na desigualdade e na decadência, Arthur luta para encontrar sua identidade em meio à sua batalha contra doenças mentais não tratadas, visto que, embora sofra de alguma condição que causa risos ou choros inadequados no personagem, mesmo tomando medicamentos regularmente não consegue se conter frequentemente, causando diversas situações constrangedoras e perturbadoras para o protagonista. Enquanto enfrenta exclusão social e o estigma social associado à loucura, Arthur é empurrado para os limites da sua sanidade. A narrativa intrincada e intensa do filme explora não apenas a transformação de Arthur no icônico vilão Coringa, mas também questiona as noções convencionais de normalidade e preconceito em relação à saúde mental na sociedade contemporânea.

Nesse contexto, o filme "Coringa" (2019) oferece uma exploração intensa dessas dinâmicas sociais, evidenciando como a sociedade estigmatiza e marginaliza o protagonista, Arthur Fleck, devido à sua condição mental. Essa percepção distorcida e desumanizada de Arthur estabelece relação com os conceitos discutidos por Michel Foucault, Erving Goffman em suas obras, eles analisam as formas como a exclusão social dos "loucos" é moldada por normas culturais e históricas, os estigmas associados aos mesmos entre outros aspectos. Ao relacionar o filme com os conceitos desses autores obtém uma compreensão mais profunda das questões de estigma e exclusão social relacionadas à saúde mental.

Este resumo expandido analisa o filme “Coringa” (2019) partindo da construção social da noção de doença mental e o estigma associado à loucura. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, inserida no contexto do projeto de Iniciação Científica em andamento, “A rede de atenção psicossocial no município de Limoeiro do Norte-CE: uma aposta de territorialização.” O trabalho se mostra relevante por dedicar-se a contribuir para a compreensão das atitudes sociais em relação aos transtornos mentais, propiciando refletir sobre outro lugar social para loucura de compreensão e empatia.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa possui natureza qualitativa. A partir de uma análise fílmica da obra "Coringa" (2019), foram identificadas e analisadas assuntos que abordam o estigma associado à loucura e a pessoas que possuem transtornos mentais. Análise fílmica consiste em uma atividade que pode ter um viés publicitário ou acadêmico. É uma metodologia que implica duas ações: decompor o filme para em seguida interpretar (PERAFRIA, 2009)

Para dar início a pesquisa os procedimentos adotados foram os seguintes: assistir ao filme "Coringa (2019)" duas vezes. O primeiro contato forneceu uma visão geral da narrativa por meio de uma análise crítica. Em seguida decompor as cenas que tratassem do contexto de exclusão social, o estigma associado aos transtornos mentais e ao conceito de loucura.

No que diz respeito ao levantamento bibliográfico foram feitas a partir dos fichamentos, leituras, separação de documentos relevantes. As buscas foram realizadas em plataformas como Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google acadêmico , além da utilização de livros clássicos como “ A História da Loucura da Idade Clássica” de Foucault (1978) e “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada” de Goffman (2004/1891).

Os documentos foram acessados entre 26/03/2024 a 12/05/2024. Foram realizadas buscas com as seguintes palavras chaves: exclusão social; estigma e história da loucura; Partindo disso foram encontradas 16 referências que poderiam agregar na temática. Após a leitura e fichamentos dos mesmos foi definido que apenas 6 referências correspondiam à temática trabalhada, sendo 10 descartadas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No livro "História da Loucura na Idade Clássica" (1978) de Michel Foucault, o autor não busca criar um novo conceito de loucura, mas sim analisar como a sociedade a percebe e lida com ela. Para Foucault, a loucura não é uma categoria fixa e universalmente entendida, mas sim um fenômeno que varia de acordo com os diferentes atravessamentos culturais e históricos de cada sociedade.

A história da Loucura faz um retorno às condições que fizeram entender o louco como doente mental. Foucault (1978), em sua arqueologia, desnaturaliza a continuidade entre loucura e doença mental. Para Roberto Machado (1986), trata-se de uma arqueologia da percepção sobre a loucura. A história da loucura vem mostrar as condições que permitiram a criação da psiquiatria. Esta só é possível com a passagem do entendimento da loucura como desrazão, para a compreensão da loucura como alienação.

Na Renascença não havia um lugar específico para o louco, ele vivia solto; errante pela cidade. Às vezes expulso, era entregue a navegantes ou mercadores. Para o autor, entregar os loucos aos navegantes é ter a certeza que esses não ficariam vagando entre os muros da cidade: “(...) é torná-los prisioneiros de sua própria partida(...)” (FOUCAULT, 1978, p.12).

Na época Clássica a dominação da razão sobre a loucura vai se radicalizar. O pensamento de Descartes é fundamental para a consolidação desse processo. Nas primeiras meditações ele exclui a possibilidade de pensar da loucura: “Se alguém pensa, não pode ser louco, se é louco não pensa” (MACHADO, 1986, p.61). Esse período que foi denominado por Foucault (1978) de “O Grande Enclausuramento”, o critério de internação nas diversas instituições não era médico científico, mas partia da percepção social produzida por diversas instituições: Igreja, polícia, justiça e família. Os que eram internados haviam transgredido as leis da razão e da moralidade. (MACHADO, 1986).

Na passagem da loucura entendida como desrrazão para a alienação, acontece interiorização da experiência da loucura. O louco não perde mais "a verdade", mas a sua verdade. Os fatores sociais e políticos também foram fundamentais para tal deslocamento, tendo em vista que, no mercantilismo, os habitantes do “Grande Enclausuramento” não eram economicamente ativos. Assim, Foucault (1978) se refere ao processo de medicalização da loucura, este não necessariamente estaria relacionado à presença do médico com o seu saber, mas ao entendimento que a reclusão já seria em si curativa.

Foucault (1978), em seu livro, analisa como a sociedade exclui as pessoas, usando a loucura como exemplo. O autor argumenta que essa exclusão não se deve apenas a diagnósticos médicos que rotulam as pessoas como doentes mentais, mas também a uma exclusão social fundamentada na visão de que os "loucos" são diferentes e desviantes das normas sociais estabelecidas, resultando nessa dita exclusão.

No filme "Coringa" (2019) podemos encontrar elementos que se relacionam com a perspectiva de Michel Foucault sobre a loucura e a exclusão social. Mergulha nas profundezas da psique de Arthur Fleck, um homem marginalizado pela sociedade e que eventualmente se transforma no icônico vilão Coringa. A história de Fleck reflete nos temas explorados por Foucault, especialmente em relação à exclusão social.

O protagonista, Arthur Fleck, é retratado como alguém marginalizado pela sociedade, tanto por suas condições de saúde mental quanto por sua posição socioeconômica precária. Ele é visto como diferente e desviante das normas sociais estabelecidas, sendo constantemente humilhado e excluído pelos outros personagens. É alvo de bullying no trabalho, ignorado pelas autoridades e sofre discriminação por sua condição mental, além das dificuldades de interação social devido aos sintomas de sua doença. Sua risada patológica, surge em momentos de estresse, ansiedade ou desconforto, essa, muitas vezes, é descontrolada e inadequada para a situação. Pode-se inferir como uma manifestação de sua condição mental, que é pouco compreendida pelas pessoas ao seu redor que frequentemente a interpretam como estranha, sinistra e ameaçadora, contribuindo para sua marginalização.

Adentrando a respeito do estigma de acordo com Goffman (2004/1891) , Arthur Fleck é rotulado como louco e mentalmente instável devido ao seu histórico de problemas de saúde mental. Goffman (2004/1891) identifica três tipos distintos de estigma: aqueles ligados a deformidades físicas, como deficiências; estigmas relacionados a traços de caráter individual, como distúrbios mentais ou vícios; e estigmas tribais, como raça ou religião.

Em todos esses casos, o estigma cria uma barreira na interação social, desviando a atenção para a característica estigmatizada e prejudicando a percepção dos outros atributos da pessoa. Ele argumenta que esses estigmas são sociais e podem levar à exclusão daqueles que não se enquadram nas expectativas normativas.

O filme "Coringa" (2019) pode ser relacionado às ideias de Goffman sobre estigma de várias maneiras. O protagonista, Arthur Fleck, enfrenta estigmas relacionados tanto ao seu corpo, devido a sua condição de saúde mental e risada descontrolada, quanto ao seu caráter individual, especialmente após ser rotulado como criminoso e violento. Esses estigmas afastam as pessoas e contribuem para sua alienação e isolamento social. Além disso, o filme explora temas de exclusão social, desigualdade e a busca por identidade em uma sociedade que marginaliza aqueles que não se encaixam em suas normas. Arthur, como o Coringa, se torna um símbolo de resistência contra essas expectativas normativas, desafiando o conceito de "normalidade" e expondo as falhas do sistema que marginaliza os "diferentes".

## CONCLUSÃO

Conclui-se que no filme "Coringa", dirigido por Todd Phillips, vemos uma representação vívida das dinâmicas retratadas por Foucault e Goffman em suas obras. Ao protagonista, Arthur Fleck, é oferecido o lugar de exclusão social destinado aqueles que desviam da norma. Essas narrativas, tanto nas obras de Foucault quanto no filme, acentuam a importância de oferecer um novo lugar social para loucura que promova uma maior compreensão e empatia em relação às questões de saúde mental.

Ressalta-se que os estudos de Michel Foucault em "História da Loucura na Idade Clássica" (1986) não apenas analisam a percepção da loucura ao longo do tempo, mastambém desnaturalizam a associação entre loucura e doença mental. Ele destaca como a sociedade enclausurou os considerados loucos, não apenas por razões médicas, mas também sociais, políticas e econômicas.

Os conceitos de estigma de Erving Goffman (2004/1891) também são aplicáveis pois mostram como os estigmas sociais podem criar barreiras na interação social e contribuir para a exclusão daqueles que não se encaixam nas expectativas normativas. O "Coringa" não é apenas uma história sobre um vilão icônico, mas também uma reflexão sobre a marginalização, exclusão e busca por identidade em uma sociedade que muitas vezes marginaliza aqueles que não se encaixam em suas normas.

**REFERÊNCIAS**

CORINGA. Roteiro: Todd Phillips. **Música:** Hildur Guðnadóttir. [S.L.]: Village Roadshow Pictures, 2019. Son., color.

FLORES, Douglas. A importância dos profissionais de saúde na desinstitucionalização do estigma dos sujeitos com transtornos mentais. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, [S.L.], n. 23, jun. 2020. Portuguese Journal of Mental Health Nursing. http://dx.doi.org/10.19131/rpesm.0271.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura: na idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. [S.L.]: Ltc, 2004/1891. 124 p. Tradução de: Mathias Lambert. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman,erving.estigma_notassobreamanipulacaodaidentidadedeteriorada.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro. Graal, 1982.

PENAFRIA, Manuela. Análise de Filmes - conceitos e metodologia(s) . **VI Congresso SOPCOM**, abril de 2009.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# CORRELAÇÃO DOS MEMBROS INFERIORES E FUNCIONALIDADE DO IDOSO: TESTES USADOS.

Marília Silveira Maia[1]
Flávio José Neto Campos[2]
Dárlyson Marlon Santiago Silva[3]
Tayla Márcia Nogueira Lucena Lima[4]
Jean Michel Regis Mendes[5]

## RESUMO

**Introdução:** É comum que com o envelhecimento ocorra perda da funcionalidade como caminhar, andar, sentar e levantar, subir escadas, tendo em vista que se tem uma perda significativa da força e do percentual da musculatura, o que pode ser avaliado com uso de testes Timed Up and Go (TUG), teste de sentar e levantar (TSL) e teste de degrau na avaliação funcional de idosos e sua relação com a força muscular dos membros inferiores. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada entre os meses de abril e maio de 2024, nas seguintes bases de dados Pubmed, SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde. **Resultado e Discursão:** Observou que os teste de degrau e 5-Time Stand-to-Sit (5TSST) tem uma especificidade maior para membros inferiores quando comparado ao teste de Timed Up and Go (TUG). **Conclusão:** Através dessa revisão viu-se que o uso de testes avaliativos adequados possibilita a avaliação da perca da funcionalidade e a tomada de decisão para a melhor conduta a ser tomada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Membros inferiores; Funcionalidade; Idoso; Teste Físico.

## INTRODUÇÃO

Com o passar das décadas de vida, é comum que ocorra mudanças fisiológicas como diminuição da audição, baixa do sistema vestibular que está associado ao equilíbrio, cognição, como também o desenvolvimento de doenças, hipertensão, Alzheimer. A sarcopenia é uma

[1]FACULDADE VIDAL: Acadêmica do Curso de Graduação em Fisioterapia. e-mail: mariliasilveiramaia@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. e-mail: flaviocampos964@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. e-mail: darlysonmarlon@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: Acadêmica do Curso de Graduação em Fisioterapia. e-mail: taylamarcia842@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: Fisioterapeuta. Mestre em Saúde e Sociedade-UERN. Professor do Curso de Graduação em Fisioterapia. e-mail: jeanmendesfisio@gmail.com

doença também característica dos idosos, em que ocorre a perda da massa muscular (PAPADOPOULOU SK, 2020), componente essencial na funcionalidade desses indivíduos. Sendo de muita importância identificar o impacto que essa perda pode causar no indivíduo, comumente são realizadas avaliações físicas através de testes acessíveis de prática aplicação, baixo custo e fácil interpretação, tais como o teste como 5-Time Stand-to-Sit (5TSST), teste de sentar e levantar e Timed Up and Go (TUG), capazes de avaliar a força muscular nos membros inferiores (MMII), possíveis quedas e perda de funções comuns.

A expectativa de vida da população está cada vez maior, dessa forma o número de idosos por consequência aumenta, sendo necessário ter um olhar especializado para essa população, para que as próximas gerações de idosos sejam mais saudáveis e ativas, como também menores números de internação e uso de fármacos. Nesse sentido, é importante que estudos sejam feitos visando uma estratégia de prevenção e alcance de melhores condições de vida em idades mais avançadas. Os testes avaliativos são uma maneira de avaliar a necessidade do paciente, sendo possível traçar um plano de tratamento otimizado e com evoluções mais eficazes (CAMARGO, N. 2023).

Os testes citados foram selecionados por exigirem um recrutamento maior dos membros inferiores e possibilitar uma mensuração mais fidedigna da capacidade física de cada indivíduo. Por isso, foram escolhidos com o objetivo de verificar o impacto funcional que alguma alteração no seu desempenho possa afetar as atividades diárias, recreativas, laborais ou até desportivas (CAMARGO, N. 2023).

## METODOLOGIA

Foi realizado uma busca nas seguintes bases de dados PubMed, SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), entre os meses de abril e maio de 2024, as buscas entornaram de acordo com os descritores: “Membros Inferiores; Funcionalidade; Idoso; Teste Físico”. Encontrando inicialmente o número total de 11 artigos, após aplicarmos os critérios de inclusão e exclusão, e por fim, a leitura na íntegra dos artigos pré-selecionados, o número final foi condensado em 4 artigos, sendo estes utilizados para compor a presente revisão.

Os critérios de inclusão foram estudos publicados nos últimos 5 anos, que utilizassem pelo menos um dos seguintes testes: teste 5-Time Stand-to-Sit (5TSST), Timed Up and Go (TUG) e teste de degrau em idosos, bem como, os critérios de exclusão foram estudos de casos, estudos que não tivessem na língua portuguesa e estudos que não estavam disponíveis na íntegra.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

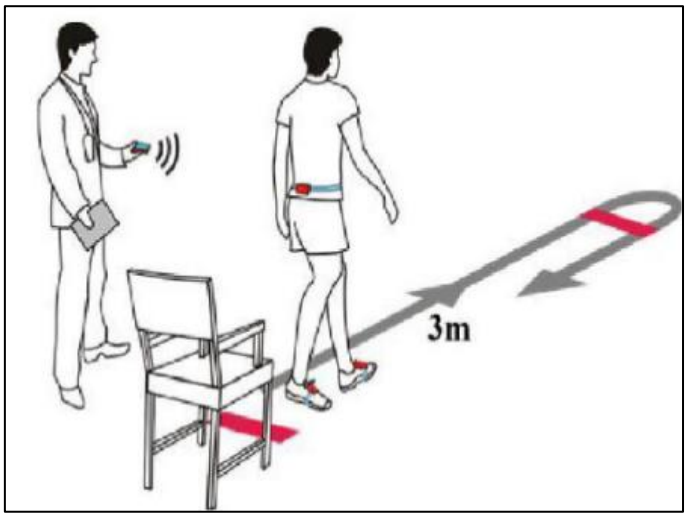
Verificou-se que o teste de 5TSST e de degrau, exigiam maior atuação dos membros inferiores, sendo capazes de identificar comprometimento no desempenho funcional mesmo no princípio da disfunção, como também sarcopenia. Teste 5-Time Stand-to-Sit e (5TSST) e teste de degrau, tem uma boa confiabilidade, o valor é positivo quando são realizados com um maior número de repetições. (CAMARGO, N.2023).

No teste de TUG verificou-se que os idosos com mais predisposição a quedas são aqueles que têm o tempo prolongado na realização do teste, maior quantidade de passadas, indicativo de menor atividade funcional, força muscular de membros superiores e inferiores (OLIVEIRA-ZMUDA, 2022). O medo da queda faz com que os indivíduos adotem a marcha com pequenas passadas, diminuição da altura e comprimento da passa, tendo assim uma passada lenta, a fim de manter o equilíbrio.

*Timed Up and Go* tem uma boa confiabilidade, porém não tem uma especificidade para MMII, quando comparado ao 5TSST e teste de degrau. São testes de rápida aplicabilidade e não necessitam de muitos recursos, o que facilita a avaliação funcional e consequentemente são úteis para traçar um plano de prevenção mais assertivo (OLIVEIRA-ZMUDA,2022), assim fortalecendo os membros inferiores e evitando os riscos de queda.

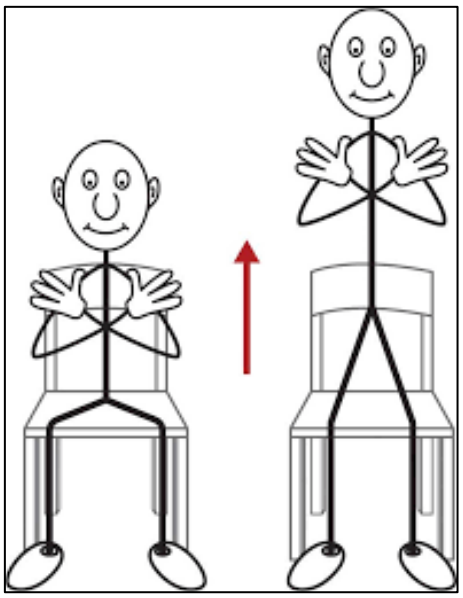
Para OLIVEIRA-ZMUDA et al.[2] durante a pandemia, devido à privação social, houve um agravo da disfuncionalidade para o público com idade avançada, o qual não podiam visitar seus familiares e amigos, desfrutar momentos de lazer e praticar atividades físicas, o que acentua a diminuição de força dos membros inferiores (MMII) e riscos de queda.

**FIGURA 1** – Demonstração do Teste *Timed Up and Go* – TUG (Tempo, Levantar e Andar).



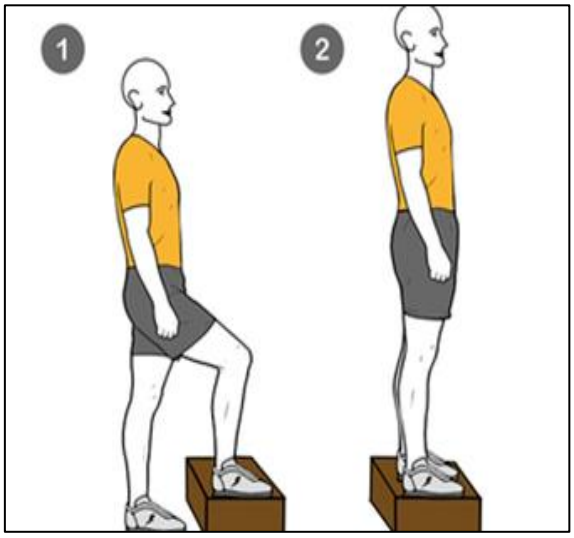

Fonte: Google imagens

**FIGURA 2** – Demonstração do Teste 5-Time Stand-to-Sit (5TSST).



Fonte: Google imagens

**FIGURA 3** – Demonstração do Teste do Degrau.




Fonte: Google imagens

Na figura1, tem o teste de TUG, em que o avaliado deve levantar-se da cadeira, caminhar por três metros, dar uma volta e retomar a posição sentada, encerrando assim o tempo no cronômetro. Já a figura 2 é o teste de 5TSST, o qual o adulto deverá sentar e levantar cinco vezes em sua maior potência, a fim de ter um menor tempo. Na figura 3 tem-se o teste de degrau, que consiste em subir e descer degraus o mais rápido possível durante 6 minutos (RITT, L. E. F. 2021).

## CONCLUSÃO

O uso de instrumentos avaliativos adequados não apenas pode aprimorar as avaliações funcionais em idosos, mas também desempenha um papel crucial na identificação de déficits motores que possibilitam intervenções precoces, atuando na prevenção de quedas e na manutenção da força dos membros inferiores. Essas avaliações permitem também a formulação de intervenções específicas, direcionadas às necessidades da população idosa, visando não apenas a funcionalidade dos membros inferiores, mas do indivíduo de forma global, assim como fomentando a segurança e qualidade de vida, reduzindo o risco de acidentes e mantendo a mobilidade, autonomia e independência dos idosos.

## REFERÊNCIAS


CAMARGO, N. et al. **Brief Lower Body Functional Performance Questionnaire (Brief-LBFPQ) for independent older adults**. Fisioterapia em Movimento, v. 36, 1 jan. 2023.
OLIVEIRA-ZMUDA, G. G. et al. **Timed Up and Go test phases as predictors of future falls in community-dwelling older adults**. Fisioterapia em Movimento, v. 35, 2022.

PAPADOPOULOU SK. et al **Sarcopenia: A Contemporary Health Problem among Older Adult Populations. Nutrients**. 2020 May 1;12(5):1293. doi: 10.3390/nu12051293. PMID: 32370051; PMCID: PMC7282252.

RITT, L. E. F. et al. **O Teste do Degrau de Seis Minutos como Preditor de Capacidade Funcional de Acordo com o Consumo de Oxigênio de Pico em Pacientes Cardíacos**. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 116, n. 5, p. 889–895, maio 2021.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# CRIANÇAS E ADOLESCENTES PORTADORAS DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: IMPORTÂNCIA DA TERAPIA NUTRICIONAL NA SELETIVIDADE ALIMENTAR.

Maria Cintia De Macedo Soares[1]

## RESUMO

No Transtorno do Espectro Autista (TEA) destaca a seletividade alimentar como uma das alterações comportamentais observadas nos quadros de TEA. Esse comportamento alimentar se caracteriza principalmente pela exclusão de uma variedade de alimentos. O objetivo desse trabalho é identificar a importância da terapia nutricional na seletividade alimentar das crianças e adolescente austita.Trata-se de uma revisão literária, a captura dessa produção foi processada por meio do Scientific Electronic Library Online (SCIELO), The PKP Index (PKP), Google Acadêmico. De acordo com este estudo observou-se que a terapia nutricional desempenha um papel fundamental na abordagem desse problema, podendo contribuir para melhorar sua saúde e qualidade de vida, proporcionando-lhes uma base sólida para um desenvolvimento saudável e bem-sucedido, como também pode ter impactos positivos no comportamento, cognição e função gastrointestinal das crianças com TEA.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alimentação, autismo, seletividade alimentar, terapia nutricional.

## ABSTRACT

In Autism Spectrum Disorder (ASD), food selectivity is highlighted as one of the behavioral changes observed in ASD. This eating behavior is mainly characterized by the exclusion of a variety of foods. The objective of this work is to identify the importance of nutritional therapy in the food selectivity of Australian children and adolescents. This is a literary review, the capture of this production was processed through the Scientific Electronic Library Online (SCIELO), The PKP Index (PKP ), Academic Google. According to this study, it was observed that nutritional therapy plays a fundamental role in addressing this problem, and can contribute to improving their health and quality of life, providing them with a solid foundation for a healthy and successful development, as well as have positive impacts on the behavior, cognition and gastrointestinal function of children with ASD.

**KEYWORDS:** Food, autism, food selectivity, nutritional therapy.

## INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é amplamente reconhecido dentro dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento, marcado por desafios significativos na interação social, comunicação e padrões restritos, repetitivos e estereotipados de comportamento (Muratori, 2014).

A literatura (SILVA NI, 2011; WESTWOOD H, et al., 2017) destaca a seletividade alimentar como uma das alterações comportamentais observadas nos quadros de TEA. Esse comportamento alimentar se caracteriza principalmente pela exclusão de uma variedade de

[1] Graduada em Nutrição pela Universidade Potiguar - cintiamacedo59@gmail.com

alimentos. A seletividade alimentar pode ser transitória, correspondendo à fase de adaptação a novos alimentos, ou persistir ao longo do desenvolvimento da pessoa (SAMPAIO ABM, et al., 2013).

Observa-se que a relação entre autismo e transtornos alimentares pode resultar na carência de certos nutrientes, aumentando o risco de desnutrição, raquitismo, obesidade, atraso no crescimento, complicações ósseas, dificuldades sociais e desempenho acadêmico abaixo do esperado. Além disso, outras condições médicas associadas aos transtornos alimentares incluem sintomas gastrointestinais, distúrbios do sono, epilepsia, problemas comportamentais, transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e ansiedade ( LEADER G, et al., 2020 ;KINNAIRD E, et al .,2019)

Diante ao exposto acima o estudo tem como objetivo identificar a importância da terapia nutricional na seletividade alimentar das crianças e adolescentes portadores de espectro austita.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão literária, em uma busca minuciosa sobre a temática trabalhada. Na busca bibliográfica on-line foram obtidos vários artigos científicos. A captura dessas produções foi processada por meio do Scientific Electronic Library Online (SCIELO), The PKP Index (PKP),Google Academico. Foram selecionados 7 artigos com publicações entre 2017 a 2024, usando como palavras-chaves: Alimentação, autismo, seletividade alimentar, terapia nutricional e alimentar. Teve-se como critério de inclusão artigos completos, a partir do ano de 2017, idioma em português, como exclusão foram os artigos antes do ano de 2017, incompletos, e os que apresentassem em língua estrangeira.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Caetano et al., (2018) , as crianças com autismo têm uma maior suscetibilidade a desenvolver carências nutricionais e apresentam até três vezes mais chances de desenvolver obesidade em comparação com adolescentes sem o transtorno. Isso se deve ao fato de que elas tendem a ter uma alimentação mais seletiva, com mais limitações e restrições do que crianças sem TEA. Um estado nutricional inadequado e a restrição na diversidade de alimentos podem impactar negativamente a qualidade de vida das pessoas com autismo, podendo até mesmo agravar os sintomas da condição.

Sendo que aproximadamente 80% das crianças com TEA tem de problemas como seletividade alimentar e 95% tem resistência em experimentar novos alimentos (LOCKNER, 2008).

De acordo com um estudo realizado por Rocha et al., (2019) foi realizada uma pesquisa de campo descritiva, do tipo exploratória, com abordagem quantitativa sobre a análise da seletividade alimentar de crianças com Transtorno do Espectro Autista, participaram desta pesquisa 29 crianças com o diagnóstico de TEA atendidas na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) na cidade de Caxias- MA. Com o objetivo de mapear as principais dificuldades na alimentação, todas as mães ou responsáveis pelos participantes foram convidados a participar do estudo. Os resultados deste estudo indicam que os participantes analisados apresentam comportamentos que tendem à seletividade alimentar, além de evidenciar um risco de problemas nutricionais nas crianças estudadas. Este é um fator preocupante, pois a fase da infância tem impacto direto a longo prazo. É crucial que essas crianças recebam intervenção nutricional adequada, pois há uma falta de informação fornecida aos pais ou cuidadores sobre a importância da alimentação no TEA.

Um estudo de revisão bibliografica feito por Campello et al., (2021) com 17 artigos são de origem Brasileira e 1 de origem Estrangeira, objetivo de identificar a seletividade

alimentar em crianças diagnosticadas com autismo e sindrome de asperger nos tempos atuais. Abordam o consumo alimentar de crianças do transtorno do espectro autista (TEA). Os estudos realizados na avaliação do comportamento alimentar e nutricional são de grande importância para melhorar o estado nutricional e garantir a ingestão adequada de nutrientes, prevenindo deficiências alimentares. Nesse sentido, é crucial relatar o estado nutricional das crianças que apresentam seletividade alimentar, a fim de monitorar sua qualidade de vida. Esse monitoramento é essencial para garantir que intervenções nutricionais adequadas sejam implementadas, promovendo uma nutrição balanceada e contribuindo para o bem-estar geral das crianças com TEA.

Este artigo feito por Almeida et al., examina a relação entre o consumo de alimentos ultraprocessados e o estado nutricional de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Estudo transversal e descritivo, cuja coleta de dados ocorreu no período de maio a setembro de 2017, em São Luís, Maranhão, Brasil, com crianças diagnosticadas com transtorno do espectro autista (TEA). 29 crianças, de idades entre 3 e 12 anos. Utilizou-se um questionário semiestruturado, elaborado pelos pesquisadores, com perguntas relacionadas a condições socioeconômicas (renda familiar mensal, escolaridade do responsável, estado civil e ocupação) e questões sobre seletividade alimentar ou dificuldade das crianças em aceitar novos alimentos.Os dados antropométricos foram obtidos através da aferição do peso e altura das crianças. As informações sobre o consumo alimentar foram obtidas por meio de um recordatório de 24 horas (R24h), todos os alimentos e bebidas consumidos pela criança foram meticulosamente registrados, incluindo detalhes sobre preparação, quantidades e marcas. Em seguida, esses alimentos foram classificados de acordo com o nível de processamento, seguindo as diretrizes do Guia Alimentar da População Brasileira. Este guia classifica os alimentos em três categorias distintas: alimentos in natura ou minimamente processados, alimentos processados e alimentos ultraprocessados. Essa classificação proporciona uma compreensão clara do perfil alimentar da criança, permitindo uma análise precisa do impacto dos diferentes tipos de alimentos em sua saúde e estado nutricional. Alimentos in natura ou minimamente processados foram a base da alimentação das crianças estudadas. Apesar disso, o maior consumo de alimentos ultraprocessados esteve associado ao excesso de peso nas crianças com TEA.

Segundo o estudo feito por Magagnin et al., (2019) a metodologia usada foi pesquisa de abordagem qualitativa do tipo exploratória e descritiva O estudo foi realizado com 14 pais de crianças e adolescentes com TEA que frequentam uma escola de educação especial especializada na educação de pessoas com TEA localizada em um município da Região Carbonífera de Santa Catarina (AMA-REC/SC). Para analisar Hábitos alimentares de crianças e adolescentes com TEA, Dificuldades alimentares de crianças e adolescentes com TEA e Estratégias alimentares para crianças e adolescentes com TEA. Nos relatos analisados, foi observada a presença de "maus hábitos alimentares", conforme classificado pelos próprios cuidadores. Isso foi evidente nas declarações de alguns pais sobre a preferência de seus filhos por alimentos ultraprocessados, demonstrando um desinteresse por alimentos in natura ou minimamente processados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a seletividade alimentar é um desafio significativo enfrentado por crianças e adolescentes com TEA, com consequências adversas para o seu estado nutricional e qualidade de vida. A terapia nutricional desempenha um papel fundamental na abordagem desse problema, oferecendo estratégias eficazes para promover uma alimentação mais variada e balanceada. Ao fornecer apoio nutricional adequado, podemos ajudar a melhorar o bem-estar desses indivíduos e otimizar seu desenvolvimento global.

Podemos destacar a importância da terapia nutricional como uma abordagem essencial para lidar com a seletividade alimentar em crianças e adolescentes com TEA. Ao promover uma alimentação mais variada e nutritiva, podemos contribuir para melhorar sua saúde e qualidade de vida, proporcionando-lhes uma base sólida para um desenvolvimento saudável e bem-sucedido, como também pode ter impactos positivos no comportamento, cognição e função gastrointestinal das crianças com TEA.

## REFERÊNCIAS


ALMEIDA, A. et al. **Consumo de ultraprocessados e estado nutricional de crianças com transtorno do espectro do autismo**. Publicado em Rev Bras Promoç Saúde, 31(3): 1-10, jul./set., 2018.

CAETANO, M. et al. **Perfil nutricional de crianças portadoras do transtorno do espectro autista.** Publicado em Rev Bras Promoç Saúde, Fortaleza, 31(1): 1-11, jan./mar., 2018.

CAMPELLO, M. Et al. **Seletividade alimentar em crianças diagnosticadas com autismo e sindrome de asperger nos tempos atuais: uma revisão integrativa.** Publicado em Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.7.n.11.nov. 2021. ISSN - 2675 – 3375.

KINNAIRD E, NORTON C, PIMBLETT C, STEWART C, TCHANTURIA K. **Eating as an autistic adult: an exploratory qualitative study**. PLoS One. 2019;29;14(8):e0221937.

LEADER G, TUOHY E, CHEN JL, MANNION A, GILROY SP. **Feeding problems, gastrointestinal symptoms, challenging behavior and sensory issues in children and adolescents with autism spectrum disorder**. J Autism Dev Disord. 2020;50:1401-10.

LOCKNER, D.W.; CROWE, T.K.; SKIPPER, B.J. **Dietary intake and parents' perception of mealtime behaviors in preschool-age children with autism spectrum disorder and in typically developing children**. J Am Diet Assoc, v. 108, n. 8, p. 1360-3, 2008. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0002822308006548 . Acesso em 21 Abril 2025.

MAGAGNIN, T. et al. **Aspectos alimentares e nutricionais de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista.** Publicado em Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 31(1), e310104, 2021.

MURATORI, F. (2014). **O diagnóstico precoce no autismo: guia prático para pediatras**. Salvador: NIIP.

ROCHA, G. et al. **Análise da seletividade alimentar de crianças com Transtorno do Espectro Autista.** Pulicado em Revista Eletrônica Acervo Saúde / Electronic Journal Collection Health | ISSN 2178-2091.

SAMPAIO A.B.M, et al. **Seletividade alimentar: uma abordagem nutricional.** Revista Brasileira de Psicologia, 2013;62(2):164-170.

SILVA NI. **Relações entre hábito alimentar e síndrome do espectro autista**. Revista Resolução CoPGr 5890 de 2010, 2011.

WESTWOOD, H, et al. **Clinical evaluation of autistic symptoms in women with anorexia nervosa. Molecular Autism,** v.8, 2017.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# **CUIDANDO DE QUEM CUIDA:** A IMPORTÂNCIA DO OLHAR DIRECIONADO AO ACOMPANHANTE DURANTE O PROCESSO DE HOSPITALIZAÇÃO

Aline Franco da Silva[1]

**RESUMO**

O presente trabalho consiste em um relato de experiência acerca da prática do psicólogo hospitalar em relação ao cuidado psicológico aos acompanhantes de pacientes internados em um hospital público terciário no interior do Ceará. Desta forma, conduziu-se a escrita com o objetivo de explanar sobre as questões psíquicas envolvendo o familiar que permanece como acompanhante e também encontra-se vulnerável do ponto de vista emocional. Compreendendo a figura deste como de extrema importância no processo do cuidado do paciente, torna-se imprescindível a presença do profissional psicólogo, de modo a contribuir com a expressão de emoções, bem como auxiliar no fortalecimento e criação de estratégias de enfrentamento saudáveis diante do contexto vivido.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia hospitalar; Família; Psicologia da Saúde.

## INTRODUÇÃO

Levando em consideração os estudos de Guarnieri e Pio (2018), o paciente ao ser hospitalizado se depara com diversas emoções desconfortáveis, principalmente relacionado ao fato da interrupção de sua rotina, perda de sua autonomia, necessidade de adequação as normas hospitalares, bem como o medo da morte.

Diante dessa conjuntura, o Ministério da Saúde em 2003 instituiu a Política Nacional de Humanização (PHN), que versa sobre propagar uma cultura de humanização na rede de saúde, capacitar os profissionais, melhorar a qualidade da assistência, dentre outros (Brasil, 2013).

A partir do século XX e através das concepções baseadas no Sistema Único de Saúde (SUS), o conceito de integralidade se tornou efetivo na prática, no qual levou-se em consideração às ações possíveis para promoção da saúde e diminuição de agravos. O acompanhante passou a ser visto como um facilitador do processo de vivência da hospitalização, sendo capaz e manter vínculos afetivos e sociais (Sanches, ICP et al, 2013) .

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: francoalinepsi@gmail.com.

Com o adoecimento de um membro, a família modifica sua forma de se relacionar e os papéis exercidos dentro da dinâmica familiar, tendo a necessidade de se adaptar a uma nova realidade súbita, que não houve, muitas vezes, tempo de preparação para tal.

> A hospitalização de um dos membros da família é um evento que gera estresse. Como o equilíbrio do sistema é interrompido pelas necessidades internas e pelas solicitações externas, a hospitalização é percebida como ameaçadora. Se o equilíbrio não é restaurado, tem-se uma crise. As estratégias adaptativas usadas e seu sucesso em restaurar o equilíbrio do sistema podem ser medidas pelas respostas individuais, tanto motora quanto afetivas (Romano, 1999, p. 73).

De acordo com Henriques e Cabana (2013), o processo de hospitalização causa uma grande modificação a rotina tanto para o paciente como para o familiar que o acompanha, alterando a sua condição psíquica e física, pois, ao encontrar-se hospitalizado, é recorrente o início de emoções como medo e ansiedade, além da angústia e tristeza associadas ao estar doente.

Logo, a presença do profissional psicólogo hospitalar com o olhar direcionado as alterações psicológicas também do acompanhante, se faz indispensável, com objetivo de proporcionar bem-estar emocional a este, o que também influencia diretamente na experiência do paciente durante seu processo de hospitalização.

O objetivo do presente trabalho é compartilhar experiências práticas relacionadas ao papel do psicólogo hospitalar no acolhimento psicológico destinado aos acompanhantes de pacientes internados em uma instituição de saúde.

## METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência vivenciado por uma psicóloga hospitalar e pautado no papel desde profissional durante os atendimentos destinados aos acompanhantes de pacientes hospitalizados em um hospital geral público do município de Limoeiro do Norte, no período compreendido entre julho/2022 à abril/2024.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na vivência da prática de psicóloga hospitalar, compreende-se que o processo de hospitalização gera por si só um nível intenso de sofrimento emocional, tanto para o paciente, quanto para a família.

O psicólogo hospitalar é o profissional responsável por auxiliar o paciente e família a atravessar o processo de adoecimento e fortalecer estratégias de enfrentamento saudáveis diante do contexto vivido.

Os atendimentos no hospital são realizados por meio de busca ativa (quando o profissional busca o paciente/família sem ter tido qualquer demanda prévia), interconsulta (momento em que alguém da equipe contacta o psicólogo para atendimento) e por demanda espontânea (que configura-se quando o próprio paciente e/ou acompanhante procura o serviço de psicologia).

Ao iniciar um atendimento psicológico a algum paciente, faz parte da rotina do psicólogo realizar também acolhimento aos acompanhantes, que em grande maioria, encontram-se em intenso nível de sofrimento, seja pelo diagnóstico em si, prognóstico, medo de um desfecho ruim, afastamento de suas atividades, ou diversas outras situações que desencadeiam questões psíquicas.

Segundo Da Vitória e De Assis (2015), destaca-se a necessidade do acompanhante também ser visto em seu quadro emocional, pois enfrentam mudanças em sua rotina, deixam o seu lar, sua atividade laboral, o que gera estresse e preocupação de forma duradoura.

Bertoglio, Escher, e Perteson (2008) visualizam desafios em relação a estrutura hospitalar, que muitas vezes não é disponibilizado um lugar para descanso, bem como dificuldade na comunicação com a equipe de saúde, que em alguns casos não é repassado as informações de forma clara.

A partir do momento em que o psicólogo identifica demanda psíquica no acompanhante, este será inserido com atendimentos contínuos durante todo o período da internação. Caso haja necessidade, o profissional fará um encaminhamento para a Rede de Atenção Psicossocial, com objetivo de dar continuidade aos atendimentos no território posterior a alta.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, é possível avaliar acerca das emoções que os acompanhantes vivenciam no contexto hospitalar ao entrar em contato com o prognóstico ruim, possibilidade de morte do seu familiar internado, bem como incertezas diante da situação enfrentada.

É imprescindível que o psicólogo hospitalar esteja atendo as demandas psíquicas dos acompanhantes, proporcionando assim, um cuidado integral a este, que consequentemente beneficia também o paciente.

## REFERÊNCIAS


BERTOGLIO ESCHER, R. e PETERSEN COGO, A. L. Os familiares de pacientes adultos hospitalizados: sua participação no processo de cuidar na enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 242, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Política Nacional de Humanização. 1ª Edição. Brasília, DF. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **HumanizaSUS. Visita aberta e direito ao acompanhante**. 2ª Edição. Brasília, DF: MS; 2007.

DA VITÓRIA, Aline Letícia e DE ASSIS, Cleber Lizardo. Vivências e estratégias de enfrentamento em acompanhantes de familiares hospitalizados em uma unidade hospitalar do município de Cacoal-RO. **Aletheia.** 2015, v. 46, pp. 16-33.

GUARNIERI, Ana C. e PIO, Danielle A. M. **A presença do acompanhante na urgência. Tempus Actas de Saúde Coletiva.** 2018. Brasília, 11(4), pp. 41-57.

HENRIQUES, R. T. M., & Cabana, M. C. F. L. (2013). **O acompanhante no processo de hospitalização.** Psicologado, s/d.

ROMANO, B. W. (1999). **Princípios para a prática da psicologia clínica em hospitais.** São Paulo: Casa do Psicólogo.

SANCHES ICP, Couto IRR, Abrahão AL, Andrade M. **Acompanhamento hospitalar: direito ou concessão ao usuário hospitalizado?** Ciência Saúde Coletiva [Internet]. 2013 Jan; [cited 2018 Feb 7]; 18(1):67-76.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO:

## LICENÇA-PATERNIDADE PARA PAIS ADOTIVOS

Carlos Luan Lima Maciel[1]
Enderson Bezerra do Nascimento [2]
Maria Samira Holanda Silva[3]
Sâmia Sara de Aquino Cabó [4]
Solange Maria Lourenço Vidal [5]

**RESUMO**

O presente trabalho irá tratar sobre a falta de regulamentação adequada em relação à licença-paternidade para pais adotivos no brasil, destacando a importância da igualdade de direitos entre homens e mulheres na esfera familiar. Aponta que a discrepância na duração da licença-paternidade em comparação com a licença-maternidade contradiz o princípio de isonomia da constituição federal, ressaltando a necessidade de políticas inclusivas que reconheçam a diversidade de experiências parentais. O estudo visa examinar os impactos sociais, familiares e culturais da ausência de políticas de licença-paternidade para pais adotivos e propõe compreender como sua implementação pode contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero. Destaca a importância de medidas adicionais para garantir o acesso equitativo à licença-paternidade, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária. A decisão judicial recente do tribunal regional federal, equiparando a licença-paternidade à licença-maternidade, é citada como um avanço significativo nesse sentido, exemplificando como essa medida pode impactar positivamente a vida de pais adotivos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Licença; Paternidade; Adoção; Direitos.

## INTRODUÇÃO

A igualdade de direitos entre pais adotivos em relação à licença parental, destaca a falta de regulamentação adequada após duas décadas da Constituição Federal. A igualdade perante a lei, conforme estabelecido no artigo 5º, é fundamental para garantir os mesmos direitos e obrigações para homens e mulheres. Nesse sentido, a discrepância na duração da licença-paternidade em comparação com a licença-maternidade contradiz esse princípio de isonomia,

[1]FACULDADE VIDAL: especialista em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho; Bacharel em Direito pela URFESA e presidente da Comissão de Direito Humanos da OAB Vale do Jaguaribe. E-mail: carlosluanmaciel@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: graduando em direito na Faculdade Vidal; E-mail: enderson.preta1234567@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: graduanda em direito na Faculdade Vidal; E-mail: samirahollanda162@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: graduanda em direito na Faculdade Vidal; E-mail: sarasamia542@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: graduanda em direito na Faculdade Vidal; E-mail: langevidal@hotmail.com

especialmente considerando o dever compartilhado de ambos os pais na assistência, criação e educação dos filhos, conforme mencionado no artigo 229. Assim, a igualdade de gênero na esfera familiar não só é essencial para a justiça social, mas também para o bem-estar e desenvolvimento saudável da criança. Portanto, é necessário promover uma legislação que garanta que pais adotivos tenham o mesmo período de licença que mães adotivas, fortalecendo assim os laços familiares e promovendo um ambiente mais equitativo para a criança.

Nessa perspectiva, o presente trabalho busca examinar como a falta de equiparação de políticas de licença-paternidade para pais adotivos contribui para a perpetuação de estereótipos de gênero e quais são os impactos sociais e familiares resultantes dessa lacuna. Pode-se argumentar que questões culturais sobre o papel do pai na família desempenham um papel significativo, destacando a necessidade de políticas inclusivas que reconheçam e valorizem a diversidade de experiências parentais, independentemente da forma como a família é constituída. Neste contexto, a pesquisa visa analisar como o acesso às licenças maternidade e paternidade no Brasil é influenciado pela estratificação social, especialmente em relação à contribuição para os sistemas oficiais de seguridade e ao status de trabalhador formal.

Essas disparidades no desenho das políticas revelam a persistência de uma "cidadania regulada", conforme Santos (1979), que perpetua desigualdades de acesso aos direitos concedidos pelas licenças.

Sob essa perspectiva, o objetivo central deste estudo é compreender como a implementação dessas políticas de licença-paternidade para pais adotivos poderá contribuir para que haja a desconstrução de estereótipos de gênero, com a finalidade de promover uma igualdade.

## METODOLOGIA

O presente trabalho utiliza uma revisão bibliográfica de natureza descritiva, a qual busca analisar como essa implementação de políticas de licença-paternidade para pais adotivos irá correlacionar na desconstrução de estereótipos, buscando investigar os impactos sociais, familiares e culturais dessa iniciativa.

Toda análise da literatura foi executada durante o desenvolvimento do estudo, por meio de revisões bibliográficas que engloba sites, artigos científicos publicados em revistas importantes disponibilizados no Google Acadêmico (Marconi; Lakato).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A princípio, em dezembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu ao Congresso Nacional um prazo de 18 meses para elaborar uma lei a qual regule a licença-paternidade no Brasil, pois é um direito garantido temporariamente pela Constituição. Dessa maneira, observa-se que tanto os trabalhadores com carteira assinada quanto os servidores públicos possuem o direito a apenas cinco dias corridos de licença-paternidade, que também se aplica a casos de adoção. No entanto, uma pesquisa realizada pelo Datafolha revelou que 76% dos brasileiros acreditam que esse período de cinco dias deveria ser ampliado.

A ampliação da licença-paternidade é uma medida que, embora beneficie os trabalhadores e possa ser vista como uma política social positiva, tem efeitos variados e não totalmente desejáveis. Desse modo, pode afetar o emprego e os salários, com possíveis reduções salariais para compensar o custo para os empregadores. Além disso, pode influenciar os resultados futuros das crianças, tanto positivamente, devido ao aumento do tempo de interação com os pais, quanto negativamente, devido ao potencial impacto na estabilidade familiar, conforme, Huerta (2013) e Cools (2015).

Nesse contexto, as instituições responsáveis pela execução das políticas sociais enfrentam desafios significativos devido à persistência de estruturas internas tradicionais e à evolução dos problemas sociais contemporâneos. A disfuncionalidade familiar é destacada como uma questão central que demanda uma abordagem multidimensional, envolvendo redes de organizações tanto em pesquisa quanto em ação para promover intervenções eficazes e reduzir os ciclos de reprodução da pobreza intergeracional, afirma Mioto, Campose e Carloto (2020).

Evidências empíricas sugerem que a licença-paternidade, especialmente em países com extensão mais longa, promove uma maior interação dos pais com os filhos recém-nascidos. Mesmo em países sem legislação específica, como os EUA, promove algum tipo de licença remunerada do trabalho por adoção ou nascimento do filho, em que os pais têm sido envolvidos em atividades de cuidado do recém-nascido, conforme Tanaka; Waldfogel (2007).

Dessa maneira, Huerta (2013) relaciona, que embora haja um certo ceticismo quanto aos efeitos esperados da extensão da licença-paternidade, evidências sugerem que interações entre pais e filhos são cruciais para o desenvolvimento cognitivo da criança. Uma extensão significativa da licença, similar à proposta, poderia potencialmente proporcionar benefícios duradouros, como demonstrado em países onde essa prática já é adotada.

Nessa perspectiva, o 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF-1 realizou uma decisão judicial que garante a um servidor público o direito a uma licença-paternidade por adoção equivalente à licença-maternidade de 120 dias, prorrogados por mais

60 dias, totalizando 180 dias. A decisão estendeu o benefício normalmente concedido a gestantes, que têm direito a uma licença-maternidade de 120 dias consecutivos com remuneração integral. A ação foi movida por um servidor que adotou uma criança e argumentou que ele deveria ter o mesmo período de licença que uma mãe biológica. A decisão reconheceu o direito do servidor e estendeu a licença-paternidade para 180 dias, equiparando-a à licença-maternidade.

Desta forma, isso representa um avanço na igualdade de gênero e na promoção da paternidade responsável. Como por exemplo, o caso do Promotor de Justiça Thalles Ferreira Costa, do Acre, o qual ganha grande relevância ao exemplificar como essa medida pode impactar positivamente a vida de pais adotivos. Assim, após obter a guarda definitiva de seu filho de 11 meses e, subsequentemente, solicitar e receber uma licença-paternidade de 180 dias, Thalles não apenas reforça a importância de políticas inclusivas, mas também evidencia a paternidade, independentemente da forma de constituição familiar, demanda suporte e reconhecimento institucional.

## CONCLUSÃO

A partir do exposto, é evidente que a extensão da licença-paternidade para pais adotivos representa um passo significativo rumo à igualdade de gênero e à promoção da paternidade responsável. A decisão judicial do Tribunal Regional Federal, equiparando a licença-paternidade à licença-maternidade, é um avanço crucial para garantir direitos iguais aos pais, independentemente da forma como a família é constituída. Assim, o caso do Promotor de Justiça Thalles Ferreira Costa exemplifica como essa medida pode ter um impacto positivo na vida de pais adotivos, reforçando a importância de políticas inclusivas e reconhecimento institucional.

No entanto, apesar dos benefícios evidentes dessa medida, é fundamental reconhecer os desafios e as disparidades que ainda persistem na implementação de políticas de licença-paternidade. Dessa maneira, a necessidade de uma regulamentação adequada e de políticas inclusivas que valorizem a diversidade de experiências parentais continua sendo uma prioridade. Além disso, é crucial considerar os impactos sociais, familiares e culturais dessas iniciativas, bem como abordar questões como estereótipos de gênero e desigualdades socioeconômicas.

Portanto, é imperativo que sejam adotadas medidas adicionais para garantir que pais adotivos tenham acesso equitativo à licença-paternidade, contribuindo assim para uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS


ABRÃO, Victória Bueno**; LICENÇA-MATERNIDADE E LICENÇA-PATERNIDADE: princípio da igualdade e direitos familiares.** Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 1-37, 20 nov. 2020.

ALMEIDA, Sergio; PEREDA, Paula; FERREIRA, Rafael. **Custos da ampliação da licença-paternidade no Brasil.** Rebep, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 495-516, dez. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Planalto. Disponível em: Acesso em: 03 mai. 2024.

G1.GLOBO. **Datafolha: 76% dos brasileiros dizem que licença-paternidade deveria ser maior**. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2024/04/03/datafolha-76percent-dos-brasileiros-dizem-que-licenca-paternidade-deveria-ser-maior.ghtml. Acesso em: 10 maio 2024.

G1.GLOBO. **Pai solo consegue licença-paternidade de 6 meses para cuidar do filho adotivo no Acre: 'criar memórias'**. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/01/19/pai-solo-consegue-licenca-paternidade-de-6-meses-para-cuidar-do-filho-adotivo-no-acre-criar-memorias.ghtml. Acesso em: 08 maio 2024.

GERMANI, Gianítalo. **Raízes da escassa licença-paternidade no Brasil.** Fadusp, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-180, 2022.

HUERTA, M. D. C. et al. **Licença paterna, envolvimento dos pais e desenvolvimento infantil.** Paris: OCDE, 2013 (Documento de Trabalho Social, Emprego e Migração da OCDE, n. 140).

JUSBRASIL. **Artigo 229 da Constituição Federal de 1988**. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10643830/artigo-229-da-constituicao-federal-de-1988. Acesso em: 13 maio 2024.

JUSBRASIL. **Artigo 5 da Constituição Federal de 1988**. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10641516/artigo-5-da-constituicao-federal-de-1988. Acesso em: 13 maio 2024.

LEITE, Mauricio Sousa; SOUZA, Paula Corrêa Ferreira de; SILVA, Rodolfo Normandio Souza da; SOUZA, André Ricardo Gomes de; MARTINEZ, Adilsen Claudia. **PRINCIPIO DA ISONOMIA E A EQUIPARAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE À LICENÇA PATERNIDADE.** Revista do Curso de Direito da Universidade Braz Cubas V1 N1: Maio de 2017, [s. l], p. 1-14, maio 2017.

**Licença Paternidade: quantos dias e o que a CLT garante ao trabalhador**: https://blog.convenia.com.br/licenca-paternidade/

LIMA, Daniel Costa; SANTOS, Milena do Carmo Cunha dos. **A SITUAÇÃO DA PATERNIDADE NO BRASIL: tempo de agir.** Promund, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-57, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia cientifica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 f.

MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S; CARLOTO, C. M. (Orgs.) **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

REGIÃO, Justiça Federal- Tribunal Regional Federal da 1ª. **TRF1 garante a servidor licença-paternidade por adoção de 180 dias equivalente à licença-maternidade**. 2023. Disponível em: https://www.trf1.jus.br/trf1/noticias/?id=213. Acesso em: 10 maio 2024.

SORJ, Bila; FRAGA, Alexandre Barbosa. **Licenças maternidade e paternidade no Brasil: direitos e desigualdades sociais.** Rebep, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 1-19, dez. 2021.

THOMÉ, Candy Florêncio. **A licença-paternidade como desdobramento da igualdade de gênero: um estudo comparativo entre Brasil e Espanha**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, MG, v. 50, n. 80, p. 41-53, jul./dez. 2009. Disponível em: < https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/74331>. Acesso em: 03 mai. 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL: PROBLEMÁTICAS E CONTROVÉRSIAS QUANTO A GARANTIA DE PRINCIPIOS PROCESSUAIS E O DESCOGESTIONAMENTO JUDICIAL.

Marcos Neyrton dos Reis Costa[1]
Francisco Francimar Rodrigues Lima Filho [2]
Diogo Lázaro Bezerra Oliveira [3]
Janine Chaves Coelho Guerreiro [4]

**RESUMO**

A desjudicialização da execução é um tema de grande relevância no contexto jurídico contemporâneo, refletindo a busca por alternativas eficientes para a solução de conflitos e aprimoramento do sistema judicial. O presente trabalho tem como finalidade abordar o Projeto de Lei nº 6204/2019, que visa a desjudicialização da execução civil de título executivo judicial e extrajudicial, sob o argumento de descongestionamento do judiciário. A principal ideia do referido projeto é transferir aos tabelionatos de protestos, determinadas etapas do processo de execução, tornando, desta forma, o processo mais ágil e econômico. No entanto, no corpo do projeto, assim como, nas emendas apresentadas à ele, existem problemáticas e controvérsias que vão de encontro com o objetivo principal do projeto, além de gerar preocupação acerca das garantias dos princípios e direitos processuais. Neste trabalho, analisaremos o referido Projeto de Lei, os debates em torno dele, bem como apresentaremos tais problemáticas e controvérsias, apresentando razões pelas quais o descongestionamento do judiciário não será, efetivamente, alcançado caso o presente projeto de lei, objeto desse estudo, avance da forma que está, bem como os ricos aos princípios processuais de processo civil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desjudicialização; descongestionamento; extrajudicial.

[1]FACULDADE VIDAL: marcosneyrtom@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: francimarfilho18@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: bezerraogoid@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: janine@favili.com.br

## INTRODUÇÃO

O Projeto de Lei 6.204 de 2019, que, por hora tramita no Senado Federal, tem como objetivo transferir a autoridade do poder judiciário relativa ao processo de exercício de cargos judiciais ou extrajudiciais aos tabelionatos protestantes. Infere-se que o desvio de determinados procedimentos já ocorreu em determinadas áreas, como divórcio extrajudicial e inventário.

A desjudicialização da execução é um tema de grande relevância no contexto jurídico contemporâneo, refletindo a busca por alternativas eficientes para a solução de conflitos e aprimoramento do sistema judicial. No âmbito brasileiro, o Projeto de Lei 6204/19 emerge como uma tentativa legislativa de promover essa desjudicialização, introduzindo medidas destinadas a agilizar e simplificar o processo de execução de títulos extrajudiciais.

Deve-se dizer que o redirecionamento de questões como a execução de sentenças civis, objetiva resolver o problema das grandes demandas do judiciário, que sofre com a acumulação de tais atos. A proposta visa, portanto, reduzir o excesso pelo qual sofre o poder judicial, ao trazer maior celeridade e eficiência às operações judiciais, além de simplificar o processo administrativo.

Entretanto, é fundamental analisar criticamente os impactos potenciais dessa medida, embora a desjudicialização possa promover a celeridade processual e a redução de custos, há preocupações sobre a garantia dos direitos das partes envolvidas, a qualidade das decisões tomadas fora do âmbito judicial e a acessibilidade à para grupos mais vulneráveis da sociedade.

Ademais, baseado em manifestações de entidades jurídicas e de juristas individuais, preocupados, principalmente, com a garantia dos princípios processuais, durante os debates acerca do tema, o projeto vem recebendo centenas de emendas de modificam sua forma, e alteram, pontualmente, o objetivo principal.

Portanto, o objetivo deste trabalho é pontuar as problemáticas e controvérsias existentes no referido projeto, que descontrói a essencialidade trazida por seus idealizadores, quel seja o descongestionamento do judiciário no processo de execução civil.

## METODOLOGIA

A presente obra qualitativa se organiza na busca pela compreensão sobre análise de todos os métodos e procedimentos bibliográficos, utilizando meios digitais de finalidade exploratória com pesquisas artigos de revisão e documentais baseados em notícias construção de dados por campos de sites online, todos os dados presentes no estudo são dados públicos e de acesso garantido aos cidadãos. Permitindo a verificação dos resultados obtidos e os métodos empregados para a sua aquisição, afins de aprofundar os conceitos norteando o resumo expandido.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito de desjudicialização refere-se a possibilidades que questões sejam resolvidas por partes fora do setor judicial. Esse fenômeno ocorre quando atividades anteriormente exercidas pelo Poder Judiciário em juízo são transferidas para funções extrajudiciais. Um dos aspectos relevantes deste fenómeno é o objetivo de facilitar o acesso à justiça, bem como de "aliviar" o sistema judiciário, que há muito enfrenta o problema das exigências excessivas, dos níveis e dos atrasos.

Neste contexto, Francisco Carlos Duarte (2005) considera a necessidade de reestruturar e reformar o sistema de administração judicial, com ênfase na promoção da eficácia dos direitos e obrigações e em fazer com que a legislação do sistema judicial se torne um elemento de desenvolvimento económico e social, "que pode ser alcançado, entre outros fatores, pelo progresso na desjudicialização e resolução alternativa de litígios, de forma a evitar acesso generalizado e, por vezes, injustificado à justiça estatal." (DUARTE, 2005).

A celeridade processual é desejada  por todos que compõem o mundo jurídico, sendo valida as discussões que possam fazer-se alcançar tal objetivo. No entanto, é necessário que esse processo de desjudicialização possa garantir a efetiva celeridade do processo e o descongestionamento do judiciário, sem que sobrecarregue outros setores e, principalmente, garantindo o cumprimento dos princípios processuais, principalmente a imparcialidade, o devido processo legal, o acesso à justiça.

Atualmente, o projeto de desjudicialização da execução civil apresenta controvérsias quanto a celeridade processual, e a garantia dos principios processuais. Um dos pontos que

chamam a atenção de críticos, é a previsão de um requerimento padrão para a abertura do processo de execução, previsto no Art. 8º do PL 6204/2019. Vajamos:

> Art. 8º - O credor apresentará ao agente de execução requerimento inicial observando os requisitos do art. 798, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, e comprovará o recolhimento dos emolumentos prévios, salvo se beneficiário da gratuidade. (Projeto de Lei 6204/2019).

O requerimento, segundo os debates, deve ser um formulário onde deve ser preenchido com informações previamente estabelecidas. Na tentativa de facilitar a leitura e o entendimento do tabelionato de protestos, tal ato traz o risco de que certos aspectos mais peculiares, no qual o advogado julgue ser importante, passe desapercebido, o que traz prejuízo ao devido processo legal.

Um outro ponto presente no projeto que trata da desjudicialização da execução civil é a irrecorribilidade da consulta ao juízo.

> Art. 20. O agente de execução poderá consultar o juízo competente sobre questões relacionadas ao título exequendo e ao procedimento executivo; havendo necessidade de aplicação de medidas de força ou coerção, deverá requerer ao juízo competente para, se for caso, determinar a autoridade policial competente para realizar a providência adequada.
>
> § 2º. A decisão que julgar a consulta a que se refere este artigo é irrecorrível

O corpo do projeto traz a previsão de que o tabelião de protesto faça consulta ao juízo que por sua vez autorizará certas medidas que o tabelião de protestos não pode tomar. No entanto, tal medida não cabe recurso por parte do prejudicado, o que abre espaço para o abuso de poder.

Além disso, existem dois pontos importantes que desconstrói o argumento do descongestionamento do judiciario e a celeridade processual. O primeiro, o fato de que serão os tabeliões de protestos que assumirão a função de Agente de Execução. A busca pelos tabeliões aumentaria significativamente, o que gera a preocupação de haver número suficientes para atender a demanda, além da sobrecarga que será gerada aos cartórios, o que pode gerar um colapso no sistema. Uma outra questão é quanto aos custos para capacitação desses que serão agentes de execução, o tempo que esta levaria, bem como, a preocupação com a imparcialidade destes, já que o projeto não traz impedimentos específicos.

Por fim, o ponto mais importante, talvez o de maior controvérsia entre o que busca, na teoria, o Projeto de Lei, e, o que traz em seu texto, é a questão da facultatividade. É bem verdade que não é uma previsão do texto original, mas sim de uma emenda substitutiva. O fato é que a previsão deixa à escolha do credor, qual via processual buscar, o judicial ou o extrajudicial. Desta forma, não há como garantir que ocorra um descongestionamento no judiciário, uma vez de que a via judicial, mesmo com toda morosidade, ainda que por questões culturais, possa se apresentar como uma opção mais vantajosa ao credor, bem como, com todas as inseguranças que pairam sobre o PL 6204/2019, não seria possível estimar se a migração para o novo modelo seria tão significativo a ponto de desafogar o judiciário.

## CONCLUSÃO

As críticas à desjudicialização destacam preocupações legítimas sobre a proteção dos direitos das partes, a qualidade das decisões extrajudiciais e a garantia de acesso à justiça para todos os segmentos da sociedade. É essencial que o PL 6204/19 seja implementado de forma a salvaguardar tais garantias, por meio do estabelecimento de padrões de qualidade para os métodos alternativos de resolução de conflitos, capacitação adequada para os mediadores e proteção dos interesses das partes mais vulneráveis.

Além disso, a experiência internacional e as contribuições teóricas oferecem valiosas lições sobre os desafios e melhorias práticas relacionadas à desjudicialização. Portanto, ao refletir sobre o PL 6204/19 e seus desdobramentos potenciais, é crucial adotar uma abordagem equilibrada que reconheça os benefícios da desjudicialização, ao mesmo tempo em que se mantém vigilante em relação aos riscos envolvidos. Por meio do diálogo entre juristas, acadêmicos, profissionais do direito e membros da sociedade civil, é possível aprimorar o projeto de lei e garantir que ele contribua efetivamente para a construção de um sistema judiciário mais eficiente, justo e acessível para todos.

## REFERÊNCIAS

ARCARO, Alexandre Augusto. **O fenômeno da desjudicialização na execução civil e o agente de execução: dos atos dos agentes de execução e a interconexão com os órgãos jurisdicionais**. 2021.Disponível em: http://191.232.186.80/bitstream/123456789/3014/1/Dissertação_%20ALEXANDRE%20AUGUSTO%20ARCARO_MESTRADO%20PROFISSIONAL%20EM%20DIREITO_2020.pdf Acesso em: 14/03/2024.

ASSIS, Araken de. **Manual de Execução**. 19. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

BRASIL, Senado Federal. **Projeto de Lei nº 6.204/2019**. Dispõe sobre a desjudicialização da execução civil de título executivo judicial e extrajudicial; altera as Leis nª a nº 9.430, de 27 de

dezembro de 1996, a nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, a nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, e a nº 13.105 de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil. Brasília, DF: Senado Federal, 2021. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8049470&ts=1689682066195&disposition=inline Acessado em: 16/003/2024.

DUARTE, Francisco Carlos. Direito e Justiça. In: XIX Conferência Nacional de Advogados aprova teses sobre Reforma da Justiça. Florianópolis, n. 3, 6 nov. 2005.

FERREIRA, P. **Execução Civil Extrajudicial: Análise do PL nº 6.204/2019.** TCC (Bacharelado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica De São Paulo. São Paulo, p. 53. 2022.

FILARDI, H. (s/d). **Críticas – Algumas Construtivas e Outras nem Tanto – À Desjudicialização da Execução Civil**. Revista EMERJ Escola da Magistratura do Rio de Janeiro, 120-130.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# DIREITO À ÁGUA NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE: ASPECTOS LEGAIS E SOCIAIS.

Deyvison Ribeiro da Silva[1]
Francisco Mardonio Cavalcante Andrade[2]
Francisco Wellington Gonçalves Maia[3]
Patrícia De Sousa Fernandes[4]

**RESUMO**

O presente trabalho aborda o direito à água no município de Limoeiro do Norte, localizado no semiárido da região Nordeste do Brasil, no Estado do Ceará. Através de revisão bibliográfica e da legislação, analisou-se a necessidade de se estabelecer o direito à água como direito fundamental. Diante da previsão normativa, tanto à nível federal como estadual, no que tange à políticas de gestão de recursos hídricos e saneamento básico, procurou-se realizar um levantamento de dados junto à autarquia municipal que fornece água e coleta de esgoto no município, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAAE, no sentido de se averiguar a eficiência do abastecimento na cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Água potável; saneamento básico; dignidade humana; eficiência.

## INTRODUÇÃO

A água é um dos recursos naturais de maior estima para os seres humanos; um dos fatores que contribuem para a sua relevância é justamente a escassez em regiões com índices pluviométricos baixos, onde as chuvas ocorrem praticamente no primeiro semestre do ano, fazendo com que a o seu uso se dê de forma racional e necessitando de uma gestão eficiente, tanto para o armazenamento, como para o tratamento e distribuição para a população.

Ressalte-se que o acesso à água não se constitui apenas à uma questão de "quantidade", mas da qualidade desse recurso ofertado para as pessoas. Uma vez que pode existir água em abundância, mas a mesma ser imprópria para o consumo humano, como em casos de contaminação ou mesmo alta salinidade.

[1]FACULDADE VIDAL: deyvribeiro@gmail.com;
[2]FACULDADE VIDAL: mardonioola@gmail.com;
[3]FACULDADE VIDAL: wellington_g.maia@hotmail.com;
[4]FACULDADE VIDAL: patriciasfernandes@live.com

Neste contexto, cumpre destacar o que se pode entender por “segurança hídrica”, sendo este um termo ―guarda-chuva que engloba uma variedade de questões relacionadas à água, em especial à escassez, às inundações, à contaminação, à má qualidade e às questões de governança. Essencialmente, diz respeito à necessidade de assegurar aos seres humanos e ao meio ambiente água limpa e disponível (NEVES, 2018).

Vale destacar que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, onde o ODS 6 tem o objetivo de garantir a disponibilidade e a gestão sustentável de água e saneamento para todos (ONU, 2024).

O presente estudo tem o foco na região do semiárido nordestino brasileiro, especificamente o município de Limoeiro do Norte, localizado na região do Vale do Jaguaribe, Estado do Ceará; sendo analisadas as políticas públicas locais que este ente federativo realiza para a garantia do direito à água por parte das pessoas que residem em seu território.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente trabalho foi a investigação por meio de uma pesquisa do tipo bibliográfica, procurando explicar a problemática em questão mediante uma avaliação de livros que tratam da temática, como também se utilizou pesquisa em fontes normativas, além de dados constantes no endereço eletrônico da Autarquia Municipal Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAAE de Limoeiro do Norte. A abordagem da análise dos resultados foi feita de forma pura e qualitativa, principalmente em relação aos dados coletados referente aos domicílios que são atendidos com hidrômetro e com ligação de esgoto; objetivando uma compreensão do impacto do tema no entendimento doutrinário, além seus reflexos na legislação pátria atual, como também, referente aos objetivos, que se caracterizam pela sua descrição, esclarecendo o problema apresentado.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O direito à água faz referência à fundamentalidade e à essencialidade da água na vida das pessoas, dos animais e da flora. O reconhecimento do direito fundamental à água potável, pelo Estado, reforça sua importância, de modo a tornar sua observância norma coercitiva, além de servir, em tese, de instrumento de conscientização de toda a sociedade (CARLI, 2013).

Inclusive, a dignidade hídrica é reflexo do próprio princípio da dignidade humana, fundamento da República Federativa do Brasil, previsto no art. 1º, III da Constituição Federal 1988; Clarissa Macedo D’Isep (2010, p. 59) afirma que:

> A água a que se tem direito é a água com *qualidade* – portanto, potável; em *quantidade* – logo, suficiente à sobrevivência humana, *prioritária* – o que justifica a prioridade do acesso do ser humano, em caso de penúria hídrica; *gratuita* – sendo a água elemento responsável pela vida, pela existência, isto implica no seu acesso gratuito, ao menos no que diz respeito ao mínimo necessário para a sobrevivência humana. Enfim, há de ser alcançada a *dignidade hídrica*.

No Brasil, o direito à água, como direito fundamental, não foi reconhecido expressamente na Constituição Federal de 1988. É possível identificar o direito hídrico ou o direito de águas, na legislação constitucional e infraconstitucional, como o Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 (Código de Águas), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, a qual preconiza que:

> Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:
>
> I - a água é um bem de domínio público;
> II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
> III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
> IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;
> V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
> VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

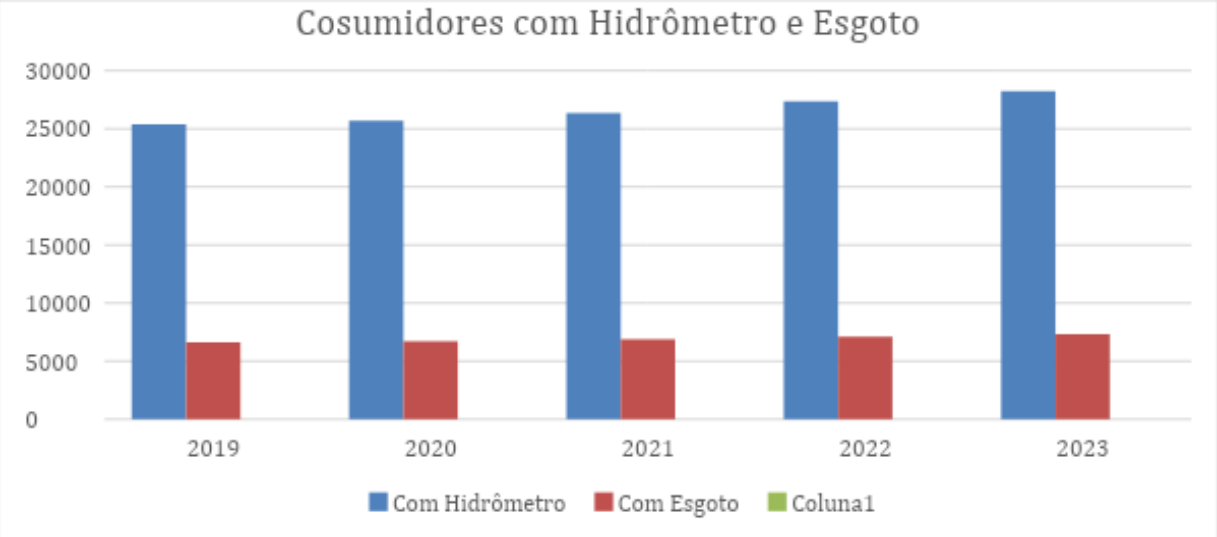
Já no âmbito do Estado do Ceará, a Lei Estadual nº 14.844/10 instituiu a política estadual de recursos hídricos, possuindo como objetivos:

> Art. 2º São objetivos da Política Estadual de Recursos Hídricos:
>
> I - compatibilizar a ação humana, em qualquer de suas manifestações, com a dinâmica do ciclo hidrológico, de forma a assegurar as condições para o desenvolvimento social e econômico, com melhoria da qualidade de vida e em equilíbrio com o meio ambiente;
>
> II - assegurar que a água, recurso natural essencial à vida e ao desenvolvimento sustentável, possa ser ofertada, controlada e utilizada, em padrões de qualidade e de quantidade satisfatórios, por seus usuários atuais e pelas gerações futuras, em todo o território do Estado do Ceará;
>
> III - planejar e gerenciar a oferta de água, os usos múltiplos, o controle, a conservação, a proteção e a preservação dos recursos hídricos de forma integrada, descentralizada e participativa.

No município de Limoeiro do Norte, as políticas públicas de distribuição e tratamento da água são desenvolvidas por uma autarquia, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAAE, criada pela Lei Municipal nº 053/65, com o objetivo de fornecer água para o consumo humano nesta cidade. Assim, além da captação, distribuição e tratamento da água, o SAAE também cuida do tratamento do esgoto da cidade, contribuindo para a despoluição do lençol freático da cidade (SAAE,2024). Segundo Luiz Henrique Antunes Alochio (2010, p.9), "O serviço de saneamento não é um fim em si mesmo. Ele é um vetor para a obtenção de salubridade ambiental, de condições de vidas dignas e outras tantas situações".

Conforme dados do próprio endereço eletrônico da autarquia referida acima, nos últimos 5 (cinco) anos a população limoeirense teve um aumento na oferta de domicílios atendidos pelo fornecimento de água, apresentando a mensuração do fornecimento por meio de hidrômetro; da mesma forma, o número de residências com ligação de esgoto também teve um aumento considerável. No ano de 2019, o município possuía 25.381 domicílios com hidrômetro e 6.621domicílios com esgoto; em 2020 eram 25.680 domicílios com hidrômetro e domicílios com esgoto 6.721; já em 2021, eram 26.343 domicílios com hidrômetro e domicílios com esgoto 6.875; em 2022, eram 27.346 domicílios com hidrômetro e domicílios com esgoto 7.107; em 2023, eram 28.229 domicílios com hidrômetro e domicílios com esgoto 7.316 (SAAE,2024).

Figura 01- Gráfico do crescimento de domicílios (consumidores) atendidos pelo SAAE.




Fonte: o Autor.

Nos termos da Lei nº 11.445/07, com as alterações da Lei nº 14.026/20, podemos afirmar que se considera "saneamento básico":

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

> I - saneamento básico: conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de:
>
> a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição;
> b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água de reúso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente;
> c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana; e
> d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: constituídos pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes;

## CONCLUSÃO

Conforme o levantamento bibliográfico e normativo realizado, os quais possibilitaram uma visão panorâmica a respeito do direito à água, fundamentos e objetivos de políticas de recursos hídricos, bem como a definição de saneamento básico, considerando o levantamento de dados coletados no endereço eletrônico da autarquia que cuida do fornecimento de água e tratamento de esgoto no município de Limoeiro do Norte, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto- SAAE, pode-se constatar que no período analisado, últimos 5 (cinco) anos, houve um considerável aumento no serviço de fornecimento de água para a população, o que se constatou no seguidos aumentos de domicílios com hidrômetro. Já em relação ao número de domicílios com ligação de esgoto, também percebe-se um considerável aumento no mesmo período, entretanto, também é perceptível que este número ainda está muito abaixo dos domicílios com hidrômetro, mostrando uma ineficiência em relação à coleta de esgoto; tal fato necessitaria do desenvolvimento de uma política pública específica com a finalidade de aumentar os níveis de ligações de esgoto, tendo em vista que tal ineficiência pode acabar prejudicando o fornecimento de água potável para a população, tendo em vista a gradual contaminação do solo e do lençol freático do município.

**REFERÊNCIAS**

ALOCHIO, Luiz Henrique Antunes. **Direito do saneamento: introdução à lei de diretrizes nacionais de saneamento básico (Lei Federal nº11.445/2007).** 2. ed. Campinas: Millenium Editora, 2010.p.09.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental.** 23. ed. São Paulo: Atlas, 2023. E-book. BRASIL. Lei nº 9.433/97, dispõe sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 maio. 2024.

_____. Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997. **Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.** Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm. Acesso em: 14 maio. 2024.

_____. Lei nº 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020. **Atualiza o Marco Legal do Saneamento.** Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm. Acesso em: 14 maio. 2024.

CEARÁ. Lei nº 14.844, de 28.12.10. **Institui a Política Estadual de Recurso Hídricos.** Disponível em: https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/desenv-regional-recursos-hidricos-minas-e-pesca/item/379-lei-n-14-844-de-28-12-10-do-30-12-10. Acesso em: 14 maio. 2024.

CARLI, Ana Alice de. **A água e seus instrumentos de efetividade:** educação ambiental, normatização, tecnologia e tributação. Campinas: Millennium, 2013.

D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo. **Água juridicamente sustentável.** Revista dos Tribunais. São Paulo, 2010

NEVES, Estela Maria Souza Costa. **Segurança hídrica, governança das água e sustentabilidade.** Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v. 91, p. 225-249, jul./set. 2018.

SAAE. Serviço **Autônomo de Água e Esgoto.** Disponível em: https://saae.limoeirodonorte.ce.gov.br/. Acesso em: 14 maio. 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# **DIREITO À SAÚDE:** UMA ANÁLISE DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE LIMOEIRO DO NORTE/CE CRIADO EM 2010

Bruno Roberto de Lima[1]
Enderson Bezerra do Nascimento[2]
Maria Luciana Sousa Nascimento[3]

**RESUMO**

O presente trabalho visa constituir um estudo na busca de compreender por qual razão existe disparidade referentes as demandas do direto à saúde em Limoeiro do Norte-CE. Mesmo com a existência de um consórcio público de saúde da microrregião, evidenciou-se que existe uma maior demanda judicial por insumos farmacêuticos em detrimento de demais demandas na área da saúde. Trabalhou-se com a hipótese de que o referido problema decorre de uma distorção na distribuição de recursos públicos de forma desproporcional com as demais demandas. Essa pesquisa empregou a busca de dados com o método quali-quantitativo e pesquisa documental utilizando dados disponibilizados pelos entes da Administração Pública do Município de Limoeiro do Norte e definições do âmbito jurídico. Na forma de enfatizar a temática, foi exemplificado durante o trabalho informações numéricas em porcentagens e significados da seara jurídica. Conclui-se que, a forma orçamentária poderia ser melhor organizada de forma a priorizar investimentos no ramo das maiores necessidades da população da cidade referentes a saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde; Consórcio; Judicialização; Orçamento.

## INTRODUÇÃO

O direito à saúde possui embasamento no art. 196 da Constituição Federal de 1988 e deve ser garantido por meio de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos. No entanto, ainda que expresso legalmente e mesmo com a existência de meios para a garantia desse, vê-se problemas de assistências e orçamentários referentes as principais demandas da população de Limoeiro do Norte/CE. Apesar da existência do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte (CPSMLN) que engloba

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: brlbruno_roberto@hotmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: enderson.preta1234567@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: lucianasousa.ls331@gmail.com

ações com o intuito de planejar, programar e executar serviços na área da saúde, constata-se uma diferença em iguais serviços prestados por esse consórcio, já que determinadas necessidades específicas dos munícipes são mais judicializadas em relação a outras.

O presente trabalho tem como objetivo geral abordar sobre a possibilidade do orçamento referente ao Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte (CPSMLN) ser reorganizado de forma a priorizar as solicitações mais frequentes, via Poder Judiciário. Dessa forma, foram adotados como objetivos específicos a análise de dados que demonstram quais demandas são mais recorridas judicialmente bem como a compreensão da origem do problema que resulta em determinadas necessidades específicas mais solicitadas de forma judicial em comparação as demais.

## METODOLOGIA

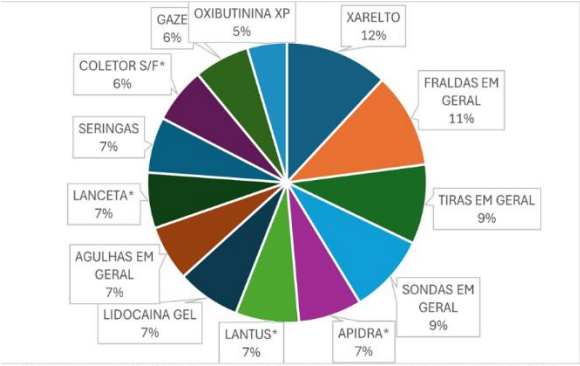
O presente resumo expandido apresenta uma pesquisa quali-quantitativa e documental, elaborada por intermédio de dados solicitados e provenientes da Secretaria de Saúde de Limoeiro do Norte-CE (SECSA), da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), da Procuradoria Geral do Município de Limoeiro do Norte-CE (PGM), do Núcleo de Assistência Jurídica de Limoeiro do Norte-CE (NAJUR) e informações coletadas no site do Conselho Nacional da Justiça como também através da coleta de definições jurídicas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

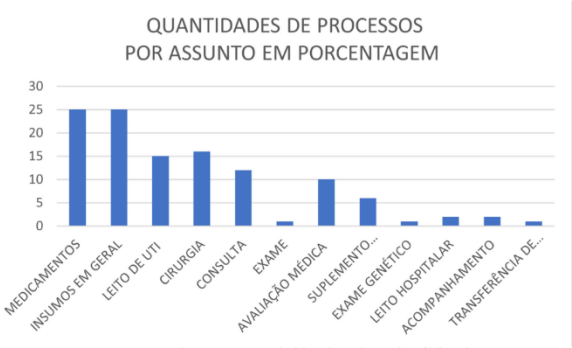
O direito à saúde possui respaldo na Constituição de 1988 e conforme seu art. 196 deve ser garantido para todos e como obrigação a ser feito pelo Estado. Apesar de positivada esta garantia, muitas vezes não é concedida por quem possui esta obrigação. Em razão do descumprimento deste direito fundamental, algumas pessoas acabam optando por judicializar determinadas políticas públicas, a exemplo da concessão de medicamentos. Desse modo, ao observar os dados obtidos do Painel de Estatísticas Processuais do Direito da Saúde, lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), percebe-se que das ações judiciais relacionadas ao direito à saúde pública em todo o País, as mais solicitadas são de fornecimento de medicamentos.

A Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) em Limoeiro do Norte/Ce possui estoques de medicamentos e insumos, provenientes do Governo do Estado do Ceará, e, sob sua responsabilidade, distribuições são feitas para as Unidades Básicas de Saúde da cidade em questão, bem como realiza o cumprimento de determinações judiciais referentes à fármacos não disponibilizados através do Sistema Único de Saúde (SUS). Dentro do mesmo contexto,

verifica-se que, assim como no âmbito nacional, a maior necessidade relacionada ao direito à saúde no contexto local também se refere às medicações, conforme informação do ofício nº 279/2024 da Secretaria Municipal de Saúde (SECSA) da cidade de Limoeiro do Norte-Ceará. Posto isso, observa-se dados obtidos por meio da CAF e da Defensoria Pública de Limoeiro do Norte, os quais constatam que não só medicamentos são mais demandados na via judicial pela população local como também, em grande porcentagem, uma segunda demanda principal: insumos em geral.




13 principais medicamentos e insumos disponibilizados, conforme dados da CAF.




Processos referentes aos assistidos da Defensoria Pública de Limoeiro do Norte, conforme dados da Defensoria.

Com o intuito de oferecer serviços relacionados ao direito à saúde foi criado, em 2010, o Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte (CPSMLN) com recursos orçamentários para as Policlínicas e o Centro de Especialidade Odontológica (CIDADEVERDE.COM, 2017). A Constituição Federal de 1988, após Emenda Constitucional 19 de 1988 tem a seguinte redação, referente ao consórcio público, em seu artigo 241:

> A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

Assim, o Consórcio Público se resume a parcerias estabelecidas entre esferas de governo. Em relação ao CPSMLN, tem-se que se trata de um consórcio público, o qual conta com a participação do Estado do Ceará e de municípios da 10ª Coordenaria Regional de Saúde, incluindo Limoeiro do Norte-Ce, o que totaliza 12 entes consorciados, conforme arts. 1º e 2º do seu Estatuto.

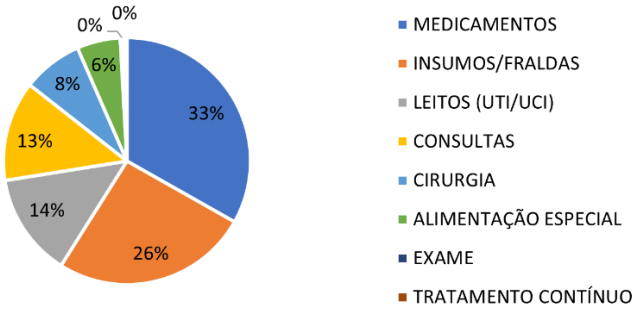
Dentro do mesmo contexto, destaca-se que entre as finalidades do CPSMLN, conforme Art. 5º de seu Estatuto, está a assistência farmacêutica como meio de promoção de ações de

saúde pública assistenciais. No entanto, ao analisar esta finalidade, é possível abordar um questionamento de que por qual razão existe uma disparidade tamanha com demandas judicializadas relacionadas à medicamentos, já que conforme dados, essa supera todas as demais solicitações dos munícipes.

No mesmo contexto, destaca-se que conforme análises feitas em 116 processos, provenientes da Defensoria Pública durante todo o ano de 2023, anteriormente apresentadas graficamente, vê-se uma discrepância entre medicamentos e insumos em gerais que somam 50% diferentemente de consultas, exames e avaliações médicas as quais totalizam apenas 19,82%, percebe-se então uma diferença de 30,18% em processos relacionados aos temas.

Com isso, trabalha-se com a hipótese sobre de qual forma o orçamento destinado à saúde e principalmente ao consórcio de saúde de Limoeiro do Norte é aplicado nas demandas referentes ao direito à saúde, tendo em vista a enorme disparidade entre serviços comuns ofertados por meio do consórcio anteriormente citado.

Além de dados da Defensoria Pública do Estado do Ceará, tem-se dados disponibilizados por meio da Procuradoria Geral do Município, com análises de 229 processos da demanda de prestação de saúde do município de Limoeiro do Norte entre o lapso temporal de 2013-2024, presentes nos acervos dos sistemas ESAJ/CE e PJE/CE, ambos de 1º graus, os quais evidenciam que medicamentos também são os mais requisitados em ações judiciais.




Ainda analisando dados do presente estudo, é válido ressaltar que o Núcleo de Assistência Jurídica de Limoeiro do Norte-CE tramita judicialmente com um total de 17 demandas, sendo sete de medicamentos, quatro de insumos e um de cirurgia. Portanto, vê-se que a parte farmacológica bem como as demandas referentes à insumos em geral possuem problema de assistência e orçamentário, assim é necessário trazer um debate à administração pública sobre a possibilidade de reorganização financeira nos investimentos referentes aos serviços disponibilizados pelo consórcio conforme seu próprio estatuto em seus arts 5º e 6º, já que conforme dados supracitados o consórcio em debate tem conseguido suprir demandas de

consultas, exames e avaliações médicas no entanto não tem suprido demandas mais solicitadas pela população referente à medicamentos, principalmente ao observar dados da PGM de Limoeiro do Norte os quais demonstram que 33% são de medicamentos.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou construir um estudo para compreender a razão da discrepância entre mesmos serviços ofertados pelo Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte (CPSMLN). Desse modo, evidenciou dados disponibilizados por entes da Administração Pública de Limoeiro do Norte bem como pesquisas no site de dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e consultas no âmbito jurídico.

Após análises de dados, foi constatado que as necessidades de medicamentos e insumos em gerais são as mais necessitadas pela população limoeirense, tendo em vista que após observar um total de 362 processos, os quais tramitam na via judicial referentes aos munícipes da cidade, 54% são referentes a medicamentos e insumos em gerais, demonstrando então uma grande disparidade quanto aos demais serviços também ofertados pelo Consórcio Público em análise.

Em síntese, a presente pesquisa quali-quantitativa e documental conclui que tanto a quantidade de demandas referentes a consultas e exames quanto a de avaliações médicas são proporcionalmente menores que as anteriormente citadas, evidenciando assim que a raiz do problema está na distribuição orçamentária para cada serviço ofertado pelo Consórcio Público existente.

Posto isso, vale que os entes consorciados considerem uma reorganização no orçamento do CPSMLN, para que assim haja uma efetiva garantia do direito à saúde presente na Constituição Federal de 1988 conforme seu art. 196.

## REFERÊNCIAS


BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Planalto. Disponível em: Constituição (planalto.gov.br). Acesso em: 30 abr. 2024.

CEARÁ. **Estatuto dos Servidores Públicos**. Diário Oficial do Estado do Ceará, 15, dez. 2010.

CIDADEVERDE.COM. **APPM e prefeitos conhecem experiência de consórcio de saúde no Ceará**. Disponível em: APPM e prefeitos conhecem experiência de consórcio de saúde no Ceará - Cidadeverde.com. Acesso em: 8 maiO 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Estatísticas Processuais de Direito à Saúde**. Disponível em: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=a6dfbee4-bcad-4861-98ea-

4b5183e29247&sheet=87ff247a-22e0-4a66-ae83-24fa5d92175a&opt=ctxmenu,currsel>. Acesso em: 6 abr. 2024.

CPSMLN. **Consórcio Público de Saúde de Limoeiro do Norte**. Disponível em: https://www.cpsmlimoeiro.ce.gov.br/. Acesso em: 2 maio 2024.

IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL: O EMBATE TEÓRICO *RATIO DECIDENDI* VS *OBITER DICTUM*

Bruno Roberto de Lima[1]
Enderson Bezerra do Nascimento[2]
Jonatan Luiz de Azevedo[3]
Lívia Carliane Oliveira Barboza[4]
Maria Luciana Sousa Nascimento[5]

**RESUMO**

O presente artigo visa constituir um estudo sobre a importância da Teoria dos Precedentes no Código de Processo Civil Brasileiro, com foco na *Ratio Decidendi* e no *Obiter Dictum*. O estudo enfatiza o papel da Teoria dos Precedentes no aprimoramento da tomada de decisões judiciais e destaca a distinção entre os elementos essenciais dos precedentes judiciais. O estudo empregou pesquisa documental qualitativa utilizando fontes como Daniel Amorim e dados do Supremo Tribunal Federal, analisando teorias como Wambaugh, Goodhart e Cross para aprimorar técnicas forenses. Por essa razão, busca-se expor a importância da teoria do Stare Decisis aplicada ao contexto jurídico brasileiro, bem como conceituar os elementos que a compõem. Especificamente a *ratio decidendi* e o *obiter dictum*, que são essenciais para a caracterização de um precedente vinculante. O presente trabalho visa explicar a importância da Teoria dos Precedentes no Código Processual Civil brasileiro de 2002 por intermédio da abordagem sobre a temática dos precedentes expostos no art. 926 do CPC. Dessa forma, destaca-se sobre a *ratio decidendi* e o *obiter dictum* e conclui-se acerca da relevância destes na teoria em análise, haja vista que são fundamentais para a caracterização de precedente de caráter vinculante.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria dos Precedentes; *Ratio Decidendi*; *Obiter Dictum*.

## INTRODUÇÃO

A Teoria dos Precedentes é de significativa relevância para o ordenamento jurídico brasileiro. Conforme o art.926 do CPC: "Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente". Este processo de uniformização ocorre por meio da

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: brlbruno_roberto@hotmail.com.
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: enderson.preta1234567@gmail.com.
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: likalia1015@gmail.com.
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: azevedojonatan590@gmail.com.
[5]FACULDADE VIDAL: e-mail: lucianasousa.ls331@gmail.com.

observância da jurisprudência (precedentes) constituída pelos tribunais. O Código segue em seu art. 927, elencando em seus incisos um rol de precedentes que deverão ser observados. Os precedentes poderão ser persuasivos (art. 927, inciso V) ou vinculantes (inciso I a IV).

Por essa razão, busca-se expor a importância da teoria do Stare Decisis aplicada ao contexto jurídico brasileiro, bem como conceituar os elementos que a compõem. Especificamente a *ratio decidendi* e o *obiter dictum*, que são essenciais para a caracterização de um precedente vinculante.

No intuito de identificá-los foram propostas teorias, que conforme a sua perspectiva contribuíram para o aprimoramento das técnicas aplicadas no contexto forense. Nomeadamente, a Teoria de Wambaugh, a Teoria de Goodhart e a Teoria Eclética de Rupert Cross.

## METODOLOGIA

Para realizar o presente trabalho com o propósito de alcançar o objetivo central, realizamos uma pesquisa qualitativa documental através da coleta e análise de dados disponibilizados online, livros e artigos publicados no Google Acadêmico. Para isso, o critério de escolha foi baseado em fontes bibliográficas que abordavam sobre a Teoria dos Precedentes, conforme as seguintes palavras-chaves: Teoria dos Precedentes, *Ratio Decidendi* e *Obiter dictum*.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

## 1 TEORIAS DOS PRECEDENTES E SUA RELEVÂNCIA NO JURÍDICO ORDENAMENTO BRASILEIRO

A Teoria dos Precedentes no Código de Processo Civil (CPC) brasileiro é crucial, trazendo mudanças significativas para o sistema jurídico do país. Os precedentes, decisões judiciais que influenciam futuros casos semelhantes, são formados nos tribunais de 2º grau e superiores, estabelecendo entendimentos vinculantes para outras instâncias. Eles consistem em fatos relevantes, raciocínio jurídico, motivação e decisão, e os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência com base neles. A inserção dessa teoria busca acelerar a justiça, promover segurança e estabilidade jurídica, e garantir coerência nas decisões judiciais.

Os precedentes visam garantir uniformidade, previsibilidade e estabilidade, com efeito vinculante sobre tribunais inferiores. Isso contribui para a agilidade da justiça, evitando

reexames desnecessários e permitindo a criação de súmulas e enunciados. A Teoria dos Precedentes não é inflexível e permite evolução conforme novos argumentos surgem.

## 2. RELAÇÃO ENTRE A TEORIA DOS PRECEDENTES E OS CONCEITOS DE *RATIO DECIDENDI* E *OBITER DICTUM*

A Teoria dos Precedentes (Stare Decisis) sustenta o entendimento de que os precedentes possuem elementos que possibilitam a aplicação de técnicas, que auxiliam os magistrados no momento da análise de precedentes em aplicação a casos concretos. Tendo em vista que conforme estabelecido no ordenamento jurídico pátrio, os precedentes não serão necessariamente vinculantes, para essa determinação é necessária a observação dos aspectos que o constituem, para assim estabelecer o caráter vinculante ou persuasivo.

> Costuma-se apontar que a estrutura de um precedente engloba três elementos: (i) o quadro fático delineado na decisão paradigma; (ii) a tese ou princípio jurídico que embasou a decisão da controvérsia, e (iii) outros argumentos jurídicos apresentados na motivação da decisão. Desses elementos são extraídas duas noções essenciais à compreensão e à operacionalidade dos precedentes judiciais: a *ratio decidendi* e o *obiter dictum*. (THAMAY *et al*., 2021, p. 69).

Destaca-se que a *Ratio decidendi* é a tese jurídica definida em determinado julgamento, ou seja, a razão fundamental de uma sentença, sendo o parâmetro determinante do julgado. Fundamentando a interpretação dada como correta pelo tribunal acerca de uma questão de direito. Portanto, esta serve como norma geral que servirá como diretriz para a resolução de questões semelhantes.

Distintivamente, há os elementos denominados *obiter dictum*, tratam-se de argumentos de passagem, ou seja, de mero reforço que pode ser usado, mas que não se relaciona de forma direta com a questão principal a ser decidida por um julgado. Não influenciando fundamentalmente a decisão, sendo argumentações acessórias que não estendem-se aos julgamentos futuros que serão influenciados pela *ratio decidendi* do precedente. Portanto, caso seja retirado, isso não influenciará ou mudará a decisão do magistrado. Além disso, pode ser considerado apenas uma simples impressão do julgador sobre um tema conexo.

### 2. 1. DISTINÇÃO DE ELEMENTOS DO PRECEDENTE

De acordo com o exposto por Lucas Buril de Macêdo, “ao se falar no dever de aplicar determinado precedente, quer se dizer, mais propriamente, o dever de aplicar a sua *ratio*

*decidendi* ou a norma jurídica (*legal rule*) dele decorrente" (2014, p.304) Logo, a influência de um precedente sob casos futuros opera-se por meio do parâmetro que o fundamentou, que é localizado por meio de análise das premissas que contribuíram de forma fundamental para o resultado do julgamento.

> Para localizar a *ratio decidendi* em uma decisão judicial é necessário reconstruir subsuntivamente/silogisticamente a justificação racional, para verificar a relação entre as suas premissas e o resultado do julgamento. A fim de verificar quais são os argumentos que sem eles não seria possível chegar naquele resultado do julgamento. (FRANZÉ; PORTO, 2016, p. 60).

Portanto, é de suma importância para a teoria dos precedentes que a *ratio decidendi* seja apontada através de atenciosa análise, pois é esse elemento que compõe a racionalidade jurídica do entendimento jurisprudencial. Ao buscar-se identificar a razão da decisão, consequentemente é possível apontar elementos acessórios que não enquadram-se no que seria um elemento vinculante. Conforme estabelece Thomas da Rosa de Bustamante, o *dictum* pode ser identificado por exclusão, "todas as normas e afirmações que não puderem ser enquadradas no conceito estrito de *ratio decidendi* têm sua autoridade descartada e valem apenas pela força de convencimento que eventualmente possam vir a ter" (2012, p. 276)

Demonstra-se em um caso em que o apelante comprova que a sentença foi proferida por juiz absolutamente incompetente (art. 64, §1°/CPC), ainda que identifique-se acerto quanto à matéria da decisão, o fator mais determinante a se considerar em recurso será a nulidade da razão de decidir.

Finalmente, é por meio da identificação e distinção destes elementos que é possível a aplicação da técnica de vinculação do *decisum* (*holding*), quando o caso concreto alinha-se ao paradigma. Bem como executar as técnicas de não aplicação do precedentes, as situações em que o caso concreto posterior não comunica-se com os motivos determinantes do precedente originário (*distinguish*) e na superação da *ratio decidendi* (*overruling*).

## 3. TEORIAS DE DISTINÇÃO

No presente assunto, há teorias de estudiosos que de alguma forma contribuem para o debate a respeito do exposto, como a Teoria de Wambaugh, Teoria de Goodhart e a Teoria Eclética de Rupert Cross.

A técnica defendida por Wambaugh defende a identificação da *ratio decidendi* como uma razão jurídica que invertida resultaria em um julgamento diferente, enquanto Goodhart

defende que para se detectar a *ratio decidendi* deve-se analisar os fatos materiais - aqueles relevantes para o direito - e a decisão jurídica que teve como base esses fatos.

A Teoria Eclética desenvolvida por Rupert Cross combina as duas outras técnicas anteriores, a defendida por Wambaugh, e a técnica de Goodhart. É relevante a definição proposta em sua conhecida obra Precedent in English law, no sentido de que a *ratio decidendi* de um caso é qualquer regra de direito expressa ou implicitamente tratada pelo juiz como passo necessário para alcançar a sua conclusão, tendo em vista a linha de raciocínio por ele adotada.

Ao tratar da *obiter dictum*, Rupert Cross questiona se nela é possível haver mais do que uma proposição de direito, que não integre a *ratio decidendi*. De início, ele admite que a resposta à questão é negativa, embora devam ser considerados os diversos graus de autoridade e as várias espécies de *obiter dictum*.

Na visão de Cross, para se compreender o significado de *obiter dictum*, ainda que na dimensão do common law, é necessário observar que, quando se olha para uma questão perguntando-se se ela constitui *ratio decidendi* ou *obiter dictum*, indaga-se sobre a necessidade ou não de seu enfrentamento a fim de se chegar à decisão. Algumas questões são indiscutivelmente desnecessárias ao alcance da decisão, e, assim, são certamente *obiter dicta*.

## CONCLUSÃO

Em síntese, o presente trabalho visa explicar a importância da Teoria dos Precedentes no Código Processual Civil Brasileiro de 2015 por intermédio da abordagem sobre a temática dos precedentes expostos no art. 926 do CPC/2015. Dessa forma, destaca-se sobre a *ratio decidendi* e o *obiter dictum* e conclui-se acerca da relevância destes na teoria em análise, haja vista que são fundamentais para a caracterização de precedente de caráter vinculante.

Em síntese, o presente estudo demonstrou a importância da Teoria dos Precedentes haja vista que ela permite a evolução conforme existam novos argumentos de forma a auxiliar magistrados em momentos de análises do caso concreto e na resolução de questões semelhantes. Do mesmo modo, é imprescindível ressaltar sobre a existência de teorias de estudiosos que influenciaram sobre o tema exposto, como a Teoria de Wambaugh, Teoria de Goodhart e a Teoria Eclética de Rupert Cross.

Assim e apesar de todo o exposto, importa destacar que este estudo não almeja esgotar análises acerca da questão apresentada, em razão de se tratar de conteúdo complexo, mas com ideia de demonstrar a importância da Teoria dos Precedentes.

## REFERÊNCIAS


ASSUMPÇÃO NEVES, Daniel Amorim. **Manual de Direito Processual Civil**. Volume único . ed. [S. l.]: Juspodivm, 2017.

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. **Teoria do precedente judicial: a justificação e a aplicação de regras jurisprudenciais**. São Paulo: Noeses, 2012.

MACÊDO, Lucas Buril de. **CONTRIBUIÇÃO PARA A DEFINIÇÃO DE RATIO DECIDENDI NA TEORIA BRASILEIRA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS**. Revista dos Tribunais Online, Thomson Reuters, Brasil, Vol.234, p.(303-327), ago, 2014. Disponível em: . Acesso em: 11 dez. 2024.

MARINONE, Luiz. **Uma Nova Realidade Diante do Projeto de CPC: A Ratio Decidendi ou Os Fundamentos Determinantes da Decisão**. Rev do Ministério Público. Rio de Janeiro: MPRJ, n. 47, p. (191-194), jan./mar. 2013.

THAMAY, Rennan; JUNIOR, Vanderlei G.; JR., Clóvis Smith F. **Precedentes Judiciais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. E-book. ISBN 9786555598469. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598469/. Acesso em: 12 mar. 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# **DIREITOS DO CONSUMIDOR EM CONTRATOS DE PLANOS DE SAÚDE:** CLÁUSULAS ABUSIVAS E REAJUSTES INDEVIDOS.

Amanda Maria Gomes da Silva [1]
Carlos Luan Lima Maciel[2]
Fernanda Almeida Maia[3]
Lívia Maria de Freitas Paulo[4]

**RESUMO**

Em um contexto onde a saúde é um direito fundamental, a análise da natureza jurídica do contrato de plano privado de saúde adquire relevância ímpar. O estudo enfatiza a posição de fragilidade do paciente, entendido aqui como consumidor, diante de práticas abusivas de reajuste de mensalidades por parte das operadoras de planos de saúde. A Constituição Federal de 1988, enquanto carta magna do país estabelece os princípios fundamentais que regem a ordem jurídica brasileira, incluindo a proteção à saúde como direito de todos e dever do Estado. Além disso, o Código de Defesa do Consumidor e a Lei 9.656/98 atuam como pilares legais na defesa dos direitos dos consumidores de planos de saúde, fornecendo instrumentos jurídicos para coibir práticas abusivas, garantir transparência nas relações contratuais e assegurar o acesso universal a um serviço essencial como a assistência à saúde. Esses dispositivos legais, aliados a uma análise aprofundada da jurisprudência e da doutrina especializada, proporcionam um arcabouço robusto para a compreensão e enfrentamento das questões jurídicas que envolvem os contratos de planos privados de saúde, visando sempre a proteção e a defesa dos direitos dos consumidores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Consumidor; Plano de saúde; Contratos; Vulnerabilidade do consumidor.

## INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a saúde é um direito de todos os cidadãos, e que o Estado tem o dever de proporcionar serviços de qualidade para garantir o acesso gratuito a todos os brasileiros. Apesar de existir o Sistema Único de Saúde (SUS),

[1] FACULDADE VIDAL: amandagsilva161@Gmail.com
[2] FACULDADE VIDAL: carlosluanmaciel@gmail.com
[3] FACULDADE VIDAL: fernandaalmeida.fav@Gmail.com
[4] FACULDADE VIDAL: liviamariafp2018@gmail.com

muitas pessoas acabam optando pela contratação dos planos de saúde particulares, buscando uma melhor assistência médica, clínica e hospitalar, contudo, acabam se deparando com situações preocupantes, como, o aumento abusivo das mensalidades, que ferem diretamente os direitos dos consumidores indo de encontro ao princípio da transparência e a equidade nas relações contratuais.

Os planos de saúde individuais e familiares precisam estar em conformidade com a Lei 9.656/98, bem como, às regras estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que além de fiscalizar as empresas, garantir aos consumidores o direito de receber informações detalhadas, ela estabelece um limite para o reajuste das mensalidades, que, de acordo com Junior e Almeida (2024), se encontra em 9,63%. No entanto, a insatisfação dos consumidores com o reajuste anual nos mostra o quanto as empresas fornecedoras agem de modo irresponsável, desrespeitando condições contratuais e as normas estipuladas pelos órgãos, aplicando aumentos desproporcionais e sem justificativas plausíveis.

É indubitável que os consumidores, na relação contratual, são os mais vulneráveis, e para assegurar a proteção de seus direitos a Constituição traz consigo o Art. 5°, inciso XXXII, "o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor". Na mesma esfera constitucional delega em seu Art. 48, que "O Congresso Nacional, dentro de 120 (cento e vinte) dias da promulgação da Constituição, elaborará Código de Defesa do Consumidor".

Diante das dificuldades enfrentadas nos contratos de planos de saúde e da vulnerabilidade dos consumidores, o trabalho em questão propõe trazer para a sociedade uma maior visibilidade e conscientização sobre o reajuste abusivo de mensalidades em planos de saúde, enfatizando a importância da educação do consumidor e da atuação dos órgãos reguladores para garantir relações mais equilibradas e transparentes nessa esfera de suma importância para a qualidade de vida da população.

## METODOLOGIA

O presente estudo tem por finalidade fazer uma abordagem ampla e relevante sobre o aumento abusivo nas mensalidades dos planos de saúde. Para compreensão das causas dessa problemática, foram formuladas revisões bibliográficas para análise crítica dos estudos realizados, como também, cartilhas, revistas, materiais de viés informativo obtido na base de dados de órgãos oficiais do governo, serviram de instrumento para absorção e discussão do assunto.

Ademais, a partir do tema abordado neste trabalho, foi utilizada na sua elaboração a pesquisa do tipo qualitativa, a qual no conceito de Silveira e Córdova (2009) se baseia na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As relações contratuais possuem o intuito de definir e estabilizar os propósitos das interações jurídicas emergentes. Dessa forma, é relevante incluir, adicionalmente, o conceito apresentado por Diniz (2008, p.30):

> Contrato é o acordo de duas ou mais vontades, na conformidade da ordem jurídica, destinado a estabelecer uma regulamentação de interesses entre as partes, com o escopo de adquirir, modificar ou extinguir relações jurídicas de natureza patrimonial.

Analisando as relações contratuais, especialmente no contexto da saúde, emergem uma série de aspectos cruciais que devem ser considerados por ambas as partes, pacientes e prestadores de serviços. No Brasil, os serviços de saúde se dividem, principalmente, entre o SUS e os serviços de saúde privados. Enquanto o SUS oferece serviços gratuitos para todos os cidadãos, a alta demanda e a limitação de recursos muitas vezes resultam em longas filas e espera. Por isso, é comum que as pessoas busquem cada vez mais os serviços dos planos de saúde privados, buscando celeridade e qualidade no atendimento médico. Existem duas leis que regulamentam os serviços de saúde no Brasil: a Lei nº 9.080/90, que estabelece as diretrizes do SUS, baseado na Constituição, garantindo a saúde como direito de todos e dever do Estado; e a Lei nº 9.656/98, que regula os planos de saúde e seguros no país, substituindo o uso do Código de Defesa do Consumidor para essa finalidade.

Baseado na pesquisa do Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER) em elaboração com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (2019), à medida que a demanda por serviços de planos de saúde aumentou nas últimas décadas, também cresceu o número de litígios judiciais decorrentes de cláusulas abusivas nos contratos. Indivíduos têm buscado a justiça para garantir disposições contratuais justas e dignas nos serviços oferecidos. Ao analisar a situação de cada estado brasileiro, o estudo revela o aumento significativo no número de processos relacionados à saúde entre 2008 e 2018 nas primeiras e segundas instâncias judiciais, onde 30,323% dos casos, ocupando o 1° lugar, estão às reclamações voltadas aos planos de saúde.

No mesmo estudo, mostra que, no Ceará, os temas relacionados aos planos de saúde e seguros também ocupam posições de destaque, isso enfatiza a importância do diálogo entre saúde, gestão e justiça. Este estudo visa discutir os contratos de planos de saúde,

especialmente a cláusula abusiva de reajuste excessivo de mensalidades, que impacta as prerrogativas do Código de Defesa do Consumidor e outras legislações relevantes.

Na concepção de Medeiros (2018), os contratos de planos de saúde são considerados contratos de adesão, nos quais o consumidor não tem o poder de negociar ou alterar as cláusulas, uma vez que estas são estabelecidas unilateralmente pela parte mais poderosa economicamente. A decisão de aderir ou não ao contrato fica a cargo do consumidor. Além disso, é importante ressaltar que a cobertura do plano de saúde é complementar e não exclui a possibilidade de utilizar os serviços oferecidos pelo SUS.

Nesse contexto, o Código de Defesa do Consumidor e a Lei 9.656/98 desempenham um papel crucial como reguladores nos negócios envolvendo planos de saúde e seus usuários. Seu objetivo é evitar cláusulas abusivas e garantir o equilíbrio de interesses entre as partes. O Poder Judiciário, ciente da vulnerabilidade do consumidor e da importância da ordem pública, pode anular as cláusulas prejudiciais mediante solicitação do consumidor, desde que em conformidade com princípios da boa-fé e da paridade contratual. Isso bem explica, os acréscimos da procura pelo poder judiciário para lidar com tais divergências.

Na lei 8.078/90, do CDC em seu Art. 51, é garantido ao consumidor a proteção necessária contra acordos abusivos, reafirmando os princípios fundamentais que regem os contratos e as relações consumeristas, tais como: transparência, boa-fé, equilíbrio, segurança, informação adequada e eficaz, proteção da vulnerabilidade do consumidor e respeito à sua dignidade. Quando tratamos sobre os reajustes abusivos de mensalidade, que são, em termos breves, os aumentos excessivos e desproporcionais nas mensalidades pagas pelos usuários dos planos, esse artigo se faz necessário para a mitigação dessas disposições.

Com base no estudo de Medeiros (2018), existem três tipos de reajustes de mensalidades: reajuste por sinistralidade, por idade ou mudança de faixa etária e o reajuste anual. Em todos eles, devem ser observados se esses aumentos estão de acordo com os índices de inflação, com o aumento real dos custos médicos, bem como, não devem ser superiores à capacidade financeira dos usuários, devendo-se respeitar os limites da razoabilidade.

Enquanto consumidores almejam acesso justo e equitativo desses serviços dispostos nesses contratos, surgem também questões ligadas a reajuste abusivo de mensalidades e limitações de cobertura como principais desafios. Dito isso, o Poder Judiciário é o órgão essencial de preservação dos direitos dos consumidores e será ele o principal garantidor da conformidade das cláusulas contratuais com os princípios da justiça e equidade. Para as operadoras de planos de saúde, é fundamental uma gestão eficiente, equilibrada e que respeite os direitos e necessidades dos usuários.

## CONCLUSÃO

Em conclusão, o reajuste abusivo de mensalidades nos planos de saúde emerge como uma preocupação premente que afeta diretamente a vida e a dignidade dos consumidores. Neste estudo, exploramos os diversos aspectos desse desafio, desde suas raízes nas relações contratuais até as consequências enfrentadas pelos pacientes diante das práticas questionáveis das operadoras de saúde. O aumento alarmante dos litígios judiciais relacionados a cláusulas abusivas, nos contratos de planos de saúde, reflete a crescente insatisfação e indignação dos consumidores diante de injustiças percebidas. É crucial a adoção de medidas eficazes para proteger os direitos dos usuários, garantindo a transparência e a equidade nas relações contratuais. Urge uma intervenção mais assertiva por parte do poder público, mediante uma regulamentação mais rigorosa e uma fiscalização mais eficiente das operadoras de saúde.

Em última análise, o enfrentamento do reajuste abusivo de mensalidades nos planos de saúde transcende a proteção dos interesses individuais, sendo essencial para a promoção da justiça social e para o fortalecimento do sistema de saúde como um todo. Somente através do engajamento coletivo e do diálogo constante poderemos construir um sistema de saúde mais justo, inclusivo e acessível para todos os brasileiros.

## REFERÊNCIAS


BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. planalto, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998**. Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. Diário Oficial da União, 4 jun. 1998. Brasília, DF, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9656.htm . Acesso em: 12 mai. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório "Justiça Pesquisa"**. cnj.jus, 2019. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/01/f74c66d46cfea933bf22005ca50ec915.pdf. Acesso em: 12 de mai. 2024.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro.** v. 3. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 30.

IDEC. **Folheto Plano Saúde**: Conheça seus direitos contra abusos e armadilhas. idec.org, s.d. Disponível em: https://www.idec.org.br/uploads/publicacoes/publicacoes/folheto-plano-saude.pdf. Acesso em: 12 mai. 2024.

JUNIOR, Ricardo C. F.; ALMEIDA, Raphael. **Reajuste Plano de Saúde 2023/2024:** entenda os seus direitos. duarteealmeida.adv, 2024. Disponível em: https://duarteealmeida.adv.br/blog/saude/reajuste-plano-de-saude/#:~:text=O%20percentual%20de%20aumento%20no,2023%20a%20abril%20de%202024. Acesso em: 11 de mai. 2024.

MEDEIROS, Débora Ferreira de. **Cláusulas abusivas em contratos consumeristas no mercado de planos de saúde.** fls. 61. Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais FAJS do - Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia de Reajuste de Mensalidade**. bvsms.saude.gov.br, 2005. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_reajuste_mensalidade.pdf. Acesso em: 12 de mai. 2024.

NAKAMORI, Stephany Akie. **A evolução histórica do conceito de contrato e sua origem.** Jusbrasil, 2021. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-evolucao-historica-do-conceito-de-contrato-e-sua-origem/1222901903. Acesso em: 12 de mai. 2024.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. **Métodos de pesquisa.** ufrgs, 2009. Acesso em: 12 de mai. 2024.

VALENÇA, Maria Luiza de Araújo. **O controle judicial na saúde suplementar**: uma análise da interpretação das cláusulas abusivas nos contratos de plano de saúde. fls. 58. Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília, 2021.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# DIREITOS TRABALHISTAS E PLATAFORMAS DIGITAIS: DEMANDA POR INOVAÇÕES NA PROTEÇÃO DE UMA NOVA CATEGORIA DE TRABALHADORES

Carlos Luan Lima Maciel[1]
Ana Laisa Lima Silva[2]
Lívia Carliane Oliveira Barboza[3]
Maria Luciana Sousa Nascimento[4]
Milena Sâmia da Silva Santiago[5]

**RESUMO**
A pesquisa visa salientar os impasses enfrentados na promoção de direitos trabalhistas com o advento dos trabalhos sob demanda em plataformas digitais. Considerando que as mudanças desta nova fase das relações trabalhistas exigem novos contornos no mundo jurídico-social. Tendo como finalidade essencial salientar a necessidade de inovações para classificação de uma nova categoria de trabalhadores e a proteção de seus direitos. Assim como expor a complexidade enfrentada pela doutrina, legislação e jurisprudência para classificação dos trabalhadores de plataformas digitais e analisar o Projeto de Lei Complementar n°.12 de 2024 à luz da Consolidação das Leis Trabalhistas. Finalmente, constatou-se a relevância do PLC n°.12 de 2024 como mecanismo voltado a criação de nova categoria profissional e consequente garantia de seus devidos direitos trabalhistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos Trabalhistas; Plataformas Digitais; PLC n°.12/2024; Inovações Legislativas.

## INTRODUÇÃO

O estudo em questão visa abordar a complexidade enfrentada na promoção de direitos trabalhistas com o advento dos trabalhos sob demanda em plataformas digitais. Uma vez que

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: carlosluanmaciel@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: limaanalaisa@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: likalia1015@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: lucianasousa.Is331@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: e-mail: milenasantiago8888@gmail.com

atualmente na seara trabalhista existem divergências de entendimentos quanto à como classificar os trabalhadores de aplicativos para promover seus direitos trabalhistas. A abordagem desta temática justifica-se mediante a importância da proteção dos direitos trabalhistas de novas categorias que estão surgindo.

Consoante ao que dispõe o art. 23 da Declaração Universal do Direitos Humanos, todos têm direitos à condições equitativas e satisfatórias de trabalho. Os trabalhadores que atuam no chamado capitalismo de plataforma, que se desenvolve por meio da "flexibilização do trabalho como meio de efetivar uma suposta relação de parceria entre a empresa e o trabalhador." (Magalhães, 2022, p.284). Devem ser devidamente classificados e amparados. A metodologia adotada desenvolveu-se por meio de método de natureza qualitativa. Com finalidade explicativa e utilização pura de dados. Outrossim, a pesquisa básica foi executada mediante a busca e análise de artigos científicos e legislações nacionais relevantes ao tema explorado.

Finalmente, o objetivo geral da pesquisa é o de evidenciar a necessidade de inovações legislativas trabalhistas para a proteção dos trabalhadores de plataformas digitais. Este é desenvolvido por meio dos seguintes objetivos específicos: expor complexidade enfrentada pela doutrina, legislação e jurisprudência para classificação dos trabalhadores de plataformas digitais; analisar o Projeto de Lei Complementar n°.12 de 2024 à luz da Consolidação das Leis Trabalhistas e sustentar a necessidade de inovações para uma melhor classificação da atuação dos trabalhadores de plataformas digitais.

## METODOLOGIA

A metodologia adotada desenvolveu-se por meio de método de natureza qualitativa e finalidade explicativa. Uma vez que busca-se ampliar a compreensão a respeito do tema abordado. Consoante a isto, o estudo utiliza-se dos dados obtidos de forma pura (básica), com o intuito de acúmulo de conhecimentos sobre a matéria em questão. Outrossim, a pesquisa se caracteriza na forma básica, com execução por meio da análise de produções acadêmicas relacionadas ao tema. Juntamente com as legislações nacionais relevantes ao tópico.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Dicotomia entre autonomia e subordinação

As mudanças no contexto econômico mundial produzem novos contornos nas relações

trabalhistas. Conforme aponta Antônia Colbari, (2007, p.100) "o ideal de uma sociedade do trabalho vai cedendo espaço para o ideal de uma sociedade moldada segundo o ethos do empreendedorismo.". Apesar do incentivo ao empreendedorismo, a saber mais especificamente ao microempreendedorismo, é necessário apontar que a dinâmica de quem empreende está voltada ao lucro e não à mera sobrevivência.

Segundo Ludmila Costhek, a figura do trabalhador autônomo e informal "trata-se de uma tendência global de transformação do trabalhador em trabalhador autônomo, permanentemente disponível ao trabalho, reduzido a um autogerente subordinado" (2019, p.111). Ao denominar esses trabalhadores como autogerentes subordinados, a autora refere-se à ideia de que há vínculo de dependência econômica nas atividades desempenhadas em plataformas digitais. Mesmo sem a figura clássica do empregador para exercer o poder de direção.

Nesse contexto propício, surgem as plataformas de trabalho sob demanda[6], que servem como intermediadoras entre os prestadores de serviços e os clientes. É o caso da plataforma Uber, por meio da qual motoristas autônomos oferecem serviços de transporte. Sendo denominados como parceiros pela empresa. No entanto, na seara trabalhista existem fortes discussões a respeito da classificação desses trabalhadores, e como proceder quanto à proteção dos direitos destes sujeitos.

Conforme entendimento de Seth Harris e Alan Krueger (2015 p.8), esses trabalhadores encontram-se em uma "área cinzenta" entre o trabalho autônomo e o subordinado. Tendo em vista que ainda que as políticas nas plataformas permitam que os trabalhadores decidam como exercerão suas atividades, o gerenciamento de lucros, distribuição de serviços, controle de atuação e penalidades, ainda são de decisão unilateral da plataforma. Compreende-se que as características das relações que estes trabalhadores estabelecem impedem que este enquadre-se em uma das classificações já previstas.

> Os trabalhadores independentes têm normalmente pouco poder de negociação individual e, como resultado, não têm a capacidade de negociar contratos com intermediários ou com os seus clientes finais que possam garantir-lhes as proteções e benefícios que estão disponíveis para os trabalhadores. Não são verdadeiros empresários independentes, na medida em que não têm liberdade para negociar a sua remuneração ou termos de serviço. Mas as suas relações com os intermediários não são tão dependentes, profundas, extensas ou

[6] "Em relação à economia de bico (gig economy), Sarah Donovan, David Bradley e Jon Shimabukuro mencionam que se trata de uma coleção de mercados que liga fornecedores a consumidores, a partir de um bico (ou uma tarefa) para prover um comércio sob demanda." (KALIL, 2019, p.102.)

> duradouras que devêssemos pedir a estes intermediários que assumissem a responsabilidade por todos os aspectos da segurança econômica dos trabalhadores independentes. (HARRIS, KRUEGER, 2015, p.8)

Por essa razão é que a situação desses sujeitos frente ao direito do trabalho merece uma análise que atenda às suas especificidades. Para que os direitos trabalhistas devidos a esses trabalhadores sejam garantidos são necessárias legislações adequadas ao trato de suas demandas.

**Projeto de Lei Complementar n. 12 de 2024**

O PLC n.12/2024 foi apresentado no dia 05 de março de 2024. Este visa regulamentar especificamente "a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado". A legislação busca estabelecer mecanismos que possibilitem melhorias nos direitos trabalhistas e previdenciários da categoria. Conforme seu art. 3°, o trabalhador que prestar este tipo de serviço será considerado como trabalhador autônomo por plataforma. Ademais, o projeto legislativo foca nos aspectos de transparência de informações para maior autonomia do trabalhador; limite de 12 horas de conexão com a plataforma; sindicalização; remuneração mínima e previdência.

Uma nova categoria estará sendo regida por esta legislação, uma vez que os requisitos estabelecidos pelo PLC para a classificação dos trabalhadores autônomos por plataforma diferem-se do que prevê a CLT para os trabalhadores autônomos. Pois o PLC no art. 3°, §1°, I, exige a inexistência de qualquer relação de exclusividade entre o trabalhador e a empresa operadora de aplicativo. Enquanto no art. 442-B da CLT não há a exigência da inexistência de exclusividade para a caracterização do trabalhador autônomo.

É ampla a complexidade que este tema demonstra, uma vez que envolve aspectos econômicos, sociais e jurídicos. Nessa discussão existem dois entendimentos, de que existe a necessidade de inovação com a criação de uma nova categoria. Conforme sustentam Seth Harris e Alan Krueger (2015, p.8) quando argumentam que "forçar estas novas formas de trabalho a uma relação de trabalho tradicional pode constituir uma ameaça existencial à emergência do trabalho intermediado(...), com consequências adversas para os trabalhadores, os consumidores, as empresas e a economia".

Em perspectiva diversa, Rodrigo de Lacerda Carelli (2021, p.204) argumenta que "no art. 2°. e 3°. da Consolidação das Leis do Trabalho, não há a referência a estar 'sob ordens', ou subordinação no sentido clássico da palavra. Os elementos encontrados na lei são 'direção do

trabalho' e 'dependência'". O autor defende que a dependência ocorre devido a programação de atividades que os algoritmos[7] das plataformas realizam. Logo, sustenta que o Direito do Trabalho possui mecanismos suficientes para a classificação desses trabalhadores. Este entendimento está aliado ao contexto de dependência econômica dos motoristas que têm a plataforma como principal fonte de renda. Bem como, pelo reconhecimento do empregador como sendo aquele que detém o principal meio de produção, que é a plataforma.

No entanto, no contexto jurisprudencial, o reconhecimento do vínculo empregatício ainda não encontra preponderância. Conforme a análise dos resultados dos procedentes a seguir:

> Até julho de 2018, foram identificadas 137 reclamações trabalhistas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício em todo o país. Destas, 42 tiveram sentença proferida, sendo que 38 foram improcedentes e 4, procedentes, nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRT) da 1ª, 2ª e 3ª Região. No âmbito dos TRTs, foram proferidos 17 acórdãos, em que somente um foi favorável ao trabalhador, no TRT da 2ª Região (KALIL, 2019, p. 226).

Logo, para que estes trabalhadores não sejam mais invisibilizados, é válido que exista uma legislação específica pela qual estes possam ter suas atividades regulamentadas. Bem como seus direitos amparados.

## CONCLUSÃO

Finalmente, é válido compreender que para que os direitos desses trabalhadores sejam protegidos de forma efetiva, é necessária uma inovação nos entendimentos de determinadas concepções clássicas do Direito do Trabalho. No entanto, existem divergências quanto às novas interpretações e analogias para a classificação desses trabalhadores pelas concepções existentes.

Por essa razão, a regulamentação da categoria pelo PL n. 12/2024 pode vir a ser um excelente mecanismo na proteção desses trabalhadores. Tendo em vista que apesar de existirem pontos na proposta legislativa a serem aprimorados, democraticamente, existe a possibilidade de serem feitas alterações. São essenciais os aspectos de transparência de informações para maior autonomia do trabalhador; limite de 12 horas de conexão com a plataforma; sindicalização; remuneração mínima e previdência. Portanto, a regulamentação é válida para

[7] "Um algoritmo é um conjunto metódico de passos que pode ser usado na realização de cálculos, na resolução de problemas e na tomada de decisões" (HARARI,, 2016, p. 91).

que esses trabalhadores possam organizar-se enquanto categoria profissional.

## REFERÊNCIAS


ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização: a era do trabalhador just-in-time?.** Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 34, n. 98, p. 111–126, 2020. DOI: 10.1590/s0103-4014.2020.3498.008. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/170465.. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL,**Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943**. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943.

BRASIL, Congresso Nacional. **Projeto de Lei Complementar PLC 12/2024**. Altera a Lei nº 8.212, de 1991 que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2419243. Acesso em: 27 abr. 2024.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. O caso Uber e o controle por programação: de carona para o século XIX. **Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia,** Salvador, v. 9, n. 13, p. 177-207, maio de 2021. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/188682. Acesso em: 11 maio 2024.

COLBARI, Antônia de L. **A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira.** In: SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, Abril. 2007. pp.75-111. Disponível em: https://periodicos.ufes.br › article › download. Acesso em: 11 maio 2024.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus. Uma breve história do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HARRIS, Seth; KRUEGER, Alan**. A proposal for modernizing labor laws for twenty-first-century work: the "independent worker"**. The Hamilton Project, 2015. Disponível em: http://www.hamiltonproject.org/assets/files/modernizing_labor_laws_for_twenty_first_century_work_krueger_harris.pdf. Acesso em: 11 maio 2024.

KALIL, Renan Bernardi. **Capitalismo de plataforma e Direito do Trabalho: crowdwork e trabalho sob demanda por meio de aplicativos.** 2019. 366 f. Tese (Doutorado em Direito) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MAGALHÃES, Thais Miranda Oliveira. **Capitalismo de plataforma: Qual o futuro do Direito do Trabalho?.** Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3. Região. Belo Horizonte, v. 68, n. 105, p. 277-298, jan./jun. 2022. Disponível em: http://as1.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/76605. Acesso em: 11 maio 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# É POSSÍVEL UM ESCALONAMENTO DE PRECEDENTES E SUA OBSERVÂNCIA NAS DECISÕES JUDICIAIS?

Ana Laisa Lima Silva[1]
Bruno Roberto de Lima[2]
Camile Freire da Silveira[3]
Caroline Freire da Silveira[4]
Nicoly Silva Gomes[5]

**RESUMO**

O presente trabalho propõe um debate acerca da Teoria dos Precedentes Judiciais, buscando compreender um possível escalonamento entre estes, pontuando sobre seu surgimento em conjunto com o Código de Processo Civil de 2015, além de sua aplicação ao caso concreto. No âmbito da pesquisa bibliográfica, foram analisados artigos científicos de autoria do jurista Eduardo Talamini e a legislação brasileira vigente, a fim de fundamentar o debate quanto ao escalonamento dos precedentes, assimilando esta discussão aos princípios basilares instituídos na Constituição Federal de 1988. Assim, foi possível concluir que a Teoria dos Precedentes juntamente com o CPC/15, trazem à aplicação um sistema hierarquizado, no qual faz-se necessária a observância do magistrado de determinados requisitos para sua fundamentação ao caso concreto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escalonamento; Precedentes judiciais; Jurisprudências; Segurança Jurídica.

## INTRODUÇÃO

O sistema jurídico brasileiro surge sob influência do sistema romano-germânico, pontuando como principal característica o estrito cumprimento da lei, sendo o juiz mero instrumento para materializar a obediência desta. Nessa perspectiva, com o advento do Constitucionalismo e da Revolução Francesa, o prisma dos direitos sociais e fundamentais alteram o entendimento sobre o império da lei, relativizando esta em detrimento da interpretação dos juízes com o objetivo de aprimorar a adequação dos julgados ao caso concreto. (DONIZETTI, 2020, p. 110)

A flexibilização do seguimento legal trouxe a abertura de lacunas, estas que seriam preenchidas a partir do entendimento de cada magistrado, dificultando a padronização dos

[1] FACULDADE VIDAL, limaanalaisa@gmail.com.
[2] FACULDADE VIDAL, brlbruno_roberto@hotmail.com.
[3] FACULDADE VIDAL; camile2018silveira@gmail.com.
[4] FACULDADE VIDAL; caroline2004freire@gmail.com.
[5] FACULDADE VIDAL; nicsilvag14@gmail.com.

julgados. Assim, o recebimento de grandes demandas processuais por parte do Judiciário aliada a necessidade de uma análise minuciosa de cada ação, contribuiu para o abarrotamento do Poder Jurisdicional, resultando na morosidade de resolução de demandas.

O Código de Processo Civil de 2015, advém da necessidade de solucionar ineficiências do sistema jurídico brasileiro, buscando desde já garantir a segurança jurídica dentre outros princípios processuais relevantes, como a celeridade processual, buscando ainda garantir maior eficácia do Poder Judiciário.

Nessa perspectiva, a Teoria dos Precedentes manifesta-se no CPC/15 como uma forma de uniformizar as decisões judiciais, traduzindo a ideia de que, diante da existência de um precedente sobre a matéria posta em juízo, o julgador deve utilizá-la como diretriz para julgamentos posteriores, a fim de conferir uma duração razoável ao processo, bem como garantir o princípio da segurança jurídica. (NUNES; LEHFELD, 2018, p. 11).

A princípio, a adoção dos precedentes judiciais, que possui origem no sistema do *common law*, onde as decisões judiciais se espelham nos costumes, parece contrapor o sistema brasileiro fundamentado na *civil law*, dado que as normas escritas prevalecem sobre a jurisprudência, a doutrina e os princípios. Contudo, a adesão dos precedentes no nosso sistema não possui a função de obrigar o julgador a utilizar-se da mesma decisão anteriormente proferida, exceto quando se tratar de precedentes vinculantes.

Na verdade, a função dos precedentes, no sistema jurídico brasileiro, é nortear o julgador na interpretação da lei. Dessa forma, após a análise do funcionamento do sistema de precedentes, foi possível concluir uma hierarquia em sua aplicação voltada ao grau de jurisdição, bem como quanto à aplicação dos dispositivos judiciais.

## METODOLOGIA

O referido estudo utiliza-se do método de pesquisa bibliográfico, embasando o presente debate através do Código de Processo Civil, bem como por meio da análise de doutrinas e artigos, com o objetivo de ampliar a discussão acerca da possibilidade de hierarquia entre os precedentes judiciais**.**

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nessa perspectiva, para além da aplicação dos princípios constitucionais com a adesão de um sistema uniformizado de resoluções jurídicas, cabe pontuar também a devida fundamentação do magistrado, como parte essencial da sentença de acordo com o art. 498 do CPC/15:

> Art. 489. São elementos essenciais da sentença:
> II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;
> § 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:
> V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;

Assim, compreende-se que a Teoria dos Precedentes Judiciais surge não somente para uniformizar as decisões de modo que esteja dispensada a fundamentação quanto à aplicação ou não do precedente, mas para a adequada utilização destes faz-se necessária a identificação dos elementos em semelhança, em caso de uso dos enunciados ou, ainda, a distinção entre o caso concreto e a decisão, para que esteja justificada a dispensa do precedente. Logo, surge o *distinguishing*, quando, após a análise do juiz, este constatou que não havendo semelhança entre o caso concreto e o precedente, deixa de aplicá-lo. (NUNES; LEHFELD, 2018, p. 6)

A adesão dos precedentes judiciais pelo novo Código de Processo Civil é relevante, pois um dos principais problemas do sistema processual brasileiro, apresenta-se na divergência de decisões judiciais a respeito de uma mesma norma jurídica, inclusive, a partir de valores pessoais do próprio julgador. Desta forma, observa-se como um dos objetivos da teoria dos precedentes é a manutenção da isonomia dos julgados.

Estas controvérsias de decisões, geram um conglomerado de ações judiciais paralisadas, bem como afetam o princípio da segurança jurídica, considerando que as próprias concepções morais do julgador influenciam na sua decisão. Portanto, os precedentes judiciais surgem com o propósito de garantir um trâmite processual mais célere, bem como decisões que asseguram o princípio fundamental da segurança jurídica.

A observância de princípios básicos fez-se necessária para aplicação desta teoria, uma vez que a divergência entre os julgados dificultava o alcance da isonomia garantida constitucionalmente. Na acepção tradicional, o termo "precedente" passou a ser usado para indicar pronunciamentos judiciais cuja finalidade é servir de orientação para novas decisões que versem sobre a mesma questão jurídica. (TALAMINI, 2016, p.1). O entendimento de que essas decisões possuem força vinculante, consolidou-se por volta dos anos 1990. Desde então, este termo sofreu ampliações em seus significados.

O CPC/15 prevê novas hipóteses de decisões com caráter vinculante (obrigatório), o que não significa a inauguração de novas fontes do direito, na verdade os "Precedentes" já se faziam, de alguma forma, presentes no ordenamento jurídico brasileiro. As regras que atribuem força

vinculante a determinados precedentes, não alteram o direito material, são apenas mecanismos processuais, tenha-se em consideração as necessidades do atual sistema jurídico. (TALAMINI, 2016, p.3)

A teoria do escalonamento de precedentes surge para além de uma orientação judicial, está voltada para a organização dos precedentes, mas como compreender qual deve ser priorizado para aplicação do caso? Como determinar a força vinculante de um precedente em um sistema que busca a uniformização das decisões? Este é o ponto que o doutrinador e autor da teoria, Eduardo Talamini (2016), tenta explicar ao fazer uma tripartição do poder de vinculação.

Talamini explica que todas as decisões de tribunal possuem força vinculante, em face do grau de jurisdição inferior na esfera do processo em que foi proferida, ou seja, a força vinculante trata-se da decisão judicial imperativa. Essa vinculação pode possuir três graus de imperatividade no que diz respeito à força de um pronunciamento judicial em face de outros órgãos julgadores, são eles: vinculação padrão, vinculação média e vinculação forte.

A vinculação padrão, ou vinculação fraca, trata-se da mera força persuasiva de um determinado precedente, sendo apenas um argumento utilizado para influenciar a decisão do magistrado. Nesse sentido, é facultado ao juiz a utilização do precedente, possuindo como único fim a fundamentação. (TALAMINI, 2016, p.4)

Nas hipóteses em que, diante da existência de um precedente ou de uma orientação jurisprudencial consolidada, a lei autoriza aos órgãos jurisprudenciais ou da Administração Pública a adotar medidas que visem simplificar os procedimentos, abreviando a duração do processo, tratam-se de hipóteses de "vinculação média". Nesse tipo de vinculação não há regras de imposição, na verdade, trata-se de uma autorização da lei. (TALAMINI, 2016, p.4)

A vinculação forte é a força vinculante propriamente dita, em sentido estrito. Trata-se da imposição da adoção de um pronunciamento pelos demais órgãos de jurisdição inferior e, eventualmente, órgãos administrativos, nos casos em que houver a mesma questão jurídica de direito, sob pena de afronta à autoridade do tribunal que manifestou aquela decisão. (TALAMINI, 2016, p.5)

No processo civil brasileiro, as decisões com força vinculantes em sentido estrito, estão previstas nas decisões liminares e nos pronunciamentos finais de acolhimento ou improcedência do pedido na ação direta de inconstitucionalidade, na ação declaratória de constitucionalidade, na arguição de preceito fundamental e na súmula vinculante.

Dito isto, a vinculação forte, vai muito além dos outros dois termos, visto que, de fato, trata-se de uma vinculação em sentido estrito da palavra, enquanto que, os demais termos, ou

seja, as vinculações padrões e médias, não passam de termos utilizados impropriamente, já que não há imposição alguma.

Os precedentes que possuem efeitos persuasivos, diferentemente dos precedentes vinculantes, não possuem previsão no sistema processual brasileiro (NUNES; LEHFELD, 2018, p. 11). O CPC/15 não estabelece as diferenças entre os efeitos vinculantes e persuasivos, mas tão somente elenca em seu art. 927, os casos em que os precedentes obrigam, ou seja, são normativos e vinculantes. Dito isto, os precedentes persuasivos são aqueles cuja finalidade é persuadir a decisão do magistrado, influenciando na solução do caso concreto.

A disposição legal advinda do CPC/15 determina quais os entendimentos jurisprudenciais devem ser observados para a fundamentação da sentença. Vale pontuar, ainda, que os precedentes, assim como a sentença judicial, não são absolutos, podendo ser impugnados através de uma ação autônoma de reclamação, segundo o art. 988 do CPC.

## CONCLUSÃO

Por fim, conclui-se que, apesar de não explícito no Novo Código de Processo Civil, o escalonamento de precedentes pode se dar de duas maneiras, como debatido acima. A primeira forma seria através da vinculação do juiz de primeiro grau à observância dos precedentes judiciais consolidados pelo órgão superior, ou seja, o Tribunal, seja ele regional ou o STF e STJ, funcionando como um escalonamento com base na instância judiciária.

A segunda maneira se refere ao escalonamento quanto aos tipos de precedentes, assim, havendo precedentes persuasivos e obrigatórios sobre a mesma matéria, o magistrado obriga-se a aplicar os precedentes vinculantes. Torna-se notório que apesar de distintas, ambas as formas em conjunto visam trazer uma maior estabilidade, segurança jurídica e isonomia dos julgamentos.

## REFERÊNCIAS

DIDIER, Fredie. **O Sistema Brasileiro de Precedentes Judiciais Obrigatórios e os Deveres Institucionais dos Tribunais: Uniformidade, Estabilidade, Integridade e Coerência da Jurisprudência**. Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 64, p. 135-147, jun. 2017.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso de Direito Processual Civil**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

NUNES, Danilo Henrique; LEHFELD, Lucas de Souza. Conflito Aparente de Normas Constitucionais e o Fortalecimento da Segurança Jurídica: A Institucionalização dos

Precedentes no CPC 2015. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, Pouso Alegre, v. 34, n. 2, p. 139-162, dez. 2018.

TALAMINI, Eduardo. **Arbitragem e precedentes: cinco premissas, cinco conclusões, um epílogo (e um vídeo).** Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini, Curitiba, n. 138, ago. 2018.

TALAMINI, Eduardo. **O que são os "precedentes vinculantes" no CPC/15**. 2016. Disponível em: <Artigos O QUE SÃO OS "PRECEDENTES VINCULANTES" NO CPC/15>. Acesso em: 15 de mar. 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL NA INFÂNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.

Dayane Dalles de Oliveira[1]
Virna Mendes de Oliveira[2]
Sanderis Aline Saldanha Lima[3]

## RESUMO

O escrito a seguir apresenta um relato de experiência, vivenciado em um projeto de extensão. O mesmo foi desenvolvido em uma escola pública, tendo como público alvo as crianças do 1º ano, ensino fundamental, anos iniciais. Teve como objetivo promover a compreensão e o gerenciamento das emoções em crianças através de atividades práticas e reflexivas, sendo executada por estudantes do curso de Psicologia da Faculdade Vidal e orientada por uma docente da respectiva instituição. Utilizamos como método a pesquisa-ação. Onde desenvolvemos atividades direcionadas, as emoções. Conclui-se que a intervenção proporcionou um espaço significativo para as crianças aprenderem sobre a necessidade de gerir suas emoções, bem como a aquisição de habilidades socioemocionais. Desenvolver tais competências no contexto escolar, fortalece as crianças a enfrentar os desafios da vida com resiliência, empatia e autoconfiança.

**PALAVRAS-CHAVE:** Socioemocional; Educação; Vivência; Crianças.

## INTRODUÇÃO

A princípio, a educação socioemocional (ESE) pode ser caracterizada como um processo de adquirir habilidades necessárias para reconhecer e gerenciar emoções, desenvolver cuidado e preocupação com outros, estabelecer relações positivas, tomar decisões responsáveis e manejar situações desafiadoras de forma eficaz (WEISSBERG; GOREN; DOMITROVICH; DUSENBURY, 2013). Nesse sentido, a ESE é importante para compreender e gerenciar as emoções, estabelecer relações interpessoais saudáveis, desenvolver a capacidade de persistência e autoconfiança, assim como enfrentar os desafios da vida de forma resiliente e equilibrada.

[1]FACULDADE VIDAL: dayanedalles@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: virnamendesoliveira788@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: sanderis_aline@hotmail.com

De acordo com o CASEL, uma organização sem fins lucrativos, formada por uma equipe pioneira de pesquisadores que se dedicam a avaliação do impacto das habilidades socioemocionais ao longo do ciclo vital, os principais domínios a serem trabalhados nos programas de intervenção são: 1. Autoconhecimento – capacidade de reconhecer suas próprias emoções, objetivos de vida, valores pessoais, potencialidades e limitações; 2. Autocontrole – capacidade de regulação das emoções e dos comportamentos; 3. Empatia – capacidade de se colocar no lugar do outro, reconhecendo seus sentimentos e emoções; 4. Decisões responsáveis – habilidade de tomar decisões construtivas em relação ao comportamento pessoal e às relações sociais; 5. Comportamentos pró sociais – capacidade de desenvolver e manter relações sociais saudáveis e positivas, envolvendo comportamentos de comunicação clara, escuta ativa, cooperação, resolução de conflitos, etc.

Desse modo, as evidências científicas acerca do tema demonstram que as habilidades socioemocionais podem ser desenvolvidas e aprendidas (WEISSBERG, 2015). Em vista disso, há, atualmente, uma ampla concordância entre pesquisadores, educadores e profissionais voltados a políticas públicas de que o sistema educacional de ensino deve focar não só no desenvolvimento cognitivo, mas também no desenvolvimento das competências sociais e emocionais de crianças e adolescentes, preparando os estudantes para a vida (DURLAK, 2011).

Ressalta-se que o uso de intervenções de ESE em escolas tem sido associado a resultados positivos, tais como a melhora do desempenho acadêmico, de habilidades emocionais, redução dos níveis de estresse e de problemas de conduta (WALDEMAR, 2016; DURLAK, 2011). Assim, a proposta do projeto de extensão “Habilidades para a vida: cuidando das emoções’’ da Faculdade Vidal, ministrado pela professora mestre Sanderis Aline Saldanha Lima, consiste em trabalhar as competências e habilidades socioemocionais com crianças da educação básica na escola de ensino fundamental  Judite Chaves Saraiva Escola, localizada em Limoeiro do Norte.

Dessa forma, o presente trabalho consiste em um relato de experiência acerca da vivência subjetiva dos membros participantes do projeto, no intuito de elucidar a relevância da extensão para a formação acadêmica das discentes. Assim, os objetivos do artigo consistem em: destacar a importância da educação socioemocional a partir da vivência do projeto e de referenciais teóricos, sobretudo, Henri Wallon  e proporcionar um relato da experiência das discentes participantes do projeto.

## METODOLOGIA

O projeto de extensão denominado: HABILIDADES PARA A VIDA: CUIDANDO DAS EMOÇÕES, possui como objetivo psicoeducar discentes da educação infantil e ensino fundamental anos iniciais no ambiente escolar. Este projeto se inspirou na pesquisa-ação, no qual foram realizadas investigações teóricas e práticas para aplicar os conhecimentos adquiridos. A pesquisa-ação, tem como intuito desenvolver atividades interventivas no contexto. Trata-se ainda de uma ferramenta comparativa acerca das condições e resultados de diversas formas de ação social e pesquisa que leva à ação social (LEWIN,1978 p.126). Utilizando o viés dessa abordagem, o presente projeto de extensão foi concebido com o propósito de promover a compreensão e o gerenciamento das emoções em crianças.

A partir desse escopo definido, procedeu-se com uma intervenção na Escola de Educação Fundamental Judite Chaves Saraiva, localizada em Limoeiro do Norte, com crianças do primeiro ano do ensino fundamental. Inspirado pela abordagem de Henri Wallon sobre o desenvolvimento emocional, a intervenção, coordenada pela professora orientadora Sanderis Aline Saldanha Lima e suas alunas membros do projeto extensionista buscou proporcionar às crianças um espaço para explorar e compreender suas próprias emoções, reconhecendo sua importância e aprendendo a lidar com elas de maneira construtiva. O planejamento da intervenção considerou as características e necessidades específicas das crianças do primeiro ano do ensino fundamental.

Antes da intervenção, foi realizado um estudo preliminar sobre a importância do desenvolvimento emocional na infância, com base em teorias psicológicas, incluindo as contribuições de Henri Wallon. A intervenção teve início com a apresentação da música “Sinto o que sinto” do Mundo Bita, que abordava diferentes emoções de forma lúdica e acessível às crianças. Essa etapa visava sensibilizá-las para o tema e criar um ambiente propício para a reflexão. Em seguida, foi realizada uma atividade utilizando um teatro de fantoches (palitoche) com uma história especialmente elaborada para explorar as emoções. Durante a história, foram abordadas diversas situações que provocavam diferentes emoções nas personagens, proporcionando às crianças a oportunidade de identificar e discutir suas próprias emoções.

Ao final da atividade, foram distribuídas lembrancinhas em forma de palitoche, cada uma representando uma emoção diferente (raiva, calma, alegria, tristeza, medo). Essa ação simbólica tinha como objetivo reforçar a mensagem de que todas as emoções são válidas e importantes. Assim, por meio dessa metodologia de pesquisa-ação, buscou-se promover um espaço significativo para que as crianças pudessem explorar suas emoções e aprender sobre sua

importância no contexto de suas vidas, contribuindo para o desenvolvimento emocional na infância.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta walloniana põe o desenvolvimento intelectual dentro de uma cultura humanizada. A afetividade, o movimento e o espaço físico se encontram no mesmo plano, uma vez que a pessoa é vista como um todo. Sob tal perspectiva, Wallon (1971) pontua: "A emoção é o cerne da vida psíquica. É a emoção que dá a tonalidade afetiva a todos os nossos pensamentos e ações". Nesse sentido, ressalta-se que a intervenção realizada contribuiu para refletir e problematizar o quanto é necessário trabalhar a educação socioemocional nas escolas, visto que as emoções devem ser entendidas como fisiológicas, isto é, essenciais para a sobrevivência e, portanto, é fundamental manifestá-las e compreendê-las como parte da construção holística dos sujeitos.

Desse modo, conforme destaca Biazus e Ramires (2012) uma vez que as emoções não sejam expressas de maneira saudável, a criança pode ter a sua capacidade de lidar com pensamentos e sentimentos sobrecarregada, o que é um fator de risco para que elas passem a manifestar de maneira desregulada, pela via dos sintomas corporais ou ações físicas. É de suma relevância, portanto, que as escolas entendam os alunos dentro de uma perspectiva walloniana e sobretudo desenvolvam atividades voltadas à educação socioemocional, e não apenas exercícios de aquisição cognitiva.

Após a intervenção, foi realizada uma avaliação qualitativa para verificar o impacto da atividade nas crianças. Isso incluiu observações durante a atividade, feedbacks verbais das crianças e análise das respostas dadas às situações hipotéticas propostas. A reflexão sobre os resultados obtidos foi fundamentada em conceitos de Henri Wallon, que destacam a importância do reconhecimento e da expressão das emoções no desenvolvimento humano e no seio escolar.

Dessa forma, salienta-se que a intervenção proporcionou um espaço significativo para as crianças explorarem as emoções e aprenderem sobre sua importância no contexto de suas vidas. Além disso, também foi relevante para a formação acadêmica das discentes participantes do projeto, visto que a experiência de trabalhar o socioemocional com crianças enriqueceu o conhecimento teórico com os saberes práticos adquiridos na vivência da extensão, dando ao currículo acadêmico e pessoal uma formação ética, qualitativa, cuidadosa, empática e reflexiva acerca das demandas do contexto escolar no que tange os desafios para incrementar uma educação socioemocional.

Assim, a experiência do projeto proporcionou aprendizados, socialização e momentos inesquecíveis. Pontua-se, portanto, que a abordagem baseada nas teorias de Wallon contribuiu para uma compreensão mais profunda do desenvolvimento emocional na infância e para a concepção de estratégias pedagógicas mais eficazes nessa área.

## CONCLUSÃO

Portanto, destaca-se que a educação socioemocional representa um pilar fundamental no desenvolvimento integral das crianças, capacitando-as a reconhecer, compreender e gerenciar suas emoções de maneira construtiva. Este estudo enfatizou a sua importância como um processo essencial para promover relações interpessoais saudáveis, desenvolver a autoconfiança e a capacidade de enfrentar desafios com resiliência.

Nota-se que é de suma relevância o compromisso contínuo com a promoção do desenvolvimento socioemocional como parte integrante do processo educacional, capacitando as crianças a enfrentar os desafios da vida com resiliência, empatia e autoconfiança. Assim, ressalta-se que o projeto de extensão trouxe capacitações teóricas e práticas para as discentes, contribuindo de forma positiva para a formação acadêmica e pessoal.

## REFERÊNCIAS


DAMÁRIO, Bruno Figueiredo . **Mensurando habilidades socioemocionais de Crianças e Adolescentes: desenvolvimento e validação de uma bateria**. São Paulo: Temas em psicologia, 2017. v. 25. ISBN 1413-389X.

MELO, Armando; MAIA, Osterne; CHAVES, Hamilton. **Lewin e a pesquisa-ação: gênese, aplicação e finalidade.** Fractal: Revista de Psicologia, v. 28, n. 1, p. 153–159, 1 abr. 2016. Disponível em: SciELO - Brasil - Lewin e a pesquisa-ação: gênese, aplicação e finalidade Lewin e a pesquisa-ação: gênese, aplicação e finalidade. Acesso em: 9 maio 2024.

MOTTA, Pierre Cerveira; ROMANI, Patrícia Fasolo. **A educação socioemocional e suas implicações no contexto escolar: uma revisão de literatura**. São Paulo: Psicologia da educação, 2017. 49-56 p.

SALLA, Fernanda. **Henri Wallon e o conceito de emoção**. Nova escola, 2018. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/114/henri-wallon-conceito-emocao. Acesso em: 07 maio 2024.

TINTI, Débora. **A importância da educação socioemocional para crianças**. Telavita, 2023. Disponível em: https://www.telavita.com.br/blog/educacao-socioemocional/#:~:text=%C3%89%20essencial%20ensinar%20%C3%A0s%20crian%C3%A7as%20como%20lidar%20com,capazes%20de%20enfrentar%20situa%C3%A7%C3%B5es%20dif%C3%ADceis%20com%20mais%20habilidade. Acesso em: 07 maio 2024.

WELLMAN, Henry M.; LINDA, Karen. **Decifrando mentes: como a infância pode nos ensinar a entender como são as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2021. E-book. ISBN 9786555204094. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555204094/. Acesso em: 06 maio 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# ELABORAÇÃO DE POMADA CICATRIZANTE E DESINFETANTE: SINERGIA ENTRE ÓLEO ESSENCIAL DE LARANJA E *Aloe vera* COMO COMPONENTES NATURAIS

Aryane Ellen Oliveira Rabelo[1]
Ana Letícia Chaves Silva[2]
Naiane Diógenes[3]
Ruth Gonçalves Maia[4]
Tallyson Nogueira Barbosa[5]

## RESUMO

A busca por soluções dermatológicas eficazes e naturais tem crescido, destacando-se a produção de pomadas cicatrizantes como uma alternativa promissora. Este estudo visou desenvolver uma pomada à base de óleo essencial de laranja e *Aloe vera*, reconhecidos por suas propriedades terapêuticas. A pele, sendo o maior órgão do corpo humano, requer cuidados especiais para sua regeneração diante de lesões. O óleo essencial de laranja, rico em compostos bioativos, e o gel de *Aloe vera*, conhecido por suas propriedades regenerativas, foram escolhidos como ingredientes principais devido às suas propriedades anti-inflamatórias, antimicrobianas e cicatrizantes. Para a produção da pomada, realizou-se a combinação de 50g de extrato de *Aloe vera*, 25g glicerina bidestilada e amido de milho, aquecidos a 80°c por 10 minutos em uma chapa aquecedora, com adição de óleo essencial de laranja. Após resfriamento, a pomada foi acondicionada em recipientes apropriados. Os resultados demonstraram uma pomada homogênea e de fácil aplicação, com consistência firme e cremosa. A adição de lanolina garantiu estabilidade e textura final. Os recipientes foram rotulados adequadamente, destacando informações importantes. Conclui-se que a pomada desenvolvida apresenta características físico-químicas ideais para serem utilizadas para acelerar o processo de cicatrização, reduzir inflamações e prevenir infecções, oferecendo uma alternativa segura e eficaz aos produtos sintéticos. Por fim, este estudo apresenta a importância do uso de ingredientes naturais na dermatologia, promovendo uma abordagem mais sustentável e saudável para a saúde da pele.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cicatrização; Produtos naturais; Dermatológico; Medicamento.

## INTRODUÇÃO

[1]Aryane Ellen Oliveira Rabelo: e-mail: aryanerabelo6@hotmail.com
[2]Ana Letícia Chaves Silva: e-mail: anachaves529@gmail.com
[3]Naiane Diógenes: e-mail: naiannediogenes@gmail.com
[4]Ruth Gonçalves Maia: e-mail: Ruthg5293@gmail.com
[5]Tallyson Nogueira Barbosa: e-mail: tallyson1792@gmail.com

A busca por soluções eficazes e naturais para promover a saúde da pele tem se tornado uma prioridade crescente na indústria de cuidados dermatológicos (SILVA et al., 2017). A pele, como o maior órgão do corpo humano, desempenha um papel fundamental na proteção contra agressões externas e na regulação térmica, e apesar disso, está sujeita a uma variedade de lesões, desde pequenos cortes e arranhões até queimaduras mais graves (MILANI; RIBAS, 2021). A capacidade de regeneração da pele é crucial para restaurar sua integridade e função normais, e é nesse contexto que os produtos naturais podem desempenhar um papel significativo (SANTOS et al., 2021).

O óleo essencial de laranja é conhecido por suas propriedades anti-inflamatórias, antimicrobianas e cicatrizantes (ALVES et al., 2021). Sua composição rica em compostos bioativos, como limoneno e linalol, tem sido associada a uma aceleração no processo de cicatrização, redução da inflamação e prevenção de infecções (SOUZA et al., 2024). Da mesma forma, o gel de *Aloe vera*, derivado das folhas da planta homônima, é amplamente reconhecido por suas propriedades regenerativas e hidratantes (MATOS et al., 2022). Sua rica composição em vitaminas, minerais e polissacarídeos promove a cicatrização de feridas, alivia a irritação e revitaliza a pele danificada (ALENCAR et al., 2024).

Tende isso em mente, a compreensão do sinergismo entre o óleo essencial de laranja e o *Aloe vera* na formulação de uma pomada cicatrizante representa uma abordagem inovadora para o tratamento de lesões cutâneas (ALENCAR et al., 2024). Ao explorar o potencial terapêutico desses ingredientes naturais, espera-se não apenas proporcionar uma recuperação eficaz, mas também minimizar os efeitos adversos associados ao uso de produtos químicos sintéticos, ressalta-se por sua vez, que o impacto positivo que a utilização de produtos naturais pode ter na redução da carga química sobre o corpo e sobre o meio ambiente (PEREIRA et al., 2020a).

A preferência por ingredientes orgânicos e biodegradáveis não apenas protege a saúde do usuário, mas também contribui para a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais, promovendo um equilíbrio mais sustentável entre o ser humano e o ambiente em que vive (PEREIRA et al., 2020b). Diante disto, o presente estudo teve por objetivo, a produção de uma pomada natural a partir do sinergismo terapêutico do óleo essencial de laranja com *Aloe vera*, para tratamento de lesões cutâneas.

## METODOLOGIA

Foram adicionados em um Becker 100 gramas, de extrato de polpa de babosa (*Aloe vera*), 200g de água destilada. Em seguida, foram submetidos a aquecimento em chapa aquecedora com agitação magnética por 10 min a 80°C. Após a formação da mistura homogênea, foram adicionados a pasta constituída de 20g de glicerina bidestilada, 25g de amido de milho e 15g de óleo essencial de laranja. Realizou-se então a agitação até a mistura atingir a homogeneidade característica de pomada.

Ao final deste processo, realizou-se o resfriamento da pomada, e foram acondicionadas em recipientes apropriados, e rotulados com as principais informações de produção, tais como, manipulador e data de fabricação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A produção da pomada cicatrizante à base de extrato de polpa de babosa (*Aloe vera*) e óleo essencial de laranja, resultou em uma formulação homogênea e de fácil aplicação. Os resultados obtidos durante o processo de produção e as características físico-químicas da pomada foram demonstrados na figura 1.

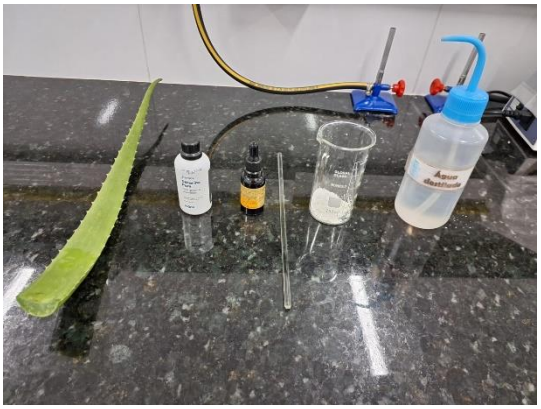


Figura 1 – Ingredientes essenciais constituíntes

Durante o aquecimento em chapa aquecedora com agitação magnética, observou-se que a mistura de extrato de *Aloe vera*, vaselina sólida e lanolina atingiu uma temperatura homogênea de 80°C após 10 minutos de aquecimento. Este período foi suficiente para garantir que ocorresse a fusão dos componentes sólidos permitindo desta maneira, a formação de uma base líquida consistente.

Com a adição da lanolina, observou-se uma distribuição uniforme do ingrediente na mistura. A lanolina desempenha um papel importante na formulação, agindo como um emoliente e proporcionando hidratação à pele, além de contribuir para a estabilidade e textura final da pomada.

Após o resfriamento da pomada, foi observado que a formulação adquiriu uma consistência firme e cremosa, facilitando sua aplicação sobre a pele. A textura suave e agradável da pomada, combinada com seu aroma naturalmente refrescante de óleo essencial de laranja, contribui para uma experiência agradável de produção, o que poderá incentivar a adesão ao tratamento por parte dos pacientes.

Os recipientes contendo a pomada foram adequadamente rotulados com as principais informações de produção, figura 2, incluindo o nome do manipulador e a data de fabricação. Essa prática é essencial para garantir a rastreabilidade do produto e fornecer informações importantes aos usuários sobre sua origem e composição.



Figura 2 – Pomada cicatrizante de Aloe vera e óleo essencial de laranja

Em suma, os resultados obtidos nesta etapa demonstram que a produção da pomada cicatrizante à base de extrato de *Aloe vera* e óleo essencial de laranja foi bem-sucedida, resultando em uma formulação de alta.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, fica evidenciado que ao combinar os conhecidos benefícios do óleo essencial de laranja, com suas propriedades anti-inflamatórias e cicatrizantes, com as reconhecidas propriedades regenerativas e hidratantes do *Aloe vera*, a pomada desenvolvida promete acelerar o processo de cicatrização, reduzir a inflamação e prevenir infecções na pele lesionada. Essa sinergia entre ingredientes naturais oferece uma alternativa segura, eficaz e sustentável aos produtos químicos sintéticos comumente utilizados na dermatologia.

## REFERÊNCIAS


ALENCAR, C. V. P. et al. Pomada Aloevet : promovendo a proteção , cicatrização e desinflamação , a base de Aloe Vera para tratamento de lesões cutâneas em animais domésticos e de produção. **Revista Encontros Científicos**, v. 6, p. 90–91, 2024.

ALVES, J. C. DE A. et al. Avaliação da influência do óleo essencial de laranja em filmes de PHB / PEG Evaluation of the influence of orange essential oil on PHB / PEG films Evaluación de la influencia del aceite esencial de naranja en películas de PHB / PEG. **Research, Society and Development**, v. 10, p. 1–9, 2021.

MATOS, R. A. C.; LIRA, D. P. B. DE; CARTAGENES, S. DE C. Propriedade cicatrizante da Babosa do gênero Aloe vera (L.): O que podemos aprender com as evidências pré-clínicas e clínicas? **Brazilian Journal of Development**, v. 8, p. 45180–45190, 2022.

MILANI, S. F.; RIBAS, J. L. C. Tratamentos estéticos utilizados para controle da oleosidade de pele. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 1, p. e5550, 2021.

PEREIRA, G. DO C. et al. Avaliação da Estabilidade de um xampu Produzido com Adição de Óleo Essencial de Alecrim ( Rosmarinus officinalis ). **Revista Teccen**, v. 13, p. 02–07, 2020.
PEREIRA, I. R. S.; MONTEIRO, I. G.; SIQUEIRA, L. DA P. Extrato da Eugenia uniflora L. (pitangueira) e sua ação anti-inflamatória em afecções dermatológicas – Uma revisão da literatura. **Brazilian Journal of Development Extrato**, v. 6, p. 33630–33645, 2020.

SANTOS, F. D. R. P. et al. **Características físico-químicas de um sérum desenvolvido à base do óleo de buriti ( mauritia flexuosa ) para pele idosa physico-chemical characteristics of a serum developed based on buriti oil ( mauritia flexuosa ) for elderly skin introdução Concomitant.** 2021.

SILVA, A. P. R. et al. Uso Terapêutico Da Pomada De Própolis Em Diferentes Feridas Crônicas. **Biológicas & Saúde**, v. 7, n. 24, p. 40–46, 2017.

SOUZA, V. N. B. DE et al. Aplicação de coberturas comestíveis contendo óleos essenciais em laranjas ‘ Pera ’ ( Citrus sinensis L . Osbeck ). **Food Science Today**, v. 1, p. 11–19, 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# EPIDEMIOLOGIA DA HANSENÍASE NO ESTADO DO TOCANTINS: UMA ANÁLISE DE INCIDÊNCIA

Luzia Dulai Torres da Silva [1]
Livanilde Andrade de Lima [2]
Fernanda Kalitia Santiago [3]
Revia Ribeiro Castro [4]
Marcos Wender Santiago Marinho [5]

**RESUMO**

A hanseníase é uma doença endêmica no estado do Tocantins, com isso foi realizado uma análise da incidência de casos notificados em um determinado período. Esse estudo objetivou analisar a tendência temporal de detecção geral da hanseníase no estado de Tocantins na população geral no período de 2011-2021. A análise de tendência temporal foi realizada com dados do tabnet e do DataSUS, usando o software joinpoint para formulação de gráficos e dados de intervalos de confiança (IC), calculando também a taxa de incidência. A partir dessa análise, constatou-se que houve uma redução no número de casos reportados a partir do ano de 2019. Percebeu-se, a necessidade de seguir os estudos e dar continuidade a ações preventivas já existentes no estado do Tocantins para redução de casos e intensificar as medidas educativas em saúde para diagnósticos precoces. Chegou-se a inferir que o enfrentamento da hanseníase requer mudanças socioeconômicas e culturais, com ênfase na redução da vulnerabilidade em núcleos familiares afetados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Epidemiologia; Incidência; Hanseníase.

## INTRODUÇÃO

A Hanseníase é uma doença infectocontagiosa causada pelo *Mycobacterium leprae* ou bacilo de Hansen nutre-se de um processo infeccioso crônico de culminante extensão em diversos países do mundo. A propensão pela pele e nervos periféricos inflige características típicas a esta enfermidade, fazendo com que seu diagnostico seja simples. A doença antes conhecida como lepra, foi nomeada por conta do estigma ligado a palavra. Em 1995 foi definido pela Lei n° 9.010, que o termo lepra e seus provenientes não deveriam ser empregados nos apontamentos oficiais da União e municípios (SANTOS; PEREZ, 2023).

[1]FACULDADE VIDAL: luziadullay69@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: livanildeandrade@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: Fernandasant945@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: reviarcastro@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: mwend7@gmail.com

Acredita-se que a hanseníase tenha surgido no Oriente e tenha se espalhado pelo mundo por tribos nômades ou navegadores, como os fenícios. Havia referência à doença já no século 6 a.C. Antigamente, a hanseníase era associada ao pecado, à impureza, à desonra. Por falta de conhecimento específico, a hanseníase era muitas vezes confundida com outras doenças, principalmente as de pele e venéreas. Em 1973, a bactéria causadora da moléstia foi identificada pelo norueguês Armauer Hansen, dando assim o nome de bacilo de Hansen.

No Brasil, até meados do século XX, os doentes eram obrigados a se isolar em leprosário e tinham seus pertences queimados. Apenas e, 1962 a internação compulsória dos doentes deixou de ser regra. Desde 1995, o tratamento e gratuitamente oferecido para os pacientes do mundo todo. (FIOCRUZ, 2021).

De 2011 a 2021 foram notificados 15.700 novos casos de hanseníase no estado do Tocantins, a partir dessa informação podemos entender a distribuição e os determinantes da doença, e para desenvolver estratégias eficazes de controle e eliminação. De acordo com os dados disponíveis, o Tocantins teve maior número de novos diagnósticos de hanseníase no país. Nos cinco primeiros messes de 2017, foram diagnosticados 359 novos casos, o que corresponde a mais de 94 casos a cada 100 mil habitantes.

Segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), é importante ressaltar que a hanseníase é uma doença curável e o tratamento está disponível gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), no Brasil. O seu diagnóstico precoce e o início de imediato do tratamento são fundamentais para prevenir complicações e interromper a transmissão da doença (BRASIL, 2021). Esse estudo objetivou analisar o perfil epidemiológico dos casos de hanseníase no estado de Tocantins no período de 2011 a 2021.

## METODOLOGIA

A partir da metodologia utilizada alcançou-se a categorização e o diagnóstico de dados por meio da coleta de casos notificados, com a intenção de abalizar o aspecto epidemiológico da hanseníase no estado do Tocantins nos anos de 2011 a 2021. Com tudo, realizamos um estudo epidemiológico do tipo ecológico que analisou a taxa de detecção anual de novos casos.

A taxa de detecção de casos é uma medida importante na epidemiologia que ajuda a estender a prevalência de uma doença em uma população no específica durante um período. Na década citado foi permitido uma compreensão mais profunda das tendências ao logo do tempo e pode ajudar a identificar padrões ou mudanças na prevalência da doença (BRASIL, 2016).

Em 2021 o estado de Tocantins registrou 741 novos casos de hanseníase, dos quais 43 foram identificados em indivíduos menores de 15 anos. Em 2022, foi registrado preliminarmente 699 casos gerais e 43 novos em menores de 15 anos nesse período foram identificados 963 casos com incidência de 63,59 por 10.000 habitantes (BRASIL, 2022).

A Fonte de dados foi o Sistema de informação de agravos de notificação do ministério de saúde (Sinan-MS), Sistema que tem como objetivo coletar, transmitir e disseminar dados gerados rotineiramente sobre doenças e agravos de notificação em todo o território Nacional fornecendo informações para análise do perfil da morbidade da população brasileira e o departamento de Informática do sistema único de saúde ministério de saúde (DATASUS, MS) que tem como objetivo apresentar os dados coletados sobre a saúde onde podem ser acessados por programas como o *TABNET* e *TABWIN*. Foram excluídos os dados "em branco" e "ignorados".

A análise estatística foi realizada em cima de variáreis: sexo, escolaridade, raça, faixa etária, forma clínica de notificação, avaliação da capacidade de cura e frequência por ano de notificação. Para a análise de tendência temporal foram utilizados os indicadores para o estado e procedeu-se a análise no software *joinpoint regression*, o qual é um aplicativo que vai mostrar como foram os índices de hanseníase na determinada área discutida, com isso podemos obter os pontos de inflexão, em uma escala logarítmica utilizamos o teste para tendência anual (*APC)*. A partir da definição dos seguimentos, foi estimado e testado a variação percentual anual (*Annual percentual change -APC*), com seus respectivos intervalos. Chegamos ao final com o cálculo (96.753/1.151.460) x 10^5= 1.348,46, **o**nde 915.527 foi a soma dos dados obtidos na tabela e 1.151.459 o total da população geral entre os anos de 2011-2021.

**Tabela 01:** Casos de hanseníase notificados no Estado do Tocantins.

| **CATEGORIA** | **n** | **%** |
|---|---|---|
| **SEXO** | | |
| MULHER | 6.825 | 43,41 |
| HOMEM | 8.897 | 59,56 |
| **FAIXA ETÁRIA** | 10.609 | |
| 20 A 29 ANOS | 1.855 | 17,48 |
| 30 A 39 ANOS | 2.937 | 27,68 |
| 40 A 49 ANOS | 3.032 | 28,57 |
| 50 A 59 ANOS | 2.185 | 20,59 |
| **ESCOLARIDADE** | | |
| ANALFABETO | 1.184 | 7,53 |
| 1° A 4° SÉRIE INCOM/EF | 2.733 | 17,38 |
| 4° SÉRIE COM/EF | 937 | 5,95 |
| 5° A 8° SÉRIE INCOMP/EF | 2.194 | 13,95 |
| ENSI/FUNDAMRNTAL COMP/ | 1.507 | 6,72 |
| ENSI/MÉDIO INCOM/ | 1.215 | 7,72 |
| ENSI/MÉDIO/COMP | 2.550 | 16,21 |
| EDUC/SUPERIOR INCOMP/ | 283 | 1,79 |
| EDUC/SUPERIOR COMP/ | 751 | 4,77 |

| | | |
|---|---|---|
| **RAÇA** | | |
| PARDA | 10.287 | 65,45 |
| BRANCO | 2.259 | 14,36 |
| PRETO | 2.161 | 13,74 |
| AMARELO | 598 | 3,80 |
| INDÍGENA | 140 | 2,65 |
| **FORMA CLÍNICA DE NOTIFICAÇÃO** | | |
| TUBERCULOIDE | 1.384 | 11,04 |
| DIMORFA | 9.348 | 74,52 |
| VIRCHOWIANA | 1.812 | 14,44 |
| **AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE CURA** | | |
| GRAU ZERO | 6.841 | 67,77 |
| GRAU I | 2.546 | 25,22 |
| GRAU II | 706 | 0,75 |
| **FREQUÊNCIA POR ANO DE NOTIFIÇÃO** | | |
| PAUBACILAR | 3.395 | 21,60 |
| MULTIBACILAR | 12.325 | 78,40 |

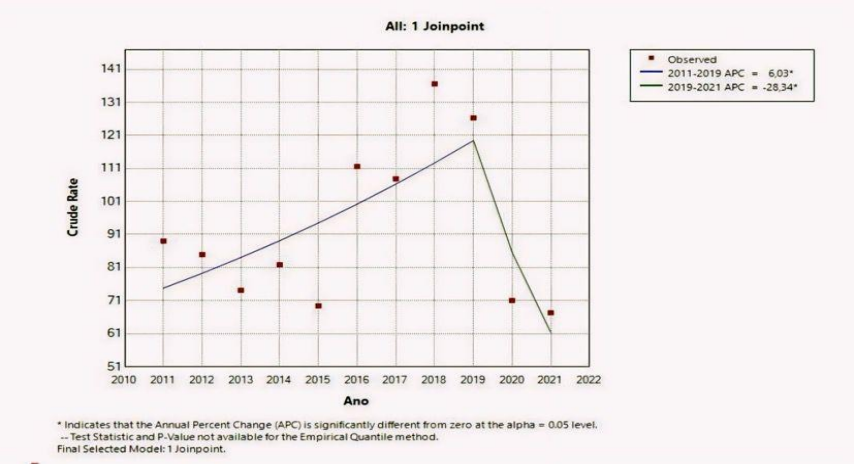
**Fonte:** Dados da pesquisa adaptado do DATASUS criado pelos autores, 2023.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base na tabela podemos calcular os valores de índices da Hanseníase no estado de Tocantins com o APC (*annual percentual change*), com ele foi possível calcular as taxas de **IC** utilizando a regra de 3 para melhor entender como foram os resultados da doença durante os anos no estado de Tocantins.

Nos anos de 2011 a 2021 foram notificados um total de 15.723 casos de Hanseníase, destes o maior número foi identificado em mulheres (n = 8.897,56,58%), com maior número de casos em pessoas com escolaridade da 1° a 4° série incompleto do Ensino Fundamental (EF) (n = 2.733, 17,38%). Em relação a raça, a maioria dos casos foram notificados nele (n = 10.287 65,45%), seguido da raça branca (n = 2.259 14,36%). A forma clínica apresentou a maioria dos casos na forma dimorfa (n= 9.348, 74,52%). Na faixa etária apresentou maioria dos casos em pessoas de 40 a 49 anos (n=3.032, 28,57%).

**Figura 1-** Gráfico sobre os casos de hanseníase em Tocantins da década de 2011 a 2021.

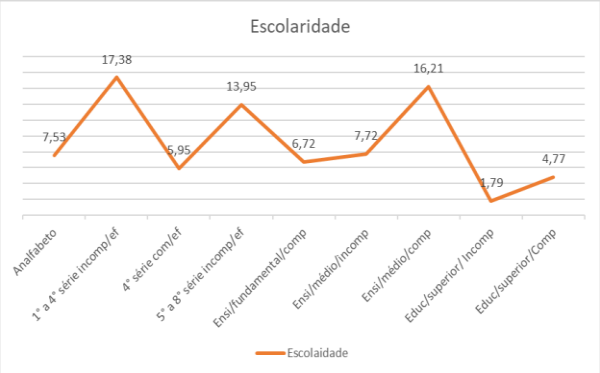


**Fonte:** dados da pesquisa *joinpoint,* (2023).

Durante a década de 2011 a 2021, o Brasil registrou 309.638 novos casos de hanseníase. De 2011 a 2019, observou-se um aumento significativo na detecção da doença em todo o país (com um coeficiente de determinação, $r^2$, de 0,99 e um valor p inferior a 0,001). As regiões também apresentaram essa tendência crescente, sendo a região Centro-Oeste a que teve o maior aumento (com um $r^2$ de 0,97 e um valor p de 0,008) (REVISTA BRASILEIRA DE EPIDEMIOLOGIA, 2022).

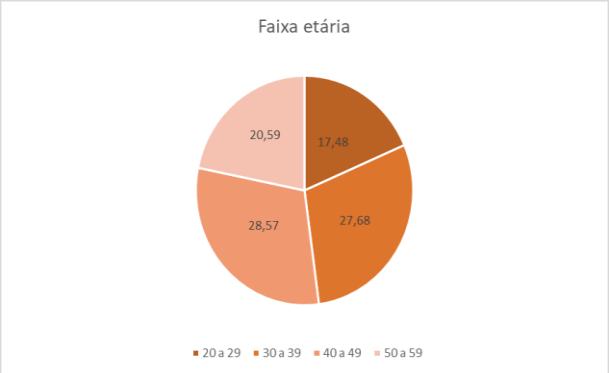
Na análise do período de 2011 a 2019, 19 estados e o Distrito Federal apresentaram uma tendência de aumento nos casos de hanseníase. Mato Grosso (com um $r^2$ de 0,94 e um valor p de 0,003) e Tocantins (com um $r^2$ de 0,92 e um valor p de 0,005) foram as unidades federativas com o maior aumento anual.

**Figura 2-** Dados sobre escolaridade dos casos em Tocantins de 2011 a 2021.




**Fonte:** Elaborado pelos autores.

**Figura 3** - Faixa etária dos casos de hanseníase de hanseníase em Tocantins de 2011 a 2021.




**Fonte:** Elaborado pelos autores.

A análise temporal pelo método *Joinpoint* revelou uma redução da incidência de hanseníase entre 2011 e 2021 de 1,9 % ao ano em Tocantins (IC 95%: -7,15 - 5,18; p<0,05). Foi observado que entre 2011 e 2019 ocorreu um aumento significativo nos casos de 6,02 % ao ano em Tocantins (IC 95%: 1,11 - 33,67; p<0,05). Já em 2019 a 2021 esses casos tiveram um declínio considerável de 28,3% ao ano em Tocantins (IC 95%: -47,07 - -2,10; p<0,05). (Figura 1). Para que esses dados fossem colhidos foi utilizado o software *joinpoint regression,* ele consegue mostrar os dados obtidos durante o determinado tempo abordado nesse artigo mostrando em imagem como foi exatamente a predominância da doença. É possível observar que a hanseníase teve uma elevada taxa de casos de 2011 a 2018 e entre 2019 e 2021 ela apresentou um declínio considerável.

## CONCLUSÃO

A hanseníase persiste como um sério problema de saúde pública em Tocantins, evidenciando alta transmissibilidade, especialmente entre mulheres, pardos e pessoas de baixa

escolaridade. Tendo a maior vulnerabilidade em pessoas com a faixa etária de 40 a 49 anos, contribuindo assim para uma dinâmica de transmissão, exigindo reformas profundas nos determinantes sociais da doença.

Monitorar o diagnóstico tardio em mulheres é crucial, enquanto ações de controle no SUS necessitam constante qualificação. O enfrentamento da hanseníase requer mudanças socioeconômicas e culturais, com ênfase na redução da vulnerabilidade em núcleos familiares afetados.

Os achados deste estudo permitem conhecer a forma clínica e a epidemiologia da hanseníase no Brasil e no estado de Tocantins, uma vez que os resultados encontrados, pode-se verificar que a doença ainda é um problema de saúde pública, mas que tem tratamento gratuito fornecido pelo órgão responsável de cada localidade. Sendo importante enfatizar que o paciente pode evoluir para a cura, caso faça uso da medicação de forma adequada.

## REFERÊNCIAS


LIMA, L. V. DE. et al. Temporal trend, distribution and spatial autocorrelation of leprosy in Brazil: ecological study, 2011 to 2021. **Revista Brasileira de Epidemiologia,** v. 25, p. e220040, 2022. Magnitude e tendência temporal dos indicadores da hanseníase em Goiás: um estudo ecológico do período 2001-2017 Epidemiol. Serv. Saude, Brasília, v. 29, n.5, e2019575, 2020.

MONTEIRO, Lorena Dias *et al.* Social determinants of leprosy in a hyperendemic State in North Brazil. ***Revista de Saúde Pública*****,** v. 51, n. 0, 20 jul. 2017.

SANTANA, E. M. F. de; BRITO, K. K. G. de; NOGUEIRA, J. de A.; LEADEBAL, O. D. C. P.; COSTA, M. M. L.; SILVA, M. A. da; SOARES, M. J. G. O. Deficiências e incapacidades na hanseníase: do diagnóstico à alta por cura. **Revista Eletrônica de Enfermagem,** Goiânia, Goiás, Brasil, v. 20, p. v20a15, 2018. DOI: 10.5216/ree.v20.50436. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fen/article/view/50436.

SOARES MARTINS, Gustavo; SOARES ARAUJO, Felipe; MARTINS CORREIA JÚNIOR, Aures; DINIZ OLIVEIRA, Monalisa; DO NASCIMENTO SOUZA, Bruno Cesar; CUNHA REIS, Lucas; RANGEARO PERES, Carlos Alberto. Arguição do perfil epidemiológico da hanseníase no tocantins de 2017 a 2021. **Revista de Patologia do Tocantins,** *[S. l.]*, v. 9, n. 1, p. 21–25, 2022. DOI: 10.20873/10.20873/uft.2446-6492.2022v9n1p21. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/patologia/article/view/13962.

SOUZA EA, FERREIRA AF, BOIGNY RN, ALENCAR CH, HEUKELBACH J, MARTINS-MELO FR, et al. Hanseníase e gênero no Brasil: tendências em área endêmica da região Nordeste, 2001-2014**. Rev Saude Publica.** 2018;52:20.

VELÔSO, DILBERT SILVA *et al.* **Perfil Clínico Epidemiológico da Hanseníase: Uma Revisão Integrativa.** Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/CRUZ_6ef5932a79ff52b60d986ea246b18fc7.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# ESTIMULAÇÃO PRECOCE EM CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN E A ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA DENTRO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.

Flávio José Neto Campos[1]

Dárlyson Marlon Santiago Silva[2]

Geísa Maria de Araújo Freitas[3]

Hallyd Karynne Silva Eduardo[4]

Larissa de Deus Rodrigues[5]

## RESUMO

A síndrome de Down, causada por material genético extra no cromossomo 21, é a causa genética mais comum de deficiência intelectual. A estimulação precoce; acompanhamento e intervenção clínico terapêutico multiprofissional com bebês de alto risco e com crianças acometidas por patologias orgânicas, buscando o melhor desenvolvimento, minimizando sequelas ao atraso do desenvolvimento neuropsicomotor possibilitará maior funcionalidade às crianças com deficiência, permitindo-lhes um futuro com mais autonomia e inclusão social, esse acompanhamento, multiprofissional inserindo-se o fisioterapeuta, garante maior facilidade de acesso, por meio de avaliação, diagnóstico diferencial, tratamento e reabilitação, que requerem atendimento especializado. O presente estudo objetiva conhecer os benefícios da estimulação precoce em crianças portadoras dessa condição enfatizando o papel do fisioterapeuta dentro da equipe multidisciplinar. Revisão sistemática realizada de acordo com o *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis* (PRISMA) buscando conhecer métodos que utilizam estimulação precoce em crianças com Síndrome de Down e o papel do fisioterapeuta na abordagem multidisciplinar, incluindo estudos publicados a partir de 2016, com buscas realizadas nas bases de dados *Pubmed, Cochrane e Scielo*. Ambos resultados evidenciam que a estimulação precoce contribui para o desenvolvimento de habilidades básicas no desenvolvimento de crianças com SD, e o papel do fisioterapeuta na abordagem multiprofissional, amplamente participativo em todos os trabalhos consultados. Concluímos que a estimulação precoce é uma estratégia que contribui para o desenvolvimento das habilidades básicas e desenvolvimento de crianças portadoras de Síndrome de Down, destacando-se o fisioterapeuta na equipe multidisciplinar, altamente requisitado em todos os passos nos protocolos utilizados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trissomia do Cromossomo 21; Educação de Intervenção; Neuro fisioterapia.

[1] FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. flaviocampos964@gmail.com
[2] FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. darlysonmarlon@gmail.com
[3] FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. geisa.freitas92@gmail.com
[4] FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. hallydkse@gmail.com
[5] FACULDADE VIDAL: Fisioterapeuta. Docente do Curso de Graduação em Fisioterapia.larissadeus@alu.uern.br

## INTRODUÇÃO

A síndrome de Down, causada por material genético extra no cromossomo 21, é a causa genética mais comum de deficiência intelectual, a condição pode ser detectada através de exames e testes pré-natais, ou logo após o nascimento, através de observações clínicas que são confirmadas através de testes genéticos (O'TOOLE *et al.*, 2018), de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS 2017), uma em cada 1.100 crianças nascidas no mundo apresentam essa anomalia genética cromossomial.

A SD está associada a uma série de dificuldades médicas, físicas e de desenvolvimento, incluindo problemas motores e intelectuais ( MORAES *et al*, 2022), apresentam atrasos no desenvolvimento motor grosso, resultando em distúrbios no controle postural e equilíbrio, dificultam o desenvolvimento de habilidades motoras funcionais ( LAUTESLAGER *et al.,* 2020), devidos à hipotonia, hipermobilidade articular e reações posturais reduzidas, considerar tais aspectos é especialmente importante para crianças com SD, pois elas precisam estar integradas à sociedade e ter autonomia e independência em suas atividades ( BARBOSA *et al.*, 2018).

A estimulação precoce; acompanhamento e intervenção clínico terapêutico multiprofissional com bebês de alto risco e com crianças acometidas por patologias orgânicas, buscando o melhor desenvolvimento, minimizando sequelas ao atraso do desenvolvimento neuropsicomotor (SOUZA *et al.,* 2019) possibilitará maior funcionalidade às crianças com deficiência, permitindo-lhes um futuro com mais autonomia e inclusão social, esse acompanhamento multiprofissional, inserindo-se o fisioterapeuta, garante maior facilidade de acesso, por meio de avaliação, diagnóstico diferencial, tratamento e reabilitação, que requerem atendimento especializado ( MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

Conhecendo as causas e consequências acarretadas pela SD o presente estudo objetiva conhecer os benefícios da estimulação precoce em crianças portadoras dessa condição enfatizando o papel do fisioterapeuta dentro da equipe multidisciplinar.

## METODOLOGIA

Revisão sistemática realizada de acordo com o *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis* (PRISMA), buscando conhecer métodos que utilizam estimulação precoce em crianças com Síndrome de Down e o papel do fisioterapeuta na abordagem multidisciplinar do seguinte modo: Registros identificados: (n = 35). *PubMed:(*n= 18), *Cochrane*:(n= 06), Scielo*(*n=11). Identificação: duplicados removidos (n = 4), removidos por outros motivos (n =2), não foi possível recuperar o texto completo (n =1). Triagem: selecionados (n = 28), excluídos (n = 5), avaliados quanto à elegibilidade (n = 23), excluídos

(n=15), não foi possível recuperar o texto completo (n =1), inclusão: (n =12), incluindo estudos publicados a partir do ano 2016. Os descritores utilizados foram combinados por meio dos operadores booleanos da seguinte forma:

| PubMed | Cochrane | Scielo |
|---|---|---|
| *Trisomy of Chromosome 21 AND early Intervention OR physiotherapy.* | *Early stimulation in children with down syndrome. Early Intervention, Educational AND multidisciplinary action OR chromosome 21 syndrome* | ** Trisomy of Chromosome 21 * OR * early intervention * AND * physiotherapeutic intervention *.* |

**RESULTADOS.**

**Quadro 1:** Análise dos artigos selecionados em relação a estimulação precoce em crianças com Síndrome de Down.

| **Autor, ano e revista de publicação** | **Intervenções** | **Resultados** |
|---|---|---|
| Lauteslager *et al.,* 2020. **Fisioterapia Pediátrica** | Um modelo exponencial multinível foi aplicado para criar uma curva de crescimento motor baseada em dados da BMS (teste de habilidades motoras básicas) em crianças com síndrome de Down (SD) com idades entre 2 meses e 5 anos. | A curva de crescimento da BMS teve maior aumento durante a infância, diminuindo à medida que as crianças se aproximavam da pontuação máxima prevista. Crianças com SD têm 50% de probabilidade de atingir tais marcos, em meses: sentado 22, engatinhar aos 25 e caminhar aos 38 |
| Ochandorena-Acha *et al.*, 2022 **Crianças** | Intervenção fisioterapêutica precoce baseado em sessões de educação parental e estimulação tátil e cinestésica durante o período da UTIN bem como um programa de atividades em casa | Os bebês do grupo intervenção apresentaram mais desenvolvimento ideal de coordenação motora fina, resolução de problemas, pessoal-social e comunicação em 1 mês |
| WINDERS; WARMERDAM; E HICKEY, 2018 **Jornal de Pesquisa sobre** | Dados longitudinais sobre 44 habilidades motoras grossas definidas, coletados em uma grande coorte de crianças com SD (509), que receberam atendimento em dois centros de referência especializados em SD. O domínio foi concedido quando as | Cronograma de desenvolvimento motor grosso para crianças com SD a partir de dados coletados de grande população. Desenvolvimento motor grosso pode ser avaliado com base no seu desempenho em relação a outras crianças com SD, permitindo a identificação precoce de: |

| | | |
|---|---|---|
| **Deficiência Intelectual** | habilidades foram observadas diretamente pelo fisioterapeuta. | desenvolvimento adequado à idade ou atrasado, permitindo encaminhamentos apropriados para intervenção direcionada |
| Sant *et al.,*2021.<br><br>**Cureus.** | Fisioterapia intervencionista precoce: neurodesenvolvimento, estimulação oromotora, integração sensorial, alongamento passivo e liberação miofascial durante seis dias por semana, com cada sessão de 45 minutos. | O alcance de marcos motores até sentar-se de forma independente, redução de episódios de DRGE, interrupção do RT *in situ*, melhora da mobilidade do pescoço, redução da irritabilidade e início do alcance e preensão junto com tarefas bimanuais. |
| Ramos e Muller 2020.<br>**Revista interdisciplinar ciências médicas.** | O desenvolvimento motor e social de crianças com Síndrome de Down (SD) foi avaliado por meio do instrumento de avaliação Atenção Integrada às Doenças Prevalentes da Infância (AIDPI). | Estimulação precoce contribui para a aquisição das habilidades motoras, socialização da criança com SD, minimizando o impacto negativo do atraso motor por meio da estimulação constante |

Os estudos incluídos em nossa revisão utilizam modelos para levantamento de dados que avaliam o desenvolvimento motor e criam curvas de crescimento, além da utilização de instrumentos avaliativos ao final das aplicações intervencionistas que são utilizadas no decorrer da aplicação dos métodos utilizados. Ambos resultados evidenciam que a estimulação precoce contribui para o desenvolvimento de habilidades básicas no desenvolvimento de crianças com SD, e o papel do fisioterapeuta na abordagem multiprofissional, amplamente participativo em todos os trabalhos consultados.

## DISCUSSÃO.

A fisioterapia, por meio da estimulação precoce, tem o papel de oportunizar ao bebê com SD o seu desenvolvimento mais adequado, auxiliando sua organização global, identificando as alterações presentes, orientando os pais, humanizando o ambiente terapêutico, proporcionando melhor qualidade de postura, evitando padrões de movimento anormais, assim possibilitando a diminuição do atraso no desenvolvimento, buscando a funcionalidade na realização das atividades diárias e na resolução de problemas, impactando na sua qualidade de vida (SILVA *et al.*, 2017).

A aplicação de instrumentos avaliativos utilizando por exemplo testes para avaliação de atividades básicas motoras é um achado importante, pois, é necessário mensurar e nivelar capacidades presentes para assim planejar estratégias de manejo precoce objetivando o

desenvolvimento, como os marcos motores, estímulos grossos e finos, técnicas de neurodesenvolvimento e integração sensorial.

Positivamente, a inclusão de familiares e responsáveis na pesquisa e desenvolvimento de estratégias de intervenção traz a possibilidade de manter os aspectos do meio em que a criança está inserida dentro da aplicabilidade terapêutica, tal aspecto é sustentado na maioria dos estudos incluídos, demonstrando o papel colaborativo da família em um prognostico propicio a resultados eficazes.

Dentro da equipe multiprofissional, destaca-se o papel da fisioterapia em todos os resultados obtidos em nossa pesquisa, trazendo os efeitos da intervenção fisioterapêutica preventiva precoce na melhoria do desenvolvimento de habilidades motoras, sensoriais, cognitivas e sociais, afetando positivamente a desenvoltura global em crianças portadoras de Síndrome de Down.

É necessário que estudos fomentem em seus achados a contribuição da fisioterapia e os efeitos que intervenções precoces oferecem a crianças com SD, sendo o estudo atual justificado pela busca em conhecer e proporcionar para o âmbito profissional experiências relatadas que devem ser utilizadas por tais para execução de um programa construído na prática baseada em evidências.

## CONCLUSÃO

A partir da literatura utilizada em nosso estudo, concluímos que a estimulação precoce é uma estratégia que contribui para o desenvolvimento das habilidades básicas e desenvolvimento de crianças portadoras de Síndrome de Down, destacando-se o fisioterapeuta na equipe multidisciplinar, altamente requisitado em todos os passos nos protocolos utilizados.

## REFERÊNCIAS.


BARBOSA, Renata Thaís de Almeida *et al*. **Comunicação aumentativa e alternativa em crianças com síndrome de Down: uma revisão sistemática**. Pediatria BMC, v. 18, p. 1-16, 2018.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica**. A estimulação precoce na Atenção Básica: guia para abordagem do desenvolvimento neuropsicomotor pelas equipes de Atenção Básica, Saúde da Família e Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf), no contexto da síndrome congênita por zika**. Brasília: Ministério da Saúde; 2016.

DE SOUZA VASCONCELOS, Lizandra Tereza *et al*. **Estimulação precoce multiprofissional em crianças com defasagem no desenvolvimento neuropsicomotor: revisão integrativa**. Revista pesquisa em fisioterapia, v. 9, n. 2, pág.: 284-292, 2019.

**Genes e doenças humanas**. Organização das nações unidas. [http://www.who.int/genomics/public/ geneticdiseases/en/index1.html]. Acessado em 5 de maio de 2017.

LAUTESLAGER, Peter EM *et al*. **Habilidades motoras básicas de crianças com síndrome de Down: Criando uma curva de crescimento motor**. Fisioterapia Pediátrica, v. 32, n. 4, p. 375-380, 2020.

MORAES, Fabio Atila Cardoso *et al*. **A Influência da fisioterapia em crianças com síndrome de down.** Revista Científica Rumos da informação, v. 3, n. 1, p. 159-180, 2022.

OCHANDORENA-ACHA, Mirari *et al.* ***Early Physiotherapy Intervention Program for Preterm Infants and parents: a Randomized, single-blind clinical trial***. *Children*, v. 9, n. 6, p. 895, 2022.

O'TOOLE, Ciara *et al*. **Intervenções mediadas pelos pais para promover a comunicação e o desenvolvimento da linguagem em crianças com síndrome de Down**. Base de dados Cochrane de revisões sistemáticas, n. 10, 2018.

RAMOS, Bruna Bueno; MÜLLER, Alessandra Bombarda. **Marcos motores e sociais de crianças com Síndrome de Down na estimulação precoce.** Revista Interdisciplinar Ciências Médicas, v. 4, n. 1, p. 37-43, 2020.

SANT, Namrata *et al.* ***Effectiveness of Early Physiotherapy in an Infant With a High Risk of Developmental Delay.*** *Cureus,* v. 13, n. 7, 2021.

SILVA, Carla Cavalcante Ventura *et al*. **Atuação da fisioterapia através da estimulação precoce em bebês prematuros**. Rev Eletrôn Atualiza Saúde, v. 5, n. 5, p. 29-

WINDERS, P.; WOLTER-WARMERDAM, K.; HICKEY, F**.** ***A schedule of gross motor development for children with Down syndrome.*** *Journal of Intellectual Disability Research*, v. 63, n. 4, p. 346-356, 2019.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# ESTUDO DE CASO: COMO UMA EMPRESA UTILIZA OS BENEFÍCIOS PARA MOTIVAR SEUS COLABORADORES

Geisa Karla Alves da Silva Diógenes[1]
Laênia Moreira Cunha[2]
Lays Elenilda Lopes Alencar[3]
Maria Gabriela de Sousa[4]
Samara Honorato de Sousa[5]

**RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo analisar como uma empresa do Vale do Jaguaribe-CE utiliza-se de benefícios organizacionais como ferramenta de motivação entre seus colaboradores. A metodologia empregada é de cunho qualitativo, realizada por meio de uma entrevista estruturada com o gestor da organização. Com o resultado da pesquisa foi possível observar que os benefícios desempenham papel importante nas organizações como instrumento para motivar e valorizar os talentos, fortalecendo o comprometimento dos colaboradores com os valores e objetivos da empresa.

**PALAVRAS-CHAVE:** BENEFÍCIOS, MOTIVAÇÃO, ORGANIZAÇÕES.

## INTRODUÇÃO

No início, a administração era vista de uma maneira distinta, os colaboradores eram tratados como meras engrenagens de uma máquina. Contudo, ao longo do tempo e com a evolução, essa perspectiva transformou-se, dando lugar a uma abordagem mais humanizada, onde os colaboradores passaram a ser valorizados e considerados em sua plenitude, com ênfase particular, direcionadas às suas necessidades. Segundo Chiavenato (2021) a Teoria Comportamental promoveu uma redefinição de conceitos e na teoria administrativa, introduzindo a motivação humana, hierarquia de necessidade, fatores higiênicos e motivacionais, esta teoria evidencia a riqueza dos aspectos humanos, sociais e comportamentais, conforme ilustrado pela emblemática pirâmide de Maslow. Além de visar o

1FACULDADE VIDAL: e-mail: geisa.karla7@gmail.com
2FACULDADE VIDAL: e-mail: laeniafreire18@gmail.com
3FACULDADE VIDAL: e-mail: lelenildalopes@gmail.com
4FACULDADE VIDAL: e-mail: sousagabriela222@gmail.com
5FACULDADE VIDAL: e-mail: samyyuno@gmail.com

bem-estar individual dos colaboradores, enfatiza o comportamento coletivo da organização e o engajamento de todos os envolvidos.

No passado, os benefícios eram meramente uma extensão do paternalismo presente nas empresas. Hoje, os benefícios são ferramentas essenciais para obter engajamento e retenção de talento, assim, motivando a equipe, aumentando a produtividade e reduzindo a rotatividade. Além disso, desempenham um papel fundamental na promoção do senso de segurança e satisfação dos colaboradores, bem como na promoção de uma identificação positiva com a empresa. Do ponto de vista empresarial, são de extrema importância para estabelecer e manter relacionamentos duradouros baseados na confiança e na colaboração mútua. Uma empresa que oferece bons benefícios não só atrai talentos, mas também cultiva uma reputação positiva entre seus colaboradores. Investir no bem-estar dos funcionários e promover um ambiente de trabalho saudável são estratégias essenciais para o sucesso e a sustentabilidade a longo prazo de qualquer organização.

Em um cenário corporativo cada vez mais competitivo e dinâmico, alcançar a excelência operacional e o aumento da produtividade são metas cruciais para o sucesso organizacional. Nesse contexto, os benefícios oferecidos aos colaboradores desempenham um papel central não apenas na atração e retenção de talentos, mas também na maximização do desempenho e na eficácia das equipes. Vale ressaltar, que os benefícios vão além do aspecto financeiro e englobam plano de saúde, seguro de vida, programas de bem-estar, horários flexíveis, entre outros. Quando os colaboradores percebem um sentimento de apoio e apreço da organização, tendem a demonstrar maior dedicação às suas responsabilidades e objetivos, auxiliando na consecução das metas corporativas. Além disso, os colaboradores que se beneficiam de um extenso pacote de benefícios obtêm maior fidelidade à corporação, prolongando sua permanência e minimizando licenças desnecessárias, proporcionando um ambiente caracterizado pela continuidade e estabilidade, ambas essenciais para o sucesso duradouro de qualquer organização.

Portanto, é importante enfatizar que os benefícios não devem ser vistos apenas como uma despesa, mas sim como um investimento estratégico no capital humano. Ao proporcionar um ambiente de trabalho saudável e motivador, as organizações podem se beneficiar de uma força de trabalho mais comprometida, produtiva e eficiente, favorecendo ao desenvolvimento sustentável e a viabilidade a longo prazo. Afinal, os benefícios são um componente essencial na promoção da produtividade organizacional, atendendo aos interesses da equipe e da empresa

como um todo. Consequentemente, é imperativo que as organizações reconheçam a importância desses benefícios e aloquem recursos estrategicamente para resoluções que se alinhem às expectativas e requisitos individuais dos colaboradores. Chiavenato (2021)

O objetivo deste trabalho é entender como uma empresa do ramo contábil atuante no Vale do Jaguaribe-CE utiliza os benefícios para motivar seus colaboradores, bem como avaliar a correlação entre benefícios e produtividade, o alinhamento dos benefícios com os requisitos dos colaboradores e o papel dos benefícios na retenção de talentos.

## METODOLOGIA

Este trabalho apresenta uma pesquisa qualitativa, em forma de um estudo de caso único, pois tem o intuito de identificar como uma empresa localizada no Vale do Jaguaribe - CE utiliza os benefícios em sua organização e qual importância os mesmos exercem sobre seus colaboradores. O estudo de caso é um dos métodos mais utilizados nas ciências sociais, visto que proporciona um estudo mais profundo, permitindo um extenso e detalhado conhecimento (GIL, 2018).

Como instrumento de pesquisa foi utilizado uma entrevista estruturada, realizada com o gestor de uma empresa situada em Limoeiro do Norte - CE, a mesma atua no mercado há cerca doze anos e possui 3 filiais no Brasil, sendo a sede em Recife. Escolhemos a empresa porque a mesma possui 4 colaboradoras somente em Limoeiro e oferece diversos benefícios para todos os colaboradores, mostrando a importância dos benefícios para ela. O roteiro da entrevista foi elaborado antes de sua realização e possui 10 perguntas sobre o tema proposto. A entrevista foi realizada de forma remota através da ferramenta Google Meet, onde a gravação foi efetuada por um software de gravação de tela.

Para análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo. Segundo Almeida (2014) esse método visa entender o que foi dito sobre determinado assunto, criando e agrupando categorias de forma cuidadosa, para melhor compreender o assunto proposto.

A gravação da entrevista foi convertida para MP3 para facilitar a transcrição, o aplicativo utilizado para esse processo foi PowerDirector, de forma gratuita. A transcrição foi feita pela inteligência artificial TL; DV IA, a qual usamos para confirmação das categorias estabelecidas, as mesmas foram baseadas nos objetivos específicos da pesquisa, que são:

- **Relação dos benefícios com a produtividade:** que visa entender se o gestor percebe algum aumento da produtividade devido a utilização dos benefícios.
- **Benefícios relacionados à necessidade dos colaboradores:** identificar se os benefícios atendem as necessidades dos colaboradores.
- **Benefícios para retenção de talentos:** como os benefícios têm ajudado a empresa a reter seus talentos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O gestor respondeu às perguntas estabelecidas por meio do método de entrevista, as quais foram separadas e categorizadas conforme definido anteriormente.

Sobre a categoria a relação dos benefícios com a produtividade dos colaboradores (BP) podemos destacar as seguintes frases:

| CÓDIGO | ASSERTIVA |
|---|---|
| BP-1 | "Quanto mais benefícios, a gente entende que o funcionário vai estar mais satisfeito e vai devolver em forma de produtividade." |
| BP-2 | "Esse pessoal está fazendo isso aqui por mim está me dando esse benefício extra, esse benefício plus que legalmente eu não teria direito então eu vou dar um retorno." |

Por meio das assertivas destacadas na categoria, a relação dos benefícios com a produtividade dos colaboradores (BP), podemos perceber que o gestor compreende que os benefícios desempenham papel importante na produtividade dos colaboradores pois geram maior satisfação/motivação e um sentimento de compromisso na entrega de resultados.

Em relação à categoria benefícios na retenção de talentos na organização (BR), Foram identificadas as seguintes falas:

| CÓDIGO | ASSERTIVA |
|---|---|
| BR-1 | "Naquele profissional mais maduro que já tem um tempo de carreira e já tem uma |

| | |
|---|---|
| | experiência e uma bagagem, eu acredito que é 100 % relacionado.” |
| BR-2 | “Nesse ponto dos profissionais mais maduros e mais estabilizados eu acredito que a questão do benefício tem 100% de impacto na questão da retenção do talento.” |

Mediante as assertivas da categoria benefícios na retenção de talentos na organização (BR), é perceptível que para o gestor os benefícios são sim uma ferramenta auxiliadora na retenção de seus colaboradores, mas ela se tornar mais eficiente principalmente para aqueles profissionais que já possuem uma bagagem de experiências no mercado de trabalho.

Sobre a categoria benefícios relacionados à necessidade dos colaboradores (BNC), podemos destacar os seguintes trechos:

| CÓDIGO | ASSERTIVA |
|---|---|
| BNC-1 | “A gente tem esse contato muito próximo e a gente tem o costume de escutar muito o colaborador.” |
| BNC-2 | “A questão da folga de aniversário. Foi uma ideia que foi trazida por uma colaboradora nossa que já tinha vivenciado essa experiência em outra empresa e ela comentou comigo.” |
| BNC-3 | “E aí também do processo de escuta dos colaboradores nós mudamos a bandeira do ticket refeição.” |
| BNC-4 | “A questão do plano de saúde também sem a qual participação foi um desejo dos funcionários.” |
| BNC-5 | “A gente observa um nível de satisfação, um nível de aceitação bem grande em relação aos colaboradores.” |

| | |
|---|---|
| BNC-6 | “A gente observa que existe um comprometimento maior do colaborador tendo em vista o benefício que é concedido para ele.” |

Através das assertivas destacadas na categoria benefícios relacionados à necessidade dos colaboradores (BNC), o gestor deixa evidente que busca sempre fornecer benefícios que agreguem valor a necessidade dos colaboradores, e que o processo de ouvir as sugestões fornecidas por eles é crucial, pois garante maior assertividade, além de fornecer a participação dos membros da equipe em decisões que irão impactar diretamente na satisfação da equipe.

## CONCLUSÃO

No término da pesquisa, é evidente e inquestionável que os benefícios organizacionais desempenham um papel fundamental para a motivação dos colaboradores, impactando diretamente sua satisfação, retenção e produtividade. Nossas observações durante a entrevista também destacaram que adaptar e personalizar os benefícios de acordo com o feedback dos colaboradores demonstra o compromisso da empresa em atender às necessidades e preferências de sua equipe. Além disso, a comunicação eficaz e a padronização dos benefícios em todos os níveis hierárquicos garantem que todos os funcionários tenham acesso igualitário às vantagens oferecidas.

Contudo, é notório dentro do panorama empresarial contemporâneo, que algumas organizações negligenciam a relevância de ajustar os benefícios oferecidos de acordo com as necessidades individuais. A disparidade na percepção está atribuída a diversos fatores, como considerações financeiras, visão limitada dos resultados vantajosos dessa abordagem e defasagem na cultura organizacional. Os resultados apurados mostram a importância dos benefícios organizacionais como instrumento para reter, atrair, motivar e valorizar os talentos que fazem parte da empresa, fortalecendo o comprometimento dos colaboradores com os valores e objetivos da organização.

## REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 5° edição. São Paulo: Atlas, 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: O novo papel da gestão do talento humano**. 5° edição. Manole, 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6° edição. São Paulo: Atlas, 2018.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# EVOLUÇÃO TEMPORAL DA PREVALÊNCIA DA HANSENÍASE NO BRASIL

Veronica Kesia Matos[1]
Fernanda Kalitia Santiago[2]
Marcos Wender Santiago Marinho[3]
Révia Ribeiro Castro[4]

**RESUMO**

Objetivou-se analisar o processo da eliminação da Hanseníase como problema de saúde pública no Brasil por meio da análise temporal e espacial da prevalência da hanseníase no país. Estudo ecológico, que fez uso dos casos de hanseníase notificados no Brasil no período de 2007 a 2019. A análise temporal pelo *joinpoint regression* foi desenvolvida para as unidades federativas. Houve uma redução da taxa de prevalência da hanseníase no Brasil em todo o período estudado, contudo, a análise de tendência temporal mostrou que o estado do Mato Groso apresentou um crescimento. Reafirma-se a necessidade de reconstrução das ações de enfrentamento em áreas prioritárias, onde houve crescimento da taxa de prevalência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hanseníase; Estudos Epidemiológicos; Análise de Séries Temporais.

## INTRODUÇÃO

A hanseníase é uma doença tropical negligenciada (DTN) ocasionada pelo *Mycobacterium Leprae*. A sua ocorrência é desigual entre as populações, com maior ocorrência em populações socioeconomicamente desfavorecidas e marginalizadas. Mesmo com o progresso na diminuição dos casos a nível global, muitos países apresentam uma carga elevada, como Índia, Indonésia e Brasil (BULSTRA et al., 2021).

A eliminação da hanseníase foi possível em muitos países a partir da introdução da poliquimioterapia (PQT) e da detecção precoce, ações estratégicas estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (MIGUEL, 2021). A estratégia global 2016-2020 denominada "Aceleração rumo a um mundo sem hanseníase", corroborou para esse

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: veronicakesia2107@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: fernandasant945@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: mwend7@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: reviacastro@gmail.com

enfrentamento e focou na redução de estigmas, inclusão das populações vulneráveis, fortalecimento dos sistemas de referência, detecção sistemática de contatos domésticos, monitoramento da resistência aos medicamentos, a simplificação de conduta terapêutica e a avaliação do papel da profilaxia pós-exposição (WHO, 2016).

Seguindo as diretrizes da OMS, muitos esforços têm sido empreendidos pelas autoridades sanitárias brasileiras a fim de alcançar o *status* de eliminação da hanseníase como problema de saúde pública, portanto, analisar o impacto desses esforços sobre a prevalência da doença no país é salutar para o desenvolvimento de novas estratégias (BRASIL, 2021). Mediante ao exposto, objetivou-se analisar o processo da eliminação da Hanseníase como problema de saúde pública no Brasil por meio da análise temporal da prevalência da hanseníase no país.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo ecológico de séries temporais, que analisou o desfecho prevalência da hanseníase no Brasil, no período de 2007 a 2019. A taxa (prevalência) pode ser calculada a partir de uma razão entre o número de casos em curso de tratamento em determinado local até 31/12 do ano, dividido pela população total no mesmo local de tratamento e ano de avaliação. O resultado da fração deve ser multiplicado por 10 mil. No Brasil, adota-se os parâmetros de análise: hiperendêmico (≥20,0 por 10 mil hab.); muito alto (10,0 a 19,9 por 10 mil hab.); alto (5,0 a 9,9 por 10 mil hab.); médio: (1,0 a 4,9 por 10 mil hab.); baixo (<1,0/10 mil habitantes) (BRASIL, 2016).

Para o cálculo da taxa de prevalência, foram considerados todos os casos notificados de hanseníase ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) no período de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro 2019. Esses dados, juntamente aos dados de base populacional, foram obtidos junto ao Departamento de informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) (BRASIL, 2023).

A análise de tendência temporal foi desenvolvida para indicar a tendência da prevalência da hanseníase no Brasil, em cada região brasileira e em cada unidade federada. Fez-se uso do modelo de regressão segmentada por ponto de inflexão (*joinpoint regression*) com o auxílio do programa *Joinpoint* 4.7.0.0, fornecido gratuitamente pelo Instituto Nacional de Câncer dos Estados Unidos. Verificou-se a variação anual percentual (*Annual Percentage Change* - APC) e a medida resumo da tendência ao longo do período representado pela média anual de variação percentual (*Average Annual Percent Change* – AAPC). Adotou-se o modelo que apresentou o

menor número de pontos (*joinpoints*) e que manteve um nível de significância 5% e um intervalo de confiança (IC) de 95% (FERREIRA, 2015).

Por utilizar dados secundários de domínio público, este estudo não foi submetido à apreciação de um Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), contudo respeitou-se todos os preceitos éticos e legais das pesquisas que envolvem seres humanos estabelecidos pelas resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período de 2007 a 2019, foram registrados 518.128 casos de hanseníase no Brasil. A taxa média da prevalência da hanseníase no Brasil, em todo o período estudado, foi de 1,99 casos/10.000 habitantes. Dentre as regiões, a que apresentou a taxa mais elevada no período foi o Centro-Oeste, com 4,92 casos/10.000 habitantes, seguido pelo Norte, com 4,61 casos/10.000 habitantes. A região com maior taxa, contém o estado com a prevalência mais elevada, Mato Grosso, que apresentou taxa média de 12,13 casos/10.000 habitantes.

A análise de tendência temporal mostrou que a prevalência de hanseníase no Brasil apresentou uma redução significativa entre os anos de 2007 a 2016 (APC: −4,9; IC 95%: −5,4 a −4,4), contudo, com crescimento entre 2017 a 2019 (APC: 2,4; IC 95%: -0,6 a 5,6).

Nas cinco regiões brasileiras, a análise temporal demonstrou que quatro regiões apresentaram redução significativa da prevalência da hanseníase ao longo do tempo, sendo a região Sudeste a apresentar maior redução ao longo do período (AAPC: -6,0; IC 95%: 7,2 a -4,9). Apesar da região Centro-Oeste ter apresentado uma redução da prevalência, mesmo que pequena, (AAPC: -0,7; IC 95%: -2,1 – 0,7) essa não foi significante (Tabela 1).

O único estado a apresentar uma tendência temporal crescente no período total foi Mato Grosso (AAPC: 4,1*; IC 95%: -1,4 a -6,9), com crescimento maior no período de 2016 a 2019 (APC: 15,8; IC 95% 3,8 a 29,3). Destaca-se o Estado de Tocantins, que no período de 2007 a 2014, teve uma diminuição da prevalência (APC: -7,8: IC 95%: -11,6 a -3,9) mas, com crescimento entre os anos de 2014 a 2019 (APC: 12; IC 95% 4,4 a 20,1), resultando em uma redução nula no período total (AAPC: 0,0; IC: 95%: -3,2 a 3,3) (Tabela 1).

Os demais estados brasileiros e o Distrito Federal apresentaram diminuição na análise de tendências temporais da prevalência, em sua maioria estatisticamente significante, com três estados da Região Norte apresentando maiores reduções: Acre (AAPC: -9,2; IC 95%: -12,4 a -5,8), Rondônia (AAPC: -8,0; IC 95%: -10,1 a -5,9) e Roraima (AAPC: -7,7; IC 95%: -11,3 a 4,0) (Tabela 1).

**Tabela 1 - Tendência temporal da prevalência da hanseníase, segundo modelo *joinpoint.* Brasil, 2007 a 2019.**

| Estados | [1]APC1 [2](IC95%) | [3]PI1 | [1]APC2 [2](IC95%) | [3]PI2 | [1]APC3 [2](IC95%) | [4]AAPC [2](IC95%) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Rondônia | -8,0*(-10,1;-5,9) | | | | | -8,0* (-10,1;-5,9) |
| Acre | -12,5* (-15,6;-9,3) | 2015 | -2,2 (-11,9;8,6) | | | -9,2* (-12,4;-5,8) |
| Amazonas | -7,3* (-8,3;-6,4) | | | | | -7,3* (-8,3;-6,4) |
| Roraima | -7,7* (-11,3;-4,0) | | | | | -7,7* (-11,3;-4,0) |
| Pará | -5,6* (-6,6;-4,7) | | | | | -5,6* (-6,6;-4,7) |
| Amapá | -6,6* (-9,1;-4,0) | | | | | -6,6* (-9,1;-4,0) |
| Tocantins | -7,8* (-11,6;-3,9) | 2014 | 12,0* (4,4;20,1) | | | 0,0 (-3,2;3,3) |
| Região Norte | -6,9* (-7,9;-5,8) | 2016 | 3,3 (-3,1;10,1) | | | -4,4* (-5,9;-2,9) |
| Maranhão | -2,7* (-3,1;-2,2) | | | | | -2,7* (-3,1;-2,2) |
| Piauí | -4,2* (-6,2;-2,3) | | | | | -4,2* (-6,2;-2,3) |
| Ceará | -4,0* (-4,7;-3,2) | | | | | -4,0* (-4,7;-3,2) |
| Rio Grande do Norte | -4,2* (-6,2;-2,3) | | | | | -4,2* (-6,2;-2,3) |
| Paraíba | -3,1 (-6,5;0,5) | 2013 | -12,7 (-29,5;8,1) | 2016 | 11,9* (0,6;24,6) | -2,1 (-6,7;2,6) |
| Pernambuco | -3,9* (-5,0;-2,8) | 2016 | 6,9* (0,3;13,9) | | | -1,3 (-2,8;-0,2) |
| Alagoas | -2,5* (-4,4;-0,7) | | | | | -2,5* (-4,4;-0,7) |
| Sergipe | -3,3* (-4,9;-1,7) | | | | | -3,3* (-4,9;-1,7) |
| Bahia | -2,8* (-3,8;-1,8) | | | | | -2,8* (-3,8;-1,8) |
| Região Nordeste | | | | | | |
| Mato Grosso do Sul | 6,7* (3,5;10,0) | 2014 | -26,0* (-41,2;-7,0) | 2017 | 10,4 (-12,2;38,7) | -2,1 (-7,3;3,3) |
| Mato Grosso | 0,5 (-1,5;2,5) | 2016 | 15,8* (3,8;29,3) | | | 4,1* (1,4;6,9) |
| Goiás | -1,4 (-14,8;-14,2) | 2009 | -8,9* (-10,7;-7,1) | 2017 | -0,4 (-13,9;15,3) | -6,3* (-8,9;-3,6) |
| Brasília | -3,9* (-6,0;-1,6) | | | | | -3,9* (-6,0;-1,6) |
| Região Centro-Oeste | -3,0* (-4,1;-2,0) | 2016 | 6,5* (0,3;12,9) | | | -0,7 (-2,1;0,7) |
| Minas Gerais | -7,7* (-8,9;-6,5) | 2015 | 1,9 (-1,9;5,8) | | | -4,6* (-5,8;-3,4) |
| Espírito Santo | -6,1* (-10,9;-1,1) | 2011 | -15,1* (-19,4;-10,5) | 2016 | 5,1 (-3,2;-14,1) | -7,4* (-9,8;-4,9) |
| Rio de Janeiro | -6,1* (-9,7;-2,3) | 2011 | -11,0* (-14,4;-7,5) | 2016 | -1,3 (-7,2;5,1) | -7,0* (-8,8;-5,1) |

| Estados | [1]APC1 [2](IC95%) | [3]PI1 | [1]APC2 [2](IC95%) | [3]PI2 | [1]APC3 [2](IC95%) | [4]AAPC [2](IC95%) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| São Paulo | -5,5*(-6,1;-4,8) | | | | | -5,5*(-6,1;-4,8) |
| Região Sudeste | -7,9* (-8,7;-7,1) | 2016 | -0,3 (-5,1;4,8) | | | -6,0* (-7,2;-4,9) |
| Paraná | -6,3* (-9,4;-3,1) | 2012 | -10,1* (-14,2;-5,7) | 2017 | 1,1 (-13,0;17,5) | -6,7* (-9,2;-4,2) |
| Santa Catarina | -4,4* (-6,3;-2,5) | | | | | -4,4* (-6,3;-2,5) |
| Rio Grande do Sul | -3,5* (-4,7;-2,3) | | | | | -3,5* (-4,7;-2,3) |
| Região Sul | -5,5* (-7,9;-3,1) | 2012 | -9,0* (-12,2;-5,6) | 2017 | 2,6 (-8,5;15,1) | -5,7* (-7,6;-3,7) |

Nota: [1]APC = Variação Percentual Anual; [2]IC95% = Intervalo de Confiança de 95%; [3]PI = Ponto de Inflexão (ano em que o segmento da reta muda); [4]AAPC = Variação Percentual Anual Média; *resultados com significância estatística.
Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A análise de tendência temporal *joinpoint* revelou que as regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste apresentaram redução significativa da prevalência da hanseníase, o que contribuiu para a diminuição geral no país e, se essa tendência persistir, um posterior alcance da eliminação da doença como problema de saúde pública. Um estudo desenvolvido no estado de Goiás (Centro-Oeste) revelou alguns aspectos que tem contribuído para a diminuição da magnitude e incidência da doença. Dentre os fatores, destacam-se: aumento do diagnóstico precoce, implementação do tratamento poliquimioterápico, busca ativas dos casos a partir dos contatos sociais e familiares de pessoas com hanseníase e aumento da cobertura da APS (LIMA et al., 2020).

Distanciando-se da meta para eliminação como problema de saúde pública, o estado de Mato Grosso (Centro-Oeste) foi o único a apresentar aumento da taxa de prevalência em todo o período (AAPC=4,1). Acredita-se que o aumento dos casos de hanseníase deve-se, também, a melhoria nas estratégias de enfrentamento, que fomentaram o diagnóstico precoce e outras medidas de vigilância. Destaca-se que, nas duas últimas décadas houve um aumento de 100% em unidades de diagnóstico e tratamento no estado de Mato Grosso (HINNAH et al., 2017).

A interpretação dos resultados deve levar em consideração que o presente estudo apresenta limitações, referentes ao uso de dados secundários, provenientes do Ministério da Saúde. Contudo, salienta-se que os resultados apresentados trazem informações pertinentes para o enfrentamento da hanseníase e inéditos, levando em consideração o período de estudo.

## CONCLUSÃO

A redução em um ritmo lento da taxa de prevalência de 2007 a 2016, com súbito crescimento a partir de 2017, revela a persistência da carga de hanseníase no Brasil. Considera-

se que regiões específicas contribuíram para a elevação das taxas no período analisado, especialmente, o estado de Mato grosso, que apresentou aumento da taxa na análise de todo o período. Reafirma-se a necessidade de reconstrução das ações de enfrentamento nessas regiões, sobretudo, levando em consideração os aspectos que corroboram para maior vulnerabilidade à doença.

## REFERÊNCIAS


BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes para vigilância, atenção e eliminação da Hanseníase como problema de saúde pública:** manual técnico-operacional. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 58, p 3.

Brasil, Ministério da Saúde. **Banco de dados do Sistema Único de Saúde-DATASUS.** Disponível em http://www.datasus.gov.br. Acesso em: 02 set. 2023.

BULSTRA, C. A. et al. **Geospatial epidemiology of leprosy in northwest Bangladesh: a 20-year retrospective observational study**. Infectious Diseases of Poverty, v. 10, n. 1, p. 1–12, 2021. https://doi.org/10.1186/s40249-021-00817-4. Acesso em: 10 jan. 2024.

Ferreira DB, Mattos E. Trends in mortality due to breast câncer among women in the state of Rio de Janeiro, Brazil, 1996-2011. **Ciência & Saúde Coletiva,** 2015. [citado 2021 jun 12]; 20 (3): p. 895–903. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232015203.07982014.

HINNAH, B. et al. Tendência da hanseníase em menores de 15 anos em Mato Grosso (Brasil), 2001-2013. **Revista de Saúde Pública,** v. 51, p. 1–10, 2017.

LIMA, M. H. G. M. et al. Magnitude e tendência temporal dos indicadores da hanseníase em Goiás: um estudo ecológico do período 2001-2017. **Epidemiologia e servicos de saude : revista do Sistema Unico de Saude do Brasil,** v. 29, n. 5, p. e2019575, 2020.

MIGUEL, C. B. Leprosy morbidity and mortality in Brazil: 2008−2018. **The Brazilian Journal of Infectious Diseases,** v. 25, Issue 6, 2021. https://doi.org/10.1016/j.bjid.2021.101638. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1413867021001070). Acesso em: 03 mar. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Classification of leprosy**. 2016. Disponível em: http://www.who.int/lep/classification/en/. Acesso em: 27 set. 2023.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# EXPLORAR A FISIOTERAPIA NO TRATAMENTO DE ENXAQUECA EM MULHERES: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Ana Vitória Bizerra de Oliveira[1]
Francinilda da Silva Freire[2]
Maria Elineuza Almeida[3]
Nathalya Thimberg Freire de Freitas[4]
Larissa de Deus Rodrigues[5]

**RESUMO**

A enxaqueca é uma condição neurológica, que é um dos distúrbios mais incapacitantes do mundo em indivíduos com idade inferior a 50 anos. O objetivo desse estudo foi explorar e analisar a fisioterapia como tratamento complementar em mulheres com enxaqueca. Esse estudo parte de uma revisão de literatura, que buscou conhecer intervenções fisioterapêuticas no tratamento em mulheres com enxaqueca. As bases de dados pesquisadas foram Pubmed e Scielo. Os descritores utilizados para a triagem desses estudos foram: Physiotherapy and women and migraine. Os cinco estudos foram selecionados de 17 diretrizes, que buscam avaliar a fisioterapia como tratamento complementar em mulheres com enxaqueca. Diante disso, é possível concluir que os cinco estudos destacam uma maior ênfase nos tratamentos farmacológicos. Contudo, percebe-se a necessidade de mais estudos voltados para intervenções fisioterapêuticas no tratamento de enxaqueca.

**PALAVRAS-CHAVE:** Especialidade de fisioterapia; Transtornos de enxaqueca; Saúde da mulher; Enxaqueca clássica.

## INTRODUÇÃO

A enxaqueca é uma condição neurológica, que é um dos disturbios mais incapacitantes do mundo em individuos com idade inferior a 50 anos (PEÑAS, 2022). Onde está associada ás pessoas desenvolverem um maior risco de multiplas comorbidades, incluindo doenças cardiovasculares (ROSSI, 2022). Estatisticas globais indicam que atingem homens e mulheres, com maior prevalência nas mulheres (PEÑAS, 2022) .

[1]FACULDADE VIDAL: anavitoriabizerradeoliveira@gmail.com:
[2]FACULDADE VIDAL: nildaesteticaebeleza@gmail.com:
[3]FACULDADE VIDAL: mariaelineuzaalmeida@gmail.com:
[4]FACULDADE VIDAL: nathalyathimberg@gmail.com:
[5]FACULDADE VIDAL: larissadeus@alu.uern.br:

Ao longo da vida as crises de enxaqueca resulta em alterações estruturais no sistema nervoso central (SILVA, 2023). Esse alto indice pode está relacionado a excitabilidade neuronal, mas, também a fatores emocionais, psicologicos e geneticos (PEÑAS, 2022).

Com isso, analisando essses fatores é permitido que essas pacientes sejam avaliadas e tratadas de maneira abragente, é comum que o tratamento envolva uma variedade de abordagens, tanto farmaceuticas quanto não farmaceuticas, muitas vezes utilizadas em conjunto. Diante disso, percebeu-se a importância da fisioterapia com abordagem integrativa junto aos medicamentos em mulheres acometidas com essa condição (RIST, 2021).

Todavia, é de extrema importância estudos e intervenções voltadas em condições fisioterapêuticas em convergência com os fármacos na vida dessas mulheres (RIST, 2021). Assim, o objetivo desse estudo foi explorar e analisar a fisioterapia como tratamento complementar em mulheres com enxaqueca.

## METODOLOGIA

Esse estudo parte de uma revisão de literatura, que buscou conhecer intervenções fisioterapêuticas no tratamento em mulheres com enxaqueca. Os critérios para inclusão dos estudos foram publicações nos últimos 3 anos, publicados no período de tempo de 2021 a 2024. Foram incluídos na seleção estudos completos e que contribuíram para o estudo. Teve como critérios de exclusão textos não condizentes com o tema, estudos que avaliaram o público masculino e artigos duplicados.

As bases de dados pesquisadas foram Pubmed e Scielo. Os descritores utilizados para a triagem desses estudos foram: Physiotherapy and women and migraine.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados cinco estudos para análise de dados, os quais estão ilustrados na Tabela 1.

Tabela 1: Extração das intervenções e resultados obtidos a partir dos estudos selecionados.

| Autores e ano de publicação | Intervenção | Resultados |
|---|---|---|
| Rossi *et al* 2022 | Questionários de catastrofização da dor. Sensibilizaçaõ central Depressão | Mulheres com enxaqueca apresentaram pontuações aumentadas na catastrofização da dor ($p<0,01$, $t = 3,963$), sensibilização central ($p<0,01$, $t = 4,336$) e depressão ($p< 0,01$, $t = 3,208$) |

| | | |
|---|---|---|
| | | questionários. |
| Almasan *et al* 2022 | Antiflamatório<br>Fisioterapia<br>Placa oclusal com rampas guias laterais. | Medicação anti-inflamatória (antiinflamatórios), fisioterapia (mobilização compressiva dos fascículos anterior, médio e posterior dos músculos temporal, masseter superficial, esternocleidomastóideo e trapézio, mobilização da coluna cervical e exercícios para melhorar a postura da cabeça e pescoço) e uma tala oclusal (tala Michigan, com rampas guias laterais) para melhorar os sintomas da ATM |
| Peñas, *et al* 2022 | Escala de avaliação de incapacidade de enxaqueca (MIDAS)<br>Escala hospitalar de ansiedade e depressão (HADS)<br>Algômetro eletrônico de pressão (Somemedic) | A rede identificou múltiplas correlações positivas entre PPTs entre os diferentes locais (nós 13 a 16), com correlações (ρ) variando de 0,165 (C5-C6 e tibial anterior) a 0,409 (mão e temporal). As associações mais fortes na rede foram entre a frequência das crises de enxaqueca e o diagnóstico de enxaqueca crônica (ρ=0,634) e entre o IDH-E e o IDH-P (ρ=0,545) |
| Rist *et al* 2021 | Indivíduos do grupo EUC receberam ligações quinzenais do assistente de pesquisa do estudo para minimizar as diferenças entre os grupos no contato com a equipe do estudo.<br>Indivíduos designados para tratamento quiroprático + EUC receberam até 10 sessões de tratamento quiroprático durante um período de 14 semanas no Osher Clinical Center por um dos dois quiropráticos. | Cinquenta e sete participantes (93%) completaram os registros de enxaqueca de 14 semanas (26 no grupo de tratamento quiroprático + EUC e 31 no grupo apenas EUC), e 51 (84%) completaram os registros de enxaqueca de 18 semanas (22 no grupo tratamento quiroprático + grupo EUC e 29 no grupo apenas EUC) |
| Silva *et al* 2023 | Aquisição de imagens<br>Processamento de imagem<br>Identificação e analise de WMLS<br>Analise estatística | Os WMLs eram em sua maioria de tamanho pequeno em todos os grupos.<br>Os LSB eram exclusivamente supratentoriais, predominantemente em territórios de circulação sanguínea cerebral anterior. |

| | | |
|---|---|---|
| | | As análises estatísticas não mostraram diferenças nas variáveis<br>Houve maior prevalência de LSB nos lobos frontal e parietal em todos os grupos, o que é esperado uma vez que esses lobos são os mais volumosos. |

Os cincos estudos foram selecionados de 17 diretrizes, que buscam avaliar a fisioterapia como tratamento complementar em mulheres com enxaqueca.

O estudo de Rist (2021) aborda a gestão da enxaqueca, observando que, enquanto os medicamentos tradicionais são usados como tratamento inicial, existe um crescente interesse dos indivíduos por abordagens integrativas de forma conjunto com a terapia farmacológica. Já Rochas (2022) traz que a condição está associada a fatores emocionais e distúrbios de sono. Rossi (2022) menciona que as mulheres com enxaqueca apresentam um aumento trágico da dor, sensibilização central e depressão. Enquanto no estudo de Almason (2022) foi destacado que disfunções temporomandibulares estão conectadas com a enxaqueca. Ele destaca ainda que as DTM, incluem problemas na articulação temporomandibular e nos músculos associados, na qual são capazes de contribuir para o desenvolvimento ou agravamento da doença.

Rossi (2022) menciona ter encontrado limitações em seu estudo, pois, não foram utilizados testes de reflexos cardiovasculares autonômicos na avaliação do sistema nervoso autônomo, em contrapartida para a análise da alteração da frequência cardíaca, sensibilidade barorreflexa e pressão arterial o método foi considerado eficaz. Silva (2023) também teve restrições em seus achados a baixa predominância global de lesões de substancia branca, a ausência de de lesões infratentorias, o fato global de LSB e SLI em locais de circulação arterial posterior detém a análise dos sítios anatômicos. De acordo com Silva (2023), apesar da enxaqueca ser comum no cotidiano, o nível de complexibilidade que envolve é alto, e que a recorrência das crises resulta em alterações na estrutura do cérebro. Rossi (2023) ressalta que a disfunção do sistema nervoso autônomo se associa a distúrbios como a enxaqueca e que a influência vagal é um fator de risco, inclusive para doenças cardiovasculares.

Todavia, Rist (2021) sugere para melhoria e participação dos pacientes em ensaios clínicos futuros, haja melhora no recolhimento de dados, aplicando avaliação em menos questionários, para que os pacientes não desistam do acompanhamento. Sendo importante fazer

uma abordagem eficiente garantindo uma participação mais comprometida dos participantes ao longo do estudo. Além da necessidade de mais estudos em maior proporção que apontem a eficiência do tratamento quiroprático para enxaqueca. Peñas (2022) sugere que diálogos importantes surjam como apoio para a inclusão de abordagens terapêuticas diversificadas no tratamento da enxaqueca.

## CONCLUSÃO

Diante disso, é possível concluir que os cincos estudos destacam uma maior ênfase nos tratamentos farmacológicos. Contudo, percebe-se a necessidade de mais estudos voltados para intervenções fisioterapêuticas no tratamento de enxaqueca, fazendo assim com que as pacientes desfrutem de uma melhor e maior qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS


ALMASON, O. **Um caso incomum de distúrbio da articulação temporomandibular semelhante à enxaqueca.** 2022. 5 pag. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36818250/. Acesso em: 06 maio 2024.

RIST, M. P. **Tratamento quiroprático multimodal para enxaqueca: um ensaio piloto randomizado e controlado.** 2021. 19 pag. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33050719/. Acesso em: 06 maio 2024.

ROSSI, M. D. *et al*. **Prejuízo na modulação autonômica cardiovascular em mulheres com enxaqueca.** 2022. 8 pag. Pesquisa ambiental e saúde pública. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36613082/. Acesso em: 06 maio 2024.

PEÑAS, L. F. C. (2022). **A análise de rede revela que os resultados psicológicos e psicofísicos relacionados à dor de cabeça representam diferentes aspectos em mulheres com enxaqueca.** 2022. 11 pag. Diagnóstico. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36292007/. Acesso em: 06 maio 2024.

SILVA, O. N. **Lesões da substância branca identificadas por ressonância magnética em mulheres com enxaqueca: uma análise volumétrica e correlações clínicas.** Diagnóstico. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36832287/. Acesso em: 06 maio 2024.

IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# FATORES ASSOCIADOS AO EQUILÍBRIO CORPORAL DO IDOSO

Tayla Márcia Nogueira Lucena Lima[1]
Silmara Oliveira Bandeira[2]
Marília Silveira Maia[3]
Flávio José Neto Campos[4]
Jean Michel Regis Mendes [5]

**RESUMO**

Introdução: O equilíbrio é fundamental para idoso, para que tenha autonomia e orientação de espaço. Sabemos que com o envelhecimento existe uma alteração no equilíbrio o que acaba afetando a capacidade de mobilidade e a qualidade de vida do idoso, prejudicando no desempenho de suas atividades diárias. O objetivo do estudo foi de analisar os fatores relacionados ao equilíbrio do idoso e como isso afeta seu estilo de vida. Metodologia: Refere-se a uma revisão de literatura realizada entre os meses de maio a abril de 2024, com buscas nas bases de dados Scielo e Biblioteca Virtual de Saúde. Resultados e discussão: Foi observado que a falta equilíbrio corporal do idoso está associado a idade, onde pessoas com maior idade tendem a ter menos desempenho físico, pessoas do sexo feminino sendo as que mais tem prejuízo físico. Conclusão: Através dessa revisão observou-se que com a prática de atividades físicas podem trazer uma melhora no desempenho de equilíbrio, funcionalidade e qualidade de vida para o idoso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Equilíbrio postural; Idoso; Saúde; Saúde do idoso.

## INTRODUÇÃO

O equilíbrio envolve a recepção, a integração de estímulos sensoriais, o planejamento e a execução de movimentos para controlar o centro de gravidade sobre a base de suporte,

FACULDADE VIDAL: Acadêmica do Curso de Graduação em Fisioterapia. e-mail: taylamarcia842@gmail.com
FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. e-mail: silmaraoliveira1994@hotmail.com
FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. e-mail: mariliasilveiramaia@gmail.com
FACULDADE VIDAL: Acadêmica do Curso de Graduação em Fisioterapia. e-mail: flaviocampos964@gmail.com
FACULDADE VIDAL: Fisioterapeuta. Mestre em Saúde e Sociedade-UERN. Professor do Curso de Graduação em Fisioterapia. e-mail: jeanmendesfisio@gmail.com

realizado pelo sistema de controle postural que integra informações do sistema vestibular, dos receptores visuais e do sistema somatossensorial (MORAES et al, 2019).

Dentre as habilidades alteradas com o envelhecimento, destaca-se o equilíbrio, necessário para realização de atividades básicas da vida diária. (FREITAS et al., 2020). O equilíbrio corporal é fator primordial para a orientação do indivíduo no espaço circundante. O desequilíbrio corporal é um dos principais fatores que limitam a vida do idoso. Na maioria dos casos, não pode ser atribuído a uma causa específica, mas sim a um comprometimento do sistema de equilíbrio como um todo. O desequilíbrio corporal aumenta com a idade. As quedas são as consequências mais graves do desequilíbrio, sendo seguidas por fraturas, hospitalização, complicações psicológicas, medo de novas quedas, perda e redução da independência, da autonomia e mortalidade (BUSHATSKY et al, 2018).

A manutenção do equilíbrio é importante para que o idoso tenha autonomia e segurança em sua mobilidade funcional. No processo natural do envelhecimento, a capacidade funcional diminui e um dos componentes associados é o equilíbrio corporal, que é fundamental para as atividades diárias por parte dos idosos. Com o envelhecimento, todos os sistemas do organismo apresentam uma redução da sua funcionalidade, provocam prejuízos no equilíbrio postural e causam aumento da instabilidade e risco de queda (PAVANETE et al, 2020).

Esta revisão de literatura tem como objetivo analisar os fatores que estão relacionados ao equilíbrio corporal do idoso, associados a idade, sexo e o comprometimento da falta do equilíbrio nos idosos e como isso pode afetar seu estilo de vida.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura, com buscas nas seguintes bases de dados SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), entre os meses de abril e maio de 2024. Os descritores foram: “equilíbrio corporal, instabilidade corporal e idoso”. Na primeira busca tivemos resultado de 1.313 artigos, após aplicação dos filtros quanto ao período de publicação, limitando-se a pesquisas desenvolvidas nos últimos 6 anos e com idioma português, restaram o total de 69 artigos.

Após a leitura detalhadas dos títulos e quando necessário dos resumos, restaram 12 artigos. Por fim, foi realizada leitura na íntegra e restaram apenas 5 artigos que foram utilizados para o trabalho.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No primeiro estudo foi avaliado idosos com a idade de 60 a 90 anos, a idade média de 69,6 anos e a mediana 69 anos, Do total de participantes, 59,6% eram do sexo feminino. A prevalência dos idosos com alteração de equilíbrio era de 16,3%, sendo que as mulheres possuíam maiores proporções de prejuízos quando comparado aos homens. Verifica-se que 38,2% declararam ter dificuldade em pelo menos uma AIVD, 20,0% em pelo menos uma ABVD e 86,8% apresentaram dificuldade em pelo menos uma mobilidade (BUSHATSKY et al, 2018). Segundo Bushatsky et al.[1] a idade está relacionada e pode ser um fator de risco nas alterações do equilíbrio do idoso. A dificuldade em pelo menos uma mobilidade também se revelou como um importante fator determinante das alterações de equilíbrio em idoso. Estudos prévios apontaram que a realização de atividade física é importante para a melhora do equilíbrio em idosos. A identificação de fatores associados ao equilíbrio corporal dos idosos fornece elementos importantes para as ações de prevenção e intervenção. Alguns fatores encontrados nos resultados deste estudo e que contribuem substancialmente para a instabilidade corporal do idoso podem ser modificados, como, por exemplo, a capacidade funcional e a prática de atividade física. Promover um maior desempenho físico entre os idosos provoca uma melhora na força muscular, flexibilidade, capacidade aeróbica, capacidade funcional e, consequentemente, no equilíbrio (BUSHATSKY et al, 2018).

No segundo estudo foi avaliado o equilíbrio usando testes como: Time up and go (TUG), Apoio Unipodal (AU), Sentar e Levantar 5 vezes (SL5) e Alcance Funcional (AF). Grupo 1 (60 a 64 anos); Grupo 2 (65 a 69 anos), Grupo 3 (70 a 74 anos) e Grupo 4 (75 a 79 anos) (PAVANETE et al, 2018). Nesse estudo participaram 130 idosos de 60 a 79 anos, com 67,8% dos participantes são praticantes de atividade física. Ao analisar cada grupo de acordo com a idade, observou-se que quanto menor a idade do idoso melhor o seu desempenho nos testes, e que quanto maior sua idade pior será o seu desempenho nos testes.

No terceiro estudo foi usado a dança como intervenção terapêutica para o equilíbrio do idoso. De um modo geral, 77,6% das medidas realizadas pelos estudos sugeriram que a dança apresenta benefícios, enquanto 22,4% delas foram indiferentes ou favoráveis ao grupo controle. De modo interessante, verificamos que 77,6% das medidas de equilíbrio e mobilidade realizadas pelos estudos foram favoráveis à dança, predominando os tamanhos de efeito médios e pequenos, o que está de acordo com estudos prévios (OLIVEIRA, et al, 2018).

No quarto estudo foi avaliado a instabilidade postural do idoso, segundo o Moraes et al observou-se que a redução da marcha do idoso, fadiga e exaustão aumenta os riscos e chances de instabilidade postural. Ressalta-se que a instabilidade postural dos idosos é preocupante em

razão das consequências que se atribuem a essa característica clínica em idosos, que são as quedas. Destaca-se a associação entre instabilidade postural e redução da velocidade da marcha e a expressiva chance do idoso com o marcador redução da velocidade da marcha apresentar instabilidade postural (MORAES et al,2019).

No quinto e último estudo foram analisados o equilíbrio de idosos institucionalizados e os não institucionalizados. Destaca-se a associação entre instabilidade postural e redução da velocidade da marcha e a expressiva chance do idoso com o marcador redução da velocidade da marcha apresentar instabilidade postural. Quando se trata do equilíbrio postural em idosas institucionalizadas há diminuição dele, com maior risco de quedas, sequelas e piora da qualidade de vida principalmente nos quesitos relacionados a aspectos emocionais e sociais, vitalidade e dor. Nossos resultados apontaram também que existe uma relação significativa entre equilíbrio corporal e qualidade de vida em idosas, porém tal relação foi mais forte nas idosas institucionalizadas do que nas não institucionalizadas. Sabe-se que o déficit de equilíbrio pode gerar o maior risco de quedas e o medo de cair, o que pode ser um fator interveniente na qualidade de vida dessas pessoas (FREITAS et al, 2020).

## CONCLUSÃO

De acordo com os resultados conclui-se que o equilíbrio está relacionado a idade, sexo e quanto também a capacidade funcional do idoso, estudos apontaram que a importância da atividade física e a dança podem promover um desempenho físico e melhorar o equilíbrio corporal, reduzir riscos de quedas, ajudar nas atividades de vida diária e promover melhor estilo e qualidade de vida para o idoso.

## REFERÊNCIAS


BUSHATSKY, A. et al. **Fatores associados às alterações de equilíbrio em idosos residentes no município de São Paulo em 2006: evidências do Estudo Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento (SABE)**. Revista brasileira de epidemiologia, v. 21, n. suppl 2, 2018.

FREITAS, H. H. DE et al. **Equilíbrio em idosos institucionalizados e não institucionalizados e sua relação com a qualidade de vida**. Revista de Ciências Médicas e Biológicas, v. 19, n. 2, p. 331, 2020.

MORAES, C. D. et al. **Instabilidade postural e a condição de fragilidade física em idosos**. Revista Latino-Americana Enfermagem, v 17, n 1, 2008.

OLIVEIRA, C. R. DE et al. **Dança como uma intervenção para melhorar a mobilidade e o equilíbrio em idosos: uma revisão de literatura**. Ciencia & saude coletiva, v. 25, n. 5, p. 1913–1924, 2020.

PAVANATE, A. A. et al. **Avaliação do equilíbrio corporal em idosas praticantes de atividade física segundo a idade**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 40, n. 4, p. 404–409, 2018.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# FATORES BENÉFICOS DA PRESCRIÇÃO DE EXERCÍCIOS DE FORTALECIMENTO NA TERCEIRA IDADE:

## PREVENÇÃO E TRATAMENTO.

Dárlyson Marlon Santiago Silva.[1]
Flávio José Neto Campos.[2]
Silmara Oliveira Bandeira.[3]
Marília Silveira Maia.[4]
Jean Michel Regis Mendes[5]

**RESUMO**

O envelhecimento humano ocorre de forma natural, e juntamente a ele também ocorrem diversos processos fisiológicos característicos com o avanço da idade, dentre eles está presente o processo de sarcopenia, que é caracterizado pela perca progressiva de massa muscular e diminuição da área de secção transversa do músculo, ocasionando a fraqueza muscular e em um possível declínio de funcionalidade do indivíduo. Nessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo destacar a utilização de exercícios de fortalecimento na prevenção ou tratamento de disfunções acarretadas pelo enfraquecimento muscular associado ao envelhecimento. Foi realizada uma revisão de literatura que buscou identificar os benefícios de aplicação de exercícios de fortalecimento muscular para com a saúde da população idosa. Foram inclusos nessa revisão, estudos em que o treinamento de força muscular era a principal intervenção de acordo com as patologias identificadas e com o público alvo voltado especificamente para a pessoa idosa. Foram utilizadas na busca as bases de dados Pubmed e Cochrane, incluindo artigos publicados a partir do ano de 2018. Os resultados foram obtidos a partir da extração de informações dos estudos selecionados, identificando suas intervenções sendo elas de fortalecimento isoladamente, bem como com outra terapia em conjunto aos exercícios de força. De acordo com o que foi observado no presente estudo, as propedêuticas envolvendo o fortalecimento como principal intervenção para prevenção e tratamento apresentação benefícios na reabilitação da marcha e deambulação dos idosos, consequentemente melhorando equilíbrio e funcionalidade, apresentou-se também melhorias no alivio da dor, preensão palmar e diminuição na cinesiofobia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fortalecimento muscular; Funcionalidade da pessoa idosa; Saúde do idoso.

[1]FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. darlysonmarlon@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. flaviocampos964@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. silmaraoliveira1994@hotmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. mariliasilveiramaia@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: Fisioterapeuta. Mestre em Saúde e Sociedade. Professor do Curso de Graduação em Fisioterapia. jeanmendesfisio@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O envelhecimento humano ocorre de forma natural, e juntamente a ele também ocorrem diversos processos fisiológicos característicos com o avanço da idade, dentre eles está presente o processo de sarcopenia, que é caracterizado pela perca progressiva de massa muscular e diminuição da área de secção transversa do músculo, ocasionando a fraqueza muscular e em um possível declínio de funcionalidade do indivíduo.

Diante desse processo, o estudo de Yuan S e Larsson SC, 2023, destaca a associação da sarcopenia com o aumento do risco de quedas, fraturas, osteoporose, declínio funcional, hospitalização, declínio cognitivo, hipertensão, depressão, doença hepática não alcoólica, fibrose hepática e disfagia na população geral.

A deterioração da massa muscular e da força muscular é comum entre os idosos frágeis, causa dependência funcional e diminuição da qualidade de vida. Portanto, a identificação de intervenções custo-efetivas para prevenir ou melhorar a fragilidade é crucialmente necessária. (Raja Adnan *et al*, 2021). Dessa forma, entendesse a importância do conhecimento de recursos terapêuticos que possibilitem a atenuação desses riscos e a melhoria das condições de saúde de pessoas na terceira idade, visto que eles são parcela populacional mais afetada.

Além de estar associado aos distúrbios motores, e outras alterações no organismo, é importante ressaltar os também possíveis problemas respiratórios decorrentes do enfraquecimento muscular. “O envelhecimento afeta o desempenho dos músculos respiratórios do sistema respiratório devido a alterações anatômicas e fisiológicas na força muscular, bem como na espessura dos músculos respiratórios”. (Manoharan *et al* 2019).

Nessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo destacar a utilização de exercícios de fortalecimento na prevenção ou tratamento de disfunções acarretadas pelo enfraquecimento muscular ao decorrer da idade.

## METODOLOGIA

Realização de uma pesquisa básica que buscou identificar os benefícios da aplicação de exercícios de fortalecimento muscular para com a saúde da população idosa. Foram inclusos nessa revisão, estudos em que o treinamento de força muscular era a principal intervenção de acordo com as alterações identificadas e com o público alvo voltado especificamente para a pessoa idosa. Os resultados obtidos a partir dos estudos selecionados foram abordados em forma de tabela no presente projeto. Foram utilizadas na busca as bases de dados Pubmed e Cochrane, incluindo artigos publicados a partir do ano de 2018.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram obtidos a partir da extração de informações dos estudos selecionados, identificando suas intervenções e os ganhos voltados a aplicação treinamento de força, não pontuando os ganhos resultantes de outras terapias adjuntas.

**Tabela 1:** Identificação do autor, revista de publicação e ano do estudo, além de seus protocolos de intervenções aplicadas e os resultados obtidos.

| **Autor, ano e revista de publicação** | **Intervenções** | **Resultados benéficos** |
|---|---|---|
| Raja Adnan *et al* 2021<br><br>**Fronteiras na saúde pública (*Frontiers in Public Health)*** | O programa de exercícios foi realizado durante 12 semanas e dividido em 3 partes; (1) fortalecer o corpo lenta e suavemente, usando apenas o peso corporal, (2) introduzir halteres e pesos nos tornozelos para aumentar a força e (3) adicionar várias novas maneiras de aumentar ainda mais a força. | Observando os valores da diferença média, a intervenção do estudo mostrou ter melhorado ligeiramente o tempo de levantar e andar e a duração do sentar-levantar, bem como a força de preensão manual entre os participantes. O programa de intervenção COME entre idosos pré-frágeis mostrou tendência favorável à melhoria da força muscular das extremidades superiores e inferiores. |
| Do,KwangSun e JongEun Yim. 2020<br><br>***Healthcare*** | Os pacientes foram divididos aleatoriamente em três grupos: quadril, quadríceps e controle. O grupo do quadril (n = 19) completou um programa de exercícios extensores, adutores e de fortalecimento muscular externo. O grupo quadríceps (n = 20) completou um programa de exercícios de fortalecimento do quadríceps. O grupo controle (n = 16) completou exercícios ativos de amplitude de movimento. A terapia foi realizada três vezes por semana durante 12 semanas. | O grupo do quadril apresentou melhorias mais significativas na dor e no desempenho no Teste do Passo Alternado e no Teste de Apoio Unipodal do que os grupos quadríceps e controle. Na análise da marcha, o grupo quadril apresentou as maiores melhorias no apoio simples e no apoio duplo. Em conclusão, um programa de exercícios de fortalecimento muscular do quadril de 12 semanas melhora efetivamente a função física e a marcha de pacientes idosos submetidos à artroplastia total do joelho. |
| Kachhwaha *et al* 2018<br><br>**Jornal Indiano de Fisioterapia e** | O desenho amostral seguido foi uma amostragem conveniente com os sujeitos alocados aleatoriamente em 2 grupos experimental (50 sujeitos) e grupo controle (50 sujeitos). O protocolo de teste compreende testes para medo de cair pela FES | Há um grande e positivo efeito dos exercícios de treinamento de força no manejo da cinemática da marcha relacionada a quedas em idosos, e que há uma diferença marcante na melhora da cadência e o medo de cair (pontuação FES) foi reduzido nesses pacientes quando tratados com |

| | | |
|---|---|---|
| **Terapia Ocupacional** | (escala de eficácia de queda) e para avaliar parâmetros de marcha por Cadance grupo experimental recebeu treinamento de força e equilíbrio e grupo controle tratado com exercícios de ADM normal de membros inferiores para prevenção de quedas em idosos por 24 semanas, 4 dias por semana, com duração de cada sessão de exercício de 45 min. | exercícios de treinamento de força. a conclusão do estudo é que há um efeito positivo e grande dos exercícios de treinamento de força em o manejo da cinemática da marcha relacionada à queda em idosos, e que há uma diferença marcante na melhora da cadência e o medo de cair foi reduzido nesses pacientes quando tratados com exercícios de treinamento de força. |
| Manoharan *et al* 2019<br><br>**Revista Biomédica e Farmacologia (*Biomed. & Farmacol)*** | 60 voluntários geriátricos foram designados para grupos experimental e controle como (n = 30) cada. Grupo experimental submetido a 16 semanas de fortalecimento oblíquo externo juntamente com treinamento com espirômetro de incentivo. Grupo controle submetido apenas ao espirômetro de incentivo. Foram avaliadas a espessura muscular pré e pós-treinamento e os parâmetros pulmonares. | O teste t pareado constatou que há diferença significativa (P<0,05) entre a espessura muscular pré e pós-treinamento e os parâmetros pulmonares no grupo experimental. Recomendamos que o treinamento resistido, além de manter a espessura muscular, melhore a espessura muscular e os parâmetros pulmonares na população idosa. |
| Slobodová *et al* 2021<br><br>**Gerontology** | O treinamento de força aeróbica de três meses incluiu 1 sessão semanal de aeróbica de baixo impacto (50 min) com coordenação e componentes rítmicos e duas sessões semanais de 1 hora de treinamento de força aeróbica incluindo aquecimento, 30 min de força treino dos principais grupos musculares e 20 minde exercício aeróbico (caminhada nórdica ou ciclismo indoor), seguido de exercício de desaquecimento.A carga inicial para o treinamento de força começou em 70% de uma repetição máxima avaliada pela dinamometria, e a intensidade do treinamento aeróbico foi inicialmente fixada em 70% do VO2máx (avaliado pelo teste de caminhada de 1 milha Rockport). | O treinamento de força de curto prazo apresentou melhorias na velocidade de marcha, a atividade física habitual e a dinâmica da contração muscular em idosos. |

De acordo com o exposto na Tabela 1, o estudo contemplou diferentes tipos de intervenções e protocolos de exercícios para ganho o de força muscular que visam não só o

tratamento, mas também possuem orientações sobre a prevenção de desequilíbrios fisiológicos desencadeados pelo enfraquecimento na terceira idade.

Foram observados resultados positivos do fortalecimento muscular progressivo com a utilização do próprio peso corporal e com resistências externas adicionadas ao longo da intervenção em idosos, aumento a velocidade de sentar e levantar, força de preensão manual e também ganhos de força em membros superiores e inferiores. (Raja Adnan *et al*, 2021).

Concomitante a isso, um bom protocolo de fortalecimento também apresenta evidências em na reabilitação da marcha e deambulação de idosos, como mostrado nos estudos de (Do,KwangSun e JongEun Yim, 2020) e (Kachhwaha *et al* 2018), atenuando o risco de quedas e a cinesiofobia, além da melhora da dor.

Os exercícios de fortalecimento de musculaturas acessórias da respiração, podem auxiliar na normalização de parâmetros respiratórios e no funcionamento desse sistema, como fica evidenciado no estudo de (Manoharan *et al* 2019), que obteve além disso, o espessamento das paredes musculares que participam desse processo.

A maioria dos estudos obtidos na pesquisa, possuem como objetivo o fortalecimento de muscularas envolvidas no movimento, equilíbrio e capacidade funcional do idoso. Negativamente a isso, a presença de estudos que abordam o fortalecimento da musculatura respiratória se mostra em uma menor quantidade, mesmo possuindo resultados positivos, fazendo-se o aumento de publicações no âmbito de benefícios do fortalecimento muscular envolvidos na respiração voltados a idosos.

Positivamente aos resultados obtidos, o nosso estudo é composto por trabalhos publicados a partir do ano de 2018 em base de dados de referência mundial, sendo uma vantagem na credibilidade das intervenções e resultados. Entretanto, a baixa quantidade de estudos presente é um ponto a ser avaliado.

Ademais, o presente estudo destacou a correlação de benefícios para a saúde e funcionalidade na terceira idade, com a aplicação de protocolos terapêuticos de ganho de força musculoesquelética.

## CONCLUSÃO

O avanço da idade é um fator acarreta na em alterações na fisiologia e no funcionamento dos sistemas da espécie humana, destacando-se as alterações musculoesqueléticas, com o declínio de força pelo processo de sarcopenia. Desse modo, essas alterações na fisiologia dos músculos afetam diretamente na funcionalidade de na saúde do idoso, e com isso entendesse a necessidade de atividade que possam prevenir e tratar esse impasse.

Portanto, como visto neste estudo, as propedêuticas envolvendo o fortalecimento como principal intervenção para prevenção e tratamento apresentação benefícios na reabilitação da marcha e deambulação dos idosos, consequentemente melhorando equilíbrio e funcionalidade, apresentou-se também melhorias no alivio da dor, preensão palmar e diminuição na cinesiofobia.

## REFERÊNCIAS


Do, KwangSun., JongEun Yim. 2020. **"Efeitos do fortalecimento muscular ao redor do quadril na dor, função física e marcha em pacientes idosos com artroplastia total do joelho: um ensaio clínico randomizado"** *Healthcare "*8, no. 4: 489. https://doi.org/10.3390/healthcare8040489

Kachhwaha, Rajendra & .S, Sriraghunath & Arunkumar, & Arunkumar, David & Vyas, Ishita. (2018). **A study to analyze the efficacy of strength training exercise for fall related gait kinematics in elderly-An experimental study**. Indian Journal of Physiotherapy and Occupational Therapy - An International Journal. 12. 101. 10.5958/0973-5674.2018.00088.6.

Manoharan V.S, Subramanivam R, Nawi SN M, Sgathan S. 2019. **"Impacto do treinamento muscular oblíquo externo em Parâmetros de ultrassonografia e espirometria em idosos"** Revista Biomédica e Farmacologia, Vol. 12(4), pág. 1 749-1754 https://dx.doi.org/10.13005/bpj/1804

Marzetti, Emanuele. 2022. "**Envelhecimento Musculoesquelético e Sarcopenia em Idosos**" *International Journal of Molecular Sciences* 23, nº 5: 2808. https://doi.org/10.3390/ijms23052808

Raja Adnan, R. N. E., Mat Din, H., Ashari, A., & Minhat, H. S. (2021). **Effectiveness of a Community-Based Muscle Strengthening Exercise Program to Increase Muscle Strength Among Pre-frail Older Persons in Malaysia: A Pilot Study**. *Frontiers in public health*, *9*, 610184. https://doi.org/10.3389/fpubh.2021.610184

Slobodová, L., Oreská, Ľ., Schön, M., Krumpolec, P., Tirpáková, V., Jurina, P., Laurovič, J., Vajda, M., Nemec, M., Hečková, E., Šoóšová, I., Cvečka, J., Hamar, D., Turčáni, P., Tsai, C. L., Bogner, W., Sedliak, M., Kršśák, M., Ukropec, J., & Ukropcová, B. (2022). **Effects of Short- and Long-Term Aerobic-Strength Training and Determinants of Walking Speed in the Elderly.** *Gerontology*, *68*(2), 151–161. https://doi.org/10.1159/000515325

Yamamoto, N., Kawakami, T., Hongu, N., Asai, H., & Hagi, Y. (2019). **Relationship between muscle-strengthening activities recommended by physical activity guidelines and knee extensor strength in the elderly.** *Journal of physical therapy science*, *31*(6), 482–487. https://doi.org/10.1589/jpts.31.482

Yuan S e Larsson SC. 2023. "**Epidemiologia da sarcopenia: prevalência, fatores de risco e consequências**" *Elsevier Inc* https://doi.org/10.1016/j.metabol.2023.155533

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# FOMENTO À CULTURA EM LIMOEIRO DO NORTE E PROGRAMA CONEXÕES CULTURAIS: UNINDO ARTE E COMUNIDADE

Enderson Bezerra do Nascimento [1]
Jonatan Luiz de Azevedo [2]
Lívia Carliane Oliveira Barboza [3]
Maria Luciana Sousa Nascimento [4]
Milena Sâmia da Silva Santiago [5]

**RESUMO**

O estudo visa expor determinados aspectos do fomento cultural em Limoeiro do Norte. Tendo em vista a importância do setor cultural para sociedade. Com finalidade de analisar como a ausência de políticas públicas eficazes contribuem para o enfraquecimento da produção cultural local. Bem como salientar grupos locais e expor como a ausência da estrutura os prejudica. Portanto, conclui-se a importância da criação de uma política pública que contribua de forma eficaz para o impulsionamento da cultural local no município de Limoeiro do Norte.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fomento Cultural; Grupos Artísticos; Política Pública.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem a finalidade de expor aspectos da conjuntura do fomento à cultura no Município de Limoeiro do Norte - Ceará. A análise do contexto de incentivo cultural irá abranger os aspectos financeiros, sociais e estruturais vigentes. O estudo justifica-se mediante a importância do setor cultural. Conforme dispõe a Constituição Federal de 1988, no art. 215 "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais". No Brasil há uma diversidade cultural formidável, e consequentemente, uma complexidade em suas demandas. Por essa razão, o Estado pode encontrar dificuldades no amparo e fomento ao setor

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: enderson.preta1234567@gmail.com.
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: azevedojonatan590@gmail.com.
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: likalia1015@gmail.com.
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: lucianasousa.Is331@gmail.com.
[5]FACULDADE VIDAL: e-mail: milenasantiago8888@gmail.com.

cultural. À vista disso, é necessário analisar o contexto de manifestações culturais a nível local. Buscando compreender como a ausência ou ineficiência de determinadas políticas públicas contribuem para o enfraquecimento do setor cultural local. A metodologia empregada utilizou-se do método de natureza qualitativa, tendo finalidade descritiva e exploratória. Por fim, o objetivo geral da pesquisa é analisar como a ausência de políticas públicas eficazes contribuem para o enfraquecimento da produção cultural local. Desenvolvendo-se por meio dos objetivos específicos de evidenciar determinados grupos artísticos locais para compreensão do contexto de agentes e produtores culturais em Limoeiro do Norte. Bem como, relatar a situação de descontinuidade em que se encontra o Centro Cultural Márcia Mendonça. E finalmente, apresentar a possibilidade de proposta um projeto de indicação para o desenvolvimento de uma política pública direcionada para a integração de produtores artísticos entre si e com a comunidade.

## METODOLOGIA

A metodologia empregada utilizou-se do método de natureza qualitativa, tendo finalidade descritiva e exploratória. A pesquisa se deu com foco em fontes documentais, por meio da análise de documentos, pesquisa eletrônica e entrevistas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 1. FOMENTO À CULTURA EM LIMOEIRO DO NORTE – CEARÁ

O Sistema Municipal de Cultura de Limoeiro do Norte (SMC) encontra-se instituído pela Lei Municipal n.° 2.176, de 06 de Julho de 2020. Esta legislação estabelece as diretrizes para políticas públicas direcionadas à cultura, bem como reformula o Fundo Municipal de Incentivo à Cultura (FMIC). Que conforme seu art. 54, “se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município”. Sendo por meio dos recursos disponibilizados pelo Fundo Municipal de Cultura, que políticas públicas, como programas, projetos e ações culturais podem vir a ser financiadas.

### 1.1 Transferências da União

Outrossim, o fomento à cultura em estados e municípios, pode ocorrer por meio de transferências financeiras fornecidas pela União. Segundo o Portal do Tribunal de Contas da União são “repasses financeiros da União a estados e municípios, ou a entidades privadas sem fins lucrativos, seja por imposição legal ou a título de cooperação, auxílio ou assistência, com

vistas à realização de uma política pública". Durante o período de pandemia o setor cultural foi consideravelmente prejudicado, por essa razão foram criadas Leis no intuito de auxiliar financeiramente o setor cultural.

Por meio da Lei Aldir Blanc (Lei Federal nº 14.017/2020), o Município de Limoeiro do Norte recebeu um valor de R$ 437.813,24 (quatrocentos e trinta e sete mil, oitocentos e treze reais e vinte e quatro centavos). Parte do valor foi repassado por meio de Edital, que conforme pesquisas beneficiou 6 projetos culturais.

Outro exemplo é a Lei Complementar n°195 de 2022 (Lei Paulo Gustavo), que surgiu no intuito de viabilizar investimentos diretos no setor cultural de diversos locais do Brasil. Por meio dessa legislação, o Município de Limoeiro do Norte realizou o Edital de Chamamento Público de N°16.08.005/2023. O valor disponibilizado pelo edital foi de R$ 154.848,10 (Cento e cinquenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e oito reais e dez centavos) dividido entre as categorias, de Música, Artes Cênicas, Cultura Popular, Literatura, Artes Plásticas e Visuais. Foram selecionados 25 beneficiários entre projetos e agentes culturais divididos igualmente entre as cinco categorias.

É notório que existem iniciativas de fomento cultural no município de Limoeiro do Norte. Entretanto, é necessário compreender que mesmo com as verbas repassadas ao setor cultural, bem como com transferências de recursos da União, o setor cultural a nível local permanece enfrentando dificuldades em seu desenvolvimento.

## 2. FALHA ESTRUTURAL

### 2.1 Centro Cultural Márcia Mendonça: estado de descontinuidade

O Centro Cultural Márcio Mendonça surgiu por meio da Lei Municipal n° 1.284, de 14 de setembro de 2006[6]e foi inaugurado em 21 de Julho de 2009. Trata-se de um teatro de médio porte, podendo comportar um público de até 200 (duzentas) pessoas. Integradas ao prédio principal existem salas onde podem ser desenvolvidas atividades artísticas diversas.

Como citado anteriormente, o Centro Cultural Márcia Maia Mendonça foi inaugurado no ano de 2009 e sempre foi usado por grupos artísticos tanto da cidade de Limoeiro do Norte quanto da região e de cidades vizinhas e este espaço era a oportunidade de fomento e acesso de cultura à população, no entanto no ano de 2013 o espaço foi fechado.

[6] Posteriormente alterada pela Lei Municipal n° 2.202, de 27 de Outubro de 2020. Em decorrência disso, o Centro Cultural passou a ser chamado de Centro Cultural, Teatro e Oficinas – Márcia Maia Mendonça.

Entretanto, após 4 anos de desuso, o espaço do Centro Cultural é reaberto em 2017 e usado para eventos culturais como atividades do Grupo Cena's, Mergulho Teatral do Vale Jaguaribe, Fest Vale de Artes do Vale Jaguaribe. Devido às condições estruturais em que se encontrava o espaço, foi realizado um requerimento[7] por parte do legislativo municipal. Posteriormente, segundo dados do site institucional da Prefeitura Municipal, foi firmado um contrato licitatório com vistas a recuperação do prédio do teatro do Município de Limoeiro do Norte. Que possuia vigência de 31/07/2018 a 31/08/2018. No entanto, não se tem nenhuma informação se houve de fato a concretização desta reforma.

Por fim, como o início da pandemia do Covid-19, consequentemente houve uma paralisação nos possíveis planejamentos de reforma do espaço, que até o presente momento encontra- se fechado e sem nenhuma condição de uso.

O espaço do Centro Cultural Márcia Mendonça é relevante para os grupos artísticos, pois representaria um polo, onde esses agentes culturais poderiam se reunir para promover a cultura, cada um conforme a sua linguagem. Existindo um ambiente para a produção cultural, haveria uma ampliação da comunidade artística no Município de Limoeiro do Norte.

## 3. PRODUÇÕES CULTURAIS LOCAIS

Segundo o site institucional Prefeitura de Limoeiro do Norte, no município existem cerca de 60 registros de agentes e projetos artísticos. No entanto, a situação de fomento à cultura no município ainda carece de muitas otimizações. Tendo em vista que há dificuldades em alguns aspectos estruturais, bem como na viabilização de projetos. O resultado desta conjuntura é que o setor cultural acaba não recebendo impulsionamento suficiente. Consequentemente, ocorre uma invisibilização e inviabilização de que estes projetos permaneçam em atividade.

No intuito de apresentar de forma mais concreta a ação de produtores culturais em Limoeiro do Norte, originalmente a pesquisa teve enfoque em três grupos artísticos[8]. Nesse contexto é pertinente salientar o Grupo Cena's de Teatro. Este surgiu no ano de 2008, com o objetivo de trabalhar artes cênicas com crianças e jovens da região. Chegando a ganhar a categoria de Melhor Espetáculo da Região em 2010 e 2012 no FESTVALE. Foi realizada uma entrevista com a coordenadora do grupo, Dallva Rodrigues. Que expressou a importância do funcionamento do Centro Cultural Márcia Mendonça. Afirmou o espaço está fazendo falta "Não

[7] Requerimento N°360/2017 - Realizado pelo então Vereador Washington de Moura Lopes o qual solicitava reforma geral no Centro Cultural.

[8] Em pesquisa anterior de abordagem mais ampla foram objetos de análise: Grupo de Teatro Cena's; Banda Municipal Maestro José Robles; Batalha na Matrix.

só pra Limoeiro do Norte, mas pra toda a região, porque a gente costumava fazer eventos em parceria o tempo todo. (...) era um ponto de encontro, era vital".

## 4. PROGRAMA CONEXÕES CULTURAIS: UNINDO ARTE E COMUNIDADE

Mediante a conjuntura exposta anteriormente, nota-se a importância da existência de uma política pública devidamente direcionada ao desenvolvimento do setor cultural local. Tendo em vista que é necessária uma ferramenta de integração efetiva na formação de novos agentes culturais, bem como de novos apoiadores da produção cultural em Limoeiro do Norte - CE.

Ao conjecturar como o Poder Público poderia contribuir com o fomento de forma prática nesse contexto, foi identificada a possibilidade de um Projeto de Indicação. O Projeto de Indicação é uma espécie de proposição por meio da qual o parlamentar a propõe a outro Poder, que este realize ato administrativo ou de gestão, ou apresenta projeto sobre matéria de sua própria iniciativa. Esta ferramenta possibilita a sugestão de políticas públicas ao Poder Executivo.

O Programa Conexões Culturais: Unindo Arte e Comunidade teria a finalidade de promover a integração entre artistas, produtores culturais, instituições de ensino, entidades sociais e demais agentes envolvidos no cenário cultural de Limoeiro do Norte. Sua execução estaria voltada à realização de eventos, festivais, mostras culturais, cursos, exposições e outras atividades que fortaleçam os laços entre a arte e a comunidade, contribuindo para a formação de público e o enriquecimento cultural da população.

O Município de Limoeiro do Norte, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – SECULT realizaria a gestão do programa. O fomento ocorreria por meio de subsídios e editais voltados à estruturação do programa se dariam por meio do Fundo Municipal de Cultura - FMC. Bem como, seria realizada a revitalização do Centro Cultural Márcia Mendonça, proporcionando melhorias estruturais, equipamentos adequados e espaços multifuncionais, com o intuito de possibilitar o uso do espaço para eventos culturais, bem como para que funcione como polo para o programa.

## CONCLUSÃO

Finalmente, compreende-se a necessidade de uma estrutura direcionada ao contexto do setor cultural do Município de Limoeiro do Norte. Tendo em vista que o fomento cultural de repasse de recursos, ainda que válido, não é suficiente para um fortalecimento eficiente da produção cultural local. Mediante a situação de dispersão dos produtores culturais, é

fundamental a criação de uma política pública como o Programa Conexões Culturais: Unindo Arte e Comunidade. Por meio de uma iniciativa como esta será possível a integração da comunidade artística a nível municipal e regional. Bem como a promoção de formação de novos produtores culturais e especialmente, o incentivo ao surgimento de um público para que essas manifestações culturais venham a possuir uma maior visibilidade da sociedade.

## REFERÊNCIAS


LIMOEIRO DO NORTE. **Lei Municipal n° 2202 de 27 de outubro de 2020.** Altera e acrescenta dispositivos à Lei n.º 1.284, de 14 de setembro de 2006. Câmara Municipal, 2020.

LIMOEIRO DO NORTE. **Lei Municipal n° 2176 de 06 de julho de 2020**. Institui novo sistema municipal de cultura de Limoeiro do Norte e reformula o Fundo Municipal de Incentivo à Cultura. Câmara Municipal, 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE. **Requerimento n°360/2017**. Disponível em: <https://www.camaralimoeirodonorte.ce.gov.br/requerimentos/1352/Req_360_2017_0000001.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2024.

PREFEITURA DE LIMOEIRO DO NORTE. **Portal de Licitações**. Disponível em: <https://www.limoeirodonorte.ce.gov.br/licitacaolista.php?id=361>. Acesso em: 13 mar. 2024

PREFEITURA DE LIMOEIRO DO NORTE. **Lista de artístas no município de Limoeiro do Norte.** Disponível em: <https://www.limoeirodonorte.ce.gov.br/cultura_lista_grupos.php>. Acesso em: 15 mar. 2024

PREFEITURA DE LIMOEIRO DO NORTE. **Prefeitura Municipal por meio da Secult lança Editais da Lei Paulo Gustavo**. Disponível em: <https://www.limoeirodonorte.ce.gov.br/informa.php?id=1196>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL, Lei **Complementar n°195/2022 de 08 de julho de 2022.** Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. Diário Oficial da União - Seção 1, 2022.

TCU+Cidades. **Transferências da União.** disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/tcucidades/transferencia-da-uniao/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

**RODRIGUES, Dallva**. Entrevista concedida a Enderson Bezerra do Nascimento. Limoeiro do Norte. 22 mar. 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# **GESTÃO DE PESSOAS:** A INFLUÊNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA FORMAÇÃO DO LÍDER DE SUCESSO.

Bianca Gomes Mendes[1]
Darliane da Silva Costa[2]
Deyvisson Neves Chaves[3]
Nara Camila de Sousa Freitas[4]
Samara Mirian Nobre de Castro[5]

**RESUMO**

O ambiente de trabalho exige uma liderança capacitada para orientar sua equipe e trazer resultados positivos para a empresa, diante disso, esse trabalho tem o objetivo de mostrar o quão importante é os líderes desenvolverem a inteligência emocional, porque é uma habilidade fundamental para os gestores, de modo que desempenha um papel fundamental na eficácia de sua liderança e contribui significativamente para o sucesso e também bem-estar geral de uma organização e de sua equipe. A metodologia utilizada foi uma entrevista semiestruturada, realizada com dois gestores de cidades diferentes do Vale Jaguaribe. Assim, tendo em vista, o objetivo de descobrir como funciona a aplicação da inteligência emocional na rotina de trabalho deles como líderes. Foi observado diante da entrevista realizada, que a empatia é um dos pontos importantes na organização, que a gestão das emoções são um ponto forte na liderança e que os gestores acreditam na automotivação, de modo que a motivação é importante no ambiente de trabalho para se manter motivado e repassar isso para a equipe.

**PALAVRAS-CHAVE:** Líderes, colaboradores, empresas.

## INTRODUÇÃO

O ambiente de trabalho se torna a cada dia mais desafiador, os líderes enfrentam frequentemente dilemas para executar suas tarefas e obter bons resultados. Nesse viés, segundo estudo realizado pela Gallup em 2017 nos Estados Unidos, o líder tem influência de até 70% no engajamento dos funcionários com o negócio. Diante dos dados expostos, é perceptível que os líderes devem desenvolver inúmeras habilidades, entre elas a inteligência emocional, que pode ser definida como a capacidade de uma pessoa de gerenciar seus sentimentos, de modo

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: biancagomestb@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: camilafreitas6326@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: darlianesilv16@Gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: deyvisson99999@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: e-mail: samaramnc@gmail.com

que eles sejam expressos de maneira apropriada e eficaz (Goleman,2011). Desse modo, por meio do desenvolvimento dos pilares da inteligência emocional é possível que um líder adquira a capacidade de direcionar seus liderados ao caminho que proporcione os melhores resultados para a organização em geral, considerando a importância do papel do líder na resolução de conflitos, proporcionando seu autodesenvolvimento e potencializando a execução dos processos realizados na equipe, visando a relevância do relacionamento interpessoal realizado de forma coerente como um diferencial para uma liderança capacitada e bem-sucedida.

Todavia, mesmo que a aplicação de técnicas que desenvolvam a inteligência emocional na organização seja uma tarefa essencial para os líderes, muitos gestores se recusam a aderir a essas práticas, comprometendo o desempenho da equipe e, consequentemente, ocasionando conflitos como a desmotivação, falha na comunicação, absenteísmo e rotatividade na empresa, problema enfrentado por inúmeras organizações na contemporaneidade. Goleman (2015) cita a influência do humor do líder no posicionamento dos demais colaboradores, que reagem perante a ação tomada pelo seu superior, demonstrando o posicionamento dos funcionários em determinadas situações, como um reflexo de atitudes executadas pelos integrantes da gestão, dessa maneira, uma atitude negativa como repreensão ou intimidação, por exemplo, pode desencadear uma cultura de medo na empresa, na qual os funcionários não possuem liberdade de expressão ou temem constantemente perder a sua vaga por alguma falha cometida.

Nesse cenário, a ausência de práticas que buscam a evolução dos colaboradores é muitas vezes ocasionada pela insuficiência de conhecimento sobre essas habilidades e em alguns casos, as organizações não enxergam a importância de desenvolver uma mudança em prol do coletivo e as vantagens que serão obtidas. Visto isso, o estudo dessa temática se torna imprescindível para que as empresas e seus líderes passem a abrir a mente para a importância da inteligência emocional e apliquem com os demais colaboradores para que o ambiente de trabalho se torne saudável e as relações entre os funcionários se torne fluida e harmônica, fortalecendo a confiança dos liderados nos gestores e desenvolvendo profissionais não apenas capacitados na execução de tarefas de forma técnica, mas também emocionalmente preparados para exercer seu trabalho.

Perante o exposto, o presente estudo visa como objetivo analisar a inteligência emocional no exercício da profissão de 2 líderes que atuam em cidades divergentes no Vale do Jaguaribe, desse modo, será possível identificar por meio de perspectivas diferentes como os gestores visualizam essa temática, levando em consideração a importância da aplicação desses métodos para o avanço contínuo das empresas.

## METODOLOGIA

O trabalho realizado teve o enfoque de pesquisa qualitativa, o enfoque qualitativo se atém na exploração, descrição e entendimento do problema. (Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria; 2017), mediante uma entrevista feita com o gestor de uma academia de Tabuleiro do Norte e a Analísta de Recursos Humanos da varanda do açaí de Morada Nova, ambas cidades do Vale do Jaguaribe, no interior do Ceará, foram escolhidos através de seus cargos de gestão e com a perspectiva de serem de cidades e mercados diferentes, visando a contribuição de uma maior diversificação de ideias e opiniões.

Como mecanismo de pesquisa foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado, dividido em duas partes, as perguntas de identificação, que foram três, e as perguntas baseadas na abordagem de inteligência emocional, que foram seis, com perguntas formuladas a respeito dos 5 princípios da inteligência emocional, o roteiro foi seguido de forma igual para ambos os gestores, visando o objetivo de atingir uma pesquisa descritiva, as pesquisas descritivas objetivam descrever as características de uma população, ou identificar relações entre variáveis. (Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria; 2017). A escolha do primeiro gestor se deu por sua experiência no esporte e no meio de academias, tendo em vista que o mesmo além de gestor da sua própria academia, também atua como profissional de Educação Física. Outra vertente que foi analisada para sua escolha foi o ambiente em questão porque o mesmo atualmente está totalmente relacionado a um ambiente social e também a saúde dos praticantes, promovendo também uma grande interação dos colaboradores, gestores e praticantes da atividade. Por outro lado, a Varanda do Açaí é uma rede do ramo que é muito conhecida na região, possuindo filiais em outras cidades além de sua sede, possuindo um considerável número de colaboradores (cerca de 45 à 50 funcionários, em média), com isso, foi analisada que sua contribuição seria de grande valia para a pesquisa em questão. Ademais, para a realização da transcrição da entrevista foi utilizada a plataforma Goodtape.

Daniel Goleman definiu cinco pilares da inteligência emocional: Autoconsciência, capacidade de analisar as emoções e prever reações; Autorregulação, com controle das emoções durante tensão; Automotivação, uso das emoções de forma adequada; Empatia, habilidade de se colocar no lugar do outro; e Habilidades Sociais, manter boas relações. (Goleman,2011.)

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao realizar a entrevista com os gestores e analisar cada um dos pilares utilizados como base para as perguntas, foi possível identificar pontos extremamente importantes sobre a inteligência emocional. No pilar relacionado ao autoconhecimento foi identificado que os

gestores consideram o autoconhecimento relevante para a atuação em cargos de liderança, pois o líder está em uma posição que exige constante tomada de decisões e para que essas ações sejam realizadas de forma assertiva, é necessário ter conhecimento das suas limitações, bem como de pontos fracos e fortes, sabendo que nem sempre será obtido o retorno esperado quando delegar uma função a alguém e ter autoconhecimento para saber informar o feedback corretamente é essencial para que o liderado tenha acesso a uma mensagem clara e objetiva.

Ademais, no segundo ponto relacionado a empatia, os líderes entrevistados consideram que a empatia é praticada no seu ambiente de trabalho, considerando a perspectiva dos gestores de que os que estão em cargos mais elevados também já passaram pelo processo inicial de inclusão e que nem sempre os colaboradores vão poder contribuir com tudo de si, portanto, cabe a gestão ter o cuidado de

se colocar no lugar do outro e identificar o que pode ser feito a respeito, analisando se as dificuldades podem vir de fatores internos ou externos para tomar a melhor decisão possível para que o colaborador se sinta bem em seu trabalho.

Na sequência, acerca da autorregulação, os líderes dividem a mesma perspectiva quanto ao fato de concordarem que a forma como gerem suas emoções interfere no relacionamento entre líder e liderado, visto que muitas vezes o ambiente de trabalho exige lidar com situações delicadas e é necessário gerir suas emoções para não deixar que elas resultem em uma ação executada precipitadamente, nesse ponto, também foi identificado que os gestores lidam no seu dia a dia com pessoas de culturas, faixas etárias diferentes e o gestor deve ter a habilidade de encontrar a melhor maneira de se comunicar com todos esses grupos.

Além disso, no que se refere a habilidades sociais foi observada uma divergência de opiniões, onde um dos gestores considera que não ocorrem falhas na execução de atividades devido à preocupação constante em evitar esses conflitos e o outro gestor afirma que sim, já ocorreram problemas na realização de uma atividade por conta de falhas na comunicação, pois existem casos em que o colaborador não recebe a mensagem da forma que o líder desejava repassar o que gera desentendimentos e exige a preocupação do gestor em conferir se a informação chegou da forma correta até o liderado.

Sobre o 5° e último pilar, relacionado a automotivação, ambos os líderes consideram a automotivação relevante para que a equipe também tenha acesso a essa motivação, além disso, os gestores enfatizam a necessidade de ter propósito e objetivo para obter essa motivação interna, visando o desenvolvimento próprio e da organização em geral.

Por fim, para finalizar a entrevista, foi realizada uma pergunta englobando os pilares de modo geral, para identificar quais desses pontos os gestores consideram que seja a maior

dificuldade dos líderes atualmente, no qual foi observado que os entrevistados possuem opiniões diferentes em relação a maior dificuldade do líder atualmente, sendo que um acredita que seja a empatia, pois muitos não passaram pela experiência de ser um colaborador e os que já passaram, nem sempre conseguem desenvolver a habilidade de se pôr no lugar do outro. Já o segundo gestor acredita que seja o autoconhecimento e a automotivação, visando que nem sempre o líder vai estar motivado para poder motivar também a sua equipe, em determinados casos deixando que fatores externos influenciem em seu comportamento, além de que o desenvolvimento do conhecimento de si próprio exige muitas vezes a busca por ajuda, mas essa ação não ocorre em todos os casos.

## CONCLUSÃO

Concluímos que, o autoconhecimento é importante para o líder, pois precisam ter direcionamento e usufruir de seus conhecimentos para a tomada de decisões rápidas. Os líderes entrevistados acreditam que no processo de empatia é importante colocar-se no lugar de seus funcionários para que sintam-se confortáveis em seu ambiente de trabalho. Na autorregulação, os entrevistados acreditam que as emoções interferem na sua liderança, considerando que é preciso lidar com situações delicadas sem que suas emoções interfiram e ter comunicação assertiva com seus colaboradores. Nas habilidades sociais houve discordância de opiniões entre os entrevistados, pois em um ambiente nunca teve falha na combinação e na outra gestão sim, ocasionando conflito de ideias. Os entrevistados acreditam que é importante a automotivação dos líderes com os colaboradores para que eles tenham um ótimo desenvolvimento na organização. Em suma, os resultados apurados de acordo com as entrevistas, a empatia, autoconhecimento e automotivação são os pilares que os gestores tem mais dificuldade atualmente. Pois afirmam que muitos gestores não se põem no lugar de seus colaboradores, assim como deixam emoções interferirem no desenvolvimento da equipe, ocasionando com que os colaboradores não tenham motivação no seu ambiente de trabalho.

## REFERÊNCIAS

GALLUP, State. **of the American Workplace Report. Gallup:** Washington, D.C, 2017. http://news.gallup.com/reports/199961/state-american-workplace-report-2017.aspx.

GOLEMAN, Daniel. **INTELIGÊNCIA EMOCIONAL**: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

GOLEMAN, Daniel. **LIDERANÇA**: a inteligência emocional na formação do líder de sucesso. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **METODOLOGIA CIENTÍFICA**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# IMPACTO DA ERGONOMIA NO AMBIENTE DE TRABALHO EM SAÚDE NA PREVENÇÃO DE LESÕES NA COLUNA VERTEBRAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Neurisbergue de Almeida Azevedo [1]
Raniele Bezerra Miguel [2]
Maria Larisse Oliveira Façanha [3]
Larissa de Deus Rodrigues[4]
Jean Michel Regis Mendes[5]

**RESUMO**

Os profissionais da saúde estão diariamente convivendo em ambientes muitas vezes insalubres, com espaços reduzidos, horas de trabalho exaustivas, levantamento excessivo de peso, o que ocasiona problemas na postura e na saúde desses profissionais. Objetiva-se identificar os impactos ergonômicos no ambiente de trabalho em saúde, através de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa, com abordagem qualitativa. Foram analisados estudos relacionados a problemas ergonômicos em âmbito hospitalar, analisando as perspectivas de cada autor. A revisão foi composta por quatro literaturas que evidenciaram diferentes componentes que podem influenciar em lesões posturais, assim como identificou relações ocupacionais e individuais. Dessa maneira, tornou-se evidente os problemas relacionados à postura e ergonomia, e os efeitos na assistência e vida individual dos profissionais da saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** Coluna vertebral; Ergonomia; Trabalhadores; Saúde**.**

## INTRODUÇÃO

A coluna vertebral (CV) é constituída por uma série de ossos individuais, denominados como vertebras, constituído por 7 vertebras cervicais, 12 torácicas, 5 lombares e vertebras fundidas que formam o sacro e o cóccix. As vertebras tornam-se progressivamente maiores na

[1]FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Enfermagem. e-mail: neurisberguealmeidaa@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem. e-mail: ranielemiguel22@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem. e-mail: larisseof19@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: Fisioterapeuta. Mestre em Saúde e Sociedade. Professora do Curso de Graduação em Enfermagem. e-mail: lariddrodrigues@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: Fisioterapeuta. Mestre em Saúde e Sociedade. Professor do Curso de Graduação em Enfermagem. e-mail: jeanmendesfisio@gmail.com

direção inferior até o sacro, e tornando-se menores novamente, dessa forma suportando o peso superior do corpo. A CV é flexível e possui como funções, a proteção da medula espinhal, bem como absorver carga e permitir movimentos (PUDLES, 2014).

Atualmente, torna-se visível diversas reclamações em relação a dores na coluna vertebral, principalmente relacionada a fatores ergonômicos de trabalho ou de lazer. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) 80% da população já teve ou terá dor na CV, tendo como consequência prejuízos à saúde, comprometendo a vida pessoal e profissional do indivíduo (LEMOS, 2021).

De acordo com Alexandre Fogaça Cristine, do Instituto de Ortopedia e Traumatologia do Hospital das Clínicas da USP, a postura incorreta e a sobrecarga podem causar desconfortos, e consequentemente levar ao desgaste prematuro das estruturas, o que ocasiona patologias como hérnia de disco, artroses e outros problemas relacionados (LEMOS, 2021).

As alterações na CV podem estar relacionadas a diversas patologias que afetam as vertebras, discos vertebrais, medula espinhal entre as outras estruturas, sendo manifestado na maioria das vezes através da dor. Os agentes que podem desencadear essas alterações, podem estar associadas a fatores socioeconômicos e biológicos, bem como os fatores comportamentais, dentre eles o tabagismo, obesidade e alcoolismo (SAES, 2021)

Nesse parâmetro, os profissionais da saúde estão diariamente convivendo em ambientes muitas vezes insalubres, com espaços reduzidos, horas de trabalho exaustivas, levantamento excessivo de peso, o que ocasiona problemas na postura e na saúde desses profissionais. Em diferentes espaços onde os profissionais da saúde desenvolvem suas práticas de assistência, existem riscos ergonômicos, o que provoca o desgaste físico e consequentemente dores e lesões na CV (DIAS, 2020)

Portanto, nesta revisão de literatura, o objetivo será evidenciar o impacto ergonômico no ambiente de trabalho em saúde, em relação a prevenção de lesões na coluna vertebral.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa. Que tem como questão norteadora: *Quais impactos ergonômicos existem no ambiente de trabalho em saúde ocasionando lesões na coluna vertebral?* Neste contexto, os artigos foram lidos e selecionados criteriosamente de acordo com o seguinte método de trabalho:

A identificação de Descritores foi feita através de pesquisa por palavras-chave no site DeCS - Descritores em Ciências da Saúde (http://decs.bvs.br) com a finalidade de identificar os descritores do tema estudado, sendo selecionados os seguintes descritores: “Coluna

vertebral", "Ergonomia", "Trabalhadores" e "Saúde". Em seguida foram inseridos na busca avançada o operador booleano "*and*".

A busca das publicações foi realizada nas revistas *Scientific Electronic Library* (SciELO) e Revista Brasileira de Medicina do Trabalho (RBMT) no mês de abril de 2023. Como critérios de inclusão: Artigos que respondessem à questão norteadora, textos online na íntegra, em português, inglês e espanhol, publicados no período dos últimos cinco anos. Critérios de exclusão: artigos que possuírem delineamento metodológico incompleto e que tangenciassem o tema abordado.

Para coletar as informações dos estudos, foi utilizado um instrumento previamente elaborado, adaptado de Ursi (2005) contendo, título, autores e conclusões. Não foi submetido ao comitê de ética devido se tratar de uma pesquisa de dados secundários.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca alcançou cento e dois artigos (n=102) artigos em sua totalidade. Considerando os critérios de inclusão e exclusão utilizados, foram incluídos nesta revisão bibliográfica quatro (n=04) artigos, conforme mostra o quadro 1.

Quadro 1: Caracterização dos estudos incluídos na revisão bibliográfica, 2022.

| Título | Autores/ano | Conclusões |
|---|---|---|
| Riesgos ergonómicos y sus efectos sobre la salud en el personal de Enfermería. | VARGAS, Betty Judith Marin et al., 2022 | Os riscos ergonômicos que influenciam a equipe de Enfermagem desta instituição causam danos físicos e mentais à equipe devido à sobrecarga do aparelho musculoesquelético e da função cognitiva que têm que desempenhar para realizar suas atividades diárias. |
| Profissionais da saúde que atuam em ambiente hospitalar têm alta prevalência de fadiga e dorsalgia: estudo transversal | TOTTOLI, Caroline Ribeiro et al., 2019 | O presente estudo demonstrou que um grande quantitativo de itens não se encontra em acordo com o disposto na NR-17, principalmente os setores da Farmácia e Ambulatório do hospital avaliado. Por outro lado, verificou-se que a UTI adulto e o Banco de Leite foram os ambientes com as melhores condições. Um importante achado foi a maior prevalência de desconforto musculoesquelético na coluna em profissionais com maior idade. |

| | | |
|---|---|---|
| Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho autorreferidos por profissionais de saúde de um hospital em Portugal | FERNANDES, Carla Sílvia et al., 2018 | DORT em profissionais de saúde devem ser considerados um problema nas instituições de saúde que carecem de intervenções além dos tradicionais programas formativos, especialmente programas multifatoriais de natureza sistémica |
| Atividades de trabalho e lombalgia crônica inespecífica em trabalhadores de enfermagem | CARGNIN, Zulamar Aguiar et al., 2019 | Deve-se dar atenção a atividades ergonômicas que predispõem à ocorrência de dor lombar para guiar mudanças nos postos de trabalho. |

Fonte: Autoria própria, 2023.

Vargas *et al*., (2022) apontam a ergonomia como uma disciplina tecnológica que trabalha com a estrutura dos locais de trabalho, ferramentas e tarefas, que evidenciam as capacidades fisiológicas, anatômicas e psicológicas do trabalhador. Nesse sentido, Cargnin *et al*., (2019) avaliam os fatores físicos, psíquicos, sociais e espirituais de cada indivíduo em relação a lesões e queixas de profissionais da saúde em relações posturais.

Os estudos abordaram diferentes perspectivas em relações ergonômicas e posturais no dia a dia do trabalhador da saúde. Desse modo, Fernandes *et al*., (2018) trazem em sua pesquisa, que os profissionais da área da saúde são mais suscetíveis a lesões osteomusculares que outros grupos profissionais, devido as movimentações, transferências de pacientes, que comumente necessitam de esforço físico e posturas muitas vezes inadequadas.

Tottoli *et al*., (2019) com análise de uma instituição de saúde do Distrito federal (DF), notou inadequações em mobílias em diferentes setores da área hospitalar, e que poderia causar problemas na postura do trabalhador, como exemplo, mesas, cadeiras, prateleiras e armário em alturas inadequadas. Vargas *et al*., (2022) com mesmo pensamento, expõem os riscos ocupacionais como propulsor de problemas ergonômicos e dores em regiões principalmente de pescoço, ombros e região lombar, evidenciando a distribuição de móveis como uma das causas dessas dores.

Cargnin *et al*., (2019) em sua literatura, abordam atividades que prejudicam a postura durante a prestação da assistência diariamente, como curvar-se, manuseio de materiais pesados, trabalho em posições fixas. Essas posturas, refletem a relação com as características do ambiente de trabalho, quantidade de tarefas a serem realizadas e o papel da carga física no trabalho. Tottoli *et al*., (2019) analisam ainda características como a falta de insumos adequados para o atendimento ao paciente, e o esforço excessivo da equipe assistencial, trazendo essas

características, como pontos que acarretam dores, de modo mais frequente em regiões cervicais e lombares.

Para Fernandes *et al*., (2018) as alterações e dores posturais também estão relacionadas a mecânica corporal deficiente e falta de treinamento em técnicas para manuseio de equipamentos e pacientes, é considerada as principais causas de dor em região lombar em enfermeiros, auxiliares e secretários, e em região cervical, as queixas são mais frequentes em médicos. No mesmo cenário, Vargas *et al*., (2022) apontam a inexperiência dos trabalhadores e o posicionamento incorreto do corpo, o que influencia no aparecimento de disfunções musculoesqueléticas, e problemas posturais, acarretando problemas na assistência e saúde do paciente.

Cargnin *et al*., (2019) avaliam que um profissional com dor ou com alguma lesão, além de implicações físicas individuais pode comprometer a produtividade e qualidade da assistência. A dor aparece de forma leve e com efeito tardio, o que pode dificultar ou impedir que os profissionais possam estabelecer uma relação entre a dor e as tarefas desempenhadas.

Fernandes *et al*., (2018) evidenciam que a implementação de programas de treinamento em técnicas de manipulação de pacientes deve ser priorizada, mas aborda evidências que muitos princípios aprendidos nos treinamentos não são aplicados na assistência. Tottoli *et al*., (2019) ressaltam que profissionais com idades mais avançadas possuem maior prevalência de desconforto, e reforça a importância de ações específicas nessa população profissional.

Fernandes *et al*., (2018) em outra perspectiva de evitar problemas posturais, destacaram que se deve implementar ações multifatoriais sistêmicas no risco de distúrbios osteomusculares de profissionais, indo além de técnicas de manipulação de pacientes. Tottoli *et al*., (2019) avaliam a implementação de programas como oficinas e workshops, para disseminar informação e conhecimentos em relação a ergonomia.

## CONCLUSÃO

Durante a pesquisa, foi possível evidenciar diferentes perspectivas em relação a saúde do trabalhador na assistência em saúde, evidenciando problemas na postura e os riscos ocupacionais presentes nas instituições. Notou-se também a importância da ergonomia para o profissional, trazendo importantes relações com os aspectos estruturais das instituições e individuais dos profissionais. Dessa forma, mostra-se que as dores estão intimamente relacionadas a postura dos profissionais na assistência, e que medidas devem ser tomadas para solucionar a problemática.

## REFERÊNCIAS


CARGNIN, Zulamar Aguiar et al. **Atividades de trabalho e lombalgia crônica inespecífi ca em trabalhadores de enfermagem**. Acta Paul enferm. 2019;32(6):707-13

DIAS, Ernandes Gonçalves et al. **Riscos ergonômicos do ambiente de trabalho do enfermeiro na atenção básica e no pronto atendimento/Ergonomic risks of the nurse's work environment in primary care and prompt service**. Journal of Nursing and Health, v. 10, n. 2, 2020.

FERNANDES, Carla Sílvia et al. **Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho autorreferidos por profissionais de saúde de um hospital em Portugal**. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho, v. 16, n. 3, pág. 353-359, 2018.

LEMOS, Simone. **Organização Mundial da Saúde alerta que 80% da população já teve ou terá dor na coluna**. Jornal da USP, 2021. Disponível em: https://jornal.usp.br/?p=386870. Acesso em: 13 abr. 2023.

PUDLES, Edson; DEFINO, Helton LA. **A coluna vertebral: conceitos básicos**. Artmed Editora, 2014. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/002441141. Acesso em: 13 abr. 2023.

SAES, Mirelle de Oliveira et al. **Ocorrência de distúrbios na coluna e fatores associados em idosos: estudo populacional em município do extremo Sul do Brasil**. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 739-747, 2021.

TOTTOLI, Caroline Ribeiro et al**. Profissionais da saúde que atuam em ambiente hospitalar têm alta prevalência de fadiga e dorsalgia: estudo transversal**. Fisioterapia e Pesquisa, v. 26, p. 91-100, 2019.

VARGAS, Betty Judith Marin et al. **Riesgos ergonómicos y sus efectos sobre la salud en el personal de Enfermería**. Revista Información Científica, v. 101, n. 1, 2022.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# INSTRUMENTOS AVALIATIVOS DE CAPACIDADE FUNCIONAL EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS.

Flávio José Neto Campos[1]
Dárlyson Marlon Santiago Silva[2]
Tayla Márcia Nogueira Lucena[3]
Silmara Oliveira Bandeira[4]
Jean Michel Regis Mendes[5]

## RESUMO

Uma série de medidas, instrumentos e ferramentas foram desenvolvidas para uma avaliação geriátrica abrangente, por meio da aplicação de questionários baseados no autorrelato e sistematizados por meio de escalas, destacando-se aquelas que avaliam o desempenho em atividades básicas e instrumentais de vida diária. Esse estudo justificasse pela necessidade em conhecer melhor tais instrumentos e nesse contexto, elencar alguns dos principais instrumentos de avaliação para capacidade funcional em idosos institucionalizados, além de observar as capacidades funcionais contempladas pelos métodos avaliativos. Revisão de literatura realizada de acordo com o *preferred reporting items for systematic reviews and meta-analysis* (PRISMA) buscando conhecer os principais instrumentos utilizados para avaliação da capacidade funcional em idosos institucionalizados. As buscas foram realizadas nas bases de dados Pubmed, Cochrane e Scielo, com inclusão de publicações entre 2019 e 2021. Os métodos avaliativos de capacidade funcional incluídos em nossa revisão contemplam aspectos físicos, função cognitiva, estado de saúde, atividade e participação, nutrição e fatores ambientais, ambos incluíram análise da função física em sua abordagem e apenas um estudo buscou uma abordagem holística abrangente, seguindo o que é proposto pela OMS no modelo biopsicossocial. Utilizando como referencial os estudos incluídos em nossa revisão, os principais instrumentos utilizados para mensurar capacidade funcional em idosos institucionalizados não contemplam métodos abrangentes em um contexto holístico de mensuração da funcionalidade, sendo necessário que futuras abordagens tragam uma visão mais completa possível de tal avaliação, para a construção de uma linha de cuidados que visem a manutenção de qualidade de vida e independência do idoso institucionalizado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Instituições geriátricas de longa permanência; Avaliação geriátrica; Avaliação em Saúde.

## INTRODUÇÃO

[1]FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. flaviocampos964@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. darlysonmarlon@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. taylamarcia842@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. silmaraoliveira1994@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: Fisioterapeuta. Mestre em Saúde e Sociedade. Professor do Curso de Graduação em Fisioterapia. jeanmendesfisio@gmail.com

O envelhecimento é o principal determinante da dependência, perda de autonomia e funcionalidade nos idosos, trazendo impactos negativo em suas vidas diárias (KUAN; CHAN; CHOI, 2019), o estado de saúde das pessoas idosas é determinado pela interação complexa de múltiplos fatores (múltiplas doenças crónicas, fatores psicológicos, sociais e ambientais), que não é captada pelos paradigmas tradicionais baseados no conceito de doenças isoladas (PATRIZIO *et al.,* 2020).

A elevada percentagem de idosos institucionalizados é um desafio para os profissionais de saúde (MSD 2019), o encaminhamento para lares de idosos ocorre em condições de necessidade de acompanhamento profissional, estas entidades são residências coletivas que atendem idosos com ou sem apoio familiar, bem como aqueles com dificuldades na realização de atividades diárias que necessitam de cuidados de longa duração (OLIVEIRA *et al.*, 2021).

Cordes e colaboradores (2019), abordam que fatores contextuais afetam e, por sua vez, promovem ou inibem a mobilidade e perdas funcionais decorrentes do aumento da expectativa de vida, como também perda de força muscular e declínio do desempenho físico e capacidade funcional, são elementos críticos a serem considerados na detecção de condições importantes relacionadas à idade (Lee; Lee; Jang, 2020) , sendo assim, uma série de medidas, instrumentos e ferramentas foram desenvolvidas para uma avaliação geriátrica abrangente, por meio da aplicação de questionários baseados no autorrelato e sistematizados por meio de escalas, destacando-se aquelas que avaliam o desempenho em atividades básicas e instrumentais de vida diária.

Esse estudo justificasse pela necessidade em conhecer melhor tais instrumentos e nesse contexto, elencar alguns dos principais instrumentos de avaliação para capacidade funcional em idosos institucionalizados, além de observar as capacidades funcionais contempladas pelos métodos avaliativos.

## METODOLOGIA

Revisão de literatura, realizada de acordo com o *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis* (PRISMA) buscando conhecer os principais instrumentos utilizados para avaliação da capacidade funcional em idosos institucionalizados do seguinte modo: Registros identificados: (n = 32). *PubMed:(*n= 17), *Cochrane*:(n= 05), Scielo*(*n=10). Identificação: duplicados removidos (n = 3), removidos por outros motivos (n =2), não foi possível recuperar o texto completo (n =1). Triagem: selecionados (n = 26), excluídos (n = 5), avaliados quanto à elegibilidade (n = 22), excluídos (n=14), não foi possível recuperar o texto completo (n =1), inclusão: (n =7). As buscas foram realizadas nas bases de

dados Pubmed, Cochrane e Scielo, com inclusão de estudos entre 2019 e 2021. Os descritores utilizados foram combinados por meio dos operadores booleanos da seguinte forma:

| PubMed | Cochrane | Scielo |
|---|---|---|
| *Functional capacity in the elderly AND instruments for assessment* | *Instruments for assessing functional capacity AND institutionalized elderly people* | *Instruments for assessing functional capacity AND in institutionalized elderly people OR phsyoterapy.* |

## RESULTADOS

**Quadro 1:** Análise dos artigos selecionados em relação a avaliação da capacidade funcional em idosos institucionalizados.

| **Autor, ano e revista de publicação** | **Instrumentos utilizados** | **Capacidades abordadas** |
|---|---|---|
| Santana-Berlanga *et al.*, 2020. **Enfermagem Geriátrica** | CECAVIR, EQVRILPI, Indicador de Fragilidade de Tilburg, Escala de Ajuste de Lar de Idosos (NHAS) Demência Qualidade de vida (DQOL) , A prosperidade dos idosos, Bem-Estar Espiritual da FACIT-Sp , Escala de Qualidade de Vida da Doença de Alzheimer, Índice de Esperança *Herth*, escala de avaliação positiva da vida, CASP-19, Ferramenta de avaliação de sofrimento espiritual (OPQOL), QUALIDEM (QOL-AD), Escala EQVRILPI, Escala de Avaliação (ILSHP) (QOL-D), Índice Internacional de Bem-Estar WHOQOL-OLD/ WHOQOL-BREF, Ideias sobre problemas de saúde de longa data, Questionário de qualidade de vida para demência, Perfil de saúde de Nottingham ICECAP-O PERMA, Questionário de qualidade de vida para idosos | Capacidade funcional e bem-estar espiritual. |
| Soares *et al.*, 2021 **Enfermagem UERJ.** | Questionário Brasil *Old Age Schedule*, Miniexame do Estado Mental e as Atividades Avançadas de Vida Diária, Atividades Instrumentais de Vida Diária. Escalas de Vida e Atividades Básicas da Vida Diária. | Estado cognitivo, nível de capacidade funcional e fatores socioeconômicos |
| Patrizio *et al*, 2021. **Jornal de fragilidade e envelhecimento** | Teste usual de velocidade da marcha*, Short Physical Performance Battery*, força de preensão manual, teste Timed Upand-Go, teste de caminhada de 6 minutos e teste de caminhada de 400 metros | Avaliação objetiva da função física em idosos. |

| | | |
|---|---|---|
| Vogel *et al.*, 2023.<br><br>**Inovação no Envelhecimento** | Teste de caminhada de seis metros, Bateria curta de desempenho físico, Escala de Fragilidade de *Fried*, índice de fragilidade, Escala de Fragilidade de *Groningen*, Registros de cuidados domiciliares, (triagem Q), Dispositivos detectores de queda, Teste de caminhada de seis minutos, Velocidade da marcha, Cronograma de Avaliação de Deficiência da OMS, Formulário Abreviado F12/Formulário Abreviado 36, Euroqol 5 Dimensão 5 Nível, Questionário (EQ-5D-5L), Escala de senso de controle, Escala de Comportamento Impulsivo Relacionado a Quedas, Autorregulação Q do Tratamento (TRSQ), Escala de avaliação de motivação, Inventário de Motivação Intrínseca, Abordagem do Processo de Ação em Saúde, Avaliação Cognitiva de Montreal, Miniexame do Estado Mental, Exame Cognitivo de *Addenbrooke,* Escala de Satisfação com a Vida, Qualidade de vida específica para demência, Questionário (QUALIDEM), ; WHOQOL[AD]), Escala de Depressão Geriátrica, Centro de Estudos Epidemiológicos, CES-D, Questionário de Saúde do Paciente, Escala de Solidão da UCLA, Questionário de Conexidade Social, Perfil de participação social de *Maastricht,* Qualidade de vida dos idosos, Questionário (OP-QOL), Missão de estudo sobre saúde e aposentadoria, Entrevistas abertas Observando a cultura corporativa, Triagem das agendas semanais dos residentes, Escala de Qualidade Ambiental de Unidades de Cuidados Especiais (SCUEQS), Facilitador de Habitação, Kit Alemão de Auditoria Ambiental (G-EAT), Índice de *Barthel,* Avaliação do Espaço de Vida. | Capacidade funcional, Estado de saúde, cognição e emoção, Social e lazer, Fatores Ambientais, |
| Caçador *et al.*, 2021<br><br>**Nutrientes** | Índice de *Barthel*, IMC, GDS: Escala de Deterioração Global; GNRI: Índice de Risco Nutricional Geriátrico, Força de Preensão Manual, MEEM: Mini-Estado Mental, MAN: Mini Avaliação Nutricional, SPMSQ: Questionário Curto Portátil de Estado Mental; SPPB: Bateria Curta de Desempenho Físico. | Estado nutricional, capacidade funcional e função cognitiva. |

Os métodos avaliativos de capacidade funcional incluídos em nossa revisão contemplam aspectos físicos, função cognitiva, estado de saúde, atividade e participação, nutrição e fatores ambientais, ambos incluíram análise da função física em sua abordagem e apenas um estudo buscou uma abordagem holística abrangente, seguindo o que é proposto pela OMS no modelo biopsicossocial.

## DISCUSSÃO

Os instrumentos incluídos em nosso estudo trazem como principal objetivo mensurar a capacidade funcional, observado em todos os trabalhos que foram analisados em nossa revisão, sendo os principais instrumentos utilizados para tal verificação: índice de Barthel, teste de caminhada de seis minutos, velocidade da marcha, força de preensão manual e bateria curta de desempenho físico.

Para avaliação do estado cognitivo, o MEEM (mini estado mental) foi citado em três trabalhos, outro método utilizado para medir essa função e instrumento para avaliação em idosos é o QUALIDEM (QOL-AD), outros métodos como o Questionário de conexidade social buscou avaliar aspectos participativos e sociais dos idosos, no mesmo estudo, a Escala de Qualidade Ambiental de Unidades de Cuidados Especiais (SCUEQS) contempla uma análise do ambiente em que o idoso convive e as barreiras/facilitadores presentes do ambiente.

Apenas um estudo incluiu o monitoramento nutricional dos idoso, por meio da MAN: Mini Avaliação Nutricional, contemplando também nessa visão, aspectos relativos à polifarmácia, algo que está constantemente presente nessa população, e os efeitos de tal problemática no estado nutricional em idosos residentes em lares institucionais.

Embora seja crescente a dependência em cuidados e a morbilidade que acompanha o processo de envelhecimento e afetem os sistemas públicos de saúde, como evidenciado pela explosão em seus custos, ainda não existe uma abordagem que contemple o idoso em aspectos que consigam trazer uma linha de cuidados holística e suficiente para promover bem-estar de modo digno para esse público.

Positivamente, como ressaltado por Santana-Berlanga e colaboradores, nas últimas três décadas, o número de instrumentos para medir qualidade de vida especificamente dirigido à população institucionalizada aumentou, trazendo consigo a possibilidade de melhor planejamento do manejo e execução de estratégias terapêuticas voltadas a melhorar a visão e diagnóstico, centrado nas necessidades do idoso, contemplando quando possível as capacidades essenciais para uma melhor qualidade de vida.

## CONCLUSÃO

Utilizando como referencial os estudos incluídos em nossa revisão, os principais instrumentos utilizados para mensurar capacidade funcional em idosos institucionalizados não contemplam métodos abrangentes em um contexto holístico de mensuração da funcionalidade, sendo necessário que futuras abordagens tragam uma visão mais completa possível de tal avaliação, para a construção de uma linha de cuidados que visem a manutenção de qualidade de vida e independência do idoso institucionalizado.

Para estudos futuros, é necessário que seja utilizado uma visão ampla, holística e que vise mensurar a capacidade funcional em idosos institucionalizados utilizando instrumentos que contemplem o máximo de capacidades funcionais de tal população, não apenas trazendo como objetivo principal capacidade física, como também aspectos sociais, participativos, saúde mental e estado nutricional, o que ainda não é amplamente abordado na literatura atual.

## REFERÊNCIAS


CAÇADOR, Catarina *et al*. ***The role of nutritional status on polypharmacy, cognition, and functional capacity of institutionalized elderly: a systematic review***. **Nutrients**, v. 13, n. 10, p. 3477, 2021.

Cordes T, Bischoff LL, Schoene D, *et al*. **Uma intervenção de exercício multicomponente para melhorar o funcionamento físico, a cognição e o bem-estar psicossocial em idosos residentes em lares de idosos: um protocolo de estudo de um ensaio clínico randomizado no projeto PROCARE (prevenção e saúde ocupacional em cuidados de longa duração)**. BMC Geriatr. 2019;19(1)

DE OLIVEIRA, Laura Beaatriz *et al.* **Suicídio na terceira idade: fatores de risco e de proteção**. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 4, n. 2, p. 8337-8349, 2021.

Kwan CWM, Chan CWH, Choi KC. **A eficácia de uma intervenção de revisão de vida de curto prazo liderada por enfermeiros na melhoria do bem-estar espiritual e psicológico de pessoas que recebem cuidados paliativos: um estudo de método misto**. Revista Internacional de Estudos de Enfermagem. Março de 2019; 91:134-143. DOI: 10.1016/j.ijnurstu.2018.12.007. PMID: 30690289.

LEE, Heayon; LEE, Eunju; JANG, Il-Young. ***Frailty and comprehensive geriatric assessment.*** *Journal of Korean medical science*, v. 35, n. 3, 2020.

PATRIZIO, Enrica *et al*. ***Physical functional assessment in older adults***. *The Journal of frailty & aging,* v. 10, p. 141-149, 2021

**Versão profissional do manual MSD**. Qualidade de vida em idosos (2019). Recuperado.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# INTEGRAÇÃO DE TECNOLOGIAS NO TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO PARA MELHOR QUALIDADE DE VIDA DA PESSOA IDOSA: UM PROJETO DE PESQUISA

Maria Mônica da Silva Menezes[1]
Tanya Thays Maia de Sousa[2]
Kevin Menezes Lima[3]
Jean Michel Regis Mendes[4]
Larissa de Deus Rodrigues[5]

**RESUMO**

O Brasil vem em grande e evidente envelhecimento populacional. O envelhecimento é um processo que envolve múltiplos fatores endógenos e exógenos, podendo ou não estar associado a uma doença. Declínios físicos, cognitivos e comportamentais observados no envelhecimento são resultado de um conjunto de alterações biológicas que desencadeiam inúmeros eventos moleculares e celulares. A fisioterapia associada às inovações tecnológicas tem se mostrado uma excelente alternativa em meio a novos protocolos de tratamento. Através do estudo em processo de desenvolvimento, teremos como objetivo identificar quais impactos da integração de tecnologias no tratamento fisioterapêutico para melhor qualidade de vida da pessoa idosa. Trata-se de um projeto de pesquisa de uma Revisão Sistemática, com busca de alta sensibilidade. A priori foram encontrados 575 artigos nas bases de dados usadas, que após a exclusão das duplicatas, leitura dos títulos e resumos dos artigos, e a leitura na íntegra dos artigos, o resultado da amostra foi de 7 artigos incluídos no projeto de pesquisa. A fisioterapia geriátrica associada às inovações tecnológicas, como aplicativos de exercícios e a realidade virtual tem sido testada nos últimos anos quanto a seus impactos no envelhecimento, bem-estar, funcionalidade e autonomia do idoso. Estudos comprovam que possivelmente existe boa eficácia no uso de tecnologias em saúde associada ao tratamento fisioterapêutico em idosos. Intervenções baseadas na web, realidade virtual, aplicativos e programas com multicomponentes mostram-se possivelmente eficientes na melhora do funcionamento físico, como força, resistência, marcha, equilíbrio, bem como na função cognitiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** “Elderly”, “Physiotherapy” e “Health technology”

[1]Discente da Graduação de Fisioterapia – FACULDADE VIDAL. monicadsm2002@gmail.com
[2]Discente da Graduação de Fisioterapia – FACULDADE VIDAL. tanyathaysms@gmail.com
[3]Discente da Graduação de Fisioterapia – FACULDADE VIDAL. kevinmeneses1112@icloud.com
[4]Mestre em saúde e sociedade, Professor do departamento de Fisioterapia da FACULDADE VIDAL. jeanmendesfisio@gmail.com
[5]Mestre em saúde e sociedade, Professora do departamento de Fisioterapia da FACULDADE VIDAL. larissadeus@alu.uern.br

## INTRODUÇÃO

O Brasil vem em grande e evidente envelhecimento populacional. Um aumento do número de idosos, proveniente de maiores taxas de longevidade, e uma redução no número de crianças, identificado por meio da taxa de natalidade, faz com que haja essa alteração na pirâmide etária em todo o mundo. (CARVALHO, J. A. M. DE; RODRÍGUEZ-WONG, L. L.) No Brasil, a Política Nacional do Idoso identifica como velho o indivíduo com mais de 60 anos. (CARDOSO, E.; DIETRICH, T. P.; SOUZA, A. P.)

O envelhecimento é um processo que envolve múltiplos fatores endógenos e exógenos, podendo ou não estar associado a uma doença. Declínios físicos, cognitivos e comportamentais observados no envelhecimento são resultado de um conjunto de alterações biológicas que desencadeiam inúmeros eventos moleculares e celulares. (SANTOS, F. H. DOS; ANDRADE, V. M.; BUENO, O. F. A.) O envelhecimento tem também dimensão existencial, ao modificar a relação do indivíduo com o tempo, bem como, com o mundo. (CARDOSO, E.; DIETRICH, T. P.; SOUZA, A. P.)

A fisioterapia associada às inovações tecnológicas tem se mostrado uma excelente alternativa em meio a novos protocolos de tratamento. Estudos mostram que a junção entre fisioterapia e tecnologia em saúde são eficientes no tratamento ao idoso, possivelmente desempenhando papel importante na melhora da função física e/ou motora, bem como na função cognitiva. (LIAO YY et al., LIAO, Y.-Y.; CHEN, I.-H.; WANG, R.-Y, HAWLEY-HAGUE, H. et al., AUERSWALD, T. et al., DU RI KIM et al., VAN DEN BERG, M. et al., TOMITA, M. et al.)

O protocolo de tratamento de fisioterapia associado a tecnologias em saúde, como a realidade virtual pode fazer com que haja uma melhora significativa no processo de envelhecimento, bem como em tratamentos de indivíduos de idade avançada. Através do estudo em processo de desenvolvimento, objetivamos identificar quais impactos da integração de tecnologias no tratamento fisioterapêutico para melhor qualidade de vida da pessoa idosa.

## METODOLOGIA

Foram incluídos os trabalhos que cumpriram os seguintes critérios: População: Idosos com idade igual/superior a 60 anos. Intervenção: Foram incluídos somente estudos do tipo ensaio clínico randomizado e/ou estudo prospectivo que utilizaram recursos fisioterapêuticos, sem restrição quanto ao tempo de duração da pesquisa. Controle/Comparador: Não foram

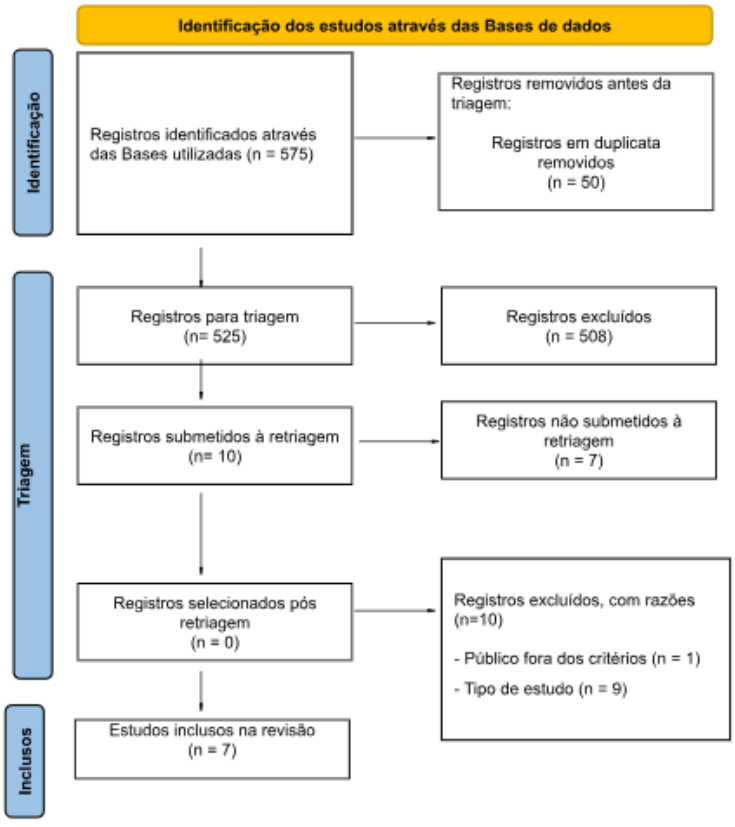
usadas restrições para o tipo de grupo controle. Desfechos: Não foram impostos critérios para os resultados dos estudos.

Foram realizadas buscas nas bases de dados *National Library of Medicine (PUBMED), Cochrane Central Register of Controlled Trials, Medline via BVS, Physiotherapy Evidence Database (PEDro) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*. A análise dos estudos foi realizada através da plataforma Rayyan, sendo inicialmente inseridos todos os estudos na plataforma, decorrendo então a fase de exclusão de duplicatas. Após tal exclusão, os estudos restantes foram analisados por dois autores a partir do título e do resumo, levando em consideração os critérios de elegibilidade pré-estabelecidos tais como, ensaios clínicos randomizados e estudos prospectivos, com idade igual/superior a 60 anos. Foram incluídos um total de 7 estudos. Os descritores oficiais utilizados foram: "Elderly", "Physiotherapy" e "Health technology". Para fazer a intersecção entre as linhas foi utilizado o operador booleano AND.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Identificou-se, na busca inicial, 575 artigos que poderiam ser incluídos na pesquisa, em seguida foram detectados e excluídos 50 duplicatas. Destes 525 artigos restantes 508 foram excluídos na primeira etapa, leitura de título e resumo. Dentre 17 artigos, 10 estudos foram analisados novamente e foram excluídos sua totalidade. Dessa forma, obtivemos um total de 7 estudos incluídos.

**Figura 1. Processo de seleção das publicações.**



A tecnologia tem avançado fortemente e vem sendo aliado a medidas de tratamento fisioterapêutico. Seguindo LIAO, Y.-Y.; CHEN, I.-H.; WANG, R.-Y., no qual realizaram um estudo com idosos, em que fazia o uso de exergames baseados no Kinect. No estudo supracitado, foram evidenciadas melhorias significativas nos scores de fragilidade e desempenho físico em idosos frágeis e pré frágeis. Corroborando com esse achado de LIAO, Y-Y, o VAN DEN BERG, M et al. também realizou um estudo com 58 idosos internados em reabilitação, e evidenciou que os exergames podem ser incorporados com segurança na reabilitação neurológica e geriátrica de pacientes internados. Observou-se que houve melhorias significativas no equilíbrio do paciente, entretanto, essa diferença não foi percebida na mobilidade geral.

Aplicativos e programas de exercícios para auxiliar no tratamento fisioterapêutico vêm sendo discutido, desenvolvido e estudado nos últimos anos. TOMITA, M. et al. realizou um estudo no qual os participantes eram idosos entre 60 a 90 anos que já sofreram alguma queda. Como intervenção, TOMITA, M. et al. utilizou um programa de exercícios de grupo virtual em casa, no entanto, ao analisar as alterações após 73 sessões, percebeu que não houve alteração significativa, com exceção da melhora de força no tornozelo. Devido aos achados, como conclusão obtiveram que exercícios virtuais pouco melhoraram ou mantiveram o mesmo status de risco de queda. Já HAWLEY-HAGUE, H. et al. usou a associação de exercícios e aplicativos "Motivare me" e "My activity programe" em 50 idosos com risco de queda. Ao final, evidenciaram bons resultados. A associação supracitada forneceu suporte preliminar para a potencial eficácia da intervenção no apoio à adesão dos idosos à reabilitação de quedas, mostrando ser eficiente na melhora do equilíbrio, força, reduzindo o risco de queda, além de um ótimo custo-benefício.

DU RI KIM et al., selecionou 20 idosos saudáveis acima de 60 anos para verificar a eficácia do programa multicomponente associado a bicicletas, projeto baseado em tecnologias da informação e comunicação. Os participantes foram divididos aleatoriamente em dois grupos, no qual um foi aplicado exercícios duas vezes por semana, durante 12 semanas; e o outro grupo foi orientado a seguir suas atividades normalmente. Ao final do projeto, é possível perceber alterações estatísticas na função cognitiva, bem como na composição corporal dos participantes, ocasionados possivelmente pela associação do programa multicomponente e a prática do exercício com o uso da bicicleta.

Em um estudo realizado por AUERSWALD, T. et al., no qual foram selecionados 551 idosos, que foram alocados aleatoriamente em três grupos. Um grupo de controle; um grupo de intervenção baseado na web ou baseada em impressão; e um grupo de intervenção baseado na

web ou baseada em impressão, porém com o uso de um rastreador de atividades. Durante o estudo foram analisados força, resistência, marcha, cognição, equilíbrio, fatores importantes para manter uma boa qualidade de vida e autonomia ao idoso. Ao final do estudo supracitado, observa-se que as intervenções baseadas na web com associação ao rastreador de atividades são eficientes na melhora da função física, como força, resistência, velocidade de marcha, bem como na função cognitiva. Amplificando o achado de AUERSWALD, T. et al., o LIAO YY, et al., mostrou em seu estudo com idosos com comprometimento cognitivo leve, que a realidade virtual associada ao treinamento físico e cognitivo apresenta melhora da função cognitiva e memória verbal. Essa melhora possui grande impacto nas atividades instrumentais de vida diária dos idosos, que são habilidades complexas que necessitam para viver de forma independente.

## CONCLUSÃO

Como conclusão do presente projeto de estudo, temos que o envelhecimento pode ser caracterizado por uma série de declínios físicos, cognitivos e comportamentais, sendo resultado de um conjunto de alterações celulares e moleculares no corpo humano como um todo. (SANTOS, F.H. dos, ANDRADE) A tecnologia em saúde tem tomado protagonismo nos últimos anos, proveniente dos avanços tecnológicos. A fisioterapia geriátrica associada às inovações tecnológicas, como aplicativos de exercícios e a realidade virtual tem sido testada nos últimos anos quanto a seus impactos no envelhecimento, bem-estar, funcionalidade e autonomia do idoso. Estudos comprovam que possivelmente existe boa eficiência no uso de tecnologias em saúde associada ao tratamento fisioterapêutico em idosos. Intervenções baseadas na web, monitoramento com rastreador de atividade, realidade virtual, aplicativos e programas com multicomponentes mostram-se eficientes na melhora do funcionamento físico, como força, resistência, marcha, equilíbrio, bem como na função cognitiva, principalmente na memória.

## REFERÊNCIAS

AUERSWALD, T. et al. **Impact of Activity Tracker Usage in Combination with a Physical Activity Intervention on Physical and Cognitive Parameters in Healthy Adults Aged 60+: A Randomized Controlled Trial.** International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 19, n. 7, p. 3785, 22 mar. 2022.

CARDOSO, E.; DIETRICH, T. P.; SOUZA, A. P. **Envelhecimento da população e desigualdade.** Brazilian Journal of Political Economy, v. 41, n. 1, p. 23–43, mar. 2021.

CARVALHO, J. A. M. DE; RODRÍGUEZ-WONG, L. L. **A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI**. Cadernos de Saúde Pública, v. 24, p. 597–605, 1 mar. 2008.

DU RI KIM et al. **Effects of ICT-Based Multicomponent Program on Body Composition and Cognitive Function in Older Adults: A Randomized Controlled Clinical Study**. Clinical interventions in aging, v. Volume 16, p. 1161–1171, 1 jun. 2021.

HAWLEY-HAGUE, H. et al. **Using Smartphone TechnolOGy to Support an EffecTive Home ExeRcise Intervention to Prevent Falls amongst Community-Dwelling Older Adults: The TOGETHER Feasibility RCT.** Gerontology, v. 69, n. 5, p. 519–533, 5 dez. 2022.

LIAO, Y.-Y.; CHEN, I.-H.; WANG, R.-Y. **Effects of Kinect-based exergaming on frailty status and physical performance in prefrail and frail elderly: A randomized controlled trial.** Scientific Reports, v. 9, n. 1, 27 jun. 2019.

LIAO YY, et al. **Using virtual reality-based training to improve cognitive function, instrumental activities of daily living and neural efficiency in older adults with mild cognitive impairment.** Eur J Phys Rehabil Med 2020; 56:47-57. DOI: 10.23736/ S1973-9087.19.05899-4)

SANTOS, F. H. DOS; ANDRADE, V. M.; BUENO, O. F. A. **Envelhecimento: um processo multifatorial**. Psicologia em Estudo, v. 14, p. 3–10, 1 mar. 2009.

TOMITA, M. et al. **Follow-Up of a Virtual-Group-Exercise at Home Program to Reduce Fall Risks.** Journal of the American Geriatrics Society, v. 67, n. 9, p. 1981–1983, 17 jun. 2019.

VAN DEN BERG, M. et al. **Video and computer-based interactive exercises are safe and improve task-specific balance in geriatric and neurological rehabilitation: a randomised trial.** Journal of Physiotherapy, v. 62, n. 1, p. 20–28, 1 jan. 2016.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# MECANISMOS NEUROFISIOLÓGICOS DA ESQUIZOFRENIA

Ana Clara Maia de Castro[1]
Láisa Ingrid Josino Maia Batista[2]
Francisca Lavínia Sousa Cunha[3]
Antônia Torres Ávila Pimenta[4]
Fladimir de Lima Gondim[5]

## RESUMO

A esquizofrenia, juntamente com vários outros transtornos mentais, carece de uma etiologia claramente definida. Sua patogênese é complexa e multifatorial, envolvendo questões genéticas e fisiológicas. Portanto, o conhecimento atual baseia-se em uma variedade de hipóteses e estudos destinados a elucidar as bases biológicas dessa condição. Nesse contexto, esta revisão tem como objetivo descrever alguns achados relevantes em torno dessa afecção, contribuindo para um melhor entendimento das patologias psicológicas, bem como superação dos estigmas associados aos transtornos mentais. Para tanto, foram realizadas pesquisas nos bancos de dados: SciELO, PubMed, MEDLINE. Os resultados discutem achados morfológicos, genéticos e moleculares, destacando alterações estruturais cerebrais, influência genética, hipóteses relacionadas à neurotransmissão dopaminérgicas e glutamatérgicas, bem como desregulação redox. Em suma, conclui-se que a esquizofrenia é uma condição multifacetada e que avanços nas neurociências têm contribuído para uma melhor compreensão dessa doença.

**PALAVRAS-CHAVE:** Esquizofrenia; Fisiopatologia; Neurotransmissão.

## INTRODUÇÃO

A esquizofrenia emerge como um paradigma de saúde mental, uma vez que indivíduos acometidos pela doença são comumente vistos como perigosos, preguiçosos, incompetentes para atividades laborais e obrigações sociais (ROCHA et al., 2015).

Atualmente, a esquizofrenia é caracterizada por alterações em um ou mais dos seguintes âmbitos; delírios, alucinações, pensamento desorganizado, comportamento motor anormal

[1]FACULDADE VIDAL: anaclaramaia86@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: laisaingrid_@hotmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: sousalavinia276@gmail.com
[4]UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: antonia.pimenta@ufc.br
[5]FACULDADE VIDAL: fladimir@dqoi.ufc.br

(incluindo catatonia) e sintomas negativos. Além disso, há uma diminuição significativa no funcionamento de áreas como trabalho e relacionamentos (APA., 2014).

A esquizofrenia tem suas raízes no final do século XIX, quando Kraepelin estabeleceu uma classificação de distúrbios psiquiátricos com base em características comuns, como origem, sintomas e evolução, destacando a demência precoce, que se manifestava na juventude e apresentava sintomas como alucinações e dificuldades cognitivas. Posteriormente, Bleuler substituiu o termo demência precoce por "esquizofrenia", descrevendo sintomas fundamentais como: associação de ideias frouxas e ambivalência, além de sintomas acessórios como alucinações (SILVA., 2006).

A neurologia aborda questões relacionadas ao sistema nervoso, investigando sua influência nos processos fisiológicos normais do cérebro. Enquanto isso, a psiquiatria se dedica aos distúrbios que afetam a mente. Anteriormente, acreditava-se que certos aspectos da função cerebral ligados aos distúrbios mentais estariam além do escopo da neurociência. No entanto, avanços recentes revelam informações importantes sobre as funções cerebrais superiores. Sendo assim, as descobertas das neurociências revolucionaram a abordagem da psiquiatria ao identificar as doenças mentais como resultado de alterações no encéfalo. Mudando ainda, a percepção da sociedade em relação às pessoas acometidas com doenças psicológicas. (BEAR et al., 2017).

Dado o exposto, o presente trabalho tem como objetivo descrever os mecanismos neurobiológicos da esquizofrenia, através de uma revisão de literatura, a fim de oportunizar a divulgação da fundamentação científica acerca do tema e minimizar os estigmas em torno da doença.

## METODOLOGIA

Esta revisão bibliográfica foi conduzida com o intuito de descrever os achados relevantes em relação à etiologia da esquizofrenia, com foco na compreensão dos mecanismos fisiológicos e neuroquímicos envolvidos. Para análise dos artigos para esse estudo, realizou-se pesquisa nos bancos de dados: SciELO, PubMed, MEDLINE. Os termos de busca utilizados foram esquizofrenia, fisiopatologia, neurotransmissão. Após a triagem de artigos, verificou-se a temática específica dos mesmos, para inclusão daqueles de maior relevância.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o avanço dos estudos em neurociência ao longo dos anos, várias hipóteses surgiram na tentativa de esclarecer os processos morfológicos, genéticos e moleculares associados à esquizofrenia.

Partindo de uma perspectiva morfológica, avanços em tecnologias de imagem, como a tomografia computadorizada (TC) e ressonância magnética (RM), possibilitaram a identificação de variações na anatomia encefálica relativas à esquizofrenia. Assim, estudos detalhados revelaram alterações estruturais consistentes, como aumento dos ventrículos laterais e terceiros ventrículos (+25%–40%), redução do volume cerebral (-3%) e cortical (-4%), menor volume de massa cinzenta (-6%), volume do lobo temporal medial relativamente menor (-5%), volume talâmico relativamente menor (-4%). Além disso, os dados de imagem forneceram informações importantes sobre a natureza da doença, sugerindo que as alterações estruturais não são progressivas após o início da mesma (HARRISON., 2000).

Nas regiões corticais frontais e temporais, há uma diminuição de volume que não se deve à morte das células, ou seja, de perda de corpos celulares, mas sim à redução dos processos dendríticos, axonais e sinápticos. (KANDEL et al., 2014).

Além disso, o tálamo de pacientes com esquizofrenia parece menor quando comparados a indivíduos não afetados, nesse caso, estudos pós-mortem sugerem que pode haver perda de corpos celulares no núcleo medial dorsal do tálamo. Como as células desse núcleo enviam axônios para o córtex pré-frontal dorsolateral, a perda desses terminais axonais pode contribuir para a redução dos dendritos corticais e seus espinhos dendríticos, que normalmente recebem essas conexões talamocorticais. Assim, a redução de dendritos e espinhos dendríticos provavelmente resulta em uma perda de contatos sinápticos no córtex pré-frontal dorsolateral, o que explicaria os déficits na memória de trabalho e na função executiva característicos da esquizofrenia (KANDEL et al., 2014).

No contexto das influências genéticas, a ação da hereditariedade é reconhecida como um fator significativo na etiologia da esquizofrenia. Estudos a respeito de alteração em áreas específicas do cérebro de pacientes com esquizofrenia e seus parentes não afetados, revelaram que parentes de primeiro grau não afetados também podem apresentar déficits na substância cinzenta cortical, especialmente em áreas como o córtex pré-frontal dorsolateral, giro temporal superior e lóbulo parietal superior. Estudos realizados com pares de gêmeos monozigóticos e dizigóticos discordantes para esquizofrenia e gêmeos saudáveis como controle, sugerem que fatores genéticos contribuem para esses déficits, mas ainda não está claro até que ponto os padrões de déficit são compartilhados entre pacientes e seus gêmeos idênticos. Esse

entendimento é crucial para compreender as bases neurobiológicas subjacentes à expressão dos sintomas em relação a um genótipo predisponente (CANNON et al., 2002).

Do ponto de vista molecular, a teoria dopaminérgica da esquizofrenia postula que o excesso de neurotransmissão da dopamina no encéfalo pode estar ligado aos sintomas dessa condição. Essa relação foi observada ao se estudar o efeito de certas substâncias, como a anfetamina, no aumento da atividade da dopamina, desencadeando uma psicose tóxica, muito semelhante à esquizofrenia. A anfetamina atua aumentando a liberação de dopamina e impedindo sua recaptação da fenda sináptica. Assim, os sintomas característicos da esquizofrenia, como agitação, alucinações e delírios, podem ser atribuídos ao aumento da atividade dopaminérgica (GRAEFF., 1989).

Os medicamentos antipsicóticos, atuam principalmente por meio do antagonismo dos receptores dopaminérgicos. Esses medicamentos bloqueiam os receptores dopaminérgicos D2, esse bloqueio resulta em uma redução na atividade dopaminérgica, levando a um efeito compensatório de aumento dos níveis de dopamina. Essa ação é relevante, pois sugere uma correção do desequilíbrio dopaminérgico associado à esquizofrenia. No entanto, a ação dos antipsicóticos é apenas parte da complexa etiologia da esquizofrenia, a teoria dopaminérgica por si só não é capaz de explicar todos os aspectos da doença, como o início dos sintomas na adolescência, as alterações estruturais cerebrais, os prejuízos cognitivos e a razão dos antipsicóticos não possuírem efeitos sobre os sintomas negativos (ARARIPE et al., 2007).

Ademais, a desregulação redox é sugerida como um fator contribuinte para o desenvolvimento de condições psicóticas. Pessoas com esquizofrenia e aquelas com alto risco de desenvolver psicose, mostram aumento de estresse oxidativo, causado pelo excesso de espécies reativas de oxigênio, e redução na capacidade dos sistemas redox intracelulares de neutralizar essas espécies reativas, através de seus sistemas antioxidantes. Essa redução é particularmente evidente nos níveis de glutationa, um regulador crucial do equilíbrio redox celular, cuja diminuição é observada em áreas específicas do cérebro de pacientes esquizofrênicos, como no córtex pré-frontal medial, estriado e tálamo (PERKINS et al., 2020).

Paralelamente, a hipótese glutamatérgica sugere que disfunções no sistema de neurotransmissão do glutamato desempenham um papel relevante na manifestação da esquizofrenia, destacando-se a hipótese de hipofunção do receptor NMDA. A formulação dessa hipótese, partiu da observação de drogas como a fenciclidina e a cetamina, antagonistas não-competitivos do receptor NMDA, que induzem sintomas semelhantes aos da esquizofrenia, além de causar recaídas em pacientes previamente estabilizados, sugerindo que o bloqueio dos receptores NMDA está diretamente relacionado aos sintomas psicóticos. Outra evidência está

nas mudanças neurodegenerativas observadas em estudos com ratos, causadas pelo bloqueio repetido desses receptores. Essas mudanças ocorrem em áreas cerebrais correlatas às alterações estruturais observadas na esquizofrenia em humanos (STONE et al., 2007).

Dessa maneira, estudos mostraram uma correlação entre a ocupação do receptor NMDA pela cetamina e a evocação dos sintomas negativos da esquizofrenia, bem como uma redução na disponibilidade dos receptores NMDA em pacientes sob tratamento com clozapina. Essa disponibilidade reduzida de NMDA pode se relacionar a simples competição de clozapina nos locais de ligação ou um declínio especificamente relacionado à doença na disponibilidade do sítio de ligação. Esses resultados fortalecem a evidência de uma hipofunção do receptor NMDA na esquizofrenia e implicam que o tratamento com antipsicóticos atípicos pode afetar a disponibilidade do receptor NMDA (CUMMING et al., 2021).

## CONCLUSÃO

O levantamento bibliográfico realizado destacou alterações estruturais no cérebro de pacientes esquizofrênicos, ressaltou aspectos genéticos, desequilíbrios na neurotransmissão dopaminérgica e glutamatérgica, e desregulação redox. Dessa forma, a literatura científica evidencia que a esquizofrenia é uma condição multifacetada, influenciada pela interação de diversos fatores, sendo necessário um aprofundamento científico para uma maior compreensão acerca dessa psicopatologia e suas implicações neurofisiológicas.

**REFERÊNCIAS**


AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARARIPE NETO, A. G. DE A.; BRESSAN, R. A.; BUSATTO FILHO, G. **Fisiopatologia da esquizofrenia: aspectos atuais**. Archives of Clinical Psychiatry, v. 34, p. 198–203, 2007.

BEAR, M. F.; CONNORS, B. W.; PARADISO, M. A. **Neurociências: desvendando o sistema nervoso**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

CANNON, T. D. et al. **Cortex mapping reveals regionally specific patterns of genetic and disease-specific gray-matter deficits in twins discordant for schizophrenia**. Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 99, n. 5, p. 3228–3233, 26 fev. 2002.

CUMMING, P.; ABI-DARGHAM, A.; GRÜNDER, G. **Molecular imaging of schizophrenia: Neurochemical findings in a heterogeneous and evolving disorder.** Behavioural Brain Research, v. 398, p. 113004, fev. 2021.

GRAEFF, F. G. **Drogas psicotrópicas e seu modo de ação**. 2.ed. São Paulo: EPU, 1989.

HARRISON. P. J. **Postmortem studies in schizophrenia**. Schizophrenia: General Findings, v. 2, n. 4, p. 349–357, dez. 2000.

KANDEL, E. et al. **Princípios de Neurociências**. 5.ed. AMGH Editora, 2014.

PERKINS, D. O.; JEFFRIES, C. D.; DO, K. Q. **Potential Roles of Redox Dysregulation in the Development of Schizophrenia. B**iological Psychiatry, v. 88, n. 4, p. 326–336, 15 ago. 2020.

ROCHA, F. L.; HARA, C.; PAPROCKI, J. **Doença mental e estigma.** Revista Médica de Minas Gerais, v. 25, n. 4, 2015.

SILVA, R. C. B. **Esquizofrenia: uma revisão**. Psicologia USP, v. 17, n. 4, p. 263–285, 2006.

STONE, J. M.; MORRISON, P. D.; PILOWSKY, L. S. **Glutamate and dopamine dysregulation in schizophrenia--a synthesis and selective review**. Journal of Psychopharmacology, v. 21, n. 4, p. 440–452, 1 jun. 2007.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# MONITORIA ACADÊMICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Juliana Lima de Santiago[1]
Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo[2]

**RESUMO**

Este trabalho aborda uma experiência de ensino na Disciplina de Semiologia e Semiotécnica I da Faculdade Vidal de Limoeiro, com alunos do terceiro período do curso de graduação em enfermagem. Compreende-se por monitoria uma modalidade de ensino e aprendizagem que contribui para o desenvolvimento acadêmico, nesse sentido, apresenta-se a importância da monitoria na formação acadêmica do aluno monitor, suas vantagens e as dificuldades que permeiam esse meio. Este projeto colaborou de forma significativa para o desenvolvimento acadêmico dos discentes monitorados, professor orientador e aluno monitor envolvidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Docência; Aluno monitor; Enfermagem.

## INTRODUÇÃO

As atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas dentro de ambientes acadêmicos, estão legalmente instituídas no Brasil pela Lei nº 9.394/96, onde se estabelecem as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lê-se em seu art. 84 que "os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria (...)" (NASCIMENTO *et al.,* 2021).

Logo, o exercício da monitoria acadêmica é compreendido como um método eficaz do processo de ensino-aprendizagem, contribuindo significativamente para a formação acadêmica e profissional dos indivíduos, uma vez que, por meio dela ocorre a interação e troca constante de conhecimentos entre o professor orientador, monitor e discentes monitorados (BARROS *et al.,* 2020). Para além disso, Silva *et al.,* (2021), acrescentam, a saber: (a) participação em eventos acadêmicos; (b) estímulo para a produção científica; (c) melhora na capacidade de

[1]FACULDADE VIDAL: julianalimasantiago37@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: medeiroschiara6@gmail.com

comunicação e liderança; e (d) estímulo à prática docente, como demais contribuições dessa atividade.

Considerando a figura do aluno monitor, este deve apresentar comprometimento, interesse, bom rendimento acadêmico e disponibilidade para realização das atividades propostas durante a monitoria, e para tanto, deve ser previamente submetido a um processo avaliativo, que determinará se o mesmo apresenta tais características e encontra-se apto a participar da atividade extensionista (FERNANDES *et al.,* 2020).

Assim como em outros cursos de formação superior, é válido destacar que acadêmicos da área da saúde, ao desempenharem atividades de monitoria, lidam constantemente com questões que vão além da troca de conhecimentos técnico-científicos acerca de determinadas disciplinas, e para tanto, devem ser capazes de acolher as demandas dos discentes monitorados. A compreensão de que essas questões podem surgir durante esse processo de interação e troca, é fundamental para a adequada formação e futura prática profissional desses acadêmicos (BOTELHO *et al.,* 2019).

Segundo Oliveira e Ramos (2021), a efetiva participação dos discentes em tarefas como esta, possibilita a ruptura da ideia de que apenas o docente exerce o papel de mediador do conhecimento, o que corrobora com a ideia de Barbosa *et al.,* (2023) que descreve o monitor como um aluno que tem a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre determinada disciplina, esclarecer dúvidas, colaborar com o aprendizado dos demais discentes, estimular e propor juntamente ao orientador, metodologias de ensino que acrescentem à formação dos acadêmicos, dentre muitos outros aspectos. Como resultado de todo este processo, todos os envolvidos, além do próprio monitor, tornam-se indivíduos capazes de identificar aspectos particulares de sua formação, bem como, são devidamente preparados para adentrarem o mercado de trabalho.

Destarte, objetiva-se relatar a experiência de um discente monitor na disciplina de Semiologia e Semiotécnica I da Faculdade Vidal, bem como fatores favoráveis e limitações intrínsecos a esse processo.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado a partir da vivência discente na monitoria da disciplina Semiologia e Semiotécnica I, destinada aos alunos do terceiro período da graduação em enfermagem da Instituição de Ensino Superior Faculdade Vidal de Limoeiro – FAVILI. As aulas práticas desenvolveram-se entre os meses de março e

junho de 2023, duas vezes por semana (terças e quartas-feiras), no laboratório de enfermagem da referida instituição.

O presente trabalho utilizou levantamento bibliográfico. Foram usados artigos a respeito da monitoria no âmbito acadêmico e sobre a iniciação da docência, bem como artigos disponíveis no sítio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

A disciplina de Semiologia e Semiotécnica I trabalha conhecimentos acerca dos sinais e sintomas apresentados pelo paciente, especialmente a prática do exame físico, assim como o ensino das técnicas e procedimentos específicos que são necessários para a assistência, em aulas teóricas e práticas, ministradas por um docente, sendo que as práticas são realizadas em laboratório. Com carga horária diária de 4h/dia, através de aulas expositivas, simulados e estudos de caso, a fim de enriquecer e instigar o conhecimento dos mesmos. A monitoria dá suporte às aulas práticas.

Todas as atividades propostas e desenvolvidas pelo projeto, ocorreram dentro dos limites da referida instituição e tiveram como principal objetivo, colaborar com o processo de ensino-aprendizagem dos alunos envolvidos, estimulando a realização de práticas embasadas em conhecimentos previamente obtidos em sala de aula.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram ministradas 22 aulas durante o período de vigência do projeto (01/03/2023 a 30/06/2023), destas, 11 aplicadas em cada turma, o que de forma mais específica representou um quantitativo de duas (n=02) aulas durante o mês de março, três (n=03) aulas em abril, quatro (n=04) em maio, e duas (n=02) aulas no mês de junho do ano em curso. As aulas eram ministradas das 16:30 às 18:00 horas, o que ao fim do projeto, totalizou em uma carga horária de 66 hora aula ministradas.

No que se refere ao quantitativo de alunos monitorados, foi observada uma variação entre os dois primeiros e dois últimos meses das atividades do projeto, fator justificado pela realização de alterações nas fichas de definição das turmas A e B conforme solicitação dos próprios discentes monitorados e necessidade de organização visualizada pela monitora. Nos meses de março e abril, 14 discentes estavam previamente inscritos na turma A, e nove (n=09) na turma B.

Já nos meses de maio e junho, a turma A apresentou um total de 12 alunos inscritos, dentre os quais, ao menos quatro (n=04), não compareceram às aulas destes meses. Referindo-se ainda aos últimos dois meses do projeto, a turma B apresentou um total de 14 alunos inscritos, em contrapartida, ao menos seis (n=06) destes, não compareceram às últimas três aulas

ministradas. Ao fim das atividades, 26 alunos encontravam-se inscritos no projeto, o que representou 67,0% da turma matriculada da disciplina em questão.

De acordo com os planos de ensino apresentados para ambas as turmas, e por meio da escolha de aplicação de aulas práticas durante a vigência da monitoria, as atividades se desenvolveram com base nos conteúdos contidos nas Unidades II e IV dos planos. A saber: Unidade II – referente a avaliação dos pacientes e composta por: (a) Sinais vitais; (b) Métodos propedêuticos e (c) Posicionamento do paciente. Unidade IV – referente a realização do exame físico, e composta por:

(a) Exame Físico da pele, mucosas e fâneros;
(b) Exame Físico do Sistema Neurológico;
(c) Exame Físico da Cabeça e Pescoço;
(d) Exame Físico do Sistema Respiratório;
(e) Exame Físico do Sistema Cardiovascular;
(f) Exame Físico do Sistema Digestório;
(g) Exame Físico do Sistema Urinário;
(h) Exame Físico do Sistema Musculoesquelético;
(i) Exame Físico dos Órgãos Femininos e Mamas;
(j) Exame Físico dos Órgãos Genitais Masculinos.

Todos os conteúdos das unidades selecionadas foram ofertados durante as 11 aulas direcionadas a cada turma, sendo possível ainda, realizar ao menos três aulas mescladas, onde em um primeiro momento, os alunos revisavam um conteúdo de sua escolha, e posteriormente iniciavam novas práticas.

Durante cada aula, foram realizados os registros de frequência dos alunos e avaliação geral das turmas pela aluna monitora. Todos os registros eram encaminhados sempre ao fim do mês à professora orientadora do projeto, juntamente as fichas de registro de atividades e frequência da monitora. Além desses aspectos, as práticas também foram registradas por fotos para posterior anexo em relatório final.

Para além disso, tornou-se possível a identificação de fatores favoráveis, bem como, prejudiciais ao andamento das aulas. Dentre os primeiros, destacaram-se: (a) colaboração entre os alunos; (b) exposição de exemplos didáticos de fácil compreensão; (c) respeito durante o momento de fala dos colegas e monitora, e (d) boa capacidade de questionar e tirar dúvidas por parte dos alunos. Já no que concerne aos aspectos prejudiciais, estão: (a) falta de pontualidade de boa parte dos alunos; (b) redução gradual de adesão às orientações de paramentação exigidas pelas aulas em laboratório; (c) distrações devido ao uso de aparelhos celulares durante as aulas;

e (d) limitação de recursos materiais disponíveis para realização satisfatória de todas as práticas propostas.

A troca de informações e a realização das práticas durante as aulas, estimulou a busca pelo aprimoramento de técnicas essenciais à futura prática profissional, além de colaborar significativamente para a compreensão dos assuntos vistos em sala de aula. No que concerne especificamente a aluna monitora, o projeto apresentou-se como um importante mediador para revisão de conteúdos que são base durante toda a graduação, estando estes, presentes no período cursado pela monitora (5º período), durante a vigência do projeto. Além desses aspectos, a participação e o desenvolvimento das atividades propostas, foram capazes de estimular a possível escolha pela carreira docente, bem como a participação de projetos semelhantes.

Corroborando com estes aspectos, Barros *et al.,* (2020) destaca que o programa de monitoria estimula a extensão de saberes e desperta a engenhosidade dos discentes na execução das atividades propostas, além de apresentar-se como fator confirmado de estímulo à futura docência, uma vez que permite a articulação entre monitor e docente. Em contrapartida, para Nascimento *et al.,* (2021), ainda que a monitoria permita o rompimento de barreiras no que tange aos processos educacionais, constata-se que durante a graduação os alunos têm pouco interesse pela docência superior, sendo este um fator preocupante, especialmente quando relaciona-se às Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Enfermagem, que enfatiza a relevância do desenvolvimento de habilidades como a comunicação, administração e liderança frente à prática profissional.

Fernandes *et al.,* (2020) destaca em seu estudo a existência de fatores desfavoráveis ao andamento do programa de monitoria em Semiologia e Semiotécnica, em um determinado curso de graduação em enfermagem. Questões como a baixa adesão dos discentes às atividades propostas, deficiência na realização de práticas e incompatibilidade de horários entre monitor e alunos, são algumas das dificuldades mencionadas pelo autor, trazendo a compreensão de que atividades como esta, independentemente de seu local de execução, estão passíveis de enfrentar certas limitações, como por exemplo, as mencionadas anteriormente.

Todavia, ainda que apresentadas algumas dificuldades durante o processo de realização das práticas, o projeto conseguiu alcançar resultados satisfatórios dentro das condições a que estava submetido, cumprindo com seu principal objetivo e estimulando a troca de conhecimentos técnicos-científicos e valores sociais, por meio da interação direta dos atores envolvidos.

## CONCLUSÃO

Evidencia-se que a monitoria acadêmica, ainda que por vezes, submetida a situações de limitação, fomenta a construção de habilidades e ideais indispensáveis para a formação acadêmica integral dos indivíduos que dela participam, e para tanto, deve ser cada vez mais estimulada dentro das instituições de nível superior.

Diante do exposto, observa-se a necessidade do estímulo de atividades extensionistas como esta, a fim de promover metodologias ativas de ensino, pesquisa e extensão que são fatores determinantes e diferencial na formação de profissionais generalistas para atuação no mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS


Barbosa, Verônica das Neves, et al. "**O uso das tecnologias da informação e comunicação na monitoria acadêmica de enfermagem com base na metodologia ativa**". Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro , vol. 13, novembro de 2023. periódicos.ufsj.edu.br , https://doi.org/10.19175/recom.v13i0.4971

BARROS, A. W. M. S. *et al.* **Monitoria acadêmica em enfermagem: uma revisão de literatura**. Brazilian Journal of Health Review, v. 3, n. 3, p. 4785–4794, 2020. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/10317.

BOTELHO, Laís Vargas *et al.* **Monitoria acadêmica e formação profissional em saúde: uma revisão integrativa**. ABCS Health Sciences, v. 44, n. 1, 30 abr. 2019. Disponível em: https://nepas.emnuvens.com.br/abcshs/article/view/1140.

FERNANDES, Daniele Cristina Alves *et al.* **Contribuições da monitoria acadêmica na formação do aluno-monitor do curso de Enfermagem: relato de experiência.** Debates em Educação, v. 12, n. 27, p. 316, 22 jun. 2020. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/debateseducacao/article/view/9134.

NASCIMENTO, Jéssica Tâmara *et al.* **Monitoria como espaço de iniciação à docência**. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 13, n. 2, p. e5577, 6 fev. 2021. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/5577.

OLIVEIRA, J.; SANT'ANNA RAMOS VOSGERAU, D. **Práticas de monitoria acadêmica no contexto brasileiro.** Educação: Teoria e Prática, v. 31, n. 64, p. e18[2021], 15 jun. 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-81062021000100116&script=sci_arttext.

SILVA, Ana Karoline Alves *et al.* **Contribuições da monitoria acadêmica para a formação em enfermagem: revisão integrativa**. Revista Enfermagem Atual In Derme, v. 95, n. 33, 11 mar. 2021. Disponível em: https://revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/945.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# MUDANÇAS LEGISLATIVAS ACERCA DO NEPOTISMO NO ÂMBITO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Ana Laisa Lima Silva[1]
Camile Freire da Silveira[2]
Caroline Freire da Silveira[3]
Nicoly Silva Gomes[4]
Solange Vidal[5]

**RESUMO**
O presente resumo discute a distinção entre moralidade e probidade na administração pública, destacando a improbidade como transgressão que vai além da imoralidade, caracterizando-se como infração administrativa. A respeito de infrações administrativas, o nepotismo é pontuado como um elemento exemplificativo dessas, tipificado na Súmula Vinculante número 13 do STF, que sofreu influência das alterações legislativas. A Lei 8.429/92, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa, é apresentada como forma de coibir tais condutas. A análise do tema é realizada com base na jurisprudência do STF e na doutrina de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, abordando também a Lei 14.230/21, que traz modificações significativas à Lei de Improbidade Administrativa, exigindo agora a comprovação do dolo específico para configuração de improbidade. Por fim, destaca-se a importância da escolha de ocupantes de cargos comissionados com base no mérito pessoal, visando valorizar a capacidade técnica e evitar violações.

**PALAVRAS-CHAVES**: Nepotismo; Moralidade; Administração Pública.

## INTRODUÇÃO

Dentro dos princípios fundamentais da administração pública estabelecidos pela Constituição Federal, destaca-se a moralidade administrativa, que exige uma conduta íntegra, ética e honesta por parte da gestão pública. Esta demanda por uma atuação moral está intimamente ligada ao dever de probidade, que implica agir com retidão e transparência na administração dos recursos públicos.

Dessa forma, dentro do enfoque doutrinário de Maria Sylvia Zanella Di Pietro é feito uma distinção crucial entre os conceitos de moralidade e probidade, observando que, embora sejam frequentemente tratados como sinônimos, algumas legislações os mencionam separadamente. No entanto, quando se trata de improbidade como uma transgressão sancionada pelo sistema jurídico, a distinção entre improbidade e imoralidade se torna mais evidente. A

[1] FACULDADE VIDAL, limaanalaisa@gmail.com.
[2] FACULDADE VIDAL, camile2018silveira@gmail.com.
[3] FACULDADE VIDAL, caroline2004freire@gmail.com.
[4] FACULDADE VIDAL, nicsilvag14@gmail.com.
[5] FACULDADE VIDAL, langevidal@gmail.com.

improbidade vai além da imoralidade, pois não se limita apenas a atos desonestos ou moralmente condenáveis, mas também engloba a ilegalidade, abrangendo assim a violação de leis, regulamentos e outras normas jurídicas.

Assim sendo, é possível reconhecer o nepotismo como uma atitude típica de improbidade administrativa, uma vez que este é entendido como o ato do agente público, que utilizando-se de seu poder ou de sua posição na gestão, busca favorecer seus parentes. Isso posto, é evidente que além de ferir o princípio da moralidade, imputa , ainda, desrespeito à constituição da impessoalidade. Logo,  a afronta dos princípios administrativos fundamentais implica desfalque na prestação dos serviços públicos e desvirtuamento do objetivo geral administração: o bem estar social.

Nessa perspectiva, para fortalecer esses princípios e garantir a integridade na gestão pública, foi promulgada a Lei 8.429/92, também conhecida como Lei de Improbidade Administrativa. Esta legislação não apenas identifica os sujeitos envolvidos em atos de improbidade, mas também define os tipos de condutas que são consideradas como tal, estabelecendo as consequentes sanções a serem aplicadas.

Neste sentido, diante da conjuntura da Súmula 13 do STF que tipifica o nepotismo com o advento das alterações legislativas da Lei de Improbidade Administrativa, é possível questionar se  essas mudanças perseguem a efetivação dos princípios administrativos, conhecidos como “LIMPE”?

Quanto aos objetivos, o presente trabalho busca compreender as distinções doutrinárias quanto a noção de improbidade e moralidade, bem como pretende-se qualificar o nepotismo como uma conduta de improbidade administrativa, pontuando os aspectos que o tipificam legalmente e jurisprudencialmente. Por fim, será analisada se a relativização do nepotismo para determinados cargos componentes da Administração Pública.

## METODOLOGIA

O estudo apresentado adota uma metodologia de pesquisa qualitativa, utilizando-se de dispositivos legais como a atual Lei de Improbidade Administrativa e a Lei 14.230/21, bem como entendimentos jurisprudenciais do STF em conjunto com o arcabouço doutrinário de Di Pietro, visando fundamentar a construção de argumentos jurídicos. Assim, o artigo 37 da Constituição Federal orientará o nexo dos princípios administrativos explícitos em sua composição com os referidos dispositivos acima mencionados.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Anteriormente, o nepotismo era legalmente tipificado como “dolo genérico”, no qual só em obter parentesco com o gestor já se considerava nepotismo de imediato, sem apurar o fim ilícito e a vontade deliberada de cometer um ato ilegal, ou seja, independente da vontade subjetiva do agente quanto ao motivo para proceder a contratação já estava caracterizada a improbidade.

Com o advento da Lei 14.230/21, a qual se refere às novas disposições da lei de improbidade administrativa, o dispositivo elenca em seu artigo 1º as possibilidades legais do enquadramento, de qualquer cidadão ou agente político, na conduta de improbidade. A legislação inovou ao trazer mudanças quanto ao dolo da conduta, que agora passa a ser “dolo específico”, o qual tem-se que buscar a prova de que o agente procedeu com a vontade livre e consciente de alcançar resultado ilícito.

Assim, compreende-se que, é necessário analisar a má-fé do indivíduo, para que seja possível configurar em alguma das condutas tipificadas nos artigos 9,10 e 11 da lei supramencionada, assim, não há que se falar sobre culpa da ação para a tipificação em improbidade. Haja vista que, o legislador ao proceder a reforma da antiga lei de improbidade, Lei 8.429, exigiu a presença de determinados requisitos para que a apuração de ocorrência ou não quanto ao ato de improbidade administrativa, considerando a existência ou não de dolo específico, seja examinado com a devida responsabilidade.

Diante das novas disposições da lei de improbidade administrativa, seu artigo 11º, §5º, dispõe que o nepotismo somente será configurado se for aferido o dolo por parte do agente sendo analisado a finalidade deste ato, bem como a capacidade técnica do contratado, caso contrário se tem apenas uma mera irregularidade, sem que se configure o ato ímprobo. Conforme dispõe:

> Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:
> § 5º Não se configurará improbidade a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, sendo necessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.

No entanto, é importante ressaltar que o nepotismo não é um ato criminoso, porém é considerado uma infração de natureza administrativa e civil, uma vez que viola os princípios éticos da gestão pública e, consequentemente, prejudica sua eficiência.

Assim, vale ressaltar que, a vigência da Lei 14.230/21 trouxe importantes modificações à Lei de Improbidade Administrativa, dentre as quais é possível pontuar a significativa inclusão

explícita do nepotismo, tanto na forma direta quanto na cruzada, como conduta tipificada de improbidade administrativa, atuando conforme os objetivos atribuídos aos princípios fundamentais da Administração Pública.

Isso posto, incorre em nepotismo direto, o agente competente que, nomeia seus próprios parentes para cargos em estrutura administrativa sob sua gestão, dando-lhes este “privilégio” pelo simples fato de ser parente, isto é, facilitando a entrada do mesmo na administração pública, e buscar capacidade do referido. Em contrapartida, o nepotismo cruzado é identificado quando um agente público nomeia uma pessoa ligada a outro agente público e vice-versa, gerando a troca de favores, também conhecido doutrináriamente como "designações recíprocas".

Para reforçar essa posição, o Supremo Tribunal Federal emitiu a Súmula Vinculante 13, a qual estabelece que a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de autoridade ou servidor da mesma pessoa jurídica, para cargos de confiança na administração pública, viola a Constituição Federal. Isso inclui nomeações cruzadas, que são aquelas em que as nomeações são feitas reciprocamente entre autoridades ou servidores.

Neste diapasão, a escolha dos ocupantes em cargo de comissão, apesar de livre, deve versar sobre a avaliação de mérito pessoal, isto é, pessoas qualificadas a função que irá exercer, valorizando a capacidade técnica do agente para determinado cargo público. Assim, primordialmente, evitaria a injustiça da autoridade nomeante valorizar liames parentescos.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, cabe ressaltar que as mudanças legislativas surgiram para a efetivação dos princípios administrativos constitucionalmente instituídos, assim, a exigência do dolo específico como elemento caracterizador do nepotismo como infração de improbidade administrativa, emerge como meio garantidor da impessoalidade e moralidade.

Estes princípios buscam garantir o objetivo maior da Administração Pública, qual seja a continuidade dos serviços públicos e a eficiência da prestação, com fins no bem-estar social. Por fim, para tanto, haja vista as mudanças acima citadas, é de suma importância haver a capacitação técnica dos servidores escolhidos pelo gestor, uma vez que o fim da escolha é a eficiência na prestação dos serviços, não o prestígio dos indivíduos próximos ao gestor executivo do momento.

## REFERÊNCIAS


DI PIETRO, Maria Sylvia. **Direito administrativo**. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. P. 1026.

FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 37. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. p. 920.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho. **Curso de direito administrativo**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. p. 957 – 993.

IÓRIO, Isabelle Rodrigues. **Nepotismo no âmbito da administração pública como ato de improbidade administrativa**. 2019. Disponível em:https://www.jusbrasil.com.br/artigos/nepotismo-no-ambito-da-administracao-publica-como-ato-de-improbidade-administrativa/662768834. Acesso em: 01 maio 2024.

MATTOS, Mauro Roberto. **Da aplicação retroativa das alterações introduzidas pela Lei nº8,429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).** 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/da-aplicacao-retroativa-das-alteracoes-introduzidas-pela-lei-n-8-429-92-lei-de-improbidade-administrativa/2000292638. Acesso em: 01 maio 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# Noções de responsabilidade civil e Inteligência Artificial: É possível o ChatGPT ser responsabilizado na esfera consumerista?

Amare Elen Chaves Lima[1]
Carlos Luan Lima Maciel[2]
Francisco Francimar Rodrigues Lima Filho[3]
Lírio Emanuel Alves Nogueira[4]
Maria Jayane Matias Andrade[5]

**RESUMO**

A sociedade contemporânea está cada vez mais adepta do uso de sistemas de inteligência artificial (IA), tal fator difunde informações que podem gerar riscos aos seus usuários. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar noções de responsabilidade nas relações entre consumidor e as inteligências artificiais, mais especificamente o ChatGPT. Para isso, foram utilizados conceitos elaborados pelo próprio sistema, bem como, a análise jurisprudencial e bibliográfica, utilizando uma abordagem dedutiva. Foram apresentadas correntes de pensamento, inclusive internacionais e definições elaboradas por normas brasileiras, com isso, foi possível chegar ao entendimento que o ChatGPT não pode ser responsabilidade por conta de sua natureza, logo, sua desenvolvedora, a OpenAI, deverá configurar a parte passiva em demandas consumeristas.
**PALAVRAS-CHAVE:** ChatGPT; Responsabilidade; Direito; Inteligência Artificial.

## INTRODUÇÃO

Desde a Revolução Industrial, as máquinas nunca saíram do modelo de produção e organização humano, Hobsbawm menciona "a Revolução Industrial assinala uma das mais radicais transformações da vida humana já registrada e não foi uma mera aceleração do crescimento econômico, mas uma aceleração de crescimento em virtude da transformação econômica e social" (Hobsbawm. 1983, p.9).

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: amareelenchaves@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: carlosluanmaciel@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail:francimarfilho18@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: lirioemanuel2004@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: e-mail: jayanematias17@gmail.com

Progressivamente, a implementação da tecnologia aliada ao maquinário no mercado de trabalho, tem crescido de modo gradativo e provando sua importância para a sociedade (Siqueiro; Lara, 2020, p. 302). O exponencial crescimento no uso de tecnologias está refletindo em diversos segmentos, como, por exemplo, na ciência, engenharia, dentre outras, transformando as Inteligências Artificiais (IA), que antes exerciam o papel de fontes alternativas de pesquisa, em sistemas que desempenham funções não programadas, inclusive por seus desenvolvedores.

Klaus Schwab (2016, p. 100) detalhou "as extraordinárias inovações provocadas pela quarta revolução industrial, desde as biotecnológicas até aquelas da IA, estão redefinindo o que significa ser humano". Nesse contexto, o autor conclui que a sociedade está passando pela quarta revolução industrial, fator que gera novas demandas e desafios em virtude de transformações tecnológicas e sociais, oriundas, também, da utilização da IA, necessitando de uma revisão na proteção dos direitos, sendo indispensável uma regulamentação eficaz.

Serão apresentados conceitos, elaborados por doutrinadores como Klaus Schwab, Thatiane Pires, entre outros, e definições, dispostas no Código de Defesa do Consumidor e no Código Civil, dos aspectos que se fazem relevantes para a contextualização do tema, bem como, a relevância para a sociedade atual. Após, será delineado o contexto das transformações tecnológicas, correlacionando marcos, tais como a globalização das IAs, em especial, o ChatGPT com a aplicação das normas brasileiras, com objetivo de regulamentação e responsabilização, relacionando-a brevemente com soluções aderidas por outro Estado.

Para a elaboração deste estudo, será utilizado a abordagem dedutiva, visando a demonstração dos casos em que a OpenAI assume o papel de fornecedor, podendo ser responsabilizado legalmente conforme o ordenamento jurídico brasileiro. Além disso, alinhado às pesquisas bibliográficas e doutrinárias para apresentar as considerações finais. Em suma, busca-se avaliar a efetividade da possibilidade de responsabilização das IAs, durante o uso de suas ferramentas, como o ChatGPT, e como isso pode impactar o cenário jurídico brasileiro.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa é de análise indutiva, que se utiliza de artigos acadêmicos para mensurar e descrever os aspectos importantes de um conjunto de conceitos observados e formular pensamentos quanto à temática. Para a obtenção dos objetivos propostos no estudo, foram realizados os seguintes procedimentos: pesquisa focada na elaboração de dados fornecidos pela OpenAI, através de uma conversa com o ChatGPT, uso do Código de

Defesa do Consumidor (CDC) e Código Civil (CC) para analisar a relação existente, um conjunto das informações analisadas e pertinentes para formular os resultados empíricos da pesquisa. Os dados utilizados apresentam informações consolidadas e indicadores a respeito da relação de consumo, do regimento jurídico pertinente, dentre outros. As obras e legislações, fomento da amostra deste trabalho, são reconhecidas por sua importância no cenário jurídico social nacional, o que vem a gerar credibilidade para os dados a serem desenvolvidos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, conceitua-se Inteligência Artificial uma capacidade que máquinas, incluindo softwares, têm de interpretar dados externos, aprender a partir dessa interpretação e utilizar o aprendizado para resolver tarefas e atingir objetivos determinados (Barbosa; Portes, 2023, p. 17). Neste viés, apresenta-se a definição de ChatGPT gerada pelo próprio sistema:

> ChatGPT (Generative Pre-trained Transformer) é um modelo de linguagem desenvolvido pela OpenAI. Ele é um tipo de inteligência artificial que utiliza uma arquitetura de rede neural conhecida como Transformer para gerar e compreender texto. (...). O GPT é "pré-treinado" porque é treinado em uma tarefa de "auto-supervisão", onde aprende a prever a próxima palavra em uma sequência de texto dada parte desse texto. (ChatGPT, 2024)

Tendo em vista que as relações entre fornecedor e consumidor envolvendo produtos com IA estão sob a égide do CDC, haja vista a seguinte explanação:

> Traço adstrito à condição de consumidor, a vulnerabilidade assume formas específicas para caracterizar a posição desse sujeito frente ao fornecedor de produtos ou de serviços: a vulnerabilidade técnica, a vulnerabilidade jurídica (ou econômica), e a vulnerabilidade fática (ou monopolística). Presume-se que a ausência de conhecimento específico acerca do produto ou serviço objeto de Consume (técnica), a falta de conhecimento jurídico, contábil ou econômico (jurídica) e as situações em que a insuficiência econômica, física ou até mesmo psicológica do consumidor o coloca em pé de desigualdade frente ao fornecedor (fática), são capazes de caracterizar a fragilidade de uma pessoa frente o mercado de consumo. (Benjamin; Marques; Bessa. 2013. p. 130-140.)

Nesse seguimento, surgem desafios específicos no tocante à sua capacidade de autoaprendizagem e desenvolvimento autônomo. Isso levanta questionamentos acerca da previsibilidade dos riscos associados às IAs e a possibilidade de os fornecedores, no caso em tela, a OpenAI, anteciparem todos os resultados não previstos.

O CDC fixa a possibilidade de responsabilidade objetiva, nos moldes do artigo 12, 14 e 18, Fernando Noronha (1999) explica amplamente:

> A responsabilidade objetiva agravada insere-se no final de uma evolução que começou quando, num primeiro momento, se reconheceu que o requisito culpa não sempre era imprescindível para o surgimento da obrigação de indenizar: o exercício de determinadas atividades, suscetíveis de causar danos a terceiros, implicava, em contrapartida aos benefícios que elas proporcionavam ao agente, o ônus de suportar os danos que eventualmente fossem causados a outrem. Foi por isso que se construiu a teoria da responsabilidade objetiva. Agora estamos entrando num segundo momento, em que se verifica haver hipóteses especiais em que se prescinde também de nexo de causalidade, para se passar a exigir unicamente que o dano acontecido possa ser considerado risco próprio da atividade em causa. (Noronha, 1999, p. 37)

A ampla aplicação da legislação consumerista estabeleceu-se com amparo a teoria do risco da atividade, ou seja, aqueles que se beneficiam de uma atividade devem suportar os seus efeitos adversos (Noronha 2003). Como efeito, as pessoas jurídicas que realizam atividades empresariais passaram a ser responsabilizadas objetivamente pelos danos causados a terceiros. Nesse ínterim, surge a necessidade de compreender a responsabilidade civil aplicada à luz do CDC, haja vista as relações entre fornecedor e consumidor envolvendo os serviços das IAs.

Destarte, em razão da habilidade de cumular respostas e aprender com elas, presume-se a possibilidade de que, ao agir de forma autônoma, o ChatGPT realize ações não programadas por seus fabricantes (PIRES, 2017, p. 243). Portanto, mesmo com toda cautela, as consequências das IAs não são completamente previsíveis nessa fase da tecnologia, o que significa que seu desenvolvimento e os riscos podem exceder as previsões iniciais.

Nesse sentido, a noção de responsabilidade civil objetiva deverá ser aplicada em casos em que o dano causado pelo ChatGPT puder ser enquadrado como vício ou defeito do produto ou do serviço (Vladeck, 2014, p. 128-129), evidencia-se a definição de "defeito", delineada no artigo 8º do CDC, o qual relaciona a expectativa de segurança, quando o produto ou serviço adquirido não está de acordo com o pretendido pelo consumidor, ou pode gerar riscos ao mesmo. Já o "vício", que também é referenciado pelo mesmo código, em seu artigo 18º e seus incisos, é um conceito inerente à qualidade ou quantidade do produto.

Em contrapartida, outros doutrinadores, como Thatiane Pires, adotam a presunção que qualquer dano causado pela IA seria necessariamente resultado de uma falha inerente ao ser humano, no latim "*res ipsa loquitur*", mesmo que a falha tenha ocorrido no projeto, no desenvolvimento, ou mesmo de informações acerca da política de segurança e do uso apropriado do produto (Pires, 2017, p. 250).

Denota-se que, para o ordenamento jurídico brasileiro, só será considerado um ente com personalidade jurídica este se estiver regularizado perante critérios legais, em território nacional, seria necessário a formalização considerando os requisitos da pessoa jurídica (PJ), ou

seja, estar devidamente inscrito no Cadastro Nacional. A capacidade das pessoas jurídicas é uma consequência natural e lógica da personalidade reconhecida pelo ordenamento jurídico (Pereira, 2007). Se elas têm a capacidade de adquirir direitos e assumir obrigações, supõe-se que elas devem ter o poder necessário e a capacidade específica para exercê-los, conforme estabelece o CC em seu artigo 1º. A partir disso, como o ChatGPT, funciona como uma ferramenta que presta serviços de titularidade da empresa OpenAI, a mesma será a responsável por eventuais danos, devendo a mesma, ser responsabilizada por estes fatos.

Uma alternativa que foi debatida em Resolução do Parlamento Europeu, no ano de 2017, seria promover a personificação das Ias sendo uma extensão de uma pessoa jurídica, devendo haver um agente responsável por fiscalizar o nível de autonomia e auto aprendizagem desses robôs. Bem como, deveria ser implementado normas reguladoras e punitivas que previnam os serviços danosos aos consumidores, a reincidência poderia implicar em indenizações, entre outros métodos coercitivos. Por fim, essas entidades estariam sujeitas ao pagamento de taxas e tributos, também estariam submetidas à legislação nacional, portanto, devem operar de modo a ressarcir possíveis danos e respeitar as barreiras éticas.

## CONCLUSÃO

Conclui-se que, a análise realizada destaca a pertinência de um debate abrangente entre os diversos atores envolvidos, incluindo operadores do direito, especialistas em tecnologia, representantes da sociedade civil e do governo, para garantir um desenvolvimento seguro da IA na sociedade. A regulamentação específica desse tema deve ser precedida por ampla consulta em diversas esferas, levando em conta experiências e propostas regulatórias de outros países, bem como, discussões sobre temas correlatos como proteção de dados.

Além disso, é essencial considerar a necessidade de adaptação das leis de responsabilidade civil à realidade, levando em conta questões como a possibilidade de atribuir personalidade jurídica às IAs. A comunidade técnica deve colaborar de forma ativa para evitar conceitos equivocados que possam levar a uma regulação inadequada. Ao mesmo tempo, é necessário avançar na definição de critérios claros de responsabilização que visem conciliar o desenvolvimento científico e tecnológico com a reparação de danos, promovendo a segurança jurídica e a dignidade humana. Nesse sentido, a possibilidade de adotar um regime de seguros obrigatórios e um fundo de compensação, conforme sugerido pelo Parlamento Europeu, pode ser uma abordagem promissora.

Por fim, é crucial que o legislativo relacionado à inteligência artificial avance por meio de um processo participativo e multissetorial, com o objetivo de estabelecer limites éticos que evitem o uso arbitrário dessas tecnologias, garantindo assim um ambiente jurídico seguro e promovendo o bem-estar da sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS


BARBOSA, Lucia Martins BARBOSA; PORTES, Luiza Alves Ferreira. **A Inteligência Artificial**. Revista Tecnologia Educacional, Rio de Janeiro, n. 236, p.16- 27, 2023. ISSN: 0102-5503.

BENJAMIN, Antônio Herman; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual de direito do consumidor**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BRASIL**. Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília**, DF: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n.
CHATGPT. (2024). **Chat GPT**. OpenAI. Disponível em: https://chat.openai.com/. Acesso em: 1 maio 2024.

HOBSBAWM. E. J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983, p.9.

NORONHA, Fernando. **Direito das obrigações**. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2003.

NORONHA, Fernando. **Desenvolvimentos contemporâneos da responsabilidade civil**. Revista dos Tribunais, v. 761, 1999.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições do direito civil**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

PIRES, Thatiane Cristina Fontão; SILVA, Rafael Peteffi da. **A responsabilidade civil pelos atos autônomos da inteligência artificial: notas iniciais sobre a resolução do Parlamento Europeu**. Rev. Bras. Polít. Públicas, v. 7, n. 3, 2017.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Trad. Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; LARA, Fernanda Corrêa Pavesi. **Quarta revolução industrial, inteligência artificial e a proteção do homem no direito brasileiro**. Revista Meritum, Belo Horizonte, vol. 15, n. 4, p. 300-311, 2020. DOI: https://doi.org/10.46560/meritum.v15i4.8223.

UNIÃO EUROPEIA. **Resolução do Parlamento Europeu, de 16 de fevereiro de 2017, com recomendações à Comissão de Direito Civil sobre Robótica (2015/2103(INL)**. Publicado

em 16/02/2017. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2017-0051_PT.html?redirect>. Acesso em: Acesso em 30 abr. 2024.

VLADECK, David C. **Machines without principals: liability rules and artificial intelligence**. Washington Law Review, v. 89, n. 117, 2014.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# NOTIFICAÇÕES COMPULSÓRIAS DE DENGUE EM GESTANTES NO ESTADO DO CEARÁ NO PERÍODO DE 2014 A 2024: UMA ANÁLISE TEMPORAL

Juliana Lima de Santiago[1]
Lívia Maria Souza Nascimento [2]
Antonia Sandy Bezerra Alves[3]
Fernanda Gardênia Oliveira da Silva [4]
Marcos Wender Santiago Marinho [5]

## RESUMO

A dengue representa uma preocupação global, especialmente entre gestantes, devido aos riscos para a saúde materna e fetal. Destaca-se a incidência da doença no Brasil, com um aumento significativo de casos suspeitos em gestantes. São discutidos os sintomas, complicações e impactos específicos da dengue durante a gravidez, incluindo a imunossupressão materna e a susceptibilidade fetal a infecções congênitas. Os dados foram coletados em maio de 2024 a partir do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e o tabulador Tabnet. Nesse contexto, o presente estudo trata-se de uma análise temporal retrospectiva e quantitativa das notificações compulsórias de dengue em gestantes no Estado do Ceará, e tem como objetivo apresentar as problemáticas da infecção de dengue em gestantes e suas complicações. No período de análise, 321.255 casos da doença foram notificados. Em 2015 teve a maior incidência de notificações (19,8%), e embora tenha-se notado uma diminuição considerável das notificações em 2018, a elevação dos casos nos últimos anos desperta preocupações quando à saúde materna e fetal, bem como em relação à qualidade dos serviços de saúde. Os resultados sugerem que o aumento e declínio da dengue ao longo dos anos podem ser influenciados por vários fatores, incluindo campanhas de saúde pública, virulência dos sorotipos circulantes e fatores ambientais e comportamentais. Dessa forma, é crucial implementar intervenções baseadas em evidências para controlar a incidência alarmante da dengue no Ceará e no Brasil. Isso inclui medidas para reduzir casos, aumentar a conscientização e capacitar os profissionais de saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** Infecções por arbovírus; Notificação de doenças; Gravidez.

## INTRODUÇÃO

A dengue é uma doença de preocupação mundial, quando principalmente remetida às gestantes, assim representando elevada taxa de risco de infecção para aproximadamente 3,6 milhões de habitantes em mais de cem países que enfrentam vírus. No Brasil, existe estimativa

[1]FACULDADE VIDAL: julianalimasantiago37@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: livianas116@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: sandyalves71828@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: fernanda_gardenia@hotmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: mwend7@gmail.com

de que ainda no 2° mês do ano de 2024 foram registrados cerca de 550 mil casos de suspeita de dengue, dados referentes à 6ª semana epidemiológica da dengue no Brasil de acordo com o Painel de Monitoramento de Arboviroses do Ministério da Saúde. O aumento da incidência de dengue na população geral leva, invariavelmente, ao aumento da incidência de casos entre gestantes (SILVA, *et al*., 2024).

Consoante a Portaria 204, de 17 de fevereiro de 2016, do Ministério da Saúde (MS), estabeleceu-se as doenças e os agravos de notificação compulsória no Brasil e, dentre eles, destacam-se as doenças infecciosas, que ainda fazem parte do perfil epidemiológico da população e, quando acometem a mulher no período gestacional, podem comprometer a sua saúde e a do recém-nascido (FALAVINA, *et al.*, 2019). Em relação a doenças transmitidas por vetores, a Dengue se encontra em segundo lugar em gravidade no mundo, após a Malária. É endêmica em mais de 100 países, dentre eles pode citar Sudeste Asiático, nas Américas, no Pacífico Ocidental, África e regiões do Mediterrâneo Oriental. A infecção se manifesta clinicamente de diversas maneiras, variando de assintomáticos a potencialmente fatais, como dengue grave e choque (PEREIRA, *et al.,*2024).

A síndrome febril moderada da dengue geralmente é caracterizada por febre alta (39° a 40°C) associada à cefaleia, dor retro orbitária, mialgia, inapetência, náuseas, vômitos e exantema. A duração da doença é de cinco a sete dias, com possibilidade de convalescença prolongada por semanas. Diante do exposto, a forma grave há agravamento do quadro no terceiro ou quarto dia da doença, com manifestações hemorrágicas e colapso circulatório. O choque pode ocorrer entre o terceiro e o sétimo dia, geralmente precedido pelos sinais e sintomas de alarme da dengue: vômitos persistentes, dor abdominal intensa e contínua, hipotensão postural ou lipotimia, hepatomegalia dolorosa, sangramento de mucosa, hemorragias importantes (hematêmese ou melena) e sonolência ou irritação, redução da diurese, hipotermia, aumento do hematócrito e redução abrupta de plaquetas e por fim, desconforto respiratório (SILVA, *et al.,*2024).

Diante do exposto, a doença pode afetar qualquer pessoa, porém as mulheres grávidas correm maiores riscos, uma vez que os sintomas clínicos se tornam mais intensos embora sendo comuns na doença como febre, podendo causar aborto ou parto prematuro. A trombocitopenia relacionada a dengue aumenta o risco de sangramento durante a gravidez ou no parto e, portanto, leva a uma maior taxa de mortalidade materna (DERGAN, *et al.,* 2021). O processo fisiológico da gestação leva a uma imunossupressão materna natural que pode favorecer a ocorrência de infecções, inclusive em maior gravidade, o que leva a uma susceptibilidade fetal maior às infecções congênitas, podendo ocasionar danos à saúde do binômio mãe e feto. As

infecções virais nesse contexto são consideradas as principais causas de morbidade e mortalidade fetal (PEREIRA, *et al.,*2024).

O advento recente das vacinas, que pode significar uma diminuição no número de casos e complicações a longo prazo, não representa uma adição de segurança às gestantes, uma vez que, por serem vacinas de vírus vivo atenuado, não podem ser administradas nesse grupo específico. Possivelmente, a médio prazo, mulheres previamente vacinadas que venham a gestar, estarão imunizadas, diminuindo o risco de adquirir a doença e suas complicações (AQUINO, *et al*., 2024). Ante o exposto, o presente trabalho tem por objetivo apresentar problemáticas como a infecção de dengue em gestantes e suas complicações, afim de através de dados extraídos do tabnet apresentar notificações compulsórias do período de 2014 a 2024 no estado do Ceará.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de analise temporal, do tipo retrospectivo com abordagem quantitativa, realizado a partir das notificações compulsórias de dengue em gestantes no Estado do Ceará. As notificações compulsórias referem-se à comunicação obrigatória à autoridade de saúde, realizada pelos médicos, profissionais de saúde ou responsáveis pelos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, sobre a ocorrência de suspeita ou confirmação de determinada doença, agravo ou evento de saúde pública, podendo ser imediata ou semanal.

A pesquisa foi realizada em maio de 2024 e se deu através dos dados extraídos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS[6], por meio do Tabnet, um aplicativo tabulador de domínio público desenvolvido pelo próprio DATASUS, sendo este, responsável por prover os órgãos do SUS de sistemas de informação e suporte de informática, necessários ao processo de planejamento, operação e controle. A amostra foi composta pela população do Estado do Ceará, a qual ainda não era contemplada pela vacinação contra dengue, visto que, a priori não foi um dos primeiros Estados a serem comtemplados pela vacina. Para além disso, o número em alarme de notificações de dengue na população se tornava mais crescente.

Foram utilizados os filtros: (a) ano de notificação; (b) período de 2014 a 2024; (c) gestantes, em todas as faixas etárias; (d) notificações no 1º, 2º e 3º trimestres; (e) ignorado/ Branco e (f) idade gestacional ignorada. É importante destacar que os dados de 2024 ainda não se encontram completos na base de dados, visto que, até o presente estudo foram extraídos

[6] Disponível em: (https://datasus.saude.gov.br/home/tabnet/).

dados até o mês de maio de 2024, e para tanto, é importante destacar as inconsistências que podem representar falhas nos dados, como não notificar ou notificar de forma incorreta as fichas, de modo que não venham a contabilizar nas bases de dados. Após a coleta, os dados foram inseridos e processados no Microsoft Office Excel, e após análise, os resultados foram apresentados em gráficos facilitando uma melhor visualização e compreensão dos padrões observados.

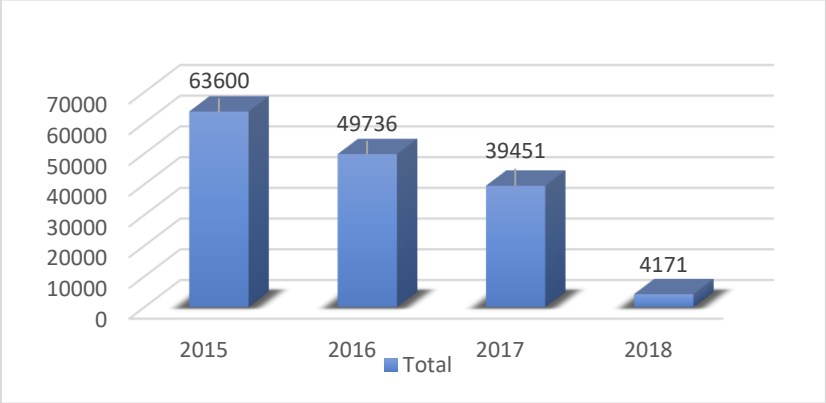
Por se tratar de dados de domínio público o parecer de um Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) é justiçado como desnecessário devido à impossibilidade de identificação dos indivíduos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período analisado, foram notificados um total de trezentos e vinte e um mil duzentos e cinquenta e cinco (n=321.255) casos de dengue em gestantes somente no Estado do Ceará. Apesar de serem números significativamente alarmantes quando relacionados ao quantitativo geral de casos nestes anos, tornam-se ainda mais preocupantes quando referentes ao período gestacional.

Observou-se que no ano de 2015, sessenta e três mil e seiscentos (n=63.600) casos da doença foram notificados, sendo este, o ano de maior incidência de notificações (19,8%). Em contrapartida, com um declínio considerável dessas notificações nos três anos subsequentes, 2018 apresentou o menor quantitativo dos casos notificados, com quatro mil cento e setenta e uma (n=4.171) notificações, reduzindo os números totais em cinquenta e nove mil quatrocentos e vinte e nove (n=59.429) casos, correspondendo a uma queda de aproximadamente 93,4% dos casos entre os referidos anos, como ilustrado no *gráfico 01*:

**Gráfico 01:** Notificações Compulsórias de 2015 a 2018.

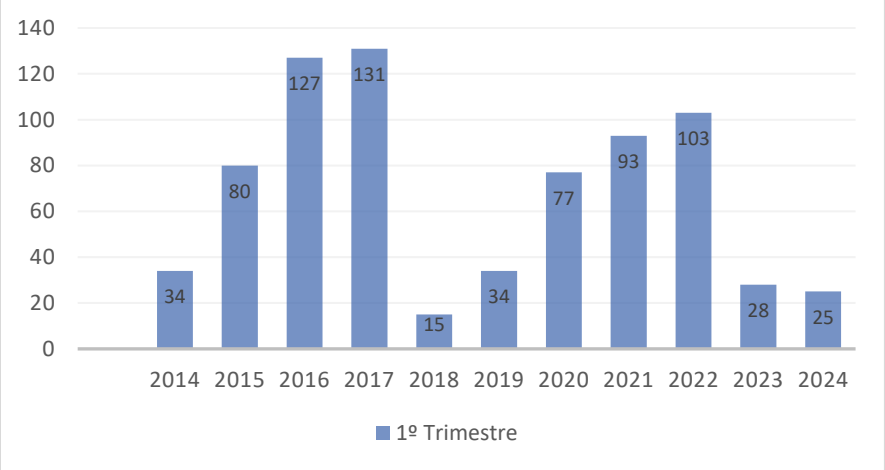



**Fonte:** Os autores.

Apesar dessa queda significativa, ao serem observados os últimos cinco anos do recorte de pesquisa, têm-se novamente uma elevação das notificações, especialmente no ano de 2022,

que apresentou um quantitativo de (n=42.779) casos da doença em gestantes (13,3%). Destes, 103 casos foram identificados ainda no 1º trimestre de gestação, correspondente ao período de 0 a 12 semanas e considerado o mais delicado e decisivo do processo gravítico, por haverem maiores possibilidades de ocorrerem más-formações fetais, abortos e outras complicações tanto para a mãe, quanto para a criança. Assim como este ano, 2016 e 2017 também apresentaram os maiores índices de acometimento pela arbovirose durante o 1º trimestre, sendo respectivamente: 127 e 131 casos notificados, como ilustra o *gráfico 02*.

**Gráfico 02:** Total de notificações no 1º trimestre de gestação.




**Fonte:** Os autores.

Somente ao que se refere às notificações classificadas como Ign/branco (que não foram preenchidas com todos os dados pertinentes ou deixaram de ser preenchidas), apresentaram-se um total de 17.469 notificações, aproximadamente 5,4% de todos os dados. Esse fator desperta preocupação, na medida em que pode representar uma falha nos serviços de assistência à saúde quanto ao manejo não apenas desta, mas de outras doenças de caráter compulsório, o que por vezes, acarreta o aumento do número de casos e complicações da doença, como nos casos de sua apresentação hemorrágica, que em gestantes, pode estimular dentre outros agravos, o deslocamento placentário, que se não contido pode impossibilitar a continuidade da gestação.

Além destes, os últimos dados que estimulam esta discussão, são os apresentados já no ano em curso. Somente entre janeiro e o início de abril de 2024, o Ceará apresentou 8.313 notificações de dengue em mulheres grávidas, elevando ainda mais a preocupação das causas advindas dessas infecções. Corroborando com os resultados obtidos, Guimarães *et al.,* (2024) apresenta que o aumento expressivo da dengue em determinados anos, seguido por seu declínio em outros, reflete diferentes fatores, como a eficácia das campanhas de saúde pública, virulência dos sorotipos circulantes, e interações entre clima, hábitos humanos e imunidade da população.

Além dos fatores apresentados, Dergan *et al.,* (2021) destaca em seu estudo, que por vezes, muitas gestantes não concluem os exames de diagnóstico para confirmação da doença, o que associado a falta de completude de informações nas fichas, dificultam e/ou impossibilitam a execução de ações de prevenção e promoção da saúde direcionadas a esse público, consequentemente resultando na elevação dos números de infecção pela arbovirose, como destacado nos resultados da pesquisa realizada.

## CONCLUSÃO

Nesse sentido, diante dos alarmantes números de incidência da dengue no Estado do Ceará e em todo o Brasil, este estudo reforça a urgência da inserção de intervenções integradas e baseadas em evidências para o controle da doença, visando a redução dos casos e conscientização da população sobre seus agravos e reforçando a necessidade de constante capacitação dos profissionais para atender às demandas e realizar suas atribuições corretamente, não prejudicando o reconhecimento e veracidade dos dados que chegam à população. Além disso, destaca-se a eficiência dos programas e plataformas de domínio público destinadas à publicação desses dados, que apesar de sofrerem inconsistências, mostram-se efetivas no compromisso em transparência com os dados de saúde pública do país.

## REFERÊNCIAS


DE AQUINO SILVA, Mylena Kerolaine et al. **Complicações da infecção pelo vírus da Dengue em gestantes**. Brazilian Journal of Health Review, v. 7, n. 1, p. 6617-6627, 2024.

DERGAN, Marcela Raíssa Asevedo et al. **Aspectos epidemiológicos do vírus da dengue em mulheres grávidas no Estado do Pará, no período de 2015 a 2019**. Research, Society and Development, v. 10, n. 1, p. e20810111641-e20810111641, 2021.

FALAVINA, Larissa Pereira; LENTSCK, Maicon Henrique; MATHIAS, Thais Aidar de Freitas. **Tendência e distribuição espacial de doenças infecciosas em gestantes no estado do Paraná-Brasil**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 27, p. e3160, 2019.

GUIMARÃES, E. G. S.; FONTANA, R. S.; NASCIMENTO, L. L.; MOREIRA, V. de F. P.; SCHIMIN, M. A. **O perfil epidemiológico de Dengue em Goiás, Brasil, entre 2014 e 2024**. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences , *[S. l.]*, v. 6, n. 3, p. 1475–1486, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n3p1475-1486. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/1693.

PEREIRA, Mariana Lanuza Campos et al. **Dengue durante a gestação: revisão dos desfechos maternos e neonatais**. Brazilian Journal of Health Review, v. 7, n. 2, p. e68619-e68619, 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# O ENSINO DE HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS NA INFÂNCIA E O CONTEXTO ESCOLAR.

Deusirene Lima de Aquino[1]
Edna Maia de Lima[2]
Sanderis Aline Saldanha Lima[3]

## RESUMO

A educação socioemocional é o processo de adquirir e praticar habilidades de reconhecimento e regulação emocional, de relacionamento interpessoal e de atitudes de cuidado ao outro. O escrito a seguir, aborda a relevância de desenvolver tais habilidades na infância, com foco no contexto escolar. Além disso, busca-se entender a importância dessas habilidades para o bem estar emocional e social das crianças, assim como destacar estratégias eficazes para promover seu desenvolvimento nas escolas.

**PALAVRAS-CHAVE:** habilidades socioemocionais, infância.

## INTRODUÇÃO

A infância é um período crucial para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais que incluem competências como empatia, autocontrole, resolução de conflitos e habilidades de comunicação. Estudos têm mostrado que crianças com habilidades socioemocionais bem desenvolvidas tendem a ter melhor desempenho escolar e maior engajamento na sala de aula. Fundamentado no pressuposto de que o aprender tem relação não só com os aspectos cognitivos, mas também os emocionais e os sociais, este estudo ressalta a importância dessas habilidades na vida das crianças, com ênfase no ambiente escolar como um contexto-chave para sua promoção. Diante do exposto, o curso de psicologia da Faculdade Vidal, visando pôr em prática ações que estivessem em consonância com o desenvolvimento das habilidades socioemocionais na infância, desenvolveu um projeto de extensão denominado habilidades para a vida: Cuidando das emoções.

## METODOLOGIA

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail:ednaeheros@gmail.com- Aluna FAVILI
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: deusirenequino@gmail.com- Aluna FAVILI
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: sanderis_aline@hotmail.com- Professora orientadora

A metodologia consiste em estudos e intervenções com o intuito de explorar a importância de trabalhar as habilidades socioemocionais na infância no contexto escolar, mais precisamente na educação infantil. A pesquisa foi conduzida em três etapas: estudo dirigido, pesquisa bibliografia e intervenções escolares.

O estudo está em andamento, na etapa das intervenções escolares. No dia 15 de abril de 2024 foi realizada a primeira intervenção na Escola de Educação Fundamental Judite Chaves Saraiva, localizada em Limoeiro do Norte; com crianças do primeiro ano do ensino fundamental. O trabalho realizado consistiu em apresentar e trabalhar com as crianças do primeiro ano as emoções da alegria, tristeza, raiva, medo e calma. De início a apresentação das emoções se deu através da música "Sinto o que sinto" (Mundo Bita) que além de ser algo lúdico, serviu como ferramenta de aproximação com as crianças, ademais, a utilização de palitoches (Fantoches no palito) contava uma história sobre a importância de cada emoção, na sequência, a equipe da extensão pode desenvolver o tema e contar com a participação das crianças, envolvendo-as numa dinâmica onde cada criança pôde identificar não somente as emoções, mas, em quais situações elas podem surgir. Por fim, foi apresentado um painel com situações, nas quais as crianças puderam participar na identificação da emoção desencadeada pela situação exemplificativa. Como mencionado, o projeto de extensão está em andamento, desta forma, outras duas intervenções estão previstas na mesma escola.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Marturano & Loureiro (2014), no decorrer do desenvolvimento, a criança passa por diversos estágios, dos quais precisa de amparo emocional do meio. Entre os 6 e 12 anos, que compõe o começo da vida escolar, a criança vivencia e se relaciona com seu meio, estabelecendo seu autoconceito e autoeficácia em relação ao seu desempenho acadêmico e relações com colegas. O ingresso na escola marca o inicio de uma jornada emocionante para a criança onde ela expande seu mundo social, cognitivo e emocional. Consagra uma fase de crescimento e adaptação da criança, onde ela aprende a lidar com desafios, superar obstáculos e desenvolver uma identidade escolar.

O desenvolvimento socioemocional da criança durante os primeiros anos escolares é fundamental para o seu bem-estar geral, destacando a importância de abordagens inclusivas e sensíveis às necessidades individuais dos alunos. Em 2011, Durlak, Weissberg, Dymnicki, Taylor e Schellinger (2011) realizaram uma meta-análise buscando compreender o impacto de intervenções para desenvolvimento de HSE.

Bruno Damásio, em seu artigo sobre as habilidades socioemocionais com crianças e adolescentes, afirma que essas têm sido compreendidas como um construto multidimensional, composto por variáveis emocionais, cognitivas e comportamentais que auxiliam no desenvolvimento saudável ao longo do ciclo vital e que estudos recentes têm demonstrado que as HSE podem ser desenvolvidas e aprendidas, dizendo:

> Ao englobar 213 programas de intervenção e 270.034 crianças, foi demonstrado que, de fato, o aprimoramento das HSE repercute em uma otimização funcionamento psicológico e social, repercutindo, também, no desempenho acadêmico. Em média, crianças que participaram de algum tipo de intervenção para desenvolvimento de HSE apresentaram desempenho acadêmico 11% maior do que crianças e adolescentes que nunca se submeteram a este tipo de intervenção.

Viera e Kraemer (2022), destacam que a interação social que acontece na Educação Infantil é evidente, visto que é na infância que o sujeito dispõe de um repertório comportamental maior, possibilitando assim o desenvolvimento de várias habilidades sociais que podem ser aperfeiçoadas ou até mesmo substituídas ao longo do tempo. Assim, a educação, as aprendizagens e os desenvolvimentos das crianças dependem das condições que elas encontram nestes ambientes e que isso pode influir sobre a qualidade de suas relações interpessoais (Del Prette & Del Prette, 2006). No ambiente escolar cada criança tem realidades diferentes dentro da mesma turma. São diferentes contextos de vida, socioeconômicas, culturais, entre outras.

Partindo desse pressuposto, os novos contextos com pessoas diferentes e estranhas ao seu convívio, a criança acaba originando diferentes comportamentos. Em razão disso, o conjunto de habilidades socioemocionais desse indivíduo passará por transformações ao longo de sua vida, na medida em que desenvolve vivências com novos grupos sociais, e se depara com desafios propostos por esse convívio. No momento que a criança é inserida no ambiente escolar ela passa a conviver com outras pessoas que não fazem parte do seu meio familiar, tendo que aprender novas regras de convívio e se adaptar a uma nova realidade. Essas vivências sociais, concebida na instituição educacional, que é um espaço democrático, de socialização e de aprendizagem de regras de convívio coletivo, que serão desenvolvidos princípios éticos de respeito e solidariedade.

Em razão dessas vivências na instituição educacional, a criança participa de contextos mais complexos e de demandas mais específicas, requerendo, assim, o aperfeiçoamento das habilidades socioemocionais já existentes, além do desenvolvimento de

outras. Não se pode negar que uma pessoa pode desenvolver habilidades socioemocionais já na vida adulta, entretanto, entrar em contato com essas competências na infância, possibilita a oportunidade de se ter mais tempo para aprimorá-las e colocá-las em prática com maestria**,** sem grandes esforços.

O estudo das emoções tem ganhando força, e atualmente prioriza-se uma educação socioemocional que precisa ser falada e discutida em espaços institucionalizados de educação, principalmente a Escola, que durante séculos foi espaço de desenvolvimento cognitivo, inexistindo em seu currículo formal as diversas aprendizagem das habilidades socioemocionais.

Desenvolver habilidades socioemocionais viabiliza o aumento na autoestima, o autoconhecimento, o autocuidado e a relação com o outro. Inserir esses conhecimentos no ambiente escolar é necessário e urgente, especialmente numa sociedade em que há padrões distorcidos onde cada vez mais as crianças deixam de vivenciam mundos virtuais em detrimento de um mundo real, aumento dos índices de estresse, doenças psicossomáticas, ansiedade, depressão. Sobre isso Silva e Ferreira (2020, p. 14) afirma:

> Através da Educação Socioemocional na sala de aula, é provável que se consiga a diminuir a violência — extremidade da raiva —, que vem assombrando toda uma sociedade. Em geral, percebe-se um crescente aumento de suicídio, tristeza e solidão na sociedade. A Educação Socioemocional será capaz de diminuir as emoções entendidas como negativas ou destrutivas.

Na década de 1980, o lugar da criança na Educação Infantil adquire espaço, e com a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394/1996 e os documentos norteadores das propostas curriculares como os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) de 1998 e agora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017 revelam que ao longo do tempo escolas de Educação Infantil têm espaço significativo no que concerne ao desenvolvimento da criança, inclusive educação socioemocional e na criação de espaços acolhedores, afetuosos e amorosos.

## CONCLUSÃO

Gerenciar as emoções é uma habilidade que todas as pessoas precisam desenvolver. Durante muito tempo, a área emocional foi deixada de lado. No entanto, esse cenário vem sendo modificado. A infância é um campo fértil para se desenvolver as habilidades emocionais, isso porque a criança está em processo de desenvolvimento, ela está mais aberta

ao novo e ao que o mundo pode oferecer. São mais receptivas e aprendem com ludicidade e essa flexibilidade se dar justamente por estarem vivenciando o desenvolvimento de seus potenciais. Sendo assim, trabalhar as competências socioemocionais traz benefícios para esse ser em formação que desde cedo aprende a identificar o que está sentindo e consequentemente a gerenciar seus sentimentos e emoções.

O projeto de extensão habilidades para a vida: Cuidando das emoções, através dos estudos realizados e a intervenção na escola exemplificaram a importância de abordar o tema das emoções por propiciar um espaço seguro, onde as crianças podem identificar, expressar, compartilhar suas vivências de forma ampla, valorizando e esclarecendo que cada emoção é importante e representa uma parte significativa do desenvolvimento emocional. A capacidade de reconhecer e identificar as emoções, aceitá-las como inerentes ao processo de estar vivo e em desenvolvimento é fundamental para se ter adultos emocionalmente estáveis e saudáveis.

## REFERÊNCIAS


Marturano, E. M., Loureiro, S. R. (2014). **O desenvolvimento socioemocional e as queixas escolares.** In: Del Prette, A., Del Prette, Z. (Org.). Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: Questões conceituais, avaliação e intervenção. 2ª ed. Campinas: Alinea.

MOTTA, Pierre Cerveira; ROMANI, Patrícia Fasolo. **A educação socioemocional e suas implicações no contexto escolar: uma revisão de literatura.** Psicol. educ., São Paulo, n. 49, p. 49-56, dez. 2019.

DAMÁSIO, B. F.; **Mensurando Habilidades Socioemocionais de Crianças e Adolescentes: Desenvolvimento e Validação de uma Bateria (Nota Técnica).** Trends in Psychology, v. 25, n. 4, p. 2043–2050, out. 2017.

VIEIRA, S. T.; KRAEMER, C.; **A contribuição da educação infantil no repertório de habilidades sociais de crianças de 4 e 5 anos de idade. Revista Tempos e Espaços em Educação** 2022.

Z. A. P. Del Prette, A. Del Prette, **Habilidades sociais: Conceitos e campo teórico-prático**: 2006.

SILVA, B. B. D. C; FERREIRA, M. C. P. L. **Educação socioemocional na escola.**
In: VIII Mostra Científica do Curso de Pedagogia, v 5, n. 1, Anais, 2020.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# O FIM DA GUERRA FISCAL ENTRE OS ESTADOS DEVIDO A REFORMA TRIBUTÁRIA, MAS E AS EMPRESAS?

Cila Gomes Mendes[1]
Carlos Luan Lima Maciel[2]
Matheus Lima Maia[3]
Letícia Mendes de Sousa[4]
Thamiris Gabriele Bernardo da Costa[5]

**RESUMO**
O presente trabalho abordará a situação das empresas que recebem benefícios fiscais, mas que terão que se adaptar sem estes em virtude da promulgação da Emenda Constitucional n° 132/2023. Com isso, se extrai a relevância da discussão, pois envolve diretamente o setor econômico e os entes federativos, haja vista que a problemática é resultado de uma tentativa para extinguir a "Guerra Fiscal". Sendo a implementação do IVA Dual essencial para tanto. Logo, se buscará a compreensão de cada um desses eventos, por intermédio de pesquisas em doutrinas e artigos científicos, para assim, se apontar que os benefícios fiscais, apesar de terem seus aspectos positivos para as atividades empresariais, devem ser vistos sob a efetividade de sua função extrafiscal, tendo a reforma tributária sido assertiva em tentar modificar um cenário que pouco desestimulava o desequilíbrio econômico regional. Assim sendo, com a implementação daquele modelo, principalmente com o imposto sobre bens e serviços, será possível encontrar um fim para as "guerras fiscais", bem como, as empresas conseguirão se adaptarem às novas sistemáticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Benefícios fiscais; Iva Dual; Sistemática de destino.

## INTRODUÇÃO

A legislação tributária brasileira contou com a última reforma nessa área em 1966, embora a Constituição Federal tenha atribuído nova visão sobre ela. De toda forma, os anos mostraram que os entes federativos se tornaram reféns da "guerra fiscal", a qual acaba por produzir uma concentração de renda, piorando o desequilíbrio econômico das distintas regiões (BASTOS; MEDINA; SARTORI, 2023). Assim, com a aprovação da Emenda Constitucional n° 132/2023, o Legislador, com a adoção do modelo IVA Dual, permitiu uma provável

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: cilagm0121@gamil.com.
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: carlosluanmaciel@gmail.com.
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: matheus200991@gmail.com.
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: sousaleticia0808@gmail.com.
[5]FACULDADE VIDAL: e-mail: tgabrielecosta@gmail.com.

mudança a ocorrer durante a próxima década. Isto, pois, não será mais possível a concessão de benefícios fiscais para atrair investimento ou empresas.

Nessa esteira, torna-se relevante a discussão de como essa decisão irá afetar as atividades empresariais, haja vista que envolve diretamente o setor econômico, não sendo a intenção de a Emenda inviabilizar o mercado. E, apesar dos incentivos serem bons para os empreendedores, o retorno de seu alcance para a sociedade (função extrafiscal) tem-se verificado controverso, razão pela qual as mudanças foram realizadas. Portanto, busca-se compreender a implementação do modelo Iva Dual e como ele será capaz de extinguir a "Guerra Fiscal", além do impacto disso nas empresas que recebem os benefícios fiscais.

## METODOLOGIA

A elaboração do presente trabalho recorreu a uma pesquisa em doutrinas jurídicas e artigos científicos para compreender o que seria a "guerra fiscal" no Brasil e como a reforma tributária objetivou resolver essas situação. Observando, inclusive, o seu impacto nas atividades empresariais que recebem incentivos fiscais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A reforma tributária, materializada na Emenda Constitucional n° 132/2023, trouxe diversas alterações para a legislação até então vigente, especialmente com a adoção do "imposto sobre valor agregado", o IVA. A esse respeito, nota-se que o Legislador optou pelo IVA Dual, oriundo do modelo canadense, o qual implica em um tributo dos Estados e Municípios (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS[6]) e outro para a União (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS[7]). Nesse sentido, Mattei (2023, p. 3) narra que, de forma genérica, o modelo está sendo chamado de IVA Dual "porque buscará diversos tributos com distintas competências (federal, estadual e municipal)". De toda forma, o IVA brasileiro irá englobar uma não cumulatividade mais ampla[8], isto é, será possível abater o valor já cobrado e pago a título de imposto nas relações anteriores da cadeia produtiva.

---

[6] Este irá englobar os atuais Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto Sobre Serviço (ISS).

[7] Este irá se referir ao PIS, COFINS e ao IPI.

[8] A não cumulatividade é uma garantia de que o contribuinte obterá o creditamento do tributo sobre todas as aquisições, direitos e serviços. Nesse sentido, explica Alexandre (2021, p. 718): "A não cumulatividade é técnica que tem por objetivo limitar a incidência tributária nas cadeias de produção e circulação mais extensas, fazendo com que, a cada etapa da cadeia, o imposto somente incida sobre o valor adicionado naquela etapa. Assim, ao final da cadeia, o tributo cobrado jamais será maior que o valor da maior alíquota, multiplicado pelo valor final do produto."

Ademais, ele irá se apresentar de forma gradativa, uma vez fixado um período de transição para a sua implementação, já com a estipulação de alíquotas distintas (MATTEI, 2023)[9]. Isto posto, uma das consequências dessa implementação, teoricamente, será o fim da guerra fiscal entre os Estados que concedem incentivos fiscais para atraírem investimentos e/ou empresas[10]. Sobre ela, impende destacar a sua causa, ou seja, a política tributária adotada anteriormente que ocasionou um desequilíbrio regional, possibilitando disputas acirradas entre os entes federativos. Consoante, Mattei (2023) explica que a existência dos diversos tributos federais e as alíquotas diferentes dos tributos estaduais, permitiu contradições e vantagens indevidas, acarretando em um sistema de tributação ineficiente e desigual.

Note-se que a mitigação dessa problemática será viabilizada com a efetiva implementação do IBS, o qual fará jus à sistemática de destino, ou seja, a cobrança do tributo será realizada no Estado consumidor, e não mais no momento da produção[11]. Sobre essa sistemática, Calcicolari (2006, p.19) elucida que "[...] a tributação no destino afastaria a necessidade do mecanismo de compensação visto que, somente no momento da transmissão ao consumidor final, haveria a incidência do imposto". Assim, é a adoção dessa medida que irá repercutir na já mencionada "guerra fiscal", pois, não mais subsistirá meio legal para que determinado local seja favorecido em detrimento de outros.

Dessa forma, embora esteja estabelecida a impossibilidade de novas concessões dos incentivos/benefícios, o que dará mais liberdade para os empreendedores escolherem a região para se desenvolverem isso também gerará um provável impacto negativo em algumas das economias locais que se valiam desse tipo de medida para fomentar o mercado interno; bem como, afetará a própria situação das empresas beneficiadas. Não à toa, no estudo desenvolvido por Soeiro e De Alencar (2023), no qual se analisou 73 (setenta e três) empresas

---

[9] Sobre isso, Mattei (2023, p. 6) esclarece: "No geral, o SF [Senado Federal] manteve a aprovação da criação dos IVAs conforme deliberação da CF, porém com diversas alterações. (...) Foram redefinidas diversas alíquotas de tributos para a fase de transição, destacando-se que em 2026 o IVA Federal (CBS) terá alíquota de 0,9%, enquanto o IVA compartilhado entre estados e municípios (IBS) terá alíquota de 0,1%, patamar que será igual também no ano de 2027 e que terá elevação paulatina até o ano de 2032, uma vez que em 2033 tanto o ICMS e o ISS serão extintos. (...) Além disso, no texto aprovado pelo SF [Senado Federal] foi inserido um mecanismo que dará maior percentual de tributos arrecadados com o IBS para os estados e municípios que aumentarem suas arrecadações ao longo do tempo."

[10] Bastos, Medina e Sartori (2023, p. 20) elucidam como os entes federativos costumam atuar, eis: "Municípios o fazem através de isenções do ISS enquanto Estados buscam atrair empresas ou investimentos por meio de isenções de seu ICMS, transferindo para o Estado de destino um crédito que não foi tributado."

[11] A tributação no Brasil, que esteve vigente desde 1966, se fundamentava na cobrança do tributo no local de produção, ocasionando uma concentração regional de renda. Nesse sentido, Bastos, Medina e Sartori (2023, p. 18) pontuam: "Um imposto cobrado na origem significa que o ônus vai para quem produziu o bem ou serviço e não, necessariamente, para quem ou onde ele foi consumido. Sua arrecadação retorna para onde foram produzidos, favorecendo esses locais, em detrimento de onde é realizado o consumo. Isso estimula a guerra fiscal".

nordestinas que contavam com a premiação 'Valor 1000'[12], contempladas com os benefícios fiscais[13], os autores defenderam que a existência destes são essenciais para o bom desenvolvimento delas, sendo uma fonte razoável para impulsionar o seu crescimento sadio, de maneira que

> os incentivos fiscais desempenham um papel crucial no ambiente empresarial, oferecendo benefícios que impulsionam o desempenho e a competitividade das organizações. A presença desses incentivos fiscais proporciona às empresas do Nordeste uma série de vantagens, permitindo-lhes reduzir sua carga tributária e direcionar recursos adicionais para áreas estratégicas, como investimentos em infraestrutura, tecnologia e capacitação de pessoal. Essa capacidade de investimento adicional confere às empresas uma vantagem competitiva, possibilitando-lhes alcançar resultados financeiros sólidos e cumprir os critérios exigidos para ingressar no ranking (SOEIRO; DE ALENCAR, 2023, p. 17052).

Isto posto, percebe-se que as guerras fiscais impulsionadas nos últimos anos possibilitaram um cenário positivo para as atividades empresariais. E, nessas, o interesse privado não se sobressai por completo, pois, reflexos das suas instalações são sentidos em regiões que, em um primeiro momento não seriam consideradas atrativas para grandes ou médios empreendimentos. Todavia, Sousa Júnior (2023) aponta que parte dos incentivos fiscais brasileiros no setor industrial não atingiram os objetivos pretendidos, sendo constatada uma maior vantagem competitiva em favor dos beneficiados, resultando no fortalecimento de monopólios, oligopólios e ambientes de corrupção público-privada, sem notar-se um aumento de competitividade ou ganhos para o consumidor.

Semelhantemente, Braz e Irffi (2023) constataram, ao examinarem a base de dados de incentivos fiscais aprovados pela Sudene, de 2011 a 2021, que os efeitos destes se concentram em municípios já desenvolvidos, culminando no aumento de disparidades econômicas no interior da região nordestina. Inclusive, eles acrescentam que, apesar de existir evidências sobre o aumento de emprego e renda dos municípios, o objetivo atinente a redução das desigualdades intrarregionais não é atendido. Desta feita, esse posicionamento reforça a necessidade de mitigar as disputas fiscais.

---

[12] Sobre essa premiação, Assis (2023, *online*) conceitua-a como sendo uma "relação das melhores empresas em diferentes segmentos no Brasil. O ranking é elaborado por diversos profissionais do jornal Valor Econômico, junto ao Serasa Experian e o Centro de Estudos em Finanças da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, por meio de uma série de indicadores de performance empresarial."

[13] Ainda, com relação aos benefícios fiscais, Sousa Júnior (2023) explica que além de serem adotados como uma forma para intervir indiretamente na economia, atraindo capital ou direcionando a atividade econômica, eles também possibilitam ganhos sociais, sendo um atrativo para os Estados. Semelhantemente, Braz e Irffi (2023, p. 3) discorrem que eles "são mecanismos usados para estimular os empreendimentos locais através de deduções de tributos, em contrapartida, as empresas beneficiadas devem executar projetos de investimentos ou serem vistas como essenciais para o desenvolvimento local."

Por fim, os efeitos positivos da implementação da reforma tributária não podem ser ignorados. Especialmente ao considerar que a redução das isenções favorece os beneficiários de serviços públicos, dada a maior arrecadação, desfavorecendo as empresas que se valem da ameaça de deslocalização; bem como, aumenta a taxação dos entes federativos que consomem a produção concentrada do Centro-Sul (BASTOS; MEDINA; SARTORI, 2023). E, embora Sousa Júnior (2023, p. 117) alerte que "a eliminação dos benefícios fiscais sem a correção primeiramente dos problemas fiscais estruturais, provavelmente ocasionaria ainda mais prejuízos, pois poderia inviabilizar a atividade econômica", é de se levar em consideração o período de transição para as adaptações devidas, uma vez que o IBS passará a ser cobrado em 2026 e apenas em 2033 serão extintos o ICMS e o ISS[14].

## CONCLUSÃO

Face ao exposto, torna-se possível extrair que a "guerra fiscal" entre os entes federativos não se mostra como um evento a potencializar o desenvolvimento regional. Assim como, o Brasil, ao admitir a concessão de benefícios fiscais não se manteve fiscalizador das contrapartidas que esses deveriam acarretar, ou seja, dos resultados que deveriam produzir não apenas para uma parcela local, mas de forma mais generalizante. Logo, aliando as visões dos últimos autores que abordaram sobre a dificuldade de atingir o retorno social (função extrafiscal) dos incentivos concedidos, compreende-se que a nova formalização do sistema tributário poderá produzir bons resultados.

E, embora seja necessário considerar a visão das empresas, o Legislador, ao prever o período de transição nos arts. 22 e 23 da EC n.132/2023, possibilitou aos empreendedores tempo hábil para se adaptarem e buscarem meios alternativos para não sofrerem com a ausência dos incentivos. Desta feita, mesmo com a repercussão significativa das alterações legislativas, verifica-se a importância, como um todo, da nova sistemática tributária, a fim de simplificar as medidas já praticadas.

Enfim, compreende-se a introdução do modelo Iva Dual na legislação tributária brasileira, além de como este irá possibilitar a extinção da "Guerra Fiscal" entre os entes federativos. Especialmente com a implementação do IBS, mediante a sistemática de destino. Sendo que, os benefícios fiscais, com fundamento em dois estudos, não estavam conseguindo

[14] Sobre isso, a Agência Senado dispôs: "Há três prazos nas regras de transição: o primeiro, para os contribuintes, terá duração de sete anos (2026 a 2033), durante os quais o IBS será implementado gradualmente e os tributos substituídos serão reduzidos até serem extintos. Um segundo prazo refere-se à partilha federativa e durará 50 anos, de forma a garantir à União, estados e municípios uma participação na arrecadação semelhante à atual, além de prever uma transição gradual para a divisão baseada exclusivamente no princípio do destino. A extinção do IPI, o terceiro prazo da PEC, deverá ocorrer até 2033."

atingir os seus objetivos de forma adequada. Logo, a alteração legislativa pode produzir bons resultados, ainda mais, em virtude do período de transição para a cobrança integral dos novos impostos ser gradativa durante a próxima década, período razoável para que as empresas se adaptem às novas exigências.

## REFERÊNCIAS


ALEXANDRE, Ricardo. **Direito tributário**. 15. ed. rev., atual, e ampl. - Salvador - Ed. JusPodivm, 2021.

ASSIS, Marcell. **A Premiação Valor 1000 e sua relação com o ESG**. MOORE, 2023. Disponível em: https://www.moorebrasil.com.br/blog/a-premiacao-valor-1000-e-sua-relacao-com-o-esg/. Acesso em 10 mai. 2024.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; MEDINA, Lucas; SARTORI, Rodolpho. Um passo necessário, mas insuficiente: Sobre a primeira fase da reforma tributária no Governo Lula. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 12, n. 24, p. 11-37, 2023.

BRAZ, Marleton Souza; IRFFI, Guilherme. **Impactos dos incentivos fiscais da Sudene sobre o mercado de trabalho local.** XXVIII Encontro Regional de Economia. Fortaleza. Anais, Fortaleza, Anpec, 2023.

CALCIOLARI, Ricardo Pires. **Aspectos jurídicos da guerra fiscal no Brasil**. Caderno de Finanças Públicas, n. 7, p. 5-29, 2006.

MATTEI, Lauro. Caminhos e descaminhos para aprovação da reforma tributária no Brasil. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 12, n. 24, p. 1-10, 2023.

SOEIRO, Wedlane Carvalho; DE ALENCAR, Rafael Vieira. O PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA NO BRASIL À LUZ DOS BENEFÍCIOS FISCAIS: UMA ANÁLISE DOS POTENCIAIS IMPACTOS NA REALIDADE DAS EMPRESAS DO NORDESTE DO BRASIL DETENTORAS DE BENEFÍCIOS FISCAIS. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 10, p. 17038-17059, 2023.

SOUZA JÚNIOR, Elias Charamba de. Benefícios Fiscais e a Concorrência: entre o Sistema Antitruste Europeu e o Brasileiro. **Revista Direito Tributário.** Atual n. 55. ano 41. p. 105-132. São Paulo: IBDT, 3º quadrimestre 2023.

VEJA os principais pontos da Reforma Tributária proposta por Braga. **Agência Senado**, 2023. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/10/25/veja-os-principais-pontos-da-reforma-tributaria-proposta-por-braga. Acesso em 10 mai. 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# O IMPACTO DA SÍNDROME DO TÚNEL DO CARPO NA SAÚDE DE TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO: REVISÃO DE LITERATURA

Diego Remigio Peixoto [1]
Carlos Eduardo Gomes Silva[2]
Flávio José Neto Campos [3]
Mariana Machado Costa [4]
Talita Rodrigues Gadelha [5]

## RESUMO

A Síndrome do Túnel do Carpo (STC) é definida pela compressão do nervo mediano no punho, devido ao aumento da pressão no túnel do carpo. É a doença de compressão de nervo periférico mais prevalente, afetando milhares de cidadãos em todo o mundo O uso de dispositivos de informação e comunicação como computador, notebook e celulares aumentou rapidamente nos últimos anos, resultando em um aumento de lesões nas extremidades superiores ou distúrbios musculoesqueléticos. O objetivo desse estudo é analisar os fatores de riscos e o impacto da STC na saúde de trabalhadores de escritório. Esse estudo trata-se de uma revisão de literatura, utilizou-se das seguintes bases de dados, Scielo, BVS e PubMed, durante as buscas priorizou-se estudos dos anos de 2019 a 2024, estornaram como resultado cerca de 2.749 estudos sobre STC, estabelecidos os critérios de inclusão e exclusão dos estudos, após a análise do título e resumo, vários artigos foram eliminados, chegando ao total de quatro artigos. Os descritores utilizados foram, síndrome do túnel do carpo e trabalho. Resultados obtidos em nosso estudo evidenciam que sedentarismo e esforço repetitivo foram responsáveis pela sintomatologia relatada, além da não utilização de práticas ergonômicas no ambiente de trabalho. Portanto, compreende-se o desenvolvimento da síndrome do túnel do carpo em pessoas que trabalham muitas horas em escritórios, utilizando de computadores, é de origem multifatorial, principalmente em mulheres. Porém, o estudo apresentou alto índice de desenvolvimento da STC em trabalhadores que não possuem treinamento ergonômico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Síndrome do túnel do carpo; Trabalho; Doenças Ocupacionais.

[1]FACULDADE VIDAL: diegopeixotofocus@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: carloseduardogamossilva12345@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: flaviocampos964@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: marianacmachado4@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: talita.r.g@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

A síndrome do Túnel do Carpo (STC) é definida pela compressão do nervo mediano no punho, devido ao aumento da pressão no túnel do carpo. É a doença de compressão de nervo periférico mais prevalente, afetando milhares de cidadãos em todo o mundo. A prevalência da STC tem sido relatada como sendo cerca de 5% na população em geral. Os fatores de risco para STC incluem repetidos e excessivos uso do pulso e da mão, posturas inadequadas, peso levantamento e vibrações, bem como preditores pessoais como sexo feminino, obesidade, idade avançada e tabagismo FENG et al. (2021).

Dentro do pulso há uma espécie de arco – o túnel do carpo. Este túnel é por onde passam o tendão e o nervo responsáveis pela flexão dos dedos. Os tecidos dentro do túnel do carpo podem ficar inflamados e inchados se os pulsos forem repetidos repetidamente da mesma maneira. O nervo é então comprimido no túnel do carpo, o que resulta em dormência, formigamento e outros sintomas da síndrome do túnel do carpo (DEMISSIE et al., 2023).

O uso de dispositivos de informação e comunicação como computador, notebook e celulares aumentou rapidamente nos últimos anos, resultando em um aumento de lesões nas extremidades superiores ou distúrbios musculoesqueléticos (LME) (DEMISSIE et al., 2023).

De acordo com FENG et al. (2021), a STC relacionado ao trabalho de escritório foi relatado que a prevalência varia de quase 5.000 a 7.500 por 100.000 indivíduos. É a principal causa de incapacidade e um encargo financeiro significativo para empregados e empregadores (DEMISSIE et al., 2023).

O objetivo desse estudo é analisar os fatores de riscos e o impacto da STC na saúde de trabalhadores de escritório.

## METODOLOGIA

Esse estudo trata-se de uma revisão de literatura, utilizou-se das seguintes bases de dados, Scielo, BVS e PubMed, durante as buscas priorizou-se estudos dos anos de 2019 a 2024, estornaram como resultado cerca de 2.749 estudos sobre STC, estabelecidos os critérios de inclusão e exclusão dos estudos, após a análise do título e resumo, vários artigos foram eliminados, chegando ao total de quatro artigos. Os descritores utilizados foram, síndrome do túnel do carpo e trabalho. Com base no DeCS.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Averiguou-se os principais resultados dos artigos escolhidos.

| AUTORES/ANOS | OBJETIVOS | PRINCIPAIS RESULTADOS |
|---|---|---|
| ÇUPI *et al.,* 2023 | Analisar de forma abrangente os fatores de risco ocupacionais e não ocupacionais associados com STC e como eles afetam os operadores de computador. | A maioria tem excesso de peso ou obesidade, tem um estilo de vida pouco saudável (incluindo tabagismo, elevado consumo de álcool, inatividade física) e sofre de hipertensão e distúrbios das glândulas endócrinas (diabetes ou doenças da tiróide). A duração total do trabalho com computador (em meses, horas ou ambos) se correlaciona negativamente com o uso de dispositivos ergonomicamente projetados, exercícios manuais e treinamento para um trabalho seguro e saudável com computadores, relatado por 40% dos participantes. O esforço físico intenso com braços/mãos no trabalho não foi realizado por muitos participantes, mas outros trabalhos repetitivos com as mãos, além do trabalho no computador, foram relatados por cerca de metade deles. |
| DEMISSIE *et al.,* 2023 | Determinar a magnitude e seus fatores associados de STC entre banqueiros usuários de computador na zona sul de Gondar, noroeste da Etiópia. | Dos 422 banqueiros entrevistados, 11,7% relataram STC, entre homens (7,6%) e mulheres (13,7%). A repetição de movimentos, não praticar exercícios físicos regularmente, não receber treinamento em ergonomia, tabagismo, consumo de álcool e uso de computador por mais de oito horas por dia foram associados à STC. |
| ESTIVALET *et al.,* 2020 | Identificar os principais sintomas da síndrome compressiva e o impacto da doença nas desordens da(s) extremidade(s) superior(es) em relação ao desempenho ocupacional. | Os principais sintomas dor, sendo a queixa principal de todos eles, além da parestesia – dormência e formigamento. Outros sintomas foram a alteração de sensibilidade, geralmente marcada pela hipoestesia, que se trata da diminuição ou perda da sensibilidade; além da fraqueza muscular na mão, especialmente no território de inervação do nervo mediano. O sinal menos referido foi o edema. |
| FENG *et al*., 2021 | Investigar a prevalência da STC e sintomas envolvendo as regiões do | Entre os casos de STC clinicamente confirmados, mais da metade apresentava dor nos punhos e nas mãos, 60% apresentava dormência nos punhos e nas mãos e 32% |

| | | |
|---|---|---|
| | punho e da mão entre trabalhadores oficiais na China e para identificar riscos potenciais fatores para o desenvolvimento de sintomas de STC nesta população trabalhadora. | relataram formigamento durante o dia. Trinta por cento experimentaram dormência ou formigamento durante a noite e 16% foram acordados durante a noite por dormência ou formigamento nas últimas duas semanas. Quase 10% dos casos reclamaram de dificuldade para segurar ou usar pequenos objetos. Entre 4,3 e 18,5% dos diagnosticados com STC clínica relataram dificuldade em realizar atividades diárias, incluindo escrever, abotoar, segurar coisas, fazer tarefas domésticas, abrir bonés, carregar, tomar banho e vestir-se; mais de 15% tiveram dificuldade em segurar um livro, fazer tarefas domésticas ou carregar sacolas de compras |

De acordo com ÇUPI et al. (2023) fatores não ocupacionais, incluindo outros trabalhos repetitivos com punho/mão, podem agravar os sintomas relacionados à STC. Outros fatores não ocupacionais são contribuintes para a gravidade dos sintomas da síndrome, incluindo sexo feminino, idade, histórico familiar, IMC, tabagismo, consumo de álcool, inatividade física, diabetes e hipotireoidismo, hipertensão e, consistentemente, marcadores laboratoriais de distúrbios metabólicos e inflamação.

A STC é uma das causas comum de licenças por doença, pensões de invalidez e pedidos de indenização, criando um fardo económico substancial (ÇUPI et al., 2023). Descobriu-se que o uso intenso de um computador e o trabalho sem pausas estão associados ao aumento da prevalência de sintomas nos punhos e nas mãos. Esse uso prolongado do computador foi um fator de risco para dores nos punhos e nas mãos. A obesidade tem também foi identificado como um fator agravante para STC (FENG et al., 2021).

Constatou-se também uma correlação entre os registros sensoriais do nervo ulnar no dedo anular e o agravamento da STC, incapacidade e fatores de risco, o que apoia outros estudos que evidenciam o envolvimento moderado comum do nervo ulnar nas apresentações clínicas da STC, ou que o trabalho no computador está associado à compressão do nervo ulnar no cotovelo (síndrome do túnel cubital) e no punho (síndrome do canal de Guyon) devido à compressão repetitiva, apoiar-se nos cotovelos ou pulsos durante o trabalho com um mouse ou teclado (ÇUPI et al., 2023).

“Sabe-se que o comprometimento bilateral é o mais comum na STC, em mais de 50% dos casos, sendo que a mão dominante é, usualmente, a primeira e mais intensamente envolvida” (ESTIVALET et al., 2020).

De modo geral, o quadro clínico da STC consiste em queixas de dor em posições de flexão ou extensão forçadas; ou parestesias, como dormência e formigamento, no trajeto do nervo mediano, com piora noturna; presença de pelo menos um dos exames clínicos positivos ou evidência de atrofia da região tênar. Há, também, casos com presença de edema. No estágio precoce da síndrome compressiva, tem-se uma caracterização de sintoma unicamente noturno devido ao aumento da pressão intratúnel, que pode ocorrer por diferentes motivos, dentre eles a tendência em posicionar o punho em flexão e o aumento da pressão arterial na segunda metade da noite. Percebeu-se que a dor interfere no sono, seja por não conseguir dormir ou acordar durante a noite por conta da dor (ESTIVALET et al., 2020).

A prevalência de STC foi maior entre participantes com idade entre 30 e 45 anos e > 45 anos, com risco 6,5 e 16,9 vezes maior de STC do que com menos de 30 anos. O risco de STC entre participantes que fumavam cigarro foi 4,2 vezes maior do que entre não fumantes. O tabagismo está associado à diminuição do fluxo sanguíneo, ao estresse oxidativo e à inflamação sistêmica, que podem deteriorar os nervos periféricos e torná-los mais suscetíveis a neuropatias de compressão (DEMISSIE et al., 2023). Os participantes que não receberam treinamento em ergonomia tiveram 5,2 vezes mais probabilidade de desenvolver STC do que aqueles que o fizeram. O treinamento em ergonomia pode ajudá-los a obter informações importantes sobre as medidas de segurança a serem tomadas durante o trabalho, a gravidade dos sintomas e o estado funcional da síndrome do túnel do carpo podem ser reduzidos (DEMISSIE et al., 2023).

## CONCLUSÃO

Portanto, compreende-se o desenvolvimento da síndrome do túnel do carpo em pessoas que trabalham muitas horas em escritórios, utilizando de computadores, é de origem multifatorial, principalmente em mulheres. Porém, o estudo apresentou alto índice de desenvolvimento da STC em trabalhadores que não possuem treinamento ergonômico.

## REFERÊNCIAS

ÇUPI, Blerim et al. **Occupational and non-occupational risk factors correlating with the severity of clinical manifestations of carpal tunnel syndrome and related work disability among workers who work with a computer.** Arhiv za higijenu rada i toksikologiju, v. 74, n. 4, p. 252-272, 2023.

DEMISSIE, Biruk et al. **Carpal tunnel syndrome and its associated factors among computer user bankers in South Gondar Zone, Northwest Ethiopia, 2021: a cross sectional study.** BMC Musculoskeletal Disorders, v. 24, n. 1, 2023.

ESTIVALET, Kátine Marchezan et al. **Interferência dos sintomas da síndrome do Túnel do Carpo no desempenho ocupacional.** BrJP, v. 3, p. 234-238, 2020.

FENG, Beibei et al. **Prevalence and risk factors of self-reported wrist and hand symptoms and clinically confirmed carpal tunnel syndrome among office workers in China: a cross-sectional study.** BMC public health, v. 21, n. 1, p. 57, 2021.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# O IMPACTO DO ENSINO SOCIOEMOCIONAL NA SAÚDE MENTAL DOS ALUNOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA.

Érica Larissa Moura Carneiro de Lima[1]
Edilene da Silva Silvério [2]
Sanderis Aline Saldanha Lima [3]

## RESUMO

Nos últimos anos há um aumento notável no interesse pelos programas de desenvolvimento de competências socioemocionais implementados em escolas. Esta emergente tendência, embora recente, demonstra resultados promissores como a mudança nas novas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular que abordam sobre as competências socioemocionais como fator de proteção à saúde mental. O presente artigo pretende realizar uma revisão de literatura com o objetivo de encontrar, descrever e analisar publicações que relatem a importância da educação socioemocional em escolas e como elas impactam na saúde mental dos alunos. Os resultados obtidos mostram que o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e o gerenciamento de emoções pode influenciar positivamente o bem-estar psicológico dos estudantes. Portanto, pode - se concluir que educação socioemocional se faz importante como ferramenta para uma melhor adaptação da criança ao seu contexto, desenvolvendo a longo prazo uma melhor autoestima e empatia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino socioemocional; Saúde mental; Habilidades sociais; Educação emocional.

## INTRODUÇÃO

No cenário educacional atual, as crianças e os adolescentes frequentemente enfrentam desafios emocionais e comportamentais que podem afetar significativamente seu desenvolvimento e bem-estar. Segundo Maria Fernanda Cid (2019), doutora em Terapia Ocupacional, a relação entre saúde mental e educação é enfatizada ao abordar como o desempenho acadêmico pode ser impactado pela saúde emocional e social dos alunos.

A presença de dificuldades psíquicas na infância e adolescência também é associada à continuidade desses problemas ao longo da vida adulta, evidenciando a importância de intervenções precoces. Desta forma, é importante criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento saudável das crianças, bem como uma maior integração entre escola, família

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: ericalariisa3@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: edilenesilverio@hotmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: sanderis_aline@hotmail.com

e comunidade para abordar adequadamente as questões relacionadas à saúde mental na educação.

Neste contexto, intervenções baseadas em educação socioemocional, direcionadas a problemas específicos como bullying, dificuldades de aprendizagem e fracasso escolar, têm demonstrado eficácia na promoção da saúde mental. Para Pierre Motta e Patrícia Romani (2019), essas intervenções têm sido associadas à redução do estresse e de sintomas depressivos, além de melhorias no autoconceito, na autorregulação, no desempenho acadêmico e no desenvolvimento de competências sociais e emocionais.

Esses resultados destacam a importância de abordagens educacionais que considerem aspectos socioemocionais para promover o bem-estar e o sucesso escolar dos alunos e entre elas temos a educação socioemocional. Esta, por sua vez, é

> "é o processo de adquirir habilidades necessárias para reconhecer e gerenciar emoções, desenvolver cuidado e preocupação com outros, estabelecer relações positivas, tomar decisões responsáveis e manejar situações desafiadoras de forma eficaz" (MOTTA, ROMANI, 2019).

Compreender a importância da educação socioemocional na escola vai além da simples transmissão de conhecimento, pois envolve o desenvolvimento de habilidades essenciais para o sucesso acadêmico e na vida diária, como lidar com emoções, resolver conflitos e tomar decisões responsáveis. Integrar o desenvolvimento socioemocional nas práticas pedagógicas promove um ambiente escolar mais saudável, capacitando os alunos a enfrentar desafios com resiliência.

Considerando o contexto da educação brasileira, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) inseriu em suas habilidades a educação socioemocional a fim de contribuir para a qualidade de vida das crianças e do ambiente escolar como um todo. De acordo com os professores da Universidade Federal de Goiás, Marina Canettierii, Jordana Paranahybaii e Soraya Santos (2021), a BNCC trouxe à tona a necessidade de pensar e implementar ações educativas voltadas para as habilidades socioemocionais no ambiente escolar.

A introdução das competências socioemocionais na BNCC reflete uma preocupação em promover uma educação mais abrangente, capacitando os alunos não apenas academicamente, mas também para lidar com desafios emocionais e sociais. Essa inclusão marca um avanço na compreensão do papel das emoções no desenvolvimento humano e na formação integral dos estudantes. Isto é, reconhecendo que as habilidades socioemocionais são fundamentais para o sucesso dos alunos não apenas na escola, mas também na vida cotidiana e profissional.

O termo “aprendizagem socioemocional” e seus primeiros fundamentos tiveram origem no ano de 1994, nos Estados Unidos, com a criação do CASEL — Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning — que, livremente traduzido, seria Colaboração para Aprendizagem Acadêmica, Social e Emocional. De acordo com o CASEL (1994):

> O aprendizado socioemocional é o processo pelo qual todas as pessoas jovens e adultos adquirem e aplicam o conhecimento, as habilidades e atitudes para desenvolverem identidades saudáveis, administrar emoções e alcançar metas pessoais e coletivas, sentir e demonstrar empatia pelos outros, estabelecer e manter relações solidárias e tomar decisões responsáveis e cuidadosas. (CASEL, 1994)

Com este trabalho de revisão sistemática de literatura sobre o ensino de habilidade socioemocionais, objetiva-se encontrar, descrever e analisar publicações que relatem a importância da educação socioemocional em escolas e como elas impactam na saúde mental dos alunos.

## METODOLOGIA

Para produzir uma revisão de literatura sobre o impacto do ensino socioemocional na saúde mental dos alunos, começamos pela definição da pesquisa em investigar os efeitos de programas socioemocionais nas habilidades emocionais dos estudantes. Em seguida, utilizamos fontes acadêmicas relevantes, incluindo bases de dados como Google Acadêmico, empregando palavras-chave como "ensino socioemocional" e "saúde mental". Estabelecemos critérios claros para inclusão e exclusão de estudos, como foco em programas direcionados a alunos do ensino fundamental anos finais. Após a busca e triagem dos artigos, analisamos cuidadosamente os estudos selecionados, extraindo informações sobre métodos e resultados. Por fim, sintetizamos os achados discutindo suas implicações para a saúde mental dos alunos do ensino fundamental que têm acesso a programas de ensino emocional.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Ministério da Educação (2024), por meio da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), estabeleceu a inclusão da educação socioemocional como um tema obrigatório nos currículos das escolas. De acordo com o documento, são definidas dez habilidades socioemocionais a serem desenvolvidas com os estudantes, as quais são agrupadas em cinco competências gerais: autoconhecimento, autogerenciamento, tomada responsável de decisões, habilidades de relacionamento e consciência social.

Desta forma, a partir das leituras realizadas entendemos que ao privilegiar habilidades relacionadas à autogestão de comportamentos e emoções, essa abordagem impacta positivamente a relação do indivíduo consigo mesmo e com o mundo ao seu redor. Essa prática estimula o autoconhecimento, aumentando a capacidade de autocontrole, autoconfiança e autonomia, além de outras habilidades intrapessoais. Além dos benefícios comportamentais, os estudantes que recebem educação socioemocional demonstram melhor desempenho acadêmico.

Concordamos com a professora Ana Paula Wendling (2019) quando afirma que desenvolvimento emocional é um processo de construção pessoal, altamente influenciado pelo meio. Por isto é muito importante que não somente as escolas, mas as famílias e a sociedade como um todo, dediquem mais atenção ao treinamento emocional dos seus indivíduos. Vale ressaltar que para trabalhar com os sentimentos e as emoções dos alunos é preciso envolvê-los em várias práticas que estimulam a inteligência emocional.

Para o desenvolvimento das ações de educação emocional, encontramos na literatura analisada os cinco pilares da inteligência emocional, difundido por Daniel Goleman, psicólogo, escritor e PhD da Universidade de Harvard. Estes são a autoconsciência, capacidade de analisar as emoções e prever reações; a autorregulação, controle das emoções durante tensão; a automotivação, uso das emoções de forma adequada; a empatia, habilidade de se colocar no lugar do outro e; as habilidades Sociais, manutenção de boas relações.

Esses cinco pilares da inteligência emocional, como definidos por Goleman (2011), representam competências que podem ser desenvolvidas ao longo da vida e que impactam significativamente para o bem-estar emocional e o sucesso nas relações interpessoais e profissionais. Ou seja, o desenvolvimento dessas habilidades e gerenciamento de emoções pode influenciar positivamente o bem-estar psicológico dos estudantes.

## CONCLUSÃO

Dentre o que foi visto nas publicações analisadas, constatamos que a necessidade de integrar a educação socioemocional no contexto educacional contemporâneo é crucial para promover o desenvolvimento saudável e o bem-estar dos estudantes. A relação entre saúde mental e desempenho acadêmico destaca a importância de abordagens que considerem não apenas o conhecimento cognitivo, mas também as habilidades socioemocionais.

A inclusão da educação socioemocional na BNCC evidencia um avanço significativo na compreensão do papel das emoções na formação integral dos alunos. Essa abordagem visa

capacitar os alunos a enfrentar desafios emocionais e sociais, preparando-os não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para uma vida plena.

Nesse sentido, é fundamental que escolas, famílias e a sociedade em geral dediquem esforços para promover o desenvolvimento socioemocional dos indivíduos durante toda a vida escolar, principalmente do ensino fundamental, com o intuito de construir identidades saudáveis e facilitar o alcance de metas pessoais e coletivas.

Destarte, a educação socioemocional não só fortalece o autoconhecimento e a resiliência dos alunos, mas também contribui positivamente para a saúde mental e o desempenho acadêmico, destacando sua relevância como parte essencial do currículo educacional contemporâneo. No que se refere aos estudos acadêmicos, sugere-se a ampliação de pesquisas sobre o tema proposto, além de estudos empíricos brasileiros que possam servir de base para a implementação de projetos como os que envolvem a educação socioemocional nas políticas públicas do país.

## REFERÊNCIAS


CANETTIERI, Marina Kurotusch; PARANAHYBA, Jordana de Castro Balduino; SANTOS, Soraya Vieira. Habilidades socioemocionais: da BNCC às salas de aula. Educ. Form., Fortaleza, v. 6, n. 2, e4406, maio 2021. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2448358320210002000054&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 10 maio 2024.

CASEL. **Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning**. What is SEL? Disponível em: https://casel.org/what-is-sel/. Acesso em: 10 maio 2024.

CID, Maria Fernanda Barboza et al. **Saúde mental infantil e contexto escolar**: as percepções dos educadores. Pro-posições, v. 30, p. e20170093, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/x46ycvnxT3msphKhJm4WyjF/. Acesso em: 10 mai. 2024.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional** [recurso eletrônico] / Daniel Goleman; tradução Marcos Santarrita. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. recurso digital. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br. Acesso em: 20 out. 2023

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC/SEF, 2024. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc. Acesso em: 10 mai. 2024.

MOTTA, Pierre Cerveira; ROMANI, Patrícia Fasolo. **A educação socioemocional e suas implicações no contexto escolar: uma revisão de literatura**. Psic. da Ed., São Paulo, n. 49, p. 49-56, jul. 2019. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175352020190002000006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 maio 2024.

WENDLINGBGOMES, Ana Paula et al. **Práticas de educação emocional e saúde mental**. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV185_MD1_ID25511_TB8899_20112023191849.pdf. Acesso em: 10 mai. 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# O PAPEL DO ENFERMEIRO NO MANEJO DA ALERGIA A PROTEINA DO LEITE DE VACA EM LACTENTES DURANTE O ALEITAMENTO MATERNO

Camille Nobre Maia [1]
Ainoã De Lima Nascimento [2]
Aline Mendes Lima [3]
Ismael El-Elion Maia da Silva [4]
Jean Michel Regis Mendes[5]

**RESUMO**

A educação em saúde é um meio fundamental que dispõe do repasse de conhecimentos científicos ao indivíduo, família e coletividade acerca da saúde em sua promoção integral. No que diz respeito ao aleitamento materno, a orientação por parte dos profissionais de enfermagem deve estar presente, de modo a minimizar dificuldades e maximizar benefícios. Sendo assim, a alergia à proteína do leite de vaca (APLV) é uma das dificuldades encontradas pelas lactantes, interferindo no processo de amamentação, devido a insciência dietética. Logo, este estudo objetiva a realização de uma abordagem temática da relação entre o aleitamento materno e o encargo do enfermeiro na promoção de saúde nos impasses presentes no período de aleitação. A pesquisa foi realizada através de um levantamento bibliográfico na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) em um corte de 5 anos. Portanto, conclui-se que o lactente não deve ser prejudicado em decorrência da falta de informação do amamentador(a). Sendo assim, as instruções do enfermeiro durante a lactação são cruciais à comunidade e ao indivíduo para a continuidade do processo de forma segura e proveitosa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação em Enfermagem; Aleitamento Materno; Hipersensibilidade a Leite;

[1]FACULDADE VIDAL: Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem. e-mail: camillenobremaia@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: ainoadelima@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: alinemendes.0410@gmail.com
[44]FACULDADE VIDAL: Acadêmica do Curso de Graduação em Fisioterapia. e-mail: ismaelelelelion252432@gmail.com
[5]Fisioterapeuta. Mestre em Saúde e Sociedade-UERN. Professor do Curso de Graduação em Enfermagem - FAVILI e-mail: jeanmendesfisio@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O aleitamento materno é essencial para o desenvolvimento, nutrição e crescimento saudável do recém-nascido, garantindo uma série de benefícios, que segundo o Ministério da Saúde (2022) é a forma de proteção mais econômica e eficaz contra a mortalidade infantil, protegendo as crianças de diarreias, infecções, alergias, entre outras doenças. Além de favorecer o desenvolvimento cognitivo, respiratório, e o desenvolvimento da face e da fala do bebê.

Contudo, ao passo em que se começa a introdução do aleitamento materno na criança, estima-se que 1,9 a 4,9% das crianças possuem alergia à proteína do leite de vaca (APLV) (OMA, apud CARVALHO, 2022, p. 02). Ainda, segundo Alves e Mendes (2013) cerca de 2% a 5% das crianças com até um ano de idade são afetadas pela APLV.

As intervenções dos cuidados de enfermagem e da equipe multidisciplinar são cruciais no contexto da amamentação. Seu papel abrange uma gama de atividades que vão desde a educação e informação até o suporte emocional e prático a família assistida (SCHUENGUE, 2022).

Tendo em vista esses aspectos, esse estudo objetiva abordar a temática do aleitamento materno, interligando diretamente com o papel da enfermagem, bem como as dificuldades encontradas nesse processo de orientação as mães no cuidado e atenção às crianças que sofrem com a alergia a proteína do leite de vaca.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura, que, de acordo com Galvão et al. (2020), "A revisão sistemática de literatura é uma pesquisa científica composta por seus próprios objetivos, problemas de pesquisa, metodologia, resultados e conclusão. A mesma, a evita a duplicação de pesquisas ou, quando for de interesse, o reaproveitamento e a aplicação de pesquisas em diferentes escalas e contextos."

Para alcançar o objetivo proposto, realizou-se levantamento bibliográfico na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) com os descritores Aleitamento materno AND APLV, no período de 2018 a 2023. No dia 14 de abril de 2023 foi acessado o site da base de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), no qual foi desenvolvida a busca de artigos com os descritores Aleitamento materno AND APLV.

Da busca, surgiram 17 artigos, dos quais foram selecionados alguns, com base nos seguintes critérios de inclusão: Terem como descritores Aleitamento materno AND APLV; apresentarem os artigos com o texto completo na íntegra; terem sido publicados pela base de dados LILACS, conforme orientação; estarem escritos em língua portuguesa e terem sido

publicados nos últimos 5 anos. A partir da pesquisa, 3 artigos foram resultado dessa busca, sendo 1 deles publicados repetidamente no base de dados BVS, pois o mesmo apresentava o mesmo título e conteúdo.

A metodologia da coleta de dados apresentou o seguinte trâmite: após a leitura na íntegra dos 2 artigos encontrados, foi realizada uma abordagem detalhada dos principais temas que continham nos artigos, tais como, as reações apresentadas mediante a ingestão da PLV em lactentes e crianças.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

ARTIGO 1 - Fatores preditores do desfecho do Teste de Provocação Oral na Alergia à Proteína do Leite de Vaca: in natura vs. alimentos processados.

O primeiro artigo tinha como finalidade analisar crianças com alergia à proteína do leite de vaca (APLV) mediada pela IgE, submetidas ao teste de provocação oral (TPO) com alimentos processados e in natura, realizado em um ambulatório de alergia em Fortaleza, Ceará, entre outubro de 2018 e setembro de 2019. O objetivo alvo da pesquisa era comparar características clínicas, epidemiológicas e laboratoriais, buscando identificar preditores de desfecho para cada tipo de proteína. A amostra incluiu 49 crianças tolerantes ao TPO com um desses tipos de alimentos.

Com base na comparação das características clinico-epidemiológicas entre as populações tolerantes a alimentos in natura versus processados, observou-se uma predominância de dados semelhantes em ambas as categorias. Tanto o sexo masculino quanto a etnia parda foram mais comuns em ambas as amostras, assim como a idade gestacional a termo e a ausência de intercorrências durante a gestação ou parto. Quanto aos aspectos relacionados à alergia à proteína do leite de vaca (APLV), a idade de início dos sintomas, o período de aleitamento materno exclusivo e o histórico familiar de alergia alimentar foram semelhantes em ambas as populações. As principais comorbidades alérgicas também não apresentaram diferenças significativas entre os grupos, com predominância de condições respiratórias e alimentares. Esses resultados sugerem uma homogeneidade nas características estudadas, independentemente do tipo de alimento consumido, destacando a importância de investigações mais aprofundadas para compreender melhor os fatores determinantes da tolerância alimentar em crianças com alergia à proteína do leite de vaca.

ARTIGO 2 – Anafilaxia relacionada à vacina sarampo, caxumba e rubéola, Santa Catarina, Brasil, 2014 e 2015. Os objetivos desse estudo de caso consistiram em descrever os casos e verificar a frequência de anafilaxia relacionada à vacina sarampo, caxumba e rubéola

(SCR), bem como avaliar os possíveis fatores de risco associados. O mesmo, foi realizado em Santa Catarina BR, de 14 de julho de 2014 a 12 de janeiro de 2015, em crianças de um a menores de cinco anos, vacinadas com SCR e notificadas com anafilaxia, sendo os controles sem anafilaxia.

Com base nas informações coletadas, o estudo domiciliar em Santa Catarina identificou 15 casos de anafilaxia em 12 municípios, com taxas acima do esperado para doses distribuídas e aplicadas. A anafilaxia é uma reação adversa rara, podendo ser causada por vacinação (CDC, 2023). Conforme o estudo, as taxas de anafilaxia no estado, quando comparadas à literatura, apresentaram-se acima do esperado, tanto para doses distribuídas quanto aplicadas. A Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV) afetou 10,6% das crianças, número maior do que o relatado na literatura (2-7,5%). Em relação à SCR, a incidência é de um caso por 100 mil doses aplicadas.

O leite é um dos principais alimentos responsáveis por alergias em crianças, diagnosticadas com base em sintomas clínicos. O leite de vaca é uma das primeiras fontes de proteína que os bebês consomem quando substituem o leite materno, tornando-o um dos principais alérgenos alimentares, confirmando os achados do estudo. O tratamento da APLV, segundo relatos dos pais ou responsáveis, consiste em eliminar o leite da dieta.

Com base nessas informações, é importante ressaltar que uma das principais proteínas do leite de vaca implicadas na resposta alérgica é a lactoalbumina, a qual estava presente na composição da vacina (SCR). Isso sugere relação do componente na ocorrência da anafilaxia em crianças com APLV. Portanto, em conclusão do estudo, realizar pesquisas que avaliem outras características individuais, além da APLV, é essencial para identificar outras causas que possam ter causado anafilaxia nas crianças vacinadas que não tinham diagnóstico da doença.

A discussão foi realizada com base nos principais temas abordados e pertinentes à temática escolhida, sendo eles: O papel do enfermeiro no aleitamento materno e no manejo da Alergia a Proteina do Leite de Vaca em lactentes.

## O PAPEL DO ENFERMEIRO NO ALEITAMENTO MATERNO E NO MANEJO DA APLV EM LACTENTES

A alergia à proteína do leite de vaca (APLV) é o tipo de alergia alimentar mais comum, afetando de 2 a 5% das crianças de até 24 meses, caracterizada por uma reação anormal do sistema imunológico às proteínas do leite, principalmente caseína e soro. Seus sintomas incluem manifestações cutâneas, como coceira, inchaço e urticária, além de comprometimento intestinal, causando vômitos, diarreia e cólicas. A APLV também pode afetar o sistema respiratório e a pele. Por isso, a amamentação se torna essencial nos primeiros seis meses de

vida, podendo reduzir consideravelmente a chance de desenvolver a alergia, embora fatores genéticos também desempenhem um papel.

Durante o mês de agosto, no Brasil, são realizadas atividades intersetoriais que visam a promoção e proteção à amamentação, isto é, são promovidas ações de incentivo ao aleitamento materno, por isso, esse mês é denominado agosto dourado e foi instituído pela Lei nº 13.435/2.017. Nesse viés, posto que a enfermagem é uma profissão educadora e está próxima à comunidade através da Atenção Básica, tem papel relevante quanto à orientação e estímulo da lactação, acompanhando a gestante desde o pré-natal e oferecendo orientações sobre amamentação, pega adequada e introdução alimentar. O enfermeiro ajuda a nutriz a lidar com desconfortos como lesões nos mamilos e ingurgitamento mamário, contribuindo para um processo mais seguro e confortável.

"O incentivo do aleitamento materno na amamentação deve começar no período pré-natal, e prosseguir nos primeiros dias/meses após o nascimento do bebê. Faz parte desse incentivo o esclarecimento da amamentação natural e principalmente o apoio, acesso e conhecimento que possam facilitar e viabilizar o ato (JUNQUEIRA, 2005, p. 3)." Logo, as equipes de enfermagem, principalmente aquelas que atuam na Atenção Primária, por ser essa a porta de entrada para os serviços e Redes de Atenção do Sistema Único de Saúde (SUS), tem como atribuição promover a educação em saúde para as lactantes, a fim de garantir uma boa amamentação, que é um direito concedido por lei, reduzindo assim, o desmame precoce, as dificuldades na aleitação.

Ao se manifestar sintomas na criança, o enfermeiro pode orientar a mãe sobre o exame de provocação oral (TPO), padrão-ouro para diagnóstico de alergia alimentar. Por meio desse procedimento, é possível confirmar a alergia e avaliar a tolerância do paciente, atuando na promoção da saúde da mãe e da criança, garantindo uma amamentação adequada e segura.

Ainda mais, com base nos artigos estudados, é indispensável que o enfermeiro se torne precursor no ensino aos pais do calendário vacinal e seus possíveis efeitos colaterais e reações anafiláticas, principalmente ao responsáveis dos bebês que serão submetidos á dose da SCR aos 12 meses, por conter em sua composição um dos principais alérgenos que causam a APLV.

Logo, o papel do enfermeiro no auxílio ao aleitamento materno de crianças com alergia à proteína do leite de vaca (APLV) é fundamental para o repasse das orientações advindas da sua capacitação enquanto profissional da saúde, a saber, a instrução nutricional aliada à dieta de substituição adequada, que atenda às necessidades energético-proteicas e de macro e micronutrientes recomendadas por sexo e idade, evitando os impactos negativo da APLV no estado nutricional das crianças acometidas.

## CONCLUSÃO

Portanto, percebe-se que o papel do enfermeiro é de suma importância para o acompanhamento integral à gestantes e puérperas, a fim de conduzir as mesmas sobre todo o processo de aleitamento materno, bem como, orientá-las a respeito da introdução ao leite materno e instrução dietética a respeito das restrições alimentares, principalmente as mães de crianças que possuem APLV, com o objetivo de repassar informações sobre o assunto por meio de um conhecimento vasto, científico e correto à cerca da abordagem inicial ao recém-nascido APLV, e os cuidados que devem ser praticados desde o seu desenvolvimento primário, e em alguns casos, até o desaparecimento da alergia.

## REFERÊNCIAS


ALVES, J.Q.N., MENDES, J.F.R. (2013). Consumo dietético e estado nutricional em crianças com alergia à proteína do leite de vaca. **Comunicações em Ciências da Saúde**, 24(1), 65-72.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil:** aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, (Série A. Normas e Manuais Técnicos) - (Cadernos de Atenção Básica, n. 23) 2009.

CARVALHO, L.C., Silva, S.C.M., Moraes, J.B., Pissolatto, G.G., Fernandes, R.B., Faria, J.P., Formiga Júnior, J.A., Rodrigues, L.A., Gonçalves, R.M., & Grehs, M.L. (2022). A intolerância a lactose e a alergia a proteína do leite de vaca (APLV): as principais considerações clínicas. **Research, Society and Development,** v. 11, n.7, e4411729651. doi: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i7.29651.

FANTINATO, F. F. S. T; VARGAS, A.; CARVALHO, S. M. D.; DOMINGUES, C. M. A. S.; BARRETO, G.; FIALHO, A. S.; et al.. **Anafilaxia relacionada à vacina sarampo, caxumba e rubéola, Santa Catarina, Brasil, 2014 e 2015.** Cad Saúde Pública [Internet]. V. 34, n. 3, p. e00043617, 2018. Dispinível em: https://doi.org/10.1590/0102-311X00043617. Acesso em: 18 maio. 2024.

LEITÃO, Lia Maria Bastos Peixoto; FERREIRA, Janáira Fernandes Severo; MOTOYAMA, Paula Vitória Pereira; TEIXEIRA FILHO, Manuel Sampaio; NOGUEIRA, Hildênia Baltasar Ribeiro; BESSA, Olivia Andrea Alencar Costa. **Fatores preditores do desfecho do Teste de** Provocação Oral na Alergia à Proteína do Leite de Vaca: in natura vs. Alimentos processados. **Ribeirão Preto,** Brasil, v. 55, n. 1, p. e-190854, 2022. DOI: 10.11606/issn.2176-7262.rmrp.2022.190854. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/190854.. Acesso em: 18 maio. 2024.

SCHUENGUE, Nathalia. **Como e quando o profissional de enfermagem pode orientar sobre aleitamento materno?** Portal PEBMED, 2022. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-995859. Acesso em: 28 maio 2023.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E O PAPEL DO TOMBAMENTO DOS BENS PÚBLICOS

Diogo Lázaro Bezerra Oliveira[1]
Francisco Francimar Rodrigues Lima Filho[2]
Jeremias do Nascimento Nogueira[3]
Janine Chaves Coelho Guerreiro[4]
Marcos Neyrton dos Reis Costa[5]

**RESUMO**

A presente obra visa debater acerca do O patrimônio histórico e o papel do tombamento dos bens públicos, criado em 1937, o tombamento refere-se ao Decreto Legislativo nº 25 (DL 25/1937), adotado na Constituição de 1988, em que o conceito de patrimônio cultural foi ampliado para incluir esse instrumento como uma das diversas espécies do gênero de preservação destinada a tipos específicos de bens. O tombamento é a forma mais antiga e integrada de preservação do património cultural. O Decreto Legislativo 25/37 revelou-se um documento jurídico técnico simples, leve e eficaz que lhe permitiu permanecer no ordenamento jurídico brasileiro durante décadas até os dias de hoje.

**PALAVRAS-CHAVE:** Decreto Legislativo; Patrimônio; Tombamento.

[1]FACULDADE VIDAL: bezerraogoid@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: francimarfilho18@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: jere.nogueira26@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: janine@favili.com.br
[5]FACULDADE VIDAL: marcosneyrtom@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O património histórico é parte integrante da identidade de uma sociedade, refletindo a sua história, cultura e valores ao longo do tempo. No entanto, a aceleração da urbanização, a modernização e o abandono podem ameaçar a conservação deste importante património.

Neste contexto, o tombamento do bem público surge como um importante instrumento jurídico para a protecção e preservação do património histórico. Inscrição é o registro de bens imóveis ou móveis em registro oficial de proteção jurídica para garantir sua preservação para as gerações futuras. No Brasil, as listagens estão sujeitas a leis específicas, como o Decreto Legislativo nº 25/1937 e a Constituição Federal de 1988, que define os critérios e procedimentos para inclusão na lista. As práticas inclusivas não só protegem os valores culturais e históricos, mas também ajudam a manter a identidade comunitária e a memória coletiva. Além disso, a listagem pode beneficiar a área onde o imóvel está localizado através do aumento do turismo cultural e económico.

No entanto, apesar da sua importância, o processo de listagem enfrenta desafios que incluem a falta de recursos financeiros para preservar os ativos cotados, problemas burocráticos e resistência dos proprietários. Portanto, é importante analisar o papel público na preservação do património histórico e reconhecer tanto as suas conquistas como as suas limitações, a fim de promover estratégias mais eficazes para a proteção e valorização dos vários patrimónios históricos e culturais espalhados pelo país.

## METODOLOGIA

A presente obra qualitativa se organiza na busca pela compreensão sobre análise de todos os métodos e procedimentos bibliográficos, utilizando meios digitais de finalidade exploratória com pesquisas artigos de revisão e documentais baseados em notícias construção de dados por campos de sites online, todos os dados presentes no estudo são dados públicos e de acesso garantido aos cidadãos. Permitindo a verificação dos resultados obtidos e os métodos empregados para a sua aquisição, afins de aprofundar os conceitos norteando o resumo expandido.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O tombamento pode ser imposto tanto para bens públicos quanto privados, sendo assim, os direitos de propriedade não são absolutos, pois podem ser limitados ou suprimidos

para satisfazer o interesse público, como exemplo, a manifestação da administração pública de Limoeiro do Norte com a Lei n.º 2.051, de 27 de agosto de 2018:

> Art. 9º "São diretrizes que destacam aspectos territoriais referentes ao patrimônio histórico-cultural e natural:",
>
> III. "adoção de instrumentos como tombamento e outros, que garantam a proteção e viabilizem a manutenção/preservação do patrimônio;". Que tem como finalidade garantir a preservação do patrimônio histórico e cultural do município."

Ademais, o processo de tombamento pode ser lento e burocrático, dificultando a tomada de medidas conservacionistas pelos proprietários e gestores públicos. A oposição dos proprietários privados também é um problema sério, especialmente se houver interesses económicos envolvidos na utilização do ativo registado. Haja visto que além do valor histórico agregado a esses bens, o valor econômico também é um fator determinante para proprietário privados.

Segundo Telles (1992), tombar significa registrar bens públicos ou privados, móveis ou imóveis, para benefício social sob regime especial para protegê-los de destruição, abandono ou abuso. O referido autor enfatizou que "tombamento equivale, igualmente, a colocar sob o abrigo e a tutela pública os bens que, pelas suas características históricas, artísticas, naturais e arqueológicas, mereçam integrar o patrimônio cultural do país".

Ademais, a Constituição Federal de 1988 reconhece a proteção do patrimônio cultural como um dever do Estado e da sociedade, o art. 23, inciso III, da CF/88, aborda especificamente o tombamento como um instituto cuja promoção pode ser efetivada por todos os entes federados, isso quer dizer que tal ato é de competência comum.

> Art. 23. "É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:"
>
> III – "proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;"

A inclusão de bens públicos na listagem de preservação é fundamental para garantir a proteção jurídica e física do patrimônio. Paralelamente, vale destacar de forma mais exemplificativa o processo de listagem, sua eficiência e os desafios enfrentados. Primeiramente, é importante ressaltar que as listagens de bens públicos estão sujeitas a leis específicas nos níveis federal, estadual e municipal. No Brasil, o Decreto-Lei nº 25/1937 estabelece os critérios para o tombamento, incluindo a relevância histórica, cultural e arquitetônica dos bens. A

Portaria 25/1937 define os critérios de inclusão na lista, incluindo o significado histórico, cultural e arquitetônico do objeto.

Os resultados mostram que a listagem é eficaz na preservação de alguns bens históricos em todo o país. No processo, muitos edifícios, monumentos, sítios arqueológicos e áreas urbanas são protegidos, garantindo a sua preservação para as gerações futuras. Um exemplo emblemático é o conjunto arquitetônico da Pampulha, em Belo Horizonte, tombado em 1997 e reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2016.

Contudo, apesar do seu sucesso, o processo de listagem enfrenta vários desafios que afetam a sua eficiência e aplicação prática. Um dos grandes entraves é a falta de recursos financeiros para a manutenção e preservação dos bens registrados. Muitos edifícios e monumentos históricos encontram-se em estado de conservação precário devido à falta de investimento público e à falta de incentivos à restauração.

Outro ponto de importante, é a necessidade de equilibrar o desenvolvimento urbano e económico com a preservação do património histórico. Em muitos casos, surgem conflitos entre a preservação de ativos cotados e a implementação de projetos de infraestrutura ou de desenvolvimento imobiliário. É importante encontrar um equilíbrio entre a proteção do património cultural e o desenvolvimento urbano sustentável. Além de questões práticas, a catalogação também levanta questões conceituais e éticas. Estas questões apontam a complexidade do processo de listagem e a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e participativa.

Em síntese, é possível destacar a importância do tombamento na preservação do patrimônio histórico, mas também evidenciar os desafios enfrentados na sua implementação. É importante que o Estado, e os proprietários trabalhem em conjunto para superar estas barreiras e proteger adequadamente o nosso rico e diversificado património cultural.

## CONCLUSÃO

O tombamento de bens públicos é importante para preservar o patrimônio histórico, proteger os valores culturais e promover a conservação para as gerações futuras. A partir dos resultados e discussões apresentados, pode-se concluir que a inscrição é uma ferramenta eficaz para garantir a proteção jurídica e física de diversos elementos do patrimônio histórico do Brasil.

No entanto, apesar deste progresso, é evidente que o processo de registo enfrenta uma série de desafios que precisam de ser abordados para garantir eficiência e conformidade

contínuas. Um dos principais desafios é a falta de meios financeiros para preservar e manter o valor listado. É vital que os Estados e a sociedade civil se comprometam a encontrar soluções sustentáveis para preservar adequadamente elementos importantes da nossa história e cultura.

Além disso, promover o registo e a utilização de medidas de conservação exige a superação de barreiras burocráticas e da oposição dos proprietários de terras. Para que o registro seja bem-sucedido, é importante sensibilizar o público para a importância do património histórico e incentivar o diálogo entre os diferentes intervenientes envolvidos. Outro aspecto importante é a necessidade de equilibrar o desenvolvimento urbano e económico com a preservação do património histórico. É possível encontrar soluções inovadoras e sustentáveis que preservem os valores elencados sem comprometer o desenvolvimento das cidades e o bem-estar dos seus cidadãos.

Em última análise, é importante que o processo de admissão seja baseado na transparência, na inclusão e no respeito pela diversidade cultural. É necessário reconhecer e promover a diversidade de expressões culturais existentes no nosso país, protegendo ao mesmo tempo os valores representativos dos diferentes grupos étnicos, sociais e históricos. Em suma, a preservação do património histórico, incluindo os valores nacionais, é uma responsabilidade partilhada que requer a participação de todos os níveis da sociedade. É importante que o Estado, a sociedade civil, os proprietários de terras e os especialistas trabalhem juntos para superar os desafios e proteger adequadamente o rico e diversificado patrimônio cultural do Brasil, preservando assim a memória e a identidade brasileira para as gerações futuras.

## REFERÊNCIAS


BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15/03/2024.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n o 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002**. Instituiu o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/ l10406.htm. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12343, de 02 de outubro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília, DF, Disponível em: http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 15 mar. 2024.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo**. Ed. Revista dos Tribunais, 2003.

LIMOEIRO DO NORTE. **Lei Municipal 2051 de 2018**. Disponível em: https://immab.limoeirodonorte.ce.gov.br/. Acesso em: 15 mar. 2024.

TELLES, Antonio A. Queiroz. **Tombamento: e seu regime jurídico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Duílio Fernandes Araújo[1]
Emilly Cardoso de Brito[2]
Heloisa de França Costa[3]
Janine Chaves Coelho Guerreiro[4]
Melina Sousa Gomes[5]

## RESUMO

O presenta artigo tem como tema de estudo a possível utilização da Inteligência Artificial (IA) como uma ferramenta que consiga aumentar substancialmente a eficiência da Administração Pública. A IA pode ser uma ferramenta muito útil para melhorar a eficiência pública, pois pode auxiliar os órgãos governamentais a identificar e corrigir problemas de forma mais eficaz, melhorando significativamente a gestão da organização. Também pode ajudar a reduzir o desvio desnecessário de recursos governamentais, tornando-se um poderoso aliado na luta contra os crimes na administração pública e erros de governança. Como objetivo geral, pretende-se investigar a utilização da Inteligência Artificial, seus desafios e impacto na administração pública, para demonstrar a eficiência e viabilidade de sua utilização. Por fim, pretende-se responder o seguinte questionamento: 1. De que forma a utilização da IA pode auxiliar no desenvolvimento de melhores relações jurídicas para com a Administração Pública e a sociedade? Não obstante, com os problemas de gerenciamento público acarretados pela limitação na eficiência presentes no modelo burocrático de gestão pública que impactam o sistema público brasileiro até os dias atuais, faz-se necessário que uma nova medida seja pensada e implementada de modo a solucionar tal problemática. A medida estudada nesta pesquisa é a utilização de inteligência artificial como forma de aumentar a eficiência da administração pública na consecução de seus objetivos. Este artigo não pretende esgotar a análise do tema que estuda, uma vez que visa analisar a possibilidade de utilização da IA, a partir de características firmadas no seu processo de implementação e aprimoramento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito Administrativo; Eficiência; Inteligência Artificial.

## INTRODUÇÃO

O princípio da eficiência é um dos princípios fundamentais da Administração Pública no Brasil, estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Ele exige que a Administração

[1]FAVILI, Bacharel em Direito pela Faculdade Vidal de Limoeiro; E-mail: duilio-araujo@hotmail.com.
[2]FAVILI, Discente do Curso de Direito da Faculdade Vidal de Limoeiro; E-mail: emillycardosodebrito064com@gmail.com.
[3]FAVILI, Discente do Curso de Direito da Faculdade Vidal de Limoeiro; E-mail: heloisa.franca030@gmail.com.
[4]FAVILI, Docente do Curso de Direito da Faculdade Vidal de Limoeiro; E-mail: janine@favili.com.br.
[5]FAVILI, Docente do Curso de Direito da Faculdade Vidal de Limoeiro

Pública atue com rapidez, qualidade e economia, buscando sempre o melhor uso dos recursos públicos e recebidos do interesse público.

Não obstante, com os problemas de gerenciamento público acarretados pela limitação na eficiência presentes no modelo burocrático de gestão pública que impactam o sistema público brasileiro até os dias atuais, faz-se necessário que uma nova medida seja pensada e implementada de modo a solucionar tal problemática. A medida estudada nesta pesquisa é a utilização de inteligência artificial como forma de aumentar a eficiência da administração pública na consecução de seus objetivos.

Nesse contexto, a utilização da Inteligência Artificial (IA) como ferramenta jurisdicional pode ser uma forma eficiente de alcançar esses objetivos. A IA pode ser aplicada em diversas áreas do Direito, como a análise de processos, a gestão de prazos, a elaboração de peças processuais, a identificação de padrões e a análise de dados.

A utilização da IA na administração pública pode trazer diversos benefícios, como redução de custos e melhoria da qualidade dos serviços prestados. Além disso, a IA pode auxiliar os juízes e servidores a tomarem decisões mais precisas e consistentes, oferecendo a possibilidade diminuição de erros e aumentando a eficiência do sistema judiciário.

No entanto, é importante ressaltar que a utilização da AI na administração pública deve ser feita com cautela e responsabilidade. É preciso garantir que os algoritmos utilizados sejam transparentes e justos, evitando a perpetuação de preconceitos e discriminações. Além disso, é importante que a IA seja utilizada como uma ferramenta de auxílio, e não como um substituto para a tomada de decisões humanas.

A utilização da IA como ferramenta jurisdicional pode ser uma forma eficiente de promover o princípio da eficiência na administração pública, desde que seja feita com responsabilidade e transparência. A aplicação da IA pode trazer benefícios para a administração pública, para os operadores do Direito e para os cidadãos em geral, melhorando a qualidade dos serviços prestados pela Administração Pública.

Como relevância econômica, a utilização da IA teria a possibilidade de diminuir os custos dos atos administrativos, tanto para com a relação de entes públicos com entes públicos quanto para com a relação dos entes públicos com privados (seja pessoa física ou jurídica).

Como relevância social, a utilização da IA teria a possibilidade de facilitar a fruição de medidas sociais pois pode processar grandes quantidades de dados e informações mais rapidamente, fornecendo análises aprofundadas e previsões de tendências relevantes para a realização de análises situacionais, de modo a tornar a obtenção de seus direitos e a regular

efetuação de seus deveres mais célere e simplificada, bem como adaptar a realidade social administrativa nesta nova Revolução Industrial.

Como relevância jurídica, a IA pode ser uma ferramenta muito útil para melhorar a eficiência pública, pois pode auxiliar os órgãos governamentais a identificar e corrigir problemas de forma mais eficaz, melhorando significativamente a gestão da organização. Também pode ajudar a reduzir o desvio desnecessário de recursos governamentais, tornando-se um poderoso aliado na luta contra os crimes na administração pública e erros de governança.

Como objetivo geral, pretende-se investigar a utilização da Inteligência Artificial, seus desafios e impacto na administração pública, para demonstrar a eficiência e viabilidade de sua utilização.

Por fim, pretende-se responder o seguinte questionamento: 1. De que forma a utilização da IA pode auxiliar no desenvolvimento de melhores relações jurídicas para com a Administração Pública e a sociedade?

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada apresenta uma pesquisa de abordagem qualitativa, natureza básica, finalidade exploratória e procedimentalidade de revisão bibliográfica.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Quarta Revolução Industrial está desafiando as empresas e os governos a se adaptarem rapidamente às mudanças tecnológicas e a abraçarem a inovação. Tem o potencial de melhorar a qualidade de vida, aumentar a eficiência e a produtividade, bem como enfrentar os desafios globais, como as mudanças climáticas. No entanto, também requer um pensamento cuidadoso sobre os impactos sociais, éticos e políticos dessas tecnologias em rápida evolução.

A eficiência pública refere-se à capacidade do Estado de alcançar seus objetivos e suas funções de maneira eficaz, minimizando o desperdício de recursos, bem como envolve a otimização na alocação de recursos públicos, o uso racional do orçamento e a busca pela maior produtividade na execução de políticas públicas e na prestação de serviços à sociedade. A eficiência não deve ser confundida com a mera redução de custos, mas sim com a obtenção do melhor resultado possível com os recursos disponíveis.

Historicamente, a necessidade da inserção da eficiência pública na AP deu-se devido à evolução da sociedade e dos modelos de administração estatal. Conforme especialista no

tema, existiram três formas de administração estatal – a patrimonialista, a burocrática e a pública gerencial (Bresser-pereira, 1996, p. 10-12).

A história da inteligência artificial (IA) é repleta de desenvolvimentos significativos ao longo de várias décadas. O termo "inteligência artificial" foi cunhado pela primeira vez em 1956, durante uma conferência de verão realizada na Universidade de Dartmouth, nos Estados Unidos. O evento reuniu cientistas de diversas disciplinas para discutir a criação de máquinas capazes de simular a inteligência humana, contudo o seu desenvolvimento e aplicação pode ser alocado antes desta data (Barbosa; Bezerra, 2020, p. 93). Tal conferência foi realizada por John McCarthy, Marvin Minsky, Claude Shanon e Nathaniel Rochester e seu maior impacto foi na criação da área científica "Inteligência Artificial" (Zaffari; Espíndola, 2015, p. 138).

Na atualidade, a IA está presente em muitos aspectos da vida cotidiana, desde assistentes virtuais e carros autônomos até diagnósticos médicos e sistemas de recomendação. Grandes empresas de tecnologia, como Google, Microsoft e Facebook, têm investido pesadamente em pesquisa de IA. Contudo, à medida que a IA se torna mais onipresente, surgem questões éticas e regulatórias sobre privacidade, visão algorítmica, segurança cibernética e responsabilidade.

De acordo com o CNJ, a utilização da tão conhecida expressão "inteligência artificial" indica, conceitualmente, uma das diversas subáreas da Ciência da Computação que surgiu com o fenômeno da Indústria 4.0 (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019, p. 9-11).

Por conseguinte, o CNJ detalha como uma das principais características da IA o seu aprendizado autônomo: a capacidade de a IA utilizar-se de dados de diversas origens para estabelecer um processo de aprendizagem que a permitiria pensar e decidir categoricamente, a partir de algoritmos pré-estabelecidos (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019, p. 9-11).

A implementação da inteligência na administração pública envolve a aplicação de tecnologias, estratégias e abordagens que visam melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência do governo. A coleta, análise e interpretação de dados são fundamentais para tomar decisões informadas na administração pública. A utilização de técnicas de análise de dados, como a análise de big data, pode ajudar os governos a identificar tendências, padrões e problemas emergentes.

A IA pode ser usada para automatizar tarefas rotineiras, melhorar o atendimento ao público e otimizar processos administrativos. Chatbots, sistemas de recomendação e algoritmos de aprendizado de máquina podem ser aplicados em diversas áreas, como atendimento ao cidadão, previsão de demanda, e detecção de fraudes.

Uma implementação de sistemas eletrônicos para a oferta de serviços públicos, como emissão de documentos, pagamento de impostos e participação em consultas públicas, melhora a acessibilidade e a conveniência para os cidadãos. Isso também reduz a burocracia e aumenta a eficiência.

Disponibilizar dados governamentais de forma aberta e acessível ao público promove a transparência e permite que a sociedade civil e as empresas utilizem essas informações para criar soluções inovadoras e monitorar o desempenho do governo.

A tecnologia blockchain pode ser usada para garantir a integridade e a segurança de registros e transações governamentais. Isso pode ajudar a reduzir a corrupção e garantir a confiabilidade das informações.

A implementação de soluções de IoT (Internet das Coisas) e sensores em áreas urbanas pode melhorar a gestão de recursos, a mobilidade, a segurança e a qualidade de vida dos cidadãos. A criação de sistemas de gestão do conhecimento permite que os funcionários públicos compartilhem informações e melhores práticas, melhorando a colaboração e a tomada de decisões.

As Parceria Público-Privadas (PPPs) podem ser usadas para aproveitar o conhecimento e os recursos do setor privado na implementação de soluções de tecnologia e infraestrutura na administração pública. Investir na capacitação de funcionários públicos é crucial para garantir que eles tenham as habilidades possíveis para aproveitar as tecnologias e implementar estratégias de inteligência na administração pública, bem como no envolvimento ativo dos cidadãos na tomada de decisões governamentais por meio de plataformas de consulta, votações eletrônicas e outras ferramentas promovem a inclusão e a legitimidade das políticas públicas.

A implementação da inteligência na administração pública exige uma abordagem holística, considerando não apenas a tecnologia, mas também a cultura organizacional, a governança e a ética. É importante garantir que as iniciativas sejam orientadas para a melhoria do bem-estar da sociedade e a promoção de uma administração pública eficiente e transparente.

## CONCLUSÃO

Em síntese, esta obra, visando responder seu principal questionamento “De que forma a utilização da IA pode auxiliar no desenvolvimento de melhores relações jurídicas para com a Administração Pública e a sociedade?”, abordou a perspectiva histórica das revoluções tecnológicas da humanidade e sua evolução e constatou que, em um comparativo, nas

revoluções, conforme ocorria sua progressão, cada vez mais os seres humanos utilizariam a tecnologia como forma de facilitar sua vida em sociedade.

Adiante, observou-se que o princípio da eficiência pública fora incluído no texto da Constituição Federal brasileira no ano de 1998, com o fito de solucionar os óbices relacionados aos modelos administrativos do Estado, principalmente quanto ao modelo burocrático, o qual apresentava limitações estruturais e organizacionais severas, uma vez que não fora criado para conseguir satisfazer as necessidades de uma sociedade de alta gama populacional.

Desta forma, a IA surge como uma ferramenta que pode possibilitar um processo de quebra de paradigma administrativo, bem como uma forma de solucionar os atrasos e empecilhos do modelo burocrático e visando auxiliar na estabilidade do modelo gerencial. Neste sentido, o estudo da história, dos conceitos e da classificação da IA permite nortear o leitor à conclusão de que esta ferramenta apresenta inúmeras possibilidades perante seu papel de auxiliar da Administração Pública.

## REFERÊNCIAS


BARBOSA, Xênia de Castro; BEZERRA, Ruth Ferreira. **Breve introdução à história da inteligência artificial**. Revista de História Jamaxi (Universidade do Estado do Acre – UFAC). Vol. 4, n. 2, 2020. p. 90-97. ISSN: 2594-5173.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Da administração pública burocrática à gerencial**. Revista do Serviço Público. Brasília, v. 47, n. 1, p. 7-40. 1996. DOI: https://doi.org/10.21874/rsp.v47i1.702. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/702. Acesso em: 24 maio. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Inteligência Artificial na Justiça**. Coordenação: José Antônio Dias Toffoli; Bráulio Gabriel Gusmão. – Brasília: CNJ, 2019.

ZAFFARI, Felipe Pozueco; ESPÍNDOLA, Jean Carlo de Borba. Capítulo 4: Conceitos – O que é inteligência artificial? p. 119-146. In: BARONE, Dante Augusto Couto (org.); BOESING, Ivan Jorge (org.). **Inteligência artificial: diálogos entre mentes e máquinas**. Porto Alegre: AGE/Evangraf, 2015. 309 p.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# **O QUE VOCÊ NÃO LEU:** CONTRATO DE ADESÃO À LUZ DO DIREITO DO CONSUMIDOR

Ana Paula de Almeida Ribeiro

**RESUMO**

O presente trabalho trata sobre contratos de adesão, onde se justifica sua elaboração devido a identificação de diversos abusos cometidos contra o consumidor, tendo como objetivo geral, analisar a legalidade desses contratos e como objetivo especifico, apresentar os danos e insatisfação do consumidor em meio ao contrato. A metodologia adotada é o estudo da legislação e os princípios que norteiam os direitos civil e do consumidor, a luz da Constituição Federal, seus princípios fundamentais e doutrina. O contrato de adesão é um tipo de contrato existente em nossa esfera jurídica que pode ser analisada pela esfera do Direito Civil ou do Direito do Consumidor, observando o objeto e a finalidade de sua utilização final. A discussão central deste trabalho é a análise de um caso específico, sendo apresentado os diversos abusos cometidos contra um consumidor. No corpo do trabalho apresenta-se direitos e deveres contratuais dessa modalidade, como também é realizado uma análise das cláusulas abusivas com o objetivo de depositar toda responsabilidade para o contratante, ferindo inúmeros direitos. Como conclusão, compreende-se que o fornecedor elabora os contratos de adesão pensando apenas em garantir direitos a seu favor e o consumidor que necessita do produto ou serviço é obrigado a aceitar todas as cláusulas, pela necessidade do produto ou serviço contratado, não sendo observado o lado vulnerável do consumidor em não ter o conhecimento técnico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Abusos; Contrato de adesão; Consumidor.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta algumas cláusulas de um contrato de prestação de serviços de uma empresa de segurança de dados, onde é denominada “segurança em nuvem” e um escritório de contabilidade, onde a contratante se viu obrigada a ter um custo adicional para ter a segurança dos dados em seu banco de informações contra ataques cibernéticos, visando garantir a conformidade legal dos dados de seus clientes, gerenciar riscos e promover a cultura de segurança e proteção em seu negócio.

As cláusulas abusivas que são encontradas nos contratos de adesão colocam o consumidor em desvantagem, ferindo seus direitos e obrigando ao contratante em aceitar imposições por necessitarem do serviço ou produto.

O escopo do referido trabalho refere-se à análise do contrato de adesão à luz do direito do consumidor, enfocando na problematização da imposição das cláusulas abusivas pelo contratado, onde o contratante sofre as consequências das referentes cláusulas, isso porque em sua grande maioria, não dispõe do conhecimento jurídico e por vezes se encontrar em estado de necessidade do determinado serviço ou produto.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, utilizou-se a metodologia de pesquisa qualitativa básica exploratória, com o uso da procedimentalidade da análise bibliográfica em acervo de acordo com a temática, ordenamento jurídico brasileiro, princípios e análise de um contrato de adesão.

A priori se faz necessário compreender o conceito de contrato de adesão sendo este um tipo de contrato em que os termos e condições são impostos no formato unilateral, onde quem propõe o contrato e estabelece as regras é o fornecedor de produtos e serviços, sem que o consumidor possa questionar suas vontades e direitos (NERY, 2021). Devido à natureza unilateral desses contratos, normalmente surgem questionamentos sobre as cláusulas pertencentes ao negócio jurídico, muitas vezes sendo considerados parcialmente nulos ao pleitearem seus direitos na justiça.

O amparo jurídico para os conflitos eclodidos a partir das cláusulas abusivas constantes no contrato de adesão é encontrado na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXII, assegurando que o Estado promoverá a defesa do consumidor, com o intuito de assegurar a parte vulnerável os direitos que lhe é cabível enquanto consumidor.

O Código Civil de 2002 também traz embasamento a favor da parte vulnerável da relação consumerista, sendo comprovado em seu Art. 423 - Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente. Dessa forma se confirma que, em caso de contrariedade de cláusula sempre deve utilizar a interpretação mais favorável ao contratante.

Ainda do mesmo código, no Art. 424 - Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio. Com isso, se certifica que é inviolável o direito decorrente do referido negócio jurídico.

A atuação do Estado na resolução dos conflitos estabelecidos por meio da problemática estudada fundamenta-se ainda na aplicação do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078/1990, que dispõe em seu Art. 51 e seus incisos, de um rol de casos em que

são nulas de pleno direito, as cláusulas contratuais abusivas ao fornecimento de produtos e serviços. Deve-se enfatizar que o artigo acima citado atua como base primordial para a fundamentação legal dos questionamentos que visam sanar os vícios existentes.

Dando seguimento no respaldo legal, ainda no mesmo código, apresenta-se o Art. 54, onde define que, contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo. Ressalta-se que, o referido código assegura a legalidade do contrato de adesão, contudo, em casos de abusividade o contratante pode utilizar do arcabouço legal acima citado para argumentar sua defesa.

A proteção do consumidor é um direito fundamental amparado pela legislação brasileira, e tem como objetivo assegurar aos consumidores segurança e amparo legal, perante aos fornecedores, se tratando estes como partes vulneráveis da relação consumerista.

No caso acima citado é visível a violação do direito do consumidor, onde o contrato apresenta diversas cláusulas com isenção da responsabilidade da contratada, atestando o abuso do fornecedor frente a contratante.

Assim sendo, ao assinar um contrato de adesão, sem ter conhecimento jurídico, o consumidor fica sujeito a ser vítima de abusos cometidos pelo fornecedor, porém, logo que se identificam tais abusos, o mesmo pode recorrer a justiça na busca dos seus direitos.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização do presente trabalho foi pesquisa qualitativa básica exploratória, com o uso da procedimentalidade da análise bibliográfica em livros pertinentes ao tema, legislação brasileira hodierna, como a Constituição Federal de 1988, o Código Civil de 2002, o próprio Código de Defesa do Consumidor e seus princípios, e análise de um contrato de adesão, com foco em responder a problemática central definida para elaboração desse resumo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O caso analisado remete-se a um contrato de adesão onde a parte hipossuficiente impõe as regras e o consumidor está impedido de questioná-las ou modificá-las uma vez que a opção ofertada ao mesmo resume-se a anuência ou não às clausulas impostas na relação, chegando a contrariar os princípios da boa-fé e da equidade, como bem nos assegura Grinover et al (2011, p. 521). “o comportamento das partes de acordo com a boa fé tem como consequência a possibilidade de revisão do contrato celebrado entre elas, pela incidência da *clausula rebus*

*sic stantibus,* a possibilidade de arguir-se a *exceptio doli,* a proteção contra as cláusulas abusivas enunciadas no art.51 do CDC, entre outras aplicações da cláusula geral".

Portanto, compreende-se que, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor após analisado o art. 51, que dispõe de um rol exemplificativo das inúmeras cláusulas abusivas prejudiciais aos consumidores nas relações contratuais, fica para o consumidor a alerta de que se deve analisar de forma minuciosa as cláusulas previstas nos contratos de adesão, inquirindo-se a incompatibilidade com o referido artigo.

Trazendo o contrato estudado a luz do ordenamento jurídico vigente, Apresenta-se as cláusulas encontradas com violações expressas, onde se destaca o aspecto sobre sistemas, tendo em vista que a consumidora objetivava adquirir um sistema de segurança de seus dados e no referido contrato, como destacado abaixo, só identifica como *software:*

> **DEFINIÇÕES:**
>
> Sistemas: são os programas de computador, também denominados como softwares, objeto deste contrato.

O contrato em análise não tinha como objeto *software* em geral para seu uso de atividade contábil, mas um serviço específico de sistema de segurança e *backup* em nuvem, onde deveria ter sido mencionado na definição do contrato o objeto contratado, assim, a consumidora encontrou dificuldades em pleitear seus direitos na esfera jurídica.

Buscando amparo nos princípios que norteiam o Código de Defesa do Consumidor, encontra-se o princípio da transparência e confiança, que estão embasados nos artigos 4º e 6º CDC. Ressalta-se um desdobramento com o princípio da boa fé objetiva, onde diz que se trata de fazer uma negociação com transparência para que possa existir uma igualdade entre as partes, que ambos os lados possam ter firme certeza de tudo que está acontecendo nessa negociação, por isso deve haver a lealdade, a confiança e a honestidade, Tartuce (2023, p. 50)

Contextualizando o conhecimento da doutrina acima citada e do ordenamento jurídico hodierno, identifica-se diversos vícios no contrato em questão como demonstra-se a seguir:

> **Das Obrigações do LICENCIADO**
>
> **Cláusula 10.** É de inteira e exclusiva responsabilidade do LICENCIADO:
>
> **Parágrafo Único**. O LICENCIADO é o único responsável pela operação dos SOFTWARES, incluindo-se todas as informações e dados que compõem a sua base, ficando a LICENCIANTE isenta de qualquer responsabilidade, inclusive perda dos dados.

Com a inserção da presente cláusula no contrato estudado, torna-se evidente a abusividade em transmitir toda a responsabilidade para a contratante, tendo em vista que a mesma ao firmar o contrato tinha como objetivo a segurança do seu banco de dados.

Prossegue-se analisando quanto a clausula de responsabilidade no referido contrato, o fato de a contratada eximir-se de suas obrigações:

> **Da limitação de Responsabilidade**
>
> **Cláusula 13**. A LICENCIANTE não se responsabilizará por quaisquer danos ou prejuízos:
>
> a) causados ao LICENCIADO, aos SOFTWARES e ou aos dados neles armazenados por vírus de computador, invasões externas (*hackers*) ou outros assemelhados.

Verifica-se que de acordo com o artigo 51 do CDC, a presente clausula se torna nula de pleno direito por atenuar a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos ou serviços.

Mediante os abusos acima citados, verifica-se a afronta ao princípio da eficiência e da efetividade, onde se deixa claro nas cláusulas do contrato que toda responsabilidade é da contratante e que a contratada está isenta de qualquer obrigação se houver perdas dos dados. Compreende-se assim a inexistência do dever do fornecedor de promover qualidade e segurança do referido serviço.

Bem como também é explicito o desrespeito ao principio da vulnerabilidade do consumidor na relação de consumo, onde o CDC já assegura tal condição ao consumidor.

## CONCLUSÃO

A proteção do consumidor é um direito fundamental amparado pela Constituição Federal de 1988, Código Civil e Código de Defesa do Consumidor, que tem como objetivo garantir que os consumidores estejam seguros e amparados legalmente, em face dos fornecedores, tendo em vista que são as partes vulneráveis da relação consumerista.

No caso apresentado é nítida a violação de direito do consumidor, onde o serviço contratado era a segurança das informações dos dados dos clientes e nas cláusulas é apresentada a isenção de tal responsabilidade por parte da contratada, verificando o abuso do fornecedor frente a contratante.

É importante frisar que após o estudo aprofundado do caso fica perceptível o quanto o consumidor está sujeito a uma posição vulnerável nos contratos de adesão, uma vez que está em conflito direto o seu desejo de possuir ou utilizar determinado bem ou serviço e o agravo

maléfico causado pela imposição de cláusulas iníquas e abusivas que o colocam em totais desvantagens na relação consumerista.

Conclui-se que, ao firmar contrato de adesão, sem a devida leitura ou conhecimento jurídico, o consumidor se torna passivo de diversos abusos cometidos pelo fornecedor, contudo, no momento em que se identificam tais abusos, o mesmo pode recorrer ao poder judiciário em busca das garantias trazidas pelo ordenamento jurídico brasileiro.

## REFERÊNCIAS


BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 abr. 2024.

BRASIL. Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em 26 abr. 2024.

BRASIL. Lei Nº 10.406, de 11 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil. Brasília, DF: Diário Oficial da União.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 26 abr. 2024.

**Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto** / Ada Pellegrini Grinover... [et al]. – 10. ed. revista, atualizada e reformulada – Rio de Janeiro: Forense, 2011, vol. I, Direito Material (arts. 1.º a 80 e 105 a 108).

Nery, Deborah Cristina dos S. **Contratos de Prestação de Serviços por Adesão:** Uma Análise do Art. 424 do Código Civil. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Almedina, 2021.

Tartuce, Flávio, e Daniel Amorim Assumpção Neves. **Manual de Direito do Consumidor:** Direito Material e Processual. Volume Único. Disponível em: Minha Biblioteca, (12ª edição). Grupo GEN, 2023.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# **O TDAH NA ERA DIGITAL:** UM ESTUDO DE REVISÃO DE LITERATURA

Felipe Cauã Cavalcante Oliveira [1]
Mickely Maia De Queiroz [2]
Pablo Crisanto Nobre Alves [3]
Iara Fernandes Teixeira [4]

**RESUMO**

As mídias sociais desempenham um papel significativo no contexto social atual. A constante disponibilidade de estímulos digitais, como notificações de redes sociais, emails e vídeos online, pode se relacionar com o aumento da distração. Portanto, nosso objetivo geral é compreender como as publicações estão pautando o acesso a tecnologia e o fluxo de dados consumido atualmente e as possíveis interferências na saúde de pessoas com TDAH. Como objetivos específicos, elencamos os seguintes pontos: a) definir o que é o TDAH e seus principais sintomas; b) discutir a ascensão de aplicativos de vídeos curtos que são consumidos, sobretudo por crianças e jovens e os fluxos de informação por meio destes últimos; e, c) apresentar a visão médico-psicológica a respeito dos possíveis impactos do uso exacerbado de telas por pessoas diagnosticadas com TDAH. A aceleração do consumo de informações pode contribuir para o aumento da distraibilidade, sobretudo em crianças pequenas e adolescentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** TDAH; Redes sociais; Saúde mental.

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: felipecauac@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: micsqz15@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: Crisantoalves.ep@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: fernandesteixeiraira@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA), define o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) como um quadro que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Caracterizado por dificuldades de manter a concentração em uma atividade por muito tempo, impulsividade e agitação psicomotora.

O estilo de vida moderno é caracterizado por um ritmo acelerado, onde as pessoas estão constantemente ocupadas com múltiplas tarefas, compromissos e responsabilidades.Esse ritmo rápido pode ser especialmente desafiador para indivíduos com TDAH devido às suas dificuldades em manter o foco, a organização e o gerenciamento de tarefas. Além disso, a era digital trouxe consigo uma explosão de tecnologia e estímulos visuais e auditivos, estando constantemente conectados a dispositivos eletrônicos, como smartphones, tablets e computadores, e expostos a redes sociais, notificações e informações instantâneas. Nossa hipótese reside na ideia de que a constante exposição à tecnologia e estímulos digitais podem intensificar os desafios enfrentados por pessoas com TDAH.

A partir desse pressuposto nos questionamos, como a dinâmica do uso de telas e do acesso a informação constante pode estar interferindo na saúde de pessoas diagnosticadas com TDAH? No rastro da questão, organizamos esta pesquisa com o objetivo geral de compreender como as publicações estão pautando o acesso à tecnologia e o fluxo de dados consumido atualmente e suas possíveis interferências na saúde de pessoas com TDAH. Como objetivos específicos, elencamos os seguintes pontos: a) definir o que é o TDAH e seus principais sintomas; b) discutir a ascensão de aplicativos de vídeos curtos que são consumidos, sobretudo por crianças e jovens e os fluxos de informação por meio destes últimos; e, c) apresentar a visão médico-psicológica a respeito dos possíveis impactos do uso exacerbado de telas por pessoas diagnosticadas com TDAH.

Nesse contexto, é crucial desenvolver estratégias de gerenciamento adaptadas às necessidades específicas dessas pessoas. O fluxo incessante de informações e a tentação frequente de checar dispositivos eletrônicos podem facilmente resultar em distrações e procrastinação, tornando difícil manter o foco e concluir tarefas. Assim, é essencial implementar abordagens de suporte que considerem essa realidade, promovendo a organização, estabelecendo limites saudáveis com a tecnologia e cultivando hábitos que favoreçam a concentração e o bem-estar mental.

## METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico (revisão de literatura), e, de acordo com os objetivos perseguidos, também pode ser classificado como descritivo e exploratório. Creswell e Creswell (2021, p. 14) descrevem a pesquisa qualitativa como "[...] uma abordagem voltada para a exploração e para o entendimento do significado que indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano". Segundo Gil (2002) as pesquisas bibliográficas se baseiam em análises de materiais anteriormente publicados, extraindo destes últimos novas conclusões a partir de novas questões.

Com base no aprofundamento que almejamos e no tempo que dispomos para a realização da pesquisa, a revisão escolhida foi a narrativa. De acordo com Rother (2007, p. v) esse tipo de escolha metodológica é ideal para: "descrever e discutir o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual. [...] Essa categoria de artigos têm um papel fundamental para a educação continuada pois, permitem ao leitor adquirir e atualizar o conhecimento sobre uma temática específica em curto espaço de tempo [...]".

Quanto aos nossos objetivos, classificamos este trabalho como uma pesquisa descritiva e exploratória. Gil (2002) destaca que os estudos de caráter descritivo estão especialmente preocupados em levantar e registrar características primordiais de determinado grupo ou fenômeno. Essa espécie de seleção de conteúdos pode auxiliar o pesquisador na construção de hipóteses relacionadas a correlação entre variáveis com base nos dados colhidos. Já as pesquisas exploratórias se dedicam a levar o conhecimento a respeito de um tema ao pesquisador por meio do processo de pesquisa e da imersão no material (GIL, 2002).

O processo de coleta de dados se deu entre os meses de março e abril de 2024 nas bases de dados: SciELO e Google Schoolar. Utilizamos como descritores os termos "neurociências" AND "uso de telas", "TDAH" AND "Redes Sociais". Por meio da busca atingimos 05 resultados, selecionamos apenas os estudos disponíveis para leitura integral online ou por meio de download, publicados entre 2013 e 2023. Foram excluídos do estudo, os artigos incompletos ou indisponíveis para leitura integral, e que foram publicados fora do período estabelecido como recorte temporal da pesquisa.

As análises serão empreendidas por meio de fichamentos e seleção de argumentos dos autores com base nos objetivos da pesquisa, organizando-os em um tópico: a aceleração do consumo de informações: Redes Sociais e TDAH.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### O que é o TDAH: sinais e sintomas

TDAH é o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, um transtorno neurológico geralmente diagnosticado na infância, caracterizado por desatenção, impulsividade e hiperatividade. Os sintomas incluem dificuldade em manter a atenção, desorganização, esquecimento de tarefas e dificuldades em seguir instruções.

**A aceleração do consumo de informações: Redes sociais e TDAH**

O aumento da distração no ambiente digital é impulsionado pelo uso generalizado de dispositivos eletrônicos e acesso à internet, o que intensifica os desafios de distração, especialmente para pessoas com TDAH, devido à constante disponibilidade de estímulos digitais. A impulsividade, caracterizada pela tendência de agir sem considerar as consequências e pela dificuldade em controlar impulsos, está intimamente ligada ao aumento da distração no ambiente digital. Isso ocorre devido à propensão das pessoas impulsivas a agir sem considerar as repercussões, o que pode levar a comportamentos arriscados ou inadequados ao se depararem com os estímulos digitais.

a) Impulsividade comportamental - Dificuldade em esperar sua vez, interrompendo outras pessoas ou agir precipitadamente sem pensar nas consequências, essa impulsividade pode ser vista nas respostas rápidas, onde a pessoa possui o impulso de responder imediatamente as notificações, podendo levar a uma resposta mal interpretada a incompleta.
b) Impulsividade emocional - Reações emocionalmente intensas e rápidas a situações ou estímulos, mudanças de humor frequentemente e dificuldade em regular as emoções, no ambiente digital refere-se às respostas imediatas não filtradas a estímulos emocionais online. Para as pessoas com TDAH, essa impulsividade pode levar a reações intensas e rápidas, podendo afetar as relações interpessoais e respostas impulsivas e emocionalmente carregadas.
c) Impulsividade cognitiva - Manifesta-se como pensamentos acelerados e desorganizados, dificultando a manutenção do foco em uma tarefa de longa duração, tal mecanismo pode ser visto no ambiente virtual devido as constantes distrações, um exemplo deste mecanismo é quando o indivíduo está vendo um vídeo em uma plataforma e chega a notificação de um aplicativo X, esse ato de saltar de atividade para outra dificulta a capacidade de concluir um pensamento.

Concentração é a habilidade de manter a atenção em um único objeto ou atividade, minimizando distrações, enquanto o foco refere-se a manter essa concentração por um período prolongado, mantendo-se imerso e engajado na tarefa. Em resumo, é a capacidade de direcionar consistentemente a atenção para uma tarefa específica, evitando distrações e interrupções.

Alguns Estudiosos como Cal Newport e Mihaly Csikszentmihalyi desenvolveram teorias e contribuíram para um melhor entendimento e como alcançar níveis de foco em um mundo onde hoje há muitas distração, Cal Newport, por sua vez, é um autor e professor universitário conhecido por seu trabalho sobre produtividade e foco. Seu livro "Deep Work: Rules for Focused Success in a Distracted World" explora a importância do trabalho profundo e como alcançá-lo em um mundo cheio de distrações.

O Psicólogo renomado, Csikszentmihalyi é conhecido por sua teoria do "fluxo", um estado de concentração e envolvimento total em uma atividade. Seu livro "Flow: The Psychology of Optimal Experience" explora os elementos que contribuem para o estado de fluxo e como ele pode ser alcançado.

A sobrecarga de informação ocorre quando somos expostos a uma quantidade excessiva de informações, mais do que somos capazes de processar ou assimilar de forma eficaz. Isso pode ser causado pela disponibilidade onipresente de dispositivos eletrônicos, acesso à internet e redes sociais, bem como pela rápida disseminação de informações em diversas plataformas. Essa sobrecarga pode afetar a vida das pessoas de várias maneiras:

- Dificuldade de tomada de decisão Quando somos bombardeados com muitas opções e informações, pode ser difícil decidir o que é mais relevante ou importante, levando à indecisão e procrastinação.
- Esgotamento mental: O constante processamento de informações pode levar ao esgotamento mental, o que pode prejudicar o bem-estar emocional e mental das pessoas.
- Desinformação e falta de discernimento: Com a quantidade crescente de informações disponíveis online, pode ser desafiador discernir entre fontes confiáveis e informações falsas ou enganosas, contribuindo para a propagação da desinformação.

A saúde mental abrange o bem-estar emocional, psicológico e social, indo além da ausência de doenças psicológicas como ansiedade, depressão ou TDAH. Envolve sentir-se bem consigo mesmo e lidar saudavelmente com as emoções. Na era digital, o bem-estar psicológico é crucial devido à rápida evolução tecnológica e à crescente interação das pessoas com dispositivos eletrônicos e plataformas online.

A exposição digital pode causar sentimentos de inadequação e isolamento ao comparar-se com vidas perfeitas nas mídias sociais, aumentando estresse, ansiedade e depressão, levando ao afastamento social. Além disso, o uso constante de telas e dispositivos eletrônicos pode sobrecarregar o cérebro, especialmente em crianças, associado a dificuldades de atenção e concentração, sintomas do TDAH. A rápida sucessão de estímulos em jogos eletrônicos dificulta filtrar informações e manter o foco em tarefas longas.

Vale lembrar que há uma quantidade esmagadora de informações disponíveis online, levando a uma sensação de sobrecarga e dificultando a capacidade de concentração e foco, além da constante exposição a informações estimulantes antes de dormir podendo aumentar os níveis de ansiedade e estresse, impedindo o relaxamento necessário para um descanso adequado.

A falta de sono de qualidade afeta a saúde mental e o funcionamento cognitivo, impedindo os processos de regeneração e consolidação cerebral necessários. Um sono irregular prejudica a concentração e o foco, já que durante o sono o cérebro consolida memórias e processa informações, facilitando a aprendizagem. A privação do sono leva a dificuldades de concentração, problemas de memória e lentidão cognitiva.

## CONCLUSÃO

A tecnologia desempenha um papel significativo nos avanços sociais, especialmente na comunicação, mas é crucial refletir e controlar seu uso, especialmente entre crianças e adolescentes. A sobrecarga de informações pode dificultar a distinção entre verdade e falsidade, preocupando autoridades. É essencial que a comunidade científica observe os impactos da cultura digital nas interações humanas, no desenvolvimento integral e na saúde mental.

## REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Anaísa Leal Barbosa., ELIAS, Luciana Carla dos Santos. Students with ADHD: Social Skills, behavioral problems, academic performance, and Family Resources. **Psico-USF**, v. 26, n. 3, p. 545–557, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-82712021260312

ALVES, B. / O. / O.-M. Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade – TDAH | Biblioteca Virtual em Saúde MS. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/transtorno-do-deficit-de-atencao-com-hiperatividade-tdah/.

CRESWELL, John Ward., CRESWELL, John David. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Penso, 5 ed., 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4 ed., 2002.

GONÇALVES, Sineide., FERREIRA, Bárbara Eduarda B. A convergência tecnológica e digital, o ensino remoto emergencial e os alunos com TDAH que frequentam os anos finais do ensino fundamental. **Texto Livre Linguagem e Tecnologia**, v. 14, n. 1, p. e25043, 2021. DOI: https://doi.org/10.35699/1983-3652.2021.25043

**O uso de internet pode agravar o TDAH?** Disponível em: https://apsiquiatra.com.br/internet-pode-agravar-o-tdah/. Acesso em: 22 abr. 2024.

**Qual a importância do sono para a saúde mental?** Disponível em: https://centrocerebro.pt/blog/importancia-do-sono-na-saude/. Acesso em: 9 may 2024.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa (editorial). **Acta Paul. Enferm**., v. 20, n. 02, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# **O TDAH NA ERA DIGITAL:** UM ESTUDO DE REVISÃO DE LITERATURA

Felipe Cauã Cavalcante Oliveira[1]
Mickely Maia De Queiroz[2]
Pablo Crisanto Nobre Alves[3]
Iara Fernandes Teixeira[4]

**RESUMO**

As mídias sociais desempenham um papel significativo no contexto social atual. A constante disponibilidade de estímulos digitais, como notificações de redes sociais, emails e vídeos online, pode se relacionar com o aumento da distração. Portanto, nosso objetivo geral é compreender como as publicações estão pautando o acesso a tecnologia e o fluxo de dados consumido atualmente e as possíveis interferências na saúde de pessoas com TDAH. Como objetivos específicos, elencamos os seguintes pontos: a) definir o que é o TDAH e seus principais sintomas; b) discutir a ascensão de aplicativos de vídeos curtos que são consumidos, sobretudo por crianças e jovens e os fluxos de informação por meio destes últimos; e, c) apresentar a visão médico-psicológica a respeito dos possíveis impactos do uso exacerbado de telas por pessoas diagnosticadas com TDAH. A aceleração do consumo de informações pode contribuir para o aumento da distraibilidade, sobretudo em crianças pequenas e adolescentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** TDAH; Redes sociais; Saúde mental.

## INTRODUÇÃO

O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) pode ser definido como um quadro que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Caracterizado por dificuldades de manter a concentração em uma atividade por muito tempo, impulsividade e agitação psicomotora (DIAS; WAJNSZTEJN, 2010).

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: felipecauac@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: micsqz15@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: Crisantoalves.ep@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: fernandesteixeiraira@gmail.com

O estilo de vida moderno, caracterizado por um ritmo acelerado, onde as pessoas estão constantemente ocupadas com múltiplas tarefas, compromissos e responsabilidades, pode ser especialmente desafiador para indivíduos com TDAH devido às suas dificuldades em manter o foco, a organização e o gerenciamento de tarefas. Além disso, a era digital trouxe consigo uma explosão de tecnologia e estímulos visuais e auditivos, estando constantemente conectados a dispositivos eletrônicos, como smartphones, tablets e computadores, e expostos a redes sociais, notificações e informações instantâneas. Nossa hipótese reside na ideia de que a constante exposição à tecnologia e estímulos digitais podem intensificar os desafios enfrentados por pessoas com TDAH.

A partir desse pressuposto nos questionamos, como a dinâmica do uso de telas e do acesso a informação constante pode estar interferindo na saúde de pessoas diagnosticadas com TDAH? No rastro da questão, organizamos esta pesquisa com o objetivo geral de compreender como as publicações estão pautando o acesso à tecnologia e o fluxo de dados consumido atualmente e suas possíveis interferências na saúde de pessoas com TDAH. Como objetivos específicos, elencamos os seguintes pontos: a) definir o que é o TDAH e seus principais sintomas; b) discutir a ascensão de aplicativos de vídeos curtos que são consumidos, sobretudo por crianças e jovens e os fluxos de informação por meio destes últimos; e, c) apresentar a visão médico-psicológica a respeito dos possíveis impactos do uso exacerbado de telas por pessoas diagnosticadas com TDAH.

Nesse contexto, é crucial desenvolver estratégias de gerenciamento adaptadas às necessidades específicas dessas pessoas. O fluxo incessante de informações e a tentação frequente de checar dispositivos eletrônicos podem facilmente resultar em distrações e procrastinação, tornando difícil manter o foco e concluir tarefas.

## METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, e, de acordo com os objetivos perseguidos, também pode ser classificado como descritivo e exploratório. Creswell e Creswell (2021, p. 14) descrevem a pesquisa qualitativa como "[...] uma abordagem voltada para a exploração e para o entendimento do significado que indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano". Segundo Gil (2002) as pesquisas bibliográficas se baseiam em análises de materiais anteriormente publicados, extraindo destes últimos novas conclusões a partir de novas questões.

Com base no aprofundamento que almejamos e no tempo que dispomos para a realização da pesquisa, a revisão escolhida foi a narrativa. De acordo com Rother (2007, p. v)

esse tipo de escolha metodológica é ideal para: “descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual. [...]”.

Quanto aos nossos objetivos, classificamos este trabalho como uma pesquisa descritiva e exploratória. Gil (2002) destaca que os estudos de caráter descritivo estão especialmente preocupados em levantar e registrar características primordiais de determinado grupo ou fenômeno. Já as pesquisas exploratórias se dedicam a levar o conhecimento a respeito de um tema ao pesquisador por meio do processo de pesquisa e da imersão no material (GIL, 2002).

O processo de coleta de dados se deu entre os meses de março e abril de 2024 nas bases de dados: SciELO e Google Schoolar. Utilizamos como descritores os termos “neurociências” AND “uso de telas”, “TDAH” AND “Redes Sociais”. Por meio da busca atingimos 05 resultados, selecionamos apenas os estudos disponíveis para leitura integral online ou por meio de download, publicados entre 2013 e 2023. Foram excluídos do estudo, os artigos incompletos ou indisponíveis para leitura integral, e que foram publicados fora do período estabelecido como recorte temporal da pesquisa.

As análises serão empreendidas por meio de fichamentos e seleção de argumentos dos autores com base nos objetivos da pesquisa, organizando-os em um tópico: a aceleração do consumo de informações: Redes Sociais e TDAH.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### O que é o TDAH: sinais e sintomas

O TDAH é uma das alterações na atenção mais comumente veiculadas na mídia atualmente. A sigla designa o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, um transtorno neurológico geralmente diagnosticado na infância, caracterizado por desatenção, impulsividade e hiperatividade. Os sintomas incluem dificuldade em manter a atenção, desorganização, esquecimento de tarefas e dificuldades em seguir instruções (DIAS; WAJNSZTEJN, 2010).

De acordo com Paulo Dalgalarrondo (2008) a atenção se relaciona diretamente com a atividade da consciência, nesse sentido as dificuldades de atenção se referem tanto a estímulos internos como externos. Portanto, “[...] o paciente, geralmente criança ou adolescente, tem a capacidade prejudicada em organizar e completar tarefas, assim como relutância em controlar seus comportamentos e impulsos” (DALGALARRONDO, 2008, p. 107).

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION, 2013) da Associação Americana de Psiquiatria classifica

o TDAH em três tipos distintos: TDAH com predominância de distração, com predominância da impulsividade e predominância combinada (distração + impulsividade). Embora o transtorno seja identificado com frequência na infância, atualmente tem crescido o número de diagnósticos em adultos graças a popularização de informações a respeito do transtorno na mídia e o maior acesso desses sujeitos a profissionais especializados dentro do sistema de saúde (PORTAL DRAUZIO VARELLA, 2024, s/d.).

Diante da responsabilidade de veicular informações comprometidas com a promoção de saúde, Dias e Wajnsztejn (2010) advertem a sociedade a respeito do cuidado com o diagnóstico de TDAH. Para os autores deve haver um processo de avaliação neuropsicológica antes de supor que um comportamento é um sintoma em uma criança ou em um adulto. Esses cuidados envolvem a ciência de que uma vez diagnosticado o sujeito necessita do acompanhamento adequado, seja medicamentoso, mas também psicoterapia. O tratamento exclusivamente químico não garante resultados satisfatórios em termos de saúde integral. Segundo Martinhago (2019, p. 99)

> A medicalização possibilita um controle médico do social, ocorrendo uma despolitização da existência. Na medida em que o comportamento é medicalizado, o seu significado naquele momento e em um determinado contexto deixa de existir. Medicalizar é uma maneira de ignorar o que o comportamento está buscando falar.

Ou seja, é muito importante compreender como a vida dessa pessoa irá ser impactada pelo diagnóstico, se a medicação possui efeitos colaterais, qual a dosagem que funciona para o seu corpo e como suas relações se adaptarão a uma outra concepção de existência.

**A aceleração do consumo de informações: Redes sociais e TDAH**

A discussão a respeito do uso de telas e do lugar que as Redes Sociais estão ocupando na sociedade vem se tornando emergente ao passo que médicos e professores se preocupam com o desenvolvimento infantil (NOBRE, et al., 2021; SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2019; AMARANTE, 2022).

Segundo o estudo de Nobre et al. (2021) as crianças já estão consumindo mais tempo de internet e Redes Sociais do que é recomendado pela comunidade pediátrica internacional. O aumento da distração no ambiente digital é impulsionado pelo uso generalizado de dispositivos eletrônicos e acesso à internet, o que intensifica os desafios de distração, especialmente para pessoas com TDAH, devido à constante disponibilidade de estímulos digitais.

Em levantamento divulgado em outubro de 2023 pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) e do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), 24%

da amostra respondeu que o primeiro acesso a internet aconteceu durante os seis primeiros anos de vida. Na divulgação desses dados, o Cetic.br, NIC.br e CGI.br (2023) destacam que em 2015 essa proporção correspondia a apenas 11% da amostra.

A sobrecarga de informação ocorre quando somos expostos a uma quantidade excessiva de informações, mais do que somos capazes de processar ou assimilar de forma eficaz. Isso pode ser causado pela disponibilidade onipresente de dispositivos eletrônicos, acesso à internet e redes sociais, bem como pela rápida disseminação de informações em diversas plataformas. Essa sobrecarga pode afetar a vida das pessoas de várias maneiras:

- Dificuldade de tomada de decisão Quando somos bombardeados com muitas opções e informações, pode ser difícil decidir o que é mais relevante ou importante, levando à indecisão e procrastinação.
- Esgotamento mental: O constante processamento de informações pode levar ao esgotamento mental, o que pode prejudicar o bem-estar emocional e mental das pessoas.
- Desinformação e falta de discernimento: Com a quantidade crescente de informações disponíveis online, pode ser desafiador discernir entre fontes confiáveis e informações falsas ou enganosas, contribuindo para a propagação da desinformação.

Além disso, o uso constante de telas e dispositivos eletrônicos pode sobrecarregar o cérebro, especialmente em crianças, associado a dificuldades de atenção e concentração, sintomas do TDAH. A rápida sucessão de estímulos em jogos eletrônicos dificulta filtrar informações e manter o foco em tarefas longas.

Vale lembrar que há uma quantidade esmagadora de informações disponíveis online, levando a uma sensação de sobrecarga e dificultando a capacidade de concentração e foco, além da constante exposição a informações estimulantes antes de dormir podendo aumentar os níveis de ansiedade e estresse, impedindo o relaxamento necessário para um descanso adequado.

A falta de sono de qualidade afeta a saúde mental e o funcionamento cognitivo, impedindo os processos de regeneração e consolidação cerebral necessários. A privação do sono leva a dificuldades de concentração, problemas de memória e lentidão cognitiva (NOBRE, et al., 2021; SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2019).

## CONCLUSÃO

A tecnologia desempenha um papel significativo nos avanços sociais, especialmente na comunicação, mas é crucial refletir e controlar seu uso, especialmente entre crianças e adolescentes. A sobrecarga de informações pode dificultar a distinção entre verdade e falsidade,

preocupando autoridades. É essencial que a comunidade científica observe os impactos da cultura digital nas interações humanas, no desenvolvimento integral e na saúde mental.

## REFERÊNCIAS


ABRAHÃO, Anaísa Leal Barbosa., ELIAS, Luciana Carla dos Santos. Students with ADHD: Social Skills, behavioral problems, academic performance, and Family Resources. **Psico-USF**, v. 26, n. 3, p. 545–557, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-82712021260312

AMARANTE, Suely. **O uso das telas e o desenvolvimento infantil**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Instituto Fernandes Filgueira, 2022. Disponível em: https://www.iff.fiocruz.br/index.php/pt/?view=article&id=35:uso-das-telas&catid=8 Acesso em: 26 abr. 2024.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **DSM - V**: Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed, 2013.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO/NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR/COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **TIC Kids Brasil 2023**: crianças estão se conectando mais cedo no país. Cetic.br/Nic.br/CGI.br, 2023. Disponível em: https://cetic.br/pt/noticia/tic-kids-online-brasil-2023-criancas-estao-se-conectando-a-internet-mais-cedo-no-pais/ Acesso em: 10 maio 2024.

CRESWELL, John Ward., CRESWELL, John David. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Penso, 5 ed., 2021.

DALGALARRONDO, Paulo. Atenção e suas alterações. In: _____. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2 ed., 2008, p. 102-107.

DIAS, Cíntia Carvalho Noronha Garcia., WAJNSTEJN, Rubens. Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). In: VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro do., et al. **Aprendizagem na atualidade**: neuropsicologia e desenvolvimento na inclusão. Novo Conceito, 2010, p. 228-234.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4 ed., 2002.

NUNES, Juliana Nogueira Pontes. et al. Fatores determinantes no tempo de tela de crianças na primeira infância. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 3, 2021, p.1127-1136. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232021263.00602019

PORTAL DRAUZIO VARELLA. **O que está por trás da "explosão" de casos de TDAH no Brasil e no mundo?** UOL [Online], 2024. Disponível em: https://drauziovarella.uol.com.br/psiquiatria/o-que-esta-por-tras-da-explosao-de-casos-de-tdah-no-brasil-e-no-mundo/#:~:text=Estudos%20demonstraram%20que%20o%20TDAH,e%20culturais%2C%20segundo%20a%20dra. Acesso em: 10 maio 2024.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa (editorial). **Acta Paul. Enferm**., v. 20, n. 02, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **#MENOSTELAS#MAIS SAÚDE** – Manual de Orientação. SBP/Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital, 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-__MenosTelas__MaisSaude.pdf Acesso em: 26 abr. 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# **O TRABALHO INFANTIL:** E A EXPLORAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MEIO ARTÍSTICO E SUAS SEQUELAS PSICOLOGICAS

Carlos Luan Lima Maciel[1]
Driely Lima de Sousa[2]
Jessica Vitoria Chaves Oliveira[3]
Leticia de Castro Duarte[4]
Vanessa Jamile Moura Alves[5]

**RESUMO**

O trabalho infantil no meio artístico, apesar de ser muitas vezes romantizado pela sociedade, apresenta desafios significativos que exigem atenção tanto jurídica quanto social. Enquanto a legislação brasileira proíbe o trabalho para menores de determinada idade, exceções são feitas para o setor artístico, desde que não prejudiquem a saúde física e mental das crianças. No entanto, essa prática pode resultar em consequências sérias, incluindo limitações no desenvolvimento emocional e social, além de exposição a abusos e exploração. Embora o trabalho precoce possa ser visto como uma fonte de renda para algumas famílias, pode também privar as crianças de sua infância e deixar cicatrizes psicológicas duradouras. É crucial aumentar a conscientização sobre os impactos negativos do trabalho infantil e implementar políticas eficazes para combatê-lo. Além disso, são necessários programas de apoio psicossocial para crianças afetadas, visando superar traumas e desenvolver habilidades emocionais. Em suma, é fundamental encontrar um equilíbrio entre a proteção à infância e o apoio ao desenvolvimento artístico, garantindo que os direitos das crianças sejam respeitados e que elas não sejam exploradas em nome da arte.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho Infantil; Criança; Adolescente, Meio Artístico.

## INTRODUÇÃO

Segundo a obra literária “Capitalismo e escravidão”, escrito por Eric Williams, a relação de trabalho subordinada que teve início na Primeira Revolução Industrial entre os séculos XVIII e XIX, na Europa, consequente pelo surgimento de grandes indústrias e pelo início das exportações. Durante esta revolução ocorreram outras transformações, como o êxodo rural, em que grande parte da população se mudou para a cidade em busca de

[1]Carlos Luan Lima Maciel: e-mail: carlosluanmaciel@gmail.com
[2]Driely Lima de Sousa: e-mail: sousa.drielyl@gmail.com
[3]Jessica Vitoria Chaves Oliveira: e-mail:jrdiresti@icloud.com
[4]Leticia de Castro Duarte: e-mail: leticiadecastro.duarte@gmail.com
[5]Vanessa Jamile Moura Alves: e-mail: vanessamilemrlvs@gmail.com

oportunidades de trabalho; a invenção de máquinas para a produção de bens; o aparecimento de novas classes sociais e a exploração do trabalho infantil nas fábricas.

Visando esse fato relatado, em que as crianças eram expostas a trabalhos desumanos, era necessários que surgisse uma atitude drástica para proteger os vulneráveis. De acordo com o website informativo chamado Sendo assim surge o decreto n° 1,313 de 17 de janeiro de 1891, como uma primeira iniciativa para regulamentar o emprego de crianças e adolescentes no território brasileiro. O decreto regulamentava o trabalho desses menores, pois era preocupante a quantidade de menores que trabalhavam na industrial.

A Justiça do trabalho é um componente vital no cotidiano brasileiro, resolvendo conflitos nas relações laborais com base no Direito do Trabalho. E sendo o trabalho infantil um tema de grande valor social, buscando solucionar e amparar uma coletividade juvenil que é suscetível a trabalho prematuramente.

Nos dias atuais, tem sido notório que crianças e adolescentes têm sido inseridos no mercado de trabalho artístico cada vez mais cedo e mais precocemente. E o envolvimento no mercado de trabalho ainda que antes do tempo estabelecido por lei, não é um assunto novo, mas sim uma problemática que surgiu a anos atrás, e tem um novo aspecto com o abraçamento de juvenis no meio artístico. Sob este fato, o presente trabalho tem como objetivo analisar com base na constituição, o trabalho infantil no meio artístico, visando analisar essa questão à luz da Constituição.

## METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida através de fontes primárias, como artigos e livros, e legislações. As fontes utilizadas deste trabalho são fontes secundárias e encontradas com a ajuda de repositórios de conteúdos acadêmicos e científicos na internet, sobre a temática do trabalho direito, processo e inteligência artificial.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, segundo o artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal, o trabalho infantil é proibido para crianças e adolescentes abaixo da idade mínima permitida, é vedado para quem ainda não possui 16 anos de idade, com exceção para jovens aprendizes, que passa a ser permitido a partir dos 14 anos, em caso de trabalho noturno só é permitido para quem possui 18 anos completos. Segundo o IBGE (2019), “1,768 milhão de crianças e adolescentes

de 5 a 17 anos trabalham em todo o território nacional, o que representa 4,6% da população (38,3 milhões) nesse intervalo de idades".

Nesse contexto de trabalho infantil, cabe-se primeiramente analisar o art. 227 da CF/88, podendo extrair do artigo mencionado que a família e o estado têm a função de garantir e assegurar para crianças e adolescentes;

> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

Seguindo este entendimento, o art. 7°, XXXIII prevê a proibição do trabalho noturno, perigos ou insalubre a menores de 16 e de qualquer trabalho aos menores de 16 anos, em exceção na condição de aprendiz que passa a ter direito a partir dos 14 anos.

Contudo, a convenção n° 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificada através do Decreto 4.134, de 15 de fevereiro de 2002 relata da permissão para o trabalho no meio artístico onde o trabalho infantil seja solicitado, desde de que não traga prejuízo a saúde física ou mental, dos mesmos;

> Artigo 8º. 1. A autoridade competente, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, poderá, mediante licenças concedidas em casos individuais, permitir exceções para a proibição de emprego ou trabalho provida no Artigo 2º desta Convenção, para finalidades como a participação em representações artísticas.

Diante do exposto, podemos interpretar que a legislação permite o trabalho no meio artístico, para trabalhos de interpretações de crianças e juvenis. Devemos também analisar que o tempo que é dedicado ao trabalho de interpretações e estudo de roteiros, que muitas vezes limita as interações sociais, levanto até ao isolamento e dificuldade de socialização, o que pode persistir na vida adulta.

Segundo pesquisa realizada no site com direção educativa que tem função principal estudar e educar sobre o trabalho infantil chamado "Criança Livre de Trabalho Infantil" o ator e professor de Teatro Marcelo Pato Papaterra, retrata sobre o fato de a sociedade ver a atuação infantil como uma brincadeira e não como um trabalho, tornando o combate à pratica ainda mais árduo. Analisamos que a atuação infantil, não é apenas uma interpretação do

personagem, mas passa a imergir dentro da realidade daquele personagem, causando em alguns casos traumas grandes.

Dessa forma, por mais que muitas vezes o trabalho no meio artístico realizado por crianças e adolescentes é visto com *glamour*, e tirado o olhar de que representa também uma relação de emprego. O trabalho para gravação de filmes, series ou teatros exige muito tempo do dia, onde a criança tem que conciliar o trabalho e estudo, sobrando pouco tempo para brincadeiras e gozar de seus direitos da infância.

Com base em toda a pesquisa mostrada até o presente momento, é notório que esse trabalho artístico no meio infantil vem trazendo consequências graves, onde a infância vai possuir limitações, podendo até trazer sequelas psicológicas e sendo expostas a diversas problemáticas que a fama vem acarretando, um exemplo disso são os comentários maldosos realizados nas redes sociais e que muitas vezes nem os próprios adultos conseguem lidar com tal exposição.

A ocupação na infância pode expor as crianças a condições estressantes e traumáticas, como abusos físicos, emocionais e sexuais, resultando em sintomas de estresse pós-traumático. Crianças que trabalham precocemente podem desenvolver uma baixa autoestima devido à falta de oportunidades para educação e desenvolvimento pessoal, levando a sentimentos de inadequação e inferioridade.

O trabalho infantil pode interromper o desenvolvimento emocional saudável das crianças, levando a dificuldades em lidar com emoções e estabelecer relacionamentos interpessoais. A pressão e responsabilidade associadas ao trabalho precoce podem desencadear transtornos de ansiedade e depressão nas crianças, afetando negativamente sua saúde mental.

## CONCLUSÃO

O trabalho infantil no meio artístico é uma realidade complexa que requer atenção jurídica e social. É necessário um equilíbrio entre proteção à infância e apoio ao desenvolvimento artístico, garantindo que os direitos das crianças sejam respeitados e que elas não sejam exploradas ou prejudicadas em nome da arte. A conscientização e a regulamentação adequada são essenciais para abordar essa questão de forma eficaz e justa.

O trabalho infantil não apenas priva as crianças de sua infância, mas pode deixar cicatrizes psicológicas duradoras e tardando desenvolvimento. É preciso que seja tomado atitudes urgentes para proteger os direitos das crianças e fornecer apoio necessário para acalentar os efeitos negativos do trabalho precoce em bem-estar e saúde emocional.

Diante do exposto, concluímos que muitas vezes o trabalho infantil no meio artístico não é visto pela sociedade como um problema, e deixando de lado todas as problemáticas da questão. E que tem que ser regulamentado para que não cause danos severos ou sequelas psicológicas nessas crianças. E ser regulamentado para que obtenha uma qualidade de vida para os mesmos e que sua infância não seja interrompida.

## REFERÊNCIAS


MOREIRA, rafael bueno da rosa; CUSTÓDIO, A. V. A INFLUÊNCIA DO DIREITO INTERNACIONAL NO PROCESSO DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, *[S. l.]*, v. 23, n. 2, p. 178–197, 2018. DOI: 10.25192/issn.1982-0496.rdfd.v23i21141. Disponível em: https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/1141. Acesso em: 14 maio 2024.

POLITIZE. **Justiça do Trabalho**. Disponível em: https://www.politize.com.br/justica-do-trabalho/. Acesso em: 8 maio 2024

OTTOBELLI, Fernanda, **Trabalho Infantil no meio artístico**, Conjur, 13 dez, 2020. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2020-dez-13/fernanda-ottobelli-trabalho-infantil-meio-artistico/. Acesso em: 10 maio 2024.

CIDADE de Deus. Direção de Fernando Meirelles. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2002. 1 DVD.

OLIVEIRA, Tamires Souza. **O trabalho Infantil Artistico.** São Paulo, 2016 Monografia (Direito) - Pontifica universidade de São Paulo.

MARQUES, R; Criança livre de Trabalho Infantil**, Os limites do trabalho infantil artístico: até onde ele é saudável?** Disponível em: https://livredetrabalhoinfantil.org.br. Acesso em: 10 maio 2024

MARQUES, R; Criança livre de Trabalho Infantil, **O que é trabalho infantil?** Disponível em: https://livredetrabalhoinfantil.org.br. Acesso em: 11 maio 2024.

NATUSCH, Igor. **O trabalho dos menores no Decreto 1.313 de 17 de janeiro de 1891.** Revista Angelus Novus, 2022. Disponível em: https://www.dmtemdebate.com.br/17-de-janeiro-de-1891-e-editado-o-decreto-n-o-1-313-primeira-tentativa-de-regulamentar-o-emprego-de-criancas-e-adolescentes-no- Acesso em: 11 maio 2024

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# O USO DA GAMETERAPIA NA INCONTINÊNCIA URINÁRIA EM MULHERES NO PÓS-PARTO.

Larissa de Deus Rodrigues[1]
Carlos Eduardo Gomes Silva[2]
Maria Mônica da Silva Menezes[3]
Mariana Machado Costa[4]
Talita Rodrigues Gadelha[5]

## RESUMO

**Introdução:** A incontinência urinária pós-parto é uma condição de perda de urina involuntariamente comum que afeta muitas mulheres após o parto, impactando significativamente a qualidade de vida. A prevalência da incontinência urinária pós-parto é uma preocupação relevante, uma vez que estima-se que afete aproximadamente 30% a 50% das mulheres após o parto, causando desconforto físico e emocional. O objetivo do estudo é avaliar a eficácia da gameterapia em melhorar os sintomas de incontinência urinária em mulheres no pós-parto, explorar barreiras e facilitadores na implementação dos jogos eletrônicos, e contribuir com dados atualizados sobre tratamentos alternativos na literatura existente. **Metodologia:** Este projeto se concentrará em realizar uma revisão sistemática da literatura nas bases de dados PubMed, Scielo, Medline e PeDro, para avaliar a eficácia e os benefícios dessa forma de terapia. **Resultados esperados:** Ao analisar estudos científicos e pesquisas anteriores sobre a gameterapia e sua aplicação na incontinência urinária pós-parto, esperamos obter insights valiosos sobre a eficácia dessa abordagem inovadora. Os resultados desta revisão sistemática serão essenciais para fornecer uma base sólida de evidências sobre a viabilidade e o potencial da gameterapia como uma opção de tratamento eficaz e bem-sucedida para mulheres que enfrentam essa condição após o parto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jogos eletrônicos de movimento; Incontinência urinária; Período pós-parto;

[1]FACULDADE VIDAL: larissadeus@alu.uern.com
[2]FACULDADE VIDAL: carloseduardogamossilva12345@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: monicadsm2002@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: marianacmachado4@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: talita.r.g@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

A Incontinência Urinária (UI), é um distúrbio caracterizado pela perda involuntária da urina, o que afeta muitas mulheres, trazendo consigo impactos físicos e psicológicos significativos. A perda involuntária de urina pode causar constrangimento, desconforto e afetar a autoestima das mulheres, prejudicando sua qualidade de vida, visando que essa condição afeta aproximadamente 30% a 50% das mulheres após o parto. Neste contexto, a busca por abordagens terapêuticas inovadoras e eficazes é essencial para oferecer suporte e melhorar o bem-estar dessas mulheres. (SHINOZAKI *et al.,* 2022).

As causas da incontinência urinária podem ser multifatoriais. Porém, a fraqueza dos músculos pélvicos, gravidez e parto, podem estar mais associados na presença da disfunção nas mulheres puérperas. Dessarte, é constatada a problemática da falta de instrução, de informação e de sensibilização sobre a IU. (RUTKOWSKA *et al.,* 2022).

A introdução da gameterapia, utilizando dispositivos populares como Nintendo Wii e Xbox, representa uma nova perspectiva na reabilitação da incontinência urinária pós-parto. Essa forma de terapia baseada em jogos e tecnologia tem o potencial de tornar o tratamento mais envolvente, motivador e eficaz para as mulheres que enfrentam essa condição. Ao incorporar exercícios específicos para fortalecimento do pavimento pélvico em atividades lúdicas e interativas, a gameterapia pode tornar o processo de reabilitação mais agradável e desafiador. (RUTKOWSKA *et al.,* 2020 apud RUTKOWSKA et al., 2022).

É crucial considerar que métodos de tratamento menos invasivos e mais inovadores são necessários para abordar essa questão de forma eficaz. A gameterapia surge como uma alternativa promissora, pois envolve o uso de jogos e tecnologia para fortalecer os músculos do pavimento pélvico, essenciais para o controle da bexiga. Sua capacidade de combinar exercícios terapêuticos com tecnologia e entretenimento, representa uma abordagem holística e personalizada que pode contribuir significativamente para o bem-estar físico e emocional dessas pacientes. (NAGIB et al., 2021).

O objetivo do presente trabalha visa listar e descrever os objetivos do estudo, incluindo avaliar a eficácia da gameterapia em melhorar os sintomas de incontinência urinária em mulheres no pós-parto, explorar barreiras e facilitadores na implementação da gameterapia, e contribuir com dados atualizados sobre tratamentos alternativos na literatura existente.

## METODOLOGIA

A metodologia deste projeto consistirá em uma revisão sistemática da literatura, com o intuito de investigar a eficácia da gameterapia no tratamento da incontinência urinária pós-parto. Será realizada uma busca abrangente em bases de dados renomadas, como PubMed, Scielo, Medline e PeDro, utilizando termos MeSH (Medical Subject Headings) e DeCS (Descritores em Ciências da Saúde), no qual os descritores selecionados foram: jogos eletrônicos de movimento, incontinência urinária e período pós-parto.

A busca será estruturada seguindo o esquema PICOT (P: paciente/população, I: intervenção, C: comparação, O: out come/resultado, T: tempo), o que permitirá uma abordagem sistemática na seleção dos estudos. Essa estratégia auxiliará na identificação de informações relevantes para avaliar a eficácia da gameterapia em mulheres com incontinência urinária pós-parto.

Para a seleção dos estudos e a revisão dos artigos encontrados, será utilizada a plataforma Rayyan. Essa ferramenta facilita o processo de triagem dos artigos, permitindo uma análise mais eficiente e organizada dos estudos identificados durante a busca nas bases de dados selecionadas.

A revisão sistemática da literatura é fundamental para reunir evidências científicas robustas sobre a gameterapia como uma opção terapêutica para mulheres com incontinência urinária pós-parto. Ao seguir essa metodologia rigorosa e criteriosa, será possível analisar de forma abrangente os estudos disponíveis e contribuir com informações relevantes para a prática clínica e a pesquisa nessa área.

## CRONOGRAMA

Para garantir o desenvolvimento adequado do projeto de pesquisa sobre a gameterapia para incontinência pós-parto, é essencial estabelecer um cronograma detalhado que abranja as principais etapas do estudo. O cronograma seguirá o período de agosto a dezembro de 2024, com as seguintes atividades planejadas:

| MÊS | CRONOGRAMA 1 | CRONOGRAMA 2 |
|---|---|---|
| **AGOSTO 2024** | 1º e 2º semana<br>Preparação inicial:<br>-Definição da equipe de pesquisa.<br>-Revisão e ajuste do protocolo de revisão sistemática.<br>-Treinamento em metodologia de revisão sistemática. | 3º e 4º semana<br>Preparação da revisão:<br>-Identificação e seleção de bases de dados para busca.<br>-Desenvolvimento do esquema PICOT para estruturar a busca.<br>-Início da busca preliminar por estudos relevantes. |
| **SETEMBRO 2024** | 1º a 3º semana<br>Execução da revisão:<br>-Busca detalhada nas bases de dados selecionadas.<br>-Triagem inicial dos estudos encontrados.<br>-Inclusão dos artigos relevantes na plataforma Rayyan. | 4º semana<br>Análise de dados:<br>-Extração e organização dos dados dos estudos selecionados.<br>-Início da análise e síntese dos resultados. |
| **OUTUBRO 2024** | 1º e 2º semana<br>Análise dos Resultados:<br>-Avaliação da eficácia da gameterapia nos estudos revisados.<br>-Identificação de barreiras e facilitadores no uso da gameterapia. | 3º e 4º semana<br>Redação preliminar:<br>-Início da redação do relatório final do estudo.<br>-Discussão dos principais achados e conclusões provisórias. |
| **NOVEMBRO 2024** | 1º e 2º semana<br>Revisão e ajustes:<br>-Revisão do relatório preliminar em equipe.<br>-Ajustes e correções no texto conforme feedback recebido. | 3º e 4º semana<br>Finalização da redação:<br>-Conclusão da redação do relatório final.<br>-Revisão final do documento para submissão. |
| **DEZEMBRO 2024** | 1º e 2º semana<br>Revisão e submissão:<br>-Revisão final do relatório completo.<br>-Preparação e submissão do documento para publicação. | 3º e 4º semana<br>Encerramento do projeto:<br>-Avaliação do cumprimento dos objetivos propostos.<br>-Preparação de apresentações e divulgação dos resultados. |

Este cronograma detalhado permitirá a execução eficiente e organizada do estudo sobre a gameterapia para incontinência pós-parto, garantindo o cumprimento dos prazos e a qualidade na realização de cada etapa do projeto.

## APÊNDICES

Apêndice A:




**Figura ilustrativa de Nintendo Wii.**

Apêndice B:



**Figura ilustrativa de Xbox.**

## RESULTADOS ESPERADOS

O resultado almejado pelo projeto de pesquisa é de evidenciar o êxito da gameterapia como parte do tratamento da incontinência urinária em mulheres no pós-parto.

**REFERÊNCIAS**

Descritores em Ciências da Saúde: DeCS. 2023. ed. rev. e ampl. São Paulo: BIREME / OPAS / OMS, 2023. Disponível em: < http://decs.bvsalud.org/ >. Acesso em 9 de maio de 2024.

Nagib ABL., Silva VR., Martinho NM., Marques A., Riccetto C., Botelho S. **Can Supervised Pelvic Floor Muscle Training Through Gametherapy Relieve Urinary Incontinence Symptoms in Climacteric Women? A Feasibility Study**. Rev Bras Ginecol Obstet. 2021 Jul;43(7):535-544. doi: 10.1055/s-0041-1733979. Epub 2021 Aug 30. PMID: 34461664; PMCID: PMC10301951.

Rutkowska A., Rutkowski S., Szczepanska-Gieracha J. **O uso da imersão total no processo de reabilitação.** Med. Reabilitar. 2020; 24 :27–30. doi: 10.5604/01.3001.0014.4120.

Rutkowska A., Salvalaggio S., Rutkowski S., Turolla A**. Use of Virtual Reality-Based Therapy in Patients with Urinary Incontinence: A Systematic Review with Meta-Analysis.** Int J Environ Res Public Health. 2022 May 18;19(10):6155. doi: 10.3390/ijerph19106155. PMID: 35627692; PMCID: PMC9141315.

SHINOZAKI, Katsuko et al. **Incontinência urinária pós-parto e resultados do parto como resultado da técnica de empurrar: uma revisão sistemática e meta-análise.** Jornal Internacional de Uroginecologia, v. 33, p. 1435-1449, 2022.

Shinozaki K., Suto M., Ota E., Eto H, Horiuchi S. **Postpartum urinary incontinence and birth outcomes as a result of the pushing technique: a systematic review and meta-analysis.** Int Urogynecol J. 2022 Jun;33(6):1435-1449. doi: 10.1007/s00192-021-05058-5. Epub 2022 Feb 1. PMID: 35103823; PMCID: PMC9206626.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# ÓBITOS POR CAUSAS MÚLTIPLAS ENTRE PESSOAS COM HIV/AIDS NO BRASIL: UM ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO

Neurisbergue de Almeida Azevedo[1]
Vanessa Pinheiro Barreto[2]

## RESUMO

**Introdução:** O HIV é transmitido por sexo sem proteção, contato com sangue infectado e durante a gravidez, mesmo com tratamento gratuito disponível, mais de 52 mil jovens entre 15 e 24 anos desenvolveram AIDS entre 2011 e 2021. Portadores de HIV/AIDS são vulneráveis a várias doenças oportunistas. **Objetivo**: Delinear um perfil epidemiológico da mortalidade por causas múltiplas do HIV/AIDS no Brasil. **Metodologia:** Este é um estudo epidemiológico que analisou as tendências das mortes por HIV/AIDS no Brasil de 2012 a 2022. Os dados foram obtidos do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) e foram analisados por sexo, raça/cor, faixa etária e categoria CID-10. **Resultados e Discussões**: Entre 2012 e 2022, foram registrados no Brasil 256.904 óbitos por múltiplas causas de HIV/AIDS, com a Região Sudeste apresentando 42,41% dos casos e a Região Nordeste com 24,44%. As principais doenças relacionadas aos óbitos foram a candidíase, citomegalovirose, pneumocistose, criptococose, toxoplasmose e tuberculose. A subnotificação dos casos foi um desafio, especialmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. O perfil epidemiológico mostrou que a maioria das vítimas era do sexo masculino (66,54%) e a faixa etária mais afetada foi de 40 a 49 anos. A mortalidade também foi mais prevalente na população parda (42,72%). **Conclusão**: A falta de informações específicas dificulta a análise dos dados, destacando a necessidade de observar continuamente a incidência e a prevalência dos casos para implementar políticas públicas e reduzir a mortalidade, além de combater a subnotificação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Infecções por HIV; Síndrome da Imunodeficiência Adquirida; Estudos Epidemiológicos; Mortalidade.

## INTRODUÇÃO

O HIV (vírus da imunodeficiência humana) determinante da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) é transmitida através de relações sexuais sem proteção, por contato com o sangue do portador do vírus em pele não íntegra e durante a gravidez, parto e

[1]FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Enfermagem. e-mail: neurisberguealmeidaa@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professor do Curso de Graduação em Enfermagem. e-mail: vanessabarreto10@gmail.com

amamentação. O vírus possui preferência principalmente pelo sistema imunológico, onde as células T CD4+ são as mais atingidas, desencadeando uma diminuição da resposta imunológica e depleção imune (NETO et al., 2021). Segundo Delfino *et al*., (2021) no Brasil houve uma incidência de 300.496 casos de HIV desde o ano 2007 até o mês de junho de 2019.

Segundo Piran et al., (2023) de 2007 a junho de 2020, o índice de casos notificados em decorrência pelo HIV no Brasil foram 342.459 casos, no cenário de mortalidade, entre 1980 até 31 de dezembro de 2020, foram notificados 360.323 óbitos como causa básica para Aids. Para que aja uma efetividade e diminuição de risco para pessoas que vivem com HIV/Aids, o uso de antirretrovirais deve ser superior a 95% das doses, para que aja supressão viral sustentada, a baixa adesão ao tratamento relaciona-se com a falência terapêutica, podendo causar uma resistência aos medicamentos (MARIA et al., 2023).

Definindo as doenças oportunistas, elas são infecções que acometem o indivíduo com sistema imunológico debilitado (DELFINO et al., 2021). Um fator condicionante para aumento de doenças oportunistas do HIV, está na utilização do tratamento com TARV, que durante uso prolongado causa aumento de peso e obesidade, que são categorizados como fatores de risco para novas comorbidades (PEREIRA *et al*., 2001).

As principais morbidades que atingem portadores de HIV/AIDS são: toxoplasmose cerebral, tuberculose, HPV, gastroenterites, infecção respiratória, herpes e pneumonia (DELFINO *et al*., 2021).

A produção do artigo partiu da importância de compreender a complexidade e as nuances dessa doença que ainda representa um desafio significativo para saúde pública. Ao analisar as causas múltiplas do óbito por HIV/Aids, é possível identificar padrões, lacunas e oportunidades de desenvolvimento de estratégias mais eficazes de prevenção, tratamento e controle.

Diante do exposto, evidencia-se a importância da analise epidemiológica de casos de óbitos em indivíduos acometidos pelo HIV/AIDS, analisando os fatores que influenciam a morbidade e mortalidade dos acometidos. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é delinear um perfil epidemiológico da mortalidade por causas múltiplas do HIV/AIDS no Brasil, entre os anos de 2012 a 2022.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo epidemiológico, de delineado ecológico de análise de tendência temporal, utilizando os dados de Óbitos por causas múltiplas, disponível no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM). A população estudada correspondeu as vítimas de múltiplas causas do HIV/AIDS, por local de residência, que foram a óbito no país no período de 2012 a 2022, divido por categoria CID-10, acessado no mês de março de 2024.

O delineado metodológico seguido foi: Acesso ao site do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde/DATASUS (https://datasus.saude.gov.br/); TabNet; Estatística Vitais; Mortalidade – desde 1996 pela CID-10; Óbitos por causas múltiplas; e Brasil por região. As variáveis analisadas foram sexo, raça/cor, faixa etária, grupo Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde (CID-10), por categoria CID. Os dados obtidos foram notificados no SIM, que possui o acesso disponível através do DATASUS.

Realizou-se *download* dos dados em formato de planilhas do *Microsoft Office Excel 2019*, versão 2401, disponíveis de forma on-line no *site* do DATASUS. Dessa forma, por se tratar de dados de domínio público, dispensou-se a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos anos de 2012 a 2022 foram registrados 256.904 óbitos por múltiplas causas de HIV no Brasil, destes, a Região Sudeste apresentou 108.959 (42,41%) casos de óbitos notificados, seguido pela Região Nordeste, com 55.088 (24,44%) óbitos. O ano de 2015 apresentou a maior quantidade de casos após análise dos anos estudados, o que resultou em 9,77% (n=25.098) das notificações.

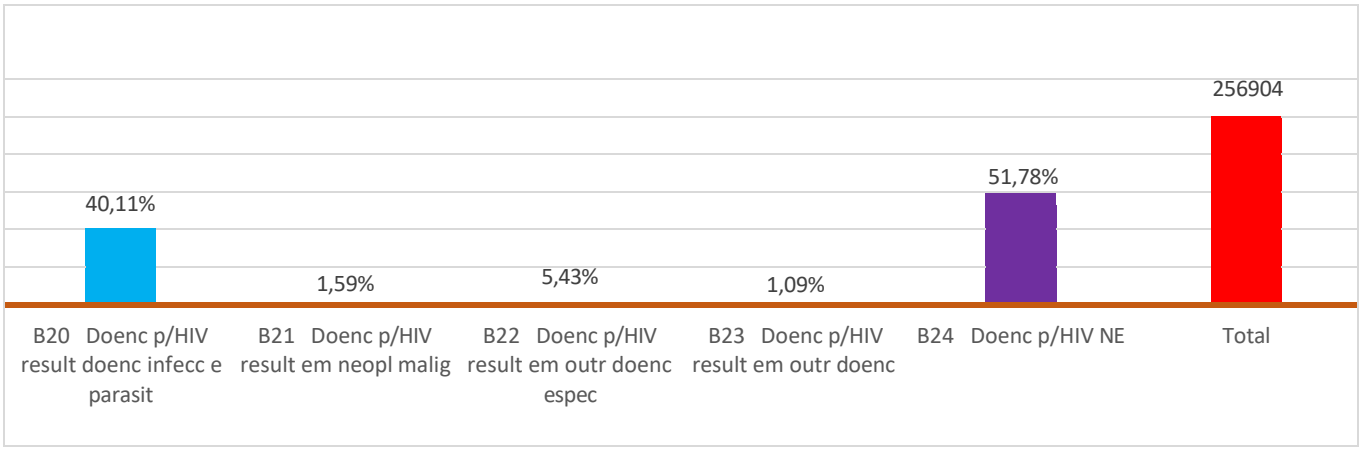
A infecção pelo HIV e posteriormente a aids, apresenta-se como causa básica, possuindo doenças mencionadas na mesma proporção dos óbitos, essas doenças estão fortemente ligadas aos índices de mortalidade por HIV/aids, destacando a candidíase, a citomegalovirose, pneumocistose, criptococose, toxoplasmose e a tuberculose (FERREIRA, 2015). Maia et al., (2021) após análise das doenças oportunistas, apresentam as doenças fúngicas sendo uma das infecções mais pertinentes em pessoas com HIV/Aids, tendo a Histoplasmose como terceira causa de óbitos vinculados a Aids, seguida pela pneumonia e meningite. Demais causas podem ser vistas no gráfico 1.

Em um estudo realizado no Piauí no ano de 2019, os autores da pesquisa evidenciaram 134 óbitos relacionados ao HIV. No mesmo estudo, a região nordeste está entre os piores indicadores para HIV/Aids, especificando que diferentes classes e sexos são vulneráveis a

doença, e desmistificando a ocorrência e relação do vírus com a homossexualidade (JUNIOR et al., 2021).

De acordo com CID-10, as doenças por HIV não específicas (B24) representam 133.018 (51,78%) dos casos de mortalidade, seguido das doenças infecciosas e parasitárias (B20), com 103.044 (40,11%), tendo a Região Sudeste com maior prevalência dos casos 43,48% (n=57.838) B24, e B20 com 41,32% (n=42.575), em relação a B24 a Região Nordeste com 20,84% (n=27.718) e 22,51% (n=24.194) das notificações B20.

Gráfico 01. Óbitos por causas múltiplas do HIV no Brasil, por CID-10, entre os anos de 2012 a 2022, extraídos do SIM.




Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Em um estudo realizado por Rocha *et al*., (2015), os autores analisaram causas de óbitos associadas a tuberculose (TB) no Rio de Janeiro entre 2006 a 2008, possuindo 132 casos no geral, sendo 80% (n=106) das notificações como causa básica para AIDS associado a TB, com maior predominância no sexo masculino com 65,15% (n=86) dos casos. Em relação a faixa etária, 87,12% (n=115) tinham idade entre 15 a 59 anos. Magno et al., 2019 na mesma perspectiva, cita em seu estudo que a TB foi a segunda causa de morte no grupo de doenças infecciosas e parasitarias, seguida de pneumocistose e taxoplasmose.

Outro estudo evidenciou que a insuficiência renal, as doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho digestivo e algumas neoplasias, são categorizadas como óbitos por múltiplas causas (FERREIRA et al., 2016). Magno et al., 2019 avaliando outras patologias frequentes associadas ao HIV/Aids, cita-se as doenças do aparelho respiratório, sendo o segundo mais abundante nesses indivíduos, evidenciando a pneumonia não especificada e insuficiência respiratória sendo as mais predominantes.

A subnotificação dos casos ainda é um problema para a avaliação de múltiplas causas de óbito do HIV/AIDS, as Regiões Sudeste e Centro Oeste possuem o maior número de subnotificação de óbitos registrados (CARMO *et al*., 2021). Os autores abordam que a subnotificação traz empecilhos para epidemiologia, o que compromete informações importantes como número total de casos, comportamentos e vulnerabilidades, bem como compromete o fornecimento de medicamentos e ações para o público-alvo (Magno et al., 2019).

De acordo com Ferreira *et al*. (2015) o número de notificações de óbitos que foram apresentadas com 4 a 8 diagnósticos em seu estudo, o sexo masculino possuía 10.934, e o sexo feminino 11.518 casos notificados no ano de 2011 nas Regiões Sul e Sudeste. No mesmo estudo, os autores abordaram a faixa etária predominante nos casos de óbito, entre 30 a 49 anos. Da mesma forma, em um estudo realizado entre os anos de 2000 e 2018, o Brasil apresentava taxas de mortalidade entre os sexos possuíam pouca diferença, tendo o sexo masculino uma predominância maior (CUNHA et al., 2022).

O perfil epidemiológico dos dados coletados, abordam indivíduos do sexo masculino 170.944 (66,54%) com maior incidência de mortalidade, com faixa etária <01 ano até 80+, tendo faixa com maior mortalidade entre 40 a 49 anos 72.979 (28,63%). Sobre a cor/raça, a prevalência de mortalidade afeta mais a população parda 109.743 (42,72%), seguido dos indivíduos brancos 101.154 (39,38%) e pretos 35.484 (13,81%). Dados semelhantes foram encontrados nos estudos (MAIA et al., 2021; CUNHA et al., 2022) em relação a faixa etária. No estudo de Cunha et al., (2022) o índice de mortalidade da raça/cor negra foi crescente em todas os estados das regiões Norte e Centro-Oeste entre os anos de 2000 a 2018.

Diante do exposto, é visto que o Brasil apresenta altas taxas de notificações de óbitos por causas múltiplas do HIV/aids, o que impacta no perfil de morbidade e mortalidade da população. Nesse viés, o conhecimento da área e população torna-se necessário para avaliar qual o perfil epidemiológico e, desta forma, auxiliar no enfretamento das diversidades e aplicação dos recursos relacionados a saúde com base no panorama epidemiológico. O artigo teve limitações devido ao alto número de subnotificações, evidenciando um problema nos sistemas de informações em saúde, o que pode prejudicar de forma direta a vigilância dos casos.

## CONCLUSÃO

O estudo aponta as altas taxas de casos de óbitos por causas múltiplas, tendo ou não o HIV/aids como causa básica. Evidenciou-se que as regiões Sudeste e Nordeste estão no topo de casos de óbitos, principalmente no sexo masculino e em indivíduos pardos. Os casos sem causa

específica ainda é um problema no sistema de informação, dificultando a análise dos dados. Desse modo, faz-se necessário a observação contínua da incidência e prevalência dos casos, para que políticas públicas possam ser acionadas e efetivas para diminuir a mortalidade, bem como traçar medidas para diminuir as subnotificações.

## REFERÊNCIAS


CARMO, Rondinelle Alves do et al. **Subnotificação de óbitos por AIDS no Brasil: linkage dos registros hospitalares com dados de declaração de óbito**. Ciência & saúde coletiva, v. 26, p. 1299-1310, 2021.

CUNHA, Ana Paula da et al., **Análise da tendência da mortalidade por doenças definidoras e não definidoras de HIV/aids segundo características sociodemográficas, por Unidade da Federação e Brasil, 2000-2018**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 31, p. e2022093, 2022.

DELFINO, Ferreira Rocha et al. **HIV/AIDS E AS INFECÇÕES OPORTUNISTAS**. Journal of Nursing UFPE/Revista de Enfermagem UFPE, v. 15, n. 2, 2021.

FERREIRA, Fernanda Cristina da Silva Lopes**. Mortalidade relacionada à AIDS nas regiões Sul e Sudeste do Brasil em 2011: análise de causas múltiplas**. 2015.

FERREIRA, Fernanda Cristina da Silva Lopes et al. **Causas múltiplas de óbitos relacionados ao HIV/AIDS nas capitais das regiões Sul e Sudeste do Brasil, 2011**. Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba, v. 19, n. 1, p. 19-25, 2017.

JÚNIOR, Ivanildo Gonçalves Costa et al. **Perfil epidemiológico HIV/AIDS no estado do piauí em 2019**. Revista Ciência Plural, v. 8, n. 1, p. e25682-e25682, 2022.

MARIA, Marcos Paulo Marzollo et al. **Adesão à terapia antirretroviral de pessoas vivendo com HIV/aids em Florianópolis**, Santa Catarina, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 39, p. e00099622, 2023.

MAIA, Jéssica Karen de Oliveira et al. **Fatores associados a óbitos de adultos hospitalizados vivendo com AIDS**. Revista Baiana de Saúde Pública, v. 45, n. 2, p. 66-81, 2021.

MAGNO, Evela da Silva et al. **Causas de óbito relacionadas ao HIV/AIDS em Instituição de referência, Amazonas**, 2016/Deaths related to HIV/AIDS in reference institution, Amazonas, 2016. Brazilian Journal of Health Review, v. 2, n. 2, p. 787-799, 2019.

NETO, Lauro Ferreira da Silva Pinto et al. **Protocolo Brasileiro para Infecções Sexualmente Transmissíveis 2020: infecção pelo HIV em adolescentes e adultos**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 30, p. e2020588, 2021.

PEREIRA, Claudia Cristina de Aguiar et al.. **Perfis de causas múltiplas de morte relacionadas ao HIV/AIDS nos municípios de São Paulo e Santos**, Brasil, 2001. Cadernos de Saúde Pública, v. 23, p. 645-655, 2007.

PIRAN, Camila Moraes Garollo et al. **Mortalidade por HIV/aids em adolescente e adulto jovem: análise de séries temporais**. Rev Rene (Online), p. e85064-e85064, 2023.

ROCHA, Marli Souza et al. **Do que morrem os pacientes com tuberculose: causas múltiplas de morte de uma coorte de casos notificados e uma proposta de investigação de causas presumíveis**. Cadernos de Saúde Pública, v. 31, p. 709-721, 2015.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# OS BENEFÍCIOS DA GAMETERAPIA NOS ASPECTOS MULTIDIMENSIONAIS DA PESSOA IDOSAS

Silmara Oliveira Bandeira[1]
Marília Silveira Maia[2]
Tayla Márcia Nogueira Lucena Lima[3]
Dárlyson Marlon Santiago Silva[4]
Jean Michel Regis Mendes[5]

**RESUMO**

Introdução: É comum que o envelhecimento cause alterações motoras devido a séries de fatores que inclui a diminuição da flexibilidade, coordenação motora e cognitiva, força e equilíbrio. Objetivo: Ressaltar os benefícios do uso da gameterapia na saúde física, cognitiva e emocional de idosos focando no envelhecimento ativo e na melhoria da qualidade de vida. Metodologia: Esse estudo trata-se de uma pesquisa básica buscas nas bases de dados Scielo e Pubmed, foi incluído artigos de 2018 a 2024. O intuito desse trabalho foi identificar os benefícios da gameterapia voltada ao idoso. Resultados e discussão: A utilização de meios tecnológicos em conjunto com outras terapias, auxilia na prevenção e no tratamento de disfunções em idosos, gerando estímulos cognitivos associados a estímulos neuromusculares. Conclusão: Através dessa pesquisa básica observou-se que gameterapia é uma ótima conduta de atividade terapêutica para grupo em questão seja tanto na aplicação isolada como associada a exercícios. Podendo trazer benefícios para os idosos de uma maneira lúdica e atrativa.

**PALAVRAS-CHAVES:** Idoso, Envelhecimento, Realidade Virtual, Jogos eletrônicos de Movimento.

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: Acadêmica do Curso de Graduação em Fisioterapia. e-mail: silmaraoliveira1994@hotmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: Acadêmica do Curso de Graduação em Fisioterapia. e-mail: mariliasilveiramaia@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: Acadêmica do Curso de Graduação em Fisioterapia. e-mail: taylamarcia842@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: Acadêmica do Curso de Graduação em Fisioterapia. e-mail: darlysonmarlon@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: e-mail: Fisioterapeuta. Mestre em Saúde e Sociedade-UERN. Professor do Curso de Graduação em Fisioterapia. e-mail: jeanmendesfisio@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento pode ser definido como um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, funcionais, psicológicas e bioquímicas. As alterações causadas no envelhecimento estão relacionadas aos aspectos funcionais e psíquicos do corpo humano (PEREIRA et al, 2018). Falta de equilíbrio, fraqueza muscular dos membros inferiores, diminuição do tempo de reação e comprometimento visual e proprioceptivo são fatores conhecidos associados a quedas em idosos como também a deficiências físicas, declínios na função cognitiva, incluindo função executiva, atenção, memória, capacidade visuoespacial e velocidade de processamento, estão associados (PHIROM; KAMNARDSIRI; SUNGKARAT, 2020).

Saúde física e mental estão totalmente ligadas ao envelhecimento saudável e ao desempenho físico funcional, por isso, idosos ativos têm maior facilidade de se engajar novamente em atividades sociais e dificilmente se isolam garantindo a manutenção e melhora da memória são também benefícios do exercício físico regular. Idosos que são expostos a intervenções por realidade virtual (RV) demonstram melhora das capacidades física cognitiva, como a melhora do equilíbrio estático e dinâmico, melhora da marcha, aumento da força muscular, da capacidade funcional, melhora da atenção e memória (MAGNA et al, 2020).

Pensando nisso e no bem-estar dos idosos, é que surgem várias pesquisas e métodos para que essas condições sejam adequadas, dentre elas estão surgindo a gameterapia como um dos recursos para melhorar o equilíbrio e as frequentes quedas em idosos. A gameterapia pode ser um instrumento terapêutico para estimular a melhora do equilíbrio. Os benefícios da utilização de jogos eletrônicos na reabilitação incluem as correções da postura e do equilíbrio, o aumento da capacidade de locomoção e da amplitude de movimento dos membros superiores e inferiores, além da motivação do idoso. Devido à preocupação em manter o interesse do idoso em atividades físicas e reabilitação, tem crescido o número de estudos relacionados à tecnologia na área da saúde, e dentre elas os jogos virtuais, se torna uma boa aliada na reabilitação de vários idosos, já que a particularidade principal desses jogos é o movimento humano (PEREIRA et al, 2018).

O presente estudo tem como objetivo analisar os efeitos da gemeterapia no desempenho funcional e cognitivo dos idosos, mostrando assim os benefícios causados no paciente, proporcionando uma melhora no equilíbrio, na marcha, melhor desempenho muscular, melhora na memória e na capacidade funcional. Diminuindo o isolamento e melhorando a qualidade de vida.

## METODOLOGIA

Realização de uma pesquisa básica que buscou identificar os benefícios da aplicação da gameterapia voltada para população idosa. Foram incluídos nesta revisão, estudos que avaliaram a eficácia da gameterapia e terapias com auxílio de meios tecnológicos como a utilização de jogos, de acordo com as alterações identificadas e com o público alvo voltado especificamente para a pessoa idosa. Dessa maneira, foram avaliados os resultados obtidos a partir dos estudos selecionados e apresentados em forma de tabela no presente projeto. As bases de dados utilizadas na pesquisa foram Pubmed e Scielo, incluindo artigos publicados a partir do ano de 2018, nos idiomas inglês e português.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta investigação fornecem informações relevantes sobre o impacto da gameterapia na população idosa, destacando descobertas importantes que contribuem para a compreensão atual de como essa ferramenta pode ser inserida em diversas atividades e momentos que envolvem a promoção de saúde deste público.

Nesta seção, apresentam-se os principais resultados obtidos por meio da análise rigorosa dos dados coletados. Esses resultados são organizados de acordo com extração de dados dos artigos selecionados e organizados na tabela abaixo. Foram estabelecidas coluna com informações sobre os "autores, ano de publicação do artigo, os métodos de avaliação dos idosos e dos programas de intervenção com base na gameterapia e, por fim, os resultados obtidos nessas pesquisas".

**Tabela 1: Extração das informações dos estudos selecionados.**

| AUTOR/ ANO. | MÉTODO | RESULTADOS |
|---|---|---|
| PEREIRA et al., 2018. | **Intervenção:** gameterapia com Nintendo WII®, 10 sessões, 2 vezes/semana, 45 min. **Testes:** Escala de equilíbrio de Berg, TUG, teste do alcance funcional. Realizados antes e após a intervenção. | O programa de intervenção baseado no Nintendo WII® teve um efeito positivo sobre o equilíbrio dos idosos. |

| | | |
|---|---|---|
| MAGNA, BRANDÃO, FERNANDES, 2020. | **Intervenção:** G1 – Realidade Virtual (RV): 2 min aquecimento e 8 min jogando; G2 – Exercício Físico (EF) + Realidade Virtual: Mesmo protocolo de RV + Exercícios resistidos. Ambos os grupos realizaram atividades 3 vezes por semana durante 5 meses.<br>**Testes:** equilíbrio, mobilidade, atenção e memória. | RV isoladamente: capacidades cognitivas mais apuradas; RV + EF: maior contribuição na marcha e equilíbrio. |
| SILVA et al., 2023. | **Intervenção:** Realidade Virtual em que o indivíduo navegava pelo ambiente por meio de controles manuais, além de explorar o ambiente movimentando a cabeça para a direita e para a esquerda, navegando dentro de um labirinto<br>**Testes:** MRMT - teste neuropsicológico de discriminação direita-esquerda. | A realidade virtual imersiva possibilitou aos idosos se movimentos de forma mais realista, apresentando, porém, dificuldade de familiarização. |
| PHIROM; KAMNARDSIRI; SUNGKARAT, 2020. | **Intervenção:** Treinamento interativo, envolvendo funcionamento cognitivo e físico por 60 min por sessão, 3x por semana durante 12 semanas, através de três dispositivos: sensor Microsoft® Xbox 360 Kinect V2, projetor LED e computador laptop. Jogo projetado em tapete de borracha, no qual os participantes pisavam em diferentes alvos e direções.<br>**Testes:** Parâmetros de movimento e complexidade cognitiva. | Redução do risco de queda, melhora da velocidade, do desempenho cognitivo global, de tarefas duplas e diminuição da oscilação corporal durante o deslocamento. |

Fonte: Próprio.

Diante do exposto na Tabela 1, a utilização de meios tecnológicos em conjunto com outras terapias, pode auxiliar na prevenção e no tratamento de disfunções em idosos, gerando estímulos cognitivos associados a estímulos neuromusculares.

Os estudos envolvendo realidade virtual e os idosos são bem escassos, tendo em vista que são aparelhos de valor elevado e a manutenção também não tão acessível. Apesar disso, foi visto a melhora da independência funcional na execução das atividades diárias, bem como melhora do equilíbrio estático e dinâmico durante o deslocamento na deambulação.

Os estudos de Pereira (2020) e Magna, Brandão, Fernandes (2020) sugerem que atividades de videogame podem ser uma forma eficaz e atraente de promover a saúde física em idosos, particularmente melhorando o equilíbrio, o que é crucial para prevenir quedas. O uso de realidade virtual imersiva mostrou-se eficaz para melhorar a mobilidade dos idosos, mas também evidenciou desafios de familiarização com a tecnologia. Isso sugere a importância de adaptar as intervenções de RV para garantir que sejam acessíveis e confortáveis para os participantes, especialmente os idosos que podem ter dificuldades de adaptação a novas tecnologias (SILVA et al., 2023).

## CONCLUSÃO

O uso da gameterapia é uma ótima conduta de atividade terapêutica para ser proposta a idosos, seja ele de forma isolada ou associada a exercícios resistidos. Essa estratégia mostrou-se eficiente para o grupo em questão pois é um público que precisa ser estimulado de uma forma atrativa de maneira que eles se atraiam pela prática, tendo benefícios ao equilíbrio, diminuição de queda.

Apesar dos estudos selecionados ressaltarem a credibilidade dos resultados da gameterapia em idosos, destaca-se a importância de desenvolver novos estudos que possam identificar de forma mais sensível quais as contraindicações, possíveis efeitos colaterais da prática, risco e público que mais se beneficia dessa intervenção, bem como gerar protocolos específicos para situações e condições oriundas do envelhecimento.

## REFERÊNCIAS

MAGNA, Thaís Sporkens; BRANDÃO, Alexandre Fonseca; FERNANDES, Paula Teixeira. Intervenção por realidade virtual e exercício físico em idosos. **Journal of Health Informatics**, Brasil, v. 12, n. 3, 2020. Disponível em: https://jhi.sbis.org.br/index.php/jhi-sbis/article/view/727. Acesso em: 14 maio. 2024.

PEREIRA, B. M. et al. **Efeito de um programa de gameterapia no equilíbrio de idosos**. ConScientiae Saúde, v. 17, n. 2, p. 113–119, 29 jun. 2018.

PHIROM, K.; KAMNARDSIRI, T.; SUNGKARAT, S. **Beneficial Effects of Interactive Physical-Cognitive Game-Based Training on Fall Risk and Cognitive Performance of Older Adults**. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 17, n. 17, p. 6079, 21 ago. 2020.

SILVA, Juliana Magalhães da et al. Applicability of an immersive virtual reality system to assess egocentric orientation of older adults. **Arquivos de Neuro-psiquiatria**, v. 81, p. 19-26, 2023.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# OS OBSTÁCULOS NA OBTENÇÃO DE MEDICAMENTOS POR MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE (MPP) FRENTE ÀS DEMANDAS JUDICIAIS

Bruno Roberto de Lima[1]
Enderson Bezerra do Nascimento[2]
Maria Luciana Sousa Nascimento[3]

## RESUMO

Este resumo tem como objetivo geral analisar os desafios enfrentados pelos municípios de pequeno porte (MPP), como Quixeré/CE, na oferta de medicamentos judicializados. O direito à saúde é garantido pela Constituição Federal, mas a disponibilidade de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) é limitada. Quando esse direito não é atendido, os cidadãos recorrem ao Poder Judiciário. A pesquisa quali-quantitativa analisou medicamentos na lista de Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e 60 processos judiciais contra o município de Quixeré/CE disponíveis por meio de consulta pelo sistema eletrônico judiciário (e-SAJ), bem como utilizou a leitura de artigos científicos. Os resultados mostraram que a maioria dos medicamentos requeridos judicialmente não são disponibilizados pelo SUS. Os MPP enfrentam o desafio de administrar a saúde com recursos limitados, levando ao crescimento da busca por soluções judiciais. A burocracia nos serviços farmacêuticos e a distribuição centralizada dificultam o acesso a medicamentos especiais. O estudo conclui que é essencial desenvolver estratégias inovadoras para minimizar essas dificuldades e promover um acesso mais equitativo e sustentável aos tratamentos de saúde necessários.

**PALAVRAS-CHAVE:** Municípios; Medicamentos; Poder Judiciário; Saúde.

## INTRODUÇÃO

O direito à saúde é reconhecido pelos ditames do art. 6º da CF/88, garantindo a sua eficácia através do art. 196. O fornecimento gratuito de medicamentos para os cidadãos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, é um meio para garantir esse direito. Contudo, a disponibilidade de medicamentos é limitada, e alguns podem não ser fornecidos devido ao seu alto custo ou por não constarem na lista de Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME).

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: brlbruno_roberto@hotmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: enderson.preta1234567@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: lucianasousa.ls331@gmail.com

Quando os direitos dos cidadãos não são atendidos, recorrem à intervenção do Poder Judiciário, a fim de ter o seu direito executado. No entanto, essa prática pode representar um desafio para os municípios de pequeno porte (MPP) na aquisição desses medicamentos, em virtude das suas capacidades restritas, como é o caso do município de Quixeré/CE.

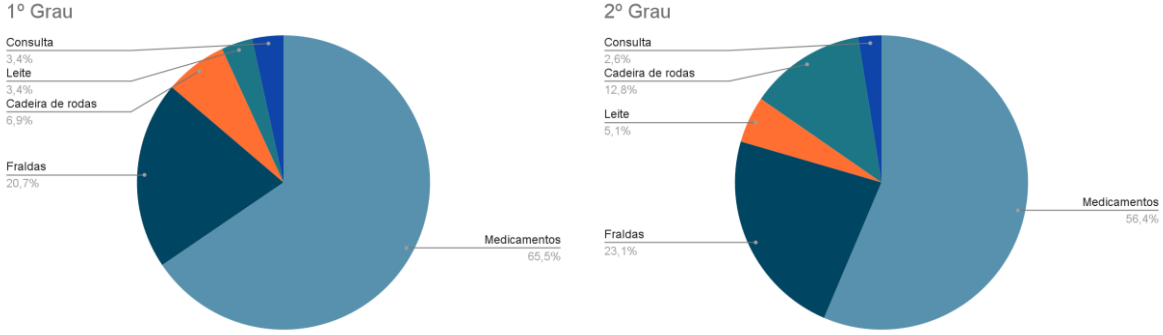
Este trabalho tem por objetivo geral: analisar os desafios enfrentados pelos municípios de pequeno porte (MPP) na oferta de medicamentos judicializados e propor estratégias inovadoras para reduzir essas demandas. Para isto, foram definidos como objetivos específicos: analisar os processos judiciais na área da saúde contra o município de Quixeré/CE, compreender razões e dificuldades que motivam os cidadãos a buscarem soluções no Poder Judiciário, e o desenvolvimento de estratégias criativas para melhorar o acesso dos cidadãos aos medicamentos necessários.

## METODOLOGIA

O presente resumo expandido apresenta uma pesquisa quali-quantitativa, realizada a partir da análise dos medicamentos judicializados dentre 60 processos judiciais sobre a esfera da saúde contra o município de Quixeré/CE, bem como medicamentos listados na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME). Os processos foram acessados por meio do sistema eletrônico judiciário de acesso público (e-SAJ) através de consulta pelo nome da parte "Município de Quixeré". A pesquisa também incluiu a leitura de artigos científicos disponíveis na internet.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em análise de 60 processos judiciais de 1º e 2º grau na área da saúde contra o município de Quixeré/CE, foi constatado que os medicamentos são frequentemente demandados, onde somente 11 constam na lista de Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), o que denota que a maioria dos fármacos requeridos judicialmente não são disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde - SUS.



Os municípios de pequeno porte (MPP) enfrentam o desafio de administrar as ações e serviços de saúde com recursos limitados, mesmo beneficiando-se das transferências intergovernamentais. Desde a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), esses municípios têm a responsabilidade de gerir a saúde local, o que acarreta uma vulnerabilidade fiscal significativa e restringe a capacidade de atender integralmente às necessidades de saúde da população municipal (Pinafo *et al.*, 2020).

Consequentemente, observa-se um crescimento na procura por soluções judiciais, tal como especificado por Macedo *et al*., 2011, p. 05:

> A burocratização dos serviços farmacêuticos e a dispensação centralizada dificultam o acesso aos medicamentos de dispensação excepcional, principalmente da população residente em municípios menores e com maior vulnerabilidade social. Prescrições não fundamentadas por diagnóstico e indicações terapêuticas estabelecidos nos PCDT; concentrações e formas farmacêuticas não padronizadas; medicamentos fornecidos em quantidade limitada; desatualização dos protocolos clínicos; outras abordagens terapêuticas com boa evidência científica, mas ainda não incorporadas aos programas do SUS; e até mesmo a dificuldade de interpretação dos protocolos, por sua característica acadêmica, contribuem para o aumento dessa demanda pela via judicial. (MACEDO *et al*., 2011, p. 05)

Assim, fica evidente que o aumento de medicamentos obtidos por via judicial não se limita apenas à escassez de recursos dos MPP. A burocracia e a centralização na distribuição de medicamentos também contribuem para essa situação, resultando em uma complexidade que envolve tanto a disponibilidade de recursos quanto a eficiência dos processos na obtenção desses medicamentos.

Vale frisar que, apesar dos critérios exigidos para demandar essas ações de saúde, quando o juiz determina a concessão de um medicamento por meio de uma ordem judicial, não se avalia o custo-benefício, a necessidade do medicamento, sua possível substituição por algum outro medicamento concedido pelo Sistema Único de Saúde - SUS, ou se está indo contra alguma lei ou princípio do SUS, pois, naquele momento, o que importa é a ordem dada pelo juiz. (Macedo *et al*., 2011). Entretanto, esse é um problema enfrentado pelos municípios de pequeno porte (MPP), conforme Pinafo *et al.,* 2020, p. 02, expõem:

> Os municípios de pequeno porte (MPP), ou seja, aqueles com população inferior a 20 mil habitantes, apesar de representarem cerca de 70% dos municípios do país, são o ente mais vulnerável da federação. A maioria destes municípios alia: condições limitadas, tanto de ofertas de serviços de saúde, como de capacidade de gestão, para responder sobre as políticas públicas que lhes foram atribuídas com o processo de descentralização; pouca autonomia para a gestão dos orçamentos municipais; menor capacidade de arrecadação fiscal e consequentemente menor alocação de recursos orçamentários; poder

> limitado de decisão dos gestores municipais nos espaços de governança e, ainda, dificuldade de fixação de profissionais médicos. (PINAFO *et al*, 2020, p. 02)

Assim dizendo, embora a judicialização assegure o acesso à saúde por meio de ordens judiciais, ainda persiste o desafio relacionado às restrições de gestão, recursos e autonomia enfrentadas pelos municípios de pequeno porte (MPP), bem como os obstáculos previamente mencionados relacionados ao acesso a medicamentos.

É importante destacar que a Constituição Federal de 1988 consagra o direito à saúde como um direito social fundamental, conforme disposto em seu art. 6º. Além disso, impõe ao Estado o dever de assegurar esse direito por meio de políticas sociais e econômicas, como preconiza o art. 196. Este direito é assegurado de maneira a garantir sua efetivação, uma vez que os direitos sociais são imutáveis por emendas à Constituição, sendo considerados cláusulas pétreas, conforme estabelecido no art. 60, parágrafo 4º. (Mello, 2020).

Impende frisar, além disso, que a frequência das solicitações de medicamentos deve-se à falta de disponibilização gratuita pelo Ministério da Saúde, seja pelo elevado custo dos mesmos, pela existência de um substituto similar ou pela pendência de aprovação pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - CONITEC (Mello, 2020).

Embora possa parecer uma proposição básica, para que um medicamento seja fornecido judicialmente, ele deve constar na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME e ser prescrito para a condição do paciente. Caso contrário, é imprescindível atender aos critérios estabelecidos pelos Tribunais Superiores para a sua obtenção (Mello, 2020).

Isso ocorre porque, devido ao seu elevado custo e à natureza especializada da assistência médica, o cidadão hipossuficiente recorre ao Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, ele pode se deparar com a negação ou a indisponibilidade do serviço necessário. Nesses casos, a ação judicial torna-se a alternativa final para acessar o tratamento desejado (Lara *et al*., 2021). Neste cenário é um reflexo das decisões emitidas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ):

> ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. TEMA 106. JULGAMENTO SOB O RITO DO ART. 1.036 DO CPC/2015. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NÃO CONSTANTES DOS ATOS NORMATIVOS DO SUS. POSSIBILIDADE. CARÁTER EXCEPCIONAL. REQUISITOS CUMULATIVOS PARA O FORNECIMENTO. [...] 4. TESE PARA FINS DO ART. 1.036 DO CPC/2015 A concessão dos medicamentos não incorporados em atos

> normativos do SUS exige a presença cumulativa dos seguintes requisitos: (i) Comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; (ii) incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito; (iii) existência de registro na ANVISA do medicamento. 5. Recurso especial do Estado do Rio de Janeiro não provido. Acórdão submetido à sistemática do art. 1.036 do CPC/2015.

Ademais, ainda que estes medicamentos não estejam acessíveis pelo Sistema Único de Saúde (SUS), é dever do Estado assegurar as condições necessárias para a efetivação plena desse direito, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 8.080/1990. No entanto, o Supremo Tribunal Federal definiu novos critérios a serem seguidos:

> EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. DESENVOLVIMENTO DO PROCEDENTE. POSSIBILIDADE. RESPONSABILIDADE DE SOLIDÁRIA NAS DEMANDAS PRESTACIONAIS NA ÁREA DA SAÚDE. DESPROVIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. 1. É da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que o tratamento médico adequado aos necessitados se insere no rol dos deveres do Estado, porquanto responsabilidade solidária dos entes federados. O polo passivo pode ser composto por qualquer um deles, isoladamente ou conjuntamente. 2. A fim de otimizar a compensação entre os entes federados, compete à autoridade judicial, diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, direcionar, caso a caso, o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro. 3. As ações que demandem fornecimento de medicamentos sem registro na ANVISA deverão necessariamente ser propostas em face da União. Precedente específico: RE 657.718, Rel. Min. Alexandre de Moraes. 4. Embargos de declaração desprovidos. (RE 855.178, Relator Ministro Luiz Fux, Redator para o acórdão Ministro Edson Fachin, julgado no Plenário Presencial em 23.5.2019).

Diante disso, percebe-se o desafio em equilibrar o direito à saúde com as restrições financeiras enfrentadas pelos municípios de pequeno porte. É essencial desenvolver estratégias inovadoras que minimizem essas dificuldades, como: a implementação de incentivos fiscais que permitam às farmacêuticas oferecerem medicamentos a custos mais baixos; simplificação dos processos de importação para medicamentos não disponíveis no Brasil; e o fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de fármacos nacionais, visando diminuir a dependência de importações.

## CONCLUSÃO

Através da análise dos processos judiciais na área da saúde contra o município de Quixeré/CE, evidencia-se uma realidade em que a falta de acesso a medicamentos essenciais se torna uma questão recorrente, refletindo desafios estruturais do SUS e das políticas públicas de saúde, especialmente em municípios de pequeno porte (MPP).

A judicialização da saúde surge como uma última alternativa para os cidadãos em busca de tratamentos necessários, mesmo que estes não estejam disponíveis no SUS. No entanto, essa prática levanta questões sobre a eficiência do sistema e a distribuição equitativa dos recursos.

Isto posto, conclui-se que estratégias inovadoras, como incentivos fiscais, simplificação de processos de importação e investimento em pesquisa e desenvolvimento de medicamentos nacionais, podem contribuir para mitigar essas dificuldades e promover um acesso mais equitativo e sustentável aos tratamentos de saúde necessários.

## REFERÊNCIAS


LARA, Mariana et al. Direito à saúde e judicialização no acesso a tratamentos de média e alta complexidade pelo Sistema Único de Saúde (SUS**). Research, Society and Development,** v. 10, n. 3, p. e16010313091-e16010313091, 2021.

MACEDO, Eloisa Israel de; LOPES, Luciane Cruz; BARBERATO-FILHO, Silvio. Análise técnica para a tomada de decisão do fornecimento de medicamentos pela via judicial. **Revista de Saúde Pública,** v. 45, p. 706-713, 2011.

MELLO, Ivna Neiva Mousinho da Matta. **Os medicamentos não fornecidos pelo Sistema Único de Saúde e a obrigação de assistência familiar direta para garantia do direito.** 2020.

PINAFO, Elisangela et al. Problemas e estratégias de gestão do SUS: a vulnerabilidade dos municípios de pequeno porte. **Ciência & saúde coletiva,** v. 25, p. 1619-1628, 2020.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# PANORAMA DA COBERTURA VACINAL NAS REGIÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2018 A 2022 EM CRIANÇAS MENORES DE CINCO ANOS DE IDADE

Debora Rakel da Silva Maia[1]
Gildervanio Bento Nogueira da Silva[2]
Claudia Regina Rabelo de Assis[3]
Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo[4]

## RESUMO

A criação do Programa Nacional de Imunizações, em 1973, mostrou o quanto a vacinação é importante para a prevenção de doenças, se tornando um programa reconhecido mundialmente. Infelizmente, as coberturas vacinais nem sempre atingem as metas preconizadas pelo Ministério da Saúde. O objetivo deste estudo é realizar o diagnóstico situacional da Cobertura Vacinal em menores de um ano em âmbito nacional, por região, no período de 2018 a 2022, em crianças menores de cinco anos de idade. Os dados foram coletados na base do DataSUS, utilizando informações das região brasileira, ano e imunobiológicos. Como resultado, foi visto que nenhuma das regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste) alcançou as metas preconizadas pelo Ministério da Saúde em nenhum dos anos do estudo em todas as vacinas analisadas. No que concerne à região, em praticamente todas as vacinas, o Norte aparece com as piores coberturas vacinais, exceto para Febre Amarela que seria o Nordeste (40,1%) e BCG no Sudeste (82,9%). Conclui-se que os anos de 2020 e 2021 foram os que apresentaram menores taxas na cobertura vacinal, relacionando com a pandemia da COVID-19, que se instaurou no mesmo período. Foi percebido a importância de maiores estudos e análises sobre novas estratégias para melhorar a cobertura vacinal do Programa Nacional de Imunização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cobertura Vacinal; Programa Nacional de Vacinação; Doses Aplicadas.

## INTRODUÇÃO

Segundo Castro *et al.,* (2022) a cobertura vacinal (CV) é uma medida importante de saúde pública que reflete a proporção da população imunizada contra doenças infecciosas

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: debora.rakel13@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: gildervanio7u7@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: Claudiareginarg2@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: medeiroschiara6@gmail.com

específicas, sendo um grande avanço no país. Logo, trata-se de um indicador-chave para avaliar o impacto das estratégias de vacinação e sua eficácia na prevenção de doenças. Através da vacinação, é possível criar e manter a imunidade coletiva, reduzindo a transmissão de agentes patogênicos e protegendo os indivíduos.

O PNI estabelece que a cobertura vacinal adequada é de 80% para meningo e HPV; 90% para rotavírus, influenza e BCG, e 95% para as demais vacinas (MS, 2021). Variações nos níveis de cobertura ainda são identificadas especialmente nos diferentes níveis etários e econômicos, apesar do esforço do ministério da saúde (MS) em realizar campanhas midiáticas de estímulo à vacinação em rede nacional (QUEIROZ *et al.,* 2013).

Contudo, diversos entraves são encontrados para manutenção e ampliação desse indicador, entre os quais se destaca à falta de informação acerca da sua finalidade (NOVOA *et al.,* 2020). O estudo da CV demonstra a consolidação das ações de políticas públicas voltadas para a saúde em solo nacional, mostrando assim a sua relevância.

## METODOLOGIA

Refere-se a um estudo epidemiológico descritivo, do tipo transversal da cobertura vacinal de menores de um ano de idade. Com relação aos dados de coberturas vacinais expostos no estudo, os mesmos correspondem ao número de doses aplicadas por tipo de vacina (segundo o esquema de imunizações) dividido pela população alvo e multiplicado por 100, na presente área do estudo e durante o período determinado.

A investigação foi realizada no mês de abril de 2024. E as informações coletadas foram do período de 2018 a 2022. E incluiu a população de menores de um ano do país delimitando por Região. Utilizaram-se dados secundários dos registros do SI–PNI disponíveis no sítio eletrônico (http://www.datasus.gov.br), plataforma do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde ou conforme a disponibilidade de dados (Datasus).

Os dados brutos coletados foram tabulados adotando o programa Office Excel da Microsoft®, sistematizados de acordo com as CV acumuladas para a vacina BCG; Tríplice Viral (D1); Meningocócica C conjugada; Pneumocócica 10 valente; Hepatite B, VOP (vacina oral contra poliomielite), Rota vírus (VORH), Febre amarela, Pentavalente, Hepatite A e Tríplice bacteriana (DTP). Por se tratar de dados de domínio público, dispensa a submissão ao comitê de ética.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nenhuma das regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste) alcançou as metas preconizadas pelo Ministério da Saúde em nenhum dos anos do estudo em todas as vacinas analisadas. Quando se observa por ano, apenas a BCG atingiu a meta de no mínimo 90% de CV em 2018 (99,7) e 2022 (90,1%). Para a Pneumococica 10 valente no ano de 2018 (95,3%). E a meningocócico tipo C nos anos de 2018 (91,3%) e 2019 (85,4%) (TABELA 1).

No que concerne à região, em praticamente todas as vacinas, o Norte aparece com as piores coberturas vacinais, exceto para Febre Amarela que seria o Nordeste (40,1%) e BCG no Sudeste (82,9%). A região que apresentou as melhores CV foi o Sul em quase todas as vacinas, exceto na Febre amarela (73,1%) e BCG (89,1%) que foi o Centro-oeste. Dos 11 imunibiológicos, as piores taxas foram para vacina DTP (67,7%) e Febre Amarela (59,7%). O ano de 2021 foi o período de trouxe as taxas mais baixas do indicador estudado, seguido de 2022 (TABELA 1).

Em um estudo relacionando a cobertura vacinal com os estados brasileiros no ano de 2020, dois dos cinco imunobiológicos analisados mostraram os menores níveis de CV: Pentavalente e Poliomielite, apresentando queda em 21 estados brasileiros, seguidos pela BCG, com diminuição em 19 estados. Pelo estudo não incluir 2021, os dados apontaram 2020 como o ano de maior queda na cobertura vacinal para essas três vacinas (NEVES *et al.,* 2013).

É dado destaque ao ano de 2020 por ter sido o início da pandemia da COVID-19 e do distanciamento social, que impediu diversas famílias de buscarem os serviços de saúde para realizar as ações de prevenção. O estudo de Procianoy *et al.,* (2021) também traz essa causa à tona, mostrando uma média de imunização infantil de 75,07% em 2020, relacionando diretamente essa crise na cobertura vacinal com a crise que o país passava nesse mesmo ano, quando as pessoas não podiam sair de seu confinamento.

**Tabela 1:** Cobertura vacinal por imunobiológicos e ano nas cinco regiões brasileiras, de 2018 a 2022.

| Região | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | **BCG** | | | | |
| **Norte** | 95,0 | 91,0 | 81,2 | 80,7 | 96,6 | 88,9 |
| **Nordeste** | 100,4 | 85,4 | 74,8 | 75,1 | 97,5 | 86,6 |
| **Sudeste** | 102,0 | 84,4 | 73,4 | 71,2 | 83,3 | 82,9 |
| **Sul** | 94,2 | 88,1 | 87,5 | 78,4 | 88,3 | 87,3 |
| **Centro-Oeste** | 102,2 | 93,8 | 80,5 | 78,8 | 90,4 | 89,1 |
| **Total** | **99,7** | **86,7** | **77,1** | **75,0** | **90,1** | **85,7** |
| | | **VORH** | | | | |
| **Norte** | 79,2 | 80,5 | 68,5 | 63,9 | 70,1 | 72,5 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nordeste** | 92,1 | 84,0 | 74,7 | 69,2 | 75,9 | 79,2 |
| **Sudeste** | 93,7 | 85,6 | 78,7 | 71,8 | 75,3 | 81,0 |
| **Sul** | 92,6 | 90,6 | 87,5 | 81,3 | 84,2 | 87,3 |
| **Centro-Oeste** | 90,7 | 86,7 | 81,7 | 75,7 | 81,2 | 83,2 |
| **Total** | **91,3** | **85,4** | **77,9** | **71,8** | **76,6** | **80,6** |
| **MENINGO C** | | | | | | |
| **Norte** | 79,2 | 80,5 | 68,5 | 63,9 | 70,1 | 72,5 |
| **Nordeste** | 92,1 | 84,0 | 74,7 | 69,2 | 75,9 | 79,2 |
| **Sudeste** | 93,7 | 85,6 | 78,7 | 71,8 | 75,3 | 81,0 |
| **Sul** | 92,6 | 90,6 | 87,5 | 81,3 | 84,2 | 87,3 |
| **Centro-Oeste** | 90,7 | 86,7 | 81,7 | 75,7 | 81,2 | 83,2 |
| **Total** | **91,3** | **85,4** | **77,9** | **71,8** | **76,6** | **80,6** |
| **HEPATITE B** | | | | | | |
| **Norte** | 71,3 | 70,3 | 64,1 | 62,4 | 71,6 | 67,9 |
| **Nordeste** | 89,5 | 71,4 | 70,1 | 69,5 | 78,9 | 75,9 |
| **Sudeste** | 92,4 | 69,1 | 83,2 | 71,8 | 74,8 | 78,2 |
| **Sul** | 89,6 | 74,7 | 87,8 | 80,8 | 83,3 | 83,2 |
| **Centro-Oeste** | 87,5 | 71,1 | 80,2 | 74,4 | 80,7 | 78,8 |
| **Total** | **88,5** | **70,8** | **77,9** | **71,5** | **77,2** | **77,2** |
| **PENTAVALENTE** | | | | | | |
| **Norte** | 71,3 | 70,3 | 64,1 | 62,4 | 71,6 | 67,9 |
| **Nordeste** | 89,5 | 71,3 | 70,1 | 69,5 | 78,9 | 75,9 |
| **Sudeste** | 92,3 | 69,1 | 83,2 | 71,8 | 74,8 | 78,2 |
| **Sul** | 89,6 | 74,7 | 87,8 | 80,8 | 83,3 | 83,2 |
| **Centro-Oeste** | 87,5 | 71,1 | 80,2 | 74,4 | 80,7 | 78,8 |
| **Total** | **88,5** | **70,8** | **77,9** | **71,5** | **77,2** | **77,2** |
| **PNEUMO** | | | | | | |
| **Norte** | 86,5 | 88,4 | 76,2 | 69,4 | 78,9 | 79,9 |
| **Nordeste** | 97,3 | 88,5 | 79,7 | 72,7 | 82,4 | 84,1 |
| **Sudeste** | 97,0 | 88,2 | 81,3 | 73,8 | 77,9 | 83,6 |
| **Sul** | 93,1 | 92,8 | 90,8 | 83,9 | 88,4 | 89,8 |
| **Centro-Oeste** | 94,9 | 90,1 | 86,6 | 79,2 | 87,6 | 87,7 |
| **Total** | **95,3** | **89,1** | **82,0** | **74,8** | **81,5** | **84,5** |
| **POLIOMIELITE** | | | | | | |
| **Norte** | 77,1 | 79,6 | 65,7 | 62,3 | 71,2 | 71,2 |
| **Nordeste** | 90,0 | 82,7 | 73,1 | 68,5 | 78,5 | 78,6 |
| **Sudeste** | 92,7 | 84,5 | 78,3 | 71,5 | 75,1 | 80,4 |
| **Sul** | 89,9 | 89,0 | 86,5 | 80,0 | 83,1 | 85,7 |
| **Centro-Oeste** | 88,6 | 85,4 | 80,5 | 74,2 | 80,5 | 81,8 |
| **Total** | **89,5** | **84,2** | **76,8** | **71,0** | **77,2** | **79,8** |
| **FEBRE AMARELA** | | | | | | |
| **Norte** | 69,2 | 69,0 | 55,4 | 51,7 | 56,2 | 60,3 |
| **Nordeste** | 34,6 | 33,0 | 35,5 | 44,0 | 53,5 | 40,1 |
| **Sudeste** | 66,4 | 72,0 | 66,3 | 64,1 | 62,9 | 66,3 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Sul** | 65,7 | 76,6 | 71,2 | 69,8 | 68,2 | 70,3 |
| **Centro-Oeste** | 83,0 | 77,9 | 69,2 | 67,2 | 68,2 | 73,1 |
| **Total** | **59,5** | **62,4** | **57,6** | **58,2** | **60,7** | **59,7** |
| **HEPATITE A** | | | | | | |
| **Norte** | 73,8 | 79,0 | 64,6 | 57,7 | 64,4 | 67,9 |
| **Nordeste** | 80,2 | 82,3 | 71,3 | 62,1 | 71,4 | 73,4 |
| **Sudeste** | 85,2 | 86,2 | 77,8 | 70,4 | 72,4 | 78,4 |
| **Sul** | 86,5 | 91,4 | 86,4 | 76,8 | 82,2 | 84,6 |
| **Centro-Oeste** | 84,4 | 85,9 | 79,9 | 70,5 | 77,4 | 79,6 |
| **Total** | **82,7** | **85,0** | **75,9** | **67,5** | **73,0** | **76,8** |
| **TRIPLICE VIRAL (D1)** | | | | | | |
| **Norte** | 84,7 | 88,3 | 69,2 | 68,5 | 73,2 | 76,8 |
| **Nordeste** | 94,6 | 94,4 | 79,3 | 70,4 | 80,4 | 83,8 |
| **Sudeste** | 94,6 | 94,1 | 83,4 | 75,6 | 78,2 | 85,2 |
| **Sul** | 90,0 | 92,7 | 86,5 | 84,5 | 90,8 | 88,9 |
| **Centro-Oeste** | 91,0 | 91,3 | 79,9 | 80,3 | 86,6 | 85,8 |
| **Total** | **92,6** | **93,1** | **80,9** | **74,9** | **80,7** | **84,5** |
| **TRIPLICE BACTERIANA (DTP)** | | | | | | |
| **Norte** | 62,3 | 52,8 | 65,6 | 53,4 | 59,8 | 58,8 |
| **Nordeste** | 71,4 | 57,0 | 71,8 | 58,5 | 66,0 | 64,9 |
| **Sudeste** | 75,8 | 56,5 | 80,1 | 66,3 | 67,1 | 69,2 |
| **Sul** | 77,2 | 67,0 | 88,2 | 73,7 | 75,7 | 76,4 |
| **Centro-Oeste** | 75,2 | 49,8 | 78,4 | 66,2 | 70,4 | 68,0 |
| **Total** | **73,3** | **57,1** | **77,2** | **63,7** | **67,5** | **67,7** |

**Fonte:** SI-PNI, acesso em abril de 2024.

## CONCLUSÃO

Os dados discutidos neste estudo mostram que os anos de 2020 e 2021 apresentaram grandes quedas na cobertura vacinal em todos os estados brasileiros. Nesse período, nenhum dos imunobiológicos estudados conseguiu atingir as metas preconizadas pelo ministério da saúde. Esse período também foi quando houve a instauração da pandemia da COVID-19, que obrigou o povo brasileiro a se confinar em suas casas, não podendo buscar os serviços de prevenção, levando assim a uma relação direta com os dados obtidos.

Conclui-se, com essa análise, que o Brasil está se recuperando aos poucos do desastre que foi a pandemia para o setor da saúde, porém, essas informações também mostram que é preciso mais preparo do governo brasileiro para uma futura catástrofe que possa chegar de surpresa, assim como a covid fez. É importante a realização de novos estudos utilizando dessas bases, assim como a elaboração de novas estratégias para melhorar a cobertura vacinal disponibilizada pelo PNI.

**REFERÊNCIAS**

ARROYO, Luiz *et al*. **Áreas com queda da cobertura vacinal para BCG, poliomielite e tríplice viral no Brasil (2006-2016): mapas de heterogeneidade regional**. Cadernos de Saúde Pública, 2019.

CASTRO , MARIA *et al*. **Fatores relacionados à redução das metas vacinais infantis**. Revista Nursing, 2022.

NEVES, Beatriz *et al*. **Temporal trends in vaccination coverage in the first year of life in Brazil**. Revista Paulista de Pediatria, 2023.

QUEIROZ, Lorena *et al*. **Cobertura vacinal do esquema básico para o primeiro ano de vida nas capitais do Nordeste brasileiro**. Cadernos de Saúde Pública, 2013.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# PATRIMÔNIO HISTÓRICO E O PAPEL DO TOMBAMENTO DE BENS PÚBLICOS

Janine Chaves Coelho Guerreiro[1]
Madalena Gomes Maia[2]
Bárbara Silva dos Santos[3]

## RESUMO

O presente resumo expandido foi construído acerca da temática "Patrimônio histórico e o papel do tombamento de bens públicos." Para discutir esse tema foi realizada consulta a sites, artigos acadêmicos, como também livros, tal pesquisa permitiu a conceituação do termo Patrimônio Histórico, apontamento do dever do Estado ao que concerne a proteção desse patrimônio e os principais aspectos dos bens públicos dentro da temática do tombamento, podendo vir a ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Por fim, foram apresentadas conclusões que convergem para o entendimento da responsabilidade que o Estado tem com a preservação dos bens públicos que eventualmente sejam patrimônio histórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Administração pública; Estado; Patrimônio; Preservação.

## INTRODUÇÃO

A princípio é importante conceituar o termo Patrimônio Histórico. De acordo com o pensamento Ana Lúcia Goelzer Meira, o patrimônio está relacionado com identidade, modernidade e nacionalidade, mas a sua construção envolve os conceitos de história, arqueologia, arte e arquitetura. Além disso, história e patrimônio compartilham momentos em comum no seu processo de construção (MEIRA, 2004). Meira destaca ainda o dever do Estado em nomear artefatos como patrimônio através de políticas públicas: "As políticas oficiais são responsáveis por elevar alguns artefatos à categoria de patrimônio, atuando no nível do imaginário e destacando elementos constitutivos referenciais no desenvolvimento da sociedade" (MEIRA, 2004).

Nessa perspectiva, patrimônio histórico diz respeito aos elementos construídos através do tempo, que possuem significância suficiente para relacionar-se com a modernidade,

[1]FACULDADE VIDAL: janine@favili.com.br
[2]FACULDADE VIDAL: madalena1668@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: barbarassantos3@gmail.com

identidade e nacionalidade. É devido essa relevância que o tombamento se faz necessário para a preservação desse patrimônio.

Diante do objetivo do presente trabalho, é imprescindível também apresentar o conceito de bem público, o qual pode ser definido a partir de três perspectivas. Consonante o entendimento da doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, no sentido amplo (a), bens de domínio público são aqueles que pertencem às pessoas jurídicas de direito púbico interno, políticas e administrativas; no sentido menos amplo (b), bens de domínio público são os bens de uso comum do povo e de uso especial; no sentido estrito (c) somente aos bens de uso comum do povo correspondem aos bens de domínio público (DI PIETRO, 2024, p.871).

Ao que tange a ação de tombamento, Márcio Laranjeira, advogado da União, define "[...] o tombamento, como medida destinada à eficaz preservação do patrimônio histórico e cultural.". Portanto, o tombamento trata-se uma medida advinda do Estado para fins de proteger um bem que enquadra-se no conceito de patrimônio, isto é, aquele bem que possui intrínseca relação com identidade nacional, história e modernidade. Segundo o promotor de justiça, Marcos Paulo Miranda, "A finalidade do tombamento é a conservação da integridade dos bens acerca dos quais haja um interesse público pela proteção em razão de suas características especiais." (MIRANDA, 2021). Feitas tais conceituações, torna-se possível iniciar as nuances que envolvem o patrimônio histórico e o tombamento de bens públicos.

## METODOLOGIA

O estudo tratou-se de uma pesquisa pura e qualitativa, na qual utilizou- se de revisão da literatura em livros, artigos científicos e legislação pertinentes ao tema com consulta de dados em sites visando compreender o papel do tombamento de bens públicos, assim, vamos realizar a abordagem sobre o instituto do Tombamento e os bens públicos, demonstrando a necessidade da aplicação de legislação para que ocorra a garantia do patrimônio e o dever da preservação por parte do Estado que recai sobre eles.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios promoverem a proteção dos bens que se enquadram como patrimônio histórico. Tal dever encontra-se disposto no artigo 23, incisos III e IV da Carta Magna. Ademais, Di Pietro expõe "o artigo 24, inciso VII, conferiu à União, aos Estados e ao Distrito Federal competência concorrente para legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, o que significa

que a União limitar-se-á a estabelecer normas gerais, exercendo os Estados a competência suplementar, na forma dos §§ 1º a 4º do artigo 24.” (DI PIETRO, 2024, p. 181):

> Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
> Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

Assim, fica bastante comprovado que não é optativo ao Estado a proteção de bens e obras que possuem valor histórico, mas sim, um dever. Nesse viés, na Constituição Federal de 1988, encontra-se alguns dispositivos que versam acerca da proteção do patrimônio histórico e cultural, podendo ser realizada através de inventário, registro, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação:

> Art. 216 § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Ao que concerne o a proteção de bens públicos, o artigo do Decreto-Lei nº 25/1937 dispõe que, o tombamento dos bens públicos será feito de ofício pelo diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

> Art. 5º O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício, por ordem do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, afim de produzir os necessários efeitos.

O tombamento com objetivo de preservação necessita de uma aplicação de legislação específica para que seja efetivado sua ação, é dito na fala de Corrêa que toda defesa do interesse público na ação preservacionista, seja em nome do valor histórico, ou em nome do valor artístico, sob o crivo da história da arte, servem como suporte lógico na argumentação institucionalizada do patrimônio e da memória (CORRÊA, 2003).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma entidade autarquia federal do Governo do Brasil que visa proteger e preservar bens culturais brasileiros, o patrimônio histórico e artístico nacional, o IPHAN apesar da dificuldade diante das instabilidades políticas, zela pelos bens reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio da Humanidade, ressalva a importância nas palavras de Londres onde fala que os registros e inventários organizados pelo

IPHAN têm contribuído para com a valorização dos bens simbólicos e o seu reconhecimento pela sociedade de forma positiva, sendo estes utilizados como recursos turísticos e como fonte de receita para suas comunidades, além da divulgação pela mídia (LONDRES, 2004).

Reforça sobre sua área localizada e vizinha para que não se tenha o prejuízo da integridade do patrimônio tombado o artigo 18 do Decreto nº 25/1937, o qual dispõe:

> Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objéto, impondo-se neste caso a multa de cincoenta por cento do valor do mesmo objéto.

Ainda sobre às aplicações legais sobre os bens públicos Rabello emenda sua fala dizendo que pelo fato de ser amplo e capaz de abranger distintas espécies de bens os quais merecem tratamentos diversos, caberá à autoridade administrativa competente, a partir da efetivação de cada tombamento em específico, estabelecer além dos critérios de proteção ao bem tombado, os limites da vizinhança ou entorno (RABELLO, 2009).

## CONCLUSÃO

Diante do exposto ressalta-se, que na ausência de uma normatização específica e sem medidas que impeçam legalmente a sua destruição, o bem público torna-se vulnerável a perda, estrago e consequentemente seu desaparecimento, indo contra uma das normativas constitucionais que revelam a importância da preservação dos locais que tenham um valor histórico, afetivo, arquitetônico ou cultural sociedade.

A instituição do tombamento é medida de regularização para garantir o uso das gerações atuais e principalmente futuras impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados, nessa perspectiva o Estado pode intervir e sujeitá-la a um regime especial de tutela, vez que, o tombamento pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal.

Fica evidente que é dever do Poder Público defender o patrimônio artístico da Nação e que remetem às tradições de um povo e seus lugares, a criação do instituto do tombamento considera-se uma maneira em que os bens públicos pertencentes à história da sociedade brasileira não sejam perdidos, visto que são patrimônios que espelham o desenvolvimento social sendo papel do Estado utilizá-los para satisfazer necessidades públicas e consequentemente preserva-los.

**REFERÊNCIAS**


BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL. Decreto-Lei nº 25/1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.** Edição federal, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937.

CORRÊA. Alexandre Fernandes**. Vilas, parques, bairros e terrenos; novos patrimônios na Cena das políticas culturais em São Paulo e São Luis.** São Luis: EDUFMA, 2003. DIAS. Paulo. Tradição e modernidade nas ingomas do sudeste: jongo e candombe. Disponível em: http://www.cachuera.org.br/cachuerav02/images/stories/arquivos_pdf/tradioemoderni dadenasingomasdosudesteojongoeocandombe-0411.pdf, acessado em 19 mar. 2024.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **1943- Direito administrativo** / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. – 36. ed. – [2. Reimp.] – Rio de Janeiro: Forense, 2024.

LONDRES. Cecília. **Os inventários nas políticas de patrimônio imaterial.** In: Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas. P. 07-14. Rio de Janeiro: Funarte, Iphan, CNFCP, 2004.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico.** História em Revista, v. 10, 2004.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **A especial inalienabilidade dos bens públicos tombados.** Conjur, 2021. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2021-ago21/ambiente-juridico-especial-inalienabilidade-bens publicostombados/#:~:text=No%20que%20tange%20ao%20objeto,%2C%20cascatas%20etc%20%5B1%5D. Acesso em: 19 mar. 2024.

RABELLO, Sonia. **O estado na preservação de bens culturais: o tombamento.** Rio De Janeiro: IPHAN, 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerRee_OTombamento_m.pdf. Acesso: 19 mar. 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# PATRIMÔNIO HISTÓRICO E O PAPEL DO TOMBAMENTO DOS BENS PÚBLICOS

Francisco Maurício da Silva Martins[1]

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo apresentar a problemática, e a análise do instituto do tombamento associado à proteção constitucional ao patrimônio cultural e seus vários aspectos. O texto apresenta a contribuição da doutrina sobre o tema e decisões de Tribunais brasileiros, visto que o tombamento significa um conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, por meio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. O estudo aborda também as agressões que o patrimônio histórico e cultural vem sofrendo a décadas, principalmente através da especulação imobiliária, sem que haja um controle judicial com relação a estes atos.

**PALAVRAS – CHAVE:** Bens materiais; Cultura; Diretos sociais; Tombamento.

## INTRODUÇÃO

O patrimônio histórico representa os bens materiais ou naturais que possuem importância na história de determinada sociedade ou comunidade. Pode ser prédios, ruínas, estátuas, esculturas, templos, igrejas, praças, ou até mesmo parte de uma cidade, por exemplo, o centro histórico. Esse conceito começou a ser disseminado a partir do século XIX após a Revolução Francesa (1789).

Paralelamente a isso, o Estado fazia algumas ações em razão da preocupação dos cidadãos com o tema, preservação é recente e ainda bastante tímida, se comparada a outras nações; no entanto, paulatinamente vai ganhando força uma consciência "ecológica e cultural" que, se espera, seja transmitida às gerações futuras. Não obstante, em sede jurídica, a tutela dos bens materiais que integram o patrimônio cultural e paisagístico já existe e está consolidada de longa data, inclusive em sede constitucional, embora a Constituição de 1988, tenha sido aquela que mais amplamente tratou do assunto.

[1] FACULDADE VIDAL: e-mail: ceramicabomjesusdosaflitos@hotmail.com

O tombamento é um instrumento jurídico de proteção ao patrimônio natural e cultural. Quando uma pessoa é proprietária de um bem de valor para a cultura do país, o Estado pode

intervir e sujeitá-la a um regime especial de tutela, usando de seu domínio eminente no cumprimento do dever de proteção à cultura. Esta limitação ao direito de propriedade é consentânea com vários dispositivos constitucionais que, em conjunto, atribuem uma função social à propriedade (arts.5º, XXIII, 170, III, e 182, § 2º).

O presente artigo versa uma análise para começarmos a entender o valor dos bens culturais de um povo, para isso, temos que ter em mente o que define e fundamenta a vida de uma sociedade quanto às suas características, seus costumes, seus comportamentos, e como esses elementos podem ser registrados e preservados para seus sucessores em formato de memória e identidade histórica, sendo definido como patrimônio social.

O Patrimônio é tudo o que nos é transmitido como uma herança. O Patrimônio Cultural remete à riqueza simbólica e tecnológica desenvolvida pelos grupos humanos que nos antecederam. Trata-se de um conjunto de conhecimentos e realizações de uma comunidade, acumulados ao longo de sua história, que conferem os traços de sua identidade. De acordo com a constituição federal:

Os patrimônios são os modos de expressão, formas de criar, criações científicas e tecnológicas, obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas ou culturais, além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988).

Neste diapasão constatamos que o principal problema é a falta de políticas públicas que garantam infraestrutura adequada um verdadeiro mal uso do dinheiro público e o descumprimento contumaz da legislação e das diretrizes por que sempre perdurou em relação ao patrimônio histórico e cultural.

01. IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Esses bens foram ao longo do tempo construídos ou desenvolvidos pelas sociedades. Estão intimamente relacionados com a identidade do local e representam uma importante fonte de pesquisa atual.

Através do patrimônio histórico podemos, portanto, conhecer a história e tudo que a envolve. Por exemplo, a arte, as tradições, os saberes e a cultura de determinado povo.

Sendo assim, o patrimônio histórico reúne o conjunto de manifestações que foram desenvolvidas ao longo do tempo e que carrega aspectos simbólicos.

Segundo o Decreto Lei n.º 25 de 1937:

"Art. 1.º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua

vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico."

Por esse motivo, existem atualmente diversos órgãos que objetivam a conservação e preservação desses bens.

02. LEIS DE PROTEÇÃO

A Lei 13.004/2014, que altera os artigos 1º, 4º e 5º, da Lei 7.347/85, para incluir, entre as finalidades da ação civil pública, a proteção do patrimônio público e social. Conforme o previsto no artigo 4º,

"poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar danos ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico".

Como se ver no Brasil o excesso de leis e direitos torna-se cada vez mais frequente, o descumprimento principalmente por parte do Estado. Então vejamos:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei. § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Por meio do patrimônio histórico cultural podemos conhecer a história e tudo que a envolve. Por exemplo, a arte, as tradições, os saberes de determinado povo. Preservar e

valorizar os elementos culturais de um povo é manter viva a sua identidade. Trata-se, portanto, de um ato de construção da cidadania.

## METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa do tipo descritiva. Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento bibliográfico em sites, artigos, e vídeos a fim de entender a classificação dos tipos de patrimônios existentes e a qual o patrimônio histórico e o papel do tombamento dos bens públicos estão inseridos. Após esse contato inicial com o objeto da pesquisa, foram escolhidos o patrimônio histórico e o papel do tombamento dos bens públicos que serão trabalhados durante a pesquisa. Como critério dessa escolha, foram consideradas a história, a importância do patrimônio cultural, leis de proteção, patrimônio histórico e cultural, tombamento de bens patrimoniais, patrimônio histórico da humanidade e a atratividade de sua história.

Após as unidades pesquisadas iniciamos os trabalhos de pesquisas da problemática encontrada em cada unidade, o que permitiu avaliar as estruturas técnicas e gestão utilizadas, analisando os dados, a fim de associar a interpretação dos fatos em relação a este documento e levantamento da pesquisa.

Evidenciar os reflexos patrimonial pesquisados, e as ferramentas adotadas para o controle patrimonial, elencando suas contribuições e os problemas relacionados neste artigo. Nosso objetivo central foi identificar as ferramentas utilizadas para tomada de decisões e sua aplicabilidade descrever a importância de um melhor desempenho na área do patrimônio histórico e do programa de tombamento. A metodologia adotada foi feita com o uso de um computador com o auxílio da internet, onde foi possível fazer as pesquisas para elaboração do artigo.

## RESULTADOS E DISCURSÕES

A valorização do patrimônio histórico cultural é a valorização da identidade que molda as pessoas. Por isso, preservar as paisagens, as obras de arte, as festas populares, a culinária ou qualquer outro elemento cultural de um povo, é manter a identidade desse povo. Ademais, com o desenvolvimento das leis de incentivo ao patrimônio Cultural e ao tombamento, futuramente espera-se que o público alvo escolhido reconheça e entenda a história contribuindo para a formação de uma nova geração que a valorize.

Segundo alguns historiadores como Jacques Le Goff (1990), Michael Pollak (1989 e 1992) e Pedro Paulo Funari (2009), a importância da Preservação do Patrimônio Histórico pode ser associada a memória coletiva e individual, pois é através da memória que nos orientamos para compreender o passado, o comportamento de um determinado grupo social, cidade e nação. O avivamento da memória também contribui para a formação de identidade, resgate de raízes, está ligada formação cultural e econômica de um povo.

## CONCLUSÃO

A presente pesquisa permitiu analisar a situação desprezível que se encontra nosso patrimônio histórico e cultural. Ao lançar um olhar para o passado, é possível enxergar uma nova perspectiva que talvez nunca tenha sido observada. É a possiblidade de dar vozes àqueles que não a tem mais e a possibilidade de dar luz à caminhos antes escuros, sombreados pelo tempo e esquecimento. A busca por vestígios para a reconstrução de um passado tal qual ele foi, seria impossível, mas sim uma representação capaz de nos fazer perceber o quão importante ele foi e ainda é. Esse trabalho teve o objetivo de analisar a importância do patrimônio histórico e do processo de tombamento para população, visto que os direitos culturais tão propagados em nosso ordenamento jurídico principalmente em nossa carta magna.

No Brasil, a má preservação do patrimônio histórico, causa danos irreversíveis cada vez um patrimônio é demolido ou descaracterizado. Mesmo com o reconhecimento das autoridades responsáveis sobre a importância do patrimônio histórico, ainda não conseguem responder de forma adequada mantendo ou recuperando os prédios, monumentos e antigos conjuntos industriais.

Um recente caso de má preservação do patrimônio histórico aconteceu recentemente em Fortaleza o Edifício São Pedro, inaugurado em 1951, sendo o primeiro a ter mais de três andares na Praia de Iracema, era referência de luxo e boemia para os fortalezenses, tanto pela movimentação do hotel como pelo uso residencial. A proximidade com o mar e o clima festivo dos eventos sociais marcaram a memória de quem passou pelo imóvel. Após a prefeitura de Fortaleza negar o processo de tombamento e após várias ações do Ministério Público foi autorizada sua demolição.

Portanto alcançamos nossos objetivos propostos no trabalho, onde buscamos evidenciar os reflexos da má qualidade na conservação de nosso patrimônio como aconteceu com o edifício

São Pedro, bem como relatar que “Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. (LE GOFF, 2003).

## REFERÊNCIAS


BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 17 mar. 2024.

DIANA, Daniela. **Patrimônio Histórico.** Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: https://www.todamateria.com.br/patrimonio-historico/. Acesso em: 17 mar. 2024

OLIVEIRA, Maria Ramalho de. 2021 — **Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial**. Campinas, SP: Educ. Soc. 2015. Vol.36 n.133. (p.1059-1075). 2.

RODRIGUES, Robson Antônio, J. P. (s.d.). ***FEMCULTURA***. Acesso em 18 de 03 de 2024, disponível em femcultura.ac.gov.br: https://www.femcultura.ac.gov.br/o-patrimonio-historico-cultural-e-sua-importancia-para-a-sociedade/

SOUSA, P. C. (05 de 05 de 2011). ***momografias.brsilescola*.** Disponível em: monografias.brasilescola.uol.com.br: https://monografias.brasilescola.uol.com.br/historia/a-importancia-patrimonio-historico-como-instrumento-preservacao.htm. Acesso em: 18 mar. 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS HEPATITES B E C NA 5ª MACRORREGIÃO LITORAL LESTE/ JAGUARIBE, ESTADO DO CEARÁ

Maria Gabriela Rêgo da Silva[1]
Nicole Naiane Silva[2]
Maria Odaliciana da Silva[3]
Antônia Layenne Moreira de França[4]
Vanessa Pinheiro Barreto[5]

## RESUMO

**Introdução:** As hepatites B e C são infecções causadas pelos vírus (HBV) e (HCV) que podem gerar lesão no fígado, se tornando crônicas e muita das vezes não apresentam sintomas, também pode ser classificada como uma infecção sexualmente transmissível. Sendo consideradas um problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde (OMS). **Objetivo:** Demarcar um perfil epidemiológico dos casos confirmados das hepatites B e C com relação da 5ª Macrorregião do Litoral Leste/Jaguaribe. **Metodologia:** Trata-se de um estudo epidemiológico de análise de tendência temporal, foram coletados os dados com base no do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), a partir do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). **Resultados:** Certificou-se que no período de 2015 a 2020 foram confirmados um total de 34 casos referente às hepatites B e C. O sexo feminino obteve a maior porcentagem 52% de casos confirmados. Com relação a faixa etária da hepatite B apresentou com maior taxa entre 20-39 anos com 12 casos e da hepatite C apresentou com maiores casos entre 40-59 anos 5 casos, e o casos em gestantes foi de 5 casos confirmados de apenas da hepatite B. **Conclusão:** Deve-se ter uma observação sistemática e buscar soluções que possam diminuir o número de casos, ao realizar estratégias como rastreamento, notificação de forma eficaz, vacinas e orientações para a população, de forma que ocorra a prevenção efetiva das hepatites.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hepatite B; Hepatite C; Epidemiologia.

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: magabi.rego@gmail.com
[2] FACULDADE VIDAL: e-mail: nicolenaiane64@gmail.com
[3] FACULDADE VIDAL: e-mail: odalicianasilva@outlook.com
[4] FACULDADE VIDAL: e-mail: layennemoreira@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

As hepatites virais são infecções caracterizadas por causar lesões no fígado, ocasionando variações leve, moderadas ou graves. Em alguns casos podem ser consideradas silenciosas, ou seja, não manifestam sinais e sintomas. o que manifestam sinais e sintomas. São consideradas um grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo, tendo em vista que as infecções causadas pelos vírus das hepatites B ou C frequentemente se tornam crônicas. Alguns sintomas apresentados são: febre, cefaleia, mal-estar, náuseas, vômitos, dor abdominal, peles e olhos amarelos, urina escura, fezes claras e além do cansaço. (BRASIL,2023).

De acordo com o Ministério da Saúde, entre o período de 2000 a 2022, foram confirmados 750.651 casos de hepatites virais no Brasil. Destes, 276.646 (36,90%) foram referentes a hepatite B e 298.638 (39,8%) a hepatite C (BRASIL, 2023). Sobre a mortalidade, de 2000 a 2021 foram registrados de 85.486 óbitos por hepatites virais.

As transmissões podem ocorrer por vias horizontais e verticais, a transmissão pelo vírus da hepatite B (vírus HBV) ocorre através das vias parenteral e sexual, e da hepatite C (vírus HCV) através de transfusão sanguínea, utilização de drogas injetáveis e por meio de materiais perfurocortantes contaminados. Essas infecções são as principais causas de doença hepática crônica, cirrose hepática e carcinoma hepatocelular. A principal medida de prevenção para a hepatite B é a vacinação, que está prevista no calendário de vacinação infantil. (BRASIL,2023).

O tratamento da hepatite C é realizado através de antivirais de ação direta (DAA), existe cura, porém não há vacina contra essa doença. A testagem das mulheres grávidas ou com intenção de engravidar também é fundamental para prevenir a transmissão vertical para o bebê, como também o uso de preservativo nas relações sexuais. (BRASIL,2023).

As hepatites virais se tornam um grave problema de saúde pública em virtude da alta taxa de prevalência, incidência, e mortalidade sendo classificados como casos de notificação compulsória. (Timóteo, *et al...,*2020).

O estudo teve como objetivo traçar o perfil epidemiológico das hepatites B e C na 5ª macrorregião litoral Leste/Jaguaribe, no estado do Ceará.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo. Foram utilizados dados referentes ao cenário epidemiológico da 5ª Macrorregião do Litoral Leste/ Jaguaribe. As variáveis analisadas foram sexo, faixa etária e raça/cor.

Os dados foram coletados através da base de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), a partir do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Estas informações são de domínio público e, desta forma, não houve necessidade de submeter o estudo ao Comitê de Ética em Pesquisa. As informações foram disponibilizadas pelo sistema em tabelas e realizado o *download* dos dados em planilhas do *Microsoft Office Excel* 2019.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os resultados, foi analisado com a junção das Hepatites B e C, ao total de 34 casos confirmados entres os sexos feminino com 18 (52%), masculino com 16 (47%) segundo a Macrorregião do Litoral Jaguaribe/ munícipio de notificação. Predominando o sexo feminino com (52%) casos, visto que o munícipio de Aracati registrou a maiores números de casos confirmados em ambos os sexos, visto que a hepatite B se predomina com os números de casos e sendo o público feminino afetado. Nunes HM *et al*., (2019), explanou no seu estudo que o público feminino teve uma taxa maior com relação ao público masculino as hepatites B e C no período de 2010 a 2014, analisado os fatores de risco com a utilização de medicamento injetáveis e os tratamentos e cirúrgicos.

**TABELA 1**. Casos confirmados da Hepatite B com relação ao sexo masculino e feminino na Macrorregião do Litoral Jaguaribe/ Munícipio de Notificação. Período de 2015 a 2020.

| Macrorregião de Saúde/Munic.de notificação | Masculino | Feminino | Total |
|---|---|---|---|
| **2306 5ª MACRO - LITORAL LESTE/JAGUARIBE** | **12** | **14** | **26** |
| **FORTIM** | 1 | 1 | 2 |
| **ITAICABA** | - | 1 | 1 |
| **ARACATI** | 8 | 5 | 13 |
| **SAO JOAO DO JAGUARIBE** | - | 2 | 2 |
| **ICAPUI** | - | 1 | 1 |
| **JAGUARETAMA** | - | 1 | 1 |
| **LIMOEIRO DO NORTE** | 3 | 1 | 4 |
| **RUSSAS** | - | 2 | 2 |

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

**TABELA 2**. Casos confirmados da Hepatite C com relação ao sexo masculino e feminino na Macrorregião do Litoral Jaguaribe/ Munícipio de Notificação. Período de 2015 a 2020.

| Macrorreg.Saúde/Munic.de notif | Masculino | Feminino | Total |
|---|---|---|---|
| **2306 5ª MACRO - LITORAL LESTE/JAGUARIBE** | **4** | **4** | **8** |
| **ARACATI** | 1 | 2 | 3 |
| **ICAPUI** | - | 1 | 1 |
| **JAGUARETAMA** | 1 | - | 1 |
| **LIMOEIRO DO NORTE** | 2 | 1 | 3 |

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

Com relação a faixa etária das hepatites B e C, foram informados 31 casos no total entre o período de 2015-2020, selecionado de 15-19, 20-39 e 40-59 anos, sendo notificados da hepatite B um 1 caso de 15-19, 12 casos entre 20-39 e 11 casos entre 40-59, tendo um total de confirmados de 24 casos (78%) mostrando um número maior de casos entre 20-39 .Com relação a hepatite C demonstra um número menor apenas 7 (22%) casos, sendo 2 casos de 20- 39 e 5 casos de 40-59 anos visto que é o que apresenta maior taxa.

Sobre a raça, obteve-se o total de 34 casos, a maior taxa foi a cor parda (73%) com referência as Hepatites B e C, sendo que 6 de Hepatite C e 19 de Hepatite B sendo que a B tendo um número maior com relação a C, assim as demais raças, branca (8%) e preta (17%), obtiveram um número menor de casos.

Foi possível ser visto a predominância com relação a raça parda tanto na hepatite B e C entre o período de 2016, sendo observado entre as outras raças que 52,75% são pessoas pardas, assim demostrando um alta elava de casos confirmados. (Araújo, *et al*..,2020).

**TABELA 3**. Casos confirmados da hepatite B com relação a raça na Macrorregião do Litoral Jaguaribe/ Munícipio de Notificação. Período de 2015 a 2020.

| Macrorreg.Saúde/Munic.de notif | Branca | Preta | Parda | Total |
|---|---|---|---|---|
| **TOTAL** | **2** | **5** | **19** | **26** |
| **2306 5ª MACRO - LITORAL LESTE/JAGUARIBE** | **2** | **5** | **19** | **26** |
| **..... FORTIM** | **-** | **-** | **2** | **2** |
| **..... ITAICABA** | **-** | **-** | **1** | **1** |
| **..... ARACATI** | **1** | **2** | **10** | **13** |
| **..... SAO JOAO DO JAGUARIBE** | **-** | **1** | **1** | **2** |
| **..... ICAPUI** | **-** | **-** | **1** | **1** |
| **..... JAGUARETAMA** | **-** | **1** | **-** | **1** |
| **..... LIMOEIRO DO NORTE** | **-** | **1** | **3** | **4** |
| **..... RUSSAS** | **1** | **-** | **1** | **2** |

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

**TABELA 4**.Casos confirmados da hepatite C com relação a raça na Macrorregião do Litoral Jaguaribe/ Munícipio de Notificação. Período de 2015 a 2020.

| Macrorreg.Saúde/Munic.de notif | Branca | Preta | Parda | Total |
|---|---|---|---|---|
| **TOTAL** | **1** | **1** | **6** | **8** |
| **2306 5ª MACRO - LITORAL LESTE/JAGUARIBE** | **1** | **1** | **6** | **8** |
| **..... ARACATI** | **-** | **-** | **3** | **3** |
| **..... ICAPUI** | **-** | **-** | **1** | **1** |
| **..... JAGUARETAMA** | **1** | **-** | **-** | **1** |
| **..... LIMOEIRO DO NORTE** | **-** | **1** | **2** | **3** |

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net .**TABELA 6**..

Os casos confirmados em gestantes, entre o período de 2015 a 2020, foram 5 casos confirmados apenas de hepatite B, apresentando no primeiro trimestre 2 casos e no segundo trimestre apenas 3, os não confirmados foram registrados 6 e o não se aplica 14 e 1 ignorado, tendo total de 26 testes realizados, sendo que a hepatite C não mostrou nem um caso confirmado só registrou 4 não confirmados e 4 que não se aplicam, tendo total de 8 testes realizados.

No estudo realizado por Siqueira *et al.,* (2017), observou-se a importância de realizar a triagem sorológica durante o pré-natal, a necessidade de realização do teste contra o reagente para o vírus da hepatite B é de extrema relevância para uma detecção precoce e iniciar a realização do tratamento de imediato, evitando assim a transmissão vertical da mãe para o feto.

## CONCLUSÃO

Diante do estudo foi possível fazer a análise dos casos confirmados das hepatites B e C na 5ª Macrorregião Litoral Leste/ Jaguaribe durante o período de 2015 a 2020. As variáveis analisadas foram sexo, faixa etária, raça e as gestantes. Identificou-se o maior número de casos confirmados entre o sexo feminino, a raça mais frequente foi a parda e a faixa etária de 20 a 39 anos obteve destaque com um número maior de casos confirmados em relação a hepatite B. as gestantes demostrou apenas sobre a hepatite B, sendo visto os casos negligenciados (que não são notificados), dificultando mais ainda o declínio em relação as hepatites.

Conclui-se que é preciso ter uma atenção maior durante a realização das notificações dos casos e, desta forma, buscar soluções efetivas que proporcionem a diminuição da transmissão desses vírus. Identificou-se a importância de realização do rastreamento, notificação de forma eficaz, a realização da vacinação de forma efetiva e prover orientações para a população tanto para o conhecimento das formas de transmissão da doença, como para a mudança de hábitos que visam a prevenção das hepatites.

## REFERÊNCIAS


ARAÚJO, A. I. N., de Figueiredo Oséas, J. M., de Faria, J. C. B., Mendonça, B. D. P. N., Lima, C. M., Leite, F. P. P., & de Melo, L. A. (2020). **Perfil Epidemiológico das hepatites B e C no Estado do Rio Grande do Norte.** Revista Ciência Plural, 6(3), 35-52.

BRASIL. Ministério da Saúde. Subsecretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Saúde do Distrito Federal**. Perfil epidemiológico das hepatites virais B, C e D no Distrito Federal, 2018 a 2022.** Informativo Epidemiológico Julho de 2023. Acesso em: 07 de maio de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Hepatite B**. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/h/hepatites-virais/hepatite-b. Acesso em: 06 de maio de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Hepatite C**. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/h/hepatites-virais/hepatite-c. Acesso em: 06 de maio de 2024.

GONÇALVES, N. V., Miranda, C. D. S. C., Guedes, J. A., Silva, L. D. C. T. D., Barros, E. M., Tavares, C. G. D. M., ... & Xavier, M. B. (2019). **Hepatites B e C nas áreas de três Centros Regionais de Saúde do Estado do Pará, Brasil: uma análise espacial, epidemiológica e socioeconômica.** Cadernos Saúde Coletiva, 27, 1-10.

NUNES HM, Sarnento VP, Malheiros AP, Paixão JF, Costa OSG, Soares MCP. **As hepatites virais: aspectos epidemiológicos, clínicos e de prevenção em municípios da microrregião de Parauapebas, sudeste do estado do Pará, Brasil.** Rev Pan-Amaz Saude. 2017;8(2):31-37.

SIQUEIRA, Mauro Luiz Barbosa et al. **Estudo da incidência da Hepatite B em gestantes atendidas pela unidade municipal de saúde de Rondonópolis, MT.** Biodiversidade, v. 16, n. 2, 2017.

TIMÓTEO, Maria Vitória Fernandes et al. **Perfil epidemiológico das hepatites virais no Brasil**. Research, Society and Development, v. 9, n. 6, p. e29963231-e29963231, 2020.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS DE DENGUE NA CIDADE DE MORADA NOVA-CE, NOS ANOS DE 2014 A 2023

Valdiza Pinheiro Chaves [1]

Ana Talita Vieira de Sousa [2]

Maria Tatiana Gomes Maia [3]

Pedro Henrique Oliveira Silva [4]

Vanessa Pinheiro Barreto [5]

## RESUMO

**Justificativa:** A dengue é um problema de saúde pública no mundo, principalmente em países tropicais e subtropicais, em que o mosquito *Aedes aegypti* se prolifera em ambientes favoráveis como alta densidade populacional e baixa cobertura vegetal. A dengue é uma doença febril aguda que também pode causar mortes. **Objetivo:** descrever o perfil epidemiológico dos casos de dengue entre os anos de 2014 a 2023, na cidade de Morada Nova, estado do Ceará. **Método**: Trata-se de um estudo documental, de abordagem descritiva, realizado a partir de dados públicos disponibilizados no DATASUS. As variáveis analisadas foram sexo, faixa etária e raça. **Resultados**: Há casos de dengue em todo o país, porém, com variações sazonais e regionais significativas, esses valores refletem desafios socioeconômicos e ambientais. Os resultados evidenciaram que o sexo feminino, a faixa etária de 20-39 e 40-59 e a raça parda e branca corresponderam ao maior número de casos. Quanto aos anos, 2018, 2020 e 2023 obtiveram maiores registros de casos. **Conclusão:** Conclui-se que pode ter havido subnotificações de dengue devido a Covid-19. O sexo feminino foi o mais afetado em decorrência por permanecerem mais em casa. Políticas públicas devem priorizar investimentos em vigilância epidemiológica, melhorias na infraestrutura de saneamento básico e campanhas educativas para conscientização da população. A colaboração entre governo, profissionais de saúde e comunidade é essencial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dengue; Perfil de Saúde; Epidemiologia; Doenças Transmissíveis.

[1] FACULDADE VIDAL: izapinheirochaves@icloud.com
[2] FACULDADE VIDAL: anatalitavieira37@gmail.com
[3] FACULDADE VIDAL: annagomesmaia21@gmail.com
[4] FACULDADE VIDAL: pedrohenriquecoliveirasilva@gmail.com
[5] FACULDADE VIDAL: vanessapinheiro@favili.com.br

## INTRODUÇÃO

A Dengue é uma doença viral transmitida por mosquitos fêmeas infectados, principalmente da espécie *Aedes aegypti* e, em menor grau, da espécie *Aedes albopictus* (Opas, 2024, p.1). O mosquito *A. aegypti* uma arbovirose mais comuns que afeta humanos principalmente em países tropicais e subtropicais (Ferreira, *et al*., 2023). A infecção pelo mosquito varia desde forma assintomática ou uma febre, que pode evoluir numa dimensão reduzida para mais graves (Santos, 2022).

Se tratando de números mais recentes, dados da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em seu relatório de 07 de março de 2024 apresenta que foram reportadas 1.874.021 ocorrências, sendo 658.215 confirmados no mundo. Nas américas equivale 295.753 casos, somente no Brasil teve o maior surto com 239.058 notificações. Todavia, em 2023 foi o ano com maior registro de dengue nas américas com 4.565.911 episódios (Opas, 2024). O Informe Semanal nº 06 arboviroses urbanas do Ministério da Saúde, no período entre as semanas epidemiológicas 27/2023 e 03/2024, foram registrados 370.205 casos prováveis de dengue, com maior número nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. No Nordeste foram 34.571 casos de 2023-2024, no estado do Ceará consistiu em 3.980. Além disso, a análise identificou correlações entre a incidência de dengue e fatores como densidade populacional, condições de saneamento e cobertura de serviços de saúde.

Neste contexto, a dengue possui grande impacto no mundo e principalmente no Brasil que é considerado um país tropical, se tornando um grande desafio na saúde pública (Maciel *et al*., 2024). De tal modo, para beneficiar futuras pesquisas e promover informações para controle e prevenção, assim, objetiva-se descrever o perfil epidemiológico dos casos de dengue no período de 2014 a 2023, no município de Morada Nova-CE.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo documental, descritivo com abordagem quantitativa. Foram utilizados dados secundários, de domínio público e disponíveis pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS).

O local do estudo é a cidade de Morada Nova, localizada no Estado do Ceará, com população estimada em 61.443 pessoas pelo censo do IBGE, em 2022. A extensão territorial é de 2.763,971 km², com 11,69 km² de área urbanizada.

A pesquisa foi realizada nos dias 11 a 26 de março de 2024 no *site* DATASUS, através da ferramenta TabNet. As informações foram extraídas do setor Epidemiologia e Morbidade,

na opção Doenças e Agravos de Notificação – 2007 em diante (SINAN), pesquisa por dengue de 2014 em diante, no estado do Ceará, município de Morada Nova, entre os anos de 2014 a 2023. Todos os casos incluídos no estudo foram casos prováveis[6]. As variáveis analisadas foram: raça, sexo e faixa etária.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os casos notificados de dengue no município de Morada Nova obtiveram o total de 1.918 casos prováveis de 2014 a 2023, contudo as infecções ocorrem em várias cidades, de acordo com o parecer dos pacientes. Assim, o Tabela 1 exibe as variáveis ano de notificação por meses, na cidade de Morada Nova. Ao realizar o somatório dos anos, obteve-se um total de 172 casos.

**Tabela 1 –** Infecção por dengue na cidade de Morada Nova-Ceará, anos e meses.

| Ano da notificação | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Nov | Dez | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2014** | - | 1 | - | 1 | 2 | 1 | 3 | 10 | 1 | - | - | 19 |
| **2015** | - | 1 | 4 | 12 | - | - | - | - | - | - | - | 17 |
| **2016** | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | 1 | 2 |
| **2017** | 1 | - | - | 1 | 2 | - | 4 | 3 | - | - | - | 11 |
| **2018** | - | - | - | - | - | 14 | 10 | 6 | 3 | - | - | 33 |
| **2019** | - | 1 | - | 2 | 2 | 2 | 1 | - | - | - | - | 8 |
| **2020** | 1 | - | - | 1 | 2 | 9 | 13 | 17 | 6 | 1 | 1 | 51 |
| **2023** | 3 | 1 | 8 | 9 | 2 | 2 | 3 | 1 | 2 | - | - | 31 |
| **Total** | **5** | **4** | **12** | **26** | **11** | **28** | **34** | **37** | **12** | **1** | **2** | **172** |

Fonte: Adaptado de DATASUS, TabNet Doenças e Agravos de Notificação – Sinan, 2024.

O baixo número de casos pode estar relacionado à escassez das chuvas e aumento da temperatura, já que, "[...] as condições climáticas favoreceram a propagação do vetor como: as chuvas intensas, temperaturas agradáveis e alta densidade populacional" (Santos, 2022, p. 14). Todos os meses teve infecção, exceto outubro, para ajudar nessa discussão, o estudo de Junior *et al.* (2022) avaliaram 38 publicações sobre sazonalidade da dengue, a maior valor é de outubro a maio, devido as diferenças regionais os casos variam. Pode-se inferir que o ano com maior número de infecção foi 2020, mesmo no período da Covid-19 no país. A pesquisa de Neto *et al*. (2023, p. 3016) relatam que o trabalho dos profissionais de saúde da atenção básica ficou mais restrito, essa medida pode ter tido impactos negativos no enfrentamento das arboviroses.

Observa-se também que não têm registros de infecção nos anos de 2021 e 2022 no sistema, provavelmente houve subnotificações por causa da Pandemia (Pinto, *et al*., 2023).

[6] São incluídas todas as notificações, exceto casos descartados.

As discussões sobre as variáveis raça, sexo e faixa etária dos pacientes infectados no município estão apresentadas a seguir.

**Tabela 2** – Total de casos da infecção por dengue de acordo com a raça no município de Morada Nova-CE.

| Ano da notificação | Ign/Branco | Branca | Preta | Amarela | Parda | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2014 | 1 | 9 | - | - | 9 | 19 |
| 2015 | - | 13 | 1 | 1 | 2 | 17 |
| 2016 | - | - | - | - | 2 | 2 |
| 2017 | - | 4 | - | - | 7 | 11 |
| 2018 | - | 13 | - | - | 20 | 33 |
| 2019 | - | 2 | - | - | 6 | 8 |
| 2020 | - | 15 | 3 | - | 33 | 51 |
| 2023 | 3 | 8 | 1 | 1 | 18 | 31 |
| Total | 4 | 64 | 5 | 2 | 97 | 172 |

Fonte: Adaptado de DATASUS, TabNet Doenças e Agravos de Notificação - Sinan, 2024.

Os elementos indicam que a maioria dos indivíduos infectados são da raça parda, e em seguida branca. Sabe-se que "[...]o vírus da dengue afeta indiscriminadamente todas as pessoas, independentemente de sua cor ou raça" (Nogueira Diniz Filho, 2023, p. 28). O estudo de Pereira *et al*., (2024) também apresentaram como resultados que a raça parda e branca predomina com infecções.

O mosquito pode se reproduzir nos ambientes domésticos e peridomésticos (Cardoso, *et al*. 2024). Por causa desse fato, pode-se relacionar que o sexo feminino tem mais exposição ao mosquito, pois permanecem mais tempo em casa (Pereira *et al*., 2024). Em Morada Nova a infecção por dengue para o sexo feminino teve 99 casos prováveis, já para o sexo masculino 73 casos. No que tange a faixa etária (ver Tabela 3), houve ocorrência em todas.

**Tabela 3 -** Total de casos da infecção por dengue de acordo com a faixa etária no município de Morada Nova-CE.

| Ano da notificação | <1 Ano | 01-04 | 05-09 | 10-14 | 15-19 | 20-39 | 40-59 | 60-64 | 65-69 | 70-79 | 80 e + | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2014 | 1 | 3 | - | - | 3 | 4 | 7 | - | 1 | - | - | 19 |
| 2015 | - | - | - | - | 5 | 8 | 4 | - | - | - | - | 17 |
| 2016 | - | - | - | 1 | - | 1 | - | - | - | - | - | 2 |
| 2017 | - | 1 | 1 | - | - | 2 | 4 | - | 1 | 2 | - | 11 |
| 2018 | - | - | 1 | 3 | 2 | 12 | 11 | - | 4 | - | - | 33 |
| 2019 | - | - | 1 | - | 1 | 4 | 2 | - | - | - | - | 8 |
| 2020 | 1 | 3 | 1 | 3 | 6 | 17 | 15 | 2 | 1 | 2 | - | 51 |
| 2023 | - | 1 | 1 | 5 | 1 | 6 | 15 | - | - | 1 | 1 | 31 |
| **Total** | **2** | **8** | **5** | **12** | **18** | **54** | **58** | **2** | **7** | **5** | **1** | **172** |

Fonte: Adaptado de DATASUS, TabNet Doenças e Agravos de Notificação - Sinan, 2024.

Todavia a maior prevalência ocorreu entre 40-59 com um número de 58 casos prováveis seguidos de 20-39, 15-19, 10-14 anos. Os menores números de infecção abrangem as faixas etárias de menos de 1 anos e de 60-64 e 80+ anos. O trabalho de Castro *et al*. (2023) apresentou que a faixa etária com maior infecção foi de 20-39 anos seguido de 40-59. O ano com maior prevalência de infecção foi 2020, com 51 casos prováveis.

## CONCLUSÃO

O Brasil possui diversos problemas a serem enfrentados em questão de saúde, um deles é o combate à dengue, já que o país tem grandes focos de infecção pelo mosquito *Aedes aegypti*. Entretanto, os valores mudam, tendo diferenças de cada região e cidade. O município em estudo, Morada Nova teve 172 casos de infecção por dengue, esse valor poderia ser maior, o que pode ter ocorrido, subnotificação. As variáveis, sexo feminino e a faixa etária de 20-39 e 40-59 anos de idade apresentaram maior frequência. A raça parda obteve maior número de casos, seguida da branca.

Sabe-se que sistema público de saúde desempenha um papel fundamental na vigilância epidemiológica, no diagnóstico precoce, no tratamento adequado e na implementação de medidas preventivas, como campanhas de conscientização, eliminação de criadouros do mosquito vetor e controle vetorial. No entanto, é crucial reconhecer que o sucesso dessas iniciativas depende da participação ativa e do engajamento da população.

Enfim, abordar eficazmente a dengue requer uma abordagem holística que integre intervenções no nível do sistema de saúde e da comunidade. Somente por meio de esforços colaborativos e coordenados será possível reduzir.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Informa semanal nº 06 arboviroses urbanas 2023-2024**. 23 de janeiro de 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/arboviroses/informe-semanal/informe-semanal-no-06-arboviroses-urbanas-se-27-2023-a-se-03-2024-23-de-janeiro-de-2024. Acesso em: 29 mar. 2024.

BRASIL.ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Dengue**. 2024. Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/dengue#:~:text=Outro%20estudo%20sobre%20a%20preval%C3%AAncia,o%20n%C3%BAmero%20anual%20de%20casos. Acesso em: 29 mar. 2024.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. **Morada Nova**. 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/morada-nova.html. Acesso em: 31 mar. 2024.

CARDOSO, R. L. *et al*. **Dengue no Brasil**: uma revisão sistemática. Revista Foco, v. 17, n. 3, p. 01-24, 2024.

CASTRO, M. N. *et al*. **Perfil epidemiológico dos casos de dengue notificados no município de Formosa-GO os anos de 2014-2023**. *In*: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DE RIO VERDE, 27., 2023, Rio Verde. Anais[...]. Goiás: Anais do CICURV, v.17, n. 1, 2023. Disponível em: http://revistas.unirv.edu.br/index.php/cicurv/article/view/418/244. Acesso em: 29 mar. 2024.

DATASUS. TabNet. **Informações de saúde**: dengue. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/denguebce.def. Acesso em: 26 mar. 2024.

FERREIRA, J. Z. *et al*. **Coinfecção dengue e COVID-19**: diagnóstico diferencial. Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research, v. 44, n. 2, p. 61-65, 2023.

FILHO,D. NOGUEIRA,M. J. **Diferenças clínico-epidemiológicas dos óbitos por dengue entre regiões do Brasil**. 2023. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro, Maranhão, 2023.

JUNIOR, B. S. *et al*. **Epidemiology and costs of denguein Brazil: a systematic literature review**. International Journal of Infectious Diseases, v. 122, p. 521-528, 2022.

MACIEL, E. L. Noia *et al*. 2024. **Esforços do governo alavancam o combate efetivo à dengue no Brasil**. *In*: Preprints SciELO, pré-impressão, versão 1. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/8333/version/8812. Acesso em: 29 mar. 2024.

NETO, A. C. L. *et al*. **A incidência de dengue no Brasil, pós pandemia COVID-19**: redução do número de casos ou aumento de subnotificações? Uma revisão integrativa. Brazilian Journal of Health Review, v. 6, n. 1, p. 3010-3021, 2023.

PEREIRA, C. F. *et al*. **Perfil epidemiológico da dengue em Minas Gerais entre os anos de 2014 e 2023 na perspectiva do SUS**. Brazilian Journal of Health Review, v.7, n. 1, p. 4345-4353, 2024.

PINTO, M. S. *et al*. **Subnotificação de doenças sazonais na pandemia**. Brazilian Journal of Health Review,Curitiba, v. 6, n.5, p.20971-20978, 2023.

SANTOS, G. C. J. **Uso de metodologias ativas para a aplicação de uma sequência didática sobre a dengue e suas notificações, no período de pandemia de Covid-19 (2020-2022)**. 2022. 47 f. Monografia (Graduação em Biologia) – Universidade Federal de Tocantins, Campus Universitário de Araguaína, Curso de Biologia, Araguaína, TO, 2022.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# PREVENÇÃO DE QUEDAS EM IDOSOS NO AMBIENTE DOMICILIAR: REVISÃO DE LITERATURA

Carlos Eduardo Gomes Silva[1]
Mariana Machado Costa[2]
Silmara Oliveira Bandeira[3]
Tayla Márcia Nogueira Lucena Lima[4]
Diego Remígio Peixoto[5]

## RESUMO

**Introdução**: As quedas é um fator comum em idosos, ela é considerada como uma síndrome geriátrica, levando a incapacidade física, lesões, mortes, e até afetar o desempenho e o estilo de vida do idoso. Os fatores das quedas podem estar relacionados ao ambiente, patologias, polifarmácia e redução da capacidade funcional. Este estudo teve como objetivo identificar os fatores que podem contribuir para redução e prevenção das quedas em idosos no ambiente domiciliar. **Metodologia**: Trata-se de uma revisão de literatura, com buscas nas bases de dados Pubmed e Scielo, as pesquisas pelos artigos foram realizadas nos meses de abril a maio de 2024. **Resultados e discussão**: No presente estudo foi perceptível que a queda é mais persistente em idosas do sexo feminino, sendo a taxa de mortalidade por quedas de ambos os sexos, as comorbidades estão associadas a uma influência maior para o risco de quedas em idosos, sendo necessário que para evitar acidente por quedas seja necessário melhorar o ambiente e incorporar atividades físicas com a finalidade de reduzir esses riscos de quedas. **Conclusão**: Conclui-se que os acidentes por quedas são por uma causa multifatorial, que, para reduzir esses riscos ao idoso seria necessário medidas preventivas, promoção de saúde, ajuda dos profissionais de saúde e dos familiares como forma de prevenir a quedas em idosos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Idoso; Comunidade; Acidentes por Quedas; Fatores de risco.

## INTRODUÇÃO

As quedas em idosos são reconhecidas como importante problema de saúde pública, estando relacionadas a fatores de risco que podem levar a incapacidades, lesões e morte. São consideradas como síndromes geriátricas, que afetam as condições das pessoas de gerir suas

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: carloseduardogamosilva12345@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: marianacmachado4@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: silmaraoliveira1994@hotmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: taylamarcia842@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: e-mail: diegopeixotofocus@gmail.com

próprias vidas em consequência de incapacidades físicas, psicológicas, sociais e econômicas (Wingerter *et al.,* 2018, apud OLIVEIRA *et al.,* 2020).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), pessoas acima de 65 anos de idade e que sofreram algum episódio de queda por ano têm uma prevalência de 28% a 35%; em idosos acima de 70 anos de idade, esta varia de 32% a 42% (Tako *et al.,* 2017, apud OLIVEIRA *et al.,* 2020). Segundo o Ministério da Saúde (BR), no ano de 2013, foram registrados 93.312 internamentos de pessoas acima de 60 anos que sofreram queda, sendo que, dos registros mencionados, 8.775 chegaram a óbito por essa causa.

Existem os fatores de risco intrínsecos, que estão relacionados diretamente com a pessoa idosa, como alterações fisiológicas do ciclo vital, patologias, consumo de medicamentos e redução da capacidade funcional; e os fatores de risco extrínsecos, que se relacionam às condições do meio ambiente, como a exposição a pisos deslizantes e tapetes, ambientes mal iluminados, ausência de corrimão, mobília instável e presença de animais (Gautério *et al.,* 2015, apud OLIVEIRA *et al.,* 2020).

As sequelas ocasionadas pelas quedas são prejudiciais às pessoas idosas, pois após o ocorrido muitas ficam com medo de sair de casa, o que dificulta a realização de suas atividades instrumentais de vida diária (AIVD) e atividades de vida diária (AVD) (MEDEIROS *et al.,* 2023).

As diretrizes atuais de atividade física do Reino Unido recomendam que os adultos com 65 anos ou mais realizem pelo menos 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana. Isso inclui fortalecimento muscular em pelo menos dois dias e, para aqueles em risco de quedas, incorporação de exercícios para equilíbrio e coordenação em pelo menos dois dias por semana (FINNEGAN *et al.*, 2019, tradução nossa).

O presente trabalho tem como objetivo identificar os fatores que podem contribuir para redução e prevenção das quedas em idosos no ambiente domiciliar.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo tipo revisão de literatura, utilizou-se das seguintes bases de dados, PubMed e Scielo. Durante as buscas priorizou-se estudos dos anos de 2018 a 2024, utilizando o DeCS para busca dos descritores, os selecionados foram: idoso, comunidade, prevenção de acidentes, acidentes por quedas. Elencaram-se cerca de 172 estudos, estabelecidos os critérios

de inclusão e exclusão dos estudos, após a análise do título e resumo, vários artigos foram eliminados, chegando ao total de cinco artigos.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Averiguou-se os principais resultados dos artigos escolhidos, desses, foram selecionados três dos cinco artigos citados.

| AUTORES/ANOS | OBJETIVO | PRINCIPAIS RESULTADOS |
|---|---|---|
| GONÇALVES *et al.,* 2022 | Analisar a tendência da mortalidade por quedas entre idosos, no Brasil, no período de 2000 a 2019. | Entre os anos de 2000 a 2019, foram registrados 135.209 óbitos por quedas em idosos, dos quais 51,41% ocorreram em mulheres. Os óbitos por esse motivo concentram-se na faixa etária de ≥80 anos (56,12%). Com relação às características sociodemográficas, observou-se que 65,10% da população de estudo possuía cor de pele branca e 60,87% tinha escolaridade máxima de sete anos de estudo. Aproximadamente 40,00% da população era composta de pessoas viúvas. |
| MEDEIROS *et al.,* 2023 | Compreender a repercussão de um grupo de prevenção de quedas e casa segura no cotidiano de pessoas idosas por meio de suas percepções, e a compreensão delas acerca das atividades de educação em saúde desenvolvidas junto com as participantes. | Em relação ao resultado do TAF, a média foi de 22,29 cm (DP ± 8,61 cm). Vale destacar que o resultado menor que 15cm, significa risco de quedas, sendo assim, dois participantes ficaram abaixo do escore. O TUG resultou em uma média entre as pessoas idosas de 12,93 segundos (DP ± 3,32) - o resultado entre 10 e 19 segundos, considera-se que a pessoa idosa apresenta risco moderado de queda. |

| | | |
|---|---|---|
| OLIVEIRA *et al.*, 2020. | Identificar a prevalência de quedas e fatores associados em idosos no ambiente domiciliar | Em relação às características da moradia, 83,9% dos participantes morava em ruas em estado de conservação precário, em casas com mais de cinco cômodos, pisos inadequados e com tapetes. Em 98,5% dos domicílios havia iluminação adequada e os ambientes da casa eram de fácil acesso, porém não havia barras de apoio ou cadeiras adaptadas para banho. Pouco mais da metade (54,9%) dos participantes possuía animais em casa. |

Nos resultados da revisão de literatura, evidencia-se que é mais persistente no sexo feminino, por fatores de maior exposição ao ambiente domiciliar, por conta das atividades instrumentais de vida diária (AIVD) e doméstica. De acordo com GONÇALVES *et al.* (2022) "os achados do presente estudo apontam para uma tendência crescente na taxa de mortalidade por quedas em idosos de ambos os sexos, no período analisado, com taxa de incremento anual maior no sexo feminino."

Fatores extrínsecos que influenciam o risco de queda, são os ambientes não adaptados, como, tapetes, iluminação inadequada, falta de barras de apoio e piso de cerâmica. Fatores intrínsecos como, a polifarmácia também está relacionada pelo fato dos efeitos colaterais, como tontura, visão turva, sonolência, perda de equilíbrio.

As comorbidades, como as doenças cardiovasculares, hipertensão arterial, diabetes mellitus, doenças pulmonares, câncer, derrame cerebral e osteoporose, presentes em grande parte das pessoas idosas, predispõem a um maior risco de quedas, levando a uma maior vulnerabilidade no ambiente domiciliar, mas também no ambiente hospitalar, o que pode comprometer a capacidade funcional, a autonomia e a qualidade de vida dos idosos (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

As medidas preventivas ainda são pouco implementadas no ambiente domiciliar, decorrente da falta de informações em relação à família e à falta de educação em saúde preventiva por parte dos profissionais de saúde (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

O profissional de saúde, ao visitar o ambiente de um idoso que apresenta obstáculos que propiciem a queda, pode realizar uma avaliação do ambiente e identificar aspectos que podem ser modificados no ato, e outros que necessitarão de tempo para serem alterados e, às vezes,

investimentos econômicos, e ainda outros que nunca poderão ser solucionados (FALEIROS *et al.*, 2018).

Priorizar ambientes bem iluminados, usar tapetes de borracha no banheiro/chuveiro fixos ao chão, evitar o uso de tapetes de fibras grossas e felpudas, usar pouca cera no chão, corrimãos fixos, manter piso limpo e sem objetos espalhados, usar sapatos de borracha, evitar degraus quebrados, orientar o idoso a realizar exercícios que exercitem o equilíbrio e nunca se levantar da cama de forma rápida, manter interruptores de luz em locais acessíveis nos cômodos da casa, os móveis devem estar seguros e firmes para dar suporte na deambulação, caso necessário, usar cadeiras firmes e com apoio lateral, observar o exterior da casa (quintal) e disponibilizar iluminação para permitir a deambulação noturna, uso de degraus antiderrapantes e escadas com corrimãos (Costa, 2000 apud FALEIROS *et al.*, 2018).

As atividades físicas quando incorporadas em múltiplas intervenções de componentes de exercício, marcha, equilíbrio e treinamento funcional exercícios reduziram a taxa e o risco de queda em 9 a 18%. Quando testadas como intervenções de componente único, programas de marcha, equilíbrio e treinamento funcional foram encontrados para reduzir a taxa de quedas (55%), mas não o risco de queda. (FINNEGAN *et al.*, 2019, tradução nossa).

## CONCLUSÃO

Portanto, compreende-se que as quedas em idosos são de origem multifatorial, destaca-se que as medidas de prevenção e promoção de saúde nessa faixa etária requerem ações multiprofissionais e multidisciplinares, também envolvendo a família, salientando que, dos fatores de risco identificados neste estudo, a prevenção de comorbidades, revisão da polifarmácia e a remoção de acessórios escorregadios nos domicílios, constituem mudanças preventivas que podem ser estimuladas pelos profissionais de saúde.

## REFERÊNCIAS

FALEIROS, Andreia Hias et al**. O ambiente domiciliar e seus riscos para quedas em idosos: uma revisão integrativa da literatura**. Revista Kairós-Gerontologia, v. 21, n. 4, p. 409-424, 2018.

FINNEGAN, Susanne; SEERS, Kate; BRUCE, Julie. **Long-term follow-up of exercise interventions aimed at preventing falls in older people living in the community: a systematic review and meta-analysis**. Physiotherapy, v. 105, n. 2, p. 187-199, 2019.

GONÇALVES, Ilana Carla Mendes et al. **Tendência de mortalidade por quedas em idosos, no Brasil, no período de 2000–2019**. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 25, p. e220031, 2022.

MEDEIROS, Mirlley de Jesus; POLTRONIERI, Bruno Costa; ASSIS, Marcia Regina de. **Prevenção de quedas e casa segura: a repercussão de um grupo de educação em saúde com idosos**. Saúde Redes, p. 4317-4317, 2023.

OLIVEIRA, Samya Regina Nunes et al. **Fatores associados a quedas em idosos: inquérito domiciliar**. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, v. 34, 2021.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# PROCESSO DE ENFERMAGEM A UMA IDOSA DIABÉTICA E HIPERTENSA: ESTUDO DE CASO

Maria Raiane Moura Moraes[1]
Fátima Beatriz de Lima Rabelo[2]
Milena de Souza Santiago[3]
Gildervanio Bento Nogueira da Silva[4]
Révia Ribeiro Castro[5]

## RESUMO

**Objetivo:** Identificar diagnósticos, resultados e intervenções de enfermagem para uma idosa portadora de diabetes *mellitus* e hipertensão arterial utilizando a *North American Nursing Diagnosis Association* (NANDA) 2021-2023. **Método:** Estudo de caso realizado por meio do Processo de Enfermagem para identificar diagnósticos, resultados e intervenções usando o NANDA 2021-2023. **Resultados:** Foram identificados seis diagnósticos: Risco de Glicemia Instável, Risco da Função Cardiovascular Prejudicada, Risco de Trombose, Risco de Lesão por Pressão no Adulto, Risco de Integridade da Pele Prejudicada e Integridade da Pele Prejudicada. **Discussão:** Todos os diagnósticos inseridos estão diretamente relacionados com uma de duas condições: diabetes *mellitus* ou hipertensão arterial, sendo necessária uma atenção integral da paciente, desenvolvendo uma intervenção de enfermagem que busque instruir a paciente e sua cuidadora para o desenvolvimento de um cuidado adequado mediante a situação de saúde. **Conclusão:** O papel da enfermagem se torna essencial nesse processo, seja cuidando diretamente da paciente ou educando pessoas próximas para o cuidado adequado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diabetes Mellitus; Processo de Enfermagem; Hipertensão.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, vem se observando uma mudança demográfica na população brasileira, reverberando em um maior número de idosos. Como consequência desse processo tem-se uma maior carga de doenças crônicas degenerativas (circulatórias, pulmonares, osteoarticulares, alterações neuropsiquiátricas e diabetes mellitus), constituindo um importante

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: Rayanemorais747@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: Beatrizrabelo993@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: mioliveira8@icloud.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: gildervanio7u7@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: e-mail: reviarcastro@gmail.com

problema de saúde pública decorrente o seu elevado impacto de morbidade, mortalidade, redução da qualidade de vida e de custos da assistência de saúde. (HUTHER *et al*., 2020)

Dentre esse grupo de doenças crônicas, pode-se destacar a diabetes mellitus (DM). Essa consiste em uma disfunção metabólica crônica que gera alterações no metabolismo da glicose e de outras substâncias responsáveis pela energia. Trata-se de um sério problema de saúde pública em razão das altas taxas de prevalência e de morbimortalidade, além das chances de progredir para complicações incapacitantes, como neuropatias e incapacidades laborais, (HUTHER *et al*., 2020).

Segundo Silva *et al.,* (2023), os recentes dados epidemiológicos trazem a DM com maior prevalência na população idosa, devido a fatores fisiopatologicos, menor produção de insulina, diminuição da massa magra e aumento da massa gorda e diminuição das atividades físicas. Associado a DM, muitos pacientes apresentam hipertensão arterial sistêmica (HAS), o que contribui ainda para a morbimortalidade. Dessa maneira, os idosos que possuem DM e/ou HAS necessitam de um acompanhamento multiprofissional de saúde que ofereça as ferramentas necessárias para o manejo de suas condições clínicas (NOGUEIRA *et al*., 2016).

Como membro da equipe de enfermagem o enfermeiro desempenha um importante papel no manejo clínico ao paciente por meio do Processo de Enfermagem (PE). Esse consiste em um alicerce para a prática de enfermagem por orientar cientificamente a atuação do enfermeiro. O PE é uma ferramenta estruturada em cinco etapas: avaliação, diagnóstico, planejamento, implementação e evolução (COFEN, 2024).

Para um cuidado de enfermagem integral, faz-se necessário que ele seja capaz de analisar a situação de saúde e desenvolver o raciocínio clínico. Estudos que se propõem a desenvolver a assistência de enfermagem por meio do PE em situações clínicas específicas, contribuir para o avanço do conhecimento da enfermagem. Visando a construção de evidências científicas para o cuidado integral, desenvolveu-se este estudo com o objetivo de identificar diagnósticos, resultados e intervenções de enfermagem a um idoso portador de diabetes mellitus utilizando o NANDA.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso desenvolvido em uma idosa portadora de DM tipo 2. A consulta de enfermagem foi realizada na residência da paciente, localizada em um município do interior do Ceará, no mês de maio 2024. Respeitou-se os aspectos éticos da Resolução 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que trata das pesquisas que envolvem seres humanos.

Nesse estudo, está descrito as três primeiras fases do PE: Avaliação de Enfermagem, Diagnósticos de Enfermagem e Planejamento de Enfermagem. A avaliação de Enfermagem será a fase inicial e focará na obtenção de informações completas sobre o estado do paciente, utilizando-se de observações diretas, entrevistas com o paciente e a família, bem como análise de prontuários e resultados de exames (COFEN, 2024).

Com base nos dados coletados, os diagnósticos de enfermagem serão identificados utilizando a taxonomia NANDA-I (NANDA, 2021). Esta etapa é essencial para definir as diretrizes de cuidado. O planejamento do cuidado será estabelecido com base em objetivos claros de curto e longo prazo, junto com as intervenções de enfermagem apropriadas para atingir esses objetivos. Este planejamento será baseado em evidências e melhores práticas da área.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta sessão, será apresentado o caso clínico de um paciente portador de diabetes *mellitus* e hipertensão arterial, a fim da implementação do processo de enfermagem com base na NANDA.

*Caso Clínico*

MFG, 77 anos, branca, sexo feminino, 1º grau incompleto, aposentada, solteira, natural de Limoeiro do Norte – CE, sem religião, procedente de sua residência. Diagnóstico médico de diabetes *mellitus*, hipertensão arterial, trombose, ferida diabética no membro inferior esquerdo. Queixava-se de dor e inchaço nos membros inferiores, lombalgia (dor nas costas), parestesia (dormência) nos membros superiores.

Necessidades/Autocuidado: Deambulando, necessitando de ajuda para banhar-se, higienizar-se e vestir-se. Apresenta sono e repouso prejudicado por ter o sono leve, realizando quatro refeições diárias, com hidratação normal, recebendo ajuda da filha para o cuidado.

Exame Físico: Consciente, orientada, hemodinamicamente estável, comunicável, acuidade auditiva diminuída, diurese presente, evacuação presente, parestesia dos membros superiores (MMSS), dor em membros inferiores (MMII), lesão em membro inferior esquerdo (MIE),

*Mapa Conceitual – Apresentação de Raciocínio Diagnóstico*

Com a análise do estudo de caso, foram evidenciados diversos indicadores, permitindo a identificação de 06 diagnósticos de enfermagem com base no quadro clínico do paciente com complicações crônicas da diabetes *mellitus* relacionada a sua idade. Dentre os diagnósticos, três foram indicados como prioridade para o tratamento da paciente (Quadro 1).

**Quadro 1 -** Diagnósticos de Enfermagem prioritários de uma idosa com diabetes *mellitus* e hipertensão. Limoeiro do Norte, 2024.

| DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM | FATORES RELACIONADOS | CARACTERÍSTICAS DEFINIDORAS |
|---|---|---|
| Risco de Glicemia Instável | Autogestão inadequada do diabetes, conhecimento inadequado sobre manejo de doenças, estilo de vida sedentário, ganho de peso excessivo | - |
| Risco da Função Cardiovascular Prejudicada | Conhecimento inadequado sobre os fatores modificáveis, índice de massa corporal acima dos parâmetros normais para idade e sexo, manejo ineficaz da glicemia sanguínea, manejo ineficaz da pressão arterial, média de atividade física diária inferior à recomendada para idade e sexo | - |
| Risco de Trombose | Conhecimento inadequado sobre os fatores modificáveis, estilo de vida sedentário, mobilidade física prejudicada | - |
| Risco de Lesão por Pressão no Adulto | Acesso inadequado a equipamento apropriado, acesso inadequado a serviços de saúde apropriados, conhecimeno inadequado do cuidador e paciente sobre estratégias de prevenção de lesão por pressão, pressão sobre saliência óssea, atividade física diminuída, mobilidade física diminuída, idoso, indivíduo com índice de massa corporal acima dos parâmetros normais para idade e sexo, indivíduo recebendo cuidados domiciliares | - |
| Risco de Integridade da Pele Prejudicada | Conhecimento inadequado do cuidador e paciente sobre manutenção e proteção da integridade tecidual, pressão sobre saliência óssea, atividade física diminuída, índice de massa corporal acima dos parâmetros normais para idade e sexo, mobilidade física diminuída, indivíduo em extremo de idade, indivíduo que recebe cuidados domiciliares | - |
| Integridade da Pele Prejudicada | Conhecimento inadequado do cuidador e paciente sobre manutenção e proteção da integridade tecidual, pressão sobre saliência óssea, atividade física diminuída, índice de massa corporal acima dos parâmetros normais para idade e sexo, mobilidade física diminuída, indivíduo em extremo de idade, indivíduo recebendo cuidados domiciliares | Abcesso, cor da pele alterada, dor aguda, hematoma, prurido, superfície cutânea rompida e turgor alterado |

**Fonte:** Dados do estudo.

Com base nos diagnósticos apresentados, os resultados e intervenções de enfermagem planejadas para o paciente também foram traçados (Quadro 2).

**Quadro 2 -** Planejamento da assistência de enfermagem a uma idosa com diabetes *mellitus* e hipertensão. Limoeiro do Norte, 2024.

| DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM | RESULTADOS DE ENFERMAGEM | INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM |
|---|---|---|
| Risco de Glicemia Instável | Diminuição do risco de Glicemia Instável | Dieta focada em pacientes com diabetes *mellitus*; Utilização de medicamentos para condição associada; Checagem diária dos níveis glicêmicos até normalização |
| Risco da Função Cardiovascular Prejudicada | Diminuição do risco de Função Cardiovascular Prejudicada | Proporcionar um ambiente livre de estresse; Integralidade do cuidado; Orientar a paciente e cuidadora sobre o uso de sal em alimentos |
| Risco de Trombose | Diminuição do risco de Trombose | Diminuição do etilismo e do uso de cigarro |
| Risco de Lesão por Pressão no Adulto | Diminuição do risco de Lesão por Pressão no Adulto | Instruir a cuidadora sobre a mudança de decúbito de duas em duas horas; boa oferta hídrica; utilização diária de hidratante para pele |
| Risco de Integridade da Pele Prejudicada | Diminuição do risco de Integridade da Pele Prejudicada | Estimular a mudança de posição; Orientar cuidados com a pele e áreas circunvizinhas; Manter a pele limpa e seca; Orientar a higiene corporal e íntima; Cuidar do local de inserção de dispositivos invasivos. |
| Integridade da Pele Prejudicada | Integridade da Pele Melhorada | Cuidar do local da ferida (limpeza, curativo e avaliação diária); ensinar o paciente e cuidadora sobre o cuidado da ferida e cicatrização. |

**Fonte:** Dados do estudo.

De acordo com os diagnósticos de enfermagem, foi analisado que todos os diagnósticos estavam relacionados ao fato da paciente possuir DM tipo 2, o que a deixa indisposta, passando seus dias sentada, levando a diversos outros riscos. Além disso, a paciente também possui uma ferida no MIE, levando ao diagnóstico de Integridade da Pele Prejudicada, este também causado por conta da diabetes, tendo em vista que pacientes com diabetes, especialmente, quando descompensada, apresentam dificuldades no processo cicatricial (NOGUEIRA *et al.*, 2016).

Sobre as intervenções, os cuidados para com a paciente estão diretamente relacionados à sua cuidadora, sua única filha viva, que também é iletrada, e não sabe muito bem como cuidar de sua mãe. A paciente mora junto de sua filha e seu marido, que também possui diabetes e é dependente da filha, gerando um ambiente que necessita de cuidado e atenção constante.

Seguindo a teoria de Wanda Horta, as necessidades humanas básicas da paciente já estão sendo cuidadas, tanto pelos enfermeiros da atenção básica, que realizam visitas diárias para checar na evolução da lesão em seu pé, alterações na glicose e sua pressão arterial, quanto por sua filha, que realiza o papel de cuidadora durante todo o dia, auxiliando na administração de medicamentos, higiene, alimentação, mudanças de decúbito, entre outros.

Assim, a instrução da cuidadora se torna um fator primordial para o alcance dos resultados. Neste interim, é papel do enfermeiro instruir/auxiliar para que esse cuidado possa ocorrer de forma coesa e eficiente, sem dificuldades para nenhuma das partes (cuidadora e paciente). Para tanto, a visita do profissional de enfermagem não consiste, apenas, em intervenções específicas, mas para dar suporte e potencializar a paciente e sua cuidadora para a execução de um cuidado contínuo adequado.

## CONCLUSÃO

Ao realizar este estudo de caso pode-se observar que esta pessoa idosa com DM apresentou diagnósticos de enfermagem intimamente relacionados às complicações crônicas da doença pela falta de prevenção de fatores de risco durante a sua evolução. Torna-se evidente a relevância do papel da educação em saúde ao portador da diabetes *mellitus* e a sua cuidadora. O impacto da diabetes na qualidade de vida, os desafios físicos, emocionais, o estilo de vida saudável no âmbito alimentar, as práticas de exercícios, todos esses fatores levam a um controle melhor da diabetes, prevenindo condições de riscos.

A educação em diabetes é a principal ferramenta para a garantia do autocuidado da pessoa com DM e ajudar os familiares. No estudo de caso, a filha da paciente sendo a principal cuidadora, assim, o profissional de enfermagem desempenha um papel fundamental na orientação e no apoio, capacitando-os para assumirem o controle de sua saúde e a viverem uma vida plena, apesar da condição.

## REFERÊNCIAS


COFEN. Resolução COFEN nº 736 de 17 de Janeiro de 2024. **Implementação do Processo de Enfermagem em todo contexto socioambiental onde ocorre o cuidado de enfermagem**. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-736-de-17-de-janeiro-de-2024/.

HORTA, Wanda de Aguiar. **Processo de Enfermagem**. E.P.U, 2007.

HUTHER, Fabio; ARBOIT, Éder Luís; FREITAG, Vera Lúcia. **Atuação do enfermeiro no cuidado de usuários com pé diabético na Estratégia de Saúde da Família.** Research, Society and Development, 2020.

NANDA I. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA-I: definições e classificação - 2021-2023**. São Paulo: Grupo A, 2021.

NOGUEIRA *et al*., **Diagnósticos, resultados e intervenções de enfermagem ao idoso diabético: estudo de caso**. Online Brazillian Journal of Jursing, 2016.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# PROMOVENDO VALORES HUMANOS NA INFÂNCIA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EDUCATIVA

**Celine Silva Castro**[1]
**Germano Silva Martins**[2]
**Virna Mendes de Oliveira**[3]
**Heloísa Bárbara Cunha Moizéis**[4]

## RESUMO

O presente estudo está vinculado à disciplina Projeto Extensionista I, realizado pelos autores estudantes do curso de Psicologia da FAVILI, sob a supervisão da docente Heloísa Bárbara Cunha Moizéis. Este projeto teve o intuito de transmitir a importância do ensino de valores humanos a partir da infância. Para isso, teve como objetivo central destacar a relevância desse ensino para a educação infantil, cumprindo o propósito de compartilhar conhecimento dos alunos da Faculdade com a comunidade. Nessa perspectiva, trata-se de um projeto de pesquisa de caráter qualitativo, em que foram utilizadas técnicas de observação e entrevistas, bem como a construção de intervenções. Portanto, foi possível identificar as problemáticas que colaboraram para o desenvolvimento de intervenções eficazes, que dispuseram de atividades interativas transferindo a relevância dos valores para as crianças da instituição. Vale ressaltar, que foram realizadas buscas bibliográficas com o intuito de auxiliar na elaboração de todo o trabalho. Em suma, diante da realização do projeto, que se encontra em andamento, é possível perceber que o reforço da importância do ensino de valores na fase infantil é significativo para determinar o comportamento do indivíduo e sua interação com a comunidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Valores; Infantil; Intervenções;

## INTRODUÇÃO

Os valores humanos são princípios, crenças e qualidades que as pessoas consideram importantes e desejáveis em suas vidas. Assim, os valores desempenham dois papeis primários, conforme definido por Gouveia et al. (2010): tipo de orientação (os valores servem como padrões que guiam os comportamentos) e tipo de motivador (os valores representam as

[1]FACULDADE VIDAL, celine.castro1306@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL, germanomartinsnx200@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL, virnamendesoliveira788@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL, heloisabarbara96@gmail.com

necessidades). Nesse sentido, os valores orientam o comportamento humano, influenciam as escolhas e as decisões que as pessoas fazem, moldando suas atitudes em relação a si mesmas, aos outros e ao mundo ao seu redor. De acordo com Goergen (2007) é importante ressaltar a relevância fundamental da formação moral do indivíduo como medida preventiva contra a barbárie. Contudo, para que essa formação seja efetivamente integrada ao ambiente escolar, é imprescindível que seja priorizada como componente central da educação. Portanto, cabe enfatizar a importância do estudo da educação em valores na fase infantil, onde as crianças se encontram em seu estágio inicial de desenvolvimento.

Segundo DeVries e Zan (1998) da mesma forma que o desenvolvimento e conhecimento do mundo físico são concebidos e integrados pela criança, o conhecimento moral, de valores e virtudes, deve ser compreendido por meio de suas interações sociais. A educação em valores no ensino infantil desempenha um papel fundamental na formação integral das crianças, contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos éticos, responsáveis e solidários desde a mais tenra idade. Posto isso, nesses primeiros anos de vida, as crianças estão em um período crucial de formação de sua identidade e de internalização de normas e valores que irão guiá-las ao longo de suas vidas.

Em concordância com Piaget ([1932], 1994), do nascimento aos primeiros anos de vida, vivemos um período de ausência de regras, chamado de anomia. Desde a infância, somos imersos em um ambiente estruturado, dando início à formação de nossas inclinações morais. Com isso, a partir dos primeiros anos de vida, experimentamos atos altruístas, impulsionados pela empatia, embora, por si só, não sejam suficientes para sustentar a construção de uma moralidade positiva. Um elemento essencial é introduzido: a norma social compartilhada, cuja validade é possível somente dentro do contexto social. Assim, a escola desempenha um papel essencial como agente de socialização, proporcionando um ambiente propício para a reflexão, o diálogo e a construção de valores morais e éticos.

Nessa circunstância, este projeto teve o objetivo de realizar intervenções baseadas em atividades práticas e lúdicas e na promoção de materiais educativos acerca dos valores humanos. A proposta do projeto não se restringe apenas à transmissão de conceitos, mas também no estímulo de atitudes e comportamentos éticos, promovendo valores como respeito, solidariedade, responsabilidade, cooperação e boas maneiras desde a mais tenra idade. Dessa forma, ao final do projeto, é esperado não apenas impactar positivamente a prática pedagógica na instituição selecionada, mas também despertar um maior interesse e engajamento da comunidade em prol da educação moral e ética das crianças.

## METODOLOGIA

Trata-se de um projeto de pesquisa, de caráter qualitativo, vinculado à disciplina Projeto Extensionista I, realizado pelos autores, estudantes do curso de Psicologia da FAVILI, sob a supervisão da docente Heloísa Bárbara Cunha Moizéis. A pesquisa ocorreu em uma rede privada de ensino, na cidade de Limoeiro do Norte. O público-alvo são alunos do III e IV do infantil, com idades entre 3 e 5 anos. Inicialmente, conduzimos pesquisas sobre os valores mais relevantes para crianças em idade pré-escolar, consultando literaturas especializadas e especialistas na área. Em seguida, realizamos observações na sala de aula infantil, para entender seus comportamentos e interações sociais em relação aos valores identificados. Paralelamente, este projeto constou de três momentos-chave: (1) fase de observação, necessário para a coleta de dados acerca do projeto; (2) fase das entrevistas semiestruturadas, realizadas com as professoras e a coordenadora da escola, visando obter insights sobre o ambiente da sala de aula e o desenvolvimento dos valores nas crianças e, por fim, (3) a fase das intervenções, esta se encontra em andamento e até o momento foram realizadas duas intervenções específicas.

No que diz respeito às intervenções, foram divididas em duas práticas. A primeira intervenção consistiu na "Amarelinha Educativa", uma atividade lúdica em que as crianças eram desafiadas a responder perguntas sobre boas maneiras enquanto pulavam nos números da amarelinha. Em seguida, a segunda intervenção foi uma atividade de cooperação, na qual as crianças trabalhavam em equipe para realizar uma tarefa, como colocar balões em uma sacola juntas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados mostraram uma resposta positiva e significativa das crianças em relação às intervenções realizadas, evidenciando a importância da abordagem de ensino de valores desde a infância e sua influência no desenvolvimento ético e moral das crianças. Durante as atividades propostas, observamos um engajamento ativo por parte das crianças, demonstrando interesse e entusiasmo em participar das dinâmicas. A "Amarelinha Educativa" proporcionou não apenas um momento de diversão, mas também uma oportunidade para as crianças refletirem sobre boas maneiras e comportamentos adequados em diferentes situações. Através das perguntas apresentadas durante o jogo, as crianças puderam internalizar conceitos como respeito, gentileza e cooperação de forma lúdica e acessível.

Da mesma forma, a atividade de cooperação promoveu a interação entre as crianças, incentivando-as a trabalhar em equipe e a desenvolver habilidades de colaboração e solidariedade. Ao compartilharem a responsabilidade de cumprir uma tarefa em conjunto, as crianças experimentaram na prática os valores de trabalho em equipe e apoio mútuo, essenciais para uma convivência harmoniosa e construtiva. Valor é um fim, algo para o qual a ação humana pode e deve se dirigir, acerca disso podemos citar:

> A questão dos valores é absolutamente fundamental para o Homo Sapiens Sapiens, pois, no fundo, somos Homo Moralis, Homo Ethicus ou mesmo Homo Valens; qual seja, não é possível pensar-se com rigor a existência humana sem um conjunto de valores de referência. Pode-se questionar a relevância dos valores assumidos, sua consistência ou seu grau de coerência, mas não sua presença na vida concreta das pessoas. (VASCONCELLOS, 2012, P.07)

As observações realizadas após as intervenções revelaram um aumento na manifestação desses valores no cotidiano das crianças. Notou-se uma maior atenção às regras de convivência, como esperar a vez, ouvir o colega e ajudar os amigos quando necessário.

Após a implantação das intervenções, foi evidente não apenas o engajamento das crianças nas atividades propostas, mas também a sua efetiva apropriação dos valores promovidos pelo projeto. Além disso, nós, enquanto estudantes de Psicologia, fomos capazes de vivenciar de perto o impacto das nossas ações no contexto educacional, percebendo não só o desenvolvimento das crianças, mas também o nosso próprio crescimento pessoal e profissional. Ao observarmos atentamente as interações e reações das crianças durante as atividades, pudemos compreender de maneira mais profunda a importância da promoção de valores na educação infantil e a forma como esses valores influenciam diretamente no desenvolvimento socioemocional dos indivíduos. Essa experiência enriquecedora não apenas nos permitiu aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso, mas também nos proporcionou uma visão prática e contextualizada do papel do psicólogo no ambiente escolar.

Em suma, as professoras relataram uma melhoria no clima da sala de aula, com menos conflitos e mais colaboração entre os alunos. Esses resultados corroboram com a literatura especializada, que destaca a importância da educação em valores na formação ética e moral das crianças desde cedo. Nesse cenário, a pesquisa de Piaget focou na identificação das diversas maneiras pelas quais as crianças se comportam em termos de julgamento moral ao longo de seu desenvolvimento cognitivo. Mas se deixadas livres, essas forças puramente inatas permaneceriam anárquicas, como afirmou Piaget apresentando uma reflexão sobre a

importância da educação moral (Piaget, 1996). Ao promover atividades que estimulam a reflexão e a prática de valores como respeito, solidariedade e cooperação, o projeto demonstrou ser eficaz não apenas em transmitir conceitos, mas também em cultivar atitudes e comportamentos éticos nas crianças.

## CONCLUSÃO

Através da integração de brincadeiras e atividades lúdicas na escola alvo do projeto, nossa metodologia demonstrou ser eficaz na promoção do desenvolvimento integral das crianças. Utilizando de brincadeiras e ao criar novas atividades voltadas para o trabalho em equipe e a cooperação, proporcionamos um ambiente onde as crianças puderam aprender importantes valores sociais e morais de maneira prática e envolvente.

Ao longo do processo, foi possível observar os laços criados entre as crianças, bem como, uma melhoria em habilidades socioemocionais como empatia, respeito mútuo e autocontrole. Competências que são fundamentais para o desenvolvimento de cidadãos responsáveis e conscientes de seu papel enquanto parte da sociedade. Assim, verificamos que essa abordagem, enfatizando a importância das brincadeiras e da cooperação, é uma maneira eficaz de promover a educação em valores na fase infantil, preparando-as não apenas para o sucesso acadêmico, como também para uma vida adulta plena e regrada.

No entanto, é pertinente destacar que houve limitações acerca da quantidade de dados existentes, representando um desafio para a realização de pesquisas nesse campo. Contudo, essa escassez de material acadêmico, mais especificamente sobre a educação de valores na infância, reflete uma lacuna significativa nos recursos educacionais disponíveis, que muitas vezes não priorizam adequadamente o desenvolvimento moral e ético das crianças. Esta ausência de foco pode gerar consequências negativas, dificultando a promoção de uma cultura de valores desde cedo e impactando diretamente o amadurecimento socioemocional dos indivíduos.

Em síntese, concluímos que este Projeto de Extensão não apenas promoveu valores importantes nas crianças, mas também proporcionou uma experiência enriquecedora para todos os envolvidos, destacando o papel fundamental da escola como agente de socialização e promoção do desenvolvimento integral dos alunos. Ao cultivar atitudes e comportamentos éticos, como respeito, solidariedade e cooperação, o projeto não só transmitiu conceitos, mas

também contribuiu para a formação de cidadãos mais responsáveis, empáticos e conscientes, preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo com sabedoria e compreensão.

## REFERÊNCIAS


DEVRIES, R.; ZAN, B. **A ética na educação infantil: O ambiente sócio-moral na escola.** 1. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p. 1-327.

GOERGEN, P. **Educação moral hoje: cenários, perspectivas e perplexidades**. Educação Social, Campinas, v. 28, n. 100, p. 737-762, out./2007.

GOUVEIA, V. V.; MILFONT, T. L.; SOARES, A. K. S.; ANDRADE, P. R. de; LEITE, I. L. **Conhecendo os valores na infância: evidências psicométricas de uma medida**. Psico, *[S. l.]*, v. 42, n. 1, 2011. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistapsico/article/view/7487. Acesso em: 9 maio. 2024.

PIAGET, J. **Os Procedimentos da Educação Moral**. In Macedo, Lino de (org.). Cinco Estudos de Educação Moral. SP: Casa do Psicólogo, 1996 (1930).

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. Tradução de Elzon Lenardon. 4. ed. São Paulo: Summus, [1932], 1994. 302p.

VASCONCELLOS, C. S. Prefácio. In. PACHECO, J. **Dicionário de valores**. São Paulo: Edições SM, 2012.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# **PSICOLOGIA COMUNITÁRIA:** REFLEXÕES E PROMOÇÃO DA DIGNIDADE ENTRE MORADORES DE RUA

Francisca Ingrid Araujo Guimarães[1]
Alana Saraiva Bezerra[2]
Leyne de Sousa Xavier[3]
Lorrana Crislei Santos Pereira[4]
Larissa Ferreira Nunes[5]

## RESUMO

Esse artigo tem como campo de problematização a complexa situação de pessoas em situação de rua, as quais vivenciam situações de exclusão e estigma social diante de suas vivências, em maior condição de precariedade, já que se encontram com seus direitos sociais violados. Diante disso, discute-se uma leitura a partir da psicologia social sobre esse fenômeno, a luz especificamente da Psicologia Comunitária. Trata-se de uma revisão bibliográfica relacionando a condição de estar em situação de rua com a psicologia, sobretudo a Psicologia Comunitária. Como resultado, é evidente a base teórica e metodológica da Psicologia Comunitária ao trabalhar com essa população, visto que ela busca compreender as realidades complexas e empoderar esses sujeitos de forma com que eles sejam os agentes de mudança. Algumas intervenções podem incluir revitalização de espaços comunitários e participação ativa das pessoas em situação de rua na concepção de programas. Destaca-se, por fim, a importância de valorizar suas experiências e habilidades na construção práxis psicológica e consequente uma sociedade mais justa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Situação de rua; Psicologia comunitária.

## INTRODUÇÃO

É válido ressaltar que a existência de pessoas em situações de rua constitui um fenômeno complexo e multifacetado, marcado pela exclusão social em diversos aspectos ( KOOPMANS, F. F. 2019 ). Não se restringindo apenas à falta de moradia, essa realidade está intrinsecamente ligada às trajetórias de vida desses indivíduos, permeadas por rupturas

[1]FACULDADE VIDAL: franciscaingrid2002@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: alanasaraivabezerra@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: leynesousaxavier@hotmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: lorranacrislei@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: larissafnpsico@gmail.com

familiares, sociais e do mundo do trabalho. Tal contexto é amplamente influenciado pelas desigualdades sociais vigentes, que exacerbam as condições de vulnerabilidade enfrentadas pelos moradores de rua (OLIVEIRA, 2020).

Diante disso, a Psicologia é um dos campos de saberes que se dedicam a compreender esse fenômeno, sobretudo seus impactos ao estado psicológico das pessoas que se encontram nessa condição e/ou que têm parentes/familiares em situação de rua (SAWAIA; PEREIRA, 2018; ROCHA; DE OLIVEIRA, 2020). Diante dos obstáculos apresentados nesse campo, aponta-se que a Psicologia Comunitária junto à sua proposição teórico-metodológica, traz interessante apontamento para lidar com essa realidade, pautada não apenas na promoção da saúde mental, mas também na busca por justiça, inclusão e transformação social (XIMENES; PAULA; BARROS, 2009; CARNEIRO DE ALCANTARA; PEREIRA DE ABREU; FARIAS, 2015; OLIVEIRA et al., 2020).

Nesse contexto, o presente trabalho complexifica a temática historicizando-a e lendo-a à luz da Psicologia, de modo a compreender como se deu e permanece esse fenômeno psicossocial. Por meio de uma revisão bibliográfica sistemática, buscou-se compreender as complexidades desse fenômeno e as estratégias de intervenção necessárias para promover uma sociedade mais justa e igualitária.

## METODOLOGIA

O método estabelecido para a produção do trabalho foi uma pesquisa qualitativa, mediante uma revisão bibliográfica, procedimento aplicado na coleta e na avaliação dos dados a partir da leitura, separação e fichamento dos documentos. Sendo assim, as buscas foram realizadas através dos bancos de dados: SciELO, Periódicos Capes, PubMed e Sistema SEI.

Os documentos foram acessados em 18 de abril de 2024. Os termos de busca utilizados foram: situação de rua e Psicologia Comunitária. Desse modo, foram encontrados cerca de 8 artigos de referências preliminares, dentre os encontrados havia 2 repetidos, em que 1 deles aparece 3 vezes e outro 2 vezes. Após a análise desses estudos foi feito uma delimitação, apenas 04 correspondiam à temática escolhida no presente trabalho.

Após a seleção dos artigos, foi efetuado a investigação específica da temática abordada dos mesmos, para a inserção daqueles de maior relevância, com o intuito de identificar quem são as pessoas que vivenciam a situação de rua, além de informar os obstáculos vivenciados pelos moradores de rua e compreensão a respeito da atuação da Psicologia Comunitária.

Em suma, o método de revisão bibliográfica, juntamente com todas as fontes teóricas mencionadas, contribuiu para embasar o tema discutido neste artigo, para formular as hipóteses, conduzir as análises e desenvolver as etapas descritas nesta pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A existência de pessoas em situações de rua é marcada pela exclusão social em vários aspectos, que perpassam a fragilidade e ruptura dos laços familiares, sociais e do mundo do trabalho (ALCÂNTARA; ABREU; FARIAS, 2015). Sendo assim, a vida nas ruas não se resume apenas à falta de moradia, estando atrelada às trajetórias de vida desses sujeitos enquanto seres subjetivos e sócio-históricos, que culminou na sua posterior vivência nas ruas.

Desse modo, grande parte dos moradores de rua são sujeitos acometidos pelas desigualdades sociais existentes em função do modelo socioeconômico vigente, "para o qual as políticas de valorização das áreas centrais das cidades agravam condições de vulnerabilidade" (VALE; VECCHIA, 2020, p.2). Nesse sentido, as pessoas que vivem em vulnerabilidade econômica fora desses centros urbanos, migram para a cidade e para as capitais em busca de melhores condições de vida, entretanto, por conta do seu tom de pele, grau de instrução ou classe social, as oportunidades de trabalho estáveis são negadas as essas pessoas, que passam a viver na transitoriedade das ruas em busca de formas de sobrevivência (ALCÂNTARA; ABREU; FARIAS, 2015).

Nesse sentido, como o trabalho é considerado uma atividade central no modo de vida humano e confere um valor social historicamente construído ao indivíduo (GOMES, 2023), as pessoas em situação de rua são constantemente discriminadas e marginalizadas pela sociedade, sendo julgadas como criminosas, preguiçosas, vagabundas e até mesmo consideradas culpadas pela situação em que vivem (MOURA JÚNIOR, 2012 apud ALCÂNTARA; ABREU; FARIAS, 2015). Sendo assim, essas representações sociais não consideram o contexto socioeconômico e subjetivo dessas pessoas que resultou na vivência nas ruas, sendo que, em sua grande parte, são indivíduos da classe trabalhadora pobre, ao qual a condição de trabalhador lhe foi negada.

Nesse viés, essa vulnerabilidade econômica acrescentada a outras diversas vulnerabilidades que atravessam esses indivíduos nas ruas, culminam em uma "sociabilidade excluída" dos mesmos, (Bursztyn & Araújo, 1997 apud ALCÂNTARA; ABREU; FARIAS, 2015), gerando uma despersonalização dessas pessoas sob a ótica da sociedade, passando a serem vistas como desprovidas de uma história, conhecimentos, habilidades e sentimentos. Desse modo, há um olhar de naturalização frente ao tratamento de indiferença e violência que

essas pessoas em situação de rua sofrem, como se a situação em que vivem justificasse esse tipo de prática para com elas. Logo, o isolamento social é reforçado e validado pela atuação das instituições sociais, que tendem a homogeneizar e despersonalizar essas pessoas, tratando-as como desprovidas de conhecimento, habilidades e saberes.

O processo de exclusão social se manifesta no acesso limitado às políticas públicas. Apesar da importância das conquistas legais, os direitos estabelecidos na Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) não são assegurados de maneira uniforme em todos os Estados e municípios. Desse modo, conforme a pesquisa nacional sobre a PSR foi destacada a limitada disponibilidade dos serviços de saúde, geralmente focalizando-se em emergência e de curto prazo (Brasil, 2009).

Portanto, as falhas institucionais nos campos da saúde e assistência social, tanto individualmente quanto em sua interconexão, levam as pessoas em Situação de Rua (PSR) a adotarem diversas estratégias para cuidar de si mesmas, fazendo uso de redes formais e informais.

A priori, a Psicologia Comunitária é um termo conhecido desde 1975, entendida como uma área de estudo que tem o objetivo de fazer uma nova Psicologia Social, isto porque se notou que os modelos predominantes da Psicologia Social se distanciam do estudo de problemas sociais e apresenta uma incapacidade de dar respostas a essas problemáticas. Este movimento na área social da psicologia defendia a diversidade cultural e enfoca o contexto e a ideologia como questões que deveriam ser centrais na área, preocupados também com uma relação mais ativa e comprometida dos Psicólogos com os problemas da sociedade (Abib Andery, 1984; Montero, 1994; Quintal de Freitas, 1996).

Nesse contexto, a partir da percepção dessas questões, ocorreu uma mudança no discurso da Psicologia Social, principalmente na América Latina e Brasil, levando com isso a uma nova rota de construção de uma Psicologia Social crítica, contextualizada, preocupada com os problemas sociais e, mais que isso, comprometida com mudanças sociais de fundo, como a inclusão social e a redução das desigualdades sociais.

Dito isso, é possível considerar que a Psicologia Comunitária está centrada em dois grandes modelos: o do desenvolvimento humano e o da mudança social, os quais partem de uma visão positiva da comunidade e das pessoas. Nesses modelos percebe-se a capacidade do indivíduo e da própria comunidade de serem responsáveis e competentes na construção de suas vidas, bastando para isso a existência de certos processos de facilitação social baseados na ação local e na conscientização. Deste modo, a Psicologia Comunitária vem avançando e,

progressivamente, se consolidando como uma área da Psicologia Social e se diferenciando da Saúde Mental Comunitária (SMC) e da própria Psicologia Social.

Vale ressaltar que, ainda que a Psicologia Comunitária exista nos países do Norte e que haja uma preocupação de mudança social e de desenvolvimento humano, como na América Latina, o enfoque predominante na Europa e nos Estados Unidos é o clínico-comunitário (Biblioteca da Universidade de Barcelona, Vall d´Hebron, 1998). Enquanto isso, os estudos vindos de latino-americanos têm a tendência sócio-comunitária, isso se explica pela diferença existente entre os dois contextos socioeconômicos e políticos, bem como pelo maior compromisso e participação social dos Psicólogos Comunitários latino-americanos. Os Psicólogos Comunitários dos países do Sul carregam o peso de uma longa história de colonização, de governos autoritários, de exploração e de miséria, enquanto os Psicólogos Comunitários dos países do Norte não.

A priori, é válido ressaltar que, os moradores de rua representam uma parcela vulnerável e frequentemente marginalizada da sociedade, cujas lutas e necessidades muitas vezes passam despercebidas. Nesse contexto desafiador, a Psicologia Comunitária emerge como uma poderosa ferramenta de intervenção, trazendo consigo não apenas abordagens terapêuticas, mas também um compromisso inabalável com a justiça social e a inclusão, tendo em vista consequentemente o estabelecimento e ampliação de serviços de assistência social direcionados a essa comunidade específica que vem tomando bastante visibilidade recentemente. (ALCÂNTARA; ABREU; FARIAS, 2015).

Diante disso, a Psicologia Comunitária, diferentemente das abordagens tradicionais, não se limita ao consultório ou à clínica, ela se enraíza nos próprios espaços onde as pessoas vivem, trabalham e se relacionam. Assim, para os moradores de rua, essa abordagem é especialmente crucial, pois reconhece a complexidade de suas realidades e busca compreendê-las de forma holística, com o intuito de capacitar os indivíduos e grupos para que se tornem agentes de mudança em suas próprias vidas e comunidades.

Dessa forma, a Psicologia comunitária atua nos grupos de modo que, para o participante, o grupo representa uma troca de ideias e interações concretas que acontecem durante as reuniões do grupo. Ao mesmo tempo, estar no grupo é uma oportunidade de interagir diretamente com outras pessoas do grupo, compartilhando experiências e perspectivas diferentes, além de ajudar a construir uma consciência coletiva dentro do grupo, que se torna uma parte importante da própria consciência de cada indivíduo. (Fonseca, 1988 apud ALCÂNTARA; ABREU; FARIAS, 2015)

Assim, intervenções que estimulem atividades participativas, centradas no potencial humano e na valorização das pessoas, suas experiências e habilidades, podem desempenhar um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa (ALCÂNTARA; ABREU; FARIAS, 2015e isso pode ser feito através do envolvimento e participação ativa dos participantes na concepção, organização e execução dessas atividades em grupo.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode-se observar os percalços vivenciados pelas pessoas em situação de rua, ao qual sofrem inúmeros tipos de discriminação, marginalização, e exclusão, o que culmina em uma fragilidade do seu aspecto subjetivo, distorcendo o modo como essas pessoas enxergam a si mesmas e dificultando sua capacidade de integração. Além disso, o tratamento de inferioridade e invisibilidade ao qual recebem da sociedade e também dos serviços de saúde e social reforçam os estigmas relacionados a esse grupo.

Desse modo, a Psicologia Comunitária, deve atuar buscando resgatar o sentimento de pertencimento nesses indivíduos, estabelecendo vínculos por meio de grupos, rodas de conversa, trocas de experiência, etc. Com o intuito de fazer essas pessoas se enxergarem novamente como detentoras de saberes, habilidades e conhecimentos, assumindo sua subjetividade, enquanto ser sócio-histórico.

Sendo assim, ao estimular o resgate das capacidades identitárias dos indivíduos e levá-los a enxergar e utilizar suas potencialidades, a psicologia comunitária contribui para o fortalecimento desses sujeitos para que se tornem agentes ativos da sua própria vida e comunidade, buscando transformá-las.

## REFERÊNCIAS

Alcântara, SC, Abreu, DP, & Farias, AA (2015). **Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertencimento.** Revista Colombiana de Psicologia, 24 (1), 129-143. doi:10.15446/rcp.v24n1.40659.

Brasil. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. (2009b). Rua - aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília, DF: MDS.

GOIÁS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia Comunitária**. Universitas Ciências da Saúde, [*S. l.*], p. 277 297, 4 abr. 2003.

GOMES, Melina Sousa. **Psicopatologia do Trabalho.** 1. ed. Limoeiro do Norte, Faculdade Vidal, 2023.

OLIVEIRA, Gesyele Batista et al. Pessoas em situação de rua: revisão sistemática. Est. Inter. Psicol., Londrina, v. 11, n. 2, p. 40-58, ago. 2020.

KOOPMANS, F. F. et al. O viver na rua: Revisão integrativa sobre cuidados ao moradores de rua. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 72, n. 1, p. 211–220, 2019.

VALE, Aléxa Rodrigues do; VECCHIA, Marcelo Dalla. Sobreviver nas ruas: percursos de resistência à negação do direito à saúde. **Psicologia em estudo**, Minas Gerais, Universidade Federal de São João del-Rei, p. 1-16, 2020.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# PSICOLOGIA ESCOLAR E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE:

## RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lorrana Crislei Santos Pereira[1]
Francisca Ingrid Araujo Guimarães[2]
Leyne de Sousa Xavier[3]
Alana Saraiva Bezerra[4]
Eurandizia Maia da Silva[5]

**RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo apresentar um relato de experiência das estudantes do 5º semestre de psicologia, a fim de explicar e refletir sobre o papel da escola e cultura do sucesso na apresentação de transtornos como ansiedade e depressão em adolescentes do ensino médio, que estão no processo de transição para a vida adulta. Ademais, através dessa reflexão busca-se a compreensão da relevância de trabalhar às questões socioemocionais no contexto escolar, que muitas vezes constituem uma situação geradora de estimulações excessivas se tornando um catalisador para o desenvolvimento de transtornos como os supracitados. Diante desse contexto, é essencial repensar o papel da escola, promovendo espaços para expressão emocional e compreensão das emoções como parte fundamental do desenvolvimento psíquico dos jovens, bem como, a necessidade de uma abordagem psicossocial na escola para lidar com as fragilidades dos alunos, evitando a medicalização excessiva das emoções, sem estigmatizar as experiências emocionais dos adolescentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia Escolar; Intervenção Escolar; Escola Profissionalizante.

## INTRODUÇÃO

A adolescência pode ser caracterizada como o período que corresponde às idades entre 10 e 19 anos , em que ocorre a transição da infância à fase adulta. Essa etapa é marcada por significativas mudanças físicas, cognitivas, sociais e emocionais que irão afetar cada indivíduo

[1]FACULDADE VIDAL: lorranacrislei@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: franciscaingrid2002@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: leynesousaxavier@hotmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: alanasaraivabezerra@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: eurandiziamaia@gmail.com

de modo diferente de acordo com o seu contexto social, cultural e econômico (FELDMAN; PAPALIA, 2013).

Nessa perspectiva, a pressão social e familiar presentes nessa fase de transição para a vida adulta é um importante catalisador desses transtornos, visto que, a cultura do sucesso pessoal exige que os adolescentes devem desde muito cedo saber o que querem fazer da vida e qual profissão exercer, sem deixar espaço para os conflitos e dúvidas, típicos dessa fase da vida (Santiago Sá, 2021). Desse modo, o ambiente escolar se torna adoecedor para esses adolescentes, que são atormentados constantemente pelo medo do fracasso, além de se sentirem pressionados tanto pela família como pelo próprio contexto escolar a tirarem boas notas e se enquadrarem nos padrões de "bom aluno", visando o futuro sucesso profissional e pessoal.

Sendo assim, escolas de ensino profissional (EEEP's) tendem a gerar uma sobrecarga emocional muito grande em seus alunos, relacionada a uma construção de aspectos do imaginário social sobre a educação oferecida por esse tipo de instituição. Desse modo, de acordo com Tsunematsu et al. (2021, p. 76) "depositam-se nestas instituições as expectativas e desejos de futuros promissores na lógica neoliberal", nesse viés, os alunos entram nesse tipo de instituição, acompanhados de expectativas sobre a mesma, expectativas essas que por vezes não irão corresponder ao imaginado, gerando sentimentos como medo e angústia. Além disso, a carga horária excessiva, a adaptação a rotina, e as dificuldades de acompanhar o ritmo de atividades geram uma desestabilização emocional nos discentes, de modo que, transtornos de humor como ansiedade e depressão, têm se tornado comuns entre esses jovens, que por vezes não têm o suporte psicossocial necessário dentro do contexto escolar.

Assim, o objetivo deste artigo foi descrever a experiência de uma prática interventiva das alunas do 5º semestre de Psicologia no ambiente de ensino dos adolescentes. O relato tem como cenário uma escola de ensino profissionalizante da cidade de Morada Nova - Ceará.

## METODOLOGIA

A princípio, houve uma visita realizada no dia 12 de março de 2024, ao qual possuía como objetivo conhecer uma instituição educacional, como também produzir uma intervenção de acordo com a demanda observada na instituição, desse modo, a instituição escolhida foi a Escola Estadual de Ensino Profissional Osmira Eduardo de Castro, uma escola integral de ensino médio profissionalizante, localizada na cidade de Morada Nova- Ceará.

Nesse sentido, foram realizadas observações na instituição, desde o intervalo da merenda, até às aulas que ocorrem posterior a esse momento, com o intuito de identificar alguma demanda para a realização de intervenção. Além disso, foi realizado o planejamento da

intervenção por meio de reuniões no meets com a equipe, pesquisa de dinâmicas para serem realizadas com os alunos, como também foram utilizados artigos e livros para embasar e articular a teoria e a prática educacional.

A realização da intervenção na escola ocorreu no dia 09 de abril nas aulas da disciplina eletiva Projeto de Vida, da sexta até a nona aula do turno da tarde, em que cada dupla realizou a aplicação da intervenção em duas turmas, a fim de atender o público dos terceiros anos da instituição. Desse modo, uma dupla ficou de 13:20 até as 15:00, e a outra de 15:20 até as 17:00.

Dessa forma, a produção deste trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, utilizando métodos de análise descritiva e interpretativa para investigar o papel da escola e da cultura do sucesso pessoal na manifestação de transtornos emocionais em adolescentes do ensino médio. Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa

> [...] não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 58).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Escola Estadual de Ensino Profissional Osmira Eduardo de Castro, localizada na rua Aluízio Gonzaga de Lima, no bairro 2 de agosto, na cidade de Morada Nova, instituição consiste, portanto, em uma escola integral de ensino médio profissionalizante. Assim, no intuito de acolher os 512 alunos, a escola possui uma estrutura com 12 salas de aula, biblioteca, auditório, sala dos professores, ginásio esportivo, anfiteatro, refeitório e 9 laboratórios diversificados, sendo de informática, línguas, matemática, química, física, biologia, mecânica e agroindústria. Além disso, a instituição conta com acessibilidade estrutural para deficientes, mas, atualmente, a escola não possui alunos para usufruir desses espaços.

Além disso, a seleção estudantil ocorre por meio de um processo, que se inicia com a escolha de um curso técnico dentre os ofertados: administração, agroindústria, mecânica e informática, após escolher o curso, os concorrentes serão selecionados conforme o critério de nota média calculada de acordo com o histórico escolar do ensino fundamental. Ressalta, ainda, alguns requisitos que enquadra os alunos, como a cota do bairro e a ampla concorrência.

É pertinente pontuar que a conclusão do ensino médio, em que ocorre a escolha profissional e marca a entrada no mundo adulto, configuram-se como acontecimentos

significativos da adolescência. Trata-se de uma fase associada a uma alta reatividade emocional, que quando atrelada às escolhas, mudanças e responsabilidades que advêm desse período, alguns transtornos podem se manifestar, comprovando a relevância do estudo da saúde mental em adolescentes (Thapar, Collishaw, Pine, & Thapar, 2012; Valverde, Souza Vitalle, Sampaio, & Schoen, 2012).

Desse modo, durante a intervenção, foi possível observar como o estado emocional desses alunos está abalado, diante das inseguranças que o último ano do ensino médio e iminente entrada na vida adulta trazem. Nesse sentido, ficou evidente no momento da dinâmica que um número significativo de alunos expressam angústia quanto a sua perspectiva de futuro. O medo do fracasso pessoal/profissional, de não conseguir ter uma estabilidade financeira ou de não conseguir realizar seus sonhos, se apresentam como questão central para os alunos quando se fala na vida posterior ao ensino médio.

Ademais, a carga horária excessiva e as dificuldades de conciliar a vida escolar e os estudos para avaliações externas, como ENEM e vestibulares, geram além do cansaço, uma desestabilização emocional e desmotivação dos discentes que "[...] percebem seu novo ambiente escolar muitas vezes como gerador de estimulações excessivas, que levam à ansiedade" (FARIA apud Tsunematsu et al 2021, p. 78 ). Sendo assim, foi percebido durante a intervenção a dificuldade de concentração e integração de alguns alunos nas atividades propostas, pois após várias aulas que recebem durante o dia todo, acabam ficando desmotivados até mesmo para uma proposta mais lúdica.

Outrossim, em contrapartida, outros discentes se mostraram muito receptivos às propostas trazidas na intervenção, fazendo questão de compartilhar com a turma suas angústias, arrependimentos e medos na dinâmica do "o que eu escolho", alguns deles chegaram até mesmo a se emocionar, ao qual foi possível notar que esses alunos estavam necessitando de um momento como esse, em que se sentissem seguros, confiantes a vontade para expor seus sentimentos em relação a determinados assuntos, sem medo de serem julgados.

Ademais, de acordo com os testes aplicados de forma ilustrativa, os níveis de ansiedade pré prova tiveram resultados discrepantes em algumas turmas e em outras bem semelhantes. Havia alunos que somam 19 pontos apresentando uma baixa ansiedade e outros que chegavam até a 45 pontos, apresentando um estado preocupante de ansiedade em relação às provas. Desse modo, pode-se observar que os níveis de ansiedade variam de aluno para aluno, e de turma para turma, assim como também os motivos que levam a ela, por conta da subjetividade dos indivíduos.

Segundo Santiago Sá (2021, p. 13) “ Cuidar das nossas emoções não se reduz a tratar doenças psiquiátricas (depressão, ansiedade) unicamente com medicamentos que nos sedam de nossa existência.” Nesse viés, a questão dos transtornos de humor na adolescência, merecem ser vistas de forma mais ampla e receberem maior atenção pelas instituições de ensino, entendendo que o contexto escolar pode ser adoecedor, buscando mudar esse cenário e desenvolver espaços para que esses jovens obtenham o conhecimento e expressem suas emoções, valorizando-as e entendendo-as não apenas como algo a se “controlar”, mas sim como algo fundamental na construção de relações com o outro e com o mundo, além de serem essenciais para buscar o equilíbrio psíquico.

Desse modo, preocupar-se com nossas emoções e nos atentarmos em cuidar delas, não significa apenas tentar controlá-las sob a ótica medicalizante (Santiago Sá, 2021, p. 13). Sendo assim, é essencial as instituições desenvolverem espaços para que esses jovens expressem suas emoções, buscando compreendê-las como algo essencial para se obter o equilíbrio psíquico e ajudar a desenvolver suas potencialidades dentro e fora do contexto escolar.

## CONCLUSÃO

Nesse viés, diante do exposto e das observações mediante intervenção, se mostra necessário um olhar psicossocial da escola para auxiliar esses alunos, entendendo suas fragilidades e vulnerabilidades, compreendendo que a própria escola e o contexto escolar pode ser um ambiente adoecedor e que gera ansiedade, buscando realizar práticas de precaução nesse sentido. Ademais, sabe-se que essa fase final da adolescência e início da vida adulta é um momento difícil, mas precisamos ter o cuidado de não transformarmos todas as experiências da vida em doenças, pois as dificuldades fazem parte da existência. Entretanto, para enfrentá-las, precisamos de uma rede de apoio constituída pela família, amigos, e escola, que ampare e acolha, sem julgamentos que dificultam ainda mais o processo (Santiago Sá, 2021, p. 11).

Em suma, a escola por meio de uma abordagem psicossocial deve incentivar e ajudar esses adolescentes a compreenderem suas emoções, entendendo o papel do contexto escolar no desenvolvimento das múltiplas inteligências, inclusive da inteligência emocional. Ademais, com a intervenção foi possível observar que a disponibilidade de espaços dentro da escola para expressão e diálogo sobre as diversas causas que atravessam o sócio emocional, ajudam o aluno a visualizar a escola como um espaço mais acolhedor, podendo contribuir para sua assiduidade e motivação no contexto escolar.

Portanto, a partir do que foi relatado podemos extrair diversos aprendizados cruciais sobre o ambiente educacional e o bem-estar emocional dos estudantes. Nota-se a importância

de oferecer suporte emocional e psicológico aos alunos, especialmente durante períodos de transição como a conclusão do ensino médio e a entrada na vida adulta. A observação das dificuldades enfrentadas pelos estudantes, como ansiedade, medo do futuro e desmotivação, ressalta a necessidade de criar espaços seguros e inclusivos em que os jovens possam expressar suas emoções e receber apoio. Além disso, foi perceptível a melhor aceitação dos estudantes ao notar que eram pessoas que já tinham experienciado aquelas emoções e experiências, dando um conforto para falarem e expressarem seus pensamentos diante da situação de transição no quesito escolar. Logo, o relato evidencia a urgência de priorizar o cuidado emocional dos estudantes e de desenvolver estratégias eficazes para promover seu bem-estar dentro e fora do ambiente escolar

## REFERÊNCIAS


GODOY A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, mar-abr, p. 57-63, 1995.

PAPALIA , Diane E. ; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: AMGH, 12. ed, 2013, p.387.

SANTIAGO Sá, Ticiana. **Ansiedade e depressão no contexto escolar: uma reflexão compartilhada com estudantes**. São Luís, MA: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 1. ed, 2021, p . 11-13.

TSUNEMATSU, Josiane de Paula Jorge. ; PANTONI, Rodrigo Palucci. ; VERSUTI, Fabiana Maris. **Saúde mental discente na educação profissional e tecnológica: experiências de estudantes e docentes dos cursos técnicos integrados.** São Paulo: Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 5, n° 2, 2021, p. 76-78.

Valverde, B. S. C. L., Souza Vitalle, M. S., Sampaio, I. D. P. C., & Schoen, T. H. (2012). **Levantamento de problemas comportamentais/emocionais em um ambulatório para adolescentes.** Paidéia (Ribeirão Preto), 22, 315-3

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO CLIENTE

Arlan Gabriel Maia de Oliveira[1]
Cailanne Silva Chaves[2]
Cítna Maciel Maia[3]
Mateus Henrique Oliveira da Costa[4]
Samara Mirían Nobre de Castro[5]

## RESUMO

O artigo apresenta uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso sobre a importância do atendimento ao cliente em uma empresa de lash designer situada em Limoeiro do Norte-CE, visto que houve um destaque na extensão e alongamento de cílios nos últimos anos. O objetivo da pesquisa é avaliar a qualidade no atendimento e se há impacto nos lucros. Nos resultados foram identificados que há qualidade no atendimento ao cliente e existe um impacto positivo nos lucros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cliente; Empresas; Sucesso.

## INTRODUÇÃO

As transformações tecnológicas e econômicas, somado ao aumento da concorrência, exigem que as organizações se moldem ao novo cenário e promovam a inovação. Além disso, o cliente atual está cada vez mais exigente e em busca de uma boa experiência ao adquirir o produto ou serviço. Vale destacar que os clientes (internos e externos) são importantes para garantir o sucesso da organização.

A insatisfação do cliente é capaz de comprometer os resultados. Para que a empresa tenha um diferencial no atendimento é necessário investir em pessoas e engajar todos os membros.

Logo, compreender o que satisfaz e motiva o cliente ser fiel a uma empresa e como isso contribui para o fortalecimento da empresa é o intuito da pesquisa. O principal objetivo da pesquisa é evidenciar a importância de um atendimento de qualidade e seus impactos nos

[1]FACULDADE VIDAL: arlangabriel60@gmail.com:
[2]FACULDADE VIDAL: cailannechaves@gmail.com:
[3]FACULDADE VIDAL: citnamaia23@gmail.com:
[4]FACULDADE VIDAL: mateushenrique229@yahoo.com:
[5]FACULDADE VIDAL: samaramnc@gmail.com:

lucros. A pesquisa foi realizada com uma empresa de Lash Designer, Clara Reis Cílios. O trabalho é um estudo de caso com cunho quali-quantitativa, e estão dispostos em descrição.

## METODOLOGIA

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a importância da qualidade no atendimento ao cliente através de artigos, livros e sites. Tumelero (2019) afirma que a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema. O objetivo do trabalho é evidenciar a importância do atendimento ao cliente e seu impacto nos resultados da empresa.

Para realizar o estudo, foi elaborado um questionário, qualitativo e quantitativo com questões de múltipla escolha e perguntas subjetivas, aplicado junto as clientes, com o objetivo de avaliar a qualidade no atendimento. O público-alvo da pesquisa foram algumas clientes da Clara Cílios, público 100% feminino. A coleta de dados deu-se a partir da ferramenta Google Forms, enviados através do Whatsapp para as clientes depois da realização do serviço, a resposta era opcional. A análise dos resultados foi feita de forma descritiva.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. O Mercado Atual e o Atendimento ao Cliente

O mercado contemporâneo está em constante evolução, impulsionado pelas transformações tecnológicas e pelas mudanças no perfil do consumidor. Como ressalta Neto (2021), a agilidade em identificar e atender às demandas dos clientes é crucial para o sucesso das empresas. Nesse contexto, a equipe de atendimento desempenha um papel vital, representando tanto a empresa quanto os próprios clientes. É fundamental reconhecer que o atendimento começa antes do contato direto, sendo influenciado por publicidade, recomendações e estratégias de marketing de relacionamento.

2. Marketing e Experiência no Atendimento

O marketing, conforme abordado por Chiavenato (2022), não se limita a um processo organizacional, mas envolve toda a disposição da empresa para atender o cliente, desde antes da venda até o pós-compra. A experiência do cliente, como destacado por Megias (2010, apud Wang, 2021), é determinante para sua fidelização à empresa. Nesse sentido, é crucial promover confiança, transparência e personalização no atendimento, atendendo às expectativas dos clientes e proporcionando uma experiência positiva em todas as interações.

3. Satisfação do Cliente

A satisfação do cliente é essencial para o sucesso a longo prazo das empresas, como destacam Candeloro e Almeida (2002) e Kotler (2000). Clientes satisfeitos não apenas permanecem fiéis à marca, mas também promovem a organização e contribuem para sua lucratividade. Estratégias de agradecimento, instrução e manutenção da informação fortalecem essa relação, enquanto a compreensão do nível de satisfação do cliente permite às empresas trabalharem na conquista de sua lealdade e estimularem a inovação.

4. Satisfação e Lucratividade

A satisfação do cliente não apenas impacta o sucesso financeiro da empresa, como ressalta Giovannetti (2023), mas também é mais econômica do que tentar recuperá-lo após sua insatisfação, conforme enfatizado por Araújo et al. (2021). Araújo et al. (2021, p.662),

> Manter um cliente fiel gera um gasto para toda e qualquer instituição, porém o gasto se torna maior ainda, quando o investimento é feito pela tentativa de recuperá-los depois de perdê-los, mesmo sabendo que esse esforço venha a ser inútil pois, uma vez gerada a insatisfação ao consumidor raramente ele retorna ao estabelecimento.

Investir na capacitação e motivação dos colaboradores é essencial para garantir um bom atendimento, enquanto a entrega de valor ao cliente é determinante para o sucesso da empresa.

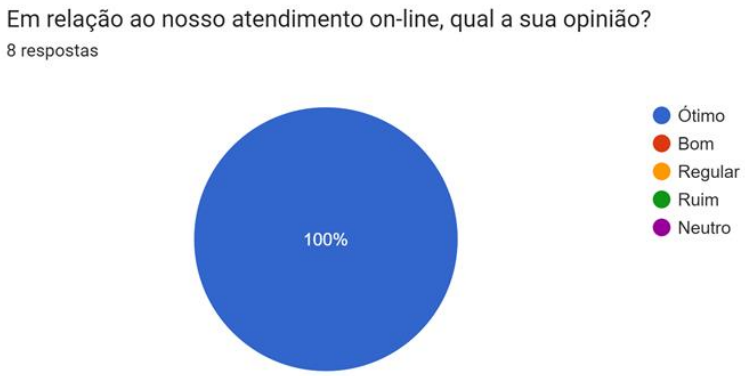
5. Importância de Manter a Qualidade no Atendimento

Um bom atendimento ao cliente não só impulsiona o crescimento de receitas, como promove uma relação próxima com os clientes, antecipando suas necessidades e garantindo sua satisfação. Manter a qualidade no atendimento envolve realizar treinamentos, personalizar o atendimento e envolver todas as áreas da empresa, conforme recomendações do Sebrae (2022). Por outro lado, o mau atendimento pode acarretar perdas significativas, incluindo perda de lucratividade, comprometimento da imagem da empresa e baixo engajamento da equipe.

Em suma, o atendimento ao cliente é um aspecto fundamental para o sucesso das empresas no mercado atual. Investir na satisfação do cliente, proporcionando experiências positivas e mantendo a qualidade no atendimento, é essencial para garantir sua fidelidade, promover o crescimento da empresa e assegurar sua competitividade a longo prazo.

**TABELAS**

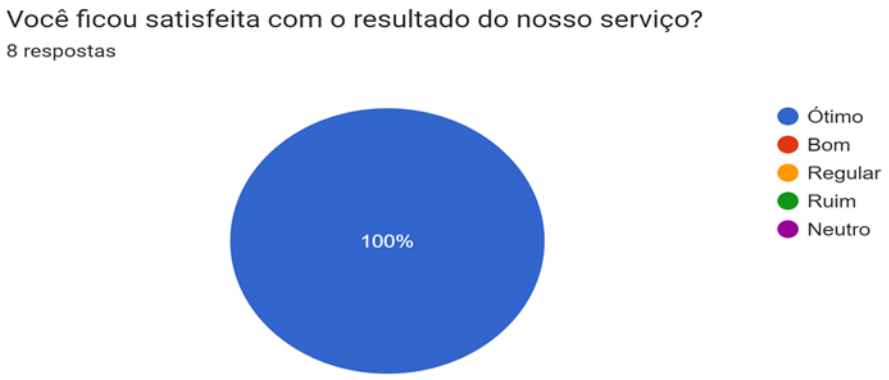
Gráfico 01: Em relação ao nosso atendimento on-line, qual a sua opinião?




O atendimento de qualidade é fundamental para fidelizar um cliente, hoje eles prezam por tempo, humanização e personalização. No gráfico 01, observa-se que 100% dos clientes da Clara Reis Cílios, afirma que o atendimento é de qualidade, logo ela preza pela satisfação do cliente antes dele entrar em contato com o seu serviço.




Para que um cliente se fidelize a uma empresa é necessário que sua necessidade seja suprida. No gráfico 02, fica evidente que as necessidades das clientes são superadas e consequentemente eles tornam-se fiéis a empresa.




É notório que clientes satisfeitos permaneçam leais. No gráfico 03 pode-se notar que o serviço prestado tem o grau de satisfação em 100%, no qual todas afirmam que o serviço é ótimo. Portanto, no atendimento ao cliente a satisfação e confiabilidade são bastantes relevantes.

Proporcionar uma experiência positiva também é fundamental. Os entrevistados foram indagados sobre como era a experiência: “Como você descreve a experiência de utilizar nosso serviço?”

A cliente um, respondeu “Uma ótima experiência, atendimento rápido e esclarecedor, serviço ótimo também, amei demais!!” A cliente dois, destaca: “Um serviço que ajuda muito na autoestima e facilita no dia a dia”

Por fim, foram indagados sobre: “A quanto tempo compra o nosso serviço?” E 25% compra os serviços a mais de um ano. 50% compras entre cinco meses e um ano. E os outros 25% compraram pela primeira vez durante o período da pesquisa. Observa-se que a Clara Reis Cílios já tem uma clientela fiel e satisfeita com o serviço e atendimento.

## CONCLUSÃO

É evidente que houve uma evolução no comportamento do consumidor, eles prezam por atenção, empatia e personalização. O serviço de Lash designer ganhou destaque nos últimos anos por conseguir elevar a autoestima das mulheres, deixando-as confiantes e prontas para qualquer ocasião. Logo, para conseguir atrair e fidelizar as clientes é necessário proporcionar um bom atendimento e um bom serviço.

As respostas evidenciam que há qualidade no serviço prestado pela Clara Reis Cílios. Suas clientes estão satisfeitas com o serviço pois ele é capaz de suprir as necessidades e ainda proporcionar uma boa experiência na prestação do serviço. E ela consegue ter bons resultados financeiros. Assim, objetivo definido, foi alcançado.

A pesquisa não finaliza aqui, é importante que a Clara Reis Cílios continue com um atendimento de qualidade e aperfeiçoe suas técnicas e implemente melhorias sempre que for necessário. Diante das mudanças, destaca-se que ela conquiste novas clientes e mantenha as que já são fiéis.

## REFERÊNCIAS


CANDELORO, R.; ALMEIDA, S. **Correndo pro abraço:** como vender mais, fazendo com que o cliente compre sempre. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de vendas:** uma abordagem introdutória. São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559772841. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772841/. Acesso em: 08 set. 2023.

GIOVANNITTE, Daniel. **Vão juntos?** lucros, satisfação do cliente e retenção da equipe de atendimento. Linkedin, 2023. Disponível em: https://pt.linkedin.com/pulse/v%C3%A3o-juntos-lucros-satisfa%C3%A7%C3%A3o-do-cliente-e-reten%C3%A7%C3%A3o-da-giovannetti. Acesso em: 10 set. 2023.

WALKER, D. **O cliente em primeiro lugar:** o atendimento e a satisfação do cliente como uma arma poderosa de fidelidade e vendas. São Paulo: Makron Books, 1991.

ARAUJO, Paulo Dhekson; MACÊDO, Maria Erilúcia Cruz; SILVA, Samuel Modesto; GÓES, Claudemar Pimenta; CAFFÉ FILHO, Hesler Piedade. Melhoria no Atendimento para Incremento dos Lucros Empresariais / Improvement in Service to Increase Corporate Profits. Id On Line. **Revista de Psicologia,** [S.L.], v. 15, n. 54, p. 661-673, 28 fev. 2021. Lepidus Tecnologia. http://dx.doi.org/10.14295/idonline.v15i54.3011. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/download/3011/4700/11964. Acesso em: 10 set. 2023.

CHRISTOPHER, Martin. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos.** Tradução da 5ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2018. E-book. ISBN 9788522127320. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522127320/. Acesso em: 01 set. 2023.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# QUANDO NÃO É MAIS POSSÍVEL CURAR, AINDA SIM É POSSÍVEL CUIDAR: A IMPORTÂNCIA DOS CUIDADOS PALIATIVOS E A INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR NESSE CONTEXTO

Lara Cunha Maia[1]
Marisa de Oliveira Silva [2]
Matheus Chaves Marinho[3]
Micaele Maia de Queiroz[4]
Aline Franco da Silva[5]

**RESUMO**

No contexto hospitalar, são realizadas inúmeras intervenções pela equipe multidisciplinar, visando oferecer uma assistência de qualidade aos pacientes durante o período de internação, dentre esses contextos, tem-se os cuidados paliativos. Segundo a Organização Mundial de Saúde (2017), os cuidados paliativos podem ser definidos como abordagem que visa melhorar a qualidade de vida de pacientes e suas famílias, mediante o enfrentamento de problemas que ameaçam a vida. Dessa forma, é essencial a atuação do psicólogo hospitalar na intervenção dos cuidados paliativos, pois o mesmo irá auxiliar no atendimento aos pacientes, familiares e inclusive a equipe médica envolvida na atividade e processo desses pacientes. Compreendendo isso, o presente trabalho tem como objetivos mostrar a importância do psicólogo nos cuidados paliativos e abordar a relevância desses cuidados no contexto hospitalar, evidenciando a necessidade de uma prática integrada e humanizada para melhorar a qualidade de vida dos pacientes e seus familiares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cuidados Paliativos; Psicologia hospitalar; Qualidade de vida; Finitude.

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: larac.maia@outlook.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: marisaaa-92@hotmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: matheuscm.mm@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: micaelemaia.17@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: e-mail: francoalinepsi@gmail.com

## INTRODUÇÃO

No contexto hospitalar, são realizadas inúmeras intervenções pela equipe multidisciplinar que visa oferecer uma assistência de qualidade aos pacientes, durante o período de internação. Uma das intervenções realizadas pelos profissionais de saúde, em alguns casos específicos, onde não existe mais a perspectiva curativa e que promove uma melhor qualidade de vida para as pessoas com algum adoecimento grave, são os cuidados paliativos.

Dessa forma, é primordial que os profissionais de saúde conheçam sobre essa temática e estejam preparados para reconhecer quando essa forma de cuidado deve ser instituída para um paciente, além de oferecer suporte aos familiares.

Os cuidados paliativos surgiram oficialmente na década de 1960 no Reino Unido, e tinham como objetivo inicial atuar no cuidado de atenção à saúde. Contudo, no ano de 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu a importância desses cuidados, fez a primeira definição sobre eles, passando inclusive a recomendar inicialmente para pacientes oncológicos.

Já em 2002, essa definição passou a ser estendida para outras doenças que ameaçavam a vida, como doenças neurológicas, degenerativas, cardíacas, inclusive a AIDS, pois foi possível perceber a necessidade de fornecer esses cuidados como parte essencial da assistência à saúde e no tratamento de doenças degenerativas e crônicas.

No ano de 2020, a OMS atualizou a definição de cuidados paliativos definindo esses cuidados como “abordagem que melhora a qualidade de vida de pacientes (adultos e crianças) e suas famílias, que enfrentam problemas associados a doenças que ameaçam a vida” (WHO, 2020, on-line). Essa abordagem envolve a prevenção e o alívio do sofrimento através da identificação precoce, avaliação e tratamento da dor e outros problemas físicos, psicossociais e espirituais

Diante do exposto, é essencial a atuação do psicólogo hospitalar na intervenção dos cuidados paliativos, pois o mesmo irá auxiliar no atendimento aos pacientes, familiares e inclusive a equipe médica envolvida na atividade e processo de adoecimento daqueles pacientes. O psicólogo irá acolher as demandas dos pacientes, oferecer conforto aos seus familiares e atuar como facilitador entre paciente, família e equipe médica, buscando promover suporte emocional naquele momento (NARCHI, 2019).

Dessa forma, este estudo tem por objetivo mostrar a importância do psicólogo hospitalar nos cuidados paliativos e abordar a sua relevância no contexto hospitalar,

evidenciando a necessidade de uma prática integrada e humanizada para melhorar a qualidade de vida dos pacientes e de suas famílias.

## METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de um estudo em forma de pesquisa bibliográfica que tem por finalidade explicar sobre a importância dos Cuidados Paliativos e a sua relação com a Psicologia Hospitalar, realizando leituras sobre os problemas em questão, com a finalidade de aprofundar o nosso conhecimento sobre os temas apresentados para compreendê-los de forma clara. A pesquisa foi realizada em base de dados como Scientific Electronic Library Online (Scielo), Google Acadêmico e em livros específicos sobre o tema, como foi o caso do DSM-V. Foram selecionados artigos e livros com ideias diretamente associadas à temática estudada.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu os cuidados paliativos pela primeira vez como atenção integral aos pacientes portadores de câncer, em especial aqueles que precisavam de maior assistência no processo de finitude da vida. Atualmente, compreende-se que os cuidados paliativos abrangem todas as atividades multidisciplinares com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de pacientes e suas famílias em contexto de processos de finitude da vida. Dessa forma, o psicólogo hospitalar possui importância no que tange a implementação de “uma política de assistência e cuidado que honre a dignidade do ser humano mesmo fora de possibilidades terapêuticas” (Lustosa; Porto, 2010, p. 78), tendo como principal ferramenta a escuta ativa enviesada pela empatia e afetividade.

Nesse contexto, os cuidados paliativos têm uma relevância significativa no contexto hospitalar, pois proporcionam uma abordagem humanizada para pacientes em situações de doenças crônicas, terminais ou em fase avançada. Eles visam melhorar a qualidade de vida dos pacientes, focando não apenas no tratamento da doença, mas também no alívio dos sintomas, controle da dor e promoção do bem-estar emocional, social e espiritual. Uma equipe multiprofissional, que inclui profissionais de saúde como médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, entre outros, trabalha em conjunto para atender às necessidades físicas, emocionais e sociais dos pacientes e seus familiares (Lustosa; Porto, 2010).

Os cuidados paliativos respeitam a autonomia do paciente em relação ao seu processo de morte, permitindo que ele tome decisões informadas sobre seu tratamento e cuidados. Além de cuidar do paciente, os cuidados paliativos também incluem o suporte à família,

ajudando-os a lidar com questões emocionais, tomada de decisões difíceis e preparação para o luto. (Lustosa; Porto, 2010). Buscando garantir que tanto os pacientes quanto suas famílias recebam cuidados com dignidade e respeito durante o processo de morrer, os cuidados paliativos promovem um ambiente de acolhimento e compaixão.

Nesse sentido, é importante enfatizar que os cuidados paliativos envolvem a prevenção e o alívio do sofrimento através da identificação precoce e avaliação de sintomas físicos, como dor, além de problemas psicossociais e espirituais. Esta abordagem busca oferecer suporte contínuo auxiliando no enfrentamento da doença e o processo de morte com dignidade e conforto. Lustosa e Porto (2010) destacam a importância de considerar a dor total do paciente, ressaltando a dimensão social, a dimensão espiritual, a dimensão física e, enfim, a dimensão mental, como forma de compreender a complexidade que perpassa o momento de vulnerabilidade do processo de fim da vida.

Destarte, o psicólogo hospitalar atua promovendo o acolhimento dos fenômenos psíquicos que estão envolvidos nesse processo, sendo necessário dar uma atenção maior aos pensamentos, ideias, sentimentos, reflexões e reações que o paciente e sua família possam desenvolver (Lustosa; Porto, 2010, p. 88). Assim, a postura profissional deve proporcionar um espaço onde o paciente se sinta confortável para elaborar suas angústias, dúvidas, anseios e também suas esperanças perante o fenômeno de “morte anunciada” (Esslinger, 2004).

Dessa forma, o psicólogo hospitalar desempenha um papel crucial no contexto dos cuidados paliativos e no ambiente hospitalar em geral. Ele oferece suporte emocional tanto para os pacientes quanto para seus familiares, ajudando-os a lidar com o impacto emocional da doença, do sofrimento e da finitude (Lustosa; Porto, 2010). Além disso, realiza avaliações psicológicas para compreender as necessidades emocionais dos pacientes e desenvolve intervenções adequadas para promover o bem-estar psicológico e a adaptação à situação de saúde.

O psicólogo hospitalar também oferece aconselhamento e orientação para pacientes e familiares sobre questões relacionadas à doença, ao enfrentamento da morte e ao processo de luto, auxiliando na resolução de conflitos e na expressão de emoções (Lustosa; Porto, 2010). Ele promove a educação em saúde, fornecendo informações sobre estratégias de enfrentamento, cuidados paliativos, comunicação eficaz e tomada de decisões compartilhadas.

Ademais, o psicólogo também colabora estreitamente com a equipe multidisciplinar, contribuindo para um cuidado integral e humanizado. Ele oferece treinamento e suporte aos outros profissionais de saúde para que possam lidar melhor com as demandas emocionais de trabalhar com pacientes em cuidados paliativos. As presenças do psicólogo na equipe de

cuidados paliativos garantem uma abordagem que centraliza a dignidade até durante a morte, onde as dimensões físicas, emocionais, sociais e espirituais do paciente são abordadas de maneira coordenada e compreensiva.

Trabalhando em equipe, o psicólogo hospitalar colabora com a equipe multiprofissional de saúde, contribuindo com uma visão psicológica para o planejamento e execução dos cuidados, garantindo uma abordagem integrada e humanizada. Ele busca promover a qualidade de vida dos pacientes, auxiliando na busca de significado e propósito, na resolução de conflitos internos e na aceitação da situação de saúde.

## CONCLUSÃO

Os cuidados paliativos se configuram como uma temática social que merece amplo debate, em virtude de sua estreita relação com os direitos humanos, especialmente o direito à vida digna. Nesse contexto, a Psicologia emerge como área de atuação crucial, oferecendo suporte emocional e psicológico aos pacientes e seus familiares, além de contribuir para a promoção da qualidade de vida no contexto da terminalidade.

Assim, a participação crucial do psicólogo hospitalar, proporciona uma abordagem humanizada e integrada que melhora a qualidade de vida de todos os envolvidos. Esses cuidados vão além do alívio dos sintomas físicos, abordando também as dimensões emocionais, sociais e espirituais.

Dessa forma, a atuação do psicólogo se torna vital para oferecer suporte emocional, promover o bem-estar psicológico e garantir que o processo de adoecimento até a possibilidade de finitude seja tratado com dignidade e respeito. Assim, os cuidados paliativos e a psicologia hospitalar são essenciais para uma assistência que honra a dignidade humana até o fim da vida.

## REFERÊNCIAS


BOEMER, Magali Roseira. Sobre cuidados paliativos. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, [S.L.], v. 43, n. 3, p. 500-501, set. 2009.

GOMES, Ana Luisa Zaniboni; OTHERO, Marília Bense. Cuidados paliativos. **Estudos avançados**, v. 30, n. 88, p. 155-166, 2016.

NARCHI, Milena David; CASTILLO, Maria Teresa. Atuação do psicólogo nos cuidados paliativos em cardiologia. **Rev. Soc. Cardiol. Estado de Säo Paulo**, p. 211-213, 2019.

PORTO, Gláucia; LUSTOSA, Maria Alice. Psicologia hospitalar e cuidados paliativos. **Revista da SBPH**, v. 13, n. 1, p. 76-93, 2010.

SILVA, Mariana Lobato dos Santos Ribeiro. O papel do profissional da Atenção Primária à Saúde em cuidados paliativos. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 9, n. 30, p. 45-53, 2014.

**World Health Organization (WHO).** (2020). WHO definition of palliative care. Geneva: WHO

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NOS ESTADOS DO NORDESTE: DESAFIOS ATUAIS

Iqueuleno de Freitas Marinho[1]
Raissa Layza Vituriano de Oliveira[2]
Olga Damasceno Nogueira de Sousa[3]

**RESUMO**

No Brasil a lei da reforma psiquiátrica, lei 10.216, em 6 de abril de 2001, garante tratamento digno, respeitoso e acesso a cuidados adequados. Prioriza os serviços comunitários e restringindo a internação em último caso. O presente trabalho objetivou apresentar o levantamento bibliográfico da rede de atenção psicossocial nos estados do Nordeste, elencando as dificuldades e potencialidades dos equipamentos que compõem essa rede. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Apresenta a etapa de construção do referencial teórico do projeto de Iniciação Científica em andamento intitulado: "A rede de atenção psicossocial no município de Limoeiro do Norte-CE: uma aposta de territorialização". Os resultados da pesquisa apontaram que a saúde mental nordestina tem a prevalência de 55,1% de transtornos mentais em trabalhadores da região. Como potencialidades, o estudo mostrou que a expansão dos serviços de saúde mental tem sido significativa refletindo na cobertura de Centro de Atenção Psicossocial acima da média nacional. Dentre as dificuldades encontradas destaca-se a falta de medicamentos, em Fortaleza, capital do estado do Ceará; a necessidade de fortalecimento da atenção primária; além de estratégias de valorização do trabalhador. Conclui-se , que a escassez de conteúdos referentes à saúde mental nordestina, dificultou a pesquisa, limitando a compreensão sobre o assunto. Reconhecer essa lacuna abre espaço para expandir o diálogo acadêmico e desenvolver iniciativas que promovam uma compreensão mais completa das questões de saúde mental no Nordeste.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde Mental ; Reforma Psiquiátrica; Nordeste; Centro de Atenção Psicossocial.

## INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, testemunhamos uma metamorfose profunda na percepção da loucura, que evoluiu de uma relação mística e ligada ao divino na antiguidade para uma condição "demonizada" pela sociedade durante a Idade Média. Após esses tumultuosos períodos históricos, emergiu uma clara demarcação entre a razão e a loucura, culminando na criação de hospitais supostamente especializados no tratamento dos denominados "loucos" na era moderna. (Veiga-Neto, Muchail e Fonseca, 2013)

[1]FACULDADE VIDAL: iqueuleno@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: raissalayza11@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: olganogueiradesousa@gmail.com

No Brasil, diante dos grandes maus-tratos realizados nos manicômios, foi necessário a criação da lei 10.216, em 6 de abril de 2001, também conhecida como a lei da reforma psiquiátrica. Sendo um marco na proteção dos direitos das pessoas com transtornos mentais, ela garante tratamento digno, respeitoso e acesso a cuidados adequados. A lei redefine o modelo de assistência em saúde mental, priorizando serviços comunitários e restringindo a internação, colocando-a apenas em último caso. (Brasil, 2001)

Após isso, também houve criação de duas portarias, a primeira sendo a Portaria nº 336/2002, emitida pelo Ministro da Saúde, que estabelece as diretrizes para os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), classificados em três modalidades (I, II e III), visando reorganizar o modelo assistencial em saúde mental. Cada modalidade tem critérios específicos de funcionamento, equipe mínima e atividades a serem desenvolvidas. (Brasil, 2002). Por sua vez, a Portaria nº 3.088/2011 institui a Rede de Atenção Psicossocial, com o objetivo de criar, ampliar e articular pontos de atenção para pessoas com transtornos mentais e uso abusivo de substâncias. Essa rede inclui diversos componentes, como atenção básica, psicossocial especializada, urgência e emergência, residências terapêuticas, hospitalar, estratégias de desinstitucionalização e reabilitação psicossocial. A implementação e coordenação são atribuídas a diferentes esferas governamentais, com apoio e monitoramento do Ministério da Saúde. (Brasil, 2011)

Com base na evolução histórica das políticas de saúde mental no Brasil, as leis e portarias mencionadas estabeleceram preceitos nacionais para o tratamento digno e respeitoso das pessoas com transtornos mentais. Esses preceitos refletiram por todas as regiões do país. A partir desse contexto, faz-se imperativo adotar uma abordagem voltada à rede de atenção psicossocial no Nordeste.

Esse resumo expandido objetiva apresentar o levantamento bibliográfico sobre a rede de atenção psicossocial nos estados do Nordeste, elencando as dificuldades e potencialidades dos equipamentos que compõem essa rede. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Apresentando uma etapa da construção do referencial teórico do projeto de Iniciação Científica em andamento intitulado: “A rede de atenção psicossocial no município de Limoeiro do Norte-CE: uma aposta de territorialização.”

O trabalho se mostra relevante por dedicar-se a visibilizar as problemáticas referentes à saúde mental nos estados do Nordeste, destaca-se a escassez de pesquisa sobre saúde mental nessa região brasileira. É notório a importância de preencher essa lacuna para informar políticas e práticas mais eficazes.

## METODOLOGIA

Com referência ao método utilizado optou-se pelo uso de uma revisão narrativa de literatura, utilizando uma abordagem qualitativa. As revisões narrativas são um tipo de análise de literatura que resumem e explicam informações que já foram publicadas. Sua utilidade se dá para discutir e descrever temáticas variadas. (RIBEIRO, 2014 *apud* Flor et al., 2022). De forma geral, tratam de tópicos amplos de forma subjetiva, baseadas na interpretação do autor, e podem variar dependendo da experiência do pesquisador. São comuns em trabalhos acadêmicos teóricos, como teses e dissertações. (CORDEIRO, OLIVEIRA E RENTERÍA, 2007; MATTOS, 2015 *apud* Flor et al., 2022)

A técnica aplicada na coleta e avaliação dos dados ocorreu através da leitura, separação e fichamentos dos documentos relevantes. As buscas foram realizadas em plataformas como Scientific Electronic Library Online (SciELO), periódico Capes e Biblioteca Virtual em Saúde Brasil (BVS). Foi definido um recorte temporal no qual foram empregados fontes de 2019 a 2024, além de utilização de livros e leis e portarias sobre a temática.

Decidiu-se, como critério de inclusão, os artigos que envolvessem as dificuldades e potencialidades com referência à atenção psicossocial no contexto nordestino. Já os critérios de exclusão foram feitos a partir de estudos que desviasse desse tema, ou seja se o artigo apenas falasse sobre o Nordeste e não desse ênfase na atenção psicossocial nesses estados seriam descartados.

Os documentos foram acessados entre 02/03/2024 a 06/05/2024. Foram realizadas buscas para a construção dessa pesquisa, com as seguintes palavras chave:s : atenção psicossocial; nordeste; saúde nordestina; história da loucura; reforma psiquiátrica. Partindo disso foram encontradas 27 referências que poderiam agregar na temática. Após a leitura e fichamentos dos mesmos foi definido que apenas 10 referências correspondiam à temática trabalhada, sendo 17 descartadas. Portanto o método de revisão narrativa de literatura junto a todos os meios aqui citados nos auxiliou na construção das hipóteses, na análise e na elaboração das etapas apresentadas neste estudo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o jornal ONU News (UNIDAS, 2022), a Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou sua mais abrangente revisão sobre a saúde mental global desde o início do século. De acordo com os resultados, quase um bilhão de pessoas enfrentaram transtornos mentais em 2019, com 14% desses casos ocorrendo em adolescentes. Desafios globais como desigualdade social, a pandemia de Covid-19, conflitos armados e crises climáticas representam sérias ameaças à saúde mundial. O estudo revela que tanto a depressão quanto a ansiedade aumentaram em mais de 25% apenas no primeiro ano da pandemia.

Ainda que estudos sobre saúde nordestina sejam escassos Alves, Santos e Barbosa (2022) identificaram uma alta prevalência de transtornos mentais comuns entre agricultores na região atingindo 55,1%, evidenciando associações significativas incluindo fatores como sexo masculino, idade acima de 60 anos, autoavaliação de saúde ruim ou muito ruim, histórico de tratamento anterior para problemas de saúde mental, consumo abusivo de álcool e experiência de perda de produção.

Os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) na região Nordeste do Brasil têm papel crucial na promoção da saúde mental e na assistência a pessoas com transtorno mental, incluindo aqueles afetados pelo uso de álcool, crack e outras substâncias. Divididos em diversas categorias, como Caps, Caps i e Caps AD, esses centros são adaptados para atender às necessidades específicas de cada público-alvo, proporcionando desde intervenções de crise até processos de reabilitação psicossocial. Com equipe multiprofissional em tempo integral, esses serviços fortalecem a rede de Atenção Psicossocial (Raps), colaborando com a atenção básica e outras instâncias de saúde e assistência social. No Nordeste, há uma expansão significativa de serviços de saúde mental, com mais de 2.800 Caps habilitados em mais de 1.900 municípios, refletindo um investimento considerável do governo federal. A distribuição desses centros mostra uma cobertura acima da média nacional, evidenciando o compromisso da região com o cuidado em saúde mental. (Brasil, 2022)

Outra potencialidade notável nas redes de cuidado em saúde mental, seria na identificação dos problemas apresentados pelos pacientes. Segundo Amaral et al. (2021), Fortaleza, entre quatro outras cidades estudadas, se destaca por apresentar uma maior proporção de usuários cujos transtornos de saúde mental foram identificados em hospitais psiquiátricos, totalizando 36,7%. Embora esta estatística possa inicialmente parecer preocupante, na realidade, indica uma possível eficácia na detecção e encaminhamento de casos mais graves para serviços especializados. Isso sugere que os profissionais de saúde em Fortaleza estão sensíveis aos transtornos mentais e preparados para intervir em situações complexas, como evidenciado pela concentração de identificações em ambientes hospitalares. Essa concentração destaca uma rede de saúde mental preparada para oferecer tratamento adequado aos casos mais graves.

Partindo para as dificuldades nas Redes de Atenção Psicossocial (RAPs), a falta de medicamentos é uma preocupação. Segundo a equipe de Amaral et al. (2021), em Fortaleza, foi descoberto que os pacientes com transtornos mentais e usuários enfrentam dificuldades para obter os medicamentos necessários, pois as farmácias frequentemente não têm os remédios prescritos comprometendo o tratamento para pacientes com transtornos mentais,

afetando diretamente a reabilitação psicossocial dos usuários, revelando fragilidades na saúde mental da região. Além disso, a predominância dos hospitais na identificação de problemas de saúde mental destaca a urgência de fortalecer a atenção primária para identificação precoce e manejo dos transtornos mentais. A baixa proporção de usuários que recebem tratamento de saúde mental na atenção básica destaca a necessidade de investimentos e melhorias nesse nível de atenção.

Outra dificuldade enfrentada no contexto da saúde mental no Nordeste é a falta de apoio em rede e suporte por parte da gestão. Segundo Pinheiro et al. (2022), além da discriminação geral, que fragiliza os profissionais e compromete o cuidado oferecido aos usuários, eles destacam a falta de interesse da gestão no Centro de Atenção Psicossocial (Caps), evidenciando a desvalorização da área e a ausência de cuidado com os profissionais, o que contribui para altos índices de rotatividade na equipe. Essa situação reflete uma dimensão estrutural-profissional que afeta a qualidade do serviço e a saúde dos trabalhadores, destacando a urgência de valorização e suporte aos profissionais de saúde mental na região, especialmente em áreas rurais com condições de trabalho precárias.

## CONCLUSÃO

Com isso, é necessário destacar a escassez de conteúdos referentes à saúde mental nordestina, visto que este obstáculo dificultou a pesquisa, limitando a compreensão sobre o assunto. Reconhecer essa lacuna abre espaço para expandir o diálogo acadêmico e desenvolver iniciativas que promovam uma compreensão mais completa das questões de saúde mental no Nordeste.

No cenário global de saúde mental requer ações coordenadas para enfrentar desafios crescentes, como os efeitos da pandemia de Covid-19 e as crises sociais. No Nordeste brasileiro, estudos revelam alta prevalência de transtornos mentais, destacando a importância dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) na oferta de serviços especializados. Contudo, persistem desafios, como a falta de acesso contínuo a medicamentos e a necessidade de fortalecer a atenção primária. Além disso, a falta de apoio da gestão compromete a eficácia dos serviços. Diante disso, é crucial um compromisso coletivo para promover a saúde mental, incluindo investimentos em políticas públicas, capacitação de profissionais e valorização do trabalho na área. Esses passos são essenciais para construir sociedades mais saudáveis e resilientes, rumo a um futuro onde a saúde mental seja uma prioridade global.

**REFERÊNCIAS**

ALVES, Roberta Machado; SANTOS, Emelynne Gabrielly de Oliveira; BARBOSA, Isabelle Ribeiro. Fatores associados aos transtornos mentais comuns entre agricultores em ummunicípio de médio porte no nordeste do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, [S.L.], v. 56, p. 74, 8 ago. 2022. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Académica (AGUIA). http://dx.doi.org/10.11606/s1518-8787.2022056003522.

AMARAL, Carlos Eduardo Menezes et al. Assistência à saúde mental no Brasil: estudo multifacetado em quatro grandes cidades. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 37, n. 3, p. 1-13, 2021. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00043420.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 336, de 19 de fevereiro de 2002. **Estabelece que os Centros de Atenção Psicossocial poderão constituir-se nas seguintes modalidades de serviços: CAPS I, CAPS II e CAPS III, definidos por ordem crescente de porte/complexidade e abrangência populacional.** Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 fev. 2002b.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. **Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde.** Diário Oficial da União, 2011; dez 26.

BRASIL. Lei Nº 10.2016, de 06.04.2001.**Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.** Diário Oficial da União, 2001; abril, 09.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Dados da Rede de Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde.** Brasília, 2022.

FLOR, Tainá de Oliveira et al. Revisões de literatura como métodos de Pesquisa: aproximações e divergências. **Anais do VI Conapesc**, [S.L], p. 1-12, 24 jan. 2022. Disponível em: https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/76913. Acesso em: 29 abr. 2024.

PINHEIRO, Eslia Maria Nunes et al. Análise das implicações profissionais de trabalhadores de um Centro de Atenção Psicossocial do interior do Nordeste brasileiro. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 26, p. 1-17, 2022. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/interface.210449.

UNIDAS, Nações. **1 bilhão de pessoas vivem com algum transtorno mental, afirma OMS. Onu News**. [S.L]. jun. 2022. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2022/06/1792702. Acesso em: 02 maio 2024.

VEIGA-NETO, Alfredo; MUCHAIL, Salma T.; FONSECA, Márcio Alves da. **O mesmo e o outro ? 50 anos de História da loucura**. Grupo Autêntica, 2013. E-book. ISBN 9788582171097. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582171097/. Acesso em: 16 abr. 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# **REFUGIADOS E A CONCESSÃO DE BPC:** QUANDO A DIGNIDADE SUPERA A LEI

Marcus Vinícius Carvalho Lima [1]
Maria Marcelina Gonçalves de Oliveira[2]
Márcio dos Santos Alencar Freitas[3]

## RESUMO

Tendo em vista que a partir do Decreto nº 1.744/1995 possibilitou-se a concessão de Benefício de Prestação Continuada (BPC) a refugiados residentes no Brasil, a pesquisa analisou, à luz do texto constitucional de 1988 se tal benefício pode ser estendido para aqueles que estão em território nacional há menos de 04 anos. Para este fim, utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, cujos dados foram coletados em artigos, revistas digitais, fontes seguras como também a partir da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 (CRFB/1988), na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), decretos e demais fontes sobre a validação dos requisitos legais para a concessão do BPC-LOAS aos estrangeiros naturalizados e residentes no Brasil. Observou-se que O BPC não pode ser um fim em si mesmo, além de planejado deve ser garantido e executado para quem dele precisar. Desta forma, conclui-se ser possível a concessão do benefício de prestação continuada à estrangeiros residentes no país, desde que preencham os critérios estabelecidos pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – QUAIS?

**PALAVRAS-CHAVE:** Benefício de prestação continuada; Refugiado; Dignidade da pessoa humana; Cf/1988.

## INTRODUÇÃO

O BPC tem sua previsão constitucional assentada no Inciso V, do Art. 203, da CF (1988)[1], consistindo em uma verba de caráter assistencial concedida para determinado grupo de pessoas, que comprovem não possuir meios de prover à própria subsistência**.** Sua concessão está prevista na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8742/1993.

Apesar da CF/1988 garantir a isonomia material para todos os brasileiros, havendo decisões de estender alguns direitos fundamentais para estrangeiros residentes ou em solo brasileiro, nos últimos anos observou-se um crescente número de pessoas refugiadas em solo

[11] A garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso acima de 65 anos que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988)

[2]FACULDADE VIDAL: e-mail:
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail:

brasileiro, algumas delas vivendo em condições deploráveis por não conseguirem moradia e emprego de forma rápida e capaz de garantir um patamar mínimo de subsistência.

Em 2009 foi publicada a Resolução Normativa do Conselho Nacional de Imigração - CNIg nº 84 possibilitando a concessão de BPC para refugiados residentes no Brasil há mais de 04 anos. Neste momento surge um questionamento: "A não concessão de BPC para refugiados residentes no país a menos de 04 anos que estejam na situação fática capaz de receber este benefício representaria uma afronta à dignidade da pessoa humana?"

Para este fim, o trabalho possui como objetivo geral: verificar se há concessão de BPC à refugiados com menos de 4 anos de residência no Brasil representaria a concretização da promoção da dignidade da pessoa humana. Configurando como objetivos específicos: averiguar a dignidade da pessoa humana e a assistência social na Constituição de 1998; abordar o benefício de prestação continuada (CF/88, LOAS etc.); discorrer sobre o direito de proteção ao refugiado (tratados assinados pelo BR); e analisar a concessão de BPC para refugiados residentes há menos de 04 anos no Brasil.

Justifica-se a pesquisa visto que o número de refugiados vem aumentando no Brasil e, a não concessão deste benefício assistencial poderia representar uma condenação prévia dessa população à fome e marginalização**.**

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa, sendo o levantamento de dados realizado através de informações coletadas em livros, revistas, artigos científicos, dissertações e teses atinentes ao tema, bem como de normas e jurisprudência.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Constitui como um dos fundamentos da Constituição federal de 1988 (Brasil, [2024] a), o princípio da dignidade da pessoa humana. Apesar de se constituir em um conceito jurídico indeterminado com diversas interpretações sobre seu conteúdo e alcance, Ingo Sarlet 2013, p. 35) aponta que este deve levar em consideração a promoção do mínimo existencial, não compreendido como um mínimo vital, mas como a promoção de uma vida digna.

A fim de garantir esse mínimo existencial garantidor da dignidade da pessoa humana, a CF/1988, em seu art. 203, V (Brasil, [2024] a), estabeleceu que Assistência Social deva garantir um benefício mensal àquelas pessoas deficiente e idosos que comprovem não ter outro meio de prover sua própria manutenção, nem a tê-la provida por sua família. Corroborando com essa diretriz constitucional, o art. 4º da LOAS (Brasil, [2024]b) trouxe como princípios de sua

atuação: a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; igualdade de direitos no acesso ao atendimento; e universalização dos direitos sociais[4]. Dessa forma, o Estado busca garantir a todos que estejam na situação do benefício assistencial constitucional o direito de o receber, cabendo à Administração Pública promover a gestão de recursos orçamentários necessários a arcar com essas despesas.

**Benefício de Prestação Continuada**

O Benefício de Prestação Continuada, conhecido também como BPC-LOAS, está garantido pela Constituição de 1988 (Brasil, [2024]a) e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social nº8.742/1993 (Brasil, [2024]b), sendo implantado de fato em 1996 após a publicação do Decreto nº 1.744/1995 (Brasil, [2024]c). Ele tem por objetivo principal, garantir um salário mínimo mensal, independente de contribuição à seguridade social, à todos os cidadãos que dela necessitarem desde que preenchidos alguns requisitos elencados na lei nº 8.742/93, que são: pessoa portadora de deficiência ou idosa com mais de 65 anos; comprovação de não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família; e, renda mensal per capita da família seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo (Matias, 2020).

Quanto aos requisitos, assim como os brasileiros, o estrangeiro tem de estar inscrito no Cadastro Único com os dados atualizados, ter um documento brasileiro oficial de identificação com foto e apresentar o CPF de todos os membros da família. Porém, para reconhecimento do direito ao benefício, é preciso atender aos seus critérios de acesso, como renda e avaliação da deficiência (esta última, se for o caso)[5].

**Refugiado Residentes no Brasil e seu Acolhimento pela Assistência Social**

Apesar de a CF/1988 garantir a universalização do BPC, até a presente data não há previsão legal expressa[6]para a concessão desse benefício para estrangeiros, sejam eles refugiados ou não. Visando corrigir essa distorção, em 2017 o Supremo Tribunal Federal, no RE 587970, decide por unanimidade, que a condição de estrangeiro residente no Brasil não impede o reconhecimento pelo INSS do Benefício de Prestação Continuada (BPC) às pessoas com deficiência e aos idosos que não possuir meios de prover a própria manutenção ou ter o sustento provido por sua família, desde que atendidos os requisitos necessários para sua concessão.

---

[4] Além disso o art. 194, I, da CF/88 estabelece como um dos princípios da Seguridade Social a Universalidade, ou seja, devendo ser acessível a todos sem distinção, reforçando a ideia de igualdade.

[5] Vale ressaltar que, quem mora fora do Brasil não pode pedir o BPC. E quem recebe o BPC e vai morar fora do país também não pode continuar recebendo o benefício. (Guia BPC, 2022).

[6] Em junho de 2021 foi apresentado na câmara dos deputados um projeto de lei (PL 2328/2021) para que fique de maneira transparente, quem tem direito a acessar o BPC, onde menciona o estrangeiro residente no Brasil, desde que atendidos os requisitos constitucionais e legais para sua concessão.

Vale ressaltar o voto do relator do recurso, ministro Marcos Aurélio, no qual se enfatiza que a contribuição dos estrangeiros na formação da nação brasileira e afirma, que a Constituição não fez distinção entre brasileiros natos ou naturalizados e estrangeiros residentes no país quando assegurou a assistência social ao desamparados. Afirmou ainda que os imigrantes foram fundamentais para formação da cultura brasileira, juntamente com os povos indígenas, e afirmou também que a presença do estrangeiro no país sempre foi incentivada e tolerada, não sendo coerente nem digno, que no momento de fragilidade do ser humano seja pela idade avançada ou o acometimento de alguma deficiência, aconteça essa diferenciação por conta da nacionalidade.

Ademais, o min. Relator Marcos Aurélio fundamentou seu voto no art. 5º (caput) da Constituição Federal, que traz o princípio da igualde e o tratamento isonômico entre brasileiros e estrangeiros residentes no país, o ministro enfatiza que fato da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/1993) ser omissa quanto ao estrangeiro residente no país, não é um limitador pois ele não pode se sobrepor ao espirito da Constituição, onde traz em seu Art.203, caput, o seguinte: "A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social...".Salienta ainda que, quando o constituinte originário delegou ao legislador ordinário a regulamentação do benefício, delegou somente à forma de comprovação da renda e das condições específicas de idoso ou portador de necessidades especiais. Não havendo delegação relativa à definição dos beneficiários, pois essa definição estava prevista na Constituição Federal.

Porém a concessão para estrangeiros e refugiados sofre uma restrição infralegal. Segundo a Resolução Normativa CNIg nº 84 de 10/02/2009, o estrangeiro para conseguir ficar de forma permanente no Brasil, precisa preencher alguns critérios como, residir no Brasil há pelo menos 4 anos, na condição de refugiado ou asilado, ser profissional e contratado por instituição instalada no país, ser profissional com capacitação reconhecida por órgão da área pertinente e estar estabelecido no Brasil com objetivo de abrir um negócio (investimento de no mínimo 150.000,00 reais).

Trazendo para o objeto de estudo deste artigo: se para a concessão do BPC para brasileiros (natos ou naturalizados) se exige apenas critérios objetivos (deficiência física ou idade, somado a critério econômico – incapacidade de se sustentar ou ser sustentado por sua família), por que, para estrangeiros refugiados seria necessário um novo critério (residir no Brasil há quatro anos)? Se o benefício visa garantir o mínimo existencial e, por conseguinte, a sua dignidade, àqueles que se enquadram no art. 203, V da CF/1988, não haveria motivo para

sua não concessão para estrangeiros/refugiados residentes a menos de 04 anos no Brasil. Pensar o oposto seria criar uma discriminação inconstitucional.

Mesmo que se argumente a questão da reserva do possível e de custos orçamentários, estes pontos, por si, seriam insuficientes face de diversos comandos da CF/1988 ([2024]a), tais como: o princípio da isonomia destacado no art. 5º que proíbe quaisquer tipo de discriminação, inclusive em relação a estrangeiros (sejam residentes ou não no país)[7]; e da universalização do atendimento (art. 194, I), o qual busca garantir a todos que estejam nas situações descritas na constituição o recebimento do BPC.

Ademais, a Lei nº 13.445/2017 - Lei da Migração, ao regulamentar os direitos e garantias aos imigrantes e dando-lhes os devidos reconhecimentos como sujeitos de direitos, assegura-lhes o acesso a Seguridade Social (saúde, assistência e previdência social), bem como os outros direitos sociais como o direito à educação, trabalho, lazer e assegurando entre os indivíduos a igualdade de tratamentos e oportunidades (Matias, 2020). Tal diploma legal corrobora com a tese de que não pode haver a discriminação para estrangeiros e refugiados que residem a menos de 04 anos não poderem receber o BPC.

## CONCLUSÃO

Por tudo o que fora exposto, entende-se que o BPC não pode ser um fim em si mesmo, tem que ser materializado planejamentos, articulações de serviços e programas para que aquela pessoa que de fato necessita seja alcançada possa garantir esse direito. Afinal o art. 5º, da CF/88 diz que todos são iguais perante a lei, independentes de serem brasileiros natos ou estrangeiros naturalizados residentes no país, já afirmando um dos requisitos para ser concedido este benefício.

Ademais entende-se ser constitucional a concessão de BPC para estrangeiros/refugiados que estejam vivendo no país, independentemente de estarem ou não residindo há quatro anos, pois o ser humano no Brasil está amparado pelo princípio constitucional da isonomia formal (todos são iguais perante a lei) e material (qualquer discriminação deve ser fundamentada e proporcional). Destarte, os únicos critérios que deveriam ser observados para a concessão de BPC para estrangeiros seriam os estabelecidos na CF/1988 e na LOAS.

[7] Neste ponto tanto faz tratar-se da isonomia formal (tratar todos de forma igualitária) como a material (garantir que somente haja desigualdade de tratamento no intuito de preservar a equidade, deste modo, qualquer discriminação deve ser fundamentada, adequada e proporcional sob pena de se ferir este princípio).

**REFERÊNCIAS**


BARBOSA, Sr. Eduardo. **Projeto de LEI Nº 2328 DE 2021**. [Disponível em: file:///C:/Users/maria/Downloads/PL-2328-2021%20(1).pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

BPC - **Guia para Técnicos e Gestores da Assistência Social** - 2ª Edição, 2022 Disponível em: https://encurtador.com.br/ilAEM. Acesso em: 1 abr. 2024.
BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://encurtador.com.br/aEOX5Acesso em: 17 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 1.744/1995, de 08 de dezembro de 1995.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d1744.htm Acesso em: 16 abril. 2024.

JUSBRASIL. **Como um estrangeiro pode conseguir a Residência Permanente no Brasil?** Disponível em: https://encurtador.com.br/fhCMT. Acesso em: 12 abr. 2024.

JUSBRASIL. **Estrangeiros - processos**. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/noticias/estrangeiro-residente-no-pais-tem-direito-a-concessao-de-beneficio-assistencial-decide-stf/451418860. Acesso em: 12 abr. 2024.

JUSBRASIL. **Estrangeiro residente no país tem direito à concessão de benefício assistencial, decide STF**. Disponível em: https://encurtador.com.br/fC789. Acesso em: 12 abr. 2024.

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. Constituição (1993). Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **LOAS**: organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 12 abr. 2024.

MATIAS, Fabia Sabrina Lins. Borges, Marcello Borba Martins Araquan. Constitucionalidade da Concessão de Benefícios de Prestação Continuada a Estrangeiros Residentes no Brasil em Situação de Miserabilidade. **Revista Digital Constituição e Garantis de Direitos.** Natal, v.13, n.1, jan/jul. 2020. ISSN 1982-310X Acesso: 14 abril. 2024

Resolução Normativa CNIg nº 84 de 10/02/2009. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=111486. Acesso em: 07 maio 2024.

STOPA, Roberta. O Direito Constitucional ao Benefício de prestação Continuada (BPC): o penoso caminho para o acesso. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 135, p. 231-248, maio/ago. 2019. https://doi.org/10.1590/0101-6628.176 Acesso em: 15 abr. 2024.

TEIXEIRA, Caio Fellipe Rodrigues. **Análise a respeito da possibilidade de recebimento do benefício assistencial loas para estrangeiro**. 2024. 44 f. Tese de conclusão de curso - Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, 2018. Cap. 1. https://encurtador.com.br/acjBEAcesso em: 12 abr. 2024.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade (da pessoa) humana, mínimo existencial e justiça constitucional:algumas aproximações e alguns desafios. **Revista do CEJUR/TJSC**. Prestação Jurisdicional, v. 1, n. 01, p. 29-44, dez. 2013. https://revistadocejur.tjsc.jus.br/cejur/article/view/24/28 Acesso em: 11 maio 2024

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# RELAÇÃO ENTRE TROMBOSE VENOSA PROFUNDA E USO DE ANTICONCEPCIONAL ORAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Mayara Silva de Oliveira[1]
Joana Darc Almeida[2]
José Edilanio da Costa[3]
Fernanda Christian Castro Mendes[4]
Vanessa Pinheiro Barreto[5]

**RESUMO:**

**INTRODUÇÃO:** A trombose venosa profunda é a formação aguda de trombos no sistema venoso superficial ou profundo, provocando oclusão parcial ou total da veia. Eles formam-se espontaneamente ou como resultado de lesão parietal traumática ou inflamatória. Apresenta sinais e sintomas, como: dor, edema, sensibilidade na região afetada. Em 1961 surgiu o primeiro registro de Trombose Venosa Profunda (TVP) associada ao uso de anticoncepcionais orais. **OBJETIVO:** Identificar fatores de risco que relacionam o uso do anticoncepcional oral ao desenvolvimento de trombose venosa profunda. **MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão integrativa. Foram utilizados os seguintes descritores nas buscas: "Trombose Venosa Profunda" e "Anticoncepcional". A busca das publicações foi realizada no Google Acadêmico (*Google Scholar*) e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), durante o período de abril a março de 2024. **RESULTADOS:** Após a aplicação dos critérios, a amostra final do estudo resultou no total de cinco artigos. Identificou-se que os métodos contraceptivos possibilitaram às mulheres uma independência feminina e autonomia para o planejamento familiar. Entretanto, o uso de métodos contraceptivos orais causam alterações significantes no sistema hemostático por causa de sua ação no organismo, elevando a formação de fibrina. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que os contraceptivos orais estão entre os fatores de risco que podem resultar em trombose venosa. Ademais, ficou explícito que a escolha autônoma do fármaco é, também, um aspecto relevante para o agravo em questão.

**Palavras-chave:** Anticoncepcionais Orais; Fatores de Risco; Trombose Venosa Profunda; Estudos de Revisão.

## INTRODUÇÃO

A trombose venosa profunda (TVP), caracteriza-se pela formação de um coágulo sanguíneo, causando uma inflamação na parede do vaso, que pode obstruir totalmente ou parcialmente o local atingido. Dentre os locais mais atingidos estão os membros inferiores e,

1FACULDADE VIDAL:mayarasilvaoli3@gmail.com
2FACULDADE VIDAL:Darckjuana@hotmail.com
3FACULDADE VIDAL:Castrofernanda281@gmail.com
4FACULDADE VIDAL: e-mail:joseeddylanio21@gmail.com
5FACULDADE VIDAL: e-mail:vanessabarreto10@gmail.com

mediante sua forma amolecida, o coágulo pode desprender-se e seguir o trajeto da circulação venosa, podendo atingir os pulmões (Silva, C. P. S *et al.,* 2021).

A TVP é considerada a terceira causa de doença vascular mais predominante no mundo. Para tanto, fatores como o uso de anticoncepcionais, predisposição genética, idade avançada, colesterol elevado, obesidade e consumo de álcool são fatores que podem elevar o risco de trombose (OLIVEIRA, F. G. F. *et al.,* 2020). A doença apresenta sinais e sintomas, como: dor, edema, eritema, cianose, dilatação do sistema superficial, aumento da temperatura, empastamento muscular e dor à palpação (GONDIM, A. C. S. *et al.,* 2022).

Incrementada pelo patologista Ruldof Virchow, a teoria da Tríade Virchow caracteriza os eventos trombolíticos em três principais fatores, a saber: alterações da parde vascular ou cardíaca; alterações reológicas ou hemodinâmicas; alterações na composição sanguínea com hipercoagulabilidade (SILVA, C . S. *et al.,* 2019). De acordo com o estudo de Gondim (2022), os anticoncepcionais orais começaram a circular entre a população alvo na década de 60, sendo um método contraceptivo inserido devido às altas taxas de fecundidade, visando combater o aumento da taxa de natalidade.

O mesmo autor traz em seu estudo que após uma pesquisa realizada no Hospital Universitário Pedro Ernesto e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ficou comprovado que o uso de contraceptivos orais aumentam de duas a seis vezes o risco de trombose. A adesão a esse método se dá pela acessibilidade, uma vez que são encontrados nos mais variados preços, fórmulas e também são disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde.

Apesar dos efeitos positivos do uso dos contraceptivos orais, como a redução do fluxo menstrual, acne, menor taxa de fecundidade, observa-se que seu uso prolongado está estreitamente associado a trombose venosa, considerado um dos efeitos colaterais relacionado ao uso prolongado da pílula (OLIVEIRA, F. G. F. *et al.,* 2020).

No estudo de Silva (2019), aponta que cerca de 27% das mulheres brasileiras fazem o uso do contraceptivo oral. Devido a facilidade de obtenção das pílulas, muitas mulheres acabam por ingerir o fármaco de forma errada e, muitas vezes, não recebem um acompanhamento ginecológico adequado.

Identificou-se que esta pesquisa se fez necessária, pois o conhecimento sobre os fatores de risco dos contraceptivos orais podem orientar o profissional durante as orientações prestadas à paciente durante a consulta de enfermagem, tendo em vista que este método causa danos devido o seu uso, uma vez que o uso de contraceptivo oral é utilizado de forma prolongada e contínua. Portanto, dentre esses fatores de risco está a relação entre o seu uso e a trombose venosa, fazendo-se necessário o conhecimento sobre essa associação com o objetivo de alertar a população.

Desse modo, este estudo tem como objetivo identificar os fatores de risco que relacionam o uso do anticoncepcional oral ao desenvolvimento de trombose venosa profunda.

## MÉTODO

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura sobre a relação entre os casos de trombose venosa profunda e o uso de anticoncepcionais orais. A revisão foi operacionalizada em seis etapas: identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa; estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/amostragem ou busca na literatura; definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/categorização dos estudos; avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; interpretação dos resultados e apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

De acordo com o exposto, foi realizada a identificação do tema que possui a seguinte questão norteadora: Qual a relação da trombose venosa profunda com o uso dos anticoncepcionais orais?

Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: publicações científicas completas disponíveis gratuitamente na íntegra, publicados nos idiomas português e inglês, que respondessem à questão norteadora, com limite temporal dos últimos cinco anos. Os critérios de exclusão foram artigos que não correspondiam ao objetivo do estudo, repetidos nas bases de dados, revisão integrativa, editoriais, opiniões de especialistas e cartas ao editor.

Para a busca dos artigos nas bases de dados, a identificação de Descritores foi feita através de pesquisas no site DeCS - Descritores em Ciências da Saúde, sendo selecionados os seguintes descritores: “Trombose Venosa Profunda” e “Anticoncepcional Oral”. Em seguida foram inseridos na busca avançada o operador booleano “*and*”. A estratégia de busca resultou em “Trombose Venosa Profunda” AND “Anticoncepcional Oral”.

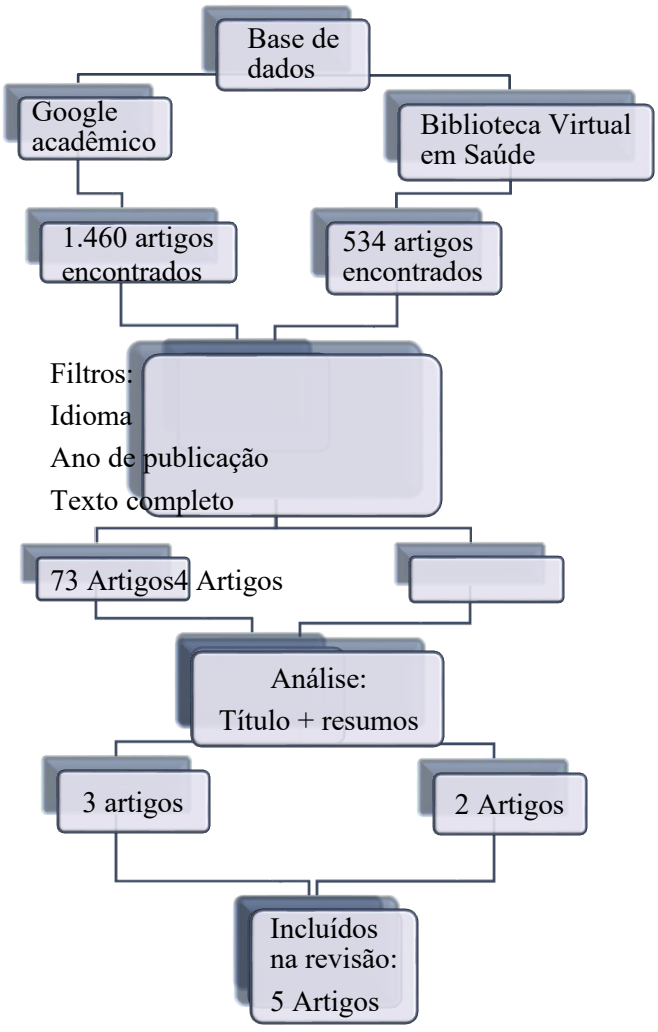
Com o objetivo de selecionar os artigos científicos para a realização da revisão integrativa, foram realizadas buscas por meio do Google Acadêmico (*Google Scholar*) e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A busca ocorreu no período de março a abril de 2024.

Após leitura e seleção de artigos, foram analisados por meio de estatística descritiva.

## RESULTADOS

A busca alcançou entre as duas bases de dados resultou em um total de 1994 estudos. Considerando os critérios de inclusão utilizados nesta revisão, 1917 artigos foram excluídos por não se adequarem aos critérios de inclusão. Setenta e dois (n=72) estudos foram descartados após a leitura dos títulos seguidos dos resumos. Para tanto, foram incluídos nesta revisão o total de cinco (n=05) estudos, conforme ilustra a figura 1.

**Figura 01:** Fluxograma representativo da seleção de artigos utilizados na revisão integrativa. Limoeiro do Norte/CE, Brasil, 2018.




Fonte: autoria própria, 2024.

## DISCUSSÃO

Observou-se que houve uma adesão dos métodos contraceptivos desde sua origem, possibilitando a essas mulheres uma independência feminina e autonomia para o planejamento familiar. Entretanto, vê-se que a escolha do anticoncepcional nem sempre acontece de forma conciliada com o médico, mas sim de forma autônoma, gerando maiores riscos de desenvolvimento de trombose venosa profunda.

No estudo de Oliveira (2020) e Gondim (2022), é apontado que o uso de métodos contraceptivos orais causam alterações significantes no sistema hemostático por causa de sua ação no organismo, elevando a formação de fibrina e, concomitantemente, o desenvolvimento de coágulos nas veias.

Corroborando com os resultados dos estudos mencionados anteriormente, Silva (2021) aponta que devido a quantidade de hormônios estrógenos e progestágenos presentes nos fármacos, estes se ligam a receptores específicos do endotélio, causam desordem no sistema de coagulação e afeta, sobretudo, as paredes dos vasos. Estes resultados confirmam os achados do estudo de Oliveira (2020) e Leite (2021), ao apontar que as atuais pílulas contém fórmula combinada, sendo classificadas em segunda e terceira geração. Contudo, essa combinação potencializa os efeitos adversos, como a predisposição para trombose venosa profunda.

No estudo desenvolvido por Silva (2019), evidenciou-se que as mulheres entre 18 a 40 anos são as que mais utilizam o método contraceptivo oral, isto é, mulheres em idade fértil. Ademais, a autora aponta que pelo fato da vida sexual iniciar com idade precoce nos últimos anos, potencializou a dependência do uso desse método por um longo período de tempo, acarretando em uma maior tendência para a trombose venosa.

## CONCLUSÃO

Observa-se que o método contraceptivo oral é o mais comercializado não apenas no Brasil, como também no mundo, visto que possui diversas formulações e é mais acessível à população alvo. Porém, apesar de existirem alguns pontos positivos relacionados à utilização das pílulas, estas trazem consigo alguns problemas que intensificam o desenvolvimento de trombose venosa profunda nas mulheres.

Foi possível identificar, a partir dos resultados apresentados nesse estudo, que os contraceptivos orais estão entre os fatores de risco que podem contribuir para o desfecho da

trombose venosa, visto que sua fórmula é capaz de causar uma desregulação no sistema hemostático, interferindo assim, na parede vascular.

Ademais, evidenciou-se que a escolha autônoma do fármaco é, também, um aspecto relevante para o agravo em questão. Desse modo, é importante que as mulheres sejam orientadas quanto aos efeitos dos fármacos contraceptivos que estão utilizando, os seus efeitos adversos e buscar aconselhamento ginecológico com o profissional especializado, a fim de que seja feita a escolha do melhor e mais seguro método contraceptivo para cada mulher, respeitando as suas escolhas e condições de saúde.

## REFERÊNCIAS


GONDIM, A. C. S. *et al.* **Influência do anticoncepcional hormonal oral no surgimento da trombose venosa profunda**. REVISA, 2022. Disponível em: <http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/881/793>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

LEITE, R. C. *et al.* **Trombose relacionada ao uso de anticoncepcional: Revisão integrativa**. Revista Textura, 2021. Disponível em: <https://textura.emnuvens.com.br/textura/article/view/469/335>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

OLIVEIRA, F. G. F. *et al.* **Uso de contraceptivos orais e sua influência no desenvolvimento de trombose venosa profunda: uma revisão de literatura**. Repositório Universitário da Ânima (RUNA), 2020. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/21702/1/FABR%c3%8dCIA% 20GABRIELE_JENNIFER.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2024.

SILVA, C. S. *et al*. **Métodos Contraceptivos e Prevalência de Mulheres Adultas e Jovens com risco de Trombose, no Campus Centro Universitário do Distrito Federal-UDF**. REVISA, 2019. Disponível em: <http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/403/290>. Acesso em: 04 de abril de 2024.

SILVA, C. P. S. *et al.* **Risco de trombose venosa associado ao uso de anticoncepcionais orais: Revisão de literatura**. Repositório Universitário da Ânima (RUNA), 2021. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/19370/1/ARTIGO%20RISCO% 20DE%20TROMBOSE%20VENOSA%20ASSOCIADO%20AO%20USO%20DE%20ACO

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# RELATO DE ESTÁGIO ORGANIZACIONAL EM UM HOTEL

Anthony Edward Virgilio Costa[1]
Melina Sousa Gomes[2]
Ana Aristenia Lima Mendes[3]
Maria de Fátima Freire Silva[4]

## RESUMO

O trabalho aqui apresentado tem por objetivo explicitar a experiência vivenciada em uma organização para realização do Estágio Básico II em Psicologia Social do Trabalho e Organizacional (PSTO) exigido pela FAVILI aos alunos do quinto semestre do Curso de Psicologia. Nesta prática objetivou-se observar como a psicologia contribui para melhor produtividade sem deixar de demandar atenção para a saúde mental de cada trabalhador. Optou-se pela aplicação prática de pesquisa de clima e Gestão do estress como principais atividades desenvolvidas para desenvolvimento da competência, no campo das habilidades, sendo o mesmo realizado em um Hotel na cidade de Limoeiro do Norte. Como resultado, teve-se a convicção de que a PSTO desempenha um papel essencial na construção de ambientes de trabalho equilibrados e conscientes, principalmente quandoa abordagem da saúde mental no contexto organizacional é encarada não como uma mera complementação, mas sim como um elemento central na gestão, capacitando os colaboradores a atingir seu pleno potencial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia Organizacional; Trabalho; Estress, Saúde Mental

## INTRODUÇÃO

O estágio constitui uma fase indispensável no processo de profissionalização, conforme delineado pela Lei nº 11.788/2008, conhecida como Lei dos Estágios. Essa legislação define o estágio como um "ato educativo escolar supervisionado, realizado no ambiente de trabalho, com a finalidade de preparar estudantes regularmente matriculados em instituições de educação superior para a atividade produtiva" (FAVILI,2023).

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: eduvirgiliocosta@gmail.com.
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: melinasousagomes@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: aristenia1@hotmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: mafatima099@gmail.com

O estágio em uma organização hoteleira recentemente inaugurada em Limoeiro do Norte proporcionou ao estudante de psicologia a oportunidade de demonstrar a importância da presença de um profissional de psicologia no ambiente de trabalho. Composta por uma equipe variada e sem um psicólogo em seu corpo de funcionários, a organização permitiu a aplicação prática de pesquisas de clima e gestão do estresse como atividades-chave. O objetivo principal foi destacar como a psicologia pode contribuir para a produtividade e o bem-estar dos colaboradores, mantendo um foco atento à saúde mental de cada indivíduo.

## 5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Embasados nas teorias de psicologia organizacional de renomados autores da área como Zanneli (2009), Robbins (2005, 2014), Chiavenato (2004), escolheu-se as temáticas de clima organizacional e gestão do estresse no trabalhador para permear nossas atividades, conforme segue embasamento abaixo. Define-se o clima organizacional como o ambiente psicológico em uma organização, a atmosfera que permeia cada empresa. Ele representa o contexto humano no qual as atividades laborais são realizadas, podendo referir-se a um departamento, uma fábrica ou toda a empresa. Importante ressaltar que o clima, embora não tangível ou visível, épercebido psicologicamente. Na prática, o clima organizacional é influenciado por fatores como a situação econômica da empresa, sua estrutura, as oportunidades de participação, o significado do trabalho, a composição e treinamento da equipe, o estilo de liderança, e a avaliação e remuneração da equipe. (MOREIRA, 2008, p..20 apud CHIAVENATO,1992). É curioso entender como a definição de cultura organizacional e clima estão totalmente interligadas e se interrelacionam. Para Patrícia Ferreira (2013) o clima organizacional refere-se à percepção do ambiente dentro da organização e impacta fatores como satisfação no trabalho, interações entre grupos e comportamentos indicativos de distanciamento dos funcionários do ambiente de trabalho, como absenteísmo e rotatividade (Ferreira, 2013, p. 55). Já a cultura organizacional, por sua vez, é apontada como uma das principais causas do clima, sendo descrita como a causa e o clima como sua consequência. Nesse sentido, ambos são fenômenos complementares, exemplificados pela relação entre uma cultura rígida e formal que resulta em um clima correspondente, onde os funcionários têm limitações para expressar suas ideias. Em contrapartida, uma cultura flexívelcria um ambiente de trabalho mais saudável. Enquanto o clima é instável e relacionado ao nível de satisfação dos funcionários em um dado momento, a cultura é derivada de práticas estabelecidas ao longo do tempo.

Os benefícios segundo Patrícia Ferreira (2013) da aplicação da pesquisa de clima permeiam toda evolução da organização, atravessando a produtividade e satisfação dos colaboradores:

> Se considerarmos que a gestão de pessoas tem como missão alcançar a satisfação e a motivação dos funcionários, a identificação e a análise do clima são de suma importância, visto que, quando as pessoas estão satisfeitas e motivadas com o seu ambiente de trabalho, tendem a apresentar uma produtividade maior. Dessa forma, o clima deve ser constantemente avaliado pela área de gestão de pessoas a fim de saber se a sua missão está sendo alcançada. (FERREIRA, 2013, p. 55)

Além disso, entender o clima organizacional e investir na melhoria dele, entendendo também como o cenário mundial, local e nuances da personalidade dos indivíduos que compõe a empresa alteram a mentalidade e o clima desta geram um potencial competitivo, segundo menciona uma citação que é feita no livro de Elen Gongora:

> Atualmente o desafio, colocado às empresas em geral, é investir num clima organizacional positivo e sadio para que os resultados qualitativos e quantitativos aconteçam. As empresas precisam compreender que tratar a questão do clima interno como estratégia de gestão é fundamental para o aumento da melhoria da qualidade de vida das pessoas e para a saúde do negócio. Os aspectos acima ratificam que o clima organizacional é um diferencial competitivo, de que as empresas precisam lançar mão para poderem competir adequadamente no mercado e gerar satisfação interna. Esquecemos, infelizmente, de valorizar, dentro das empresas, esse componente estratégico que passa a ser um fator decisivo para a rentabilidade do negócio (MOREIRA, 2008, p. 35 apud ELY, 2008).

. De acordo com Chiavenato (2004), o estresse pode ser compreendido como uma reação do organismo diante de demandas ou pressões, sendo influenciado por fatores diversos e desempenhando um papel significativo na saúde mental e física das pessoas.

Segundo Robbins (ROBBINS, 2005, p. 438, 439) O estresse é uma condição dinâmica quando nos deparamos com oportunidades, limitações ou demandas relacionadas a algo que desejamos, cujo resultado é percebido como importante e incerto. Importante notar que o estresse não é sempre negativo. Ele pode ser uma oportunidade, especialmente quando oferece potencial de ganho. Atletas e profissionais, por exemplo, muitas vezes usam o estresse para alcançar um desempenho superior. Ainda para Robbins (ROBBINS, 2005, p. 442, 443), os sintomas relacionados ao estresse abrangem aspectos físicos, psicológicos e comportamentais. No âmbito físico, oestresse pode manifestar-se através de alterações no metabolismo, ritmo cardíaco, pressão sanguínea e dores de cabeça. Apesar da complexidade da relação entre o estresse e sintomas físicos, a atenção no contexto organizacional volta-se principalmente para comportamentos e atitudes. No aspecto psicológico, o estresse está associado à insatisfação no trabalho, bem como a estados como tensão, ansiedade e

irritabilidade. Fatores como demandas conflitantes e falta de clareza nas responsabilidades podem intensificar o estresse e a insatisfação. Quanto aos sintomas comportamentais, o estresse pode se manifestar por meio de mudanças na produtividade, absenteísmo, rotatividade e alterações nos hábitos alimentares e sono. Estudos indicam um padrão em forma de U invertido, sugerindo que níveis moderados de estresse podem estimular o desempenho, mas o excesso de estresse pode resultar em queda na qualidade do trabalho. Segundo Zanelli (ZANELLI, 2009, p. 23) O desequilíbrio entre as demandas laborais e os princípios, necessidades e expectativas pessoais propicia o surgimento de desgaste físico e emocional. Conforme Zanelli podemos alencar dentro os fatores estressores:

> ...destacam-se: demandas acima das condições efetivas de produção ou prestação de serviços de qualidade; pouco reconhecimento profissional; reduzida participação nas decisões organizativas de gestão e planejamento; longas jornadas de trabalho; dificuldades de promoção; exposição constante ao risco e periculosidade (sobretudo em algumas especialidades); pressão do tempo e atuações de urgência; problemas de comunicação; competição no ambiente laboral; e excesso de burocracia.(ZANELLI, 2009,p.23)

A gestão do estresse refere-se ao conjunto de estratégias e práticas adotadas para lidar eficazmente com as pressões e desafios que podem resultar em estresse. Envolve a implementação de técnicas que visam reduzir a tensão física e emocional, promovendo o equilíbrio e o bem-estar. A gestão do estresse busca capacitar indivíduos a enfrentar situações estressantes de forma mais saudável e resiliente. A definição acima baseia-se em conceitos apresentados por Robbins e Judge(2014), que destacam a importância da gestão do estresse como componente essencial na promoção da saúde organizacional e individual.

Falando da gestão desse estresse para Robbins (Robbins, 2005, p. 444), do ponto de vista organizacional, níveis de estresse baixos a moderados entre os funcionários podem ser funcionais, impulsionando um melhor desempenho. No entanto, altos níveis de estresse, assim como níveis baixos prolongados, representam uma ameaça ao desempenho e demandam ações dos executivos. Embora uma quantidade limitada de estresse possa ser benéfica, a percepção individual geralmente considera qualquer nível como indesejável. Essa discrepância de perspectivas entre executivos e funcionários destaca a importância de abordagens diferenciadas na gestão do estresse, levando em conta as percepções individuais e organizacionais. Ainda segundo ele (Robbins, 2005, p. 445, 446) A gestão do estresse pode ser abordada tanto a nível individual quanto organizacional. No âmbito individual, osfuncionários podem adotar estratégias como administração do tempo, aumento da atividade física, práticas de relaxamento e expansão da rede de apoio social. A eficácia dessas abordagens individuais está associada à autodisciplina e ao comprometimento pessoal.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o referido trabalho a revisão bibliográfica, registro de informações através de observações e diálogos com os colaboradores.

A partir das observações e escutas optou-se pela pesquisa de clima que resultou, através da apresentação aos administradores, na orientação para uma ação de auto avaliação com os colaboradores sobre o estresse e aplicação de palestra de conscientização do mesmo tema.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o período de estágio no hotel de trabalhou-se ativamente com as temáticas de clima organizacional e gestão do estresse, desenvolvendo estratégias e atividades para promover uma maior conscientização e enfrentamento dessas questões na instituição hoteleira. Ao finalizar o estágio, observou-se resultados satisfatórios decorrentes dessas intervenções. Gerir o estresse em uma organização é de grande importância, mitigando seus prejuízos como os que são descritos por Elen Moreira (2008), quando diz que os impactos do estresse contínuo podem ser prejudiciais tanto para o desempenho pessoal quanto profissional. Apenas uma reconsideração consciente dos hábitos e rotinas, juntamente coma decisão de realizar as tarefas necessárias no momento adequado, pode contrapor os efeitosadversos da falta de gestão do tempo e assertividade (MOREIRA, 2008, p. 104). Uma das principais conquistas foi a promoção de um ambiente mais tranquilo e harmonioso no hotel. Por meio das estratégias implementadas, os funcionários foram estimulados a refletir sobre o impacto negativo do estresse e a importância de cultivar um clima organizacional saudável, clarificando sobre dificuldades enfrentadas, bem como ferramentas para lidar de forma mais efetiva com essas situações, fortalecendo, assim, sua resiliência e habilidades socioemocionais.

É gratificante constatar que o hotel recebeu positivamente a contribuição da Psicológia em seus processos, fato este percebido aos escutar-se o relato de uma melhora no clima organizacional e na interação entre os funcionários. Diante dos resultados alcançados, percebo a importância de abordar essas temáticas de forma contínua e abrangente no ambiente hoteleiro. A conscientização sobre o clima organizacional e a gestão do estresse não se limita a um único momento, mas deve ser incorporada à rotina,por meio de programas e atividades que promovam um ambiente de trabalho saudável, o respeito mútuo e o bem-estar dos colaboradores.

## CONCLUSÃO

A experiência adquirida nesse estágio fortaleceu a convicção de que a psicologia organizacional desempenha um papel fundamental na promoção do bem-estar e no desenvolvimento integral dos colaboradores. Foi importante desenvolver os níveis da competência, ultrapassando oconhecimento teórico e estendendo a habilidade e atitudes que se mostram valiosas nas estratégias implementadas durante esse período de estágio. Conclui-se que tais ações continuarão a contribuir positivamente para o ambiente do hotel a longo prazo.

## REFERÊNCIAS


Chiavenato, I. (2004). **Gestão de Pessoas: O Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações.** Rio de Janeiro: Elsevier.

FERREIRA, Patricia I. **Série MBA - Gestão de Pessoas - Clima Organizacional e Qualidade de Vida no Trabalho**. Grupo GEN, 2013. *E-book.* Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2383-0/. Acesso em: 19 nov. 2023.

Moreira, Elen Gongora. **Clima Organizacional**. 2008. IESD Brasil. 2008.

Robbins, S. P. (2005). ***Comportamento Organizacional***. 11ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall

Robbins, S. P., & Judge, T. A. (2014). ***Comportamento Organizacional***. 15ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

ZANELLI, José C. **Estresse nas organizações de trabalho: compreensão eintervenção baseadas em evidências.** Grupo A, 2009. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536321585/. Acesso em: 19 nov. 2023.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ESTÁGIO NA ÁREA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

Érica Larissa Moura Carneiro de Lima [1]
Melina Sousa Gomes [2]
Ana Aristênia Lima Mendes [3]

**RESUMO**

O presente trabalho se refere à estruturação de uma experiência em estágio que tinha como embasamento teórico o estudo da Psicologia Social do Trabalho e Organizacional. A explanação ora apresentada foi desenvolvida na Secretaria Municipal de Saúde, com ênfase no ambiente laboral. O objetivo é apresentar a vivencia do exercício profissional no campo do trabalho, ultrapassando o conhecimento teórico e desenvolvendo habilidades e atitudes, bem como os desafios desse profissional atuando com o propósito de melhorar o ambiente laboral. Na realização do estágio deu-se através de observações, coleta de informações, participação em reuniões, visitas a setores da organização, realização de planejamento. Diante do exposto credita-se ter sido possível contribuir para promoção da saúde biopsicossocial dos colaboradores que fazem parte da organização de realização do estágio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia Organizacional; Trabalho; Qualidade de Vida; Planejamento.

## INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado tem como fundamentação a área de Psicologia Social do Trabalho e Organizacional (POT), sendo requisito para estágio no Curso de Psicologia. As atividades realizadas foram desde observações até a realização de planejamento operacional e tático a fim de melhor distribuir as tarefas e consequentemente melhorar a qualidade de vida dos colaboradores que compõe a organização.

O referido estágio foi realizado na Secretaria Municipal de Saúde (SECSA), que é um órgão municipal e competente, no âmbito local, por dirigir o Sistema Único de Saúde – SUS e

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: ericalariisa3@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: melinasousagomes@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: aristenia1@hotmail.com

promover, gerir, planejar, organizar e controlar a execução das ações e dos serviços de saúde desenvolvidos pelo Município, tendo como objetivo avaliar a Política Municipal de Saúde, em consonância com o Plano de Governo, Plano Municipal de Saúde e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

A finalidade da POT é articular necessidades organizacionais com necessidades pessoais, contribuindo para um ambiente agradável e que gere condições para que cada um desempenhe o seu melhor. A mesma configura-se como campo de compreensão e intervenção sobre o trabalho e as organizações, visando analisar a interação das múltiplas dimensões que caracterizam pessoas, grupos e organizações, com a finalidade de construir estratégias e procedimentos que promovam, preservem e estabeleçam o bem-estar (ZANELLI; BASTOS, 2004).

Embora o psicólogo que se insere nos serviços públicos de saúde atue no complexo campo da saúde coletiva que exige desse profissional uma revisão de sua prática, questionamentos dos pressupostos tradicionais e, sobretudo, reflexão ética frente ao usuário do serviço, observa-se a importância de ter-se também o profissional que trabalhe a favor da qualidade de vida dos trabalhadores inserido neste ambiente de trabalho, pois como explica (REIS, 2018). Neste cenário entendemos que se faz necessária também a atuação de um psicólogo da área organizacional e do trabalho para que o mesmo possa desempenhar uma atuação voltada a motivação de sua equipe, visto que seu objetivo é basicamente garantir que os servidores de sua segmentação cumpram suas tarefas dentro do período esperado, indicações de atuação essas que não é corroborada por todos os pesquisadores do tema.

Ainda de acordo com o psicólogo e administrador Cyrian Reis (2018), ao estudar as atitudes e comportamentos dos trabalhadores, os psicólogos atuantes em organizações podem recomendar ou criar melhores práticas de contratação, programas de treinamento, sistemas/técnicas de gerenciamento para aumentar o desempenho do trabalho. Desta forma, ao saber que as organizações são um sistema composto de diversos subsistemas e ramificações que se associam, é necessário que haja diversas formas para revitalizar, inovar, aprender, consolidar e otimizar os processos e as maneiras de se posicionar frente às demandas da sociedade.

Finalmente, o trabalho tem como objetivo apresentar as observações feitas no Estágio Básico II do curso de bacharelado em Psicologia, além de apresentar contribuições para promoção da saúde biopsicossocial dos colaboradores que fazem parte da organização de realização do estágio.

## METODOLOGIA

Resultado da experiência de estágio, este trabalho foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica, respaldada na Psicologia Organizacional e do Trabalho, com a intensão de apresentar a contribuições que esta ciência pode trazer para melhorar a qualidade de vida no ambiente laboral.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estágio curricular básico em Psicologia Organizacional e do Trabalho é uma forma de aprendizado pessoal, profissional e técnico para uma futura colocação profissional, após a formação no curso de Psicologia. No âmbito organizacional, o papel do psicólogo é o de promover e aumentar a produtividade dentro de um local de trabalho, tornando-o um lugar melhor para se trabalhar. O sucesso das corporações é frequentemente impulsionado por seus colaboradores e/ou equipes. Entender como os comportamentos humanos afetam o local de trabalho é o principal objetivo da psicologia organizacional.

De acordo com a psicóloga Melina Gomes (2023), é importante começar falando um pouco dessa relação do ser humano com o trabalho, pois a história da relação do Brasil com o trabalho é marcada fortemente por situações violentas, cruéis que são reflexos de uma colonização perversa. Esse marco da história, traz consigo um sentimento de sofrimento quando se fala em trabalho, pois devido ter ocorrido esse processo de desumanização com os indígenas, no qual eles perderam a sua liberdade, autonomia, chegando até o seu extermínio só visando o lucro e o poder.

Nos dias atuais, por conta do sistema capitalista vigente, muitas empresas visam apenas o lucro sem se preocupar com a qualidade de vida do trabalhador. Porém, diferente do que ocorreu na colonização do Brasil, existem leis que asseguram o trabalhador em variados aspectos. Entretanto, sabemos que diante dessa história de violência, parte das pessoas já veem o trabalho como sofrimento, o que colabora com o processo de adoecimento, pois as relações de trabalho, saúde e doença são três dimensões que estão interligadas e possuem algo em comum (GOMES, 2023).

Partindo desse pensamento, é importante compreender que parte das queixas apresentadas pelos indivíduos com relação ao trabalho, estão associadas ao contexto histórico e cultural no qual ele está inserido, principalmente na forma contemporânea de inserção no mundo do trabalho, que costuma exigir o irreal: que o funcionário esteja sempre bem, motivado e desempenhando suas atividades da melhor forma possível, quando infelizmente a realidade

laboral daquele indivíduo é um ambiente sem as condições mínimas para que as atividades sejam realizadas além de ser potencialmente adoecedor.

O psicólogo traz suas origens psicológicas para o estudo do local de trabalho e contribui para capacitar e treinar os colaboradores, ajuda a melhorar o desempenho, ato este que torna a organização mais eficiente. A psicologia organizacional aborda questões como recrutamento, seleção e colocação, treinamento e desenvolvimento, motivação no trabalho e sistemas de recompensa, estrutura de trabalho e fatores humanos, medição de desempenho, qualidade de vida no trabalho, desenvolvimento organizacional e comportamento do consumidor, ou seja, um psicólogo organizacional iria pesquisar estudos de interações de grupo, ambientes de trabalho físico, moral, estruturas organizacionais. (GUIMARÃES, 2008).

Todas essas atribuições são importantes quando nos deparamos com um cenário de um departamento público municipal, onde as questões políticas e partidárias interferem diretamente no ambiente de trabalho. No local onde ocorreu o estágio, as indicações para cargos de coordenação ocorrem mediante o grau de confiança dos secretários e prefeito da cidade. Isso não quer dizer que os escolhidos não estão preparados para o cargo, mas como observado, eles são sobrecarregados de trabalho e não podem negar certas funções e atribuições justamente pelo fato de ser um cargo de confiança.

Não diferente a esta realidade, observou-se que a supervisora de campo do estágio, exerce a função de coordenar o setor da Vigilância Sanitária do município, é referência em saúde do trabalhador, é preceptora de duas turmas da Escola de Saúde Pública do Ceará, também é a representante legal de dois projetos como o Expresso Chagas e o programa de Desastres junto à Defesa Civil. Paralelo a isto, está tirando licença maternidade de outra coordenadora, a da atenção básica de saúde. Desta forma, a saúde do trabalhador, campo do estágio, estava negligência. Não por falta de competência, mas sim por falta de tempo. As demandas surgem de forma intensa em seu ambiente de trabalho.

Mediante esta realidade foi planejado reorganizar o organograma do setor para que os funcionários da equipe pudessem ver com clareza onde eles se enquadram na dinâmica do trabalho e da instituição. Ele também contribui no entendimento dos processos realizados, identificar falhas, evitar sobrecarga de trabalho devido a divisão de funções, incentivar os funcionários a terem mais conhecimento da sua área e facilita o acesso da visão na empresa.

Em seguida faríamos uma pesquisa de clima com os cinco funcionários do setor da vigilância para que fosse analisado, principalmente, o fator liderança da coordenadora. Acredita-se que pelo fato de estar à frente de vários setores e programas e também orientando pessoas de diversos setores da Secretaria de Saúde, a liderança estava comprometida. A falta

de habilidades de liderança prejudica os funcionários e compromete resultados. Por esse motivo, em um dos dias de observação do estágio, sugeri que a supervisora delegasse funções para seus subordinados.

Na próxima visita ao estágio o cenário havia mudado. A supervisora do estágio havia seguido a minha indicação e escolheu uma funcionária de sua equipe para exercer, de forma efetiva, as atividades referentes à saúde do trabalhador junto com a orientação do CERESTA. Mediante esta mudança, o plano de refazer o organograma e a aplicação da pesquisa de clima foi refeito. Percebi no momento de nossa reunião que era imprescindível realizar um planejamento das atividades para que posteriormente elas pudessem ser postas em prática.

Desta forma, foi proposto que fizéssemos um planejamento táticos das atividades, ou seja, traçar estratégias de curto ou no máximo médio prazo, definindo ações departamentais e suas respectivas mensurações, objetivando criar um plano de trabalho e identificar como estão atualmente os números de notificações de agravo de trabalho e de onde elas vêm. A partir deste ponto elaborar e propor aos locais de atendimento à saúde que intensifiquem as notificações para que o município possa contribuir e prestar mais assistência aos trabalhadores com problemas laborais.

Em seguida criou-se um fluxo de atendimento para as pessoas que sofrem acidentes no trabalho, além disso, treinar e informar os profissionais que fazem parte desse fluxo a atenderem de forma eficaz os pacientes com agravos advindos do trabalho. Também foi organizado um curso de formação para as agentes de saúde e médicos dos postos de saúde para que fiquem mais atentos aos pacientes que apresentam questões de saúde relacionadas ao trabalho. Com isso, se as notificações aumentarem em número, o município acaba recebendo mais recursos financeiros para assistir esses usuários da saúde.

Como última estratégia do planejamento tático está a instalação da Comissão Interna de Prevenção à Acidentes (CIPA) nas empresas de acordo com o grau de risco das mesmas e o número de funcionários. Ela objetiva a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. Todas essas atividades foram dispostas em um cronograma para ser postas em prática.

Diante tudo exposto notou-se que a experiência de vivenciar o estágio é uma importante aliada ao curso de graduação em Psicologia, pois auxilia no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno, fazendo com que ele confira a rotina que provavelmente terá após sua formação. Também através dessa experiência prática observou-se os desafios e as diversas situações pelas quais o profissional da área passa, promovendo oportunidades de relacionar os

conteúdos acadêmicos à prática, propiciando desta forma, a aquisição de conhecimentos e atitudes relacionadas com a profissão do psicólogo organizacional.

## CONCLUSÃO

O estágio despertou uma maior reflexão sobre o papel do psicólogo organizacional e do trabalho, que tem como função a promoção da saúde biopsicossocial dos que fazem as instituições, sejam elas públicas ou privadas. Dessa forma, a psicologia e os psicólogos podem contribuir de forma eficaz e efetiva para a discussão das práticas sociais e institucionais, assim como para criar estratégias, fomentar ações de inclusão, construir espaços de encontro e diálogo e inventar modos de fazer e saber, dentre outras.

Portanto, para uma boa atuação do psicólogo desta área se faz necessário estudar quais as formas de melhorar a qualidade de vida dos profissionais no ambiente de trabalho. É exatamente por isso que ela é tão importante para as organizações, afinal, é no trabalho em que passamos a maior parte de nossas vidas.

## REFERÊNCIAS


GOMES, Melina Sousa. **Psicopatologia do trabalho: unidade I**. 1. ed. – Limoeiro do Norte: Faculdade Vidal, 2023.

GUIMARÃES, D. A. Os Psicólogos nas Organizações e a Qualificação Profissional. **Trabalho & Educação,** v. 17. N.1. Jan – Abr. 2008. Pg. 95 – 108. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8570 Acesso em: 08. Jun. 23.

REIS, Cyrian Indaia. **A atuação do psicólogo organizacional na gestão de instituições públicas.** 2018. 30 p. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Administração de Empresas – Anhanguera Educacional, Jacareí, 2018. Disponível em: https://repositorio.pgsskroton.ccghbchom/bitstream/123456789/35780/1/CIRYAN%20INDAI%C3%81%20DOS%20REIS_1472084_assignsubmission_file_CIRYAN_INDAIA_ATIVIDADE_DEFESA.pdf Acesso em: 08 Jun. 23.

ZANELLI, J C.; BASTOS, A. V. B. Inserção profissional do psicólogo em organizações e no trabalho. In: ZANELLI, J.C; BORGES-ANDRADE, J. E, BASTOS, A. V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil.** Porto alegre: Artmed, 2004.p. 466-491.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# RELATÓRIO DE EXPERIENCIA EM ESTÁGIO NA ÁREA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

Marisa de Oliveira Silva[1]
Melina Sousa Gomes[2]
Ana Aristenia Lima Mendes[3]

## RESUMO

O presente trabalho se estrutura a partir da experiência de estágio fundamentado no estudo a Psicologia Social do Trabalho e Organizacional. A explanação apresentada foi desenvolvida na Secretaria Municipal de Saúde (SECSA), que é o órgão municipal competente em âmbito municipal por dirigir o Sistema Único de Saúde – SUS. O objetivo é apresentar de forma sucinta a história e a relação do ser humano com o trabalho, mostrando a importância do cuidado com a saúde mental no ambiente laboral, apresentando observações realizadas durante o estágio, que fundamentaram a realização de uma intervenção com os colaboradores do equipamento, pontuando o que foi observado no local de estágio através de uma roda de conversa. Utilizou-se também de dinâmicas, com a intenção de contribuir positivamente nas relações de trabalho. Dessa forma, foi possível contribuir para o equipamento e para os colaboradores mediante a intervenção realizada, sendo ela bem recebida por todos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia Organizacional; Trabalho; Saúde mental; Adoecimento.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é referente à disciplina de Estágio Básico II, realizada fundamentado na área de Psicologia Social do Trabalho e Organizacional. Contou com carga horária de 80h, sendo ela dividida em 30h de orientação em sala de aula, 30h de práticas em campo com visitas técnicas e atividades científicas voltadas para observação e elaboração de intervenção, 5h de leitura, preparação e estudos dirigidos, 5h de organização de palestra ou roda de conversa e 10h para a elaboração do relatório final.

O referido estágio foi realizado no CERESTA – Centro de Referência à Saúde do (a) Trabalhador (a) e Saúde Ambiental – Zé Maria do Tomé, entre o período de 30 de março e 30 de maio de 2023, cumprindo a carga horária estabelecida de 30h práticas em campo.

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: marisaaa_92@hotmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: melinasousagomes@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: aristenia1@hotmail.com

O estágio teve como fundamentação teórica a PSTO – Psicologia Social do Trabalho e Organizacional, que se refere a forma como o ser humano se comporta rotineiramente no ambiente de trabalho no qual as pessoas estão inseridas. (SILVA, 2018)

É importante relembrar que a história da relação do Brasil com o trabalho é marcada fortemente por situações violentas, cruéis que são reflexos de uma colonização perversa. Esse marco da história, traz consigo um sentimento de sofrimento quando se fala em trabalho, inclusive nos dias atuais, pois por conta do capitalismo, muitas empresas também visam apenas o lucro sem se preocupar com a qualidade de vida do trabalhador. (GOMES, 2023)

Assim sendo, existem duas formas que as pessoas enxergam o trabalho: na primeira, ele se apresenta como um local de grande importância e significado, visto que é através dele que esse indivíduo pode buscar realizar seus sonhos, conquistar sua autonomia, conquistar a sua liberdade, conhecer pessoas novas além de desenvolver habilidades que irão fazer cresce-lo enquanto ser humano e profissional, tendo ele um papel importantíssimo na formação da nossa consciência e na maneira que nos relacionamos com o mundo a nossa volta, pois é ele que forma a nossa percepção de quem somos e de como podemos nos apresentar para os outros.(GOMES, 2023).

Entretanto, há pessoas que já o veem de outra forma: há situações em que o ambiente de trabalho apresenta problemas que podem ir desde um mal líder, problemas nas relações interpessoais até problemas ergonômicos, que irão tornar esse ambiente um local desagradável e adoecedor para seus colaboradores, visto que em muitos locais não existe uma boa comunicação entre os profissionais e nem um setor próprio para que sejam levadas essas demandas.

Assim, a PSTO busca estudar, conhecer e compreender essa relação entre os trabalhadores e a organização na qual ele está inserido, analisando demandas como o comportamento e o clima organizacional, doenças e transtornos relacionados ao trabalho, comunicação e trabalho em equipe, verificar os casos de faltas e rotatividade dentro da organização. (SILVA, 2018 apud GARCIA et al., 2003)

Por fim, este relato tem como objetivo apresentar as observações feitas no Estágio Básico II, além de apresentar a base utilizada para a proposta de intervenção que foi realizada, fazendo sempre que possível e pertinente a relação com disciplinas cursadas como Psicologia do Trabalho, Psicologia Organizacional e Psicopatologia do Trabalho, buscando estar sempre baseado em fontes científicas relevantes.

## METODOLOGIA

O presente trabalho é resultado de um relatório de estágio, no qual foi realizada uma revisão bibliográfica com a finalidade de apresentar a relação do homem com o trabalho antigamente e nos dias atuais. A pesquisa foi realizada em base de dados como Scientific Electronic Library Onlie (Scielo), Google Acadêmico e apostilas das disciplinas específicas sobre o tema. Foram selecionados artigos e materiais com ideias diretamente associadas à temática estudada.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta dos estágios em Psicologia Organizacional é colocar o aluno frente a situações reais da vida e do ambiente de trabalho, com o objetivo de auxiliar em seu desenvolvimento pessoal, profissional e sociocultural, favorecendo assim o aprendizado, pensamento crítico e crescimento do estudante enquanto futuro profissional.

O Estágio Básico II foi realizado no 5º período do curso de Psicologia e tem como foco a área da Psicologia Social do Trabalho e Organizacional, sendo realizado no âmbito organizacional público, tendo como proposta que fossem realizadas atividades no ambiente da organização de observações, análises, entrevistas, conversas e registros, para que através disso fosse possível chegar em um tema que fosse pertinente e necessário de levar para o local do estágio em forma de intervenção, como meio de devolutiva das atividades realizadas no campo.

Através do conhecimento adquirido nas disciplinas estudadas, foi possível conhecer um pouco da teoria em torno dessa relação entre a psicologia, a organização, a relação do ser humano com o trabalho e de saúde-doença. Por mais que seja complexo esse mundo do trabalho, é possível buscar conhecimento e técnicas para se aplicar, para que assim seja possível proporcionar um ambiente de trabalho saudável e acolhedor para os trabalhadores, onde eles possam ser respeitados, ter a sua autonomia e qualidade de vida.

Dessa forma, é importante começar falando um pouco dessa relação do ser humano com o trabalho, pois a história da relação do Brasil com o trabalho é marcada fortemente por situações violentas, cruéis que são reflexos de uma colonização perversa. Esse marco da história, traz consigo um sentimento de sofrimento quando se fala em trabalho, pois devido ter ocorrido esse processo de desumanização com os indígenas, no qual eles perderam a sua liberdade, autonomia, chegando até o seu extermínio só visando o lucro e o poder. (GOMES, 2023).

Nos dias atuais, por conta do sistema capitalista vigente, muitas empresas visam apenas o lucro sem se preocupar com a qualidade de vida do trabalhador. Porém, diferente do que

ocorreu na colonização do Brasil, existem leis que asseguram o trabalhador em variados aspectos. Entretanto, sabemos que diante dessa história de violência, parte das pessoas já veem o trabalho como sofrimento, o que colabora com o processo de adoecimento, pois as relações de trabalho, saúde e doença são três dimensões que estão interligadas e possuem algo em comum (GOMES, 2023).

Partindo desse pensamento, é importante compreender que em grande parte das vezes as queixas apresentadas pelos indivíduos com relação ao trabalho, estão associadas ao contexto histórico e cultural no qual ele está inserido, principalmente na forma contemporânea de inserção no mundo do trabalho, que costuma exigir o irreal: que o funcionário esteja sempre bem, motivado e desempenhando suas atividades da melhor forma possível, quando infelizmente a realidade laboral daquele indivíduo é um ambiente sem as condições mínimas para que as atividades sejam realizadas além de ser potencialmente adoecedor.

Apesar de toda essa parte cruel da história e da ambiguidade que existe quando se fala em trabalho, ele mantém sua conotação positivia, pois a PSTO segue o argumento de que o trabalho permanece como elemento central na vida do indivíduo, visto que esse é um momento de desenvolvimento no qual ele irá aprender, criar a sua identidade, colaborar na construção da sua subjetividade além de marcar a vida do indivíduo, sendo ele uma parte da sua identidade social além de colaborar na construção da sua subjetividade (GOMES,2023).

É no decorrer desse processo laboral, no qual o indivíduo se sente bem e é reconhecido no que faz, que sua produtividade e rendimento podem melhorar, pois não depende apenas da pessoa fazer com que uma relação de trabalho dê certo, é necessário que ambas as partes colaborem, sendo o indivíduo motivado e satisfeito pessoalmente, e a empresa reconhecendo o seu esforço e colaborando na sua qualidade de vida no trabalho (GOMES, 2023).

Dessa forma, é de extrema importância o papel do psicólogo do trabalho e organizacional para lidar com as questões que envolvem a relação trabalho, saúde e doença, visto que ele deve estar sempre se atualizando e buscando formas de manter um bom clima organizacional, promovendo um ambiente de trabalho saudável e visando a qualidade de vida do trabalhador, tanto do corpo quanto da mente, realizar programas de treinamento e desenvolvimento, além de palestras com temas pertinentes a rotina laboral.

Assim, no decorrer do estágio, foi possível observar algumas demandas que poderiam ser o tema da intervenção que seria realizada no final, mas para complementar os dados observados, a fim de ter uma fundamentação teórica, foi incluída a aplicação da pesquisa de clima e da análise SWOT, pois essa seria a oportunidade de observar de forma mais objetiva quais necessidades realmente existiam no ambiente de trabalho, sendo esse material essencial

para a identificação das demandas que seriam os temas da roda de conversa, sendo esses três materiais utilizados como parte do processo de intervenção que aconteceria posteriormente. Zanelli, Borges e Bastos (2004,p.156) explica a análise SWOT da seguinte forma:

> No âmbito das unidades de negócio ou das corporações, uma das metodologias mais conhecidas de análise da situação é a SWOT (strenghts, weaknesses, opportunities and threats), que leva à avaliação dos fatores ambientais e organizacionais que afetam o desempenho das unidades de negócio ou das corporações. Essa análise permite identificar estratégias que potencializem as oportunidades ambientais e pontos fortes das organizações, bem como mitiguem as ameaças ambientais e pontos fracos organizacionais, favorecendo o alcance de objetivos estratégicos.

Desde o início a proposta da intervenção era realizar algo que pudesse acrescentar algo de positivo no dia a dia dos colaboradores, mas, também, apresentar o que foi observado e que foi apresentado pelos mesmos que atrapalhava a rotina de trabalho e consequentemente desencadeava o adoecimento por parte da equipe, podendo refletir no rendimento do trabalho dos mesmos.

A proposta no início da intervenção era sobre uma demanda latente que foi possível observar no equipamento no decorrer do estágio, que se referia à sobrecarga e consequente potencial sofrimento psíquico por parte dos colaboradores. Entretanto, após a aplicação da pesquisa de clima e da análise SWOT, foi possível observar outras demandas que só se tornaram realmente visíveis a partir da experiência cotidiana no local, participando do processo em diversos momentos, pois ao acompanhar a rotina conseguimos acessar às falas dos profissionais e observar que já conseguem falar mais sobre o que os incomoda, principalmente quando estão de forma individual, como foi o momento da aplicação da pesquisa e da análise.

Dessa maneira, a ideia da intervenção era preparar um momento e abordar alguns pontos que foram observados, mas também promover um momento de partilha de experiências, informações entre os envolvidos, com o objetivo de trazer reflexões, além de realizar o repasse de informações pertinentes ao campo organizacional para a equipe, visando uma boa convivência e um ambiente acolhedor, já que boa parte da vida das pessoas elas passam no seu ambiente de trabalho.

## CONCLUSÃO

Durante o período de estágio, foi possível observar, desde o início, a importância de realizar uma roda de conversa onde fosse possível falar sobre saúde mental, adoecimento e qualidade de vida no trabalho, pois com poucas observações e poucas conversas, notou-se que

esses profissionais estavam lá cuidando da saúde dos trabalhadores, mas estavam deixando a própria saúde de lado, trazendo a reflexão que seria de fundamental importância “Cuidar de quem cuida”.

A avaliação inicial do local de estágio estava correta, contudo, no decorrer do estágio e quando foi possível aprofundar mais acerca do equipamento e os colaboradores em geral, surgiram outras demandas também muito necessárias de ser abordadas com o intuito de promover um ambiente laboral com o qual o colaborador se sinta à vontade, identifique-se, orgulhe-se do que faz, rompendo assim com o estigma de que o ambiente laboral é um local de sofrimento, podendo se tornar um local que o ajudará na formação da sua identidade, conquista da sua autonomia e possíveis realizações profissionais.

Dessa forma, o estágio realizado cumpriu o objetivo ao qual foi destinado, contribuindo na minha formação acadêmica, além de possibilitar levar ao equipamento informações importantes sobre temas que foram observados durante o período de estágio e na aplicação da pesquisa de clima e da análise SWOT.

Durante a intervenção realizada com os colaboradores do equipamento, foi possível falar sobre saúde mental, relações interpessoais e relações de trabalho, sendo esses temas muito importantes para se trabalhar no ambiente laboral.

## REFERÊNCIAS


COSTA, Danielli da Silva et al. **Cartilha saúde da trabalhadora e do trabalhador.** Fortaleza: Ed. dos Autores, 2022.

GOMES, Melina. **Psicopatologia do trabalho:** Unidade I. 1. ed. Limoeiro do Norte: Faculdade Vidal, 2023. 16 p. v. 1.

SANTOS, Neusa Maria Bastos F. **Clima organizacional: pesquisa e diagnóstico**. Saint Paul Editora, 2021.

SILVA, Kassia Alves Silva Alves Alves; FARIA, Bráulio Emílio Maciel. Qualidade de vida no trabalho: a contribuição do psicólogo organizacional. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 4, n. 2, p. 115-129, 2018.

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# RESSOCIALIZAÇÃO DE UM PESSOA PRESA INJUSTAMENTE

**PINHEIRO, Matheus Santiago[1];**

**NOGUEIRA, Victória Ellen Vidal[2]**

**FREITAS, Marcio dos Santos Alencar[3]**

**FERNANDES, Patrícia De Sousa[4]**

## RESUMO

O trabalho analisou mecanismos para impedir (ou minimizar) os efeitos de uma condenação injusta dentro de um model constitucional garantista. Para tanto, realizou-se uma pesquisa pura, qualitativa, bibliográfica e documental, com a utilização do método dedutivo. Os dados foram coletados a partir de livros, revistas científicas, teses, dissertações, reportagens, sítios de ONGs e de Órgãos oficiais, normas jurídicas e jurisprudência. Observou-se que o garantismo penal, em busca da preservação de direitos fundamentais do investigado/acusado impõe uma série de determinações para o Estado acusador no intuito de se evitar condenações errôneas e injustas. A condenação de pessoa inocente traz uma série de estigmas desde cunho interno, a exemplo de depressão, até preconceito da sociedade e a dificuldade de reinserção no mercado de trabalho. Conclui-se que há uma necessidade de os processos penais serem efetivamente voltados para um modelo garantista, além de, em casos de erro, o Estado ir além da simples indenização material, proporcionando ao apenado mecanismos de reinserção do mercado de trabalho, além de acompanhamento psicossocial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Erro judicial. Garantismo Penal. Egresso. Ressocialização.

## INTRODUÇÃO

O egrégio do sistema prisional traz consigo, tal como uma tatuagem, o estigma do cárcere. Infelizmente, apesar de ter cumprido com a pena estabelecida pelo Poder Judiciário, o ex-detento sofre uma pena social, muitas vezes perpétua, sofrendo inúmeros preconceitos, tendo dificuldades de conseguir emprego e ressocializar, fato este que acaba o levando de volta à criminalidade.

Se tal fato já é condenável para aquele que foi devidamente condenado, imagine para quem teve uma condenação injusta por falha do Poder Judiciário na averiguação da autoria, materialidade, do nexo de causalidade e da proporção na aplicação da condenação. A punição injusta é algo a ser evitado dentro de um estado democrático de direito garantista haja vista as consequências irreparáveis àquele erroneamente apenado.

[1] Graduando em Direito da FACULDADE VIDAL: 20222DIR0014, e-mail: matheus.sant2019@gmail.com.
[2] Graduando em Direito FACULDADE VIDAL: 2022DIR0044, e-mail: victoriaellen.maia@gmail.com.
[3] Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza e professor de Direito Constitucional e de Direito Empresarial da Faculdade Vidal, e-mail: marcio.freitas@favili.com.br
[4]Mestra em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, professora de Direito Constitucional e de Direito do Tranalho da Faculdade Vidal, e-mail: patriciasfernandes@live.com

Diante dessa situação, pergunta-se como um Estado garantista pode agir para impedir ou minimizar os efeitos de uma condenação injusta? Para responder a este questionamento, tem-se como objetivo geral analisar mecanismos para impedir (ou minimizar) os efeitos de uma condenação injusta dentro de um model constitucional garantista. Por sua vez, constituem objetivos específicos: Discorrer sobre a condenação dentro de um modelo garantista; Abordar os principais efeitos e estigmas vividos por uma pessoa erroneamente apenada; Apontar medidas para impedir condenações errôneas e minimizar os seus efeitos.

Justifica-se a pesquisa na medida em que o erro judicial no âmbito penal tem consequências que nenhuma indenização é capaz de corrigir. A liberdade é muito maior do que qualquer dinheiro. Ademais, o erro leva a duas condenações injustas: a penal e a social, ambas reprováveis dentro de um estado garantista.

## METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa pura, qualitativa, bibliográfica e documental, com a utilização do método dedutivo. Os dados foram coletados a partir de livros, revistas científicas, teses, dissertações, reportagens, sítios de ONGs e de Órgãos oficiais, normas jurídicas e jurisprudência. Para tanto, foram utilizados os seguintes sites de busca: Google Acadêmico, Scielo, Ebsco e o Google (nos casos de material não acadêmico).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos estados pós-segunda guerra mundial são marcados por um Direito Penal capaz de limitar o poder/dever do Estado em punir aquele que praticasse delito, desta forma buscando garantir o acusado de abusos e injustiças perpetrados ao longo do processo penal (Ferrajoli, 2013). Corroborando com esse entendimento, Errarias (2007) aponta que o processo de constitucionalização vivido pelo Processo Penal garantiu uma maior humanização do direito na medida que promove a proteção de direitos fundamentais.

Ferrajoli (2014)[5] desenvolveu uma teoria voltada para o Direito Penal a partir de 10 axiomas, os quais visam proteger o acusado/apenado dos excessos praticados pelo Estado no exercício do seu juspuniendi. Desta feita, a base garantista[6] está na proteção de direitos fundamentais, a partir do mais basilar princípio, o da estrita legalidade. Nada pode ser feito contra a lei ou extrapolando os ditames legais, sendo preferível em um modelo garantista dar

[5] Ippolito (2011) aponta que o garantismo penal proposto por Ferrajoli representa um modelo de resistência contra a prática de uma justiça eminentemente punitiva e, por vezes, injusta quando condena inocentes, visto buscar a todo custo a defesa de direitos fundamentais do acusado.

[6] Sob essa perspectiva Freitas (2019) aponta que a teoria garantista deve ser vista sobre três perspectivas: paradigma de constitucionalidade dos atos praticados pelo Estado a partir da proteção de direitos fundamentais; segundo, dar validade das normas, na medida que as aplica dentro dos ditames constitucionais; e como instrumento do Estado para construção de normas embasadas na proteção de direitos fundamentais.

a liberdade para um criminoso do que se prender injustamente um acusado. Sendo assim, todo e qualquer ato do Estado, dentro de um modelo garantista deve buscar respeitar tais direitos.

Voltando-se agora para a questão das pessoas condenadas injustamente no Brasil, tem-se grande parte do problema relacionado à complexidade e as consequências adversas do mau funcionamento do sistema judiciário. De acordo com Araújo (2020), um dos principais problemas é a falta de protocolos adequados e evidências suficientes nos processos judiciais, o que pode levar a condenações equivocadas[7].

Ademais, a lentidão do sistema judicial brasileiro também é um fator crucial que contribui para problemas relacionados a condenações injustas. Segundo Pereira (2018), a morosidade dos processos judiciais pode prolongar o tempo de detenção de pessoas inocentes e dificultar o acesso à justiça. Isso é particularmente preocupante, pois prolonga o sofrimento das vítimas injustiçadas e agrava a crise carcerária no país (COSTA, 2020).

A ressocialização das pessoas injustamente condenadas emerge como um desafio significativo, marcado pelo estigma social e pela falta de apoio governamental (SILVA, 2019). O processo de reintegração na sociedade é dificultado pelo preconceito contra ex-detentos e pela escassez de programas eficazes de apoio pós-libertação (FERREIRA, 2021) [8].. Muitos desses sujeitos enfrentam dificuldades para encontrar emprego e acesso à educação após sua libertação, agravando ainda mais sua situação (MENDES, 2022). Dessa forma, o Estado brasileiro, muitas vezes, não oferece o suporte necessário para ajudar essas pessoas a se reintegrarem à sociedade.

Em meio a esse cenário preocupante, é crucial reconhecer a necessidade de sistemas judiciais mais justos, que adotem medidas preventivas para evitar condenações equivocadas. Santos e Pereira (2019) sugerem que uma das abordagens mais eficazes é fortalecer os mecanismos de controle judicial e garantir uma defesa adequada para os acusados. Souza (2021) acrescenta, indicando que a formação contínua de juízes e advogados, assim como uma revisão rigorosa dos procedimentos de investigação, são passos necessários para reduzir erros judiciais.

---

[7] Para reforçar o tema em questão, conforme discutido por Greco (2019), condenações injustas muitas vezes derivam de falhas processuais, como provas insuficientes ou procedimentos inadequados. Este autor ainda analisa as consequências dessas falhas para o sistema penal, ressaltando que a busca pela justiça deve ser fundamentada em evidências sólidas para evitar erros judiciais. Além disso, Gomes (2018), examina as causas dos erros judiciais no Brasil, incluindo problemas de investigação, coerção e falta de assistência jurídica adequada para os acusados, destacando como essas falhas afetam não apenas o indivíduo condenado injustamente, mas também a credibilidade do sistema jurídico.

[8] Pesquisas como a de Oliveira (2018) e Santos (2020) destacam que o preconceito e a falta de apoio pós-libertação são alguns dos principais obstáculos para a ressocialização bem-sucedida. Ademais, Lima (2017) revela que apenas uma minoria das pessoas injustamente condenadas recebe algum tipo de indenização ou compensação do Estado.

A análise comparativa entre as fontes destacou a necessidade de reformas abrangentes no sistema penal brasileiro para prevenir erros judiciais futuros e promover uma justiça mais equitativa. Essas reformas devem abordar não apenas as questões processuais e de evidências, mas também as lacunas na assistência pós-libertação e a lentidão do sistema judicial (OLIVEIRA, 2021).

No entanto, é fundamental reconhecer que a implementação dessas reformas pode enfrentar desafios significativos, como resistência institucional e limitações de recursos (MACHADO, 2018). Portanto, requer um compromisso contínuo das autoridades governamentais, do sistema judicial e da sociedade em geral para assegurar a concretização dessas mudanças e promover um sistema legal mais justo e eficaz para todos os cidadãos[9].

Para lidar com esses desafios, várias soluções são propostas na literatura. Faz-se fundamental implementar mudanças estruturais no sistema judiciário. É necessário garantir a consistência e a confiabilidade nos processos judiciais, com atenção especial aos procedimentos investigativos e à coleta de provas[10]. De acordo com Santos (2017), fortalecer os mecanismos de controle judicial, garantir uma defesa adequada para os acusados e promover a formação contínua de juízes e advogados são algumas das medidas sugeridas.

Outro aspecto crucial é o apoio aos indivíduos condenados injustamente e sua ressocialização. Segundo Santos (2019), programas de reintegração social devem ser robustos e fornecer suporte psicológico, educacional e de emprego para os ex-detentos[11]. A sociedade também deve ser conscientizada para reduzir o estigma contra essas pessoas, como defendem Lima e Almeida (2017), que ressaltam a necessidade de campanhas de sensibilização para mudar a percepção pública sobre esses indivíduos.

Por fim, é essencial que o Estado assuma a responsabilidade pelas consequências de suas falhas e ofereça compensações proporcionais para aqueles que foram condenados injustamente. A indenização por erros judiciais deve ser prontamente oferecida, conforme discutido por Pereira (2016), para que as vítimas possam reconstruir suas vidas.

## CONCLUSÃO

Por tudo o que fora exposto, conclui-se que para se evitar (ou minimizar) o problema das condenações errôneas e as consequências delas decorrente passa inicialmente por uma

---

[9] A busca por uma justiça verdadeira e pela reintegração plena dos injustiçados é uma jornada coletiva que exige persistência e colaboração em prol de um futuro mais igualitário e humano (GOMES, 2020).

[10] Conforme sugere Silva (2018), um sistema de auditoria interna pode ajudar a identificar falhas no processo antes que causem danos irreparáveis. Ademais, Oliveira (2020) propõe uma maior supervisão e treinamento para juízes e promotores, a fim de minimizar a incidência de erros judiciais.

[11] Silva (2019) destaca a importância de implementar políticas governamentais que ofereçam suporte efetivo para a ressocialização de ex-detentos, incluindo programas de emprego e educação.

reestruturação do sistema penal brasileiro voltado para a adoção do modelo garantista proposto por Ferrajoli. Deste modo, o Poder Judiciário estaria mais voltado a preservar direitos fundamentais do acusado do que pressionado pela sociedade a condenar um acusado a qualquer custo.

Ademais, faz-se necessário acompanhamento psicossocial do apenado após sua liberdade, proporcionando-lhe além de um programa de inserção no mercado de trabalho, constante encontro com psicólogos no intuito de minimizar danos psicológicos decorrentes do cárcere injusto. Ao mesmo tempo, deve ser oferecido um profissional do serviço social afim de assegurar ao ex-detento mecanismos de ressocialização, a exemplo de cursos profissionalizantes e de ensino convencional.

**REFERÊNCIAS**


ARAÚJO, M. S. **Justiça e Equidade: Um Estudo sobre as Condenações Injustas no Brasil.** São Paulo: Editora Jurídica, 2020.

COSTA, R. P. Morosidade Judicial e Seus Impactos no Sistema Carcerário Brasileiro**. Revista de Direito Penal**, v. 12, n. 1, p. 45-60, 2020.

ERRARIAS, Nancy Bersani. **O princípio da presunção de inocência**: garantias constitucionais e o conflito da liberdade. 2007. 183f. Dissertação (Mestrado em Direito Processual e cidadania) – Universidade Paranaense (UNIPAR) – Umuarama, 2007.
FERRAJOLI, Luigi. **Garantismo**: una discusión sobre derecho y democracia. GREPPI, Andrea (trad.). Madrid: Editorial Trotta. 2013.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão**: teoria do garantismo penal. SICA, Ana Paula Zomer (trad.); CHOUKR, Fauzi Hassan (trad.); TAVARES, Juarez (trad.); GOMES, Luiz Flávio (trad.). 4. ed. rev. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

FERREIRA, L. A. **A Reinserção Social de Ex-Detentos: Desafios e Perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora Social, 2021.

FREITAS, Marcio dos Santos Alencar.
**Boa-fé objetiva no processo penal, princípio da presunção do estado de inocência e garantismo: análise das decisões do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça**. 2019. 378f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional e Ciências Políticas) – Universidade de Fortaleza – Fortaleza, 2019.

GOMES, L. F. (2018). **Erro Judiciário: Causas, Consequências e Soluções**. São Paulo: Editora Saraiva.

GOMES, F. R. **Justiça e Ressocialização: Um Desafio Coletivo.** Brasília: Editora do Congresso, 2020.

GRECO, R. **Curso de Direito Penal**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019
IPPOLITO, Dario, garantismo de Luigi Ferrajoli. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do** Direito, Unisinos, jan.-jun. p. 34-40, 2011.

LIMA, C.; ALMEIDA, R. (2017). **Sensibilização social e estigma contra ex-detentos no Brasil**. Jornal de Estudos Sociais, 20(4), 102-110.

LIMA, M. **Indenizações por erros judiciais no sistema penal brasileiro**. Editora Acadêmica, 2017.
MACHADO, T. B. **Reformas no Sistema Penal Brasileiro: Obstáculos e Perspectivas.** Revista Brasileira de Direito, v. 15, n. 3, p. 123-140, 2018.

MENDES, J. P. **O Impacto do Preconceito na Reinserção de Ex-Detentos.** Revista de Sociologia, v. 18, n. 2, p. 89-104, 2022.
OLIVEIRA, A. **Erros judiciais no Brasil: causas e consequências**. Editora Jurídica, 2018

OLIVEIRA, M.perei **Supervisão e treinamento no sistema judicial brasileiro: Necessidade e desafios**. Revista de Direito e Justiça, 15(2), 55-70, 2020.

OLIVEIRA, A. C. **Erros Judiciais e a Necessidade de Reformas no Sistema Penal.** Revista de Direito Penal, v. 14, n. 2, p. 67-82, 2021.
PEREIRA, H. **Indenizações por erros judiciais: Um estudo de casos no Brasil**. Editora de Ciências Jurídicas, 2016.

PEREIRA, F. S. A **Lentidão do Sistema Judicial e Suas Consequências.** Revista de Estudos Jurídicos, v. 10, n. 1, p. 33-47, 2018.

SANTOS, A. **Reintegração social: A importância do apoio pós-libertação**. Revista Brasileira de Sociologia, 18(1), 78-85, 2019.

SANTOS, J.; PEREIRA, R. **Mecanismos de controle judicial: uma análise crítica**. Revista de Direito Processual, 10(3), 77-92, 2017.

SANTOS, L. **Reintegração social e preconceito: desafios dos ex-detentos no Brasil**. Revista Brasileira de Sociologia, 15(2), 45-60, 2020.

SANTOS, R. M. **Mecanismos de Controle Judicial: Uma Análise Crítica.** Revista Jurídica, v. 9, n. 4, p. 59-73, 2017.

SILVA, J. **Auditoria no sistema judicial: Uma ferramenta para redução de erros**. Editora Jurídica Brasileira, 2018.

SILVA, E. A. O. **Políticas de Ressocialização no Brasil: Uma Avaliação Crítica.** Revista de Políticas Públicas, v. 11, n. 1, p. 23-39, 2019.

SOUZA, L. **Uso de tecnologias avançadas no sistema judicial brasileiro**. Revista Jurídica Digital, 22(3), 45-59, 2021.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# SAAE/LIMOEIRO DO NORTE E SUA ADEQUAÇÃO AO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO

Antônio Gean Bento Chaves[1]
Brena Tabosa Corpe[2]
Carlos André Diogenes de Pontes[3]
Daniel Libório Nogueira[4]

**RESUMO**

O presente trabalho tem como foco uma análise no tocante dos direitos individuais e coletivos sobre os serviços públicos ofertados à coletividade pela autarquia municipal de Limoeiro do Norte- Ceará, SAAE. Assim como uma abordagem sobre a adequação e atualização do novo marco legal do saneamento básico. Por essa razão, torna-se crucial visitarmos argumentos apresentados pelos estudiosos da matéria, bem como doutrinas e jurisprudências dos tribunais.

**PALAVRAS CHAVES:** Direito difuso e coletivo; marco legal do saneamento; SAAE/ Limoeiro do Norte; coletividade.

## INTRODUÇÃO

O SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO de Limoeiro do Norte, autarquia municipal, criada em 1965 através da Lei nº 053, tendo como objetivo principal o fornecimento de água potável para à cidade de Limoeiro do Norte. Atualmente seu raio de ação é muito mais abrangente desde a época de sua criação, pois além de monitorar, tratar e distribuir a água para consumo humano, o SAAE também cuida do sistema de esgotamento sanitário desde a coleta, tratamento e destino final.

O Sistema de abastecimento de água do SAAE foi construído pelo DNOCS, posteriormente criada a Autarquia para ser administrada pela MS-FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA (FSESP), hoje FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA).

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: gean20069@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: brenatabosa@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: candre23021977cadp@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: danielpneusln@hotmail.com

Em meados dos anos 2000, o governo FHC estimulou o capital privado a investir no setor de saneamento, contudo o mesmo governo não disponibilizou linhas de crédito para financiamento. Em 2008 a autarquia do SAAE recebeu recursos financeiros do programa federal PAC (programa de aceleração de crescimento).

A lei 11445/07, veio com o objetivo de estabelecer as diretrizes nacionais para o saneamento básico, fazendo com que a autarquia se adequasse a nova legislação com o fito de buscar uma universalização do acesso, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados, assim como adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais.

Com o advento da lei 14026/20. Houve um rompimento com o monopólio natural do saneamento, podendo ser criada novas concessões por licitações sem indicações política. Estabelece a cobrança por disponibilidade (quer dizer que o saae pode tributar o serviço ao cliente, mesmo que o mesmo não esteja utilizando o serviço de esgotamento sanitário), contudo a cobertura do saae deve abranger a sua residência.

O novo marco do saneamento, também trouxe disposições especificas para o gestor, caso o mesmo não fique subordinado as normas do novo marco de saneamento, pode caracterizar renúncia de receita, podendo acarretar improbidade administrativa.

A lei 14026/20 estabelece metas de universalização: 2033: 99% abastecimento de água 2042: 90% esgotamento sanitário, a referida lei também foca nos aspectos: metas; indicadores de qualidade; regulação; promoção de segurança jurídica.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida através de pesquisas documental e buscas feitas em artigos que se referem ao tema abordado, com o objetivo de trazer a importância do tema e suas benfeitorias a população.

## DA RELAÇÃO COM O DIREITO DA COLETIVIDADE

O direito coletivo é uma área que visa proteção e promoção dos interesses da sociedade, e o novo marco do saneamento busca garantir essa participação da coletividade e ratificar a defesa dos seus interesses.

Com isso gera-se uma pergunta pertinente ao tema: O novo marco do saneamento ambiental veio com qual finalidade? A resposta para essa pergunta é: o novo marco do saneamento tem como finalidade a busca e a promoção da universalização dos serviços de saneamento básico no país. No qual traz importantes mudanças na forma como esses serviços são prestados, estimulando a participação da iniciativa privada e estabelecendo metas de expansão e qualidade.

Não obstante, o direito coletivo atua como um instrumento de proteção dos interesses da coletividade, assegurando que as decisões relacionadas ao saneamento ambiental sejam tomadas de forma transparente, participativa e democrática. Isso inclui a garantia do acesso à informação sobre as políticas públicas de saneamento, o direito de participar de processos de consulta e audiências públicas, e a possibilidade de questionar judicialmente medidas que possam prejudicar a qualidade dos serviços ou o meio ambiente.

Ademais, o direito coletivo também traz a defesa dos direitos das comunidades afetadas por projetos de saneamento ambiental, como reassentamentos ou desapropriações, buscando garantir que essas comunidades sejam ouvidas, respeitadas e compensadas adequadamente pelos impactos causados pelas obras.

Portanto, a relação entre o direito coletivo e o novo marco do saneamento ambiental é estreita, já que o direito coletivo atua como um instrumento de proteção dos interesses da sociedade, garantindo a participação e a defesa dos direitos no contexto do saneamento ambiental.

## A LEI 14026/20 E SEUS OBJETIVOS

Sancionado em 2020, o novo marco do saneamento ambiental, tem como objetivo principal uma parceria com os municípios para a implementação de novas regulamentações na área de abastecimento de água, coleta e tratamento de águas residuais. Visa também, a possibilidade da aplicação de mais investimentos privados em serviços relacionados à saúde.

Tem como meta principal, como mencionado anteriormente, universalizar todos os serviços de água e esgoto até dezembro de 2023, garantindo que 90% da população tenha acesso à coleta e tratamento de esgoto e 99% à água potável. Espera-se que esta universalização consiga com que a população possa ter uma melhoria significativa na qualidade de vida

garantindo, assim, a dignidade da pessoa humana e, consequentemente, que haja uma redução com os custos dos cuidados de saúde pública.

## APLICABILIDADE DO NOVO MARCO DO SANEAMENTO AMBIENTAL

Com a vigência da nova lei busca os chamados contratos de concessão ganham espaço, tornando-se obrigatória a abertura do processo de licitação para o procedimento. Fazendo com que assim, fique permitido que os prestadores de serviços privados e públicos possam participar da licitação.

A lei 14.026, também define que os Estados podem compor um "consorcio", denominado como Comitê Interministerial de Saneamento, o qual será liderado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, com o objetivo de promover uma melhor forma de articulação institucional entre os órgãos federais. A Agência Nacional de Águas (ANA) regulará o setor e terá a responsabilidade de resolver eventuais impasses. Com isso, os pequenos municípios poderão fazer essas contratações de forma coletiva. Para isso, deve-se elaborar planos, tanto municipais, quanto regionais para a melhor efetividade e aplicação da norma, para atingirem o marco do saneamento básico, sempre buscando incentivos técnicos e financeiros da União.

## AUTARQUIA MUNICIPAL E SUA RESPONSABILIDADE PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Consideramos o Estado como o titular dos serviços públicos, muito embora, não seja o único responsável por sua execução, podendo ocorrer de forma direta ou indireta. De forma direta, ocorre quando o Poder Público, gozando de sua estrutura física e funcional realiza suas atividades ofertando aos usuários. Dessa forma a União, Estados, Municípios e Distrito Federal podem utilizar do seu corpo jurídico para prestar serviços à coletividade.

Vale a pena ressaltar, que a Administração Direta se constitui de uma estrutura mínima responsável pela realização das tarefas estatais, sendo imprescindível à própria existência do Estado enquanto pessoa jurídica de direito público, já a Administração Indireta suscita maior atenção, é que sua existência se torna possível, não por desconcentração, mas por descentralização administrativa. Pela descentralização, criam-se, por outorga, entidades com personalidade jurídica própria, criando novas pessoas jurídicas.

## CONCLUSÃO

Em suma, o trabalho apresentado tem como fito, apresentar a presente na relação SAAE/coletividade, fazendo valer-se sempre da transparência e qualidade do serviço prestado pela autarquia. E a aplicabilidade da nova lei do marco do saneamento ambiental.

**REFERÊNCIAS**

Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020 **atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm. Acesso em 10 de novembro de 2023

Limoeiro do Norte. Lei nº 053/65. **Cria o Serviço Autônomo de Água e Esgoto- SAAE**. Disponível em:https://www.saae.limoeirodonorte.ce.gov.br. Acesso em 10 nov. 2023.

PAGANINI, Wanderley da Silva; BOCCHIGLIERI, Miriam Moreira. **O Novo Marco Legal do Saneamento: universalização e saúde pública.** Revista USP, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 128, p. 45–60, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.i128p45-60. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/185407. Acesso em 10 nov. 2023.

FREIRE, André Luiz. **Saneamento básico: conceito jurídico e serviços públicos**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direitos Difusos e Coletivos. Nelson Nery Jr., Georges Abboud, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/325/edicao-1/saneamento-basico:-conceito-juridico-e-servicos-publicos. Acesso em 10 nov. 2023.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# SAÍDA TEMPORÁRIA NA EXECUÇÃO PENAL BRASILEIRA: UMA FORMA DE AUXÍLIO À RESSOCIALIZAÇÃO DO CONDENADO OU DE AUMENTO DA CRIMINALIDADE?

Elisiario Lima de Vasconcelos [1]
Jonas Lima Dos Santos [2]
Maykon Miliano Alves Bezerra do Rosário[3]
Marden Mendes Vasconcelos[4]
Susan Lopes Assis de Freitas[5]

**RESUMO**

A presente obra trata da temática do embate utilização do instituto da execução penal da saída temporária, no Brasil, como sendo uma forma de ressocialização do apenado ou de aumento da criminalidade. Assim sendo, a obra tem sua justificativa jurídica firmada no argumento de que a população brasileira deve entender o objetivo do instituo da saída temporária, suas características e seu papel fundamental na ressocialização do preso, bem como de auxiliar ativamente este processo. O objetivo desta obra é o de analisar o instituto da saída temporária e apresentar suas características, conceito e requisitos de modo a aclarar à sociedade quaisquer preconceitos existentes entre este instituto e o aumento da criminalidade no Brasil. A metodologia utilizada para a realização deste resumo expandido foi a de pesquisa qualitativa, utilizando-se do procedimento da pesquisa bibliográfica Assim sendo, a saída temporária é entendida como um instituo jurídico da execução penal que possibilita a ressocialização do apenado ao permitir que ele, ao cumprir os requisitos legais, possa ausentar-se dos limites da penitenciária e visitar sua família, divertir-se em um feriado ou realizar estudos técnicos. Finalmente, a saída temporária possibilita com que o apenado consiga ter contato com a sociedade e, ainda, manter e criar novos vínculos sociais de modo a permitir que este tenha uma perspectiva de futura fora das prisões.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito Penal; Lei de Execução Penal; Saída Temporária.

[1]FAVILI, Discente do Curso de Direito da Faculdade Vidal de Limoeiro; E-mail: elisiario.lima253040@gmail.com.
[2]FAVILI, Discente do Curso de Direito da Faculdade Vidal de Limoeiro; E-mail: jldivulg.oficial@gmail.com.
[3]FAVILI, Discente do Curso de Direito da Faculdade Vidal de Limoeiro; E-mail: miliano.rosario@gmail.com.
[4]FAVILI, Discente do Curso de Direito da Faculdade Vidal de Limoeiro; E-mail: mendesmarden@gmail.com.
[5]FAVILI, Discente do Curso de Direito da Faculdade Vidal de Limoeiro; E-mail: susannutricionista@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

De início, esta obra trata da temática do embate utilização do instituto da execução penal da saída temporária, no Brasil, como sendo uma forma de ressocialização do apenado ou de aumento da criminalidade. O contexto relacionado ao tema relaciona-se ao fato de que grande parte da população brasileira acreditar que o instituo da saída temporária proporcionado pela legislação brasileira objetiva o aumento da criminalidade, o que não é o caso.

De outro modo, a sociedade questiona este instituo por permitir, diversas vezes, que detentos que não desejam a ressocialização consigam uma certa liberdade temporária e, assim, realizem, novamente, delitos. Esse fato, contudo, é algo que o Estado ainda não tem meios para controlar, pois o desejo de ressocialização de cada detento é singular e não é algo fixo dentre eles. A imprevisibilidade disto torna imprescindível que o Estado consiga fiscalizar de forma eficiente cada saída temporária, de cada detento, o que não é possível faticamente e que, infelizmente, possibilita novas fatalidades.

Assim sendo, a obra tem sua justificativa jurídica firmada no argumento de que a população brasileira deve entender o objetivo do instituo da saída temporária, suas características e seu papel fundamental na ressocialização do preso, bem como de auxiliar ativamente este processo.

O objetivo desta obra é o de analisar o instituto da saída temporária e apresentar suas características, conceito e requisitos de modo a aclarar à sociedade quaisquer preconceitos existentes entre este instituto e o aumento da criminalidade no Brasil.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização deste resumo expandido foi a de pesquisa qualitativa, básica e exploratória, utilizando-se do procedimento da pesquisa bibliográfica em 4 artigos científicos presentes no Google Acadêmico. De modo a coletar dados, fora realizada a leitura de cada obra e definidos quais trechos de cada tema seria utilizado de visando fortalecer a argumentação jurídica do tema.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primordialmente, a pena existe de modo a castigar o infrator de uma sanção penal com uma punição respectiva, presente na lei. Contudo, apenas castigar não seria o suficiente. Denota Fonseca (2016, p. 5-7) que a pena existe pelo fato de o Estado usufruir de seu *jus*

*puniendi* como uma forma de remediar situações criminais e privar infratores de seus bens jurídicos.

De mesmo modo, a pena apresenta três finalidades principais, no ordenamento jurídico brasileiro, a saber, a finalidade da retribuição, a finalidade da prevenção e a finalidade da ressocialização. A retribuição consiste numa espécie de compensação do indivíduo pelo delito cometido, ou seja, se ele realiza um crime, ferindo um bem jurídico, deve ele, em contrapartida, receber uma limitação de outro bem jurídico, prevista em lei, de modo a compensar o mal causado e tornar aceitável, então, para a sociedade, que aquele fato não seja mais o motivo de seu exílio social (Fonseca, 2016, p. 5-6).

Adiante, a prevenção divide-se em prevenção geral, aquela usada para reprimir e intimidar os indivíduos a não cometerem delitos e a prevenção especial, que objetiva reeducar o infrator a um estado em que este possa conseguir ser reinserido na sociedade. Desta forma, prevenir é tanto instigar o medo de cometer crimes quanto educar os criminosos e garantir sua ressocialização (Fonseca, 2016, p. 6-7).

Ainda, ressocialização é o ato de "permitir que o transgressor, após cumprir sua pena, aprenda a lição, compreenda e reflita sobre o dano que causou à sociedade e, consequente mente, volte à comunidade com o objetivo de seguir e respeitar as normas (Fonseca, 2016, p. 7).

A permanência no cárcere privado é um grande óbice à ressocialização dos apenados, visto que a penitenciária é um local degradante que pode desajustar o convívio social dos indivíduos, assim sendo, possibilitar que os referidos consigam tocar, mesmo que momentaneamente, a civilização, é um passo importante para sua ressocialização.

Assim sendo, a saída temporária é regida pelos arts. 122 a 125 da Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984 e é entendida como um instituto jurídico da execução penal que possibilita a ressocialização do apenado ao permitir que ele, ao cumprir os requisitos legais, possa ausentar-se dos limites da penitenciária e visitar sua família, divertir-se em um feriado ou realizar estudos técnicos.

Destarte, conforme o art. 122, da Lei de Execução Penal, somente será beneficiado do referido instituto aqueles detentos pertencentes ao regime semiaberto, de modo a realizar uma destas três hipóteses (*caput*): 1. Sair para visitar a família (I); 2. Sair para participar de atividades estudantis (2º grau ou superior) ou profissionalizantes e realizar suas respectivas frequências de cada curso (II) e; 3. Sair para ser participante de atividades que auxiliem o retorno ao convívio social (III) Outrossim, outros aspectos precisam ser lembrados acerca do tema. 1. O apenado, mesmo que não sofra fiscalização direta, será fiscalizado eletronicamente

(§ 1 º); 2. O detento que for preso por realizar crime hediondo, ou que utilize de violência ou grave ameaça não tem direito à saída temporária (§ 2º) (Brasil, 1984, *online*).

Ademais, somente o juiz de execução competente pode conceder a saída temporária, tendo ele que ouvir a opinião do Ministério Público e da administração penitenciária, bem como, em contrapartida, o condenado deve cumprir os requisitos de comportamento adequado, cumprimento de 1/6 da pena (primário) ou ¼ da pena (reincidente), bem como que o benefício tenha compatibilidade com os objetivos da pena (Brasil, 1984, *online*).

Mesmo que a concessão da saída temporária apresente um processo de decisão mais completo, a sua revogação é automática quando o apenado cometer crime doloso, falta grave ou desatender quaisquer condições a ele impostas no momento de sua concessão (Brasil, 1984, *online*).

Por conseguinte, anteriormente, a LEP previa que "a autorização para a saída temporária pode ser concedida por um período de 7 dias, podendo ser renovada até 4 vezes ao ano, com intervalo mínimo de 45 dias entre elas" (Jesus, 2023, p. 402), mas importante novidade legislativa surgiu com a revogação total do art. 124, da LEP pela Lei n. 14.843, de 11 de abril de 2024, deixando uma lacuna em relação a duração da concessão e de sua renovação.

Paralelamente, compreende-se que a atuação do Estado e a cooperação da sociedade civil são fatores necessários para possibilitar a ressocialização do apenado, uma vez que, sem uma estrutura que possibilite a garantia dos direitos dos condenados durante a pena e ausente a possibilidade de vínculo social com seus pares, é improvável que um ser humano detenha algum tipo de perspectiva acerca de sua retomada a sociedade civil (Lana *et al*, 2012, p. 2).

Após longa análise, especialista acrescenta que a responsabilidade civil do estado em relação aos crimes cometidos por presos beneficiados com a saída temporária

> se apresenta de forma objetiva pela omissão do Estado quanto à efetiva vigilância daqueles que recebem o benefício, por não atuar de forma a evitar o cometimento de novos delitos tendo em vista o elevado percentual dos presos que cometem outros crimes após serem agraciados com a saída temporária para a visita de familiares ou mesmo com fins educativos ou empregatícios, que como sabemos esperam a oportunidade para voltar a delinquir, pois a realidade do sistema prisional não permite ressocialização (Machado, 2012, p. 17).

Finalmente, de acordo com estudiosos do tema:

> Entende-se que a cooperação da comunidade é fator determinante para a ressocialização do condenado, o trabalho e a educação de qualidade precisam ser urgentemente inseridos nos estabelecimentos prisionais proporcionando segurança e aumentar a perspectiva do condenado que ao cumprir sua pena poderá exercer uma atividade laboral digna junto à sociedade e consequentemente dirimir ou reduzir a resistência negativa que a sociedade tem perante o instituto do benefício da saída temporária (Lana *et al*, 2012, p. 6).

Tal realidade demonstra que tanto o estado deve garantir uma estrutura digna aos condenados quanto a sociedade deve possibilitar que estes consigam, ainda, ter novas oportunidades para conseguir manter uma vida com dignidade, caso contrário a criminalidade no Brasil tenderá a aumentar.

## CONCLUSÃO

Em síntese, a pena apresenta três finalidades principais: retribuição, prevenção e ressocialização. A retribuição tem um fim no próprio indivíduo, ao aplicar a pena no infrator. A prevenção apresenta duas facetas, sendo a primeira, a geral, que busca intimidar os indivíduos a não cometerem crimes e a segunda, a especial, que busca, na aplicação da pena, a possiblidade de ressocializar o apenado. A ressocialização é a finalidade da pena que permite o condenado refletir acerca de seus atos e ser reinserido na sociedade.

Por conseguinte, o instituto da saída temporária faz-se presente nos arts. 122 a 125 da LEP e pode ser compreendida como uma ferramenta-penal que possibilita a ressocialização do apenado ao permitir que ele, ao cumprir os requisitos legais, possa ausentar-se dos limites da penitenciária e visitar sua família, divertir-se em um feriado ou realizar estudos técnicos.

O detento beneficiado com a saída temporária não é qualquer detento, mas sim aquele que passa por um filtro de requisitos legais para que, assim, ele consiga ter o benefício. Em contrapartida, a sociedade deveria dar-lhe oportunidade para conseguir reinserir-se em um novo ciclo social, fazendo com que a progressão de sua ressocialização possa ocorrer.

Contudo, não ocorrendo condições para ressocialização dentro e fora da penitenciária, é responsabilidade do Estado arcar com os danos por não atuar de forma a evitar o cometimento de novos delitos tendo em vista o elevado percentual dos presos que cometem outros crimes após serem agraciados com a saída.

Finalmente, a saída temporária possibilita com que o apenado consiga ter contato com a sociedade e, ainda, manter e criar novos vínculos sociais de modo a permitir que este tenha

uma perspectiva de futura fora das prisões. Tal fato compreende uma atitude ativa do apenado, do Estado e da sociedade, em harmonia, para possibilitar a sua ressocialização.

## REFERÊNCIAS


BRASIL. **Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 05 maio 2024.

FONSECA, Lucas Tavares. **As saídas temporárias do preso e a dicotomia entre a ressocialização e o perigo à sociedade**. Artigo (Graduação em Direito) – Centro Universitário do Planalto Central Apparecido dos Santos – UNICEPLAC. Gama, p. 21, 2023. Disponível em: https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/2678/1/Lucas%20Tavares%20Fonseca.pdf. Acesso em: 05 maio 2024.

JESUS, Everaldo Antonio de. **Os benefícios da saída temporária para a ressocialização dos apenados**. Revista OWL (OWL Journal), vol. 1, n. 2, Campina Grande, set. 2023. ISSN: 2965-2634. DOI: 10.5281/zenodo.8361598. Disponível em: https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/68. Acesso em: 05 maio 2024.

LANA, Gustavo *et al*. **Saída temporária: instituo da execução penal desacreditado pela sociedade**. Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas, v.1, n.4, Ipatinga, 2012. E-ISSN: 2236-1286. Disponível em: http://fadipa.educacao.ws/ojs-2.3.3-3/index.php/cjuridicas/article/view/86/pdf. 05 maio 2024.

MACHADO, Jamille Santos. **A responsabilidade civil do estado em relação aos crimes cometidos pelos presos beneficiados com a saída temporária**. *In*: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 106, nov 2012. Disponível em: https://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/2014/12/doctrina36813.pdf. Acesso em 05 maio 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# **SAÚDE DO TRABALHADOR:** UMA REFLEXÃO SOBRE A SUA HISTÓRIA, A ATENÇÃO BÁSICA E OS ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO

Carlos Luan Lima Maciel[1]
Maria Vandeuza Cavalcante Brito[2]

## RESUMO

O ser humano, como indivíduo e engrenagem da sociedade, precisa, ao mesmo tempo, valorizar-se e sobreviver no meio social em que convive. Desta forma, o homem trabalhou desde o início dos tempos, das mais diversas formas possíveis. Contudo, só recentemente na história da humanidade observou-se os perigos à saúde que os trabalhadores podem vir a correr todos os dias. Assim sendo, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a trajetória do trabalho humano e seus aspectos principais, bem como discorrer acerca da atenção básica à saúde do trabalhador e os aspectos psicossociais do trabalho, colocando em destaque a defesa do bem-estar ocupacional. A metodologia utilizada para a realização deste resumo expandido foi a de pesquisa qualitativa, básica e exploratória em três artigos científicos encontrados no Google Acadêmico. Como resultados, foram encontradas diversas informações acerca dos três conteúdos principais da pesquisa e na discussão tais temas foram analisados de forma a explorar as nuances básicas da história da saúde do trabalhador, a atenção básica à saúde do trabalhador e os aspectos psicossociais do trabalho. Finalmente, de modo a evidenciar uma melhora na qualidade de trabalho, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, os empregadores, os empregados e a sociedade civil como um todo devem unir-se de modo a aprender com a história do Direito do Trabalho, principalmente, em relação ao bem-estar do trabalhador e melhorar suas condições futuras; utilizar-se da atenção básica à saúde do trabalhador de modo a prevenir doenças ocupacionais; e estudar os aspectos psicossociais do trabalho como forma de tornar o ambiente ocupacional mais saudável, bem como de focar no bem-estar social, laboral ou extralaboral do trabalhador.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ocupacional; Direito do Trabalho; Prevenção; Produtividade; Burnout.

## INTRODUÇÃO

Primeiramente, o ser humano, como indivíduo e engrenagem da sociedade, precisa, ao mesmo tempo, valorizar-se e sobreviver no meio social em que convive. Desta forma, o homem trabalhou desde o início dos tempos, das mais diversas formas possíveis. Contudo, só recentemente na história da humanidade observaram-se os perigos à saúde que os trabalhadores podem vir a correr todos os dias.

[1]FAVILI, Docente do Curso de Direito da Faculdade Vidal de Limoeiro; E-mail: carlosluanmaciel@gmail.com.
[2]FAVILI; Discente do 5º Semestre do Curso de Direito da Faculdade Vidal de Limoeiro; E-mail: vandeuza@hotmail.com.

Nesse sentido, a evolução da humanidade desenvolveu diversas formas de trabalho, principalmente quando refletimos acerca da Revolução 4.0. Tais espécies laborais tornaram possível tanto a flexibilização da mão de obra quanto o seu aperfeiçoamento, mas também abriram portas para abusos e doenças ocupacionais não antes estudadas.

Outrossim, a problemática idealizada neste estudo é a da crescente violação dos direitos dos trabalhadores relacionada à sua saúde, seja na prevenção ou na remediação, e como tal fato desencadeia inúmeras enfermidades ocupacionais na população brasileira.

Assim sendo, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a trajetória do trabalho humano e seus aspectos principais, bem como discorrer acerca da atenção básica à saúde do trabalhador e os aspectos psicossociais do trabalho, colocando em destaque a defesa do bem-estar ocupacional.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização deste resumo expandido foi a de pesquisa qualitativa, básica e exploratória em três artigos científicos encontrados no Google Acadêmico: 1. A proteção da segurança e da saúde do trabalhador na evolução histórica da Justiça do Trabalho; 2. A importância da saúde do trabalhador na atenção básica e; 3. Avaliação dos aspectos psicossociais do trabalho no Brasil no contexto da saúde do trabalhador: uma revisão de escopo. A leitura detalhada de cada uma das obras permitiu realizar uma melhor delimitação do tema e, ainda, uma avançada discussão acerca de suas nuances.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Não obstante, a origem da normatização legislativa trabalhista remete-se ao Decreto Lei n. 1.237 de 2 maio de 1939, que foi o responsável por criar, na data de sua vigência, a Justiça do Trabalho. Contudo, tal norma pouco apresentava em seu escopo sobre a proteção da segurança e da saúde do trabalhador, apenas fazendo referência a famigerada monetização pelo risco ocupacional, que se entende por oferecer mais capital ao empregado que exerce funções que são prejudiciais a sua saúde ou segurança (Oliveira, 2021, p. 64-65).

Por conseguinte, a Constituição Cidadã, de 1988, foi a principal expoente na evolução da proteção da saúde e segurança do trabalhador ao adicionar, de forma expressa, as normas de proteção à saúde do trabalhador. Saúde, neste aspecto, pode ser entendida como o “bem-estar físico, mental e social” e “[...] a conclusão, portanto, é que o trabalhador tem direito à redução de todos os riscos (físicos, químicos, biológicos, mecânicos, fisiológicos,

estressantes, psíquicos e outros) que afetam a sua saúde no ambiente de trabalho" (Oliveira, 2021, p. 72).

O último ponto em destaque desta análise histórica trata sobre a discussão em relação instância julgadora das indenizações decorrentes da relação de trabalho. Em um primeiro momento, as causas trabalhistas eram tratadas pela Justiça do Trabalho enquanto que as indenizações e reparações por dano moral ou patrimonial decorrentes de acidentes de trabalho eram julgadas pela justiça comum, o que era algo um pouco desconexo e diferente do que ocorre atualmente (Oliveira, 2021, p. 71).

Conclusivamente, com a EC 45/2005 e o julgamento do Conflito de Competência n. 7.204-1, no STF, fixou-se a tese de que Justiça do Trabalho deve processar e julgas as demandas relativas às indenizações morais ou patrimoniais decorrentes da relação trabalhista (Oliveira, 2021, p. 73).

Paralelamente, a atenção básica na saúde do trabalhador é uma abordagem interdisciplinar que pretende promover o bem-estar ocupacional, garantir a eficiência produtiva e a proteção da saúde física, mental e social dos trabalhadores, bem como de prevenir doenças ocupacionais e promover ambientes de trabalho saudáveis (Nascimento; Júnior, 2024, p. 3).

No panorama social, a atenção básica na saúde do trabalhador é tanto um agente transformador que pode conscientizar o meio social, integrar a educação básica de saúde ocupacional e implementar procedimentos que garantam a saúde do trabalhador quanto uma pilastra central para a construção de uma sociedade justa, íntegra e eficiente (Nascimento; Júnior, 2024, p.3).

Presente na análise sistemática de Nascimento e Júnior (2024, p. 8-10), foram escolhidas inúmeras obras científicas que tratam do tema, porém a discussão tomou foco nas estratégias principais voltadas à promoção da saúde do trabalho na atenção básica, tais como a prevenção de doenças ocupacionais e melhoria do meio ambiente de trabalho a partir da realização de intervenções terapêuticas preventivas e eficientes realizadas por psicólogos ocupacionais, de modo a aumentar a produtividade laboral, auxiliar no processo saúde-doença, diminuir as ausências dos empregados (absenteísmo) e diminuir a falta de atenção dos presentes no local de trabalho (presenteísmo), bem como de fomentar a instrução dos trabalhadores para uma melhor qualificação.

Conforme extensa análise de Nascimento e Júnior

> A atenção à saúde do trabalhador na atenção básica também contribui para a promoção de ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis, estimulando a adoção de práticas preventivas e a implementação de medidas de segurança no ambiente laboral. Isso pode resultar em uma redução significativa de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, beneficiando diretamente os trabalhadores, suas famílias e a sociedade como um todo (Silva *et al*, 2022, *apud* Nascimento e Júnior, 2024, p. 9).

Ademais, algumas formas do empregador demonstrar comprometimento com a atenção básica do trabalhador, sua segurança e a organização do ambiente de trabalho podem ser citadas, tais como a atualização do calendário de vacinação, que permite o controle da saúde dos trabalhadores e o gerenciamento da segurança contra doenças imunopreveníveis de todos os setores empregatícios, fortalecimento de políticas públicas ocupacionais relacionadas à saúde, de modo a estimular o desenvolvimento e a proteção dos direitos trabalhistas e capacitar profissionais, com o intuito de melhorar e implementar a utilização de técnicas de segurança trabalhista com maior frequência, bem como para promover melhores ambientes ocupacionais (Nascimento; Júnior, 2024, p. 9)

A atenção básica focada na saúde do trabalhador fortalece três pilares principais relacionados ao trabalho: 1. Produtividade; 2. Bem-estar e; 3. Sociabilidade. Neste intuito, tanto o aumento da igualdade e da equidade entre pares, gêneros e funções é aprimorado quanto a garantia de um ambiente saudável para realização de decisões e do enfrentamento de desafios é perpetuada (Nascimento; Júnior, 2024, p. 10).

Destarte, na sociedade da Indústria 4.0 cada vez mais doenças ocupacionais do tipo psicológicas estão presentes no contexto do trabalho, principalmente ao tratarmos do aumento dos casos da Síndrome de *Burnout*, por isso os aspectos psicossociais é um ponto importante a ser tratado nesta pesquisa.

Deste modo, em extensa análise conceitual, Santos e seus colaboradores (2024, p. 2-3) definiram os aspectos psicossociais do trabalho como a abrangência de diversos outros conceitos, tais como: I. Riscos psicossociais no trabalho (RPST) – entendido como a possibilidade do dano à saúde do trabalhador originada por sua exposição a fatores que podem gerar ocorrência de danos; II. Fatores de riscos psicossociais do trabalho – são estressores, ou seja, mecanismo que aumentam o estresse ocupacional e também podem ser conceituados como a existência de "incompatibilidade entre a exigência das tarefas e os recursos que o trabalhador tem para enfrentá-la" (Santos *et al*, 2024, p. 2) e; III. São:

> aqueles que, por meio das percepções e experiências dos trabalhadores nas interações entre ambiente e conteúdo do trabalho, as condições

> organizacionais, suas próprias capacidades, necessidades, cultura e situação pessoal extralaboral, podem influenciar a saúde, o desempenho e a satisfação com o trabalho (Santos et al, 2024, p. 3)

Adiante, a extensa classificação dos aspectos psicossociais do trabalho não será analisada nesta obra, tendo em vista que o tema é deveras abrangente e complexo. Contudo, a relação entre a nova realidade e as mudanças abruptas da Indústria 4.0 pode ser verificada ao desenvolvermos um estudo acerca da Síndrome de *Burnout*.

Segundo Santos e os demais pesquisadores, *burnout* tem sido o principal foco de estudos de sua revisão de escopo e esta síndrome pode ser conceituada como "resultante do estresse crônico no local de trabalho que não foi gerenciado com sucesso (Santos *et al*, 2024, p. 18) podendo causar o "aumento do risco cardiovascular, desenvolvimento de DCNT, transtornos mentais comuns, especialmente depressão, e transtornos musculoesqueléticos" (Santos *et al*, 2024, p. 18).

Ainda, os estudiosos tratam do tema da violência relacionada ao trabalho, que pode ser entendida como a "existência de agressão física ou psicológica, pela privação ou negação dos direitos fundamentais garantidos ao trabalhador e pela manutenção de condições de trabalho negligentes e/ou coercitivas" (Santos *et al*, 2024, p. 19).

Como solução ao enfrentamento de tais problemáticas, destaca-se o diálogo harmônico e aberto, que pode promover modificações na forma de gerenciamento trabalhista, a promoção da participação ativa do trabalhador, tanto no local de trabalho quanto na Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) e a realização de técnicas e procedimentos psicoterapêuticos ocupacionais, bem como a qualificação e treinamentos dos empregados para fomentar resistências a essas problemáticas (Santos *et al*, 2024, p. 20).

Finalmente, de modo a evidenciar uma melhora na qualidade de trabalho, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, os empregadores, os empregados e a sociedade civil como um todo devem unir-se de modo a aprender com a história do Direito do Trabalho, principalmente em relação ao bem-estar do trabalhador e melhorar suas condições futuras.

Utilizar-se da atenção básica à saúde do trabalhador de modo a prevenir doenças ocupacionais; e estudar os aspectos psicossociais do trabalho como forma de tornar o ambiente ocupacional mais saudável, bem como de focar no bem-estar social, laboral ou extralaboral do trabalhador. Assim sendo, o diálogo de governança gerencial e a aplicação de técnicas terapêuticas ocupacionais são extremamente necessários para dirimir tal problemática.

## CONCLUSÃO

Em síntese, o Direito do Trabalho, desde sua criação, apresentou pontos relacionados à saúde do trabalhador. Em seu início, tais normas eram simples e pouco abrangentes, mas existiam. Com sua evolução, principalmente com influência da CF de 1988, da EC 45/2005 e do STF, as evoluções e encaixes finais permitiram que o Poder Judiciário e Legislativo conseguisse impactar de forma mais abrangente, justa e eficaz a relação de trabalho.

Paralelamente a evolução dos direitos trabalhistas a saúde do trabalhador na atenção básica foi um enfoque recente na temática, principalmente ao introduzir técnicas eficazes de proteção ao bem-estar do trabalhado individual e socialmente, bem como de apresentar possibilidades diversas de aumentar a eficiência e segurança do trabalho.

Concomitantemente, os aspectos psicossociais do trabalho, entendidos como os fatores que relacionam na modificação da vivência, da satisfação e do desenvolvimento do trabalhador no ambiente ocupacional, sejam eles físicos, psicológicos ou extralaborais, são importantes ao verificarmos o aumento dos índices de doenças ocupacionais, principalmente a Síndrome de *Burnout*. Por fim, análise conjunta da história do bem-estar do trabalhador, a utilização da atenção básica ocupacional e a percepção dos aspectos psicossociais do trabalho, podem ser uma solução para o crescente aumento de doenças ocupacionais e a diminuição do mal estar no ambiente de trabalho.

## REFERÊNCIAS


NASCIMENTO, Marcela Melo do; JÚNIOR, Valdir Barbosa da Silva. A importância da saúde do trabalhador na atenção básica. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 7, n.2, p. 01-13,mar./apr., 2024 Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/67803/48245. Acesso em: 1 maio 2024. ISSN: 2595-6825.

OLIVEIRA, Geral de. A proteção da segurança e da saúde do trabalhador na evolução histórica da Justiça do Trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região**, Brasília, v. 25, n.1, 2021. Disponível em: https://revista.trt10.jus.br/index.php/revista10/article/view/453/393. Acesso em: 1 maio 2024. ISSN: 0104-7027.

SANTOS, Caroline Castro de Assis *et al*. Avaliação dos aspectos psicossociais do trabalho no Brasil no contexto da saúde do trabalhador: uma revisão de escopo. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, 2024; 49: e9. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbso/a/WqvMgZRcNgRxckh5JZSWwSx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 1 maio 2024. ISSN: 2317-6369. DOI: https://doi.org/10.1590/2317-6369/38122pt2024v49e9.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# SEXUALIDADE FEMININA PARA SIGMUND FREUD EM ARTICULAÇÃO COM A OBRA CINEMATOGRÁFICA POBRES CRIATURAS

Lara Cunha Maia[1]
Micaele Maia de Queiroz[2]
Olga Damasceno Nogueira de Sousa[3]

**RESUMO**

A obra cinematográfica "Pobres Criaturas", estrelada por Emma Stone em 2023, elabora uma crítica à repressão da expressão sexual que é vivenciada por mulheres na sociedade contemporânea. Compreendendo que um dos pilares que sustentam a Psicanálise como área de conhecimento é o conceito de sexualidade, o presente artigo tem como objetivo geral realizar uma articulação entre o filme e a teoria freudiana, aprofundando-se no conceito de sexualidade feminina. Como metodologia, utilizamos a análise fílmica e a revisão bibliográfica. Dessa forma, conclui-se que a teoria de Freud se faz presente na atualidade, tendo em vista que se relaciona perfeitamente com a crítica que o enredo do filme aborda.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicanálise; Análise fílmica; Teoria freudiana.

## INTRODUÇÃO

Na obra cinematográfica "Pobres Criaturas", estrelado por Emma Stone, o espectador é apresentado à jornada de Bella Baxter, uma mulher que volta à vida após se jogar de um penhasco enquanto estava grávida. Na tentativa de salvar mãe e bebê, o cientista Godwin Baxter realiza um procedimento cirúrgico onde substitui o cérebro da mãe pelo cérebro do bebê. Com o rápido desenvolvimento e adaptação do cérebro imaturo ao corpo adulto de Bella, o Dr. Godwin Baxter e seu assistente, Max McCandless, têm que lidar com comportamentos imprudentes e estereotipados de Bella. Desse modo, nas primeiras semanas de vida de Bella, o Dr. Godwin assume o papel de referência principal na vida de Bella, sendo ele o criador e

[1]FACULDADE VIDAL: larac.maia@outlook.com:
[2]FACULDADE VIDAL: micaelemaia.17@gmail.com:
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: olganogueiradesousa@gmail.com

cuidador, colocando, assim, limites às atitudes de Bella. Posteriormente, Bella foge da casa do seu criador e entra em contato com o mundo externo, conhecendo novos lugares e vivenciando novas experiências, desfrutando da liberdade que advém do corpo e, consequentemente, da sua sexualidade.

A Psicanálise nasce no ano de 1900, quando Sigmund Freud publica a primeira edição do livro "A interpretação dos sonhos", com o objetivo de retomar a ênfase em alguns problemas que apareciam em sua clínica ao realizar o tratamento de suas pacientes (Garcia-Roza, 2009, p. 61). Antes da Psicanálise surgir, Freud trabalhou com Josef Breuer, o auxiliando em sua clínica e observando de perto os casos clínicos que eram trabalhados por Breuer. Freud percebeu a importância da sexualidade para a constituição da histeria ao observar o caso clínico de uma jovem paciente de Breuer, conhecida como Anna O. O caso de Anna O. chama atenção por ser o primeiro registro do fenômeno da transferência e contratransferência na clínica, tendo em vista que ela se interessava por Breuer de forma romântica. Tal situação atrapalhava a relação terapêutica de forma significativa, se apresentando como resistência (Garcia-Roza, 2009, p. 39-41).

Com o desenvolvimento da Psicanálise, o conceito de sexualidade se torna um dos pilares que sustentam a teoria freudiana. Sendo assim, Freud compreende que existe uma diferença entre a sexualidade feminina e a masculina, tendo em vista as formas que o menino e a menina passam pelo Complexo de Édipo (Goldberg, 2021). Enquanto o menino possui a mãe como primeiro objeto sexual e continua sendo ela até que seja substituído por outro objeto essencialmente semelhante, análogo ou derivado dela; com a menina o Complexo de Édipo se caracteriza pela troca de objetos: nos primeiros anos, o objeto é a mãe, pois é ela quem possibilita o cuidado, alimentação e segurança. Posteriormente, a menina faz a troca de objetos como forma de construir e desenvolver sua feminilidade, então, ela passa a direcionar sua atenção ao pai, mantendo uma relação de ambivalência com sua mãe (Goldberg, 2021, p. 52).

Compreendendo que, em "Pobres Criaturas", o enredo elabora um discurso em torno do desenvolvimento da sexualidade da protagonista, através das situações que são vivenciadas por ela, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma articulação entre o filme com a teoria de Freud aprofundando-se no conceito de sexualidade feminina.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste presente artigo foi a análise fílmica, que consiste numa abordagem qualitativa, a partir de duas etapas importantes: a primeira, que consiste na descrição do filme; a segunda, que consiste em estabelecer uma compreensão acerca da obra,

evidenciando a relação entre os elementos com finalidade de elaborar uma interpretação (Penafria, 2009). Desse modo, foi possível estabelecer uma comunicação crítica entre o enredo da obra cinematográfica intitulada “Pobres Criaturas” com a teoria de Sigmund Freud acerca da sexualidade feminina, através da revisão bibliográfica.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

“Toda sexualidade é praticamente amoral”, diz o Dr. Godwin Baxter, cientista excêntrico responsável por reviver Bella Baxter, em uma conversa com seu assistente Max McCandless, um jovem estudante de medicina. Os dois estão sozinhos, discutindo sobre o rápido desenvolvimento de Bella, que é marcado pela predominância de comportamentos de cunho sexual, como a masturbação. Tal expressão destaca como as normas sociais frequentemente colocam uma ênfase desproporcional na sexualidade feminina, impondo padrões e expectativas específicas sobre como as mulheres devem se comportar sexualmente. Através da sátira surrealista, o filme expõe criticamente os julgamentos severos e a repressão da expressão sexual que são vivenciados pelas mulheres na sociedade contemporânea, enquanto os comportamentos sexuais masculinos muitas vezes são tolerados ou até mesmo incentivados.

A obra de Sigmund Freud, bem como sua prática clínica, colocam a sexualidade como um dos pilares que sustentam a Psicanálise enquanto área de conhecimento. Assim, no ano de 1931, Freud escreve o texto “Sobre a sexualidade feminina”, que busca investigar a constituição da sexualidade feminina, levando a compreender aspectos que permeiam a vida psíquica da mulher, como a feminilidade. Inicialmente, Freud atribui à fase pré-edípica importância para o desenvolvimento da menina, pois é a partir dela que se é construído espaço para todas as fixações e recalcamentos, aos quais se remetem a origem das neuroses (Freud, 1931/2018).

No contexto cinematográfico, tal fase pode ser percebida no primeiro ato, enquanto Bella começava a falar as primeiras palavras. Nesse período, o Dr. Godwin assume a postura de cuidador primário de Bella, fazendo o papel de mãe simbólica, pois é ele quem dispõe de afeto, cuidado e segurança, satisfazendo as necessidades básicas de Bella nos primeiros dias de vida. Em paralelo a isso, Freud (1931/2018) pontua que, durante a fase pré-edípica, a mãe é o primeiro objeto sexual da menina, sendo responsável por gerar identificação na relação entre mãe e filha. Essa identificação com a mãe na fase pré-edípica prepara a menina para adquirir qualidades essenciais que serão fundamentais para desempenhar seu papel nas funções sexuais e sociais mais tarde na vida.

Além disso, Freud (1931/2018, p. 225) compreende que a ligação com a mãe durante a fase pré-edípica é fundamental pois “sobre ela se construiu a ligação ao pai”, introduzindo a

menina ao fenômeno do Complexo de Édipo. Desse modo, a menina realiza a troca de objeto sexual, direcionando sua atenção ao pai, rivalizando com a mãe ao passo que se identifica com ela. Importante enfatizar que o Complexo de Édipo na menina é caracterizado por uma ferida narcísica, tendo como consequência a inveja do pênis que passa a ser mediada através da relação com o pai (Goldberg, 2021, p. 53).

Ao relacionar os eventos do filme com os conceitos freudianos, pode-se observar como as experiências de Bella durante seu desenvolvimento influenciam sua visão de mundo e sua relação com sua própria sexualidade. A troca de objetos de amor no Complexo de Édipo, exemplificada pela transição de Bella do cuidado de Dr. Godwin para a exploração de sua sexualidade com outros personagens que cumprem a função paterna, ilustra os estágios evolutivos delineados por Freud na formação da identidade feminina.

O momento de troca de objeto de desejo pela menina possui relação, inclusive, com a zona genital de interesse e com a bissexualidade que constitui o aparelho psíquico. No primeiro momento da vida sexual da mulher, o clitóris é a zona genital que é estimulada durante a masturbação de forma que a menina assume um papel masculino na relação com sua mãe. Já na segunda fase da vida sexual da mulher, a zona genital estimulada é a vagina, que corresponde à formação da feminilidade ao passo que o objeto de desejo passa a ser o pai. Nesse sentido, Freud pontua que isso causa impacto na forma que a mulher irá lidar com o complexo de castração, havendo três desenvolvimentos possíveis (Freud, 1931/2018, p. 224-226).

O primeiro desenvolvimento possível, segundo Freud (1931/2018), coloca que a mulher se revolta ao perceber sua castração e, consequentemente, se afasta de sua própria sexualidade. O segundo seria a possibilidade da mulher não reconhecer sua castração, apegando-se ao clitóris e à sua autoafirmação desafiadora. O terceiro desenvolvimento é considerado "normal configuração feminina final" (Freud, 1931/2018, p. 225), o qual toma o pai como objeto, assumindo a feminilidade. Analisando o contexto do filme, observa-se que Bella lida com o complexo de castração de forma desafiadora, não se comportando de forma passiva às tentativas de modelar sua sexualidade conforme uma sociedade polida.

O comportamento desafiador de Bella não a afasta da sexualidade, pelo contrário, a aproxima à medida que os outros personagens tentam impor limites de acordo com a polidez da sociedade. Assim, as castrações por um lado permitem que Bella se insira no convívio social, enquanto por outro a auxiliam a desenvolver sua autonomia que ganha força através de sua curiosidade questionadora. Bella assume, então, uma posição masculina nas suas relações interpessoais, sendo ela a figura que dita os parâmetros de seus relacionamentos, construindo uma sexualidade coerente com seu discurso que frisa seu corpo como principal fonte de prazer.

Apesar disso, Bella passa pela transição do clítoris para a vagina, ao passo que concebe ao Outro um papel de importância na sua atividade sexual como consequência que advém do Complexo de Édipo (Freud, 1933/2018).

Em relação ao Complexo de Édipo, enfatiza-se sua importância para a formação da feminilidade. Segundo Goldberg (2021, p. 54), o Complexo de Édipo vivenciado pela menina trata-se um trilhamento até a feminilidade, que é livre de "atribuições generalistas e deterministas próprias das etapas nos homens". Ou seja, enquanto o homem vivencia sua relação com o mundo de forma inflexível em detrimento à figura de autoridade do pai, a mulher estabelece uma relação de criatividade que é possibilitada por um superego menos rígido, característico da feminilidade (Goldberg, 2021).

Paralelamente ao enredo da obra cinematográfica, percebe-se que, através da feminilidade, as vivências de Bella são marcadas por criatividade na resolução de conflitos, bem como pela capacidade de se adaptar facilmente a contextos adversos, principalmente no que diz respeito à vida sexual, sendo exemplificado pelos relacionamentos que ela vivencia durante sua viagem pela Europa.

## CONCLUSÃO

Conclui-se, então, que a trajetória de Bella, tanto no filme quanto na análise dos conceitos freudianos, evidencia como a construção da identidade feminina é influenciada por uma série de fatores psicológicos, sociais e culturais. A partir da sátira surrealista apresentada no filme, é possível compreender criticamente como as normas sociais e as expectativas de gênero moldam as experiências individuais das mulheres em relação à sexualidade e ao desenvolvimento psicossexual. Ao explorar os estágios evolutivos delineados por Freud, como a fase pré-edípica e o Complexo de Édipo, juntamente com as vivências de Bella, podemos perceber como a formação da identidade sexual feminina é um processo complexo, repleto de desafios e possibilidades de resistência e autodeterminação.

A teoria de Freud mantém sua relevância na atualidade, demonstrando sua capacidade de fornecer uma estrutura conceitual para compreender questões intrincadas da psique humana, como a formação da identidade sexual e a dinâmica do Complexo de Édipo.

A jornada de Bella, protagonista do filme, reflete os desafios enfrentados pelas mulheres na contemporaneidade, diante de normas sociais que impõem padrões e expectativas específicas em relação à expressão sexual feminina. O filme "Pobres Criaturas" ressalta a persistência do machismo e da repressão da sexualidade feminina na sociedade contemporânea, sublinhando a necessidade contínua de abordar e combater tais questões.

**REFERÊNCIAS**

FREUD, S. (1933).. **A feminilidade.** In: FREUD, S. **Obras incompletas de Sigmund Freud: Amor, sexualidade, feminilidade.** (Maria Rita Salzano Moraes, trad., 1 ed., pp. 243-270). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. (Trabalho original publicado em 1933).

FREUD, S. (1931).. **Sobre a sexualidade feminina.** In: FREUD, S. **Obras incompletas de Sigmund Freud: Amor, sexualidade, feminilidade.** (Maria Rita Salzano Moraes, trad., 1 ed., pp. 220-242). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. (Trabalho original publicado em 1931).

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o inconsciente.** 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GOLDBERG, Leonardo. **Freud: uma introdução à clínica psicanalítica**. Lisboa: Grupo Almedina, 2021.

PENAFRIA, Manuela. **Análise de filmes: conceitos e metodologia(s)**. VI Congresso SOPCOM, Abril/2009. Disponível em: https://www.academia.edu/download/31545895/Analisedefilmesconceitosemetodologias.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL DOS TRANSTORNOS ALIMENTARES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DAS TÉCNICAS E INTERVENÇÕES

Ticiane Fernanda Diógenes Pinheiro[1]
Heloísa Barbara Cunha Moizés [2]

## RESUMO

Este estudo aborda a eficácia da terapia cognitivo-comportamental (TCC) no tratamento dos transtornos alimentares (TA), com foco na anorexia nervosa (AN) e na bulimia nervosa (BN). Os TA's são caracterizados por distúrbios persistentes na alimentação e no comportamento alimentar, afetando a saúde física e psicossocial. A TCC é reconhecida como o padrão-ouro de tratamento devido à sua abordagem centrada na reestruturação cognitiva e comportamental. A pesquisa realizada teve uma abordagem exploratória, utilizando revisão bibliográfica em bases de dados acadêmicas, como Scielo, Google Acadêmico e Pepsic. Os resultados destacam a importância da TCC na promoção da adesão ao tratamento multidisciplinar, melhora da imagem corporal, controle de episódios de compulsão alimentar e implementação de mudanças comportamentais e emocionais. A TCC baseia-se na premissa de que as crenças distorcidas dos pacientes desempenham um papel crucial na manutenção dos TA's. Portanto, as técnicas cognitivas utilizadas visam identificar e modificar essas crenças disfuncionais, promovendo uma mudança cognitiva duradoura. Em suma, este estudo destaca a importância da TCC como uma abordagem eficaz e abrangente no tratamento dos TA, oferecendo uma visão detalhada das técnicas utilizadas e sua relevância clínica na recuperação dos pacientes.

**PALAVRAS-CHAVE:** transtornos alimentares, psicoterapia, terapia cognitivo-comportamental

## INTRODUÇÃO

Os transtornos alimentares (TA) são caracterizados por uma perturbação persistente na alimentação ou no comportamento relacionado à alimentação que resulta no consumo ou na absorção alterada de alimentos, que compromete significativamente a saúde física ou o funcionamento psicossocial (DSM 5 TR, 2022). Além dessas alterações no comportamento

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: psicologia.ticianepinheiro@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: heloisabarbara96@gmail.com

alimentar, outras manifestações são percebidas nesses indivíduos, tais como distúrbios da imagem corporal e problemas com autoestima (HILUY, 2019).

Destaca-se entre esses transtornos, a anorexia nervosa (AN) caracterizada por um baixo peso corporal, restrição alimentar, medo de engordar, supervalorização do peso e/ou forma e distúrbio da imagem corporal. Por outro lado, a bulimia nervosa (BN) se caracteriza pela presença de episódios recorrentes de compulsão alimentar, seguidos por comportamentos compensatórios inadequados para evitar ganho de peso e uma autoavaliação indevidamente influenciada pela forma do corpo ou peso (DUCHESNE; CAMPOS; PEREIRA, 2019)

Dessa maneira, o papel da psicoterapia no tratamento dos TA é implementar técnicas que promovam adesão ao tratamento realizado pela equipe multidisciplinar, promover a melhora do distúrbio de imagem corporal, ensinar o controle dos episódios de compulsão alimentar e dos métodos compensatórios. Outros objetivos importantes da psicoterapia são: aumentar a autoestima do paciente, melhorar suas relações interpessoais, ensiná-lo a lidar de modo funcional com emoções intensas e alterar o sistema de crenças adjuntas ao desenvolvimento e manutenção dos quadros clínicos (DUCHESNE; CAMPOS; PEREIRA, 2019)

Nesse sentido, a terapia cognitivo-comportamental (TCC) é considerada o padrão-ouro para o tratamento dos TA, em decorrência da quantidade de estudos controlados que consubstanciam as evidências dos bons resultados obtidos com esse modelo de psicoterapia (DUCHESNE; CAMPOS; PEREIRA, 2019). À vista disso, o objetivo deste estudo é descrever as principais técnicas cognitivas e comportamentais utilizadas no tratamento dos transtornos alimentares.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa foi de cunho exploratório com o intuito de aprofundar a compreensão acerca dos transtornos alimentares na perspectiva da TCC. Para isso, foram realizadas buscas nas bases de dados bibliográficas, como por exemplo *Scielo*, *Google* Acadêmico, *Pepsic*, entre outros. Nesse interim, para realização deste trabalho, foram considerados artigos acadêmicos que possibilitaram um apoio no processo de construção do conhecimento acerca da temática.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das buscas realizadas na literatura, observa-se que uma meta importante do tratamento para os transtornos alimentares é reestruturar o sistema de funcionamento cognitivo associado ao TA. O primeiro passo no tratamento é a elaborar da “conceitualização” do paciente, que consiste em uma análise dos fatores que levaram ao desenvolvimento e manutenção do TA, correlacionando os sintomas associados à alimentação com os demais problemas. Após o desenvolvimento da conceitualização, o tratamento ocorre de forma individualizada (DUCHESNE; CAMPOS; PEREIRA, 2019)

A presença de transtornos alimentares, como anorexia nervosa e bulimia nervosa, está associada a distorções cognitivas relacionadas à alimentação e ao peso corporal, podendo impactar não apenas a saúde física, mas também a saúde mental e social dos indivíduos (AIDAR *et al*., 2020). Nessa direção, a TCC presume que os sistemas de crenças de um indivíduo exerce importante papel no desenvolvimento de seus sentimentos e comportamentos. Desta forma, as pacientes com TA apresentam crenças distorcidas e disfuncionais acerca de peso, formato corporal, alimentação e valor pessoal, que são significativas para a manutenção dos TA’s (DUCHESNE; ALMEIDA, 2002)

Nessa lógica, uma das crenças distorcidas centrais para os TA’s é a que equaciona valor pessoal ao peso e formato corporal, ignorando ou não valorizando outros parâmetros. Para pacientes com TA a magreza estaria associada à competência, superioridade e sucesso, tornando-se assim intrinsecamente associada à autoestima (DUCHESNE; ALMEIDA, 2002). Para transformar o sistema de crenças a TCC utiliza várias técnicas. Uma delas consiste em ensinar a paciente a identificar pensamentos que possam conter alguma distorção. Em seguida, estimula-se a analisar de todas as evidências disponíveis que possam confirmar ou refutar o pensamento distorcido, tornando-o mais funcional (DUCHESNE; ALMEIDA, 2002).

A TCC considera a abordagem do distúrbio de imagem corporal fundamental para o tratamento da anorexia nervosa. O conceito de "imagem corporal" envolve três componentes: a precisão da percepção do tamanho corporal; o grau de ansiedade associada a aparência e o comportamento de evitação de exposição corporal (DUCHESNE; ALMEIDA, 2002). Para tratar a distorção da imagem corporal, o primeiro passo é demonstrar para a paciente que ela se percebe de forma distorcida. Para esse fim, podem ser utilizados desenhos do formato corporal da paciente, em um quadro grande fixado na parede, a paciente desenha o modo como percebe o próprio corpo, enquanto se olha em um espelho. Em seguida, no mesmo quadro, o terapeuta desenha o contorno da silhueta da paciente, para que ela possa verificar o tamanho real do seu

corpo, além da discrepância entre o modo como se percebe e o tamanho efetivo (DUCHESNE; CAMPOS; PEREIRA, 2019).

Além disso, os pacientes com TA's apresentam uma relação com o comer completamente oposta ao comer intuitivo, pois não atendem a suas necessidades físicas, não respeitam os sinais de fome e/ou saciedade e não se permitem comer de acordo com sua vontade, mas sim seguindo um conjunto de regras e crenças (ALVARENGA, et al, 2018). O uso do diário alimentar como uma ferramenta da TCC é importante para detectar aspectos particulares da alimentação e permitir que o profissional nutricionista e o paciente relacionem escolhas alimentares a aspectos emocionais, pensamentos e crenças sobre alimentação e corpo, além de auxiliar na prevenção de recaídas e solução de problemas (ALVARENGA, et al, 2018)

No que diz respeito ao papel da família no tratamento, a participação desta pode ajudar a criar uma estrutura de colaboração em que os pais/cônjuges tornem o meio facilitador de mudanças. Desse modo, discutir a função que a enfermidade desempenha no sistema familiar colabora para as mudanças no padrão de interação dos membros. Tanto na anorexia nervosa quanto na bulimia nervosa, o objetivo terapêutico é de aumentar a capacidade de comunicação entre os membros, corrigir suas percepções distorcidas, melhorar as estratégias de solução de conflitos (o ensaio comportamental pode ajudar) e fazê-los estabelecer juntos novos limites com a aceitação das diferenças individuais e busca da autonomia (OLIVEIRA; DEIRO, 2013).

## CONCLUSÃO

Observou-se que a abordagem cognitivo-comportamental é frequentemente utilizada na intervenção em transtornos alimentares, pois atua na reestruturação cognitiva de pacientes que possuem uma visão distorcida de seus corpos e não aceitam sua forma física, desenvolvendo ao longo da vida várias crenças disfuncionais. Esta abordagem emprega técnicas eficazes no tratamento, porém, é igualmente importante estabelecer um bom vínculo terapêutico, a disciplina do paciente e o apoio da família para o sucesso do tratamento. É importante ressaltar que uma das vantagens da Terapia Cognitivo-Comportamental é a rápida resposta ao tratamento, o que facilita o processo terapêutico (OLIVEIRA; DEIRO, 2013).

## REFERÊNCIAS


AIDAR, M. et al. Fatores associados à suscetibilidade para o desenvolvimento de transtornos alimentares em estudantes internos de um curso de medicina. **Revista Brasileira De Educação Médica**, v. 44, n. 3, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.3-20190147. Acesso em: 10 mai. 2024.

ALVARENGA, Marle dos Santos et al. **Nutrição comportamental**. Tradução . São Paulo: Atheneu, 2017

CRIPPA, José Alexandre de Souza (coord.). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM -5 -TR**. 5, texto revisado.

CORONADO, A. L. C.; BRENES, A. L. R. (2013). Prevalencia de manifestaciones del trastorno por atracón en adultos con sobrepeso y obesidad, Costa Rica. **Revista Costarricense de Salud Pública,** v.22. n.1, p. 20-26. Disponível em http://www.scielo.sa.cr/pdf/rcsp/v22n1/art05v22n1.pdf. Acesso em: 08 maio 2024.

DUCHESNE, M.; ALMEIDA, P. E. DE M.. Terapia cognitivo-comportamental dos transtornos alimentares. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 24, p. 49–53, dez. 2002. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452013000100004. Acesso em: 08 maio 2024.

DUCHESNE, M.; CAMPOS, M. C.; PEREIRA, M. C. B; Intervenções psicológicas no tratamento dos transtornos alimentares. **Revista Debates in psychiatry** - Jul/Set 2019. Disponível em: https://revistardp.org.br/revista/article/view/52. Acesso em: 10 maio 2024.

HILUY, JOAO C.; NUNES, FERNANDA TROMBINI; PEDROSA, MARIA AMALIA ACCARI; APPOLINARIO, JOSE C. Os transtornos alimentares nos sistemas classificatórios atuais: DSM-5 e CID-11. **Revista Debates in psychiatry** - Jul/Set 2019. Disponível em: https://revistardp.org.br/revista/article/download/49/36/72. Acesso em: 07 maio 2024.

OLIVEIRA, L. L.; DEIRO, C. P. Terapia cognitivo-comportamental para transtornos alimentares: a visão de psicoterapeutas sobre o tratamento. **Revista Brasileira Terapia Comportamental Cognitivo.**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 36-49, abr. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452013000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 maio 2024.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# **TRABALHO REMOTO:** REGULAMENTAÇÃO E TENDÊNCIAS PÓS-PANDEMIA

Carlos Luan Lima Maciel[1]
Evelyn Heler de Sousa Oliveira [2]
Flávia Brandão da Costa[3]
Laysa Moreira Lima [4]
Kelvia Samara Lima Baltazar [5]

**RESUMO**

O teletrabalho ou trabalho remoto remete a uma inovação recente proporcionada pelos avanços tecnológicos dos meios de informação e comunicação. Essa modalidade de trabalho é realizada fora do ambiente de trabalho tradicional, ou seja, em centros especializados ou mesmo na própria residência do trabalhador. Esse modelo trabalhista teve ênfase mundialmente no período pandêmico do covid-19 onde empresas tiveram que se adaptar a um modelo de trabalho não presencial devido as circunstâncias do momento. No entanto, o teletrabalho mesmo após a pandemia permaneceu em muitas empresas devido aos seus fatores positivos para ambos os colaboradores. Logo, o presente trabalho tem como base pesquisas em artigos científicos e como principal objetivo, analisar as tendências pós-pandemia e a regulamentação do trabalho remoto, identificando seus principais benefícios e desafios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teletrabalho. Pós-pandemia. Regulamentação jurídica do teletrabalho.

## INTRODUÇÃO

Este estudo possui por tema a análise do trabalho remoto e seus avanços. O trabalho remoto, impulsionado pela pandemia de COVID-19, transformou rapidamente a dinâmica

[1]FACULDADE VIDAL: especialista em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho; Bacharel em Direito pela URFESA e presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB Vale do Jaguaribe. E-mail: carlosluanmaciel@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: graduando em direito na Faculdade Vidal; E-mail: Técnica em Enfermagem pela EEEP Professor Walquer Cavalcante Maia; Cuidadora da Educação Especial na Escola Padre Marcondes. E-mail: evelynsouza461@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: graduanda em direito na Faculdade Vidal; E-mail: Auxiliar de Veterinária Instituição de Ensino Peter Pan de Limoeiro do Norte. E-mail: costa01flavia@hotmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: graduanda em direito na Faculdade Vidal; E-mail: Técnica em Enfermagem pela EEEP Professor Walquer Cavalcante Maia. E-mail: laysalima0107@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: graduanda em direito na Faculdade Vidal; E-mail: Graduanda em Direito na Faculdade Vidal; Graduada em Biologia pela Universidade Vale do Acaraú; Pós Graduada em Educação Global, Construção da Cidadania e Inteligências humanas, pela Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional. Professora de Ciências na Escola Nicolau Rodrigues Lima. E-mail: kelviasl@hotmail.com

laboral em todo o mundo. Com essa mudança, a emergência da necessidade de regulamentação visa assegurar os direitos e estabelecer orientações precisas tanto para empregadores quanto para empregados. A regulamentação do trabalho remoto aborda questões como jornada de trabalho, segurança no trabalho, proteção de dados, e equilíbrio entre vida pessoal e profissional. a partir da vigência da reforma trabalhista, promulgada pela lei nº 13.467/2017, passou-se a permitir a adoção do teletrabalho no Brasil, que nada mais é do que o conhecido home office ou trabalho remoto.

Acerca de um conceito de teletrabalho, Teixeira (1996, p. 1310), na metade da década de 90, destaca que:

> No novo modelo de relação de emprego, a prestação pessoal continua exigida, mas de forma menos rígida. Admite-se a substituição eventual do empregado, notadamente na nova modalidade de emprego a domicílio, como o já citado teletrabalho no home Office, quando o empregado presta serviços na sua própria casa, interligado com a empresa por via de computador ou simples telefone.

A ideia de que o avanço tecnológico tem um impacto direto nas relações de trabalho é amplamente aceita, evidenciada pela integração de meios tecnológicos e telemáticos através de mudanças legislativas significativas. As regulamentações variam de empresa para empresa, refletindo diferentes realidades socioeconômicas e culturais, O teletrabalho transcende as barreiras de raça, sexo, deficiência física ou localização geográfica do trabalhador, superando desafios comuns encontrados no mercado de trabalho tradicional. O Teletrabalho é o responsável por manter, disponibilizar e assegurar que um colaborador possa estar disponível a qualquer tempo e em qualquer lugar (Santos; Lambarine; Moreira; 2014). Essa modalidade pode ser exercida tanto no campo quanto na cidade, servindo como um meio de integração para trabalhadores que estão fora dos grandes centros urbanos. A simples divulgação das tecnologias da informação em áreas ainda não alcançadas por essa infraestrutura pode promover essa inclusão

A pretensão desta pesquisa, presente no seu conteúdo, é indicar a necessidade de debate sobre o tema e observar até que ponto há conforto, eficiência e produtividade para as partes, trabalhador e empregador. Ademais, o objetivo pretendido é pesquisar a matéria, e seus elementos, tendo por parâmetro o instituto do teletrabalho e Tendências pós-pandemia e indicadores, o trabalho remoto veio para ficar, ainda que em um modelo híbrido, combinando dias presenciais e remotos. Empresas estão reavaliando suas políticas e investindo em tecnologia para facilitar a transição para esse novo modelo de trabalho. Além disso, há uma

maior ênfase na flexibilidade e na adoção de medidas para promover o bem-estar dos colaboradores.

## METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em uma revisão bibliográfica de natureza descritiva, buscando analisar a literatura sob diferentes óticas que analisam o avanço do trabalho remoto, tendo em vista a sua regulamentação e tendências pós-pandemia tema este explorado neste trabalho. Toda a análise realizada a partir da nossa presente Consolidação das leis trabalhistas foi executada durante o desenvolvimento do estudo, por revisões bibliográficas que englobam sites e livros para a construção da pesquisa. As fontes utilizadas neste trabalho são fontes secundárias e encontradas com a ajuda de repositórios de conteúdos acadêmicos e científicos que versam sobre o objeto deste estudo (Marconi; Lakatos, 2003).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pandemia da Covid-19 e o seu enfrentamento levou à necessidade do distanciamento social como única forma de evitar o contágio. Empresas, escolas, universidades e outras instituições que puderam adotar o trabalho remoto passaram a fazê-lo. Nesse contexto, diversas dificuldades foram enfrentadas pelos trabalhadores devido à necessidade de terem de se adaptar ao trabalho emergencial remoto (Bridi, 2020).

Acerca dessa necessidade, a regulamentação desta modalidade tem por base o *caput* do artigo 6º da Consolidação das Leis do Trabalho no qual categoriza três tipos de trabalho em relação ao seu local de execução com a finalidade de abranger todas as formas de trabalho quando há a presença dos pressupostos da relação de emprego sob a proteção do Direito do Trabalho, proporcionando-lhes igualdade jurídica.

Dessa maneira, o teletrabalho emerge como uma alternativa para enfrentar uma série de desafios contemporâneos, incluindo a distância entre áreas rurais e grandes centros urbanos, bem como os congestionamentos urbanos, especialmente nas capitais estaduais. Logo, o trabalho remoto possui suas vantagens como o potencial de criar empregos altamente especializados, assim como oportunidades que demandam menos especialização, abrangendo uma ampla gama de trabalhadores, incluindo aqueles atualmente excluídos do mercado de trabalhos.

No entanto, há críticas contundentes em relação a essa forma de trabalho remoto, tendo em vista a demanda de alguns empregadores que apoiam movimentos referentes ao retorno às empresas. Logo, muito empregadores alegam que a produtividade e a identidade corporativa

devem ser alcançadas assiduamente pelos colaboradores da empresa de forma física e constate. Contudo, segundo Daisley por trás desse anseio de produtividade os empregadores na realidade sentem falta de estar no controle, logo estão tentando se reafirmar. Destarte, o professor Jay Sterling Silver, professor da Faculdade de Direito da Universidade St. Thomas, em Miami, que escreveu sobre políticas de frequência no ensino superior, concorda e relata que, "embora seja verdade que o trabalho em equipe presencial pode estimular a criatividade e criar um entrosamento, vincular o desempenho dos trabalhadores à presença no escritório revela o desejo dos empregadores de manter o controle".

Á vista disso, embora vislumbre alguns pontos positivos aos trabalhadores Antunes, adverte para o fato de ser profundamente desigual a relação entre capital e trabalho, de modo que a relação entre o que se perde e o que se ganha tende a acompanhar tal desigualdade. Assim, a equação entre vantagens e desvantagens do teletrabalho deve ser medida por lentes atentas às desigualdades estruturais dessa relação. Ademais, precisa considerar os experimentos do capital no período pandêmico, sobretudo, no tocante à transferência do ônus da crise à classe trabalhadora, potencializando mecanismos de exploração do trabalho (Antunes, 2020: 20).

## CONCLUSÃO

A partir do que foi exposto, essa modalidade de caráter recente desdobra muitas vantagens no meio trabalhista, entre elas a flexibilidade de horário, conforto e maior produtividade, pois permite que o teletrabalhador defina seus próprios horários, escolhendo assim o melhor ambiente em que ele se sinta mais concentrado. Além disso, a exclusão ou diminuição do deslocamento do trabalhador resulta em uma total economia de tempo e dinheiro, evitando que haja atrasos e estresses anteriores ao trabalho.

No entanto, o trabalho remoto também possui suas desvantagens como a falta de equipamentos e restrições no acesso de determinados recursos que estariam disponíveis no ambiente de trabalho ou até mesmo a limitação na comunicação e interação com os colegas e superiores.

Portanto, apesar do enraizamento da cultura presencial dos trabalhos, a modalidade apresentada demonstra ser eficaz e promover produtividade, além de incluir e favorecer a diversidade. No entanto, é possível concluir que para que de fato o teletrabalho seja implementado corretamente é necessário que assim como as outras modalidades laborais ele seja revisado e regulamento, proporcionando tanto aos empregados como aos empregadores total respaldo jurídico.

## REFERÊNCIAS


ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: **o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

**As razões pelas quais empresas têm forçado retorno ao trabalho presencial.** (2023, setembro 18). G1. https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/09/18/as-razoes-pelas-quais-empresas-tem-forcado-retorno-ao-trabalho-presencial.ghtml

BORGES, Fernanda. (2009, p.20) **A Regulamentação Jurídica Do Teletrabalho**.

BRAGA, M. (2022, junho 6). **Trabalho remoto pós-pandemia: mudanças e desafios**. Blog de recrutamento e seleção da Reachr. https://blog.reachr.com.br/trabalho-remoto-pos-pandemia/

BRIDI, Maria Aparecida; BOHLER, Fernanda., ZANONI, Alexandre. **Relatório técnico-científico da pesquisa (parte 1): o trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia Covid-19**, [recurso eletrônico]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade, 2020.

**CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO**. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm

SANTOS, E.R.P.; LAMBARINE, P.P.A; MOREIRA, Jonathan Rosa. Teletrabalho: o futuro presente nas empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação. **Negócios em projeção,** v. 5,n. 2, p. 35-49, 2014.

TEIXEIRA, Sergio Torres. O novo modelo de relação de emprego – repercussões das inovações tecnológicas sobre os elementos estruturais do vínculo empregatício. In: **Revista LTR**, n. 10, v. 60, p. 1310, out. 1996.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: **capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação.** In: BRUNO, Fernanda et al. (Orgs.). Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA:** O DESEMPENHO DO ENFERMEIRO E SUA IMPORTÂNCIA FRENTE A INTERVENÇÃO PRECOCE

Luana Mariano[1]
Talita Bessa Reis[2]
Vanessa Pinheiro Barreto[3]

## RESUMO

**Introdução:** O Transtorno do Espectro Autista (TEA), é um transtorno neurológico caracterizado por dificuldade de comunicação e interações sociais, os sinais do TEA podem ser perceptíveis entre os primeiros seis aos 24 meses de vida e, com isso, torna-se um importante desafio para os profissionais da saúde, principalmente a enfermagem. **Objetivo:** analisar o desempenho do enfermeiro frente a intervenção precoce no diagnóstico de TEA. **Método:** trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura. A coleta de dados foi realizada através da Biblioteca Virtual em Saúde, com a finalidade de obter estudos que respondessem à questão norteadora. **Resultados:** Diante dos estudos analisados, é importante pontuar a falta de conhecimento adequado da enfermagem diante do diagnóstico de TEA. É importante que o enfermeiro esteja envolvido em todo o processo do diagnóstico e intervenção, visto que são acessos a outros serviços de saúde. **Conclusão**: conclui-se que o conhecimento da enfermagem voltado ao TEA é insuficiente, pois os estudos evidenciaram que é visível a inaptidão e o receio do profissional enfermeiro estar na assistência a crianças atípicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transtorno do Espectro Autista; Diagnóstico; Intervenção; Enfermagem.

## INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), de acordo com a Associação Americana de Psiquiatra (APA), é um distúrbio de desenvolvimento neurológico caracterizado por dificuldade na comunicação e interação social e pela presença de comportamentos e/ ou interesses repetitivos e restritos, e tem início nos primeiros anos de vida. É compreendido como uma síndrome comportamental complexa, que possui etiologias múltiplas, fatores maternos, genéticos, complicações no parto, período neonatal e riscos ambientais (Cruz *et al*., 2022).

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail: luanamaryna2016@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: bessatalita13@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: vanessabarreto10@gmail.com

É possível identificar os sinais de TEA em crianças com idades entre 18 e 24 meses ou mesmo mais novas, entre 6 e 12 meses. Alguns dos comportamentos que pressupõem o diagnóstico de TEA, nesta faixa etária, são: pouco interesse por outras pessoas; ausência ou falha no contato ocular; presença de comportamentos repetitivos; desorientação quando chamada pelo nome; falha em seguir, apontar ou mostrar objetos e déficits nos processos sensoriais (SOTER *et al*., 2021). Dessa forma, o diagnóstico do TEA é essencialmente clínico, feito a partir de observações da criança, entrevistas com os pais e aplicações de terapias ocupacionais (SOELTL *et al*., 2021).

Entretanto, o acompanhamento especializado, dentre eles o de enfermagem, configura-se como alternativa viável para prever as necessidades básicas e para minimizar os impactos da doença. Esse acompanhamento, expressa a necessidade da formação de uma rede de apoio e suporte social, bem como de intervenções favoráveis à promoção do autocuidado, redução do estresse e manutenção do bem-estar (MAGALHÃES *et al*., 2022).

Diante do aumento do número de casos do TEA, é imprescindível que os profissionais de saúde tenham uma base de conhecimento adequada para poder ofertar os devidos cuidados a indivíduos com esse transtorno. Entretanto, estudo realizado evidencia que os profissionais da saúde possuem um conhecimento inconsistente, apresentando diversos equívocos e opiniões desatualizadas acerca das características de desenvolvimento, cognitivas, sociais e emocionais do TEA. Contudo, é importante que o enfermeiro e a equipe de enfermagem estejam envolvidos em todo o processo de diagnóstico e intervenções junto à criança com TEA, uma vez que são profissionais responsáveis pelo cuidado integral ao paciente (MAGALHÃES *et al*., 2022).

O estudo teve como objetivo analisar o desempenho do enfermeiro frente a intervenção precoce no diagnóstico de TEA.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura. O estudo tem como questão de pesquisa: Qual a importância e desempenho do enfermeiro frente a intervenção precoce em pacientes com TEA? Neste contexto, os artigos foram lidos e selecionados criteriosamente de acordo com o seguinte método de trabalho: A identificação de Descritores foi feita através de pesquisa por palavras-chave no site DeCS – Descritores em Ciências da Saúde. Os descritores utilizados na busca avançada foram: “autismo”, “enfermagem”, “diagnóstico” e “reconhecimento precoce”, todos seguidos do operador booleano “AND”.

A busca das publicações foi realizada no sítio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), no período de março e abril de 2023. Como critérios de inclusão: Artigos que respondessem à

questão de pesquisa, artigos online disponíveis na íntegra, no idioma português, inglês e espanhol, publicados no período de 2018 a 2023. Critérios de exclusão: artigos que que não respondessem à questão de pesquisa, editoriais e cartas ao editor. Para coletar as informações, utilizou-se um instrumento previamente elaborado, adaptado de Ursi (2005), de maneira a ressaltar algumas dimensões: título e resultados.

Devido o estudo se tratar de uma revisão bibliográfica, não foi necessário ser submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao final da amostra foram incluídos quatro artigos nesta revisão bibliográfica. Os estudos selecionados obtiveram as seguintes informações:

Quadro 1: Títulos dos artigos incluídos na amostra e principais resultados encontrados. Limoeiro do Norte-CE, 2023.

| | |
|---|---|
| Percepção dos acadêmicos de enfermagem sobre o autismo. | A maioria dos acadêmicos não conheciam a faixa etária mais provável para identificar os primeiros sinais de autismo, mas conseguiram identificar os sintomas nucleares do Transtorno do Espectro Autista. |
| Diagnóstico e intervenções de enfermagem em crianças com Transtorno do Espectro Autista: Perspectiva para o autocuidado. | Isolamento social, falta de motivação e dependência para execução de atividades constituíram os principais problemas levantados. As afirmativas diagnósticas que possibilitaram a estruturação de 27 intervenções de enfermagem, compreenderam o déficit no autocuidado para alimentação, banho e higiene intima. |
| TEA – Transtorno do Espectro Autista ou Autismo: causas e tratamentos. | De acordo com dados da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), uma em cada 160 crianças são diagnosticas com TEA. O aumento de número de casos pode ser explicado pelo aprimoramento do diagnóstico. A elevação do índice de crianças diagnosticas com autismo não tem relação com um suposto fator responsável por causar esse transtorno do neurodesenvolvimento, como muitos costumam pensar. |
| Indicadores para triagem do transtorno do espectro autista e sua aplicabilidade na consulta de puericultura: conhecimento das enfermeiras | Foram construídos em três categorias, sendo uma delas “Conceituando o TEA, descrevendo a importância da triagem precoce e vivenciando a assistência às crianças com TEA” |

Fonte: Autoria Própria, 2023.

É necessário, então, que o profissional entenda sobre os transtornos do processamento sensorial, disfunções que afetam a criança e comprometem sua qualidade de vida. Alguns exemplos comuns são o fascínio visual por luzes ou objetos que rodam, resposta adversa a sons ou texturas específicas, cheiros ou toques excessivos e aparente indiferença à dor, calor ou frio. Entende-se que os profissionais não são capazes de reconhecer as principais disfunções sensoriais relacionadas ao TEA. Todavia, esse reconhecimento é necessário, uma vez que é um diferencial para o diagnóstico dessas crianças. (SOELTL *et al*., 2020)

Práticas Terapêuticas e estimuladoras a serem desenvolvidas com essas crianças, assumindo ainda papel primordial na orientação dos pais sobe as diversas formas de estipular seus filhos, o profissional de Enfermagem precisa ter conhecimento necessário para detectar sinais de atrasos no desenvolvimento infantil e prestar uma assistência adequada a pessoas portadoras do TEA e seus familiares (MAGALHÃES *et al*., 2022).

É relevante pontuar que os profissionais de saúde identifiquem precocemente os sinais iniciais do TEA, possibilitando o encaminhamento prévio para o diagnóstico precoce e, consequentemente, para início de terapias e educação especializada, o que pode favorecer melhores condições para o desenvolvimento e futuro da criança, sendo primordial o estimulo das capacidades nos três primeiros anos de vida devido à plasticidade de estruturas anátomo-neurofisiológicas do cérebro (SOTER *et al*., 2021).

A assistência da enfermagem durante a consulta de puericultura e o olhar atento a possíveis riscos ou alterações no desenvolvimento infantil, sendo descrito nas “Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)”, como: movimentos motores estereotipados, sensibilidade exagerada a determinados sons, tendência a rotinas ritualizadas e rígidas, dificuldade importante na modificação da alimentação, deixar de falar, expressividade emocional menos frequente e mais limitada, dificuldade de se aninhar no colo dos cuidadores e a dificuldade de encontrar formas de expressar as diferentes preferências e vontade. Essa diretriz reforça a importância de determinar esses indicadores comportamentais do TEA, para consulta de puericultura, e ter a família como um facilitador e um parceiro em todas as etapas do acompanhamento do desenvolvimento infantil (SOTER *et al*., 2021)

## CONCLUSÃO

O preparo da equipe de enfermagem, em especial a que atua na atenção básica, necessita de aprimoramento, uma vez que é nesse nível de atenção que muitos casos de TEA são detectados. Na atenção básica, o enfermeiro acompanha o crescimento e desenvolvimento da

criança, registrando o que é rotina e redirecionando para outros profissionais quando necessita de uma maior complexidade, exercendo um papel fundamental no diagnóstico precoce dessa criança. Entretanto, isso nem sempre é uma realidade nos serviços de saúde e os casos de TEA são negligenciados devido ao despreparo dos profissionais que, geralmente, deixam passar despercebidos ou confundem o caso com uma criança tímida.

Diante do contexto apresentado, conclui-se que o conhecimento dos profissionais de enfermagem em relação ao Transtorno do Espectro Autista é ainda considerado escasso. Isto justifica-se pelo fato de o tema ser novo no campo científico, então, desde a sua formação profissional, não há uma abordagem sobre este tema, fazendo-se necessária a estimulação e produção de novos estudos acerca do TEA por parte de profissionais enfermeiros, devido à sua relevância no cenário de saúde atual.

## REFERÊNCIAS


CAMELO, Isabella Martins *et al*. **Percepção dos acadêmicos de enfermagem sobre autismo**. Enferm foco, Fortaleza, v. 12, n. n6.4890, p. 1-7, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.21675/2357-707X.2021.v12.n6.4890.

CORREA PITZ, Isabela Soter *et al*. **Indicadores para triagem do transtorno do espectro autista e sua aplicabilidade na consulta de puericultura**. Enferm foco, Brasil, ano 2021, v. 24, n.2, 5 nov.Artigos originais, p. 1-14. Disponível:https://doi.org/10.34019/1809-8363.2021.v24.32438.

MAGALHAES, Juliana Macêdo *et al*. **Diagnósticos e intervenções de enfermagem em crianças com transtorno do espectro autista: perspectiva para o autocuidado**. Rev. baiana enferm., Salvador, v.36, e44858, 2022. Disponível em http://www.revenf.bvs.br/pdf/rbaen/v36/2178-8650-rbaen-36-e44858.pdf.

SOELTL, *et al*. **O conhecimento da equipe de enfermagem acerca dos transtornos autísticos em crianças à luz da teoria do cuidado humano.** ABCS Health Sci. Ano 2021 , pág 1-7 . Disponível em: https://fi-admin.bvsalud.org/document/view/y5c6n.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# TRATAMENTO DE PARKINSON ATRAVÉS DE TECNOLOGIAS, UMA REVISÃO DE LITERATURA

Ana Clara Chaves Maia[1]
Francisca Inaiara de Oliveira[2]
Francisco Thiago de Oliveira Silva[3]
Otaciana de Oliveira Régis[4]
Larissa de Deus Rodrigues[5]

## RESUMO

A patologia conhecida mundialmente como mal de Parkinson pode ser dita como uma doença neurodegerenativa, onde a deterioração acomete um local do mesencéfalo denominado de substância negra, que é exposta no neuroeixo. Paralelamente, é vista, dentre o ranking das doenças mais habituais na população provecta, se faz presente em segundo lugar, é tida em uma condição permanente e gradual, por conta à redução do neurotransmissor responsável por levar informações do cérebro para as várias partes do corpo, que é a dopamina. O objetivo desta revisão de literatura foi responder a seguinte "Quais os melhores tratamentos para Parkinson que se utilizam das tecnologias atuais?". Sendo uma revisão de literatura realizada nas bases de dados Pubmed e Scielo. Foram incluídas artigos publicados de 2019 a 2024, nos idiomas português, inglês e espanhol. As categorias do tratamento para Parkinson abordadas trazem diversidade tecnológica, oportunizando melhoras nos sintomas da doença, estimulam habilidade motoras, cognitivas, concentração e sentidos acometidos. Foi visto, que a atividade motora mesmo sendo a mais influenciada na perda progressiva da DP, é onde no tratamento são vistos os melhores resultados diante das diversas abordagens explanadas. Os artigos utilizados nesse estudo trazem atividades voltadas a tecnologia que contemplam os diversos aspectos que a enfermidade acomete, onde através delas continuaram sendo gerados bons resultados futuros para a vida do paciente, além de ser deixado claro a importância de novos estudos voltado a problemática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Parkinson; Tecnologia; Tratamento.

## INTRODUÇÃO

A patologia conhecida mundialmente como mal de Parkinson pode ser dita como uma doença neurodegerenativa, onde a deterioração acomete um local do mesencéfalo denominada

[1]FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. ana.c.c.maia30@gmail.com
[2]FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. inaiaraoliveira01@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. thi-thth@hotmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: Acadêmico do Curso de Graduação em Fisioterapia. otaciana.regis.2015@hotmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: Graduada em Fisioterapia. larissadeus@alu.uern.br

de substância negra, que é exposta no neuroeixo (HAYES, 2019) Paralelamente, é vista, dentre o ranking das doenças mais habituais na população provecta, é tida em uma condição permanente e gradual, por conta à redução do neurotransmissor responsável por levar informações do cérebro para as várias partes do corpo, que é a dopamina (CHOU, 2020).

Em tempos atuais, a DP é apontada como a segunda enfermidade degenerativa, crônica e gradual do Sistema Nervoso Central, estando atrás apenas do Alzheimer. A Doença de Parkinson foi descoberta há aproximadamente dois séculos, pelo cirurgião inglês James Parkinson (1817), que ficou mundialmente conhecido por seu livro *"An Essay on the Shaking Palsy"*, nele foi retratado um relato clínico de um estado incapacitante que acarretava comprometimento motor, foi de início decretada como uma síndrome neurológica, entretanto, a história indica que textos passados indianos e informações de origens chinesas também caracterizavam patologias semelhantes ao Parkinson (DE ANDRADE, Igor Lopes Ferraz et al., 2023).

Sendo assim, é tido como extrema busca, desde os tempos arcaicos através apenas da medicina, e de tempos mais recentes por meio da fisioterapia, protocolos, práticas, métodos e terapêuticas que visem a melhoria da qualidade de vida de um paciente que seja portador da Doença de Parkinson já que o enfermo carregará a mesma até o final de sua vida.

Entretanto temos que estender as perspectivas antigas às novas tecnologias que presenciamos atualmente no mundo, trazendo autonomia a população que esteja envolvida com a ciência apoiando uma sequência incessante de invenções e modificações que auxiliem a fisioterapia a ser capacitada de trazer maiores benefícios a sociedade, tal como, a população acometida de Parkinson através de criações que envolvam em conjunto ciência e tecnologia por meio de jogos digitais e dispositivos voltado para a robótica.

Essa revisão de literatura visa identificar as terapêuticas mais efetivas para a reabilitação do Parkinson se utilizando do conhecimento tecnológico que se presencia hodiernamente.

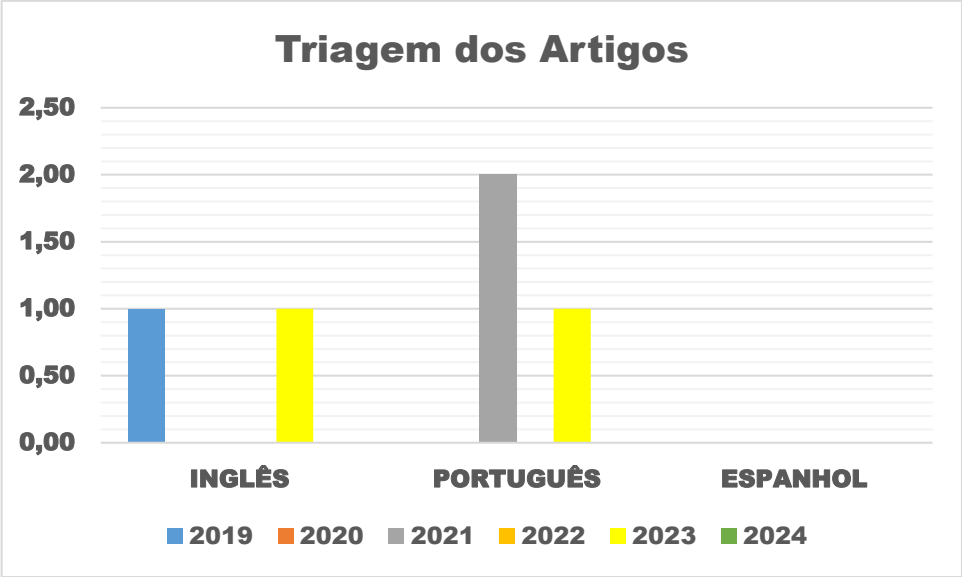
## METODOLOGIA

O estudo em questão trata-se de uma revisão de literatura, que buscou responder a seguinte pergunta: “Quais os melhores tratamentos para Parkinson que se utilizam das tecnologias atuais?”. As buscas foram realizadas por cinco pesquisadores, de forma independente, nas bases de dados Pubmed e Scielo. Os descritores utilizados foram combinados por meio dos operadores booleanos em ambas as bases de dados/revistas da seguinte forma: Parkinson treatment and technologies ou até mesmo, Tratamento para Parkinson e Tecnologias.

Os trabalhos duplicados foram excluídos. Os títulos e resumos foram analisados por dois pesquisadores de forma independente, havendo um terceiro para caso de discordância. Após essa triagem, os textos foram lidos na íntegra para confirmação. Foram incluídos apenas artigos publicados a partir de 2019 até fevereiro de 2024 em inglês, português e espanhol, visando apenas as tecnologias atuais. Os resultados foram comparados e as discordâncias resolvidas, onde só foram retirados do estudo os tratamentos que não fossem considerados tão abrangentes.

## RESULTADOS

**Gráfico 1.**




O gráfico 1, acima demonstrado, exemplifica que a pesquisa realizada diante a metodologia descrita nesse estudo, encontrou seus resultados em: um estudo em 2019 e outro em 2023 na língua inglesa, dois estudos em 2021 e outro em 2023 na língua portuguesa, e nenhum em Espanhol dentre os anos analisados.

**Tabela 1: Resultados dos artigos sobre o tratamento de Parkinson através de instrumentos tecnológicos.**

| AUTOR (ANO): | RESULTADOS: | ABORDAGEM: |
|---|---|---|
| **AZEVEDO, Greiton Toledo; MALTEMPI, Marcus Vinicius. (2021)** | Os jogos e dispositivos robóticos desenvolvidos auxiliam no tratamento de sintomas da doença, porque estimulam habilidade motoras e cognitivas, além da concentração e sentidos acometidos. | Atividades com invenções robóticas. |
| **CAPECCI, Marianna et al. (2019)** | Diminuição de eventos FOG (utilizado para caracterizar o estado de confusão, esquecimento, | Lokomat (sistema acoplado a um paciente que sofreu danos no |

| | | |
|---|---|---|
| | falta de foco ou pouca clareza mental), presente no Parkinson. | sistema nervoso para fazê-lo andar sobre uma esteira). |
| **DE ANDRADE, Igor Lopes. Ferraz et al. (2023)** | Obtiveram uma janela terapêutica mais ampla do que os pacientes que tinham núcleos subtalâmicos (NST), embora em ambas as opções terapêuticas, os resultados motores tenham sido semelhantes. | Estimulação cerebral profunda (ECP). |
| **MARQUES, Larissa Raquel Ferro; FERNANDES, Nathan Martins; PASCHOARELLI, Luis Carlos. (2021)** | Mostrou melhora no processo de alimentação, tanto sob a ótica do desempenho quanto da satisfação após alterações no diâmetro do cabo, rotação da colher e ganho de peso. | Utilização de talheres adaptados. |
| **ZIKEREYA, Talifu; SHI, Kaixuan; CHEN, Wei. (2023)** | O exercício melhora a função cognitiva e motora, induzindo a plasticidade em nível molecular, celular e sistêmico e pode melhorar significativamente a eficiência do transporte de elétrons mitocondriais, aumentar a síntese de trifosfato de adenosina e inibir a apoptose de neurônios DAérgicos na substância negra. | Exercícios voltados para a DP. |

As categorias específicas de tratamento para Parkinson abordadas nessa revisão, trazem grande diversidade tecnológica presenciadas, em sua atuação oportunizou melhoras nos sintomas da doença, estimulam habilidade motoras, cognitivas, concentração e sentidos acometidos, além de diminuição do estado de confusão, esquecimento, falta de foco ou pouca clareza mental, bem como aumento da janela terapêutica, como também melhora no processo de alimentação e paralelamente induzindo a plasticidade em nível molecular, celular e sistêmico melhorando o transporte de elétrons mitocondriais, a síntese de trifosfato de adenosina e inibição da apoptose de neurônios da substância negra.

## DISCUSSÃO

Existem variados estudos a respeito de intervenções na Doença de Parkinson voltados para tecnologia, onde os autores desse estudo analisaram e por fim, só se enquadraram cinco aos estudos pelos critérios de inclusão citados na metodologia, onde visam descobrir as melhores recomendações presentes na literatura para o tratamento intrínseco relacionado a DP.

As diversas abordagens em nosso estudo trouxeram como principal finalidade encontrar na literatura diversos tratamentos voltados para a prática tecnológica que tragam resultados positivos aos diversos aspectos presentes na Doenças de Parkinson (Tabela 1), como atuar intrinsicamente nos sintomas da doença, na função motora e cognitiva e nos aspectos que futuramente influenciam nas atividades de vida diária e bem-estar do paciente acometido a DP.

Na qual foi visto, que a atividade motora mesmo sendo a mais influenciada na perda progressiva da DP, é onde no tratamento são vistos os melhores resultados diante das diversas

abordagens explanadas, onde pode ser visto que na atuação de atividades com invenções robóticas (AZEVEDO, Greiton Toledo; MALTEMPI, Marcus Vinicius, 2021), que foram utilizados diversos tipos de jogos e dispositivos robóticos, como bicicleta robótica que estimula movimentos sincronizados, bem como a utilização apenas de exercícios (ZIKEREYA, Talifu; SHI, Kaixuan; CHEN, Wei, 2023) somaram forças, para esse avanço motor na vida dos pacientes com DP.

Entretanto, as atividades de vida diária simples também são acometidas na enfermidade relatada, então, também foram feitas tecnologias assistivas voltadas para auxiliar nesse processo de diminuição da progressão de perdas, como a utilização de talheres adaptados (MARQUES, Larissa Raquel Ferro; FERNANDES, Nathan Martins; PASCHOARELLI, Luis Carlos, 2021), que melhorou a alimentação dos pacientes após alterações no diâmetro do cabo, rotação da colher e até o ganho de peso.

Sendo assim, vimos que ambos os artigos que foram abordadas nesse estudo, tem uma influência importante no tratamento da DP, onde os variados aspectos acometidos pela doença foram contemplados na terapêutica.

## CONCLUSÃO

Dessa forma, conclui-se que os cinco artigos utilizados nesse estudo trazem em suas recomendações, atividades voltadas a tecnologia, imprescindíveis para o tratamento da DP, onde elas contemplam os diversos aspectos que a enfermidade acomete, onde através delas foram, e continuaram sendo gerados bons resultados futuros para a vida do paciente e regredindo a evolução que tem o Parkinson.

É importante pontuar também, a necessidade de mais evidências na literatura atual, que tragam uma diversidade maior em atividades e tecnologia, para que seja encontrada uma boa solução a respeito da problemática na vida da pessoa que é admitida pela doença de Parkinson.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Greiton Toledo de; MALTEMPI, Marcus Vinicius. **Invenções robóticas para o Tratamento de Parkinson: pensamento computacional e formação matemática.** Bolema: Boletim de Educação Matemática, v. 35, p. 63-88, 2021.

CAPECCI, Marianna et al. **Clinical effects of robot-assisted gait training and treadmill training for Parkinson's disease. A randomized controlled trial.** Annals of physical and rehabilitation medicine, v. 62, n. 5, p. 303-312, 2019.

CHOU, Kelvin L. **Diagnosis and differential diagnosis of Parkinson disease.** Waltham (MA): UpToDate, 2017.

DE ANDRADE, Igor Lopes Ferraz et al. **OS AVANÇOS NO TRATAMENTO DO PARKINSON.** Revista Corpus Hippocraticum, v. 2, n. 1, 2023.

HAYES, Michael T. **Parkinson's disease and parkinsonism.** The American journal of medicine, v. 132, n. 7, p. 802-807, 2019.

MARQUES, Larissa Raquel Ferro; FERNANDES, Nathan Martins; PASCHOARELLI, Luis Carlos. **Design, tecnologia assistiva e a doença de Parkinson: Uma revisão bibliográfica sistemática sobre talheres adaptados.** Research, Society and Development, v. 10, n. 6, p. e38010615812-e38010615812, 2021.

ZIKEREYA, Talifu; SHI, Kaixuan; CHEN, Wei. **Goal-directed and habitual control: from circuits and functions to exercise-induced neuroplasticity targets for the treatment of Parkinson's disease.** Frontiers in Neurology, v. 14, p. 1254447, 2023.

FACULDADE VIDAL
IX SEMANA ACADÊMICA
20 a 22 de Maio
ISSN: 2763-6011
JUSTIÇA, GESTÃO E SAÚDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO JAGUARIBANA

# URBANISMO SUSTENTÁVEL

## O DESAFIO PARA O SERTÃO NORDESTINO

Elton da Silva Lopes[1]
Janine Chaves Coelho Guerreiro[2]
João Pedro Costa Ribeiro[3]

**RESUMO**

A Administração Pública, é um importante agente capaz de concretizar o chamado Desenvolvimento Sustentável, tornando possível uma urbanização ecológica e capaz de continuar a crescer de forma equilibrada na medida em que preserva o meio. Dessa forma, o Sertão Nordestino também deve receber a devida atenção de seus gestores, haja vista que os centros urbanos nesta região, assim como as demais brasileiras, possuem um crescimento muito acelerado, ocasionando grandes danos ao meio ambiente. Portanto, por meio de estímulos e prioridades constitucionalmente previstas, é possível que a Administração Pública estimule, por meio de Políticas Públicas e Projetos de Lei a diminuição de danos ambientais, objetivando um processo de Urbanização Sustentável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Administração Pública; Desenvolvimento Sustentável; Sertão Nordestino; Urbanização Sustentável.

## INTRODUÇÃO

A urbanização é um processo no qual há um grande crescimento dos centros urbanos, gerando um aumento considerável no tamanho das cidades, tanto em suas estruturas, como prédios, casas, pontes e indústrias, como também da população, que em muitos casos saem do campo para tentar adquirir melhores condições na urbe.

Naturalmente, com o crescimento urbano surgem diversas problemáticas, como planejamento de crescimento das cidades, combate à desigualdade social, desequilíbrio entre população campestre e urbana, e um dos óbices cada vez mais em pauta é a questão da poluição

[1] FACULDADE VIDAL, estudante de Direito do 6° período, eltonlopesdeb@gmail.com
[2] FACULDADE VIDAL, Professora da Disciplina de Direito Administrativo, janine@favili.com
[3]FACULDADE VIDAL, estudante de Direito do 6º período, 2378jp@gmail.com.

e a possibilidade de um crescimento menos lesivo ao meio ambiente, que no caso seria a sustentabilidade.

Vale ressaltar que o processo de urbanização no Brasil além de acelerado, é desordenado, e questões como a sustentabilidade estão sendo tardiamente discutidas, todavia, ainda é possível que mudanças sejam realizadas para frear ou até mesmo retroceder os índices de poluição. Contudo, embora seja possível surgir uma solução imediata para estas problemáticas, é possível a realização de políticas públicas visando ao menos intervir neste males causado ao meio ambiente em razaõ da urbanização, proporcionando melhor qualidade de vida aos cidadãos, bem como prover o direito constitucional de um meio ambiente saudável.

## METODOLOGIA

O estudo é essencialmente bibliográfico, descritivo e dedutivo, cujas informações foram adquiridas por meio de livros doutrinários de direito, pela lei e informações provenientes de artigos acadêmicos, e por meio dos dados colhidos, foram expostas possibilidades nas quais por meio de uma gestão preocupada com as questões ambientais pode concretizar as cidades sustentáveis no Sertão Nordestino.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, é interessante definir que o crescimento desde o início da humanidade é algo objetivado, mas com as grandes Revoluções Industriais, a emissão de carbono e produção de lixo aumentaram significantemente, sendo historicamente recente o conceito de desenvolvimento ligado à sustentabilidade, sendo definido por Christian Luis da Silva como:

> (...) resultado da interação social em um determinado espaço, com bases culturais "cultivadas" no decorrer do tempo, com finalidades econômicas e obedecendo às instituições reconhecidas naquela sociedade e considerando a manutenção do estoque ambiental existente (2006, p.17).

Conseguinte, o desenvolvimento sustentável se tornou preocupação em muitos países, inclusive do Brasil, participando das conferências desde a Conferência de Estocolmo em 1972, Suécia, sendo considerada a primeira conferência mundial a tratar a pauta ambiental.

Posteriormente, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, juntamente de suas Emendas Constitucionais, passou a demonstrar preocupação com a sustentabilidade, inclusive estimulando que os entes passem a fomentar e priorizando medidas para o combate à poluição, conforme o Art. 159-A, § 2º:

> Art. 159-A. Fica instituído o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e sociais, nos termos do art. 3º, III, mediante a entrega de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal para:
> § 2º Na aplicação dos recursos de que trata o **caput**, os Estados e o Distrito Federal priorizarão projetos que prevejam ações de sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono

Dessa forma, possuindo a cidade de Fortaleza como exemplo, o estímulo por parte da Gestão Pública ao uso de bicicletas reduziria significantemente a emissão de poluentes por parte dos veículos, além de contribuir com a saúde dos cidadãos, mas para isso, é necessária uma mobilização para a criação de ciclovias, bem como o processo de compra e distribuição de bicicletas de uso comum ao público, semelhante ao que ocorre na Europa, e para que isso ocorra, é possível por meio dos representantes do povo a propositura de um Projeto de Lei, cujo terá prioridade conforme o artigo supramencionado.

A respeito disso, menciona João Victor Bezerra Ribeiro (2023) uma série problemática quanto a esse assunto, utilizando como objeto de estudos um projeto que parte da premissa de ditribuição de bicicletas:

> Apesar dos avanços, o Programa Bicicletar enfrenta desafios notáveis, especialmente em termos de cobertura geográfica. A distribuição desigual das estações em diversos bairros destaca a necessidade de uma expansão estratégica para garantir um acesso mais equitativo em toda a cidade. A ausência de estações em algumas áreas pode limitar a adesão de novos usuários, comprometendo o alcance total do programa. (RIBEIRO,2023, p.46).

A partir do exposto, observando a problemática no presente caso, é vantajoso indentificá-las para a sua aplicação nas demais localizadades do Sertão, notando-se que cabe também aos administrados se manifestarem a respeito do assunto, com o intuito de pressionar os gestores para que atendam aos anseios populares, reformulando as prioridades de gastos públicos, visando que estes gatos sejam vistos como investimentos.

Outra medida cabível, tendo em mente as altas temperaturas nos centros urbanos, bem como a emissão do gás carbônico por parte dos veículos, seria viável a adoção de políticas públicas objetivando a arborização, se baseando no Projeto de Lei n° 4309/2021, que busca instituir uma política nacional caracterizada pela cooperação entre União, Estados e Municípios, objetivando um plano de arborização com base nos seguintes princípios:

> Art. 4º. A Política Nacional de Arborização Urbana se assenta sobre a premissa da arborização urbana como sujeito de direito e bem de interesse comum de todos os cidadãos e tem como demais princípios:
> I. desenvolvimento sustentável;
> II. adaptação às mudanças climáticas;
> III. equidade e ubiquidade;
> IV. planejamento e proteção continuados;
> V. não regressividade;
> VI. solidariedade regional e cooperação federativa;
> VII. participação comunitária.

Embora tal Projeto ainda esteja em discussão, é possível uma articulação dos Estados e Municípios visando propiciar a efetividade através do adiantamento dos objetivos do projeto, afinal, esta temática já vem sendo muito discutida e ganhando cada vez mais relevância nas pautas políticas, e por meio de políticas públicas que eventualmente ocorram por meio da aprovação do projeto acima, a sociedade estará ainda mais integrada e promovente a questão da sustentabilidade, trazendo muitos benefícios ao Sertão Nordestino, como umidificação do ar, proteção contra a alta incidência solar e captura do carbono por meio da fotossíntese das plantas na região urbana, tornando aos poucos possível uma urbanização voltada à sustentabilidade.

## CONCLUSÃO

Portanto, ficou evidente que algumas medidas podem ser adotadas para que ocorra um processo de urbanização no Sertão Nordestino, afinal, esta região conta com problemas que antes eram comuns apenas nos grandes centros urbanos, sendo então necessário que medidas sejam adotadas pelos gestores e cooperação entre Admistração Pública e administrados.

Uma das grandes ferramentas para que se torne possível vislumbrar um desenvolvimento urbano sustentável é o estímulo de políticas públicas voltadas a conscientização quanto ao uso de bicicletas, como visto no caso do “Programa Bicicletar” em Fortaleza, que embora possua ótimas premissas, possui como obstáculo a adesão e o alcance.

Também há o Projeto de Lei n° 4.309/2021, que possui a finalidade de organizar planos estratégicos para que se torne possível uma cooperação entre União, Estados e Municípios para que as cidades sejam mais arborizadas, tornando possível um processo de urbanização eficiente, sustentável, e de muito valor para regiões como o Sertão Nordestino.

Concluindo, nota-se que é papel de todos ter consciência a respeito das novas problemáticas que surgiram em razão da urbanização descuidada que vem ocorrendo, sendo que estas problemáticas podem ser explicitadas por meio de palestras e programas que expliquem de forma clara à população estes óbices, além da importância de reduzir as emissões

de carbono, que é uma das vantagens ao existir a preocupação com a arborização. Dessa forma, é responsabilidade de todos a preservação do meio ambiente, e somente com a integração da população e com a criação de leis e políticas públicas, o Sertão Nordestino caminhará para um processo de urbanização sustentável no qual suas belezas naturais permanecerão protegidas do desequilíbrio de um crescimento sem planejamento e desenfreado.

## REFERÊNCIAS


BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: Constituição (planalto.gov.br). Acessado em: 20/03/2024.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei N.4309. Disponível em:https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2310535. Acessado em:27 de mar.2024.

**RIBEIRO, João Victor Bezerra**. Políticas públicas de mobilidade urbana em Fortaleza-ce: Uma análise do desenho do programa Bicicletar. 2023. 53 f. Monografia (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

**SILVA, Christian Luiz da; WIENS, Simone.** Indicadores de Qualidade do Ambiente para Curitiba: Uma Avaliação Comparativa dos Bairros. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 2, p. 45-62, 2004.